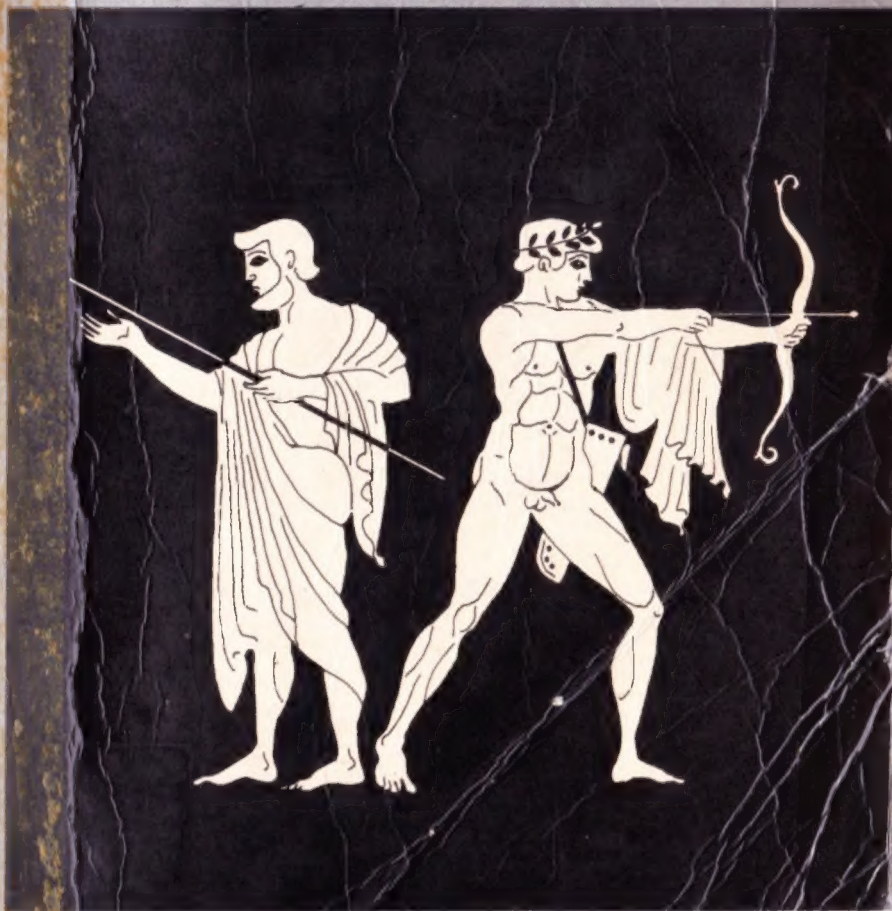


HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NA ANTIGUIDADE

henri-irénée marrou



editora pedagógica e universitária Ltda.
(antiga herder)

editora da universidade de são paulo

FICHA CATALOGRÁFICA

(Preparada pelo Centro de Catalogação-na-fonte,
Câmara Brasileira do Livro, SP)

Marrou, Henri Irénée, 1904-

M322h

História da educação na Antigüidade | tradução do
Prof. Mário Leônidas Casanova | São Paulo, E.P.U., Ed:
da Universidade de São Paulo, 1973.
.639p. ilust.

Bibliografia.

1. Educação - História - Antigüidade

I. Título.

73-0579

CDD-370.93

Índices para o catálogo sistemático:

1. Antigüidade : Educação : História 370.93
2. Educação : Antigüidade : História 370.93

HENRI-IRÉNÉE MARROU

Professor na Sorbonne

HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NA ANTIGÜIDADE

4ª Reimpressão

E.P.U. — Editora Pedagógica e Universitária Ltda.
EDITORA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
São Paulo 1973

Tradução brasileira do Prof. Mário Leônidas Casanova, do original francês : *Histoire de l'Éducation dans l'Antiquité*, de Henri-Irénée Marrou, publicado por Éditions du Seuil.



Minha Impalpável Biblioteca

© Editora Herder, São Paulo 1966

© 4ª Reimpressão, E.P.U. — Editora Pedagógica e Universitária Ltda.
São Paulo 1973

Impresso na República Federativa do Brasil
Printed in the Federative Republic of Brazil

*Ce livre est dédié à la mémoire de
GILBERT DRU,
étudiant français
condamné à mort comme Résistant chrétien
par l'Occupant national-socialiste allemand
et barbarement exécuté
place Bellecour, à Lyon,
le 27 juillet 1944,
à l'âge de vingt-quatre ans.*

*per fidem martyrum pro veritate morientium
cum veritate viventium*

SAINT AUGUSTIN

Cité de Dieu

IV, 30

ÍNDICE DAS MATÉRIAS

INTRODUÇÃO 1

Educação antiga. Educação moderna, 4. — A curva de sua evolução, 5. — Do nobre guerreiro ao escriba, 7. — O escriba oriental, 8. — A educação do escriba oriental, 10. — Escribas minóicos e micênicos, 12.

PRIMEIRA PARTE

ORIGENS DA EDUCAÇÃO CLÁSSICA: DE HOMERO A ISÓCRATES

CAPÍTULO I. A EDUCAÇÃO HOMÉRICA 17

Interpretação histórica de Homero, 17. — Cavalheirismo homérico, 19. — A cultura cavaleiresca, 20. — Quirão e Fênix, 23. — Sobrevivências cavaleirescas, 25. — Homero, educador da Grécia, 26. — A ética homérica, 28. — A imitação do herói, 31.

CAPÍTULO II. A EDUCAÇÃO ESPARTANA 33

Cultura arcaica de Esparta, 34. — Militar e cívica, 35. — Esportiva, 37. — E musical, 37. — A grande recusa, 39. — Educação de Estado, 41. — Instrução pré-militar, 43. — Moral totalitária, 45. — A educação das moças, 46. — A miragem espartana, 47. — Ilusões perdidas, 48.

CAPÍTULO III. DA PEDERASTIA COMO EDUCAÇÃO .. 51

O amor grego, companheirismo guerreiro, 52. — A moral pederástica, 55. — O amor viril, método de pedagogia, 56. — A educação nobre no século VI, 59. — Suas sobrevivências: relações entre mestre e aluno, 60. — Safo educadora, 62.

CAPÍTULO IV. A ANTIGA EDUCAÇÃO ATENIENSE .. 66

Educação não mais militar, 67. — Democratização da tradição aristocrática, 69. — Aparecimento da escola, 71. — Educação física, 73. — Educação musical, 73. — Educação pela poesia, 74. — Educação literária, 76. — O ideal da ΚΑΛΟΚΑΓΑΘΙΑ, 77.

CAPÍTULO V. A CONTRIBUIÇÃO INOVADORA DA PRIMEIRA SOFÍSTICA 81

Primeiras escolas de medicina, 81. — E de filosofia, 82. — O novo ideal político, 83. — Os sofistas como educadores, 84. — O ofício de professor, 86. — A técnica política, 88. — A dialética, 89. — A retórica, 90. — A cultura geral, 94. — O humanismo dos sofistas, 97. — A reação socrática, 98. — A inteligência contra o esporte, 101.

CAPÍTULO VI. OS MESTRES DA TRADIÇÃO CLÁSSICA: I. PLATÃO 103

Os socráticos menores, 104. — Carreira e ideal políticos de Platão, 107. — A procura da verdade, 110. — A organização da Academia, 111. — Utopia e antecipações, 114. — Educação elementar tradicional, 115. — Papel das matemáticas, 120. — O ciclo dos estudos filosóficos, 125. — Grandeza e solidão do filósofo, 127.

CAPÍTULO VII. OS MESTRES DA TRADIÇÃO CLÁSSICA: II. ISÓCRATES 130

Carreira de Isócrates, 132. — O ensino secundário, 135. — O ensino da retórica, 137. — Seu valor educativo, 139. — O humanismo de Isócrates, 143. — Isócrates contra Platão, 145. — "Esprit de finesse, esprit géométrique", 146. — As duas colunas do templo, 148.

SEGUNDA PARTE

QUADRO DA EDUCAÇÃO CLÁSSICA NA ÉPOCA HELENÍSTICA

CAPÍTULO I. A CIVILIZAÇÃO DA "PAIDÉIA" 153

O estado da questão, 155. — A educação no centro da civilização helenística, 156. — A religião da cultura, 161.

CAPÍTULO II. AS INSTITUIÇÕES EDUCATIVAS 164

A instrução pública, 166. — Seu caráter municipal, 167. — A efebía ática, 168. — Sua evolução na época helenística, 171. — A efebía fora de Atenas, 174. — As magistraturas efébicas, 176. — Não há escolas de Estado, 178. — Fundações escolares, 179. — Escolas privadas, 181. — Liturgias e fundações de manutenção, 182. — Os jogos e as festas, sanção oficial, 183.

CAPÍTULO III. A EDUCAÇÃO FÍSICA 185

Educação física e esporte, 187. — Corrida a pé, 190. — Salto em extensão, 191. — Lançamento do disco, 192.

— Lançamento do dardo, 193. — A luta, 194. — O boxe, 195. — O pancrácio, 195. — O ensino da ginástica, 196. — Exercícios de adestramento, 198. — Os cuidados do corpo, 200. — Ginásios e palestras, 202. — O declínio da ginástica, 207.	
CAPÍTULO IV. A EDUCAÇÃO ARTÍSTICA	211
O desenho, 211. — Música instrumental: a lira, 212. — O canto acompanhado e o coral, 214. — A dança, 217. — Retração da música na cultura e na educação, 218.	
CAPÍTULO V. A ESCOLA PRIMÁRIA	224
Sem escola maternal, 224. — O preceptor ou pedagogo, 226. — Difusão da escola primária, 227. — Os locais escolares, 228. — Condição do mestre, 229. — Escola e educação, 231. — Horário das aulas, 233. — Calendário escolar, 234.	
CAPÍTULO VI. A INSTRUÇÃO PRIMÁRIA	236
A leitura, 236. — O alfabeto, 237. — As sílabas, 238. — As palavras, 239. — Textos e antologias, 240. — A recitação, 242. — Livros, cadernos e tabuletas, 242. — A escrita, 244. — O cômputo, 246. — Pedagogia sumária e brutal, 248.	
CAPÍTULO VII. OS ESTUDOS LITERÁRIOS SECUNDÁRIOS	251
Os clássicos, 253. — Homero, 254. — Os outros clássicos, 256. — Filologia erudita e ensino, 257. — Plano e método do estudo dos autores, 258. — Leitura e recitação, 260. — A explicação do texto, 261. — Alcance moral do estudo, 264. — A ciência gramatical, 266. — Exercícios práticos de redação, 269.	
CAPÍTULO VIII. OS ESTUDOS CIENTÍFICOS	275
Ensino das matemáticas, 275. — O ideal da ΕΓΚΥΚΛΙΟΣ ΠΑΙΔΕΙΑ, 276. — A geometria, 278. — A aritmética, 280. — A música, 283. — A astronomia, 285. — Retração no estudo das ciências, 286. — Arato e o estudo literário da astronomia, 288.	
CAPÍTULO IX. O ENSINO SUPERIOR: I. FORMAS MENORES	292
A cultura geral do efebo, 292. — O Museu e o alto ensino científico, 297. — Ausência de verdadeiro ensino técnico, 300. — O ensino da medicina, 301.	
CAPÍTULO X. O ENSINO SUPERIOR: II. A RETÓRICA	305
O ensino-mor: a retórica, 306. — A prática da retórica, 309.	

CAPÍTULO XI. O ENSINO SUPERIOR: III. A FILOSOFIA	323
A conversão à filosofia, 323. — O ensino filosófico, 324. — Rivalidade entre filósofos e retores, 329. — Geografia histórica das escolas helenísticas, 333.	
CONCLUSÃO. O HUMANISMO CLÁSSICO	339
História e valor, 339. — O homem contra a infância, 341. — O homem por inteiro, 342. — Primado da moral, 345. — O homem enquanto tal, 346. — O homem contra o técnico, 347. — Humanismo literário e não científico, 349. — Valor da tradição, 350. — Polivalência indiferenciada, 351. — Para além do humanismo, 352.	

TERCEIRA PARTE

ROMA E A EDUCAÇÃO CLÁSSICA

CAPÍTULO I. A ANTIGA EDUCAÇÃO ROMANA	357
A originalidade romana, 357. — Um povo de camponeses, 358. — Uma educação de camponeses, 360. — O costume dos ancestrs, 360. — Educação familiar, 361. — O aprendizado da vida pública, 363. — A moral romana, 365. — O ideal familiar, 366. — A piedade romana, 368. — As virtudes campesinas, 369. — A educação física, 370. — O trabalho do proprietário de terras, 372.	
CAPÍTULO II. ROMA ADOTA A EDUCAÇÃO GREGA ..	375
Civilização romana e civilização helenística, 375. — Etapas da influência grega, 376. — A educação grega em Roma, 381. — Adaptação ao espírito latino, 383. — Oposição ao atletismo, 384. — Nascimento das escolas latinas, 386. — Escolas primárias, 387. — Ensino secundário, 388. — Ensino superior: os retores latinos, 390. — A obra de Cícero, 391. — A filosofia permanece grega, 392. — Também a ciência remanesce grega, 393. — A medicina romana, 393.	
CAPÍTULO III. A QUESTÃO DAS LÍNGUAS: GREGO E LATIM	395
O mundo romano é bilíngüe, 396. — Poucos gregos aprendem o latim, 399. — O grego em Roma, 400. — O grego de Cícero, 401. — Retração do grego, 402. — O método direto, 407. — Manuais escolares bilíngües, 408.	

CAPÍTULO IV. AS ESCOLAS ROMANAS: I. ENSINO PRIMÁRIO	411
Educação privada, 412. — Educação dos escravos, 413. — A escola primária, 413. — A instrução primária, 417. — Severidade e humanidade, 420.	
CAPÍTULO V. AS ESCOLAS ROMANAS: II. ENSINO SECUNDÁRIO	423
A escola do " <i>grammaticus</i> ", 424. — A gramática latina, 425. — Os clássicos, 428. — A explicação dos autores, 430. — Mais literária a erudição, 432. — Resquício científico na erudição, 434. — Exercícios de estilo, 435.	
CAPÍTULO VI. AS ESCOLAS ROMANAS: III. ENSINO SUPERIOR	436
O retórico, 436. — A retórica é inteiramente grega, 438. — Literatura e advocacia, 441. — O ensino do direito, 443.	
CAPÍTULO VII. A OBRA EDUCACIONAL DE ROMA ...	447
A grandeza romana, 447. — Roma como civilizadora, 448. — Política de romanização, 449. — Limites da romanização, 452. — O mapa escolar, 453.	
CAPÍTULO VIII. O ESTADO ROMANO E A EDUCAÇÃO	457
Os " <i>collegia iuvenum</i> ", 457. — Política escolar, 460. — Isenções tributárias, 461. — Cátedras de Estado, 463. — Instituições alimentares, 463. — O imperador como <i>evérgeta</i> , 464. — Escolas municipais, 466. — Persistência do ensino privado, 467. — Processo de nomeação, 467. — Intervenção do poder imperial, 468. — A Universidade de Constantinopla, 470. — Honras conferidas aos professores, 470. — Prestígio da cultura clássica no Baixo Império, 471. — As escolas e o recrutamento dos funcionários, 474. — O ensino da estenografia, 477.	
CAPÍTULO IX. O CRISTIANISMO E A EDUCAÇÃO CLÁSSICA	479
A educação religiosa, 479. — O cristianismo, religião douta, 481. — A escola rabínica, 483. — Escolas cristãs em país bárbaro, 484. — Cristianismo e classicismo, 485. — Oposição cristã à cultura clássica, 487. — O cristianismo aceita a escola clássica, 489. — Os cristãos no ensino clássico, 491. — A lei escolar de Juliano, o Apóstata, 492. — Escassa influência cristã na escola, 494. — Escolas superiores de teologia, 497. — Século III: Roma e Alexandria, 498. — Desaparecimento dessas escolas, 500.	

CAPÍTULO X. O SURGIMENTO DAS ESCOLAS CRISTÃS DE TIPO MEDIEVAL	502
A escola monástica no Oriente, 502. — Sua débil irradiação, 504. — A escola monástica no Ocidente, 506. — A escola episcopal, 508. — A escola presbiterial, 511. — O início das escolas medievais, 512.	
EPÍLOGO. O FIM DA ESCOLA ANTIGA	517
A educação bizantina, 517. — A escola monástica da Irlanda, 521. — As invasões destruíram a escola antiga, 522. — Ressalvada a África, 525. — E sobretudo a Itália, 526. — A invasão lombarda, 528. — Prelúdios do renascimento carolíngio, 531.	
NOTAS COMPLEMENTARES	535
Notas à Introdução, 537. — Notas aos capítulos da Primeira Parte: I, 542; II, 545; III, 548; IV, 551; V, 553; VI, 556; VII, 560. — Notas aos capítulos da Segunda Parte: I, 562; II, 564; III, 573; IV, 577; V, 580; VI, 584; VII, 588; VIII, 591; IX-XI, 593. — Notas aos capítulos da Terceira Parte: I, 602; II, 604; III, 608; IV-VI, 613; VII, 621; VIII, 623; IX, 629; X, 632; Epílogo, 634.	
ÍNDICE ONOMÁSTICO	

INTRODUÇÃO



Jarra atribuída ao "Pintor de Antífon" (480 a.C. aproximadamente): Oxford, Ashmolean Museum 1914-729, achada em Vulci; cf. J. D. Beazley, *Attic red-figure Vasepainters*², p. 233, n.º 66.

Ao alto, lição de boxe: no centro, dois pugilistas, de guarda alta e estendida, procuram golpear-se no rosto; o pedótriba, vestido, intervém com sua vara forquilhada. À esquerda, um jovem atleta enrolando a atadura de boxe na mão direita. À direita, outro atleta, empunhando, na mão esquerda, um par de halteres de salto.

Embaixo, lição de luta: chave de braços sob as vistas do pedótriba que, vestido e calçado, segura nas mãos a vara bifurcada e o cetro; mais à direita, um atleta, com as vestes em torno dos rins, apresta-se a afofar com uma picareta o solo destinado à luta; na extremidade direita, um boxeador cingindo a destra com a atadura.

Corpus Vasorum Antiquorum, Oxford, pl. 6, 1-2.

Devo escusar-me junto ao público erudito por consagrar um estudo de conjunto a um tema que já não é nôvo e acêrca do qual existe um bom repertório de livros sólidos, polidos por longo uso? (1) Começam êles, porém, a envelhecer e, pouco a pouco, desaparecem sob a poeira dos trabalhos de detalhe e dos novos dados que se acumulam: impõe-se a necessidade de proceder a uma revisão geral e a uma reelaboração que integre, em sua síntese, o acréscimo real dessas aquisições.

Tanto mais quanto a pesquisa se desenvolve de maneira anárquica: algumas vêzes se aferra, até o excesso, sôbre setores cujo solo é logo revolvido em todos os sentidos, ao passo que negligencia outros que mereceriam, contudo, despertar-lhe atenção maior. O esforço de construção revela essas lacunas. Com efeito, o leitor encontrará, neste livro, maior número de coisas novas do que eu o teria desejado: com freqüência vi-me obrigado a montar todo um pano de fundo, para o qual não encontrava materiais suficientemente elaborados por meus predecessores.

Por outro lado, o conhecimento histórico, aspecto particular do conhecimento do homem, é essencialmente movediço e sempre provisório. Nossas idéias a respeito do homem, do mundo e da vida não cessam de transformar-se: não há assunto histórico que não seja necessário retomar periodicamente para reenquadrá-lo numa perspectiva exata, por haver-se modificado, entrentes, a visão do conjunto.

Finalmente, sempre é útil dispor-se de uma exposição rápida de qualquer tema de certa amplitude, ao menos como introdução a um estudo mais aprofundado. Nossos estudantes são os primeiros a sentir esta necessidade. Julguei que devia pensar, também, no público simplesmente cultivado: tem êle o estrito direito de ser pôsto a par dos resultados da investigação científica; a erudição não é um fim em si, mas deve tornar-se uma das fontes em que a cultura de nosso tempo venha alimentar-se.

EDUCAÇÃO ANTIGA. EDUCAÇÃO MODERNA

A história da educação na Antigüidade não pode deixar indiferente nossa cultura moderna: ela retrança as origens diretas de nossa própria tradição pedagógica. Somos greco-latinos: o essencial da nossa civilização veio da dêles: isto é verdadeiro, num grau eminente, para nosso sistema de educação.

Mostrarei, ao final, de que modo a declinante vida da escola antiga, após ter-se prolongado, por vêzes, bem adiante, nas trevas da época bárbara da alta Idade Média, acaba por interromper-se no Ocidente (em data que varia segundo as regiões). Os procedimentos da pedagogia antiga foram, todavia, retomados, quando, por ocasião da renascença carolingia, uma renovação dos estudos se esboçou; restauração canhestra e imperfeita, como tôdas as restaurações: e, não obstante, os carolíngios conscientemente pretenderam, e num sentido o conseguiram, reatar a tradição interrompida.

O rico desenvolvimento da civilização medieval levou depois a cristandade ocidental, sobretudo a partir do século XII, a elaborar instituições e métodos pedagógicos bem diferentes e verdadeiramente originais (2). E, no entanto, mesmo em pleno século XIII, a memória dos modelos antigos e a preocupação de imitá-los não cessaram de obsidiar o pensamento dos homens desse tempo, cujo lugar na história do humanismo não pode ser diminuído, como se fêz durante tanto tempo.

Mas foi sobretudo a grande Renascença, a dos séculos XV e XVI, que marcou nossa educação moderna, com sua volta francamente declarada à mais estrita tradição clássica; hoje ainda vivemos, muito mais do que se tem ordinariamente consciência, da herança do Humanismo: o ensino secundário francês, para tomar apenas um exemplo, permaneceu, vistas as coisas em seu conjunto, tal qual o estabeleceram, no século XVI, os fundadores das Academias protestantes e dos colégios da Companhia de Jesus (3).

Nosso estudo, entretanto, não terá interêsse sômente por levar-nos a conhecer melhor a nós mesmos, fazendo-nos tomar consciência de nossas origens. Êsse seria já

um resultado valioso: uma tal tomada de consciência é o meio de escapar ao determinismo histórico (na medida em que isso é concebível), libertando-nos de nossa dependência em relação à tradição que nos conduz e que nos fez tais como somos.

A fecundidade do conhecimento histórico reside sobretudo no diálogo que institui, em nós, entre o Outro e o Mesmo. Tornamo-nos diferentes de nossos pais o bastante para que a educação deles nos apareça, em larga medida, sob a categoria do Outro: podem útilmente surpreender-nos nela muitas coisas que se opõem à nossa prática e às nossas aspirações. O leitor avisado poderá meditar, a bel prazer, a propósito de nossa exposição.

A fecundidade do diálogo não exige que renunciemos, por isso, a continuarmos sendo nós mesmos: simples instrumento de cultura, ele alarga nossa perspectiva, despoja o moderno dessa ingênua suficiência que o impedia de imaginar que se tenha podido ser diferente dele. Entretanto, se nos força a refletir, não nos leva necessariamente a inflectir nossa ação: o exemplo que a História nos propõe obriga-nos unicamente a verificar a solidez e a pertinência de nossas opções e torna nossa vontade consciente de si mesma. A simpatia necessária ao historiador arrastar-me-á a fazer-me advogado do sistema antigo de educação (é preciso compreendê-lo antes de julgá-lo), mas, deve ficar bem claro, só o ofereço ao leitor a título de exemplo proposto à sua reflexão, não como um modelo cuja imitação servil se impusesse.

A CURVA DE SUA EVOLUÇÃO

A história que vamos retrazar desdobra-se sobre uma quinzena de séculos, do ano 1000 antes de Cristo ao ano 500 depois, aproximadamente; aí se processa uma evolução de fases complexas. O tema é, porém, mais unitário e mais bem definido do que se poderia pensá-lo *a priori*: o mundo mediterrâneo da Antigüidade teve, realmente, *uma* educação clássica, *um* sistema de educação coerente e determinado.

É certo que não aparece ele, desde a origem, sob sua forma definitiva e plenamente desenvolvida; na ver-

dade, só a atingiu em data relativamente tardia, que situo depois da contribuição decisiva dos dois grandes educadores que foram Platão († 348) e Isócrates († 338). PO que não deve surpreender: a educação é a técnica coletiva pela qual uma sociedade inicia sua geração jovem nos valores e nas técnicas que caracterizam a vida de sua civilização. A educação é, pois, um fenômeno secundário e subordinado a esta última, da qual normalmente representa como que um resumo e uma condensação (digo *normalmente* porque existem sociedades ilógicas, que impõem à juventude uma educação absurda, sem nexos com a vida: a iniciação na cultura real aí se faz, então, fora das instituições oficialmente educativas). Isso, evidentemente, supõe certa deslocação no tempo: é necessário, de início, que uma civilização atinja sua própria Forma, para poder engendrar depois a educação que a refletirá.

Eis por que a educação clássica só atinge a sua depois de ultrapassado o grande período criador da civilização helênica: é preciso esperar até a era helenística para encontrá-la na plena posse de seus quadros, de seus programas e de seu método. Uma vez chegada à maturidade, a inércia própria aos fenômenos de civilização (e particularmente aos fenômenos dependentes da rotina pedagógica) conservar-lhe-á, sem mudanças importantes, durante longos séculos, a mesma estrutura e a mesma prática. Fora do mundo grego, sua extensão a Roma, à Itália, ao Ocidente latinizado, acarretará somente transposições e adaptações de importância secundária. Contra toda expectativa, o mesmo ocorre, a princípio, com um fenômeno tão perturbador quanto o da conversão do mundo mediterrâneo ao Cristianismo. A decadência da civilização antiga só se manifestará, no domínio da educação, por fenômenos de esclerose, o que acentua ainda mais esta impressão de estabilidade.

Apesar disso, a história cujas etapas vamos percorrer rapidamente não é conforme ao famoso esquema da curva em sino, tão caro, aliás, ao pensamento antigo¹: ascensão, "maximum" ou ἀκμή, declínio inelutável. Descreveremos, sem dúvida, de início, uma trajetória ascen-

1. POLÍBIO, *História Romana*, VI, 51.

dente, a da evolução que, do século X ao século IV, conduz a educação clássica desde suas origens à sua forma adulta (*Primeira Parte*). Mas êsse estado de perfeição intrínseca não é limitado por uma ἀμύη breve: a educação clássica acaba lentamente de amadurecer e de tomar suas características definitivas; o “maximum” estende-se sobre uma longa sucessão de séculos: durante todo o período helenístico (*Segunda Parte*) e adiante ainda; o afluxo da seiva romana (*Terceira Parte*) é como um nôvo contrato com a duração. Não há quedas na curva: paralelamente a si mesma, distende-se indefinidamente no Oriente bizantino, ao passo que é brutalmente interrompida, nos países latinos, por um acidente histórico: as invasões bárbaras e o desaparecimento dos quadros políticos do Império. Não obstante, uma nova curva se insinuava subterrâneamente: descobriremos finalmente que, num setor limitado da sociedade cristã, o meio monástico, começava já o processo que devia levar a um nôvo tipo de educação — aquêlo que dominará a Idade Média ocidental.

DO NOBRE GUERREIRO AO ESCRIBA

Se se quisesse, todavia, resumir essa evolução complexa numa fórmula simples, diria eu que a história da educação antiga reflete a passagem progressiva de uma cultura (4) de nobres guerreiros para uma cultura de escribas. Há civilizações refinadas e amadurecidas, sobre as quais pesam, fortemente, as lembranças do passado, registradas sob forma escrita. Sua educação, por conseguinte, é dominada pela técnica da escrita: o “povo do Livro”, *ahl el kitâb*, como diz o Alcorão para designar judeus e cristãos, com um respeito mesclado de espanto. Existem, por outro lado, civilizações bárbaras, como era precisamente a Arábia ao tempo do Profeta, cuja classe superior é representada por uma aristocracia de guerreiros e cuja educação, fundamentalmente militar, é orientada para a formação do caráter, para o desenvolvimento do vigor físico e da destreza, antes que para o da inteligência.

Tôda a história da educação grega antiga constitui uma lenta transição entre uma cultura dêste último tipo

e uma outra do primeiro. Descobrimos suas origens numa sociedade ainda inteiramente impregnada de espírito guerreiro; a partir daí, entretanto, aparece a obra em torno da qual irá organizar-se, obra essa que é já um livro, embora consagrado à celebração da gesta dos heróis — a *Ilíada* de Homero. Bem cedo, pois, introduzem-se nesta cultura elementos literários e, de alguma maneira, livrescos (ainda que esse livro seja por muito tempo cantado ou recitado, antes que lido). De outra parte, porém, por muito mais tempo ainda, nela encontraremos supervivências notáveis de suas origens guerreiras e aristocráticas (sobretudo no posto de honra reservado à cultura do corpo e à atividade esportiva). Somente no último período desta história, quando a fé cristã se decide a organizar a cultura e a educação em torno do Livro por excelência, a Bíblia, fonte de todo saber e de toda vida, o antigo letrado se converterá definitivamente em escriba.

O ESCRIBA ORIENTAL

Até então, a história da educação clássica continua a opor-se, em larga medida, à das civilizações do Oriente Próximo, que nos fornecem os tipos mais caracterizados da cultura de escriba, quer se trate do escriba egípcio, dos escribas mesopotâmicos ou sírios, dos quais reencontramos, judeus e cristãos, o eco nos Livros Sapienciais do Antigo Testamento e, notadamente, no *Livro dos Provérbios*, este manual de educação moral para a formação do perfeito funcionário, que codifica em aforismos a sabedoria tradicional do meio cultural dos escribas reais de Judá e de Israel (séculos X — VII) (5).

Como é óbvio, estas culturas de escriba revestiram, no tempo e no espaço, formas bastante diferentes; aqui, é suficiente defini-las globalmente, de um duplo ponto de vista, técnico e moral. Tecnicamente, ressaltam elas a matéria escrita: o escriba é, por essência, aquele que dominou os segredos da escrita. Sabe-se qual era a complexidade, e, por conseguinte, a dificuldade prática dos diversos sistemas de escrita em uso, seja no Egito, seja na Mesopotâmia, que justapunham elementos de valor hieroglífico, silábico e alfabético; sem falar das compli-

cações suplementares que acarretava, no Egito, a prática simultânea de tipos diferentes de escritura (hieroglífica e hierática, depois demótica) e, na Mesopotâmia, o emprego, no mesmo meio cultural, de línguas diferentes (sumeriano e acádio, e, mais tarde, aramaico). É um fato notável que o sinal hieroglífico *sešh*, escriba, em egípcio, reproduza o necessário para escrever: cálam, vaso de água, paleta com os dois godés, um para a tinta preta, outro para a tinta vermelha. Em hebraico, escreba diz-se *sôpher*, palavra que, como *sêpher*, livro, vem de *sâphar*, escrever, contar.

Socialmente, o escriba é um funcionário. Põe seu conhecimento da escrita a serviço da administração: administração real, essencialmente, no Egito; administração sacerdotal a princípio, ao que parece, na Mesopotâmia, mas logo real também. É esse, antes de tudo (no duplo sentido de uma anterioridade de origem e de uma preponderância permanente de fato), o papel do escriba oriental: contrariamente às hipóteses caras aos historiadores românticos, parece, com efeito, que a escritura foi inventada, e a princípio utilizada, não para fixar dogmas teológicos ou metafísicos, mas para atender às necessidades práticas da contabilidade e da administração (6). Somente uma evolução ulterior a desprenderá dessa finalidade utilitária para consagrá-la a um uso mais elevado, como a história ou o pensamento abstrato. Mesmo então, o escriba oriental continuará sendo, precipuamente, o homem que faz as contas, classifica os arquivos, redige as ordens, aquele que é capaz de recebê-las por escrito e que, por conseguinte, é naturalmente encarregado de sua execução.

Dêste modo, por sobre as classes populares, camponeses e artesãos, a classe dos escribas aparece, do ponto de vista político e social, como uma classe superior, que, dominando a massa indistinta dos que estão sujeitos à corvêia, participa mais ou menos diretamente do exercício do poder. Dêsse poder, muitos deles só detêm, sem dúvida, uma parcela restrita, mas a constituição de monarquias absolutas e centralizadas dava a cada qual sua oportunidade, permitindo ao mérito fazer-se reconhecer, e, ao favor, influir: não havia escriba que não pudesse acalantar a esperança de ascender um dia aos mais altos

cargos (teòricamente, pelo menos, uma vez que essa esperança era, na verdade, raramente realizada: nem todos os soldados de Napoleão acabavam marechais!): traço característico que veremos reaparecer, ao t  rmo da evolu  o da cultura clássica, com a burocracia do Baixo Império romano.

Dai a importância que as velhas sociedades orientais atribuíam    instru  o, meio de ascender, meio, para a criança, de introduzir-se nessa classe privilegiada. Textos literários egípcios, em particular, transmitiram-nos a expressão pitoresca dêsse orgulho de casta dos escribas. Sob a dinastia IX ou a X (2240-2060, aproximadamente), o escriba Akhtoy, a fim de encorajar seu filho Pepi ao estudo ingrato das letras, traça-lhe um quadro satírico dos mil inconvenientes dos ofícios mecânicos, aos quais opõe o feliz destino do escriba, a nobreza dêste ofício de chefe; a mesma admoesta  o    referida ao nome de Amemope, primeiro arquivista real sob Ramsés II (1298-1232). Êsses textos tinham-se tornado clássicos: foram-nos transmitidos sob a forma de "excertos escolhidos" e permaneceram por muito tempo populares, a tal ponto fundamentais eram os sentimentos que exprimem (7).

A idéia elevada que se faz da arte do escriba encontra sua expressão simbólica na idéia de que a escritura é uma coisa sagrada, de origem e inspira  o divinas, disposta sob o patrocínio de um deus, Tot, por exemplo, no Egito, Nabu, filho do deus da sabedoria Ea, na Mesopotâmia (8).

A EDUCAÇÃO DO ESCRIBA ORIENTAL

Podemos entrever o quadro, os programas, o método e, em certa medida, a história da educa  o que, nas civiliza  es orientais, conduzia a essa cultura. Existiam escolas para a forma  o do escriba (entre os judeus, a casa de instru  o, *b  (y)t midh e rasch* ²), escolas cujas ruínas a arqueologia mesopotâmica cr   por vêzes descobrir, como recentemente em Mari, sôbre o Eufrates, onde A. Parrot desenterrou, nas ruínas do palácio incen-

2. *Eclesiástico* (Velho Testamento) 51, 23.

diado ao fim do segundo milênio, duas salas de aula, com fileiras paralelas de bancos de dois, três ou quatro lugares e, cobrindo o solo, todo um material escolar de "escrivaninhas" de terracota, de tabuletas e de conchas (9).

O mestre ensinava primeiramente ao aluno a maneira de segurar o estilo ou o cálamo e de imprimir ou traçar os sinais elementares; depois, dava-lhe um modelo para copiar ou para reproduzir: sinais simples, a princípio, depois cada vez mais complicados, palavras isoladas, nomes próprios, por exemplo; depois, pouco a pouco, frases inteiras, textos mais desenvolvidos, tipos de correspondência, sobretudo. Descobrimos, em papiros e tabuletas, modelos compostos pelo mestre e deveres de escolares (10).

A pedagogia era muito elementar e procedia por doutrinação passivo: apoiada na docilidade do aluno, recorria naturalmente, como mais tarde a pedagogia clássica, a castigos corporais os mais pesados: o hebraico *mûsar* significa ao mesmo tempo instrução e correção, castigo. Também aqui os textos mais pitorescos são de origem egípcia: "As orelhas do adolescente ficam nas suas costas: êle escuta quando apanha." "Educaste-me quando eu era criança, declara a seu mestre um aluno agradecido: batias nas minhas costas e teu ensinamento entrava por minha orelha (11)."

Ao lado desse ensino da escrita, havia um ensino oral. O mestre lia um texto, comentava-o, interrogava o aluno a respeito do mesmo; o nível elevava-se e verdadeiras discussões acabavam travando-se entre êles (12). Com efeito, imaginar a educação oriental estritamente reduzida a uma instrução técnica e utilitária seria fazer dela uma imagem falsa. A formação do escriba visava mais alto e pretendia assegurar uma formação completa do caráter e da alma, aquilo que se chama, com propriedade, Sabedoria — palavra admirável que esquecemos e que o exemplo antigo pode útilmente ajudar-nos a redescobrir.

Do Egito chegou-nos toda uma literatura sapiencial cuja composição se escalona da V à XXV dinastia (séculos XXVI-VIII), dos *Ensinamentos* de Ptahotep aos de Amenemope (13), e cuja longa popularidade se explica pelo papel de clássicos que desempenhavam êles na edu-

cação. Esta sabedoria egípcia, fonte pelo menos literária da sabedoria de Israel (14), tinha seu equivalente numa tradição mesopotâmica paralela, que se completará tardiamente na *Sabedoria de Ahiqar* (15). Sabedoria oriental cujas ambições não se deve inflar para que não se seja levado, em contraposição, a depreciar-lhe o conteúdo real: em princípio, apenas uma sabedoria prática, uma habilidade, que começa pela civilidade pueril e sensata para elevar-se a arte de conduzir-se na vida, e, antes de tudo, na arriscada vida da corte, onde o escriba tem sua carreira a vencer, mas que, em seguida, desemboca em uma alta moral, cheia de elevação religiosa. Aspecto notável, pelo qual esta educação oriental se aparenta com a educação clássica, que, por sua vez, manifestará a mesma preocupação de formação total, de perfeição interior e ideal.

Entre uma e outra, patenteia-se, todavia, um contraste cronológico, pois esta cultura oriental e esta educação do escriba são testemunhadas em um tempo remotíssimo: encontram-se já completamente elaboradas desde o final do quarto milênio. Suas origens escapam-nos no Egito, pois situam-se, sem dúvida, no Delta, cujo clima, relativamente úmido, não permitiu a conservação do papiro: o uso da escrita e a organização da administração real estão já estabelecidos por ocasião da fundação da monarquia tinita (dinastias I-II, por volta de 3200) (16). Na Mesopotâmia, estamos melhor aqinhoados: as tabuletas de argila, indestrutíveis, permitem-nos assistir ao nascimento conexo da escritura e da cultura do escriba, e mesmo da educação, desde o período de *Jemdet-nasr*, contemporâneo às duas primeiras dinastias egípcias, ou, mais precisamente, desde o período anterior de *Uruk III*, cuja escrita, ainda pictográfica, é atestada por tabuinhas de contabilidade e quicá também por exercícios escolares (17).

ESCRIBAS MINÓICOS E MICÊNICOS

Creta e, também, em certa medida, a Hélade continental, conheceram sem dúvida um tipo análogo de educação nos dias áureos da civilização minoana: os dados arqueológicos sugerem, durante os períodos do Minóico

Médio e Recente (1700-1400?), a existência de uma sólida monarquia, da qual Tucídides conservava ainda a memória³, e que devia também possuir uma administração de escribas funcionários.

Dispuseram êstes de um sistema de escrita original, que até agora não logramos decifrar, mas cuja evolução formal podemos acompanhar desde um duplo estágio hieroglífico até uma forma linear, atestada também sob dois aspectos. Alguma coisa dêle sobreviveu no sistema de escrita silábica usado em Chipre em plena época clássica, o que permite pelo menos entrever, de maneira conjectural, o caráter parcialmente silábico do minoano linear (18).

➤ A existência desses escribas supõe a existência de uma educação e de escolas para formá-los, mas ainda não descobrimos nenhum documento fidedigno referente a uma ou a outras (19). De resto, seu conhecimento lançaria poucas luzes sobre as origens da educação grega clássica, uma vez que entre as duas civilizações não houve filiação regular, mas solução de continuidade. Sem dúvida, e hoje se tem a prova disto (20), a técnica da escritura e, por conseguinte, a cultura de escriba, prolongou-se durante o período miceniano (Heládico Recente, 1400-1200), numa Grécia daí por diante povoada de indo-europeus, ou helênicos, mas uma e outra desapareceram definitivamente (salvo em Chipre talvez, mas que importa essa região perdida?) na grande subversão que se convencionou designar pelo nome de invasão dórica. Deixemos os historiadores discutirem, apoiados em hipóteses, sobre a interpretação etnográfica que convém dar desse grande fenômeno; a arqueologia é suficiente para atestar sua realidade: a civilização creto-micênica acabou numa grande catástrofe.

Sem dúvida, dela nem tudo pereceu então: é moda hoje, e não sem razão, ressaltar as sobrevivências minóicas e micênicas que apresenta a civilização helênica clássica em um grande número de domínios: religião, poesia, artes plásticas. Advirta-se, todavia, que o que sobreviveu são produtos de civilização, elementos isolados, não o sistema, a Forma, que confere a uma civili-

3. Tucídides, *História da Guerra do Peloponeso*, I, 4.

zação sua unidade interior e seu valor espiritual. Nas idades obscuras que sucedem à catástrofe (1000-700), desdobra-se um período de semibarbárie no qual, após a quebra da tradição, assistimos a um novo começo: a civilização grega elabora-se então a novas expensas.

Ora, a educação não é um destes elementos que se podem comunicar, em estado puro, de uma civilização a outra: sumo e extrato de uma cultura, ela é inseparável de sua Forma, e com ela perece. Na verdade, a cultura grega é violentamente impelida, pela "invasão dórica", a um estágio de barbárie guerreira; a educação grega, sem relação daí por diante com a educação dos tempos minóicos, opor-se-á, por longos séculos, à dos escribas orientais. Sua história, como a de toda a cultura clássica, só podemos fazê-la partir de Homero.

PRIMEIRA PARTE

ORIGENS
DA EDUCAÇÃO CLÁSSICA:
DE HOMERO A ISÓCRATES

CAPÍTULO I

A EDUCAÇÃO HOMÉRICA

É realmente de Homero que nossa história deve partir: é em Homero que começa, para não mais interromper-se, a tradição da cultura grega: seu testemunho é o mais antigo documento que podemos, proveitosamente, compulsar acêrca da educação arcaica. O papel de primeiro plano, desempenhado por Homero na educação clássica, convida-nos, por outro lado, a determinar com precisão aquilo que podia já representar, para êle, a educação (1).

INTERPRETAÇÃO HISTÓRICA DE HOMERO

Não é certamente sem precaução que o historiador pronunciará o nome de Homero (2): êle não pode falar simplesmente da "época homérica": a *Ilíada* e a *Odisséia* apresentam-se-lhe como dois documentos de caráter complexo, e sua análise deve procurar discernir a herança de uma velha tradição legendária e poética, de um lado, e a contribuição própria do poeta, de outro; deve ela distinguir entre a composição de conjunto da obra e as modificações, inserções e conexões que o filólogo crê descobrir.

Na medida em que parece estabelecer-se um acôrdo sôbre uma questão disputada exaustivamente (3), tende-se a admitir que nosso texto — aquêle que, segundo se pensa, Hiparco teria levado, no fim do reinado de seu pai Pisístrato (†528/7), da Jônia para Atenas, onde foi adotado oficialmente para o concurso de rapsodos das Panatenéias¹ — existia, substancialmente, desde o século VII. Partindo dessa data, fomos levados, aos pou-

1. [PLATÃO] *Hiparco*, 228 b.

cos, a fixar a composição dos cantos essenciais da *Ilíada* (a *Odisseia* parece mais tardia) numa data "que não pode ser muito posterior aos meados do século VIII" (4). Supondo-se que essa redação deva ser considerada como obra de um só poeta — de um Homero real, antes que o resultado do esforço coletivo de várias gerações de aedos — ela exige a elaboração prévia de toda a tradição, bastante evoluída, suposta pela língua, o estilo, as lendas homéricas, à qual se deve conceder ao menos um século inteiro a título de margem, o que, entre tantas datas propostas pelos antigos (5) e pelos modernos, nos reconduz àquela em favor da qual se havia manifestado Heródoto, que faz Homero (e Hesíodo) viver "quatro centenas de anos de mim, não mais²", ou seja, por volta de 850.

Mas não basta ter feito remontar a epopéia inteira aos anos que medeiam entre 850 e 750: é necessário, ainda, determinar seu valor documental (6). Será útil não o esquecer, Homero é um poeta, não um historiador; e, ademais, dá livre voo à sua imaginação criadora, uma vez que se propõe não a descrever cenas de costumes realistas, mas a evocar uma gesta heróica, projetada num passado prestigioso e longínquo, em que não somente os deuses mas também os animais falavam: recorde-se Xanto, um dos cavalos de Aquiles, dirigindo a seu dono palavras proféticas³, à semelhança do cavalo de Roland, no *Petit Roi de Galice*: pois não se deve exagerar o caráter singelo e primitivo desta obra, herdeira de uma experiência já tão amadurecida. Mas não se pode, tampouco, fazer de Homero um Flaubert ou um Leconte de Lisle, refertos de escrúpulos arqueológicos: a sua imagem de uma idade heróica é uma imagem compósita, em que se superpõem reminiscências esfiadas durante quase um milênio de história (certos elementos remontam para além das sobrevivências micênicas, aos belos dias da grandeza minoana: assim, por exemplo, quando a *Ilíada*⁴ evoca as danças da juventude de Cnosos e as acrobacias no "teatro" (χόρος) de Dédalo, destruído já por ocasião da catástrofe de 1400).

Entretanto, se essa imagem não contém muitos anacronismos, no conjunto deve tirar a maioria de seus

2. ΗΕΡΟΔΟΤΟ, *História*, II, 53. — 3. ΗΟΜΕΡΟ, *Ilíada*, XIX, 404-423. — 4. Idem, XVIII, 590-605.

elementos não precisamente talvez do período contemporâneo de "Homero" (a idade aristocrática das cidades da Jônia), mas daquele que o precedeu imediatamente, a idade medieva que sucede às invasões dóricas (1180-1000). Com a condição de proceder-se com prudência, eliminando tudo o que nêle se possa mesclar de mais antigo ou se tenha introduzido de mais recente, é possível servir-se de Homero como uma fonte válida para estas idades obscuras.

CAVALHEIRISMO HOMÉRICO.

Falaremos de uma "idade média homérica" não por tratar-se de um período pouco conhecido, inserto entre dois outros mais conhecidos, mas porque a estrutura política e social dessa sociedade arcaica apresenta analogias formais com a da nossa Idade Média ocidental (analogias que, obviamente, não cabe levar até um paralelismo paradoxal: na História não há retôrno idêntico e *omne simile claudicat*: falo de um cavalheirismo homérico no sentido em que se diz "o feudalismo japonês") (7). A comparação parece impor-se principalmente em relação à Idade Média primeva, aquela que vai da época merovíngia ao ano 1000: a sociedade homérica mostra-se bastante análoga ao pré-feudalismo carolíngio.

No vértice, o rei, cercado de uma aristocracia de guerreiros, de uma verdadeira côrte que compreende, de uma parte, o conselho dos grandes vassallos, homens idosos (γέροντες), honrados como tais, e cuja experiência os torna valiosos nos conselhos, a assessoria judiciária, e, de outra parte, o círculo dos fiéis, jovens guerreiros (κούροι) que formam a classe nobre, o λαός oposto à massa do δῆμος, dos plebeus, os Θῆτες. Estes κούροι (que equivalem aos *pueri vel vassalli* de Hincmar) podem ser filhos de príncipes ou de chefes, que sirvam ao rei de sua pátria, como podem ser recrutados entre os peões e os aventureiros alienígenas perseguidos: essa sociedade da idade média helênica é ainda bastante instável e bem próxima do tempo das invasões. Vivem êles na côrte (acaso não são companheiros do rei, ἑταῖροι?), alimen-

tados à sua mesa com as contribuições ou tributos recebidos pelo soberano.

Essa vida de comunidade, essa confraria de guerreiros (cujas conseqüências para a história da educação e da moral logo veremos) dura até o dia em que, em recompensa por seus leais serviços, o súdito fiel é enfeudado, mediante a outorga de um domínio (τέμενος) provido dos rendeiros necessários ao seu usufruto e subtraído ao domínio público. Concessão a princípio precária, ou pelo menos transitória, antes de estabilizar-se e tornar-se hereditária. Parece que da *Íliada* à *Odisséia* se processa uma evolução análoga àquela por que passou a sociedade carolíngia: a nobreza torna-se cada vez mais senhora de seus feudos, ao passo que o poder real se desintegra pouco a pouco ante a elevação desses domínios senhoriais à escala de pequenos burgos, os quais serão mais tarde aproximados e unidos para constituir a cidade clássica (os Códridas aparecem-nos um pouco assim como os Capetos da Ática).

A CULTURA CAVALHEIRESCA

Eis o fato fundamental que explicará as características originais da tradição educativa da Grécia clássica: a cultura grega foi, originariamente, privilégio de uma aristocracia de guerreiros. Vemo-la aqui, essa cultura, em seu estado nascente. Pois êstes heróis homéricos não são combatentes selvagens, guerreiros pré-históricos, como se compraziam em imaginá-los nossos predecessores românticos: em certo sentido, são já cavaleiros.

A sociedade homérica sucedera a uma velha civilização, da qual nem todos os refinamentos haviam desaparecido. Os jovens *κῆρυκες* dispensam a seu suzerano o que se pode chamar propriamente um serviço de côrte: como os donzéis da Idade Média, êles servem à mesa por ocasião dos festins reais: "os *κῆρυκες* enchem as crateras até às bordas": verso tão característico de seu papel de copeiros que voltamos a encontrá-lo, repetido ou interpolado, em quatro outros episódios⁵; serviço nobre, bem diverso do dos simples domésticos (*κῆρυκες*).

5. Idem, I, 463; 470. — 6. Idem, IX, 175; *Odisséia*, I, 148; III, 339; XXI, 271.

Participam também dos cortejos: sete jovens acompanharão Ulisses trazendo Briseida a Aquiles⁷; desempenham um papel nos sacrifícios, ao lado do sacerdote⁸, não somente como trinchantes, mas porque "cantam o belo peã e com sua dança celebram o Preservador",

καλὸν ἀείδοντες παιήονα κοῦροι Ἀχαιῶν
μέλποντες Ἑκάεργον⁹.

Pátroclo veio refugiar-se na côrte de Ftia, procedente de Opunte, sua pátria, depois de um assassinio involuntário. Seu próprio pai, Menécio, ali o apresenta ao rei Peleu; êste o acolhe com afabilidade e o põe ao lado de seu filho Aquiles, ao qual prestará o serviço nobre de "escudeiro" (têrmo com que A. Mazon traduz, elegantemente, o *Θεράπων* de Homero¹⁰).

Juntamente com as cerimônias, os jogos constituíam o aspecto dominante da vida dêstes cavaleiros homéricos. Jogos ora livres e espontâneos, meros episódios da vida cotidiana (esta vida nobre é já uma vida de lazeres de bom gôsto): como na festa promovida por Alcino¹¹: jogos esportivos (8), divertimentos "musicais": dança dos jovens feácios, dança da bola pelos filhos de Alcino, canto do aedo, dedilhar da lira: Aquiles, recolhido em sua tenda, disfarça sua pena cantando, somente para si mesmo, os feitos dos heróis, e acompanhando-se com a *phorminx* sonora¹²; possivelmente já, também, concursos de eloquência e disputas verbais (9).

Outras vêzes, ao contrário, constituem os jogos uma manifestação solene, organizada e regulamentada com diligência: que me baste lembrar, no canto Ψ da *Ilíada*, os jogos funerários em honra de Pátroclo: o boxe, tão caro já aos minoanos (10), a luta, a corrida, a justa, o arremêso de pêso, o tiro de arco, o dardo e, especialmente e em primeiro lugar, o esporte que ficará sendo sempre o mais nobre, o mais estimado: a corrida de carros¹³.

Sim, êstes cavalheiros distinguem-se bastante de guerreiros bárbaros: sua vida é realmente uma vida

7. *Ilíada*, XIX, 238 s. — 8. Idem, I, 463 s. — 9. Idem, I, 473-474. — 10. Idem, XXIII, 90. — 11. *Odisséia*, VIII, 104 s. — 12. *Ilíada*, IX, 186 s. — 13. Idem, XXIII, 261-897.

de côrte, já "cortês": implica um refinamento notável de atitudes: considere-se a amabilidade que revela Aquiles em seu papel de organizador e de árbitro dos jogos¹⁴, o espírito esportivo dos campeões e dos espectadores, seja do boxeador Epeio reerguendo seu adversário Eurialo após o duro golpe que acabava de pô-lo fora de combate¹⁵, seja dos aqueus contendo Diomedes quando, sob seus golpes, a vida de Ajax está em perigo¹⁶.

Essa polidez acompanha os heróis também no combate, até mesmo nos assaltos rituais de afrontas que preludiam a refrega. Subsiste ela em tôdas as circunstâncias: que refinamentos de cortesia nas relações entre Telêmaco e os pretendentes, relações no entanto tão tensas e transbordantes de ódio!

Essa atmosfera de polidez, pelo menos na *Odisséia*, que é mais recente, leva, como por seu florescimento normal, a uma grande delicadeza de atitude para com a mulher: como então êsses mesmos pretendentes não respeitam Penélope? Do velho Laertes se diz que, para não despertar o ciúme de sua espôsa, não se permitiu a si mesmo desfrutar da escrava Euriclêia¹⁷. A mãe de família é, realmente, senhora da casa: atente-se para Arete, rainha dos feácios; atente-se para Helena em sua casa, em Esparta: é ela quem acolhe Telêmaco, quem dirige a conversação, quem "recebe", na acepção mundana da palavra.

Cortesia, mas também habilidade (confluímos, aqui, na sabedoria oriental): como portar-se no mundo, como reagir ante circunstâncias imprevistas, como proceder e, antes de tudo, como falar: seja-me suficiente evocar Telêmaco em Pilos ou em Esparta, e Náusica diante de Ulisses náufrago.

Tal é, sumariamente esboçada, a imagem ideal do "perfeito cavalheiro" da epopéia homérica. Mas ninguém podia, espontaneamente, tornar-se um *κοῦρος* consumado: essa cultura, de conteúdo rico e complexo, supõe uma educação adequada. Ora, esta última não nos é desconhecida: Homero interessa-se pela psicologia de seus heróis na medida suficiente para que saibamos de que maneira foram eles educados, de que maneira

14. Idem, 257 s. — 15. Idem, 694. — 16. Idem, 822. — 17. *Odisséia*, I, 433.

puderam chegar a essa flor do cavalheirismo; a legenda heróica transmitia dados sôbre a educação de Aquiles exatamente como os ciclos épicos da Idade Média, que consagravam, por exemplo, uma canção de gesta aos *Enfances Vivien*.

QUIRÃO E FÊNIX

A figura típica de educador é a de Quirão, "o sapientíssimo centauro"¹⁸; grande número de lendas parece ter-se apossado de seu nome: êle educou não sômente Aquiles, mas ainda muitos outros heróis: Asclépio, o filho de Apolo¹⁹, Actéon, Céfalos, Jasão, Melânio, Nestor...; Xenofonte²⁰ enumera, de enfiada, vinte e um nomes. Consideremos aqui sômente a educação de Aquiles. Quirão era amigo e conselheiro de Peleu (que lhe deve, entre outras coisas, a fortuna de suas núpcias com Tétis): é de modo bastante natural que êste lhe confia o filho.

Grande número de monumentos literários e figurativos (11) mostram Quirão ensinando a Aquiles os esportes e os exercícios cavalheirescos, caça, equitação, dardo, ou as artes cortesias, como a lira, e mesmo (não reina êle sôbre as planícies do Pelion, ricas em ervas medicinais?) a cirurgia e a farmacopéia²¹; curiosa tintura de saber enciclopédico, de sabor bem orientalizante (pensar-se-á na imagem da cultura de Salomão, evocada pelo autor alexandrino da *Sabedoria*²²: não há dúvida de que se trata, aqui como lá, de uma imagem idealizada: o herói homérico deve saber tudo, mas é um herói; seria ingênuo imaginar que o cavalheiro homérico fôsse também, normalmente, um feiticeiro curandeiro).

Este último traço é o único explicitamente mencionado por Homero, mas um episódio da *Ilíada* apresenta-nos²³ outro mestre de Aquiles cuja aparência, menos mítica que a de Quirão, tem a vantagem de permitir-nos entrever, de maneira realista, o que seria essa educação cavalheiresca: trata-se do episódio de Fênix (12). A fim de contribuir para o êxito de sua difícil embaixada junto

18. *Ilíada*, XI, 832. — 19. *Idem*, IV, 219. — 20. XENOFONTE, *Sôbre a Caça* I. — 21. HOMERO, *Ilíada*, XI, 831-2; cf. IV, 219. — *Sabedoria de Salomão* (Antigo Testamento grego), 7, 17-20. — 23. HOMERO, *Ilíada*, IX, 434 s.

a Aquiles, Nestor sãbiamente reuniu, a Ulisses e Ajax, êste bom velho que poderá comover o coração de seu antigo pupilo (e é realmente enternecido, com efeito, que Aquiles responderá a seu "velho bom papai", como o chama: ἄττα γεραίε²⁴).

Para ser ouvido, Fênix julga que deve recordar a Aquiles tôda a sua história, num longo discurso²⁵ cuja prolixidade um tanto senil é bastante instrutiva para nós: Fênix, fugindo à cólera de seu pai (estavam em conflito por causa de uma bela cativa), veio refugiar-se na côrte de Peleu, que lhe outorgou um feudo nos Dól- lopes²⁶. É a êste vassalo querido que o rei vai confiar a educação de seu filho (não é êste também um traço bastante "medieval"?): é-lhe entregue bem criança; vemos Fênix tomar Aquiles sôbre os joelhos, cortar-lhe carne, fazê-lo comer, beber: "E quantas vêzes me molhaste, de vinho, a túnica, no penoso tempo da infância!²⁷"

"Fui eu quem fêz de ti o que tu és!", declara com orgulho o velho preceptor²⁸, pois que sua assistência não se restringira à primeira infância: ainda a êle é confiado Aquiles por ocasião de sua partida para a guerra de Tróia, a fim de que venha em socorro de sua inexperiência. Nada mais notável que a dupla missão de que Peleu o investira nessa ocasião: "Não passavas de uma criança e nada sabias ainda da guerra, que a ninguém poupa, nem das assembléias onde os homens se fazem ilustres. E foi para isso que êle me havia enviado: para ensinar-te a ser, ao mesmo tempo, um bom conselheiro, um bom realizador de façanhas (μύθων τε ζητῆρ' ἔμεναι, προηκτῆρά τε ἔργων)²⁹"; fórmula em que se condensa o duplo ideal do perfeito cavalheiro: orador e guerreiro, capaz de prestar a seu suzerano tanto serviço judiciário como serviço de campanha. A *Odisséia* mostra-nos, da mesma maneira, Atena instruindo Telêmaco sob a inspiração dos exemplos de Mentos³⁰ ou de Mentor³¹.

↳ Encontramos assim, na origem da civilização grega, um tipo de educação nitidamente definido: aquêle que

24. Idem, 607. — 25. Idem, 434-605. — 26. Idem, 480 s. — 27. Idem, 488-491. — 28. Idem, 485. — 29. Idem, 442. — 30. *Odisséia*, I, 80 s. — 31. Idem, II, 267 s.

o jovem nobre recebia dos conselhos e dos exemplos de um mais velho a quem tinha sido confiado em vista de sua formação.

SOBREVIVÊNCIAS CAVALHEIRESCAS

Ora, durante longos séculos (pode-se dizer que quase até o termo de sua história), a educação antiga conservará muitos traços que lhe vinham desta origem aristocrática e cavalheiresca. Não me refiro ao fato de as sociedades antigas, inclusive as mais democráticas, permanecerem sempre, para nós modernos, sociedades aristocráticas em virtude do papel que nelas desempenha a escravatura, mas a um elemento mais intrínseco: mesmo quando pretendiam e se reputavam democráticas (como a Atenas do século IV, com sua política demagógica em matéria de cultura: *Θεωπικόν*, arte ao alcance do povo, etc.), as sociedades antigas viviam sobre uma tradição de origem nobre: a cultura podia ser repartida igualitariamente, mas nem por isso conservava menos a marca dessa origem; estabelecer-se-á aqui, sem dificuldade, um paralelo com a evolução da civilização francesa, que progressivamente estendeu a tôdas as classes sociais e de algum modo, vulgarizou uma cultura cuja origem e inspiração são nitidamente aristocráticas: não acabou de tomar sua forma nos salões e na corte do século XVII? Tôdas as crianças da França descobrem a poesia e a literatura nas *Fábulas* de La Fontaine: êste as havia dedicado ao Grão Delfim e (l. XII) ao duque de Borgonha!

→ Eis por que convém examinar um pouco mais de perto o conteúdo da educação homérica e seu destino. Nela se distinguirão, como em toda educação digna deste nome (a distinção encontra-se já em Platão³²), dois aspectos: uma técnica, pela qual a criança é preparada e progressivamente iniciada em determinado modo de vida, e uma ética, algo mais que uma simples moral de preceitos: certo ideal da existência, um tipo ideal de homem a realizar (uma educação guerreira pode contentar-se em formar bárbaros eficazes ou, ao contrário, colimar um tipo refinado de "cavalheiros").

32. PLATÃO, *As Leis*, I, 643a-644a.

O elemento técnico já nos é familiar: manejo de armas, esportes e jogos cavaleirescos, artes musicais (canto, lira, dança) e oratória; arte de bem viver, traquejo mundano; sabedoria. Todas estas técnicas se encontrarão de novo na educação da época clássica, não certamente sem passar por uma evolução no curso da qual veremos, particularmente, os elementos mais intelectuais desenvolverem-se em detrimento do elemento guerreiro: quase que somente em Esparta este último conservará seu lugar de primeiro plano, embora sobreviva, mesmo na pacífica e civil Atenas, no gosto do esporte e em certo estilo de vida realmente viril.

Importa, mais ainda, analisar a ética cavaleiresca, o ideal homérico do herói, e constatar-lhe a sobrevivência na época clássica.

HOMERO, EDUCADOR DA GRÉCIA

Tal sobrevivência parece, à primeira vista, explicar-se pelo fato de ter a educação literária grega conservado, durante toda a duração de sua história, Homero como texto de base, como centro de todos os estudos: fato considerável, do qual nós dificilmente conseguimos imaginar as conseqüências, porque, se temos clássicos, não temos (como os italianos têm Dante e os anglo-saxões Shakespeare) *um* clássico por excelência; e a dominação de Homero sobre a educação grega exerceu-se de maneira bem mais totalitária ainda do que, entre uns ou outros, a de Shakespeare ou a de Dante.

Como o disse Platão³³, Homero foi, no mais pleno sentido, o educador da Grécia (τὴν Ἑλλάδα πεπαιδευκεν). E o foi desde o princípio (ἐξ ἀρχῆς), como já salientava Xenófanes de Cólofon³⁴ no século VI: vêde, no fim do século VIII, a profunda influência que, nesta Beócia ainda inteiramente campesina, exerce já sobre o estilo de Hesíodo (que começou sua carreira como rapsodo, recitador de Homero). E o será sempre: em plena Idade Média bizantina, no século XII, o arcebispo Eustácio de Tessalônica compilou seu grande comentário, acrescido

33. *A República*, X. 606e; cf. *Protágoras*, 339a. — XENÓFANES DE CÓLOFON, frag. 10 (ed. Dils).

de toda a contribuição da filologia helenística. Entre tantos testemunhos que atestam a presença de Homero à cabeceira de todo grego cultivado, como à de Alexandre em campanha, ressaltarei o do *Banquete* de Xenofonte³⁵, onde um personagem, Nicerato, nos diz: "Meu pai, desejando que eu me tornasse um homem completo (ἀνὴρ ἀγαθός), forçou-me a aprender Homero; e assim, até hoje, sou capaz de recitar de cor a *Iliada* e a *Odisséia*."

Em vista disso, deve-se admitir, o argumento se anula ou, pelo menos, serve a duas interpretações: porque a ética cavalleiresca permanecia no centro do ideal grego é que Homero, intérprete eminente desse ideal, foi escolhido e conservado como texto de base na educação. É necessário, com efeito, reagir contra uma apreciação puramente estética de sua longa primazia: não foi sobretudo por ser obra-prima literária que a epopéia foi estudada, mas porque seu conteúdo fazia dela um manual ético, um tratado do ideal. Com efeito, como o veremos adiante, o conteúdo técnico da educação grega evoluiu profundamente, refletindo as transformações profundas de toda a civilização: somente a ética de Homero podia conservar, ao lado de seu valor estético imperecível, uma projeção permanente.

Não pretendo, obviamente, que, no curso de tão longa sequência de séculos, essa projeção tenha sido, sempre, clara e exatamente compreendida. Na época helenística encontraremos pedagogos obtusos, que, com uma carência total de espírito histórico e subestimando a considerável diferenciação operada nos costumes, se esforçaram por descobrir em Homero todos os elementos de uma educação religiosa e moral válida para o tempo deles: com engenho frequentemente cômico, esforçavam-se por tirar, dessa epopéia tão pouco sacerdotal e, no fundo, de espírito tão "laico" (13), algo equivalente a um verdadeiro catecismo, ensinando não somente (o que era legítimo³⁶) a teogonia e a legenda dourada dos deuses e dos heróis, mas também uma teodicéia, e mesmo uma apologética, deveres para com os deuses e, mais que isso — todo um manual de moral

35. XENOFONTE, *O Banquete*, III, 5. — 36. HERÓDOTO, *História*, II, 53.

prática, ensinando, através de exemplos, todos os preceitos, a começar pelos da civilidade pueril e virtuosa; melhor ainda: pela prática da exegese alegórica, Homero era utilizado para ilustrar a própria filosofia...

Mas isso não passava de tolices; o verdadeiro alcance educativo de Homero residia alhures: na atmosfera ética em que êle faz atuarem seus heróis, no estilo de vida dêstes. Dêsse clima, nenhum leitor assíduo podia, a longo prazo, deixar de impregnar-se. É com razão que se pode falar aqui, como apraz fazê-lo a Eustácio, de uma "educação homérica" (ὁμηρικὴ παιδεία): a educação que o jovem grego hauria em Homero era a mesma que o Poeta imprimia a seus heróis, aquela que vemos Aquiles receber da boca de Peleu ou de Fênix, e Telêmaco, da de Atena.

A ÉTICA HOMÉRICA

Ideal moral de natureza bastante complexa: de início compreende aquêle, algo chocante para nós, do "homem das mil voltas" (πολύτροπος ἄνθρωπος), que aos nossos olhos encarna a suspeita figura de aventureiro levantino que Ulisses reveste por um momento na epopéia marítima: a sabedoria de vida, a habilidade do herói homérico assimila-se aqui, como o notei de passagem, à sabedoria prática do escriba oriental; converte-se na arte de saber desvencilhar-se em qualquer circunstância. Nossa consciência, depurada por séculos de Cristianismo, perturba-se por um momento diante disto: pense-se na satisfação indulgente de Atena diante de uma mentira particularmente frutífera de seu querido Ulisses!³⁷

Felizmente, porém, o essencial não está aí: muito mais do que o Ulisses do *Regresso*, é a nobre e impoluta figura de Aquiles que encarna o ideal moral do perfeito cavaleiro homérico; uma frase o define: uma moral heróica da honra. É a Homero, com efeito, que remonta, é em Homero que cada geração antiga reencontra aquilo que constitui o cerne fundamental desta ética aristocrática: o amor da glória.

A base sôbre a qual repousa é êsse pessimismo radical da alma helênica que o jovem Nietzsche tão pro-

37. HOMERO, *Odisséia*, XIII, 287 s.

fundamente meditou: a tristeza de Aquiles! (14) A vida breve, angústia da morte, pouca consolação a esperar da vida de além-túmulo: nada há ainda de bem firme, na idéia de uma sorte privilegiada que se possa receber nos Campos Eliseos, quanto ao destino comum das sombras, esta existência incerta e vaga, que escárneo! Sabemos como a julga o próprio Aquiles, na famosa apóstrofe que dirige, do Hades, a Ulisses, admirando a maneira pela qual as sombras vulgares se afastam, respeitadas, da sombra do herói: "Ah! Não tentes consolar-me de minha morte, ilustre Ulisses: eu preferiria, sendo lavrador, viver a serviço de um homem pobre, que não tivesse muitos bens, a reinar sobre estes mortos, sobre todo êste povo extinto!"³⁸

Esta vida tão breve, que seu destino de combatentes torna ainda mais precária, nossos heróis a amam ferozmente, com êste coração tão terrestre, com êste amor tão franco, sem segundo pensamento, que definem, a nossos olhos, certo clima da alma pagã. E, no entanto, esta vida cá embaixo, tão preciosa, não constitui a seus olhos o valor supremo. Estão dispostos — e com que decisão! — a sacrificá-la por algo mais elevado que ela própria; por isso a ética homérica é uma ética da honra (15).

Esse valor ideal, pelo qual a vida mesma é sacrificada, é a ἀρετή, palavra intraduzível, que não se pode exprimir, como o fazem nossos léxicos, por "virtude", a menos que se enriqueça êste vocábulo sem força de tudo aquilo que os contemporâneos de Maquiavel punham em sua *virtù*. A ἀρετή é, de modo muito geral, o valor, no sentido cavalheiresco da palavra, aquilo que faz do homem um bravo, um herói: "Ele tombou como um bravo que era (ἀνὴρ ἀγαθὸς γενόμενος ἀπέθανε)", fórmula incessantemente repetida para saudar a morte do guerreiro, a morte em que se consagra verdadeiramente seu destino, no sacrificio supremo: o herói homérico vive e morre por encarnar em sua conduta certo ideal, certa qualidade da existência, que esta palavra ἀρετή simboliza.

Ora, a glória, o renome adquirido no meio competente dos bravos, é a moderação, o reconhecimento obje-

38. Idem, XI, 488 s.

C. M. P. 17/10/1972
 tivo do valor. Donde êste desejo apaixonado da glória, de ser proclamado o melhor, que é a mola fundamental dessa moral cavalheiresca. Foi Homero o primeiro a formulá-la; em Homero os antigos redescobriram, com entusiasmo, esta concepção da existência como uma competição esportiva em que se trata de excelir êste "ideal agonístico da vida", em que, desde as brilhantes análises de Jakob Burckhardt, é clássico apontar um dos aspectos mais significativos da alma grega (16). Sim, o herói homérico, como, a seu exemplo, o homem grego, não é verdadeiramente feliz senão quando se sente, quando se afirma como o primeiro em sua categoria, distinto e superior.

É essa uma idéia fundamental na epopéia que, por duas vezes, põe o mesmo preceito, formulado pelo mesmo verso, na boca de Hipóloto, dirigindo-se a seu filho Glauco, e na do prudente Nestor, reportando a Pátroclo os conselhos de Peleu a seu filho Aquiles: "Ser sempre o melhor e conservar-se superior aos outros!"

ἀνὲν ἀριστεύειν καὶ ὑπείροχον ἔμμεναι ἄλλων 39.

A figura de Aquiles recebe, desta tensão da alma inteira para êsse fim único, aquilo que faz sua nobreza e sua grandeza trágicas: êle sabe (Tétis revelou-lho) que, uma vez vitorioso sôbre Heitor, deverá morrer; no entanto, de cabeça erguida, avança ao encontro dêsse destino. Não se trata, para êle, de sacrificar-se pela pátria aqueana, nem de salvar a expedição ameaçada, mas sômente de vingar Pátroclo, de subtrair-se ao opróbrio que o teria ameaçado. Avança unicamente por sua honra. Não vejo nisto nenhum individualismo romântico, embora êste ideal seja terrivelmente pessoal: êste amor de si mesmo (φιλαυτία), que Aristóteles analisará mais tarde, não é o amor do *eu*, mas do *Si*, da Beleza absoluta, do Valor perfeito que o herói procura encarnar numa Gesta que arrebatará a admiração da turba invejosa de seus pares.

Ofuscar, ser o primeiro, o vencedor, sobrepor-se, afirmar-se na competição, excluir um rival perante os juizes, realizar a façanha (ἀριστεία) que o classificará

39. *Iliada*, VI, 208 - XI, 784.

perante os homens, diante dos vivos, e talvez da posteridade, no primeiro plano: eis por que vive êle, e por que morre.

Sim, uma ética da honra, por vêzes bastante estranha para uma alma cristã; implica na aceitação do orgulho (μεγαλοψυχία), que não é um vício, mas o desejo elevado de quem aspira a ser grande, ou, no herói, a tomada de consciência de sua superioridade real; a aceitação da rivalidade, da inveja, esta nobre "Ερις, inspiradora de grandes ações que Hesíodo celebrará⁴⁰, e com ela, do ódio, como o reconhecimento de uma superioridade manifestada: vêde como Tucídides faz Péricles falar⁴¹: "O ódio e a hostilidade são sempre o que atraem, de imediato, aquêles que pretendem comandar os outros. Mas expor-se ao ódio por um fim nobre é bem inspirado!"

A IMITAÇÃO DO HERÓI

É em função desta alta idéia da glória que se define o papel próprio do poeta, que é de ordem educativa. O fim a. que sua obra se subordina não é essencialmente de ordem estética, mas consiste em imortalizar o herói. O poeta, dirá Platão⁴², "cobre de glória miriades de feitos dos antigos e *assim faz a educação da posteridade*": sublinho êste último traço, que parece fundamental.

→ Para compreender qual foi a influência educadora de Homero, basta lê-lo e ver como êle próprio procede, como êle concebe a educação de seus heróis. Faz-lhes propor, por seus conselheiros, grandes exemplos tirados à gesta legendária, exemplos que devem despertar nêles o instinto agonístico, o desejo de rivalizar. Assim Fênix propõe a Aquiles, ao pregar-lhe a conciliação, o exemplo de Meleagro: "É exatamente isto o que nos ensinam os feitos dos antigos heróis... Recordo-me ainda desta gesta (τόδε ἔργον), uma história bem antiga...⁴³"

Da mesma maneira Atena, querendo despertar afinal a vocação heróica nesse menino irresoluto que é Telêmaco, opõe-lhe o exemplo de decisão viril de Ores-

40. HESÍODO, *Os Trabalhos e os Dias*, 17 s. — 41. TUCÍDIDES, *História da Guerra do Peloponeso*, II, 64. — 42. PLATÃO, *Fedro*, 245a. — 43. HOMERO, *Ilíada*, IX, 524 s.

tes: "Deixa os brinquedos de criança, que não são mais para a tua idade. Vê o renome que entre os humanos conquistou o divino Orestes, quando matou o assassino de seu pai, êsse astucioso Egisto! ⁴⁴" O mesmo exemplo aparece ainda três vêzes ⁴⁵.

Tal é o segredo da pedagogia homérica: o exemplo heróico (παράδειγμα). Assim como a baixa Idade Média nos legou a *Imitação de Cristo*, a idade média helênica transmitiu à Grécia clássica, por meio de Homero, esta *Imitação do Herói*. É nesse sentido profundo que foi Homero o educador da Grécia: como Fênix, como Nestor ou Atena, continuamente apresenta, ao espírito de seu discípulo, modelos idealizados de ἀρετή heróica; ao mesmo tempo, pela perenidade sua obra, manifesta a realidade desta suprema recompensa que é a glória.

A História atesta o quanto suas lições foram ouvidas: o exemplo dos heróis frequentou a alma dos gregos. Alexandre (como Pirro, depois dêle) julgou-se, sonhou ser um nôvo Aquiles: quantos gregos aprenderam como êle, em Homero, "a subestimar uma vida longa e sem brilho por uma glória breve", mas heróica!

Sem dúvida, não foi Homero o único educador que a Grécia ouviu: de século em século, os clássicos vieram completar o ideal moral da consciência helênica (vêde como Hesíodo a enriquece já com suas noções tão preciosas de Direito, Justiça, Verdade); todavia, não é menos verdadeiro, por isso, que Homero representa a base fundamental de toda a tradição pedagógica clássica, e, quaisquer que tenham sido, aqui ou ali, as tentativas de sacudir sua influência tirânica, a continuidade dessa tradição manteve viva por séculos, na consciência de todos os gregos, sua ética feudal da façanha.

44. *Odisséia*, I, 296 s. — 45. *Idem*, I, 30, 40; III, 306.

CAPÍTULO II

A EDUCAÇÃO ESPARTANA

Esparta, testemunha privilegiada do arcaísmo, constituiu mui naturalmente a segunda etapa de nossa história: podemos observar como a educação cavalleiresca homérica aí já se perpetua tão logo começa a evoluir. Cidade eminentemente militar e aristocrática, Esparta não irá muito longe na trilha que devia levar àquilo que chamei a "educação do escriba": continuará, ao contrário, por questão de honra, uma cidade de semi-iletrados. Embora sua meticulosa legislação termine por regulamentar quase tudo, inclusive as relações intraconjugais, por singular exceção sua ortografia jamais será uniformizada: a epigrafia revela-nos, nesse domínio, a mais estranha e a mais complacente anarquia (1).

Como Creta, também ela conservadora, aristocrática e guerreira (2), Esparta ocupa um lugar privilegiado na história da educação e, mais geralmente ainda, da cultura helênica: permite-nos ela atingir um estado arcaico, precocemente alcançado, da civilização antiga, e isso numa época em que Atenas, por exemplo, nada poderia ensinar-nos, praticamente não existindo. Desde o século VIII, a arte já floresce na Lacônia e o século VII é o grande século de Esparta, cujo auge, ou ἀκμή, para dizer em grego, se situaria, a meu ver, por volta de 600 (3).

Isso porque tal evolução precoce foi, mais tarde, bruscamente freada: após ter-se mostrado na vanguarda do progresso, Esparta, por uma inversão de papéis, tornou-se a cidade conservadora por excelência, mantendo, com férrea obstinação, velhos costumes já em desuso por toda parte: ela se torna, para toda a Grécia, um país de paradoxos, objeto de escândalos fáceis ou de admiração apaixonada da parte de teóricos utopistas: as-

sim é que o peplo arcaico das lacedemônias, aberto sobre o flanco direito, explica as maldades que o espírito licenciado dos atenienses assacava contra as φαῖνομηίδες.

Com efeito, parece realmente que essa originalidade, tão fortemente salientada por nossas fontes antigas, das instituições e dos costumes lacônios (e cretenses), seja devida tão só ao fato de êsses países conservarem, na época clássica, traços de civilização arcaicos, por toda parte apagados pela evolução — e não, consoante a hipótese racista de K. O. Müller, tão popular na Alemanha há mais de um século, devida a um espírito particular, ao gênio próprio dos povos de “raça” dórica (4).

Infelizmente, as fontes que nos permitem descrever a educação espartana são tardias: Xenofonte e Platão levam-nos somente até o século IV e seu testemunho é menos explícito que o de Plutarco e das inscrições que em sua maioria datam apenas dos séculos I e II de nossa era. Ora, Esparta não foi somente conservadora, mas reacionária: sua vontade de resistir à evolução natural, de remontar a corrente, de restabelecer os “costumes tradicionais de Licurgo” determinou, desde o século IV, um esforço de reajustamento e de restauração que, realizado ao longo da História, a conduziu a muitas restaurações arbitrárias, a falsas reintegrações pseudo-arqueológicas (5).

Seria necessário poder atingir, sob êstes arranjos, a educação real da Esparta arcaica, do século VIII ao VI e, mais particularmente, durante o belo período que se segue à submissão definitiva da Messênia, depois do esmagamento de sua dura revolta (640-610). Mas dessa idade de ouro não podemos entrever a educação tão nitidamente quanto a cultura.

CULTURA ARCAICA DE ESPARTA

Esta nos é acessível graças a duas ordens de documentos: os fragmentos dos grandes líricos: Tirteu, Alcman, e os resultados, surpreendentes, das escavações feitas pela Escola Inglesa de Atenas, notadamente as do santuário de Artemis Ortia (1906-1910). A aproximação destas duas séries de fontes, que se esclarecem mú-

tuamente, revela-nos uma Esparta bem destoante daquela imagem tradicional da cidade severa e bárbara, crispada num reflexo intratável de desconfiança: na época arcaica, ao contrário, Esparta é um grande centro de cultura, acolhedora para com os estrangeiros, as artes, a beleza, para com tudo o que pretenderá mais tarde repelir: ela é, então, aquilo que Atenas só se tornará no século V — a metropole da civilização helênica.

MILITAR E CÍVICA

Certamente, essa Esparta dos séculos VIII-VI é, antes de tudo, um Estado guerreiro: seu poderio militar permitira-lhe conquistar e reter um território que, duplicado desde a anexação da Messênia (735-716), faz dela um dos mais vastos Estados da Grécia; êle lhe conferiu um prestígio que ninguém, antes da vitória dos atenienses nas guerras médicas, poderá pensar em negar-lhe seriamente. O lugar dominante ocupado em sua cultura pelo ideal militar é atestado pelas elegias guerreiras de Tirteu, que ilustram belas obras plásticas contemporâneas, consagradas, como elas, à glorificação do herói combatente (6).

É, pois, permitido conjecturar que, nessa época arcaica, a educação do jovem espartano era já essencialmente, ou antes, continuara sendo uma educação precipuamente militar, um aprendizado direto e indireto do ofício das armas.

Importa, contudo, salientar a evolução, técnica e ética ao mesmo tempo, que se registrara desde a idade média homérica: a educação do cidadão espartano não é mais a de um cavaleiro, mas a de um soldado; insere-se numa atmosfera "política", e não mais senhorial.

Na base dessa transformação ocorre uma revolução de ordem técnica: a decisão, no combate, não depende mais de uma série de encontros singulares de cavaleiros apeados de seus carros, mas do choque de duas linhas de infantes em ordem cerrada; a infantaria pesada dos hoplitas é doravante a rainha das batalhas (haverá em Esparta um corpo privilegiado de cavaleiros, mas estes ἰππεις parecem ter sido uma Polícia secreta de Estado).

Essa revolução tática teve, como o notou com rara perspicácia Aristóteles¹, profundas conseqüências morais e sociais (7): ao ideal, no fundo tão pessoal, que era o do cavaleiro homérico, do companheiro do círculo real, substitui-se doravante o ideal coletivo da πόλις, do devotamento ao Estado, o qual se torna, como não o era na época precedente, o quadro fundamental da vida humana, em que se desdobra e se realiza tôda a atividade espiritual. Ideal totalitário: a πόλις é tudo para seus cidadãos; é ela que os faz o que são: homens. Onde o sentimento profundo de solidariedade que une todos os cidadãos de uma mesma cidade, o ardor com que os indivíduos se empenham na salvação da pátria coletiva, prontos a se sacrificarem, êles, mortais, para que ela seja imortal: "é belo morrer, abatido na linha de frente, como um bravo que combate pela pátria", canta Tirteu, o melhor intérprete desta nova ética (8).

Trata-se, realmente, de uma revolução moral: descobrimos aí uma nova concepção da virtude, da perfeição espiritual, da ἀρετή, que não é mais a ἀρετή agonística de Homero. Muito conscientemente, Tirteu opõe o nôvo ideal ao antigo: "Eu não julgaria um homem digno de memória, nem faria caso dêle unicamente por seu valor na corrida a pé ou na luta, fôsse êle grande e forte como os ciclopes, mais veloz do que o trácio Bóreas, mais belo que Titono, mais rico que Midas ou Ciniras, mais poderoso que o filho de Tântalo, o rei Pélops, fôsse sua língua mais doce que a de Adrasto, possuísse êle tôda espécie de glória — se êle não tem o valor militar, se não é homem para resistir na batalha³... êsse é o verdadeiro valor (ἀρετή), é êsse o mais alto prêmio que um homem possa obter entre os homens; é um bem comunitário, útil à cidade e ao povo inteiro, que cada qual, bem apoiado nas duas pernas, resista na linha de frente, expulsando de seu coração tôda idéia de fuga⁴" (9).

△ Vê-se com que energia o nôvo ideal subordina a pessoa humana à coletividade política: a educação espartana, segundo a feliz fórmula de W. Jaeger, não terá mais por fim seleccionar heróis, mas formar uma cidade inteira de heróis — soldados prontos a se devotarem à pátria.

1. ARISTÓTELES, *Política*, IV, 1297b, 16-25. — 2. TIRTEU, frag. 10, 1-3. — 3. Idem, frag. 12, 1-10. — 4. Idem, 13-18.

ESPORTIVA

Mas seria fazer desta educação uma idéia bem pobre crê-la já estreitamente limitada sômente ao aprendizado direto do ofício militar. De suas origens cavaliheiras ela conservava muitos outros traços e maior riqueza: a começar pelo gosto e a prática dos esportes hípicos e atléticos.

Conhecemos bastante bem os fastos dos Jogos Olímpicos para podermos avaliar o lugar de honra que se asseguravam os campeões lacônios nestas competições internacionais: a primeira vitória espartana conhecida data da 15.^a Olimpíada (720); de 720 a 576, dos oitenta e um vencedores olímpicos conhecidos, quarenta e seis são espartanos; na prova decisiva da corrida a pé (corrida do estádio), dos trinta e seis campeões conhecidos, vinte e um são espartanos (10).

Êstes sucessos eram devidos tanto às qualidades físicas dos atletas quanto à excelência dos métodos de seus treinadores; sabemos, por Tucídide⁵, que se atribuíam aos espartanos duas inovações características da técnica esportiva grega: a nudez completa do atleta (por oposição aos calções estreitos, herdados dos tempos minóicos) e o uso do óleo para embrocação.

O esporte não está reservado aos homens: o atletismo feminino, sôbre o qual Plutarco se deterá tão prazerosamente⁶ (era, evidentemente, uma das curiosidades de Esparta, na época romana), é atestado desde a primeira metade do sexto século por encantadoras estatuetas que representam môças em plena corrida, levantando com uma das mãos a barra da saia — curta embora — de sua túnica de esporte (11).

E MUSICAL

Mas a cultura espartana não era sômente uma cultura física: pouco "letrada" (12), ela não ignora as artes; como na educação homérica, o elemento intelectual é aí essencialmente representado pela música, que, alojada no centro da cultura, assegura a ligação entre seus di-

5. TUCÍDIDES, *História da Guerra do Peloponêso*, I, 6. — 6. PLUTARCO, *Licurgo*, 14.

versos aspectos: pela dança, ela dá a mão à ginástica; pelo canto, veicula a poesia, única forma arcaica da literatura.

Plutarco⁷, retrçando a história das origens da música grega, aparentemente segundo Glauco de Régio (13), ensina-nos que Esparta foi, no século VII e no princípio do VI a verdadeira capital musical da Grécia: é em Esparta que florescem as duas primeiras escolas (καταστάσεις) que essa história enumera; a primeira, a de Terpandro, caracterizada pelo solo vocal ou instrumental, cobre os dois primeiros têrços do século VII, a segunda "catástase" (fim do século VII — início do VI), mais especialmente inclinada para o lirismo coral, foi ilustrada por Taletas de Gortina, Xenódamo de Citera, Xenócrito de Locres, Polimnesto de Cólofon, Sacadas de Argos: para nós, são quase que sòmente nomes, dos quais sabemos apenas terem sido gloriosos; mais conhecidos são os poetas (líricos e, portanto, músicos tanto quanto poetas), como Tirteu ou Alcman, cujos fragmentos conservados permitem-nos apreciar-lhes o talento, digamos mais, o gênio.

A origem estrangeira da maioria dêstes grandes artistas (se por um lado é pouco verossimil que Tirteu seja ateniense, Alcman parece proceder de Sardes) prova menos a impotência criadora de Esparta do que seu poder de atração exatamente como a carreira de um Haendel ou de um Glück atesta, dentro do seu tempo, o de Londres ou o de Paris). Se de tôda parte afluíam a Esparta criadores e virtuosos, é que êles estavam seguros de ali encontrar tanto um público digno dêles como ocasiões de fazerem-se conhecidos. Reaparece aqui a influência do nôvo papel desempenhado pela πόλις: a vida artística (e, de resto, também a vida esportiva) de Esparta encarna-se nas manifestações coletivas, que são instituições do Estado: as grandes festas religiosas.

Magnifico calendário o da Esparta arcaica! (14) Os sacrifícios aos deuses protetores da cidade servem de pretexto a procissões solenes (πομπαί), nas quais, como nas Jacíntias, cantos acompanham o cortejo das môças em carro e dos rapazes a cavalo, e, sobretudo, a compe-

7. *Sobre a Música*, p. 1134 B a.

tições de toda ordem, atléticas ou musicais: assim, no santuário de Artemis Ortia, os jovens de dez a doze anos disputavam dois concursos musicais e um jogo da "caça" (κασσηπατόριον); a festa nacional dórica das Carnéias associava, a banquetes, uma corrida de perseguição; nas Gimnopédias, organizadas por Taletas, ouviam-se dois coros, um de rapazes, outro de homens casados. Algumas dessas manifestações são, para nós, surpreendentes, como as danças (β(α)κυλλικά) em honra de Artemis, em que os dançarinos ostentavam horríveis máscaras de mulheres velhas, máscaras estranhas, cujo estilo evoca certos aspectos da arte maori (15).

De maneira geral, essas festas parecem ter-se erguido a um nível bastante elevado de refinamento artístico: por mais mutilados que estejam, os fragmentos que se conservaram do *Parteneion* de Alcman⁸, onde um coro de moças celebra, em termos inflamados, a beleza de suas monitoras, Ágide, Hagesícora, evocam magnificamente esta atmosfera cheia de graça, de poesia, de juventude e de jovialidade, e mesmo de travessura (16). Que dizer também deste outro fragmento⁹ em que o velho mestre (pois uma tal perfeição técnica exigia um ensino, monitores, mestres) se põe, a si próprio, em cena, numa convivência familiar e contudo delicada, com suas jovens coristas: lamentando que seus membros exauridos pela idade não lhe permitem mais participar de suas danças, desejaria êle ser o pássaro κηρύλος, o macho da alcíona, que as fêmeas conduzem sobre as asas.

Estamos longe, como se vê, da clássica tesura lacônica, dessa Esparta totalmente militar, caserna de "mosqueteiros que eram outros tantos cartuxos", para retomar, com Barrès, a expressão do marechal de Bassompierre; como estamos longe, sobretudo, da educação severa, selvagem, de um utilitarismo bárbaro, como a da tradição corrente acerca de Esparta!

A GRANDE RECUSA

A esta primavera precoce e florida sucede, entretanto, um verão rude: os historiadores estão mais ou menos de acordo em situar por volta de 550 um estacio-

8. ALCMAN, frag. 1. — 9. Idem, frag. 26.

namento brusco na evolução, até então regular, de Esparta (17). Na origem, uma revolução política e social, pela qual a aristocracia, conduzida talvez pelo éforo Quílon, quebra a agitação das classes populares, que podia ter provocado a segunda guerra de Messênia, e consolida seu triunfo por meio de instituições apropriadas. É então que começa o divórcio entre Esparta e as outras cidades gregas que, em seu conjunto, longe de voltarem à aristocracia, orientam-se antes para uma forma mais ou menos acentuada de democracia, no rumo da qual a tirania marca precisamente, nesta época, uma etapa decisiva.

Voluntariamente, Esparta se imobiliza nesse estágio de evolução que, por certo tempo, a havia colocado na vanguarda do progresso. Cessa de ser conquistadora após a anexação da Tireátida (± 550); politicamente, os éforos dominam os reis, a aristocracia e o povo; uma atmosfera sufocante de sêgrêdo, de tirania policial pesa sobre os cidadãos e, obviamente, sobre os estrangeiros, que, até esse momento tão bem acolhidos em Esparta, se tornam suspeitos, continuamente ameaçados pelo decreto de expulsão (*ξενιασία*).

Tudo isso é acompanhado de um empobrecimento progressivo da cultura: Esparta renuncia às artes e mesmo aos esportes atléticos, demasiado desinteressados, demasiado favoráveis ao desenvolvimento de fortes personalidades: maior número de campeões lacônios nos jogos olímpicos (18). Esparta torna-se puramente militar: a cidade está nas mãos de uma casta fechada de guerreiros, mantidos em estado de mobilização permanente e crispados num triplice reflexo de defesa nacional, política e social.

Em função desta situação nova foi estruturada a educação espartana clássica, tradicionalmente inspirada no patrocínio de Licurgo; de fato, só começamos a percebê-la, com seus quadros e seus métodos característicos, a partir do início do século IV através de Xenofonte¹⁰; o espírito conservador já se excede em reação, precisamente no meio que freqüentou Xenofonte, o dos "velhos espartanos", agrupados em torno de Agésilau, que lutam

10. XENOFONTE, *Constituição de Esparta*, 2.

contra a descompressão moral que se seguiu, como em tôdas as vitórias, ao triunfo de Esparta sôbre Atenas em 404, depois da terrível tensão da guerra do Peloponeso: êles se opõem ao nôvo espírito, encarnado, por exemplo, em Lisandro, em nome da velha disciplina tradicional, da qual o nome de Licurgo tende precisamente, daí por diante, a representar o símbolo.

Essa tendência não fará senão exacerbar-se na Esparta decadente do século IV, na Esparta completamente apagada da época helenística, na obscura Esparta municipal da época imperial romana: é então, quando a grandeza lacedemônia constitui apenas uma lembrança, que a educação espartana se consolida e reforça seus caracteres com uma violência tanto mais desesperada quanto, daí por diante, sem objeto.

EDUCAÇÃO DE ESTADO

Sob sua forma clássica (19), a educação espartana, a ἀγωγή, para dar-lhe o nome técnico, conserva o mesmo fim claramente definido: o “adestramento” do hoplita (é a infantaria pesada que havia feito a superioridade militar de Esparta: esta só será vencida depois das inovações táticas de Ifícrates de Atenas e dos grandes chefes tebanos do quarto século, que superarão seu instrumento de combate) (20). Organizada inteiramente em função das necessidades do Estado, está inteiramente nas mãos dêste. Receber a ἀγωγή, ser educado segundo as normas, é uma condição necessária, senão suficiente (21), para o exercício dos direitos cívicos.

A lei, exigente, interessa-se pela criança antes mesmo de haver nascido: há, em Esparta, tôda uma política de eugenismo. Apenas nascida, a criança deve ser apresentada, no Lesqueu, a uma comissão de anciãos: o futuro cidadão só é aceito quando é belo, bem formado e robusto; os raquíticos e disformes são condenados a ser lançados no monturo, nos Apótetas ¹¹.

Até os sete anos, o Estado consente em delegar seus poderes à família: nas idéias gregas, a educação

11. PLUTARCO, *Licurgo*, 1b.

ainda não começou; até os sete anos, trata-se apenas de "criação" ((ἀνα)τροφή); as mulheres de Esparta eram, nisso, tradicionalmente versadas: as amas lacônias eram bastantes procuradas e particularmente apreciadas em Atenas ¹².

Ao atingir sete anos, o jovem espartano é requisitado pelo Estado: até à morte, pertence-lhe inteiramente. A educação propriamente dita vai dos sete aos vinte anos; ela é disposta sob a autoridade direta de um magistrado especial, verdadeiro comissário da Educação nacional, o παιδονόμος. A criança é integrada em formações juvenis, cujas categorias hierarquizadas apresentam alguma analogia com as de nosso escotismo e, mais ainda, com as dos movimentos juvenis dos Estados totalitários de tipo fascista, como a *Gioventù fascista* ou a *Hitlerjugend*. A nomenclatura, complicada e pitoresca, que servia para designar a série das classes anuais, interessou os eruditos antigos e, depois dêles, os modernos. Limitar-me-ei a apresentar aqui o quadro que, após discussão, propus se fixasse (22). A ἀγωγή compreende treze anos, agrupados em três ciclos:

do 8.º ao 11.º ano, 4 anos de "meninice":	ᾠβίδας (sentido desconhecido), προμικκίζόμενος (meninote), μικκί(χι)ζόμενος (menino), πρόπαις (rapazola);
do 12.º ao 15.º, 4 anos de "rapaz" no sentido pleno:	πρωτοπάμπαις (rapaz já feito de 1.º ano), ἀτροπάμπαις (id. de 2.º ano), μελλείσῃν (futuro "irene"), μελλείσῃν (id. de 2.º ano);
do 16.º ao 20.º, 5 anos de efebia — o nome espartano do efebo é <i>irene</i> :	εἰρήν de 1.º ano ou σιδεύνας (?), εἰρήν de 2.º ano, εἰρήν de 3.º ano ou τριτείσῃν εἰρήν de 4.º ano, πρωτείσας (irene-chefe).

Aos vinte ou vinte e um anos o jovem, tendo concluído sua formação, mas não havendo satisfeito ainda tôdas as exigências do impiedoso Estado totalitário, entrava nas formações de homens feitos e, inicialmente, na dos "jogadores de bola" (σφαιρεῖς).

Estes três ciclos evocarão, no espírito do leitor, a série familiar: lobinho, escoteiro, pioneiro. A analogia

12. Alcibiades, 1.

com o escotismo vai mais longe: os meninos espartanos eram repartidos em unidades (ὕλαι ou ἀγέλαι) análogas às nossas alcatéias ou às nossas tropas, e, como estas, comandadas pelos rapazes maiores, os πρωτεῖραι de vinte anos, os mais velhos dos irenes¹³; eram subdivididas em pequenos grupos (βοῦαι), equivalentes às matilhas e patrulhas, comandados pelo mais sagaz dos seus membros, que ostentava, entre seus companheiros, o título cobinado de βουαγός, chefe da patrulha¹⁴ (23).

Esta educação de Estado é pois uma educação coletiva, que subtrai a criança à sua família para fazê-la viver numa comunidade de jovens. A passagem é, aliás, progressiva: durante os quatro primeiros anos, os “lobinhos” (μικκιχίζόμενοι) eram reunidos somente para jogos e exercícios; é aos doze anos que o “rapaz” (πάμπαις), submetido a uma disciplina mais severa, deixa a casa paterna pelo internato, ou melhor, pela caserna, de onde não deverá sair, mesmo depois de casado, antes da idade de trinta anos¹⁵.

INSTRUÇÃO PRÉ-MILITAR

Assim recrutados, que aprendiam os jovens espartanos? Seu adestramento visa, essencialmente, a torná-los soldados: tudo é sacrificado a esse objetivo único. E, em primeiro lugar, o aspecto intelectual da educação, doravante reduzido a um mínimo: “Os lacedemônios acham bom que as crianças não aprendam nem música nem letras; os jônios, ao contrário, consideram chocante ignorar estas coisas”, observa, por volta de 400, logo após a vitória espartana, o autor desconhecido dos Δισσοὶ λόγοι¹⁶, um sofista dórico que foi discípulo de Protágoras.

Não tomemos este julgamento ao pé da letra: os espartanos não eram completamente iletrados: Plutarco assegura-nos¹⁷ que aprendiam pelo menos “o necessário” à leitura e à escrita. Alguma coisa do refinado espírito atestado por Alcman sobrevivia na disciplina do “laco-nismo”, — a linguagem de uma brevidade afetada, buscando porém o chiste agudo e a zombaria mordaz¹⁸; do

13. XENOFONTE, *Constituição de Esparta*, 2, 5; 2, 11. PLUTARCO, *Licurgo*, 17.
— 14. HESÍQUIO DE ALEXANDRIA, *Léxico*, s. v. — 15. PLUTARCO, *Licurgo*, 16. — 16. II,
10. — 17. PLUTARCO, *Licurgo*, 16. — 18. Idem, 19.

mesmo modo conservavam, da tradição ilustrada por Terpendro e Tirteu, certo gosto pela música e pela poesia, adaptadas a fins educativos¹⁹.

Longe porém, está claro, de cultivar as artes somente por seu valor estético: se as elegias de Tirteu permaneciam na base do repertório²⁰, devem-no a seu conteúdo moral e a seu uso como canções marciais. O nível técnico do ensino musical parece ter baixado muito, depois do esplendor da época arcaica; já não era mais o caso de vê-lo enveredar pelos caminhos refinados da "música moderna": contava-se que os éforos tinham condenado Frinis (a menos que se tratasse de Timóteo de Mileto), como culpado de haver acrescentado novas cordas à lira comum (24). Pôsto de parte o canto coral, a única música praticada parece ter sido uma música militar análoga à de nossas fanfarras (sabe-se que na antiguidade a flauta fazia as vezes de nossos clarins e tambores, ritmando os movimentos do conjunto) (25): "Era, diz-nos ainda Plutarco²¹, um espetáculo ao mesmo tempo majestoso e terrível, o do exército espartano marchando para o ataque ao som da flauta."

Todo o esforço visa à preparação militar: vale dizer que a educação física ocupa o primeiro lugar; mas a prática dos esportes atléticos, e com estes a caça²², já não está mais ligada aí a um estilo de vida nobre, porém estritamente subordinada ao desenvolvimento da força física. Muito cedo, sem dúvida, à ginástica propriamente dita devia-se juntar um aprendizado direto do ofício militar: ao manejo de armas, esgrima, dardo, etc., juntavam-se os movimentos em ordem cerrada²³: o exército espartano, único exército de profissionais na Grécia clássica (que até o quarto século dispõe quase somente de exércitos improvisados de cidadãos), causava admiração a todos, por sua habilidade manobrista, passando de uma formação em fila a uma formação em linha por evoluções tão prontas quanto regulares, executadas de maneira impecável, tanto no campo de batalha como no campo de exercício.

19. *Idem*, 21. — 20. PLATÃO, *As Leis*, I, 629b. — 21. PLUTARCO, *Licurgo*, 22. — 22. PLATÃO, *As Leis*, I, 633b. — 23. XENOFONTE, *Constituição de Esparta*, 2.

MORAL TOTALITÁRIA

Mas esta educação do soldado atribuía tanta importância à preparação moral quanto à preparação técnica: sobretudo na primeira insistem nossas fontes. A educação espartana é completamente orientada para a formação do caráter, em conformidade com um ideal bem definido, aliás o mesmo que o reaparecimento do velho ideal totalitário fez renascer aos nossos olhos, em plena Europa do século XX, com toda a sua grandeza selvagem e desumana.

Tudo é sacrificado à salvação e ao interesse da comunidade nacional: ideal de patriotismo, de devotamento ao Estado até o sacrifício supremo. Mas, sendo a única norma do bem o interesse da cidade, só é justo aquilo que serve ao engrandecimento de Esparta; por conseguinte, nas relações com o estrangeiro, é comum o maquiavelismo, esse maquiavelismo de que os generais espartanos darão, no quarto século notadamente, tão escandalosos exemplos (26); donde o cuidado meticoloso com que se exercita a juventude na dissimulação, na mentira e no roubo²⁴.

Interiormente, procura-se desenvolver o senso comunitário e o espírito de disciplina: "Licurgo, diz-nos Plutarco²⁵, acostumou os cidadãos a não quererem, a nem mesmo saberem viver sós, a estarem sempre, como as abelhas, unidos pelo bem público, em torno de seu chefe." A virtude fundamental, e quase única, do cidadão do Estado totalitário é, com efeito, a obediência: a criança é exercitada nisso com minúcia: não fica jamais abandonada a si mesma, sem um superior; deve ela obediência aos seus superiores hierárquicos do pequeno βουαγός ao pedônomo (que a lei mune de "porta-chicotes" — μαστιγόφοροι — para que execute suas sentenças²⁶), e mesmo a todo cidadão adulto que possa encontrar²⁷.

Essa moral cívica, fundada no devotamento à pátria e na obediência às leis, desenvolve-se num clima de austeridade e de ascetismo, tão característico de Esparta quanto dos Estados modernos que procuraram imitá-la: a virtude espartana requer, como dizia Mussolini, um

24. Idem, 2, 6-8. PLUTARCO, *Licurgo*, 17-18. — 25. PLUTARCO, *Licurgo*, 25. — 26. XENOFONTE, *Constituição de Esparta*, 2. — 27. Idem, 2, 10; PLUTARCO, *Licurgo*, 17.

"clima duro": há nela um puritanismo confesso, uma repulsa pela civilização e por suas suavidades. O educador espartano procura desenvolver no jovem a resistência à dor²⁸: impõe-lhe, sobretudo a partir dos doze anos, um regime de vida áspero, no qual a nota de rudeza e de barbárie vai-se acentuando continuamente.

Mal vestido, a cabeça raspada e descoberta, descalço, o jovem deita sobre uma enxêrga de bambu do Eurotas, guarnecida no inverno de fibras de cardo²⁹. Mal alimentado, é convidado a roubar para completar o passadio³⁰.

Desenvolve-se sua virilidade e sua combatividade insensibilizando-o aos golpes: daí o papel dos conflitos entre bandos de rapazes, no Platanista³¹ ou diante do santuário de Ortia³², nos quais a virtude educativa da Discórdia, cara à velha ética cavalheiresca, é tomada em seu sentido mais direto e mais brutal; daí o papel da *criptia*, que parece ter sido originariamente menos uma expedição de terrorismo dirigida contra os ilotas do que um exercício de campanha, visando completar a resistência do futuro combatente à vida de emboscada e à guerra (27).

A EDUCAÇÃO DAS MÔÇAS

Tudo isso concerne à educação dos rapazes; a das môças era objeto de um esforço paralelo: recebiam elas uma formação estritamente regulamentada, na qual a música, a dança (28) e o canto desempenham um papel mais apagado que a ginástica e o esporte³³. A graça arcaica cede o passo a uma concepção utilitária e crua: como a mulher fascista, a mulher espartana tem o dever de ser antes de tudo uma mãe fecunda em filhos vigorosos. Sua educação é subordinada a esta preocupação de eugenia: procura-se "tirar-lhe a delicadeza e a feminilidade", enrijecendo-lhe o corpo, obrigando-a a exibir-se nua nas festas e nas cerimônias: o objetivo é fazer das virgens espartanas robustas viragos sem complicações sentimentais, que se acasalarão ao melhor dos interesses da raça...³⁴

28. PLATÃO, *As Leis*, I, 633bc. — 29. XENOFONTE, *Constituição de Esparta*, 2, 3-4; PLUTARCO, *Licurgo*, 16. — 30. XENOFONTE, *Constituição de Esparta*, 2, 5-8; PLUTARCO, *Licurgo*, 17. — 31. PAUSÂNIAS, *Descrição da Grécia*, III, 14, 8. — 32. XENOFONTE, *Constituição de Esparta*, 2, 9. — 33. *Idem*, 1, 4. — 34. PLUTARCO, *Licurgo*, 14.

A MIRAGEM ESPARTANA

Tal é a famosa educação lacedemônia, objeto de tanta curiosidade da parte dos modernos, e já dos antigos. É difícil, para um historiador francês, falar desta matéria com total isenção. De K. O. Müller (1824) a W. Jaeger (1932), a erudição alemã exaltou-a com uma admiração apaixonada: viu nela um efeito do espírito nórdico veiculado pela raça dória e a encarnação de uma política conscientemente racista, guerreira e totalitária, em que se teria concretizado por antecipação, como num modelo prestigioso, o ideal em que a alma alemã não cessou de nutrir-se, desde a Prússia de Frederico II, de Scharnhorst e Bismarck, até o III *Reich* nazista. Entre os franceses, Barrès foi levado, a exemplo daqueles, a admirar em Esparta “uma prodigiosa coudelaria”. A Grécia aparecia-lhe como “um agrupamento de pequenas sociedades para o aprimoramento da raça selênica”: “Essa gente, os espartanos, fez com que seu adestramento primasse” (*Le Voyage de Sparte*, págs. 199, 239).

Esse entusiasmo tivera precursores antigos (29): com efeito, conhecemos Esparta através sobretudo da imagem idealizada e romanesca que traçaram dela seus partidários fanáticos e, antes de todos, os que ela teve na sua velha inimiga, Atenas. Por volta do fim do quinto século, e mais ainda ao longo de todo o quarto, à medida que se acentuava e se estabilizava o triunfo das tendências democráticas, os partidários da velha direita, aristocratas ou oligarcas, levados a uma oposição intratável e estéril, verdadeira evasão interna, transferiram novamente para Esparta seu ideal recalcado: o historiador de hoje tem grande dificuldade em discernir os elementos que estiveram na base desta “miragem espartana”. O facciosismo laconizante reinante nos meios reacionários de Atenas, como por exemplo naquele em que viveu Sócrates, é tão forte quanto aquele que a burguesia francesa dos anos do “*Front Populaire*” manifestava em favor da ordem e do poderio da Itália mussoliniana.

ILUSÕES PERDIDAS

Em face de tal desencadeamento de paixões, pedir-se-me-á que fique impassível? Deixar-me-ei também arrebatado e denunciarei com veemência a fraude moral que supõe, em menosprêzo da sã cronologia histórica, uma tal exaltação da pedagogia espartana. Virando pelo avesso uma frase de Barrès, desqualificarei sem esforço os elogios que ela recebeu, dizendo que eles "cheiram a espírito subalterno": êste ideal é o de um suboficial de carreira!

Certamente, creio ser, tanto quanto qualquer outro, sensível à grandeza de Esparta; observo, contudo, que Esparta foi grande no tempo em que era bela e justa, nos dias dourados em que, como o celebrava Terpan-dro³⁵, floresciam ali "o valor dos moços, a musa harmoniosa e a justiça dos largos caminhos, senhora das belas façanhas", no tempo em que a virtude cívica e a fôrça de suas armas se equilibravam com um sorriso de humanidade, na graça maliciosa de suas virgens e na elegância de suas jóias de marfim. Esparta só começou a enrijar-se no momento em que declinou.

A desgraça de Esparta foi ter amadurecido demasiadamente cedo. Ela quis eternizar o instante bendito de uma *ἀκμή* precoce: ela se retesou, glorificando-se de não mais mudar, como se a vida não fôsse mudança e a morte a única coisa imutável! Tudo, nessa Esparta clássica, procede de uma rejeição da vida: no início, descobrimos o reflexo egoísta da aristocracia, recusando aos combatentes das guerras messênicas a extensão dos direitos cívicos. Exteriormente, Esparta não pôde senão invejar o crescimento de outros Estados ou das culturas mais recentes que a sua.

Crispada nessa atitude de repúdio e de defesa, ela teve somente o culto estéril da diferença incomunicável: daí esta necessidade odiosa que reencontramos no fascismo moderno, de constituir a contrafação dos costumes comuns, de destacar-se.

35. TERPANDRO, frag. 6.

E tantos esforços lograram sòmente camuflar uma decadência que, de geração em geração, nos aparece como mais irremediável. Esparta só conquistou Atenas, em 404, à custa de um esforço desmedido, que quebrou tôdas as suas energias e esgotou suas riquezas espirituais: os séculos seguintes apenas assistiram ao seu obscurecimento progressivo.

Ora, torno a dizê-lo, à medida que Esparta declina, sua educação precisa e reforça suas exigências totalitárias: longe de ver na ἀγωγή um método seguro de engendrar a grandeza, constato nisso a impotência total de um povo vencido que se ilude. Como?! êste eugenismo rigoroso corresponde à crescente oligantropia de uma cidade assolada pela desnatalidade e pelo egoísmo da classe dirigente, fortificada em suas ralas fileiras. Tantos esforços contra a natureza para produzir mulheres fortes redundavam sòmente em rainhas adúlteras, como Timéia, a amante de Alcibiades, ou mulheres de negócios, açambarcando a fortuna mobiliária e as terras, como as do terceiro século! (30). E que dizer dêste adestramento dos guerreiros? Ele intensifica seu rigor e sua ferocidade à medida que se torna menos eficaz e perde sua aplicação real.

Uma análise atenta das fontes mostra, com efeito, que esta rudeza espartana não é um legado das origens, mas não cessou de ir exagerando seus rigores. As Gimnopédias eram, no sexto século, ocasião de espetáculos musicais; mais tarde, a nudez prescrita às crianças perdeu seu valor ritual, para dar ocasião a concursos de resistência à insolação sob o terrível sol de verão. O santuário de Ártemis Ortia era, originariamente, também, palco de uma rixa inocente entre dois bandos de crianças disputando queijos empilhados sôbre o altar (o equivalente de certas partidas organizadas nas grandes escolas da França e nos colégios britânicos). Na época romana, e na época romana sòmente, esta cerimônia converteu-se na prova trágica da διαμαρτίῳσις, em que os rapazes sofrem uma flagelação selvagem e rivalizam em resistência, às vêzes até à morte, sob os olhos de uma multidão atraída por êste espetáculo sádico (31); e a tal ponto que será necessário construir um teatro hemicíclico, diante do templo, para alojar os turistas

vindos de tôda parte. E isto em que época?! Mas no Alto Império, quando a paz romana reina de uma à outra extremidade do mundo civilizado, quando um pequeno exército de mercenários basta para conter os bárbaros para além das fronteiras bem protegidas, quando floresce uma civilização inteiramente imbuída de um ideal civil de humanidade, então Esparta adormece, como pequeno município tranqüilo da desarmada província de Acaia!

CAPÍTULO III

DA PEDERASTIA COMO EDUCAÇÃO

“É-me realmente necessário falar, aqui, da pederastia, porque interessa à educação”, declara Xenofonte¹ ao deparar este assunto, em sua análise das instituições de Esparta. Não posso senão fazer minhas as suas palavras: ninguém ignora o lugar que o amor masculino ocupou na civilização helênica (1), e esse lugar, como se verá adiante, é particularmente notável no âmbito da pedagogia. E, apesar disto, esse assunto, essencial, é as mais das vezes tratado pelo historiador com circunspecção excessiva, como se proviesse de uma curiosidade malsã. Com efeito, os modernos perderam muito tempo a escrutar, maliciosamente, os testemunhos antigos relativos aos “amôres mancebos”, interessando-se somente pelo aspecto sexual da coisa: uns quiseram fazer da antiga Hélade um paraíso dos invertidos — o que é excessivo: o próprio vocabulário da língua grega (2), bem como a legislação da maioria das cidades helênicas (3), atestam que a inversão jamais deixou de ser ali considerada como um fato “anormal”; outros procuraram iludir-se com uma apologia da pederastia pura, diversa da inversão sexual, desdenhando os mais formais testemunhos (4).

Que havia de verdade em tudo isso? A questão é, naturalmente, complexa: seria necessário distinguir os diferentes níveis de moralidade, segundo as épocas e os lugares, uma vez que os povos gregos não reagiam todos da mesma maneira em face da pederastia². Considere-se a dificuldade que terão os sociólogos do futuro quando quiserem determinar, por exemplo, em que consistia o adultério para os franceses do século XX: justapor-se-ão em suas fichas, como se justapõem nas nossas, os

1. XENOFONTE, *Constituição de Esparta*, 2, 12. — 2. PLATÃO, *O Banquete*, 182bd.

testemunhos contraditórios da antigüidade — documentos tão diversos quanto os “vaudevilles” do Palais-Royal e a literatura espiritual relativa ao casamento cristão.

Estudar, porém, a técnica da inversão, ou determinar a proporção de homossexuais na sociedade grega, é algo que quase só interessa à psiquiatria ou à teologia moral; o verdadeiro interesse humano não está aí, mas reside na concepção do amor (que desde o século XII aprendemos a aprofundar mais além da *libido*, no sentido biológico do termo) e no papel que este exerce na vida.

O AMOR GREGO, COMPANHEIRISMO GUERREIRO

Para o historiador, basta constatar que a antiga sociedade grega alojou a forma mais característica e mais nobre do amor no intercurso passional entre homens ou, mais precisamente, entre um mais velho, adulto, e um adolescente (a idade teórica do erômeno oscilando dos quinze aos dezoito anos). Terem tais relações muitas vezes acarretado contatos sexuais contrárias à natureza, é bem fácil compreendê-lo: basta reportarmo-nos a dados e estatísticas e pensarmos na fraqueza da carne; contudo, mais uma vez, isso é menos importante do que as consequências produzidas, sobre o conjunto da civilização, por uma tal maneira de experimentar sensações.

O amor pelos jovens foi — como a nudez atlética, com a qual aliás se relaciona estreitamente —, como o perceberam bem os judeus do tempo dos Macabeus³ e os velhos romanos⁴, umas das características peculiares do helenismo, um dos costumes que mais nitidamente o contrapunham aos “bárbaros”⁵, e, portanto, para o mesmo helenismo, um dos apanágios marcantes da nobreza do homem civilizado.

Embora a pederastia não apareça na obra de Homero (5), não creio que se deva hesitar em reportá-la a uma época bastante remota (6). Ela está ligada a toda a tradição propriamente helênica: foi sem razão

3. Segundo Livro dos *Macabeus*, 14, 9-16. — 4. ENIO ap. CÍCERO, *As Tusculanas*, IV, 70. — 5. HERÓDOTO, *História*, I, 135; LUCIANO, *Amores*, 35.

que a erudição alemã a apontou, muita vez, como uma originalidade da raça dórica (7); com efeito, encontramos-a também alhures, e, se é fato que os Estados dóricos lhe concederam um lugar senão maior pelo menos mais oficial, deve-se isto, repito-o, ao fato de Creta e Esparta terem experimentado uma ossificação arcaizante em suas instituições: foi isso, também, que fez uma e outra conservarem ainda, em plena época clássica, muitos traços do seu estilo de vida militar originário.

A pederastia helênica parece-me, na verdade, uma das sobrevivências mais nítidas e mais duráveis da idade média feudal. Sua essência reside num companheirismo de guerreiros. A homossexualidade grega é de tipo militar; ela é bastante diferente desta inversão iniciatória e sacerdotal que a etnologia estuda hoje em toda uma série de povos "primitivos", proveniente das mais diversas regiões da Terra (Austrália, Sibéria, América do Sul e África bantu) e que serve para introduzir o feiticeiro num mundo mágico de relações supra-humanas (8). Do amor grego não seria difícil, contudo, encontrar paralelos, menos distanciados de nós no espaço e no tempo: penso no processo dos Templários, nos escândalos que em 1934 eclodiram no seio da *Hitlerjugend* e nos costumes que, segundo dizem, vigoraram durante a última guerra entre as fileiras de certos exércitos.

A atração efetiva entre homens parece-me uma constante das sociedades guerreiras, nas quais um grupo de homens tende a encerrar-se em si mesmo. A exclusão material das mulheres e o total retraimento destas acarretam, sempre, uma ofensiva do amor masculino: pense-se na sociedade muçulmana (exemplo que, a bem dizer, se insere num contexto de civilização e de teologia completamente diverso). A coisa é ainda mais notória no ambiente militar: tende-se ali a deslustrar o amor normal do homem pela mulher, exaltando-se um ideal de virtudes viris (fôrça, bravura, fidelidade), cultivando-se um orgulho propriamente masculino, sentimento fortemente expresso por Verlaine nas duas peças de *Parallèlement* em que celebra, com cinismo agressivo, a recordação de suas orgias com Rimbaud:

...Peuvent dire ceux-là que sucre le haut Rite!

A cidade grega, este "clube de homens", conservará sempre essa reminiscência da cavalaria primitiva: que o amor masculino esteja aí bem associado à *Kriegskameradschaft* é o que atestam numerosos costumes (9). Professava-se, no círculo de Sócrates⁶, que o exército mais invencível seria aquele composto de pares de amantes, mutuamente incitados ao heroísmo e ao sacrifício: esse ideal foi efetivamente concretizado, no quarto século, na tropa de elite criada por Górgidas, cujo batalhão sagrado foi formado por Pelópidas e a quem Tebas deveu sua efêmera grandeza⁷.

Um texto célebre, de Estrabão⁸, permite-nos evocar, com nitidez, a atmosfera característica dessa concepção nobre do amor viril. Em Creta — diz-nos ele —, o jovem era objeto, por parte de seu amante, de um verdadeiro seqüestro, praticado aliás com a conivência dos companheiros. Conduzido inicialmente ao "clube de homens" (ἄνδρῶν) do raptor, ele partia, com este e os amigos, para uma estada de dois meses no campo, estada que incluía banquetes e caçadas. Findo o tempo da lua-de-mel, o retôrno do efebo era solenemente festejado; entre outros presentes, recebia uma armadura, oferecida pelo amante, de quem se tornava então ο παρασταθείς, ο escudeiro. Admitido na Ordem dos Ilustres (Κλεινοί), ele está doravante plenamente integrado na vida nobre, já figura entre os homens, ocupa o lugar de honra nos coros e nos ginásios. Trata-se, efetivamente, como se vê, do aliciamento de uma fraternidade aristocrática e militar; Estrabão insiste na elevada posição social exigida, em pé de igualdade, dos dois amigos, e acrescenta: "Em tais relações, busca-se menos a beleza que a bravura e a boa educação."

Como de costume, nosso autor lança um véu pudico sôbre o aspecto sexual destas práticas. Os modernos, ao contrário, tiveram mais a oferecer nesse particular: sustentaram que o rito de iniciação, de integração na comunidade máscula consistia não na ligação considerada em sentido amplo, mas, bem precisamente, no ato anormal — o humor viril realizando, de modo material e brutal, a transmissão, de macho para macho, da virtude guerreira (10).

6. PLATÃO, *O Banquete*, 178c; XENOPONTA, *O Banquete*, VIII, 32. — 7. PLUTARCO, *Pelopidas*, 18. — 8. ESTRABÃO, *Geografia*, X, 483.

Na verdade, isso ultrapassa de muito os dados dos nossos textos: eis, aí, um destes exageros obscenos a que os sociólogos modernos têm submetido os ritos e as lendas considerados como "primitivos": tais hipóteses decorrem de uma psicanálise elementar — tantos recalques ingênuos se insinuam na alma dos sábios!...

De qualquer modo que se tenha manifestado nas origens, a prática da pederastia subsistiu, profundamente arraigada nos costumes, mesmo depois de haver a Grécia, em seu conjunto, renunciado ao gênero de vida militar. É-nos necessário analisar as conseqüências que acarretou no domínio da educação.

A MORAL PEDERÁSTICA

Inicialmente, o amor grego contribuiu para dar sua forma ao ideal moral que se arroga toda a prática da educação helênica, ideal cuja análise comecei a propósito de Homero: o desejo, no mais velho, de afirmar-se aos olhos de seu amado, de brilhar diante dele⁹, e o desejo simétrico, no mais moço, de mostrar-se digno de seu amante, só lograram reforçar, num e noutro, este amor da glória que todo espírito agonístico exaltava por toda parte: a ligação amorosa é o terreno de escolha em que se depara uma generosa emulação. Por outro lado, é toda a ética cavalheiresca, fundada sobre o sentimento de honra, que reflete o ideal de um companheirismo de combate. A tradição antiga é unânime em ligar a prática da pederastia à bravura e à coragem¹⁰.

É necessário assinalar o inesperado desvão que reforçou este sentimento, por uma passagem do plano militar ao político. O amor masculino acarretou muitos crimes passionais, como era natural nessa atmosfera tensa, na qual o ciúme e o orgulho viril eram ferozmente exacerbados. A história do período da tirania, particularmente, consigna grande número de assassinios e de rebeliões que amantes ciumentosos perpetraram ou insuflaram contra tiranos. "Numerosos — diz-nos Plutarco¹¹ — são os amantes que disputaram, com os tiranos,

9. XENOFONTE, *O Banquete*, VIII, 26; PLATÃO, *Fedro*, 239ab. — 10. PLATÃO, *O Banquete*, 182cd; PLUTARCO, *Eroi*.... / sic pro ed. franc./, 929-930. — 11. PLUTARCO, *Eroi*.... / sic pro ed. franc./, 929.

belos e virtuosos rapazes.” Cita êle o exemplo clássico dos tiranicidas de Atenas, da conspiração tramada em 514 contra os Pisistrátidas por Aristogiton e seu amado Harmódio, objeto das perseguições de Hiparco¹², o de Antileon, assassinando o tirano de Metaponte e (ou?) de Heracléia, que lhe disputava o belo Hiparino; também o de Cariton e Melanipo, que conspiraram contra o tirano Fálaris de Agrigento¹³; e muitos outros (11). O amor da liberdade política não tinha bastado para provocar a insurreição, “mas — salienta Plutarco — quando êsses tiranos trataram de seduzir seus amados, então, imediatamente, como se se tratasse de defender santuários invioláveis, os amantes rebelaram-se, com o risco de suas vidas”. Embora êsses incidentes, que nossa crônica judiciária classificaria entre os crimes torpes, assegurassem em vários casos a libertação nacional e se tornassem façanhas em tudo celebradas a título igual às mais altas, propostas à admiração e à imitação da juventude — todavia, no pensamento grego¹⁴, um forte laço une a pederastia à honra nacional e ao amor da independência ou da liberdade.

O AMOR VIRIL, MÉTODO DE PEDAGOGIA

Mais ainda: o amor grego fornecera, à pedagogia clássica, seu campo e seu método: êste amor é, para um antigo, essencialmente educativo: καὶ ἐπιχειρεῖ παιδεύειν, “e logo empreende educar”, dirá por exemplo Platão¹⁵.

A constituição de um grupo masculino fechado, interdito ao outro sexo, tem alcance e inspiração pedagógica: traduz, exagerando-a até o absurdo e a loucura, uma necessidade profunda, sentida pelos homens, que os leva a realizar, em sua plenitude, as tendências próprias de seu sexo, para tornarem-se mais plenamente homens. A essência da pederastia não reside nas relações sexuais anormais (lembrei a repugnância que a inversão, no sentido gideano, passivo, do termo, inspira à língua e à sensibilidade gregas): ela é, de início, certa forma de sensibilidade, de sentimentalismo, um ideal misógino de virilidade total.

12. Tucídides, *História da Guerra do Peloponeso*, VI, 54-59. — 13. Ateneu, *Banquete dos Sofistas*, XVI, 602 B. — 14. Platão, *O Banquete*, 182bd; Aristóteles, *Política*, V, 1313 a 41 s. — 15. Platão, *O Banquete*, 209c.

Esta disciplina intra-sexual encarna-se numa pedagogia apropriada. Aqui, como em tantos outros domínios, o luminoso gênio helênico soube conduzir sua análise com tanta profundidade que me bastará referir as conclusões que Platão e Xenofonte concordam em atribuir a Sócrates. A relação passional, o amor (que Sócrates já distingue do desejo sexual e a êle opõe) implica o desejo de assomar a uma perfeição superior, a um valor ideal, à ἀρετή. Não me refiro ao efeito nobilitante que pode exercer sobre o mais velho, sobre o erasto, o sentimento de ser admirado: o aspecto educativo da ligação amorosa concerne, evidentemente, sobretudo ao parceiro mais jovem, ao erômeno adolescente.

A diferença de idade estabelece entre os dois amantes uma relação de desigualdade, pelo menos da ordem da existente entre irmão mais velho e irmão mais moço. O desejo, no primeiro, de seduzir, de afirmar-se faz nascer no segundo um sentimento de admiração ardente e dedicada: o mais velho é o herói, o tipo superior pelo qual é preciso modelar-se, a cuja altura procurará o outro, pouco a pouco, alçar-se.

No mais velho desenvolvia-se um sentimento complementar: a teoria socrática é ilustrada, à luz da tradição, por uma copiosa série de anedotas simbólicas; respondendo a êsse apêlo, o mais velho sentia nascer em si uma vocação pedagógica, fazia-se mestre de seu amado, apoiando-se sobre esta nobre necessidade de emulação. Descreve-se freqüentemente o *Eros* grego como uma simples aspiração da alma, inflamada de desejo, para aquilo que lhe falta; da parte do amante, o amor arcaico participa, entretanto, também, da ἀγαπή, por esta vontade de enobrecimento, de dom de si, por êste matiz, para dizer tudo, de paternidade espiritual. Êste sentimento, tão minuciosamente analisado por Platão¹⁶, aclara-se à luz de uma análise freudiana: é, evidentemente, o instinto normal da procriação, o desejo apaixonado de perpetuar-se num ser semelhante a si que, frustrado pela inversão, se inclina e se manifesta sobre êste plano pedagógico. A educação do mais velho aparece como um substitutivo, um *Ersatz* esdrúxulo do parto: "O objeto

16. Idem, 206be; 209be.

do amor (do amor pederástico) é procriar e dar à luz dentro do Belo ¹⁷."

A ligação amorosa acompanha-se, pois, de um trabalho de formação, de um lado, e de maturação, do outro, matizado ali de condescendência paternal, aqui de docilidade e de veneração; é exercido livremente, pelo convívio cotidiano, o contato e o exemplo, a conversação, a vida comum, a iniciação progressiva do mais jovem nas atividades sociais do mais velho: o clube, o ginásio, o banquete.

Se me dispus a desdobrar ao leitor uma análise tão paciente destas monstruosas aberrações, deve-se isto ao fato de tal ter sido, para um grego, o modo normal, a técnica-padrão de toda educação: a *παιδεία* realiza-se na *παιδευαστεία*. Isso parece estranho a um moderno, quero dizer, a um cristão: não se deve esquecer que se integra no conjunto da vida antiga.

A família não podia constituir o plano da educação: a mulher, apagada, só é julgada competente para a criação do bebê; a partir dos sete anos a criança lhe é retirada. Quanto ao pai (não devemos esquecê-lo: estamos na origem de um meio aristocrático), é monopolizado pela vida pública: ele é cidadão, homem político, antes de ser chefe de família. Releiamos, a propósito disto, o curioso testemunho que oferece Platão no início do *Laques* ¹⁸: mostra-nos ele dois pais de família vindo consultar Sócrates a respeito da educação de seus filhos; a deles fôra lamentavelmente negligenciada: "Censuramos nossos pais, que nos deixaram sem freio em nossa juventude, por estarem ocupados com os misteres dos outros." Trata-se do grande Aristides e de Tucídides, o filho de Melésias, que foi o líder aristocrático oposto a Péricles e a quem o povo de Atenas fulminou com o ostracismo em 443. Tampouco podemos admirar-nos de que o mesmo Platão declare, alhures ¹⁹, com ênfase: a ligação pederástica estabelece, no par de amantes, "uma comunhão muito mais estreita" (*πολύ μείζω κοινωνίαν*) do que a que une os pais aos filhos.

A educação não era tampouco assegurada pela escola: na época arcaica, esta não existia; e, depois de

17. Idem, 206c. — 18. *Laques*, 179cd. — 19. *O Banquete*, 209c.

criada, permaneceu um pouco desprezada, desqualificada, porque o mestre era pago pelo seu serviço, restringida a um papel técnico de instrução, não de educação. Saliente este fato de passagem: quando um homem moderno fala de educação, pensa antes de tudo na escola (donde a agudeza, às vêzes excessiva, de que se revestem para nós os problemas relacionados com o estatuto do ensino); isso, no Ocidente, é herança e sobrevivência medievais: foi nas escolas monásticas das Idades Obscuras que se estabeleceu um nexó íntimo entre o mestre e o mentor espiritual.

Para o homem grego, a educação (παιδεία) residia essencialmente nas relações profundas e estreitas que uniam, pessoalmente, um espírito jovem a um mais velho — que era, ao mesmo tempo, seu modelo, seu guia e seu iniciador —, relações essas que uma chama passional iluminava com um turvo e cálido revérbero.

A opinião comum e, em Esparta, a lei²⁰ consideravam o amante como moralmente responsável pelo desenvolvimento do amado: a pederastia era reputada a forma mais perfeita, mais bela de educação (τὴν καλλίστην παιδείαν)²¹. A relação entre mestre e discípulo permanecerá sempre, entre os antigos, algo semelhante à relação entre amante e amado; a educação era, em princípio, menos um ensino, uma doutrinação técnica, do que o conjunto dos cuidados dispensados por um homem mais idoso, cheio de terna solicitude, no sentido de favorecer o crescimento de um mais jovem, inflamado pelo desejo de corresponder a tal amor, dêle mostrando-se digno.

A EDUCAÇÃO NOBRE NO SÉCULO VI

Este traço é tanto mais acentuado quanto a educação grega clássica conserva alguma coisa da herança da aristocracia arcaica. Ela havia sido elaborada, originariamente, em função das necessidades de um meio rico, vivendo nobremente, livre de qualquer preocupação de equipar tecnicamente a juventude com vistas a um ofício, a um ganha-pão. Além do que, a educação era, precipuamente, de ordem moral: formação do caráter, da per-

20. PLUTARCO, *Licurgo*, 18. — 21. XENOFONTE, *Constituição de Esparta*, 2, 13.

sonalidade, cumprindo-se no quadro da vida elegante, esportiva e mundana ao mesmo tempo²², sob a direção de um mais velho, dentro de uma amizade viril.

Isto mostra, em ação, a obra de Teógnis de Mégara, cujo testemunho se tornou precioso pela data em que se inscreve (544, segundo a cronologia antiga) (12). Suas elegias, destinadas a serem cantadas ao som da flauta²³, nos banquetes em que se congregavam as *hetairias*, os clubes aristocráticos, oferecem-nos, codificados em fórmulas gnômicas, os Ensinaamentos que o poeta dirige a seu jovem e nobre amigo Cirno, filho de Polipédio.

Mesmo se se rejeita, como se deve, a contribuição mais diretamente erótica do livro II, apócrifo e mais recente, não é duvidoso que uma paixão amorosa anime e dê colorido a toda esta educação. "Dar-te-ei bons conselhos, como um pai a um filho", diz realmente Teógnis²⁴; mas o lado bastante insólito desta afeição paternal transparece nas ternas censuras, nas inquietações do amante ciumento, nas queixas doridas do abandonado ("Não sou mais nada para ti, tu me enganaste como se engana a uma criança"²⁵), ainda que se possa, sem dúvida, discutir indefinidamente sobre os reflexos sensuais em que ela podia ou não implicar (13).

Quanto ao teor destes ensinamentos, é puramente ético: moral pessoal ou moral política, é a sabedoria tradicional dos espíritos ortodoxos, dos homens de mentalidade bem formada (*'Αγαθός*) que Teógnis tem consciência de transmitir a seu jovem amigo, tal qual a recebera ele próprio em sua infância²⁶.

SUAS SOBREVIVÊNCIAS: RELAÇÕES ENTRE MESTRE E ALUNO

Quando em outros meios surgir, mais tarde, outra forma de educação, mais diretamente orientada para a eficiência profissional, será ainda à sombra do eros masculino que irá expandir-se o ensino técnico superior. De qualquer ordem que seja ele, veicula-se na atmosfera de comunhão espiritual criada pela ligação ardente, e muitas vezes apaixonada, entre o discípulo e o mestre a

22. Idem, 5, 5. — 23. TEÓGNIS, *Elegias*, I, 239-243. — 24. Idem, I, 1049. — 25. Idem, I, 254. — 26. Idem, I, 27-28.

quem se entregou, sôbre quem se modela e o qual o inicia, progressivamente, nos segredos de sua ciência ou de sua arte.

Durante muito tempo, a inexistência de instituições propriamente educativas fêz com que um só tipo de educação aprofundada pudesse existir: o que assim ligava o discípulo ao mestre que o distinguira chamando-o a si, que o escolhera. Salientemos o sentido em que se exercia a vocação: é um apêlo dirigido pelo mestre, do alto, àquele a quem êle julga digno disto. Por muito tempo, a opinião pública antiga desprezará o professor que faz comércio, oferecendo seu saber ao primeiro comprador: a comunicação da ciência deve ser reservada a quem a merece. Havia nisso um senso profundo da eminente dignidade da cultura, de seu necessário esoterismo: senso que hoje perdemos no Ocidente, embora subsista nas sabedorias orientais, a começar pela do Islão, onde se conserva bem viva a idéia platônica da superioridade do ensino oral sôbre o escrito, que é impessoal ²⁷.

Esta ligação, é claro, descaiu, não raro, para alguma coisa mais esdrúxula e mais carnal: ainda uma vez, basta apelar aqui para a natureza humana. A civilização chinesa, que revelou a mesma concepção profunda de iniciação cultural, favoreceu, ela também, ao que se diz, a prática da inversão entre mestre e discípulo, ou ainda entre discípulos de um mesmo mestre. Na Grécia ainda, a crônica escandalosa oferece-nos, no panteão da cultura clássica, uma bela galeria de amantes célebres.

Entre os filósofos, bastaria evocar a lembrança de Sócrates, que atraía e retinha a fina flor da juventude dourada de Atenas, pelo "visco" da paixão amorosa, apresentando-se como perito em coisas do eros. Mas seu exemplo não aparece isolado: Platão foi amante — e, ao que consta, não apenas "platônico" — de Aléxis ou de Dion; a sucessão dos escolarcas de sua Academia fêz-se, durante três gerações, de amante para amado, porque Xenócrates foi amante de Pólemón, e Pólemón o foi de Crates, como Crântor o foi de Arcesilau. E isto não era exclusividade dos platônicos: Aristóteles foi amante de seu aluno Hérmiás, tirano de Atárnea,

27. PLATÃO, *Fedro*, 275ac.

ao qual imortalizaria com um hino célebre —, nem unicamente dos filósofos, porque relações análogas uniam os poetas, os artistas e os sábios: Eurípedes foi amante de Agaton o trágico, Fídias o foi de seu aluno Agorácrito de Paros, o médico Teomedonte do astrônomo Eudoxo de Cnidos (14).

SAFO EDUCADORA

Sim, a cidade grega é um clube de homens, mas, como o notava com simplicidade Aristóteles²⁸, as mulheres representam a metade do gênero humano! Assim como a poligamia acarreta, em toda sociedade que a tolera, grave desequilíbrio, condenando uma parcela dos homens ao celibato ou à irregularidade, do mesmo modo uma sociedade que permite a um sexo constituir-se em meio fechado e autônomo vê, necessariamente, constituir-se, de maneira antitética, um meio análogamente fechado ao outro sexo.

Não é segredo para ninguém, e muito menos para os letrados franceses impregnados de Baudelaire (15), que o extravio das "*femmes damnées*" corresponde, na Hélade, à impetuosidade do amor masculino. A simetria estendeu-se ao domínio da educação; aqui, até, o meio feminino parece ter-se adiantado a seu rival no pertinente às instituições, a julgá-lo pelo testemunho notável, e de resto inesperado a esta data precoce (por volta de 600), que nos fornece a obra de Safo de Lesbos; ou, pelo menos, os raros fragmentos seus que subsistem, seja nas citações dos gramáticos e dos críticos antigos, seja nos mutilados papiros do Egito/

Permitem-nos eles entrever que, em Lesbos, ali pelos fins do sétimo século, as jovens podiam receber um complemento de educação, entre o tempo da infância, passado em casa sob a autoridade da mãe, e o do casamento. Essa educação superior cumpria-se numa vida comunitária no seio de uma escola — a "morada das discípulas das Musas²⁹" —, que se apresenta, juridicamente, sob a forma (que será também, a partir de Pitágoras, a das escolas filosóficas) de uma confraria religiosa (Θιασός).

28. ARISTÓTELES, *Política*, I, 1260 b 19. — 29. SAFO, frag. 101.

dedicada às deusas da cultura. Ali, sob a direção de uma mestra, cujo tipo Safo gravou no retrato que pinta de si mesma, sua jovem personalidade configura-se num ideal do belo, aspirando à Sabedoria³⁰. Tecnicamente, essa escola equivale a um "Conservatório de Música e Declamação": pratica-se aí a dança coletiva³¹, herdada da tradição minóica³², a música instrumental, e sobretudo a nobre lira³³, assim como o canto³⁴. A vida comunitária é ritmada por toda uma série de festas, cerimônias religiosas³⁵ ou banquetes³⁶.

Esta notável pedagogia põe em evidência o papel educativo da música, que, aliás, subsistirá em toda a tradição clássica; êsse papel parece ter sido, outrossim, objeto de uma reflexão teológica: um dos fragmentos de Safo³⁷ exprime, nitidamente, a doutrina, tão cara ao pensamento grego, da imortalidade merecida pelo culto das Musas.

A educação lésbica não é somente artística: o aspecto corporal não é negligenciado. Sem serem espartanas, estas frágeis lésbias nem por isso deixam de praticar os esportes atléticos, e a própria Safo reivindica, orgulhosamente, a honra de ter sido monitora de uma campeã de corrida pedestre³⁸.

Tudo isso numa atmosfera bem feminina, eu diria até muito moderna, se não se tratasse de um eterno feminino: penso no realce dado não somente à beleza do corpo, mas também à graça, ao coquetismo, à moda³⁹, e ainda nestas notas maldosas: "Não te faças de orgulhosa por causa de um anel⁴⁰", "esta mulher que não sabe sequer erguer a saia acima dos tornozelos⁴¹".

Enfim — e aqui reencontramos o tema do presente capítulo —, também esta educação não deixa de ter sua chama passional, pois entre mestra e discípula aperta-se o elo ardente de Eros. Na verdade, é isto o que sabemos melhor a seu respeito, pois, em última análise, só percebemos toda esta pedagogia através do eco das paixões experimentadas pelo coração de Safo, através dos gritos lancinantes que a dor lhe arranca quando ela

30. Idem, frag. 64. — 31. Idem, frag. 99. — 32. Idem, frag. 151. — 33. Idem, frag. 103. — 34. Idem, frag. 7; 55. — 35. Idem, frag. 150. — 36. Idem, frag. 93. — 37. Idem, frag. 63. — 38. Idem, frag. 66. — 39. Idem, frag. 85. — 40. Idem, frag. 53. — 41. Idem, frag. 65.

é apartada, pelo casamento ou pela traição, de alguma de suas alunas e amadas. O amor sáfico não recebeu ainda, aqui, a transposição metafísica que receberá, em Platão, a pederastia, convertida numa aspiração da alma à Idéia: é ainda, apenas, uma paixão humana, ardente e frenética: "Eros de nôvo, êste quebra-ossos, atormenta-me, Eros amargo e doce, a invencível criatura, oh minha Átis! E tu, enfasiada de mim, foges para Andrômeda ⁴²."

Também aqui o psiquiatra tentará, especulando, determinar a extensão dos danos do instinto sexual desviado: as mesmas incertezas o esperam. Já na antigüidade perguntava-se "se Safo havia sido uma mulher de má vida ⁴³", e em nossos dias ela ainda encontra, entre seus admiradores, defensores apaixonados de sua virtude ideal (16). Entre êsses dois extremos, não é difícil, desta vez, tomar posição: a franqueza e, se se pode assim dizer, a impudência característica do lirismo feminino (Safo é um misto da condessa de Die e de Louise Labbé), permitem-nos entrever o caráter sensual de tais ligações: "A noite está na metade, as horas passam e eu continuo aqui deitada, sòzinha...⁴⁴", para não citar os soluços de mulher ciumenta, que traduzem paixões bem diversas das do espírito!

Só conhecemos o tiase lesbiano por um acaso, aquê-le mesmo que dotou de gênio a alma ardente de Safo; mas seu exemplo não aparece isolado: sabemos que ela teve, em sua época, algumas concorrentes, rivais no plano profissional: Máximo de Tiro conservou-nos o nome de duas destas "diretoras de pensionatos para senhoristas", Andrômeda e Gorgona ⁴⁵. O ensino feminino, por muito tempo ofuscado — ao menos em nossa documentação — em virtude da predominância masculina na civilização grega, só torna a aparecer novamente às claras muito mais tarde, pouco antes de abrir-se a época helenística. Manifesta-se, em particular, nos concursos em que o espírito agonístico encontrava sua expressão e que serviam, como hoje os nossos exames, de aferição dos estudos. Em Pérgamo — onde, na época helenística e romana, os magistrados especiais encarregados da ins-

42. Idem, frag. 97-98. — 43. DÍDIMO CALCÉNTERO ap. SÊNECA o FILÓSOFO, *Cartas a Lucílio*, 38, 37. — 44. SAFO, frag. 74. — 45. MÁXIMO DE TIRO, *Dissertações*, 24, 9.

peção do ensino feminino ostentam o título de “encarregados da boa conduta das virgens ⁴⁶” — as moças disputam, como os rapazes, em recitação poética, música ou leitura ⁴⁷; em outros lugares, e notadamente nas ilhas da Eólida, o programa de seus concursos não é uma mera cópia do de seus irmãos: registramos, ali, a existência de temas especificamente femininos, em que se perpetua o espírito da educação sáfica; Teofrasto ⁴⁸ informa-nos que havia concursos de beleza para moças, notadamente em Lesbos e em Tênedos, mas também em outras cidades, bem como concursos de equilíbrio moral (se se pode traduzir assim a expressão σωφροσύνη) e de economia doméstica (οἰκονομία).

46. M. FRAENKEL, *Inschriften von Pergamon* (Altertümer von Pergamon, t. VIII), 463 B. — 47. *Mitteilungen des deutschen archäologischen Instituts*, Athenische Abteilung, 37 (1912), 277. — 48. TEOFRASTO ap. ATENEU, *Banquets des Sofistas*, XIII, 609 E-610 A

CAPÍTULO IV

A ANTIGA EDUCAÇÃO ATENIENSE

Tomo emprestada a Aristófanes ¹ a expressão ἡ ἀρχαία παιδεία e dela me sirvo, como êle, para designar o estado da educação ateniense durante a primeira parte do quinto século, anteriormente às grandes inovações pedagógicas que trouxe, no último terço do século, a geração dos Sofistas e de Sócrates.

Antiga, e até arcaica, em relação à forma definitiva que assumiria a educação clássica, nem por isso deixa esta educação de representar um progresso notável na evolução geral que devia levar de uma cultura de guerreiros a uma cultura de escribas. Estamos bem longe ainda do estágio final, mas já se deu o passo decisivo: com efeito, foi em Atenas que, a uma data infelizmente difícil de precisar (em algum momento do sexto século), perdeu a educação seu caráter essencialmente militar.

Segundo o testemunho de Tucídides ², os atenienses foram os primeiros gregos que abandonaram seu antigo costume de andarem armados e, tendo despido a armadura de ferro, a adotar um gênero de vida menos rude e mais civilizado. Dêsse modo Atenas, que por muito tempo vivera apagada, um pouco à margem do grande movimento cultural, firma-se, pela primeira vez, no papel de líder neste domínio, que doravante lhe pertencerá.

Nas origens, não parece ter havido diferenças muito sensíveis na cultura — e por conseguinte na educação — das diversas regiões da Grécia. No sétimo século encontramos, por toda parte, êsse ideal cívico e guerreiro que vimos em Esparta, com seu total devotamento da pessoa à comunidade. Por volta de 650, em Éfeso,

1. ARISTÓFANES, *As Nuvens*, 961. — 2. TUCÍDIDES, *História da Guerra do Peloponeso*, I, 6.



Jarra autografada por Dúris (aproximadamente 490-480): Berlim 2285, achado em Cervetri; Beazley, *op. cit.*, 283, n.º 47.

Ao alto, à esquerda, lição de lira: o mestre, barbudo, e seu jovem aluno, sentados face a face, cada um cingindo, no braço esquerdo, sua lira de concha de tartaruga, heptacórdia; na mão direita seguram o plectro, ligado à lira por uma correia; com a sinistra, os dedos estirados, fazem vibrar as cordas.

Mais à direita, lição de declamação ou de leitura: a criança, vestida, encontra-se de pé diante do mestre, que segura um livro aberto (para comodidade do desenho, o texto, contendo versos de um poema épico desconhecido, aparece escrito em sentido perpendicular ao realmente adotado); na extremidade, o pedagogo assistindo à lição (as pernas cruzadas, sinal de má educação, denotam o escravo).

Ao fundo (dependurados na parede?) uma série de objetos, a saber, da esquerda para a direita: jarra, lira (com a correia do plectro), braseiro, estojo de aulo em pelica, lira e jarra.

Embaixo, à esquerda, o mestre de música dá uma demonstração de execução do *aulos* duplo, com o discípulo de pé à sua frente.

No meio, o mestre corrige o dever de escrita que lhe submeteu o mesmo discípulo, que aparece trajado da mesma maneira, vestindo o *himation*.

À direita, o pedagogo.

Ao fundo, da esquerda para a direita: um livro em rolo, tabuletas ligadas por um cordel enrolado diversas vezes, uma lira, o esquadro de dois braços usado para traçar linhas na escrita "em tabuleiro".

Clichês Giraudon; escala em centímetros.

por exemplo, ali na "plácida Jônia", um Calino descobre, para o fim de reavivar as energias no momento em que a invasão cimeriana põe sua pátria em perigo, as mesmas inflexões de Tirteu na guerra messeniana; julgaremos por estes versos³:

É glorioso e nobre, para um homem, defender contra o inimigo seu país, seus filhos, a mulher que êle desposou virgem. A morte virá quando a Parca a houver desfiado, mas que cada qual, de início, com a espada erguida, o coração ufano sob a proteção do escudo, marche avante tão logo se trave a luta... O povo inteiro consterna-se com a morte do bravo: vivo, honra-o como a um semideus!

EDUCAÇÃO NÃO MAIS MILITAR

A atmosfera mudou completamente, pelo menos em Atenas, um século ou um século e meio depois. A vida grega, a cultura, a educação, tornaram-se primacialmente civis. É certo que o elemento militar não desapareceu de todo: as incessantes guerras que a República de Atenas sustenta contra seus vizinhos, sem mencionar as gloriosas guerras médicas, fazem sempre apêlo ao patriotismo dos cidadãos-soldados, pelo menos aos que integram as três mais ricas classes (os tetes, em princípio, não servem como hoplitas, pois não podem pagar o custoso equipamento dêstes). Parece, todavia, que a preocupação de preparar diretamente o cidadão para seus futuros deveres de combatente havia deixado de desempenhar papel importante na educação do jovem grego.

Aqui a pedagogia ateniense, que servirá de modêlo e inspiradora a tôda a Grécia clássica, orienta-se num sentido muito diferente do da nova Esparta. Não se trata, em Atenas, de ver na criança e no adolescente, antes de tudo, um futro hoplita, de exigir-lhes treze anos de formação militar e de passo cadenciado! A preparação militar desempenha, nesta "educação antiga", um papel tão apagado que o historiador, privado de testemunhos, tem o direito de duvidar até de sua existência.

As instituições atenienses possuirão um dia, sob o nome de efebia, um notável sistema de formação militar

3. CALINO DE ÉFESO, frag. 1, 6-11, 18-19.

obrigatória: os jovens cidadãos ali estarão sujeitos a dois anos de serviço, dos dezoito aos vinte anos. Mas esse sistema não é suficientemente atestado e só parece ter atingido seu pleno desenvolvimento no fim do quarto século. Discutiu-se muito sobre a data de sua aparição: não parece quase possível fazê-la remontar mais alto do que a guerra do Peloponeso (431-404); pode ter havido, anteriormente, uma efebia, mas a palavra teria designado, então, somente o conjunto dos ritos de iniciação que solenizam a entrada do adolescente na idade adulta, e não a instituição militar clássica (1).

É de crer-se que a nova tática democrática da infantaria pesada não exigia do combatente uma qualificação técnica muito desenvolvida. Os exercícios pré ou paramilitares são negligenciados. A época homérica havia disputado torneios, como o que opõe Ajax e Diomedes no curso dos jogos funerários de Pátroclo⁴. Desses combates, mais ou menos simulados, a idade seguinte herdara uma técnica esportiva, o "combate com armas" (ὁπλομαχία).

Essa técnica tornou-se, contudo, pretexto de competição, esporte desinteressado; de resto, quase não interfere na educação. Platão consagrou o *Laques* a uma discussão sobre o eventual lugar que nela poderia ter; Nícias ali desenvolve os argumentos que militam em seu favor⁵ e, notadamente, seu papel como propedêutica militar⁶, mas, percebe-se bem, trata-se apenas de uma opinião, não ratificada pela prática geral. A hoplomaquia, como a nossa esgrima a partir do século XVI, havia-se tornado uma arte, buscando uma perfeição formal que a afastava muito das condições reais do combate: o bom Heródoto espanta-se, em certa passagem⁷, ao encontrar um campeão de esgrima que havia, efetivamente, dado prova de valor no campo de batalha.

O que assegura ao combatente uma superioridade real é a força física, a destreza corpórea. De resto, a única preparação eficaz, embora indireta, para a guerra, é, como no-lo explica pormenorizadamente o Sócrates de Xenofonte⁸, a prática do atletismo e, mais geralmente, da ginástica: esta idéia contribuiu muito, sem dú-

4. HOMERO, *Ilíada*, XXIII, 811-825. — 5. PLATÃO, *Laques*, 181e-182d. — 6. Idem, 182a. — 7. HERÓDOTO, *História*, VI, 92. — 8. XENOFONTE, *As Memoráveis de Sócrates*, III, 12.

vida, para a democratização e a popularidade da educação física, cujo lugar de primeira plana teremos de ressaltar mais adiante.

DEMOCRATIZAÇÃO DA TRADIÇÃO ARISTOCRÁTICA

“Civilizada”, a educação ateniense não conservava menos, por isso, um laço estreito com suas origens nobres: permanecia, por seus princípios e por seu plano, uma educação de fidalgos. Em plena época democrática, por volta de 354, Isócrates⁹ ainda se lembra de que houvera um tempo em que ela havia sido privilégio de uma aristocracia cuja riqueza propiciava nobres ócios. De fato, ela continuará sendo sempre, até certo ponto, como o assinala Platão¹⁰, privilégio de uma elite que a impelirá, sôzinha, até o fim, estando mais inclinada a consentir nos sacrifícios que ela exige e mais bem situada para apreciar-lhe as vantagens.

Mesmo em pleno quinto século esta educação continua sendo orientada muito mais para a vida nobre — a do grande proprietário de imóveis, rico e portanto ocioso — do que para a vida real do ateniense médio, que, obscuramente, assegura sua subsistência como camponês, como artesão ou como pequeno comerciante. Esta vida nobre é a que se pode imaginar supondo-se que o modo de existência do cavaleiro homérico perdura, privado apenas do seu aspecto guerreiro: define-se ela, essencialmente, pela prática dos esportes elegantes.

Há um que ficará sempre reservado às famílias aristocráticas: o cavalo (cavalo de montaria e de tração de carro) é, com a caça¹¹ — dizemos com os gregos a “cinegética”, palavra expressiva que põe em relêvo o papel do cachorro —, o esporte nobre por excelência (já o era no tempo de Homero), cuja prática e gosto caracterizam o meio “chique”. A segunda classe censitária é, em Atenas, a dos ἵππεις, palavra que se hesita, com razão, em traduzir por Cavaleiros ou Cavalheiros. À véspera de Salamina, o velho chefe da direita aristocrática, Címon, irá consagrar, solenemente, o freio de seu

9. ISÓCRATES, *Areopagítico*, 44-45. — 10. PLATÃO, *Protágoras*, 326c. — 11. XENOFONTE, *Sobre a Caça*, 12.

cavalo à deusa Atena¹². As famílias nobres gostam de dar a seus filhos nomes compostos em *Hipp-* ou *-hippos*: relembrei o de Fidípides, que o camponês abastado das *Nuvens* de Aristófanes forjou para seu filho, a instâncias de sua nobre espôsa: "Ela queria um nome com *hippos*: Xantipo, Caripo ou Calípides¹³." Rêgistro, de bom grado, o testemunho seguinte, pitoresco e significativo: ouçamos a mãe que sonha com um porvir dourado para o filho: "Quando fores grande e conduzires teu carro rumo à cidade, como (teu ilustre tio-avô) Megacles, trajando a longa túnica do cocheiro de corrida...¹⁴"; ou o pai, deplorando os resultados da educação que a ambição materna dera a Fidípides: "Tem os cabelos compridos, monta a cavalo, conduz sua biga e, à noite, só sonha com cavalos!¹⁵" No quarto século, Xenofonte, representante típico desta classe nobre, escreverá três manuais técnicos: sôbre *A Caça*, *A Equitação* e *O Oficial de Cavalaria*.

O hipismo continua sendo um esporte restrito, porque é um esporte custoso (o pai de Fidípides não o ignora!¹⁶); o atletismo, que requer menos, foi progressivamente democratizado. Sômente os nobres, outrora, freqüentavam os ginásios; no início do quarto século ainda, os campeões pan-helênicos (Píndaro glorifica-lhes os ancestrais tanto quanto as façanhas) provêm, freqüentemente, de famílias ilustres, as únicas que a princípio possuíam os meios e talvez os dons necessários a essa vocação. Mas o gôsto pela vida esportiva começa já a espalhar-se: no fim do século, todos os atenienses freqüentarão o ginásio, como os romanos do Império, as termas; e isto para grande ressentimento dos velhos aristocratas¹⁷, ressentimento que se explica, porque, com a prática do esporte, se vulgarizou tôda a essência da velha cultura nobre.

Atenas (salientei o paralelismo de sua evolução com a da França moderna) tornou-se uma verdadeira democracia: seu povo conquistou, por extensão gradual, não só os privilégios, direitos e poderes políticos, mas ainda o acesso a êste tipo de vida, de cultura, a êste ideal

12. PLUTARCO, *Címon*, 5. — 13. ARISTÓFANES, *As Nuvens*, 63-64. — 14. Idem, 69-70. — 15. Idem, 14-15; 25; 27; 32. — 16. Idem, 11 s. — 17. XENOFONTE, *Constituição de Atenas*, 2, 10.

humano do qual somente a aristocracia havia, de início, usufruído.

Com a prática do atletismo, era todo o velho ideal homérico do "valor", da emulação, da façanha, que passava dos Cavalheiros ao Demos. A adoção de um modo de vida civil e não mais militar havia, com efeito, transposto e reduzido este ideal heróico tão-só ao mero plano da competição esportiva. A obra de Píndaro (521-441) é, neste sentido, altamente significativa.

Suas odes triunfais (ἐπινίκια) celebram o "valor" dos campeões da Grécia como o aedo homérico celebrava a gesta dos heróis: esta ἀρετή que a vitória revela e que manifesta a encarnação de um tipo quase super-humano de personalidade ideal. O olimpionico parece digno de ser honrado como somente o são os deuses olímpicos, nos hinos que lhes são consagrados. Mas esta fé no valor exemplar da virtude esportiva dissemina-se como o próprio gosto pelo esporte; apesar de ter sido muito combatida, desde Tirteu¹⁸, em nome da cidade, e desde Xenófanes¹⁹, em nome do novo ideal dos filósofos — uma sabedoria de essência espiritual e científica — ela não permanece menos por isso, por um tempo, o ideal comum dos homens livres, o ideal supremo da civilização helênica.

APARECIMENTO DA ESCOLA

Com este ideal, com a cultura que êle anima, é toda a educação aristocrática que agora se estende e se torna a educação-tipo de toda criança grega. Mas, conservando sua orientação geral e seus programas, esta educação deve, vulgarizando-se e para vulgarizar-se, desenvolver-se do ponto de vista institucional: a democratização da educação amena, reclamando um ensino que, destinado ao conjunto dos homens livres, se torna necessariamente coletivo, a criação e o desenvolvimento da escola. Fato decisivo, do qual convém salientar toda a importância sobre a sequência de nossa história.

Os poetas aristocratas, Teógnis e Píndaro (2), refletem bem a reação desdenhosa e desconfiada da velha

18. TIRTEU, frag. 12, 1-10. — 19. XENÓFANES, frag. 2.

nobreza em face dêste progresso. Píndaro discute já o famoso problema, caro aos socráticos: a ἀρετή (entendemos sempre o "valor" e não, simplesmente, a virtude) pode ser adquirida tão-só pelo ensino? Sem dúvida, jamais bastou a alguém ser bem-nascido para tornar-se perfeito cavalheiro: como o mostra o "paradigma" clássico de Aquiles e de Quirão²⁰, seria absurdo (ἄγνομον) não procurar desenvolver, pela educação, os dons inatos²¹. Mas, se a raça não é uma condição suficiente, é pelo menos uma condição necessária aos olhos dêstes aristocratas, dêstes "Bons" (Ἀγαθοί), como êles orgulhosamente se designam²². Para Píndaro, a educação só tem sentido quando dirigida a um nobre, que tem de tornar-se aquilo que êle é: "Sê tal qual aprendeste a conhecer-te²³." O Sábio é, antes de tudo, aquêle que sabe muitas coisas por natureza (φύσῃ). Não se votará senão menosprêzo aos neófitos da cultura, aos μαθόντες, "os que só sabem por haverem aprendido²⁴".

Mas êsse desprezo, mesmo a própria violência com que se exprime, indicam-nos que isto existia e que, através de uma técnica educativa apropriada, um número cada vez maior dêsses novos privilegiados cuidava de iniciar seus filhos nas técnicas que haviam sido antes o apanágio exclusivo, ciosamente guardado, das famílias bem-nascidas, isto é, dos eupátridas.

A uma tal educação, que interessava a um número sempre maior de crianças, o ensino individual de um preceptor, ou de um amante, não podia mais bastar. Impunha-se uma ação coletiva e, segundo imagino, foi a pressão dessa necessidade social que fez nascer a instituição da escola. A educação particular não desaparecerá de repente: como se vê por Aristóteles²⁵ e Quintiliano²⁶, os pedagogos discutirão ainda, por longo tempo, sobre as vantagens e os inconvenientes de um e de outro sistema; todavia, uma vez criada, a educação coletiva não tarda a tornar-se a mais comumente difundida. Já Aristófanes, evocando a "antiga educação" — a da gloriosa geração dos maratonômacos (adul-

20. PÍNDARO, *Neméias*, III, 57-58. — 21. *Olimpicas*, VIII, 59-61. — 22. ΤΕΛΟΝΙΣ, *Elegias*, I, 28; 792; PÍNDARO, *Píticas*, II, 176. — 23. PÍNDARO, *Píticas*, II, 131. — 24. *Olimpicas*, II, 94-96; *Neméias*, III, 42. — 25. ARISTÓTELES, *Ética de Nicômaco*, K 1180 b 7 s. — 26. QUINTILIANO, *Instituição Oratória*, I, 2.

ta em 490²⁷⁾ —, mostra-nos as crianças do bairro, ao raiar do dia e sob qualquer tempo, dirigindo-se “à casa dos seus mestres²⁸⁾”.

EDUCAÇÃO FÍSICA

Quais eram êsses mestres? Definindo-se a cultura nobre sobretudo pela prática do esporte, cabe à educação física, nesta educação arcaica, o lugar de honra: trata-se de preparar a criança para disputar, segundo as regras, as provas de atletismo: corrida, arremesso do disco e do dardo, salto em extensão, luta e boxe. Arte complexa e delicada, que pressupõe as lições de um mestre competente, o pedótriba (παιδοτριβης), o “treinador das crianças”, que ministra seu ensino num campo de esporte, a palestra (παλαίστρα), o que é para as crianças o mesmo que o ginásio para os adultos.

A elaboração dessa instituição e dêsse ensino deve ter-se concluído no derradeiro têrço do sétimo século, pois neste momento (em Olímpia, precisamente, a partir de 632²⁹⁾) aparecem, nos grandes jogos pan-helenísticos, os concursos para crianças, que ratificam a educação física dos jovens e a supõem, então, regularmente organizada na Grécia inteira (3).

EDUCAÇÃO MUSICAL

Evocando, na *República*³⁰⁾, a educação dos “bons tempos”, diz-nos Platão que ela compreendia um duplo aspecto: a ginástica para o corpo, e a “música”, para a alma. Desde as origens, como o vimos, a cultura e, portanto, a educação gregas revestem, ao lado do esporte, certo elemento espiritual, intelectual e artístico a um só tempo. Música (μουσική) significa aqui, em Platão, de maneira bastante compreensiva, o domínio das Musas: não há dúvida que a antiga educação situava em primeiro plano, nessa categoria, a música no sentido esrito, ou seja, a música vocal e instrumental; no painel lírico que nos retrança, Aristófanes conduz as crian-

27. ARISTÓFANES, *As Nuvens*, 986. — 28. Idem, 964-965. — 29. PAUSÂNIAS, *Descrição da Grécia*, V, 9, 9; cf. FILOSTRATO, *Sobre a Ginástica*, 13. — 30. HOMERO, *Iliada*, 376e.

ças, “marchando em fileiras cerradas, nevando abundantemente embora”, não só à casa do pedótriba³¹, mas também à casa do citarista (εἰς κιθαριστοῦ), o mestre de música³².

Convém que o historiador se detenha, a esta altura, a fim de reparar um erro de perspectiva: segundo nos aparecem através de nossa própria cultura clássica, os gregos são para nós, antes de tudo, filósofos e matemáticos; jamais pensamos em sua música: a esta arte, nossa erudição e nosso ensino concedem menos atenção do que à sua cerâmica! E, no entanto, eles eram, pretendiam ser, precipuamente, músicos.

Sua cultura e sua educação eram mais artísticas que científicas, e sua arte era musical, antes que literária e plástica. “A lira, a dança ligeira e o canto” resumem, para um Teógnis por exemplo³³, tódia a vida cultivada. Ἀχόρευτος, ἀπαιδευτος — dirá categoricamente Platão³⁴: “Aquêle que (cantor e dançarino ao mesmo tempo) não sabe conservar seu lugar num côro, não é verdadeiramente educado.”

EDUCAÇÃO PELA POESIA

Desde esta época antiga começa, entretanto, a aparecer certo elemento propriamente intelectual, literário; não obstante, quão longe estamos ainda, aqui, do “povo do Livro”! É pelo canto e pela poesia que se veicula o ensinamento doutrinário. Como sempre, o ensino explicita-se pela cultura que franqueia: o quadro da vida cultural arcaica é o clube de homens, o ἀνδρεῖον cretense, a εἰσαίρεσις ateniense; é a conversação (λέσχη), o “banquete” (συμπόσιον), isto é, a patuscada que sucede à refeição da noite, com suas regras formais e sua estrita etiqueta: cada conviva recebe então, sucessivamente, o ramo de murta, que lhe assinala a vez de cantar: a “canção que passa de um a outro em zigue-zague” (σκόλιον) é o gênero literário fundamental, em torno do qual se agrupam as outras manifestações artísticas: intermédios de música instrumental — lira ou *aulos* — e danças³⁶ (4).

31. Idem, 973 s. — 32. Idem, 964. — 33. TEÓGNIS, *Elegias*, I, 791. — 34. ΠΛΑΤΩΝ, *As Leis*, II, 654ab. — 35. TEÓGNIS, *Elegias*, I, 239-243; 789-792; PÍNDARO, *Píticas*, VI, 43-54.

Possuindo algum conhecimento dos poemas de Homero, que muito cedo, sem dúvida, se tornaram "clássicos", o menino devia acumular, antes de tudo, um repertório de poesias líricas, se quisesse tornar-se um dia capaz de participar honrosamente dos banquetes e de passar por um homem culto.

A educação ateniense não atribuía importância menor que a espartana ao conteúdo ético destes cantos e a seu valor para a formação moral; reservava um bom lugar aos poetas gnômicos, como ao dos *Ensinamentos de Quílon*, dos quais alguns fragmentos nos foram transmitidos sob o nome de Hesíodo. Segundo parece, foi para ser usado num meio ateniense, talvez no círculo aristocrático de Cálias, que se compilou o nosso repertório das *Elegias* de Teógnis, repertório que acrescenta, à obra autêntica do velho poeta de Mégara, a contribuição de outros gnômicos, sem falar dos poemas de amor do livro II.

Mas o clássico propriamente ateniense, aquele que, como Tirteu para Esparta, encarna a sabedoria nacional, é certamente Sólon (arconte em 594-593). Sólon teve, realmente, em vista este fim educativo, ao compor suas *Elegias*, que se apresentam na forma de apóstrofes moralizadoras dirigidas a seus concidadãos³⁶; tal foi, efetivamente, o papel que êle desempenhou na cultura ateniense: vêde como é citado, no tribunal como na assembléia, pelo orador que invoca uma autoridade, seja êle Cleofonte³⁷ ou Demóstenes³⁸.

A moral de Sólon, como a de Tirteu, instala-se no quadro comunitário da cidade, embora seu conteúdo seja diferente: seu ideal é a *eunomia*, o estado de equilíbrio devido à justiça; o perigo que êle procura conjurar não é mais o perigo exterior, mas o da dissensão interna, da injustiça social e da paixão partidária que põe a unidade da pátria ateniense em perigo (5). Por outro lado, seria exorbitante reter, de toda a sua obra, somente esta predicação política. Há todo um humanismo soloniano, que valoriza as alegrias simples da existência, as alegrias que a tornam digna de ser vivida, a despeito de tudo, inclusive da morte: "Feliz o que ama

36. SÓLON, frag. 4. 30. — 37. AP. ARISTÓTELES, *Retórica*, I, 1375 b 32. — 38. PLATÃO, *As Leis*, 255.

as crianças, os cavalos solípedes, os cães de caça e o hóspede estrangeiro...³⁹"; alternadamente ouvimo-lo celebrar o vinho, o canto, a amizade, — o amor: é toda a cultura aristocrática tradicional que seus versos insulam no coração da criança ateniense.

EDUCAÇÃO LITERÁRIA

[Estamos longe, como se vê, de "uma educação de escribas"; entretanto, o uso da escritura havia-se, pouco a pouco, introduzido e disseminado, acabando por ser tão comum na vida cotidiana que a educação não pôde continuar ignorando-o. Na época clássica, a escola onde se aprende a ler, a escrever e a contar está bem integrada nos costumes: a criança freqüenta não dois, mas três mestres: ao lado do pedótriba e do citarista, há o γραμματιστής, "aquele que ensina as letras", que se tornará um dia, por sinédoque, o "mestre" por excelência, o mestre no sentido estrito (διδάσκαλος).]

[Seria interessante determinar a data do aparecimento desta terceira ramagem do ensino, a terceira na ordem de criação e, por muito tempo também, na de valor. Refere-se, a propósito, uma suposta legislação de Sólon acêrca do policiamento dos costumes nas escolas; mas sem chegar a suspeitar de que tais leis tenham sido tardiamente atribuídas ao grande legislador (só as conhecemos por alusões datadas do quarto século), suas prescrições são todavia mais compreensíveis, e mesmo mais bem compreendidas quando reportadas unicamente à palestra do que quando referidas à escola literária (γραμματοδιδασκαλείον).]

A existência desta última só pode ser conjecturada por inferência indireta a partir do uso geral da escritura, que a supõe. Admitir-se-á, por exemplo, que uma instituição como a do ostracismo, instaurada por Cístenes em 508-507, com o seu princípio do voto por escrito, supõe o conhecimento das letras suficientemente difundido na massa dos cidadãos (6). Sem dúvida, podia haver ainda muitos iletrados na eclésia, como aquele que, segundo se diz, pediu a Aristides escrevesse seu

39. Sólon, frag. 12-14.

próprio nome no caco de cerâmica que lhe servia de cédula, ou outros tantos cuja cultura não se elevava muito acima do Charcuteiro de Aristófanes: "Mas, meu caro, eu nada sei de 'música', a não ser minhas letras, e, mesmo isso, assim assim!" [Entretanto, desde a época das guerras médicas, pode-se ter como certa a existência de um ensino das letras: assim, quando, em 480, às vésperas de Salamina, os trezenenses receberam com tocante cordialidade as mulheres e as crianças emigradas de Atenas, contrataram êles, às expensas de sua cidade, mestres-escolas para ensinar-lhes a ler ⁴⁰ (7).]

O IDEAL DA ΚΑΛΟΚΑΓΑΘΙΑ

Tal era a antiga educação ateniense, mais artística que literária e mais esportiva que intelectual: no quadro, já várias vezes citado, que nos dão as *Nuvens* de Aristófanes, o poeta dedica ao ensino da música oito versos ⁴¹ entre mais de sessenta ⁴²; sôbre o das letras não contém sequer uma palavra, todo o resto dizendo respeito à educação física e, sobretudo, ao aspecto moral desta. Insistamos nisto: esta educação não é absolutamente técnica, mas permanece orientada para a vida nobre e seus ócios; êstes aristocratas atenienses, apesar de serem grandes latifundiários e homens políticos, nada recebem, em sua educação, que os prepare para essas atividades. Retomemos o início do *Laques* onde, como vimos, Platão põe em cena dois nobres atenienses consultando Sócrates acêrca da educação de seus filhos. Imaginamos muito bem uma cena equivalente, hoje: dois pais de família perguntando-se se, ao entrarem no quarto ano, seus filhos estudarão grego ou matemáticas. Problemas análogos vão logo surgir, na própria Grécia; mas ainda não chegamos lá, e a única questão debatida é, como se sabe, determinar se êstes jovens aprenderão ou não esgrima! ⁴³

O ideal dessa educação antiga continua sendo de ordem ética: resume-se numa palavra: a *καλοκάγαθία*, "o fato de ser um homem belo e bom". Bom (*ἀγαθός*)

40. PLUTARCO, *Temístocles*, 10. — 41. ARISTÓFANES, *As Nuvens*, 964-971. — 42. Idem, 961-1023. — 43. PLATÃO, *Laques*, 179d; 181c.

é o aspecto moral, essencial, como vimos, com os matices social e mundano que provêm das origens. Belo (*καλός*) é a beleza física, com a inevitável *aura* erótica que necessariamente tem de acompanhá-la. Aqui, devo exorcizar um mito moderno, o de uma síntese harmoniosa entre “a beleza da raça, a perfeição suprema da arte e os mais altos vôos do pensamento especulativo” que a civilização helênica teria podido realizar plenamente (8). Esse ideal, de um espírito plenamente desabrochado num corpo soberbamente desenvolvido, não é, sem dúvida, de todo imaginário; existiu, pelo menos, no pensamento de Platão, quando ele desenhava suas inesquecíveis figuras de jovens: o belo Cármides reclinado sobre o problema da perfeição moral, Lísias e Menexeno discutindo gentilmente sobre a amizade.

Mas é necessário considerar também que, se ele pôde realizar-se na prática, só o pôde num instante fugidio de equilíbrio instável entre duas tendências que evoluíam em sentido contrário, e das quais somente uma pôde progredir, acarretando a regressão da primeira, de início dominante. Tempo virá em que a educação grega será essencialmente, como a nossa, uma cultura do espírito: isto ocorrerá sob a influência de homens como Sócrates, que era feio, ou como Epicuro, que era enfermo.

Na época “antiga” de que estamos agora tratando, não há dúvida que o *καλὸς καγαθός* é, antes de tudo, um esportista. Se há nesta educação um aspecto moral, é no esporte e pelo esporte que ele se realiza (Aristófanes mostra sobejamente que, nem por um instante, separa os dois elementos). Mas, ao menos tanto quanto o caráter, o que esta educação visa formar é o corpo. “Não cesses de esculpir tua própria estátua” — dirá, bem mais tarde, e num sentido moral, Plotino⁴⁴: esta frase poderia, literalmente, servir de divisa à educação arcaica. Pense-se na maneira precisa pela qual Platão evoca a figura admirável de Cármides, no frontispício do diálogo que lhe consagra: “Todos o contemplavam como a uma estátua⁴⁵.” “Como é belo seu rosto (*εὐπρόσωπος*)!”,

44. PLOTINO, *Enéadas*, I, 6, 9. — 45. PLATÃO, *Cármides*, 153c.

exclama Sócrates. — Ah! se êle quisesse despir-se, parecer-te-ia sem rosto (ἀπόσωπος), tamanha é tôda a sua beleza (πάγκαλος)! ⁴⁶ "Sem rosto": palavra bem estranha para nós, habituados que estamos a perscrutar nos traços fisionômicos o reflexo móbil da alma, mas que encontra um comentário nestes semblantes impassíveis de atletas (que se pense no *Discóbolo!*), cujo esforço mais ingente não chega a crispar-lhes as feições...

Este ideal, por estranho que pareça, é perfeitamente legítimo, quero dizer, coerente consigo mesmo. Que a beleza física, que o culto do corpo possa representar para o ser humano uma verdadeira razão de viver, o meio de expressão, direi mais, de realização de sua personalidade, não é isto uma coisa absurda: também o compreendemos, pois o admitimos há muito tempo para as mulheres. Com efeito, é realmente como as mulheres de hoje (ou de ontem) que êstes jovens gregos são acolhidos, procurados, amimados, admirados. Tôda a sua vida, como a vida de uma mulher, é iluminada pelo prestígio e pela recordação de seus sucessos de adolescentes, da beleza de sua juventude (aqui evoco o personagem de Alcibiades).

Ideal perfeitamente válido, sem dúvida, mas como é crua e simples sua realidade, comparada à maravilhosa imagem que dêle faziam, por exemplo, Burckhardt ou Nietzsche, e tantos neo-pagãos em sua escola! Sim, êstes jovens eram belos e fortes, mas o fato é que, na perseguição dêsse fim único, exauriam tôda a sua energia, tôda a sua vontade. Não se extrapole, pois, ingenuamente (ou pèrfidamente), o testemunho dos jovens de Platão: é certo que sua personagem Sócrates recruta os discípulos no ginásio, mas não se deve esquecer que o faz para retirá-los dali e iniciá-los na dura ascese das matemáticas e da dialética!

[Entre os dois tipos de formação, física e espiritual, não reinava, como se pretende, nenhuma atração secreta, nenhuma harmonia preestabelecida, porém a mais radical hostilidade. Valho-me aqui do testemunho de Aristófanes: que promete a seu aluno esta Velha Educação, cujos louvores canta? Uma estrita moralidade, sem dúvida, mas sobretudo isto:

46. Idem, 154d.

[Radioso e fresco como uma flor, passarás o tempo nos ginásios... Descerás à Academia, onde, sob as oliveiras sagradas, iniciarás tua carreira, cingido com uma leve coroa de ramos, com um amigo da tua idade, a salsaparrilha em flôres, a despreocupação, o álamo branco chovendo seus amentilhos, fruindo a estação primaveril, quando o plátano cochicha com o olmo.

Se fazes o que te digo, e nisso aplicas o teu espírito, terás sempre o peito robusto, a tez clara, os ombros largos, a língua curta, a bunda gorda, o pênis pequeno. Se segues, porém, os costumes correntes,

e aqui Aristófanes ataca, formalmente, o próprio ensino de Sócrates,

de início terás a tez pálida, os ombros estreitos, o peito oprimido, a língua comprida, a bunda magra, o pênis grande, ...e extensa propositura de lei⁴⁷.

E se alguém se admira de ver-me preferir a grosseira caricatura de Aristófanes à transfiguração idealizante de Platão, direi que a experiência nos assegura suficientemente da verdade da primeira imagem, porque afinal o homem só dispõe de um único sistema nervoso, de uma só e bem fraca carga de energia para gastar, e porque aprendemos enfim, como diz Péguy, "que o trabalho espiritual impõe uma forma peculiar de fadiga inexpiável".]

47. ARISTÓFANES, *As Nuvens*, 1002-1019.

CAPÍTULO V

A CONTRIBUIÇÃO INOVADORA DA PRIMEIRA SOFÍSTICA

Assim, os atenienses nascidos na década de 490 (como Péricles, Sófocles, Fídias...), que em todos os domínios — a política, as letras, as artes — levaram a cultura clássica a tão alto grau de maturidade, só haviam recebido ainda essa educação bastante elementar, que, do ponto de vista da instrução, não se elevava quase acima do nosso atual ensino primário (1). Temos, aí, um marcante exemplo do fatal desacôrdo cronológico entre cultura e educação. Mas, conquanto êsse atraso seja, muitas vêzes, exagerado pela rotina (o domínio pedagógico é um terreno eletivo do espírito conservador), tôda civilização verdadeiramente ativa acaba, cedo ou tarde, por tornar-se consciente dêle e compensá-lo. Com efeito, nota-se que cada nova conquista do gênio grego foi, assaz rapidamente, seguida de um correspondente esforço no sentido de plasmar um ensino que lhe promovesse a difusão.

PRIMEIRAS ESCOLAS DE MEDICINA

Encontram-se muitas provas disto, desde o sexto século, século aliás bem rico em belos designios: poderíamos estudar a criação das primeiras escolas de medicina que, em fins do mesmo, apareceram em Crotona¹ e em Cirene², precedendo a abertura das escolas clássicas de Cnidos e de Cós (2).

1. Heródoto, *História*, III, 129 s. — 2. Idem, III, 131.

E DE FILOSOFIA

«Não obstante, êsse esforço de criação pedagógica transparecia mais nitidamente no domínio da filosofia: os primeiros físicos da escola de Mileto são apenas sábios, não desfrutando ainda de lazer para fazerem-se educadores, totalmente absorvidos que são pelo esforço criador, que os isola e singulariza; seus contemporâneos consideraram-nos com um espanto por vêzes escandalizado, as mais das vêzes matizado de uma ironia que, na aprazível Jônia, não exclui uma secreta benevolência (recorde-se, entre tantas outras, a anedota que mostra Tales caindo num poço, ao contemplar os astros³).

Mas já Anaximandro, e logo Anaxímenes⁴, tratam de redigir uma exposição de suas doutrinas. Na geração seguinte, Xenófanes de Cólofon escreve não mais como êles, em prosa, à maneira dos legisladores, mas em verso, rivalizando assim, diretamente, com os poetas educadores, Homero ou os Gnômicos. Nêle é isto uma intenção confessa: êle se dirige ao público culto dos banquetes aristocráticos⁵, critica àsperamente a imoralidade de Homero⁶, o ideal esportivo tradicional⁷, ao qual opõe audaciosamente, e até com orgulho, o nôvo ideal de sua cândida Sabedoria.

«O pitagorismo», enfim, realiza esta ambição pedagógica numa instituição apropriada: a escola filosófica. Esta, tal como aparece em Metaponte ou em Crotona, não é mais uma simples hetairia do tipo antigo, ligando mestre e discípulos no âmbito de relações pessoais; é uma verdadeira escola, que absorve o homem por inteiro e lhe impõe um estilo de vida; é uma instituição organizada, com sua sede, suas leis, suas reuniões regulares, que toma a forma de uma confraria religiosa consagrada ao culto das Musas e, depois da morte de seu fundador, ao culto de Pitágoras heroificado. Instituição característica, será mais tarde imitada pela Academia de Platão, pelo Liceu de Aristóteles, pela escola de Epicuro, e permanecerá como a forma típica da escola filosófica grega (3).»

3. DIÓGENES LAÉRCIO, *Vidas dos Filósofos*, I, 34. — 4. Idem, II, 2; 3. — 5. XENÓFANES, frag. 1 (ed. Diels). — 6. Idem, frag. 11 s. — 7. Idem, frag. 2.

O NÓVO IDEAL POLÍTICO

Mas não foi destes círculos de especialistas que emanou a grande revolução pedagógica com que a educação helênica daria um passo decisivo para a maturidade: ocorrendo na segunda etapa do quinto século, ela é obra deste pugilo de inovadores que se conveio em designar pelo nome de Sofistas.

O problema que eles tentaram e conseguiram resolver, problema aliás muito geral, é o da formação do homem político. Em seu tempo, era esse o problema que exigia solução mais urgente. Após a crise da tirania, no sexto século, vemos a maioria das cidades gregas, e, sobretudo, a democrática Atenas, animarem-se de intensa vida política: o exercício do poder, a gestão dos negócios públicos tornam-se a ocupação fundamental, a atividade mais nobre e mais apreciada do homem grego, o supremo objetivo ofertado à sua ambição. Trata-se sempre, para ele, de sobrepujar, de mostrar-se superior e eficaz; todavia, não é mais no domínio do esporte e da vida elegante que seu "valor" — sua ἀρετή — busca patentear-se: é na ação política, que, doravante, encarna-se. Os Sofistas põem seu ensino a serviço deste novo ideal da ἀρετή política⁸: equipar o espírito do cidadão para a carreira de homem de Estado, formar a personalidade do futuro dirigente da cidade — tal é o programa que eles concebem.

Seria inexacto ligar demasiado intimamente sua atuação aos progressos da democracia, isto é, imaginar que seu ensino se destinasse a substituir, por homens políticos oriundos do povo, aquilo que o atavismo familiar assegurava a seus rivais aristocráticos. Em primeiro lugar, porque a democracia antiga continuou ainda, por muito tempo, recrutando seus líderes no seio da mais autêntica nobreza (pense-se no papel dos Alcmeônidas de Atenas); em segundo lugar, porque não se descobre, entre os Sofistas do quinto século, uma orientação política determinada (como terão, em Roma, os *Rhetores Latini* do tempo de Mário): sua clientela é uma clientela rica, entre a qual se podia encontrar novos ricos em busca de uma pseudo-nobreza, como o Estrepsiado

8. PLATÃO, *Protágoras*, 316b; 319a.

de Aristófanes, mas a velha aristocracia, longe de repudiá-los, voltou-se para eles com presteza, como se vê pelas descrições de Platão.

[Os Sofistas dirigem-se a quem quer que deseje adquirir a superioridade necessária ao triunfo na arena política.⁹ Remeto novamente o leitor ao *Laques*: Lisímaco, filho de Aristides, e Melésias, filho de Tucídides, almejam para seus próprios filhos uma formação que os capacite a tornarem-se chefes⁹: ninguém duvida de que, quando os Sofistas vieram propor-lhes algo mais eficaz que a inútil esgrima, eles o tenham aceito com presteza.

A revolução pedagógica representada pela Sofística parece, pois, de inspiração menos política do que técnica: a cavaleiro de uma cultura amadurecida, educadores proficientes elaboram uma nova técnica, um ensino mais completo, mais ambicioso e mais eficiente do que aquele que os precedera.

OS SOFISTAS COMO EDUCADORES

A atividade dos Sofistas desenvolve-se na segunda metade do quinto século. Parece-me um tanto artificioso reparti-los, como se pretende às vezes fazê-lo, em duas gerações distintas; com efeito, suas carreiras se interligam, e Platão pôde, sem cometer nenhum anacronismo, reunir os mais célebres deles na casa do opulento Cálias, juntamente com Sócrates e Alcibiades, numa cena célebre do seu diálogo *Protágoras*¹⁰. Não há grande diferença de idade entre os mais idosos e os mais jovens: o mais velho, Protágoras de Abdera, deve ter nascido por volta de 485; Górgias de Leontinos e o ateniense Antifon (do demo de Ramnunte) (4), que são um pouco mais moços, por volta de 480. Os mais jovens, Pródicos de Céos e Hípias de Elis, têm uns dez anos menos e parecem da idade de Sócrates, que viveu, como se sabe, de 470-469 a 399 (5). De origem diversa, itinerantes por exigências profissionais, todos estagiaram em Atenas, por maior ou menor lapso de tempo: com

9. *Laques*, 179cd. — 10. *PROTÁGORAS*, 314c-315c.

êles Atenas se converte no crisol em que se elabora a cultura grega.

Todo historiador da filosofia ou das ciências sente-se obrigado a consagrar um capítulo aos Sofistas: tal capítulo, bem difícil de escrever, é raramente satisfatório (6).

Não basta dizer que os conhecemos mal: a título de fonte direta, possuímos apenas alguns raros fragmentos e sêcas notícias doxográficas, elementos êstes de bem pouco pêso para contraporem-se ao prestígio falacioso dos retratos satíricos e dos pastichos de Platão, cujas páginas consagradas aos Sofistas se incluem entre as mais ambíguas de sua obra, de interpretação sempre delicada: onde começam e onde terminam ali a ficção, a deformação caricatural e caluniosa? Além disto, sob a máscara da luta entre Sócrates e os Sofistas, não teria Platão evocado, em realidade, aquela que o opunha, êle próprio, a certos contemporâneos seus, Antístenes em particular?

Na verdade, os Sofistas não pertencem, rigorosamente, à história da filosofia ou à das ciências. Agitaram êles muitas idéias, algumas das quais receberam de outros (Protágoras, por exemplo, de Heráclito; e Górgias, dos Eleatas ou de Empédocles), outras lhes sendo próprias; mas não foram, rigorosamente falando, pensadores, investigadores da verdade. Eram pedagogos: "Educar os homens" (παιδεύειν ἀνθρώπους) — tal é a definição que, segundo Platão¹¹, Protágoras dá de sua própria arte.

De resto, era êsse o único traço que possuíam em comum: incertas e diversas, suas idéias são demasiado fugazes para poder-se ligá-los a uma escola, no sentido filosófico da palavra; êles têm, em comum, apenas seu ofício de professores. Saudamos êsses grandes antepassados, os primeiros professores do ensino superior, quando a Grécia conhecia apenas treinadores esportivos, mestres de artesanato e, no plano escolar, humildes mestres-escolas. A despeito dos sarcasmos dos Socráticos, impregnados de preconceitos conservantistas¹², re-

11. Idem, 317b. — 12. Hípias Maior, 281b; Crátilo, 384b; cf. O Sofista, 231d; Xenofonte, Sôbra a Caça, 13.

verencio nêles, em primeiro lugar, a condição de homens de negócio, para os quais o ensino é uma profissão cujo êxito comercial lhe atesta o valor intrínseco e a eficácia social¹³.

O OFÍCIO DE PROFESSOR

Ê, pois, interessante conhecer, com alguma precisão, a maneira pela qual êles exerceram seu ofício. Não abriram escolas, no sentido institucional desta palavra; seu método, ainda bastante próximo daquele das origens, pode-se definir como um preceptorado coletivo. Agrupam êles, em tórno de si, os jovens que lhes são confiados e de cuja formação completa se incumbem; esta requer, ao que se supõe, três ou quatro anos. Tal serviço é prestado contra remuneração: Protágoras pedia a considerável soma de dez mil dracmas¹⁴ (a dracma, cêrca de um franco-ouro, representava o salário diário de um operário qualificado). Seu exemplo servirá por muito tempo de modêlo, mas os preços baixarão rapidamente: no século seguinte (entre 393 e 338), Isócrates não pedirá mais de mil dracmas¹⁵ e lamentará que concorrentes desleais aceitem receber a bagatela de quatrocentas ou mesmo trezentas dracmas¹⁶.

→ Protágoras foi o primeiro a propor um ensino dêste tipo comercializado: não havia, antes dêle, semelhante instituição; os Sofistas não encontraram, pois, uma clientela já feita: foi-lhes necessário granjeá-la, persuadir o público a recorrer a seus serviços, o que explica tôda uma série de expedientes publicitários; o Sofista vai de cidade em cidade à cata de alunos¹⁷, levando atrás de si aquêles que já arrebanhou¹⁸. Para fazerem-se conhecer, para manifestarem a excelência do seu ensino e darem mostras de sua habilidade, os Sofistas oferecem de bom grado uma exibição¹⁹ (ἐπίδειξις), seja na cidade aonde seu itinerário os condûz, seja num santuário pan-helênico como Olímpia, onde se aproveitam da πανήγυρις, do público internacional que aí se acha reunido por ocasião dos jogos: a mostra pode ser um discurso cuidadosamente excogitado ou, ao contrário, um brilhante impro-

13. PLATÃO, *Hípias Maior*, 282bc. — 14. DIÓGENES LAÉRCIO, *Vidas dos Filósofos*, IX, 52. — 15. [PLUTARCO], *Vida de Isócrates*, 837. — 16. ISÓCRATES, *Contra os Sofistas*, 3. — 17. PLATÃO, *Protágoras*, 313d. — 18. Idem, 315a.

visu sôbre qualquer assunto proposto, uma discussão livremente encetada *de omni re scibili*, ao gôsto do público. Com isto, inauguram êles o gênero literário da conferência, desde a Antigüidade fadado a tão espantoso sucesso.

Dessas conferências, umas são públicas: Hípias, perorando na ágora, junto à banca dos cambistas¹⁹, faz-nos pensar nos oradores populares de Hyde-Park; outras, reservadas a um público de escol, são já pagas²⁰: se a ironia socrática não nos induz aqui em erro, teria havido, destas últimas, várias categorias, de preços diferentes: palestras de propaganda, a preço-reclamo de uma dracma; lições técnicas, em que o mestre se afanava em tratar a fundo determinado assunto científico, ao preço de cinquenta dracmas cada lugar²¹.

É claro, esta franca publicidade não se faz sem algum charlatanismo: estamos na Grécia e na Antigüidade: para impressionar seu auditório, o Sofista não hesita em pretender a onisciência²² e a infalibilidade²³. Aparenta um tom doutoral, um comportamento solene ou inspirado, pronuncia suas sentenças do alto de um trono elevado²⁴, revestindo mesmo às vezes, parece, o costume pomposo do rapsodo em seu grande manto de púrpura²⁵.

Essa encenação era comumente aceita: as críticas sarcásticas que eia sofre, da parte de Sócrates, na obra de Platão, não podem contrabalançar o testemunho que fornece a mesma fonte sôbre o extraordinário sucesso alcançado por essa propaganda, sôbre a admiração exaltada que pelos Sofistas nutriu a juventude; lembrem-nos do intróito do *Protágoras*²⁶, do jovem Hipócrates abalando-se, já antes do alvorecer, para a casa de Sócrates: Protágoras chegara a Atenas na véspera e, lépido, o jovem trata de fazer-se apresentar ao grande homem, de fazer-se admitir como eventual discípulo. Um tal favor, cujos sinais encontramos na influência profunda que os grandes Sofistas exerceram sôbre os melhores espíritos de seu tempo (Tucídides, Eurípides,

19. *Hípias Menor*, 368b. — 20. *Hípias Maior*, 282bc; ARISTÓTELES, *Retórica*, III, 1415 b 16. — 21. PLATÃO, *Crátilo*, 384b. — 22. *Hípias Menor*, 368bd. — 23. *Górgias*, 447c; 448a. — 24. *Protágoras*, 315c. — 25. PLÍNIO O ANTIGO, *História Natural*, XII, 32. — 26. PLATÃO, *Protágoras*, 310a.

Êsquines...), não era devido somente a uma moda cegada por sua encenação: foi a eficácia real de seu ensino que a justificou.

A TÉCNICA POLÍTICA

Qual era o conteúdo de tal ensino? Tratava-se de armar, para a luta política, a personalidade forte que haverá de impor-se como chefe à cidade. Era esse, precisamente, parece, o programa de Protágoras, que queria tornar seus alunos bons cidadãos, capazes de bem conduzirem a própria casa e de gerirem, com suprema eficácia, os negócios do Estado: a ambição dêle era ensinar-lhes "a arte da política" (πολιτική τέχνη)²⁷.

[Ambição de ordem totalmente prática: a "sabedoria", o "valor" que Protágoras e seus pares proporcionam a seus discípulos, transparentam um caráter utilitário e pragmático; é a eficácia concreta que os sanciona e os mede. Não se perderá tempo especulando, como os velhos físicos da Jônia, sobre a natureza do mundo ou sobre a natureza dos deuses: "Existem ou não, eu não sei — dirá Protágoras²⁸: a questão é obscura e, a vida humana, demasiado breve."] Urge viver e, na vida, sobretudo na vida política, possuir a Verdade importa menos que lograr impor *hic et nunc*, a um público determinado, a admissão de tal ou qual tese, como verossímil.

[Esta pedagogia desenvolve-se, em seguida, numa perspectiva de humanismo relativista: é o que parece exprimir um dos raros fragmentos autênticos que nos foram transmitidos do mesmo Protágoras: "O homem é a medida de todas as coisas²⁹."] Têm sido árduos os esforços no sentido de interpretar metafisicamente este célebre mote, e de assim fazer de seu autor o fundador do empirismo fenomenista, um precursor do subjetivismo moderno. Análogamente, pela reflexão sobre alguns ecos que nos chegaram do *Tratado do Não-Ser*, de Górgias³⁰, chegou-se até a falar no niilismo filosófico dêste (7). Distende-se deliberadamente, dessa maneira,

27. Idem, 319a. — 28. PROTÁGORAS, frag. 4 (ed. Diels). — 29. Idem, frag. 1. — 30. GÓRGIAS, frag. 1-5 (ed. Diels).

Fontes
primárias
↓
Górgias
Protágoras

o alcance de nossos textos, aos quais devemos, ao contrário, tomar em seu sentido mais superficial: nem Protágoras nem Górgias pensam em desenvolver uma doutrina, mas somente em formular as regras de uma conduta prática; eles não ensinam a seus alunos nenhuma verdade sobre o ser ou sobre o homem, mas tão-somente a terem sempre razão, em qualquer circunstância.

A DIALETICA

Protágoras, ao que se diz³¹, foi o primeiro a ensinar que, em toda questão, sempre se pode sustentar o pró ou o contra. Todo o seu ensino repousava sobre este alicerce: a antilogia. De seus *Discursos Demolidores*, possuímos apenas a primeira e famosa frase citada acima³², mas encontramos o seu eco nas Duplas Razões (*Δισσοὶ λόγοι*), monótono repertório de opiniões contrapostas duas a duas, compilado por volta do ano 400 por algum de seus discípulos.

Eis aí o primeiro aspecto da formação sofística: ensinar a vencer em toda discussão possível. Protágoras toma emprestados a Zenão de Eléia, esvaziando-os porém daquilo que lhes dava profunda seriedade, seus procedimentos polêmicos e sua dialética rigorosa: deles conserva somente a ossatura formal e, através de um trabalho sistemático, deles extrai os princípios de uma "erística", de um método de discussão que visa a confundir o adversário, qualquer que seja este, tomando as concessões por ele feitas como hipóteses de partida.

As *Nuvens* de Aristófanes e a *História* de Tucídides são, a títulos diversos, testemunhas notáveis do prodigioso efeito que causou, sobre os contemporâneos, semelhante ensino, tão ousado em seu pragmatismo cínico, tão surpreendente pela eficácia de seus resultados. Sua importância histórica não poderia ser exagerada: a tradição inaugurada por Protágoras explica a dominante dialética que vai caracterizar, bem ou mal, a filosofia, a ciência, a cultura gregas; o uso, às vezes intemperante, que os antigos fizeram da discussão, concebida como

31. DIÓGENES LAÉRCIO, *Vidas dos Filósofos*, IX, 51. — 32. PROTÁGORAS, frag. 1.

método de descoberta ou de verificação; a confiança, freqüentemente excessiva, que lhe testemunharam; o virtuosismo de que deram prova neste domínio — tudo isto é herança dos Sofistas.

Não se contentaram estes em tomar seu instrumento aos Eleatas: fizeram muito no sentido de aperfeiçoá-lo, de aprimorar os procedimentos dialéticos e explicitar-lhes a estrutura lógica. Progresso tumultuoso, sem dúvida: nem tudo é de fino aço, no arsenal sofístico. Como o fim, por si, justifica os meios, para eles é bom tudo que se revela eficaz: sua erística, sendo apenas uma arte prática da discussão, põe quase no mesmo plano a argumentação racional, verdadeiramente penosa, árdua, e suas astúcias táticas, que podem, às vêzes (estamos na pátria de Ulisses), ir bastante longe na senda do capcioso. O raciocínio propriamente dito cede lugar a audaciosos paralogismos, que o público dos Sofistas, nôvo e ingênuo, não sabe ainda distinguir dos argumentos logicamente irresistíveis, embora igualmente paradoxais, de um Zenão. Será necessário que Aristóteles os examine e ensine a distinguir os "sofismas" ilegítimos das inferências válidas. A separação não é feita, mas os *Tópicos* e as *Refutações sofísticas* do *Organon* serão apenas uma classificação, um ajuste do abundante material cuja criação se deve, em boa parte, a Protágoras e aos seus.

A RETÓRICA

Simultaneamente com a arte de persuadir, os Sofistas ensinavam uma arte de falar, e este segundo aspecto de sua pedagogia não tem importância menor que o primeiro. Também aqui, é a preocupação da eficácia prática que os guia. Entre os modernos, a palavra oral foi destronada pela onipotência da palavra escrita; e assim continua, até mesmo em nossos dias, a despeito dos progressos realizados pelo rádio e pela gravação. Na Grécia antiga ocorre o contrário e, especialmente na vida política, a palavra falada é rainha. ←

Instituído em Atenas muito antes de 431³³, o costume de pronunciar-se um panegírico por ocasião dos

33. Tucídides, *História da Guerra do Peloponeso*, II, 34.

funerais solenes dos soldados tombados no campo da honra consagra de certo modo, oficialmente, este papel. Mas não é ele apenas decorativo: a democracia antiga, que só conhece o governo direto, outorga a preeminência ao homem político capaz de, pela palavra, impor seu ponto de vista à assembléia dos cidadãos ou aos diversos Conselhos. A eloquência judiciária não tem importância menor; advoga-se muito em Atenas, tanto em particular como em público: processos políticos, autos parlamentares do exame de moralidade, prestações de contas, etc., e ainda neste terreno o homem eficaz é aquele que se impõe ao adversário, diante de um júri ou perante os juízes³⁴: os oradores hábeis — declarará em casa de Platão o sofista Polo de Agrigento³⁵ — podem, como os tiranos, fazer com que se condene à morte, à confiscação ou ao exílio quem lhes desagrade.

Neste terreno, também, os Sofistas descobriram a possibilidade de elaborar e de ensinar uma técnica apropriada, que transmitiria, numa forma condensada e perfeita, as melhores lições da mais vasta experiência: a retórica (8).

O mestre, cuja importância histórica iguala a de Protágoras, é aqui Górgias de Leontinos. Com efeito, a retórica tem suas raízes não mais em Eléia, na Grande Grécia, mas na Sicília. Aristóteles ligava seu nascimento aos inúmeros processos de reivindicação de bens provocados pela expulsão dos tiranos da dinastia de Téron em Agrigento (471) e de Hierão em Siracusa (463) e à anulação das confiscações por eles decretadas. O desenvolvimento paralelo da eloquência política e judiciária na democracia siciliana teria levado o lúcido gênio grego a exercer sua reflexão sobre o problema da palavra eficaz: da observação empírica, ter-se-iam extraído, pouco a pouco, regras gerais que, codificadas em corpo de doutrina, serviram de base a um aprendizado sistemático da arte oratória. Em Siracusa, de fato, desde 460, aparecem os primeiros professores de retórica: Córax e seu aluno Tísias, embora seu grande iniciador passe por ter sido Empédocles de Agrigento³⁶, que foi o mestre de Górgias (9).

34. PLATÃO, *Hípias Maior*, 304ab. — 35. *Górgias*, 466bc. — 36. ARISTÓTELES ap. DIÓGENES LAÉRCIO, *Vidas dos Filósofos*, VIII, 57.

Com este último, a técnica retórica aparece em plena luz, já provida de seu método, de seus princípios e de seus procedimentos ou fórmulas, elaborados nos menores detalhes. Toda a Antigüidade viverá desta aquisição: os escritores da mais tardia decadência adornam ainda sua elocução com a lantejoula das três "figuras gorgiânicas", das quais o grande sofista havia dado a receita: a antítese, o paralelismo de membros de frases iguais (ἰσοκωλία), a assonância final destes membros (ὁμοιοτέλευτον) (10).

Teremos ocasião de estudar mais adiante, pormenorizadamente, esta técnica, que, uma vez assim fixada, não evoluirá muito, a não ser no sentido de uma precisão e sistematização crescentes. Bastará, pois, indicar sumariamente o que era, desde o tempo de Górgias, o ensino da retórica. Apresentava ele dois aspectos: teoria e prática. O sofista inculcava antes de tudo, em seus discípulos, as regras da arte, o que constituía sua τέχνη (Tísias, senão já Córax, havia redigido assim um tratado teórico; do de Górgias subsistem alguns fragmentos): em sua essência (o esquema geral dos discursos judiciários, por exemplo), os quadros da teoria clássica aparecem fixados desde o tempo dos Sofistas, embora, na verdade, não tenham ainda atingido o grau de minúcia que revelarão os tratados da época helenístico-romana. No quinto século, o ensino não se havia tornado ainda tão formal: os preceitos são muito gerais e passa-se bem depressa aos exercícios práticos.

1) O mestre apresentava, para imitação dos seus alunos, um môdelo de sua própria composição: como a ἐπίδειξις, a conferência-amostra, êsse discurso podia versar um assunto de ordem poética, moral ou política; Górgias transpunha, numa prosa faustosa, os temas — caros aos líricos, Simônides ou Píndaro — do elogio mitológico: elogio de Helena³⁷, apologia de Palamedes³⁸. Xenofonte deixou-nos a análise de um discurso de Pródicos sobre o tema Héracles na encruzilhada do vício e da virtude³⁹; Platão, no *Protágoras*⁴⁰, faz o personagem epônimo improvisar, em tórno do mito de Prometeu e

37. GÓRGIAS, frag. 11. — 38. Idem, frag. 11a. — 39. XENOFONTE, *As Memoráveis de Sócrates*, II, 1, 21-34. — 40. PLATÃO, *Protágoras*, 320c-322a.

de Epimeteu, sobre o tema da justiça; ou, algures⁴¹, anunciar por Hípias um discurso educativo de Nestor a Neoptólemo. Ainda de Górgias, menciona-se um elogio da cidade de Élide⁴². Às vezes, a virtuosidade exercia-se em cheio sobre um assunto fantástico ou paradoxal, como no elogio dos pavões ou dos ratos; outros mestres preferiam orientar seu esforço num sentido mais diretamente utilitário: é o caso de Antífon, que não ambicionou ser mais que um professor de eloquência judiciária; suas *Tetralogias* fornecem o quadro completo dos quatro discursos previstos nos debates de uma causa qualquer: acusação, defesa, réplica e dúplica; tratam de causas fictícias, mas é bem provável que Antífon tenha publicado também discursos de defesa reais, compostos por ele na qualidade de logógrafo, para que pudessem servir como objeto de estudo em sua escola.

De qualquer modo, estes discursos-modelo eram não somente pronunciados pelo sofista perante o auditório, mas redigidos por escrito, a fim de poderem os alunos estudá-los com vagar: em seguida, estes eram convidados a imitá-los em composição de sua lavra, e começavam, assim, a aprendizagem da criação oratória.

Mas um discurso eficaz supõe mais do que esta arte meramente formal: é necessário saber dotá-lo de conteúdo, das idéias e dos argumentos que o assunto reclama; toda uma secção da retórica era consagrada à *invenção*: onde e como achar idéias. Aqui, também, a análise da experiência tinha sugerido aos Sofistas muitos e muitos preceitos engenhosos e eles haviam elaborado todo um método destinado a extrair de uma causa todos os temas utilizáveis que ela encerra, método esse em que a retórica dá a mão à erística, da qual aproveita toda a contribuição.

Em particular, não tinham eles deixado de notar que muitos dos desenvolvimentos podiam ser retomados em grande número de ocasiões; daí estes desenvolvimentos-chave: lisonja para com os juizes, crítica do testemunho arrancado mediante tortura (Antífon compusera, nestes moldes, uma coleção de *Exórdios* úteis a todos os fins); e, sobretudo, considerações gerais sobre temas de

41. *Hípias Maior*, 286ab. — 42. *Górgias*, frag. 10. — 43. *PLATÃO, Fedro*, 228de.

interêsse universal: o justo e o injusto, a justiça natural e as leis convencionais. Tôda causa pode, por amplificação, ser reduzida a estas idéias simples, que todo aluno dos Sofistas possuía, de antemão, trabalhadas e retrabalhadas: tais são os "lugares-comuns" (*κοινοὶ τόποι*), cuja existência e fecundidade foram reveladas primeiramente pela Sofística. Dedicou-se ela a uma prospecção e exploração sistemáticas dêstes grandes temas: dela a educação antiga e, por conseguinte, tôda a literatura clássica, grega e romana, herdaram o obstinado gôsto das "idéias gerais", os grandes temas morais de alcance eterno, que constituem, em sentido positivo ou negativo, um de seus traços dominantes, conferindo-lhe uma monotonia e uma trivialidade tediosa, mas também seu rico valor humano.

A CULTURA GERAL

Mas ressaltar unicamente êste aspecto formal e genérico da retórica e da erística seria empobrecer singularmente o quadro do magistério sofístico. O perfeito sofista deve, como se gabam de fazê-lo Górgias⁴⁴ ou Hípias⁴⁵ em Platão, ser capaz de falar sôbre qualquer coisa e de arrostar quem quer que seja, em qualquer assunto: tal ambição supõe uma versatilidade universal, um saber extensivo a tôdas as especialidades técnicas ou, para falar em grego, uma "polimatia".

Com relação a êste aspecto da cultura, a atitude dos diversos Sofistas não era idêntica (deixei prever tais divergências): uns parecem ter menosprezado os ofícios e as artes e ter-se comprazido em levantar, por simples erística, objeções aos que pretendiam conhecê-los⁴⁶. Outros, ao contrário, afetavam uma curiosidade universal, uma aspiração, sincera ou fingida, a tôda ordem de conhecimento: Hípias de Élis simboliza bem êste aspecto da Sofística; Platão no-lo mostra⁴⁷ vangloriando-se, diante dos papalvos de Olímpia, de não ter, sôbre seu corpo, nada que não fôsse obra de suas mãos: havia cinzelado o anel que trazia no dedo, gravado seu sinête, fabricado seu estôjo de massagem, tecido seu manto e sua túnica,

44. *Górgias*, 447c; 448a. — 45. *Hípias Menor*, 364a; 368bd. — 46. *O Sofista*, 232d; 233b. — 47. *Hípias Menor*, 368bc.

bordado seu rico cinto pérsico... Os modernos discutem sobre a extensão real dessa "polimatia": erudição de fachada? ciência verdadeira? (11)

Como se sabe, de outras fontes⁴⁸, Hípias ensinava a mnemotécnica; alguns julgam que êsse ambicioso saber se restringia a prover o orador do mínimo de conhecimentos necessários para que êste pudesse passar por entendido, sem ser jamais colhido de surpresa. Talvez êsse juízo seja demasiado rígido: não se deve confundir mnemotécnica com polimatia; a primeira, que será conservada pela retórica clássica, e da qual constitui uma das cinco partes, tem apenas objetivo prático: ajudar o orador a guardar seu texto de cor. Quanto à erudição propriamente dita, nada podemos saber, certamente, quanto ao grau técnico atingido por Hípias no domínio das artes mecânicas (tanto quanto não se pode precisar o alcance do interesse que Pródicos parece ter concedido à medicina⁴⁹); pelo menos, não se pode duvidar de sua competência no que respeita às disciplinas científicas.

Platão o atesta⁵⁰ com relação às matemáticas; melhor ainda, mostra-nos Hípias⁵¹ — à diferença de Protágoras, mais estreito, mais utilitário — a cuidar de que os jovens confiados à sua direção se apliquem, com afinco, a um estudo sólido das quatro ciências elaboradas desde os pitagóricos, as que constituem o *Quadrivium* medieval: a aritmética, a geometria, a astronomia e a acústica (12). Há, aqui, um fato a salientar: o importante não é saber se os Sofistas contribuíram ou não para o progresso das matemáticas (porque Hípias não é o único a interessar-se por elas: Antífon trabalha na quadratura do círculo⁵²), mas notar que eles foram os primeiros a reconhecer o valor formativo destas ciências e a fazê-las entrar num ciclo normal de estudos: o exemplo não mais será esquecido.

O interesse que Hípias manifesta pela erudição literária não era menos vivo; podemos entrever seus trabalhos pessoais: repertórios geográficos (nomes de povos⁵³), "arqueológicos" (mitologia, biografia, genealogia⁵⁴) e,

48. Idem, 368d; XENOFONTE, *O Banquete*, 4, 62. — 49. PRÓDICOS, frag. 4. — 50. PLATÃO, *Protágoras*, 315c; *Hípias Maior*, 285b; *Hípias Menor*, 366c-368a. — 51. *Protágoras*, 318e. — 52. ANTÍFON, frag. 13. — 53. HÍPIAS, frag. 2. — 54. Idem, frag. 4; 6.

sobretudo, históricos; penso em seu catálogo dos vencedores olímpicos⁵⁵, que reúne toda uma série de investigações análogas e representa um dos pontos de partida da cronologia erudita da história grega, da história científica no sentido moderno da palavra. Sua erudição compreendia, enfim, o domínio propriamente literário, mas aqui ele não está mais sozinho: o leitor do *Protágoras*⁵⁶ seria mesmo tentado a fazer deste domínio a especialidade de Pródicos, tão imbuído da sinonímica, tão competente na exegese de Simônides; na verdade, porém, todos os outros Sofistas se exercitavam também nesse campo.

O fato é tão preñado de conseqüências que importa examinar bem como puderam eles ser conduzidos por um tal caminho. Vemo-los muitas vezes provocar uma discussão, que logo se converte em chicana, a propósito de uma observação sobre algum detalhe de linguagem e de pensamento: assim, Protágoras advertindo que Homero emprega o imperativo ali onde se esperava o optativo⁵⁷, notando que algures Simônides se contradiz de um verso para outro⁵⁸; cabe perguntar, então, se o estudo dos poetas não foi para os Sofistas, sobretudo, uma ocasião para desencadear estes debates em que podiam exibir sua virtuosidade dialética. E, realmente, necessário dar-se bem conta de que, com o domínio, logo explorado, das grandes idéias gerais, a poesia era o único ponto de apoio que a erística podia encontrar na cultura de seus contemporâneos.

Mas, a supor que eles hajam começado realmente assim, os Sofistas não tardaram a aprofundar o método, a fazer da crítica dos poetas o instrumento privilegiado de uma "exercitação" formal do espírito, o meio de sistematizar o estudo das relações entre o pensamento e a linguagem: ela se tornou, em suas mãos, como Platão faz dizer sua personagem Pitágoras⁵⁹, "uma parte preponderante de toda educação". Também aí eles aparecem como iniciadores: como o veremos, a educação clássica empenhar-se-á, a fundo, na via que eles assim abriram e que continuou sendo a de toda cultura lite-

55. Idem, frag. 3. — 56. PLATÃO, *Protágoras*, 337a s.; 358a s. — 57. ARISTÓTELES, *Poética*, 1456 b 15. — 58. PLATÃO, *Protágoras*, 339c. — 59. Idem, 338d.

rária; quando se nos mostra Hípias a esboçar um paralelo entre os caracteres de Aquiles e de Ulisses⁶⁰, parece-nos já assistir a uma aula de nossas Humanidades e aos paralelos infatigáveis que as crianças francesas, depois de Madame de Sévigné ou de Vauvenargues, estabelecem entre Corneille e Racine!

Ainda que muitas das questões levantadas à margem dos textos tenham sido apenas e de início meros pretextos da luta dialética, muito cedo, porém, elas levaram os Sofistas e seus alunos ao estudo sério da estrutura e das leis da linguagem: Protágoras compõe um tratado *Da Correção* ('Ορθοέπεια)⁶¹, Pródicos estuda a etimologia, a sinonímica e a precisão da linguagem⁶², Hípias escreve sobre os sons, a quantidade das sílabas, os ritmos e a métrica⁶³. Assim, os Sofistas lançam os alicerces do outro pilar da educação literária: a ciência gramatical (13).

O HUMANISMO DOS SOFISTAS

Este rápido exame é suficiente para sugerir a riqueza das inovações introduzidas pelos Sofistas na educação grega: abriram eles muitas vias divergentes, que nem todos exploraram igualmente e que nenhum deles palmilhou até o fim. Estes iniciadores descobriram e estimularam uma série de tendências pedagógicas diversas: em cada trilha deram apenas alguns passos, mas a senda estava dali por diante determinada e foi seguida depois deles. Seu extremo utilitarismo impediu-os de aplicarem-se a fundo no que quer que fôsse.

Não se deve apressurar em censurá-los por isso, pois, em sua desconfiança por toda técnica excessiva, exprime-se um dos traços mais constantes e mais nobres do gênio grego: [o senso dos limites razoáveis, o sentido da natureza humana, do humanismo, em uma palavra; convém que a criança ou o adolescente, estude "não para tornar-se um técnico, mas para educar-se" (οὐκ ἐπὶ τέχνῃ, ἀλλ' ἐπὶ παιδείᾳ)⁶⁴] Tucídides e Eurípides, estes perfeitos discípulos dos Sofistas, estão de acordo com Górgias

60. *Hípias Menor*, 364c s. — 61. *Fedro*, 267c. — 62. *Crátilo*, 384b. — 63. *Hípias Menor*, 368d. — 64. *Protágoras*, 312b.

quando dizem: filosofar, sim, mas em certa medida, e só até o grau em que isso sirva à formação do espírito, à boa educação⁶⁵.

Era tomar, ousadamente, partido diante de um problema difícil, a saber: há, em si, uma antinomia entre a investigação científica e a educação. Se escravizamos um jovem espírito à Ciência, se o tratamos como um operário a serviço dos progressos desta, sua educação sofre com isso, tornando-se estreita e de curta visão. Mas, se, por outro lado, estamos bastante preocupados em dar-lhe uma formação aberta para a vida, organizada em função de sua finalidade humana, sua cultura não será superficial e de vã aparência? [O debate ainda continua aberto em nossos dias (14)]; ele não estava tampouco resolvido no quinto século antes de Cristo: ao partido escolhido pelos Sofistas opunha-se a propaganda obstinada de Sócrates.]

A REAÇÃO SOCRÁTICA

Uma evocação do movimento pedagógico do quinto século seria, com efeito, irreparavelmente incompleta se descurasse de assinalar o lugar dêste outro iniciador, cujo pensamento não foi menos fecundo. É verdade que a natureza dêste é, paradoxalmente, difícil de precisar: nossas fontes, tão abundantes, ao mesmo tempo em que são unânimes em salientar a importância dêsse pensamento, tudo fazem para desnaturá-lo e torná-lo inapreensível: quer se trate de suas caricaturas bosquejadas pelos cômicos do tempo, como Aristófanes, Êupolis ou Amípsias (15), ou de uma transposição alternadamente hagiográfica e pseudonímica como a de Platão (a única fonte talvez sobre a qual haja trabalhado Aristóteles); a própria simplicidade, terna e de aparência chã, de um Xenofonte, não apareceu sempre à crítica como uma garantia de exatidão (16).

Também eu posso dispensar-me aqui de enfrentar o problema em sua temível complexidade: bastará, e isto é relativamente mais fácil, notar, em alguns traços,

65. Górgias, 485a; Tucídides, *História da Guerra do Peloponeso*, II, 40, 1; Eurípidas ap. Ênio, *Fragmentos Cénicos*, 376.

a contribuição de Sócrates ao debate instaurado pelos Sofistas sobre o problema da educação. Sócrates é bem da geração deles: também ele, à sua maneira, é um educador.

Não ousou fazer uma idéia precisa de seu ensinamento: inquieto-me ante a intrepidez de certo historiador que, retificando astuciosamente a visão deformante das *Nuvens*, baseado no que entrevemos da escola cínica de Antístenes, empreende descrever a escola de Sócrates como uma comunidade de ascetas e de sábios (17). [A falta de um tal quadro, pode-se pelo menos adiantar que, no essencial, Sócrates se arvorou em crítico e rival destes grandes Sofistas, que Platão se comprazeu em opor-lhe. A tomar as coisas por alto (não poderíamos entrar em detalhes sem cair logo numa inextricável polémica), parece que esta oposição pode ser reduzida a dois princípios.]

Sócrates aparece-nos, inicialmente, como o porta-voz da velha tradição aristocrática: julgado do ponto de vista político, ele se afigura como "o centro duma hetairia antidemocrática": vêde os que o cercam — Alcibiades, Crítias, Cármides. Se se opõe aos Sofistas, única e exclusivamente preocupados com a *virtù* política, com a ação, com a eficácia, e por isso ameaçados de descambarem para um amoralismo cínico, é em nome da posição tradicional que ele soergue ao primeiro plano, na educação, o elemento ético, a "virtude" no sentido estritamente moral que tomou hoje esta palavra (sob a influência, precisamente, da predicação dos Socráticos).

↳ Por outro lado, aos Sofistas, demasiado confiantes no valor do seu ensino e inclinados demais a garantirem-lhe a eficácia, Sócrates, menos comerciante, opõe a velha doutrina dos antepassados, para quem a educação era, sobretudo, questão de dons, e um simples método de desenvolver estes dons: concepção ao mesmo tempo mais natural e mais séria da pedagogia. [O famoso problema debatido no *Protágoras*: "A virtude pode ser ensinada?" era já, como o vimos, discutido pelos grandes poetas aristocratas, Teógnis e Píndaro; a solução reservada, matizada pelo menos, que Platão propõe, em nome de Sócrates é a mesma que esses poetas já propunham; em nome da tradição nobre de que eram representantes.

Em segundo lugar, em face do profundo utilitarismo da Sofística, dêste humanismo estrito que em toda matéria de ensino vê apenas um instrumento, um meio de dotar o espírito de eficácia e de poder, Sócrates mantinha a transcendência da exigência da Verdade. Ele aparece, aqui, como o herdeiro dos grandes filósofos jônios ou itálicos, dêste poderoso esforço de pensamento dirigido, com tanta gravidade e seriedade, para a decifração do mistério das coisas, da natureza do mundo ou do Ser. Este esforço Sócrates transpõe agora as coisas para o homem, sem que nada se perca do seu rigor. É pela Verdade, não mais pela técnica do poder, que ele quer formar seu aluno na ἀρετή, na perfeição espiritual, na "virtude": a finalidade humana da educação cumpre-se na submissão às exigências do Absoluto.

Sem dúvida, não se deveria exagerar esta dupla oposição: ela não era tal que não se pudesse, de modo geral, confundir a ação de Sócrates com a dos Sofistas, conforme o vemos em Aristófanes e como o processo de 399 o demonstrou, de maneira trágica. Um e outros eram, a igual título, argutos inovadores, conduzindo a juventude ateniense por novas sendas. É necessário dizer mais: os Sofistas agitaram tantas idéias diversas, e um ou outro dentre eles assumiu atitudes tão diferentes, que Sócrates não se opõe igualmente a cada um deles; seu moralismo grave, seu agudo senso da vida interior aproximavam-no de Pródicos (os contemporâneos viram-no bem); se a polimatia de Hípias opunha-se, por sua pretensão abstrusa, à insciência socrática, sua busca das fontes vivas da ciência deparava Sócrates na mesma trilha, sempre retomada e prosseguida mais adiante, de uma autêntica verdade.

As pistas entrecruzam-se e confundem-se: é apanágio desta notável geração, a que Sócrates e os Sofistas pertencem igualmente, haver pôsto em circulação um grande número de idéias — algumas das quais eram contraditórias —, haver semeado na tradição grega um grande número de germes fadados a fecundos desenvolvimentos. Por um momento, tudo isto prolifera e embaralha-se: caberá à geração seguinte proceder a uma seleção e extrair-lhe as linhas sóbrias de uma instituição definitiva.

Não vai nenhum exagêro em dizer que os Sofistas fizeram uma revolução no domínio da educação grega.

A INTELIGÊNCIA CONTRA O ESPORTE

Com êles, distancia-se esta, definitivamente, de suas origens cavaleheirascas. Êstes Sofistas não são escribas consumados, são já sábios: vistos de fora, pelos olhos de Aristófanês, aparecem como mestres de um saber absconso, de um tecnicismo assombroso para o leigo e acabrunhante para seus alunos: vêde-os saírem do seu "pensadouro" (φροντιστήριον) magros, pálidos, embrutecidos! ⁶⁶ Menos caricatural, Xenofonte não é menos categórico: critica acerbamente a educação sofística na conclusão do seu tratado *Da Caça* ⁶⁷, esta técnica cara à "antiga educação" e tão valiosa como preparação direta para a guerra ⁶⁸.

Doravante, a educação grega torna-se eminentemente cerebral: já não dá mais realce ao elemento esportivo. Não que êste haja desaparecido: subsiste e subsistirá ainda durante séculos, mas começa já a obliterar-se; passa para o segundo plano. Esta mudança de valores educativos é tanto mais evidente quanto a evolução do ensino intelectual, no sentido de um tecnicismo crescente, se sobrepôs a uma evolução análoga do esporte atlético, o qual, por sua vez, ampliou ainda mais essa distância.

Assinalei o lugar de honra que ocupava o esporte no quadro dos valores da cultura arcaica. O próprio excesso de honra foi-lhe fatal. Como em nossa época, o interesse manifestado pelas coisas do esporte, a glória reservada aos campeões, o exacerbado desejo de conquistá-la nas grandes competições internacionais acarretaram um desenvolvimento do profissionalismo, o qual degradou, progressivamente, o atletismo dos simples "amadores". O excesso do espírito de competição acarretou a seleção de campeões altamente especializados, meros empreiteiros voltados para uma tarefa estreitamente determinada (18).

66. ARISTÓFANES, *As Nuvens*, 184-186. — 67. XENOFONTE, *Sobre a Caça*, 13. — 68. Idem, 12.

Com o fito de lograrem resultados esportivos cada vez melhores, desenvolvem eles técnicas particulares, regras de treinamento, regime especial de higiene: o treinador Dromeu de Estinfalo (ex-campeão olímpico de corrida de fundo em 460 e 456) descobre as vantagens da dieta de carne, que servirá de base à superalimentação dos atletas⁶⁹. O esporte torna-se uma profissão, no sentido vulgar da palavra. No tempo de Píndaro, os campeões pan-helênicos pertenciam, muitas vezes, às mais altas famílias aristocráticas ou reinantes; a partir do início da guerra do Peloponeso, quase todos eles são já profissionais, recrutados cada vez mais nas regiões rurais, menos civilizadas, da Hélade — na Arcádia e na Tessália. São, muitas vezes, homens grosseiros e brutais, completamente alheios ao belo ideal da nobreza arcaica. Até mesmo sua moralidade esportiva torna-se suspeita, como a de nossos “profissionais” de hoje. Exatamente como estes, deixam-se subornar por um clube interessado em fazer triunfarem suas cores; já em 480 vemos o corredor Ástilo de Crotona deixar-se persuadir, pelo tirano Hierão, a fazer-se proclamar siracusano...⁷⁰

- Assim, por um lado, o esporte torna-se uma especialidade, e, por outro, a Sofística reclama, de seus sequazes, maior esforço no plano intelectual. O equilíbrio instável, cuja efêmera possibilidade evoquei no capítulo anterior, está doravante rompido. Praticar-se-á sempre o esporte em Atenas, mas este não é mais o objetivo principal da juventude ambiciosa. Estes adolescentes cheios de ardor, que vemos desde o alvorecer nas pegadas de Protágoras⁷¹, vão, ao sair da conferência do mestre, com o texto de sua ἐπίδειξις⁷², meditar nos campos, como Fedro, não mais podendo interessar-se precipuamente por façanhas atléticas. E se o êxito mundano não lhes é tão indiferente, basta penetrar, com Platão ou Xenofonte, no círculo seletivo de um banquete aristocrático, para avaliar o quanto, no quadro imutável do *symposion*, se transformou o conteúdo da alta cultura grega, desde o velho Teógnis: o elemento intelectual, científico, racional, doravante predomina.

69. PAUSÂNIAS, *Descrição da Grécia*, VI, 7, 3. — 70. Idem, VI, 13, 1. — 71. PLATÃO, *Protágoras*, 310a s. — 72. *Fedro*, 227b.

CAPÍTULO VI

OS MESTRES DA TRADIÇÃO CLÁSSICA:

I. PLATÃO

A geração dos grandes Sofistas e de Sócrates, fecunda, mas incoativa e tumultuosa, sucede outra, a que cabe o mérito de ter conduzido a educação antiga, por muito tempo estagnada num estado arcaico, ou incerta do seu porvir, à sua maturidade e a esta Forma definitiva que, subsistindo intacta a despeito da evolução ulterior, representa, aos olhos da História, sua originalidade. Esse progresso decisivo verificou-se no início do quarto século (ousarei precisar: durante as décadas 390 e 380) e é devido, essencialmente, à obra de dois grandes mestres: Isócrates (436-338) e Platão (427-348); o primeiro abriu sua escola em 393, e o segundo, em 387.

Não que êstes dois homens, ou o seu tempo, hajam introduzido muitas inovações nas instituições e nas técnicas educativas: não fizeram senão expurgar e retocar as de seus predecessores. Sua ação, muito mais profunda, consistiu em delinear, de maneira nítida e definitiva, em seu próprio pensamento e na consciência antiga, os quadros gerais da cultura superior; ao mesmo tempo, e indiretamente, foram por êles definidos os da educação.

O primeiro fato a registrar é que êsse ideal da cultura antiga se nos apresenta sob dupla forma: a civilização clássica não adotou um tipo único de cultura, nem, por conseguinte, de educação; ela estêve dividida entre duas formas antagônicas, diante das quais jamais pôde resolver-se a fazer uma escolha definitiva: uma de tipo filosófico, outra de tipo oratório, das quais Platão e Isócrates foram, respectivamente, os patrocinadores.

Seria demasiado simples, e profundamente inexato, fazer daquele o herdeiro de Sócrates, e do segundo, o herdeiro dos Sofistas, assim como ver, na sua rivalidade, uma simples renovação do debate da geração precedente. As coisas são, na realidade, mais complexas, e a rede de influências, mais emaranhada: mostra-o a original posição assumida pelos "pequenos" Socráticos — Fédon de Elis, Euclides de Mégara, Aristipo de Cirene, Êsquines e Antístenes, êstes últimos atenienses.

OS SOCRÁTICOS MENORES

Por mal conhecidos que sejam, o testemunho dêles indica que não é possível, sem cometer uma impropriedade, identificar o platonismo com o autêntico socratismo: também êles são discípulos de Sócrates, e — conquanto Antístenes, por exemplo, haja sido também aluno de Górgias¹ — discípulos fervorosos: seu ensinamento sotopõe-se ao signo do Mestre; como Platão, êles haviam escrito *Diálogos Socráticos*: não se pode afastar, *a priori*, a suposição de que tenham podido, melhor do que Platão, conservar certos traços autênticos da complexa fisionomia de seu inspirador comum.

Não me cabe tratar de seu pensamento propriamente filosófico (sabe-se que exerceu considerável influência, tendo aberto, pela crítica do platonismo e do aristotelismo, o caminho para as escolas helenísticas do estoicismo e do epicurismo), mas apenas sua contribuição para a evolução das idéias pedagógicas (1). De maneira geral, ocupam êles uma posição intermédia entre aquelas em que situaremos Isócrates e Platão — posição curiosa que, de certo modo, os faz mais vizinhos dos Sofistas do que do Sócrates platônico.

Excetuado Fédon de Elis, que é mais idoso, mais "arcaico" (sua escola é ainda uma escola filosófica do tipo jônico), todos êles são, como os Sofistas, educadores profissionais, certamente não mais itinerantes (suas escolas instalam-se em cidades das quais tomam os nomes: Mégara, Erétria), mas sempre dispostos a pronunciar

1. DIÓGENES LAÉRCIO, *Vidas dos Filósofos*, VI, 1.

conferências de propaganda com o fito de granjear freqüesia (2): o termo técnico que serve para designar-lhes a atividade é σοφιστεῖν, isto é, "bancar o sofista". Também eles aceitam tarefas de empreitada, e se incumbem, a preços determinados, da educação de um adolescente, ao qual fazem trabalhar durante dois ou mais anos (3).

Mas o ideal em função do qual informam seus discípulos é, como em Platão, e, evidentemente, em Sócrates, um ideal de sabedoria (σοφία), mais que de eficiência prática. Como bons Socráticos, insistem sobretudo no aspecto moral da educação, da formação pessoal, da vida interior. Com eles, deixamos, pouco a pouco, a órbita do ideal político, nascido na atmosfera da cidade antiga: êstes educadores fazem da cultura pessoal, da plena expansão do Eu, o fim não somente do seu esforço profissional, mas de todo o esforço humano: por obra dêles penetramos na ética da παιδεία, ética que, como mostrarei mais adiante, assinala o clima da civilização helenística.

Se procuramos precisar qual era a sua técnica, de novo sentiremos a presença dos Sofistas e de Isócrates. Sem invadir o domínio propriamente filosófico, deve-se lembrar o formidável aparato dialético que as escolas de Mégara, de Élis-Erétria e a cínica, criada por Antístenes, foram levadas a empregar a fim de contrabater o dogmatismo conceptual de Platão. Discute-se muito, entre êstes Pequenos Socráticos: com isto, contribuíram eles para criar esta peculiar atmosfera de disputa encarniçada e ferina, que envolverá as filosofias helenísticas e na qual cada doutrina não pode manter-se senão protegida por um cerrado fogo defensivo de barragem: clima dessecante que certamente impediu, por exemplo, desabrochasse a tendência mística do primeiro estoicismo.

Essa dialética agressiva, e sobretudo negativa, ou, para melhor dizer, essa erística, desempenhou, sem dúvida, um papel de primeira plana no seu ensino, cuja importância ultrapassa a função polêmica. A técnica do raciocínio, entre eles, é levada a um alto grau de virtuo-

2. *Idem*, II, 62; 65.

sidade: Euclides é, depois de Zenão de Eléia, o grande provedor de argumentos paradoxais: o mentiroso, o escondido, Electra, o embuçado, o "sorites", o cornudo, o calvo...³ Para todos êles, essa técnica parece ter constituído a base da formação do espírito: dessarte, êles se situariam na esteira de Protágoras; mas, acaso o próprio Sócrates era tão alheio à discussão concebida como exercício de aprimoramento? E que dizer dos primeiros diálogos de Platão, tão parcos de resultados positivos?

Educação formal bastante desenvolvida, mas pouco interessada, por isso mesmo, numa elaboração minuciosa da verdade doutrinária. Educação também pouco "científica", no sentido moderno desta palavra: ou repele deliberadamente as ciências, sobretudo as matemáticas, como o faz Antístenes⁴, ou então as aloja, bastante desdenhosamente, na antecâmara da alta cultura, a título de disciplinas preparatórias, como em Aristipo⁵: ela é, como diríamos, eminentemente literária, insistindo sôbre o estudo da língua e a explicação dos poetas, carregada, embora, como gostam de fazer os Cínicos, de velados conceitos filosóficos e morais (ὀνόμοιαι); mas não se pratica sômente a exegese alegórica e interessada; estudam-se também os clássicos, por si mesmos: o aluno de Aristipo irá ao teatro como um conhecedor esclarecido⁶.

Todos êstes traços são curiosos, compondo um quadro rico e matizado, que nos revela quão complexo era o mundo das escolas, neste início do quarto século, quando o público era atraído por tantos programas opostos. Mas se os Pequenos Socráticos têm, assim, a vantagem de enriquecer nossa história da educação grega, a qual não convém reduzir, demasiado rapidamente, a alguns esquemas definidos, êles não são, por si mesmos, muito significativos. Sua ambigüidade mesma é, em suma, um traço do arcaísmo remanescente. E não podem rivalizar, em importância e interesse histórico, com os dois grandes pioneiros que apresentaremos agora.

3. Idem, II, 108. — 4. Idem, VI, 11. — 5. Idem, II, 79. — 6. Idem, II, 72

CARREIRA E IDEAL POLÍTICOS DE PLATÃO

Apresentarei Platão, antes de tudo, como o fundador da cultura e da educação eminentemente filosóficas (4). Sem dúvida, não era essa sua ambição fundamental, que foi sempre de ordem política; mas a história apresenta, muitas vezes, tais tramas do destino. Em sua admirável *Carta VII* (5), escrita por volta de 353-352, quando tinha setenta e cinco anos de idade, Platão faz-nos a tocante confidência de seus sonhos de juventude e a confissão de suas desilusões: "Outrora, quando eu era jovem, nutria, como tantos outros, o propósito de, quando me tornasse senhor de mim mesmo, consagrar-me à política 7." Psicologicamente, êle não está avançado em relação à sua época: neste quarto século, que vê já romper-se o quadro estreito da cidade e desabrochar o personalismo que sobressairá na época helenística, e quando já alguns condiscípulos seus, como Aristipo ou Antístenes, se proclamam "cidadãos do mundo", Platão continua sendo um homem da cidade antiga.

A herança do seu meio de origem, assim como seu temperamento pessoal, ligavam-no ao ideal do século precedente, que punha no "valor" político o mais alto significado do destino humano. Sabe-se de que maneira a ambição de Platão foi comprometida pela derrota definitiva desta aristocracia reacionária a que êle pertencia: seu primo Crítias e seu tio Cármides, que de boa vontade teriam patrocinado sua carreira, eclipsam-se, infamados por sua colaboração com a Tirania dos Trinta (404-403), na qual a velha direita ateniense havia depositado a esperança de restaurar seu domínio, aproveitando-se do desastre da guerra do Peloponeso. A democracia renasce, triunfa definitivamente: logo assume (399) a responsabilidade da morte de Sócrates. Não há mais lugar, na nova Atenas, para um homem do meio e das idéias de Platão. Êle procura, então, instalar-se alhures, e dirige-se em 398 para Siracusa, onde a tarefa parecia mais fácil, pois lhe bastaria, para executar seus planos de governo, converter ali não mais o demo das mil cabeças, mas um só homem⁸ — o todo-poderoso "arconte da Sicília", Dionísio o Antigo, tirano de Siracusa (413-

7. PLATÃO, *Carta VII*, 324c. — 8. Cf. *idem*, 328c.

-367)⁹. Mas êste queria adutores, como parece ter sido Aristipo junto a Dionísio II¹⁰. Não queria um Mentor: a primeira estada em Siracusa constituiu, para Platão, um revés, e quase terminou trágicamente.

Resigna-se êle, então, a ser um simples cidadão, e abre a Academia (387): é com pesar, como se sabe, que êle abandona as cidades reais para refugiar-se na teoria e na utopia; não obstante, é sempre a mesma ordem de problemas que tem presente ao espírito, desde a *República* (concluída por volta de 375) até às *Leis* (que a morte, em 347, não lhe permite terminar), passando pelo *Político*. Mais ainda: êle jamais admitirá ser apenas um teórico; até o fim, permanece disposto a ouvir qualquer apêlo à ação. Duas vêzes ainda, por volta de 367¹¹ e 361¹², retorna a Siracusa a fim de tentar de nôvo a mesma experiência, junto ao filho e sucessor de Dionísio o Antigo; aliás, em vão, e ao preço dos mesmos riscos. Mais tarde, com seus conselhos, ajuda seu aluno e amigo Dion a derrubar, em 357, Dionísio o Jovem¹³; depois, em 353-352, auxilia Hiparino e os outros parentes ou amigos de Dion a vingarem o assassinio dêste último¹⁴.

Vale-se, para isto, da cooperação de seus discípulos, uma vez que a Academia não é apenas uma escola de filosofia, mas também de ciências políticas, uma fonte de conselheiros e legisladores à disposição dos soberanos ou das repúblicas. Plutarco conservou-nos¹⁵ a lista dos estadistas que Platão disseminou pelo mundo helênico: Dion de Siracusa, Píton e Heraclides, libertadores da Trácia; Cábricas e Fóclon, os grandes estrategistas atenienses; Aristônimo, legislador de Megalópolis de Arcádia, Fórmion de Eléia, Menedemo de Pirra, Eudóchio de Cnidos, Aristóteles de Estagira; e, finalmente, Xenócrates, que foi conselheiro de Alexandre... Embora extensa, é esta lista ainda incompleta, pois deve-se acrescentar-lhe, pelo menos, os nomes de Calipo, o homicida de Dion de Siracusa, Clearco, tirano de Heracléia do Ponto, e seu adversário Quíon; e ainda Eufreu, que foi conselheiro de Perdicas III da Macedônia, antes de tor-

9. Idem, 326a s. — 10. DIÓGENES LAÉRCIO, *Vidas dos Filósofos*, II, 66-67. — 11. PLATÃO, *Carta VII*, 328c s.; 340b s.; *Carta XIII*. — 12. *Carta VII*, 330c s.; *Cartas II-VI*. — 13. *Carta VII*, 350b s. — 14. *Cartas VII-VIII*. — 15. PLUTARCO, *Contra Cólores*, 1126 A.

nar-se, em sua cidade natal, Oreu, na Eubéia, o paladino da democracia e da independência¹⁶; Erasto e Corisco, que governaram Assos e foram aliados de Hérnias de Atárnea, e, possivelmente, o próprio Hérnias¹⁷. Por um momento, entrevê-se o misterioso elo que ligava entre si os discípulos da Academia¹⁸, constituindo uma sorte de confraria de peritos políticos, cuja ação conjugada podia desempenhar, em certo momento, um papel efetivo na História, como efetivamente desempenhou, por exemplo, quando do retôrno de Díon a Siracusa, em 357¹⁹.

Não nos precipitemos em qualificar de arcaico o ideal a que Platão assim conformou sua ação e seu ensino: sem dúvida, orienta-se êle sempre para o bem comum da cidade, mas não estamos mais no tempo de um Calino ou de um Tirteu; a ênfase não é mais posta no valor militar, mas nas virtudes civis da vida política. A propósito, cumpre reler, a esta altura, uma notável página das *Leis*²⁰, em que Platão deslustra formalmente o ideal guerreiro da antiga educação espartana (6); essa página adquire todo o seu valor se nos lembramos de que Tirteu, em seu tempo, como Xenófanes, por sua vez, opusera êste ideal do hoplita patriota ao ideal da ética cavaleiresca da façanha pessoal²¹; Platão cita precisamente essa famosa página, mas para rejeitá-la:

“Morrer combatendo, firmemente apoiado nas duas pernas, como dizia Tirteu, para isso existem mercenários com abundância (Platão aqui se mostra bem enquadrado no seu tempo, neste quarto século em que o papel dos mercenários se torna primacial!) (7). E que são os mercenários? Em sua maioria, insolentes, ladrões, irascíveis: brutos irracionais!”²² O verdadeiro terreno da mais nobre ἀρετή não é mais a guerra externa, mas a pugna política, conturbada de sedições, tramas, revoltas, de tudo isto que se designa pelo termo ambiguo e tão peculiarmente grego: στάσις, que Platão aqui opõe a πόλεμος.

Mais ainda: Platão versa menos o problema geral da formação do cidadão que o da formação do técnico, do perito em assuntos políticos, conselheiro do rei ou

16. ATENEU, *Banquete dos Sofistas* (ed. Casaubon), XI, 506 E; 508 D. — 17. PLATÃO, *Carta VI*. — 18. *Carta VII*, 350c. — 19. PLUTARCO, *Dion*, 22. — 20. PLATÃO, *As Leis*, I, 628e-630c. — 21. TIRTEU, frag. 12. — 22. PLATÃO, *As Leis*, I, 630b.

líder popular. Preconceito aristocrático? Admitamo-lo, mas constitui, também, a antecipação notável do que será o método normal da ação política eficaz quando, com o triunfo da Macedônia, a monarquia absoluta se impuser a todo o mundo helenizado. Este papel de alfobre de conselheiros de Estado, que a Academia desempenha com Platão, será retomado pela escola estoica, no início da era helenística, a partir da geração dos Diádocos: recordem-se os papéis de Perseu e de Arato junto de Antígono Gônatas, de Esfero junto de Ptolomeu Evérgeta ou de Cleômenes de Esparta. A história é consuetudinária de tais mudanças: o que nêle era uma sobrevivência do passado é, ao mesmo tempo, um ponto de partida para o futuro.

A PROCURA DA VERDADE

A obra pedagógica de Platão ultrapassou de muito, em importância histórica, o papel propriamente político que êle lhe havia designado. Opondo-se ao pragmatismo dos Sofistas, demasiado apegados à eficácia imediata, Platão edifica todo o seu sistema educacional sobre a noção fundamental da verdade, sobre a conquista da verdade pela ciência racional.

O verdadeiro homem de Estado, êste dirigente, êste "rei" ideal que urge plasmar, distinguir-se-á de tôdas as suas contrafações por possuir a ciência²³, a ciência crítica e direta do comando²⁴, no sentido técnico que, no grego de Platão, reveste a palavra ἐπιστήμη, a saber, o de ciência verdadeira, fundada em razões, por oposição à δόξα, a opinião vulgar.

Mas esta "ciência real" qualificará, também, aquêles que, ao invés de uma cidade, tem apenas sua família e sua casa para reger²⁵. Mais ainda: é o mesmo critério, ou seja, a posse da verdade, que definirá o verdadeiro orador, por oposição ao sofista²⁶, como também o verdadeiro médico²⁷, e, evidentemente, também o verdadei-

23. *O Político*, 259b. — 24. *Idem*, 292b. — 25. *Idem*, 259bc. — 26. *Fedro*, 270a s. — 27. *Idem*, 270b.

ro filósofo²⁸. Por conseguinte, o tipo de educação que Platão concebe com vistas à formação do dirigente político é um tipo de educação dotado de valor e alcance universais: qualquer que seja o campo da atividade humana para o qual alguém se oriente, não há mais que uma alta cultura válida: a que aspira à Verdade, à posse da verdadeira ciência. Todo o pensamento de Platão é coroado por esta alta exigência; ela se afirma, já, com a máxima nitidez, na famosa réplica do *Hípias Maior*²⁹:

— Sócrates, será que esta distinção escapará ao nosso adversário?

— De qualquer modo, Hípias, juro que ela não escapará àquele homem perante o qual eu me ruborizaria, mais do que perante qualquer outro, se disparatasse e falasse sem dizer nada!

— Que homem?

— Eu mesmo, Sócrates, filho de Sofronisco, que não mais me permitirei fazer levemente uma afirmação não verificada do que me permito crer que sei o que ignoro.

A norma não é mais o sucesso, mas a verdade: daí o valor conferido ao saber verdadeiro, fundado em rigor demonstrativo, cujo símbolo é a verdade geométrica que o *Ménon* oferece como exemplo. Por toda a obra de Platão insinua-se este mesmo tema: o *Protágoras*, e mesmo os primeiros *Diálogos Socráticos*, fazem-nos descobrir que a ἀρετή, isto é, a nobreza espiritual, pressupõe, ainda que não se identifique com êle, o conhecimento, a ciência do Bem; no sétimo livro da *República*³⁰, o célebre mito da Caverna proclama o poder emancipador do saber, que delivra a alma desta incultura (ἀταδευσία), já no *Górgias*³¹ denunciada como o maior dos males.

Esta educação "científica", Platão não a sonhou apenas: durante cerca de quarenta anos (387-348), subministrava-a aos discípulos reunidos ao seu redor na Academia.

ORGANIZAÇÃO DA ACADEMIA

Os modernos arguem-se no afã de determinar se esta era uma "associação para o progresso da ciência" ou, antes, um estabelecimento de ensino superior (8).

28. *O Sofista*, 267e. — 29. *Hípias Maior*, 298b. — 30. *A República*, VII, 514a s. — 31. *Górgias*, 527e.

Discussão um tanto vã: o entusiástico realismo da Escola e a bonomia desta idade arcaica impedem-nos de transferir para êsse ambiente a idéia moderna de uma ciência em evolução e contínuo desenvolvimento: a ciência existe, constituída fora de nós, ao nível das Idéias, e o problema é adquiri-la, antes que construí-la. Sômente com Aristóteles³² se manifestará, no pensamento grego, a distinção, tão nitidamente realçada entre os modernos por Max Scheler, entre a alta Ciência e sua réplica pedagógica, o Saber configurado nos programas escolares. Não se poderia contar com uma pedagogia autônoma, servindo para transmitir esta pubescente ciência platônica, fremente ainda de sua novel descoberta: o ensino aí coincide com o método de investigação.

Tudo o que os *Diálogos* nos permitem entrever mostra-nos Platão como um partidário dos métodos ativos: seu método dialético é bem o contrário de uma doutrinação passiva. Longe de inculcar a seus discípulos o resultado, já elaborado, de seu próprio esforço, ao Sócrates pintado por Platão apraz, ao contrário, fazê-los trabalhar, fazê-los descobrir por si mesmos, de início, a dificuldade, e depois, à custa de aprofundamento progressivo, o meio de superá-la. A Academia era, pois, ao mesmo tempo, uma Escola de Altos Estudos e um instituto de educação.

Começamos agora a visualizar, de maneira bastante nítida, os quadros de sua organização; a Academia tem uma sólida estrutura institucional: ela não se apresenta como uma empresa comercial, mas na forma de uma confraria, de uma seita, cujos membros se acham estreitamente unidos pela amizade (sempre êste vínculo afetivo, senão passional, entre mestre e alunos). Do ponto de vista legal, ela é, como a seita pitagórica, uma associação religiosa (*Θείασις*), uma confraria votada ao culto das Musas (9) e, após a morte do mestre, ao culto de Platão heroificado: precaução útil para açaimar as suscetibilidades da beatice democrática, sempre disposta a acusar os filósofos de impiedade (10), como o haviam mostrado os processos intentados contra Anaxágoras (432), Diágoras e Protágoras (415), para não falar no

32. ARISTÓTELES, *Partes dos Animais*, 639 a 1 s.

de Sócrates (399), e na expectativa dos de Aristóteles (entre 319 e 315) e Teofrasto (307). Esse culto corporificava-se em festas: sacrifícios e banquetes, meticulosamente regulamentados. Tinha por sede um santuário consagrado às Musas, e depois ao próprio Platão, situado à sombra do bosque sagrado dedicado ao herói Académus, lugar afastado e solitário da zona norte de Atenas, perto de Colona, e que Platão havia escolhido não por sua comodidade — pois nos é dito³³ que era, ao contrário, um sítio insalubre —, mas pelo prestígio religioso que o cercava (11), pois era um lugar santo, ilustrado por muitas lendas, pretextos para jogos fúnebres regulares, e onde havia vários outros santuários, consagrados aos deuses infernais — a Posídon, Adrasto ou Dioniso. A propriedade de Académus encontrava-se no termo de um caminho retilíneo saindo de Atenas para o Dipilon, caminho ao qual uma dupla fila de túmulos e monumentos comemorativos conferia um caráter religioso; o bosque sagrado, propriamente dito, devia estar sem dúvida reduzido a um pequeno arvoredor, emoldurado nesse conjunto incôndito, em que as áreas consagradas, circundando templo e altares, repletas de monumentos votivos, se justapunham a campos de esporte cercados de colunatas. Era num desses ginásios³⁴ que o Mestre ensinava, sentado no centro de uma êxedra³⁵ (12).

Não imaginemos este ensino sob uma forma demasiado doutoral: paralelamente às lições, concedamos um lugar bastante amplo a entretenimentos familiares durante as “patuscadas em comum” (συνόσια): estas, habilmente conduzidas representavam, para Platão, um dos elementos constitutivos da educação³⁶. A vida da Academia implicava, com efeito, certa comunidade de vida entre mestre e discípulos, mas não uma organização propriamente colegial (pois não está seguramente estabelecido que eles tenham habitado, juntos, um edifício vizinho).

Infelizmente, conhecemos melhor, desta escola, o estatuto jurídico, o local e até o mobiliário (havia ali quadros murais, ilustrativos da classificação dicotômica dos

33. ELIANO DE PRÊNESTO, *Histórias Variadas*, IX, 10; PORFÍRIO, *Da Abstinência*, 36, 112; SÃO BASÍLIO DE CESARÉIA, *Sermões*, XXII, 9. — 34. EPICRATES ap. ATENEU, *Banquete dos Sofistas*, II, 59 D, 10. — 35. DIÓGENES LAÉRCIO, *Vidas dos Filósofos*, IV, 19. — 36. PLATÃO, *As Leis*, I, 41cd; II, 652a.

sêres) (13) do que a vida quotidiana. Alguns raros testemunhos — como o do cômico Epicrates, mostrando os jovens platônicos em busca da definição da abóbora ³⁷, ou o de Aristóteles sôbre a orientação do ensino oral de Platão em sua velhice ³⁸ — não bastariam para proporcionar-nos uma imagem precisa do conteúdo da educação platônica, se não possuíssemos os programas, tão notavelmente detalhados, contidos nas grandes utopias da *República* e das *Leis*.

UTOPIA E ANTECIPAÇÕES

Naturalmente, não se trata de pretender que Platão haja executado, de maneira sistemática, no âmbito restrito de sua Academia, os planos que elaborou nessas duas obras, com plena liberdade teórica: êle próprio salienta bastante, que a realização do seu ideal pedagógico teria exigido uma transmutação completa do Estado. Com efeito, o lugar de primeira plana que reivindicou para Platão, nesta história da educação, não é apenas função do papel de educador por êle desempenhado, concretamente, na Academia: foi todo o seu pensamento, inclusive sob os aspectos paradoxais que êle conscientemente lhe deu, que exerceu profunda influência sôbre a educação antiga.

Nem tudo, aliás, era pura utopia, mesmo em tais aspectos: êles encerram muitas antecipações proféticas; digamos, para racionalizar, que êsses paradoxos representavam o reconhecimento de aspirações profundas da consciência grega, aspirações às quais as instituições do período seguinte deviam, em ampla medida, satisfazer. Citarei dois exemplos:

Antes de tudo, a exigência fundamental: a educação deve — diz êle — tornar-se coisa pública; os mestres serão escolhidos pela cidade, controlados por magistrados especiais... ³⁹ Em sua época, êste anseio não era realizado quase senão nas cidades aristocráticas, como Esparta; por tôda parte, alhures, a educação era livre e privada. Ora, veremos que a Grécia helenística adotaria, muito genêricamente, um regime bastante análogo

37. Ap. ATENEU, *Banquete dos Sofistas* (ed. Casaubon), II, 59 D. — 38. ARISTÓTELES, *Metafísica*, VI-VIII. — 39. PLATÃO, *As Leis*, VI, 754cd; 765d; VII, 801d; 804c; 813e; 809a.

àqueles que recomendam as *Leis*. Do mesmo modo, a igualdade rigorosa que êle preceitua, entre a educação dos rapazes e a das moças⁴⁰ (educação paralela, mas não co-educação: a partir de seis anos, os dois sexos têm mestres e classes distintos⁴¹), assume, nas tintas de sua pena, o exagêro de um paradoxo: ela reflete apenas um fato real, qual seja a emancipação das mulheres na sociedade do quarto século, e, também nisto, antecipa as realizações da época helenística.

Utopia ou antecipações, a teoria platônica da educação merece, porém, ser estudada, por si mesma, em seu conjunto.

EDUCAÇÃO ELEMENTAR TRADICIONAL

No tópo do sistema alcandoram-se os altos estudos filosóficos, reservados a um escol de indivíduos especialmente dotados. Esses estudos supõem a prévia aquisição de uma sólida formação básica: aquela que, na *República* (livros II-III), Platão dispensa a todos os membros da aristocracia militar dos φύλακες; é a mesma que descrevem as *Leis*, com mais detalhes, e reduzindo suas exigências àquilo que permitia o estado real da civilização grega. Esta "educação preparatória" (προπαιδεία)⁴² não pretende conduzir à verdadeira ciência: contenta-se com tornar o ser humano capaz de ter-lhe acesso um dia, desenvolvendo-lhe harmoniosamente o espírito e o corpo; paralelamente, ela o predestina e o predispõe a tal aquisição, incutindo-lhe hábitos salutares. É notável que Platão não tenha elaborado um programa original para êste primeiro ciclo de estudos; no momento de empreender-lhe a análise, faz Sócrates⁴³ dizer:

Qual será, pois, essa educação? Parece difícil descobrir uma melhor do que a adotada pelos Antigos: ginástica para o corpo, "música" para a alma...

E, de fato, é ao quadro da "antiga educação" ateniense, pintado por Aristófanis⁴⁴, que nos remete outra vez a pitoresca evocação das *Leis*⁴⁵, mostrando-nos, ao romper

40. *A República*, V, 451d-457b; *As Leis*, VII, 804d-805b; 813b. — 41. Idem, 794c; 802e; 813b. — 42. *A República*, VII, 536d. — 43. Idem, II, 376e; cf. VII, 521de. — 44. ARISTÓFANES, *As Nuvens*, 961 s. — 45. PLATÃO, *As Leis*, VII, 808d.

do dia, as crianças que se dirigem juntas para a escola, sob a guarda dos “pedagogos”. Ter Platão assim alojado, na base do seu sistema pedagógico, a educação grega tradicional, eis um fato que se revestiu de considerável importância para o desenvolvimento da tradição clássica, cujas continuidade e homogeneidade ela reforçou: por um lado, a cultura filosófica, longe de romper com a educação anterior, apresentou-se como um prolongamento, um enriquecimento desta; por outro lado, esta educação primeira veio a constituir um denominador comum entre a cultura filosófica e a cultura rival, que Isócrates lhe opunha — uma e outra apresentando-se como duas variedades de uma mesma espécie, como dois ramos divergentes oriundos de um tronco comum.

Os primeiros anos da criança deveriam, segundo Platão, ser ocupados por jogos educativos⁴⁶ praticados em comum, pelos dois sexos, e sob vigilância, em jardins de crianças⁴⁷; mas, para êle, como para todos os gregos, a educação propriamente dita só começa aos sete anos. Ela compreende, pois (as *Leis*⁴⁸ retomam a distinção da *República*), ginástica para o corpo, e “música” — ou melhor: cultura espiritual — para a alma.

No referente à ginástica, Platão reage, violentamente⁴⁹, contra o espírito de competição que, como o lembrei, causava já tantos danos ao esporte do seu tempo. Queria êle reduzi-la à sua finalidade original, a preparação para a guerra: eis por que, no atletismo puro, interessa-se êle sobretudo pela luta⁵⁰, que é preparação direta para o combate. Sem dúvida, o programa dos jogos que deverão constituir a sanção da educação física não exclui os outros esportes: compreende a gama normal das corridas a pé: estádio, duplo estádio, etc.⁵¹; mas Platão aí introduz, também, combates de esgrima, combates de infantaria pesada e de infantaria leve⁵² e, de maneira geral, insiste particularmente nos exercícios de caráter militar⁵³ (que destina tanto às mulheres como aos homens: a cidade platônica inclui mulheres-solda-

46. Idem, I, 643bc. — 47. Idem, VII, 793e-794b. — 48. Idem, 795d-796d. — 49. Idem, 796a, d; VIII, 830a. — 50. Idem, VII, 795d-796a; VIII, 814cd. — 51. Idem, 832d-833d. — 52. Idem, 833d-834a. — 53. Idem, VII, 794c; 804d-806c; 813b; VIII, 829e; 833cd.

dos): o arremêso de flecha com arco, o dardo, a funda, a esgrima, as marchas e manobras táticas, a prática do acampamento. Anexa, enfim, a esta formação-tipo, o aristocrático esporte hípico (que será, igualmente, obrigatório para as mças), com seu acompanhamento normal, a caça⁵⁴: outros tantos traços arcaicos recebidos diretamente da mais velha tradição nobre. Mas eis que, aqui, ao contrário, orienta-nos para o porvir e para as instituições helenísticas: tôda esta formação pré-militar será instilada nos ginásios, estádios e picadeiros públicos, sob a direção de monitores profissionais assalariados pelo Estado⁵⁵.

Outro traço arcaizante: a preocupação de dar ao esporte seu valor propriamente educativo, seu alcance moral, seu papel, em pé de igualdade a cultura intelectual, e, em estreita colaboração com ela, na formação do caráter e da personalidade⁵⁶. Mas, também aqui, o arcaísmo associa-se intimamente ao "modernismo": em sua concepção da ginástica, Platão inclui todo o domínio da higiene, as prescrições concernentes ao regime de vida e, notadamente, ao regime alimentar, assunto tratado com predileção pela literatura médica de seu tempo. A influência da medicina foi muito profunda sobre o pensamento de Platão, pelo menos igual à da matemática (14). Ora, a medicina grega, por um progresso notável, cujas etapas podemos acompanhar ao longo do quinto e do quarto séculos, havia chegado a considerar que seu objeto fundamental era não o cuidado imediato com a doença, mas, principalmente, a manutenção da saúde, por meio de um regime adequado. Daí uma estreita aproximação entre os domínios do médico e do treinador esportivo, que a dupla carreira de Heródico de Selimbria simboliza a nossos olhos⁵⁷.

À ginástica, as *Leis* acrescentam ainda a dança, que, inseparável do canto coral⁵⁸, pertenceria também à música: Platão insiste, longamente, sobre seu ensino e sua prática⁵⁹; reserva-lhe um lugar nos concursos e nas festas, ao lado das procissões solenes para as quais a juven-

54. Idem, VII, 823c; 824a. — 55. Idem, 804cd; 813e. — 56. *A República*, III, 410c-412a. — 57. Idem, 406ab; *Protágoras*, 316e; *Fedro*, 227d. — 58. *As Leis*, II, 654b. — 59. Idem, 653d a.; VII, 795e; 814e-816d.

tude é convidada ⁶⁰. Salienta-lhe, igualmente, as virtudes educativas: a dança é o meio de disciplinar, de submeter à harmonia de uma lei a necessidade, espontânea em todo ser jovem, de exaurir-se, de agitar-se ⁶¹; ela contribui assim, da maneira mais direta e mais eficaz, para a disciplina moral ⁶². Ainda um traço arcaico: o belo mote, que citei mais acima ⁶³: “Reputaremos inculto aquele que não sabe manter seu lugar num côro”, evoca os *graffiti* pederastas de Tera, onde, para fazer o elogio de um belo rapaz, não se encontra nada melhor para dizer dêle que qualificá-lo de “excelente dançarino” (ἄριστος ὄρχ(η)εστάς) ⁶⁴.

Todavia, o lugar que Platão concede, em sua discussão, aos aspectos propriamente espirituais da cultura, mostra claramente ter já o papel da educação física passado para segundo plano: lentamente, a cultura helênica se distancia de suas origens cavaleirescas e evolui na direção de uma cultura de letrados. Sem dúvida, a mutação não está ainda concluída: a música, no sentido preciso em que a entendemos, ocupa, sempre, um lugar na educação ⁶⁵, e, para Platão, um lugar de honra (κυριωτάτη) ⁶⁶: a criança aprenderá, pois, do mestre de música (κιθαριστής), o canto e o manejo da lira ⁶⁷. Sempre fiel às velhas tradições, êle gostaria, à custa de uma regulamentação severa, de preservar o ensino artístico na via traçada pelos antigos clássicos, ao abrigo das inovações e das tendências dissolventes da música “moderna”, suspeita de veicular alguma debilidade, espírito anárquico e relaxamento moral ⁶⁸: pois aqui, como em toda parte, a ambição moralizadora domina todo o esforço do educador.

Mas já a música propriamente dita, “o canto e as melodias” ⁶⁹, começa a ceder o passo às letras — λόγοι ⁷⁰, γράμματα ⁷¹; a criança deverá aprender a ler e a escrever ⁷², depois passará aos autores clássicos, estudando-os integralmente ⁷³ ou em antologias ⁷⁴ (é a primeira vez

60. Idem, 796c. — 61. Idem, II, 653de. — 62. Idem, 654a-655b. — 63. Idem, 654ab (supra, p. 74). — 64. *Inscriptiones Graecae*, XII, 3, 540, 11. — 65. PLATÃO, *A República*, III, 398c-403c. — 66. Idem, 401d. — 67. *As Leis*, VII, 812bc. — 68. Idem, II, 656ce; III, 700a-701c. — 69. *A República*, III, 398 c. — 70. Idem, II, 376e. — 71. *As Leis*, VII, 809b. — 72. Idem, 810b. — 73. Idem, 810c. — 74. Idem, 811a.

que a história menciona este recurso aos “trechos escolhidos”, destinados a tão frutífera carreira); aos poetas, únicos autores estudados outrora, Platão junta autores em prosa⁷⁵; os estudos literários serão, naturalmente, sancionados em concursos ou jogos musicais⁷⁶.

Quais serão estes autores? É sabido que Platão critica violentamente os poetas reputados clássicos em seu tempo, começando pelo velho Homero (mas sua crítica atinge também os Trágicos, e, de maneira geral, o papel desempenhado pelos mitos na educação tradicional da criança grega): formulada pela primeira vez nos livros II-III da *República*⁷⁷, essa crítica é retomada, em profundidade, no livro X⁷⁸ e será repetida nas *Leis*⁷⁹. Seu caráter paradoxal não deve escamotear o quanto ela se prende à essência mesma da doutrina platônica.

Ela condena os poetas porque seus mitos são mentiras, apresentando da divindade ou dos heróis uma imagem falaciosa, indigna de sua perfeição. Sua arte, repassada de ilusão, é perniciosa por ser contrária à Verdade — essa verdade a que toda a pedagogia deve estar subordinada —, por desviar o espírito de seu fim, que é a conquista da ciência racional. Opondo com tal vigor poesia e filosofia⁸⁰, rompendo com a mais constante tradição, que, como vimos, situava Homero na base de toda educação, Platão punha a alma grega diante de uma opção difícil: devia a educação permanecer basicamente artística e poética ou devia tornar-se científica? Este problema não deixou, desde Platão, de apresentar-se à consciência de todo educador, e nunca foi resolvido de maneira definitiva: nosso próprio ensino não se acha sempre dividido entre as reivindicações opostas das “letras” e das “ciências”?

Sabe-se que, de modo geral, a civilização antiga não subscreveu essa condenação de Homero e não aceitou as soluções radicais propostas por Platão⁸¹: submeter os textos poéticos a uma severa censura, expurgá-los, corrigi-los, ainda que para isto fôsse necessário reescrevê-los! A própria obra de Platão depôs contra êle: seus *Diálogos* não são bem o modelo mesmo duma poesia magnífica,

75. Idem, 809b. — 76. Idem, VIII, 834e-835b. — 77. *A República*, 377a-392b. — 78. Idem, 595a-608b. — 79. *As Leis*, VII, 810c-811b. — 80. *A República*, X, 907b. — 81. Idem, III, 386c; 387b; *As Leis*, VII, 801d-802b; cf. VIII, 829de.

que não renuncia a nenhum dos procedimentos da arte, que termina por servir-se do próprio mito para instilar a persuasão por um encantamento quase mágico? Disso, sem dúvida, Platão, antes de todos, tinha consciência: "Também nós somos poetas", brada êle, dirigindo aos Trágicos um desafio cheio de ousadia⁸²; e, meio sério, meio jocoso, propõe adotar-se o próprio texto de suas *Leis*, para explicação nas aulas⁸³.

Mas não somente isto: cada página de seus *Diálogos* testemunha, de maneira brilhante, quanto a cultura pessoal de Platão se havia nutrido e beneficiado do ensino tradicional dos poetas: a citação de Homero, dos líricos, dos trágicos, brota espontaneamente de sua pena, serve para exprimir seu pensamento profundo, que ela sustenta tanto quanto o ilustra. Pelo uso que dela faz, Platão demonstra, contra si mesmo, não apenas a fecundidade dessa cultura literária, mas também o proveito que o espírito filosófico podia dela tirar.

Entretanto, não se deveria considerar essa crítica como uma facécia vã: ela não foi suficiente para banir Homero da cidade, assim como a crítica do *Emílio* não expulsou o deleitoso La Fontaine das nossas escolas — mas não deixou de infiltrar-se, por sua vez, na tradição antiga, como uma interrogação levantada, um repto, um desafio, e cada geração, cada letrado teve, por sua vez, de reconsiderá-la.

PAPEL DAS MATEMÁTICAS

Mas, na *Πολιτεία* Platão introduz, de modo bastante inesperado⁸⁴, uma terceira ordem de estudos, ou, pelo menos, amplia-lhe o papel em tal medida que o edifício inteiro da educação se vê assim renovado: trata-se das matemáticas. Elas não são mais, para êle, como o eram para seus antecessores (Hípias, por exemplo), um campo reservado ao grau superior do ensino: devem encontrar lugar em todos os níveis, começando pelo mais elementar.

Sem dúvida, desde a sua criação, a escola secundária teve de incluir um estudo elementar dos números: con-

82. *As Leis*, VII, 817b. — 83. *Idem*, 811c. — 84. *A República*, VII, 721c s.; *As Leis*, V, 747b; VII, 809c.

tar um, dois três...⁸⁵, aprender a série dos inteiros e, provavelmente, as frações duodecimais empregadas na metrologia grega, isto fazia parte do aprendizado da língua e da vida. Mas Platão vai muito mais longe: ao estudo propriamente dito dos números, que constitui, para os gregos, objeto próprio da aritmética, êle junta a λογιστική⁸⁶, isto é, a prática dos exercícios de cálculo (λογισμοί) ligados a problemas concretos, extraídos da vida e dos negócios: algo equivalente, segundo se pode conjecturar (15), aos problemas de "lucro" e de "torneiras", com que afligimos nossas crianças. Paralelamente, êle concede um lugar, na geometria, a aplicações numéricas simples: medidas de comprimento, superfícies e volumes⁸⁷, e, em relação à astronomia, ao mínimo de conhecimentos supostos pelo uso do calendário⁸⁸.

Eis aí uma inovação de imenso alcance pedagógico. Trata-se, conforme que nos assegura Platão⁸⁹, de uma imitação das práticas egípcias (que êle pode ter efetivamente conhecido, se não diretamente ao menos por intermédio do matemático Eudóxio de Cnidos, seu discípulo, que havia feito um estágio de estudos no Egito⁹⁰): com efeito, tais problemas figuravam no programa das escolas de escribas, como a descoberta de papiros matemáticos nos permitiu verificar (16).

Tôdas as crianças devem, portanto, estudar matemáticas, pelo menos nesse grau elementar: serão introduzidas nesse estudo desde o início⁹¹, conservando-se em tais exercícios o atrativo de um jogo⁹²; terão êles, como objetivo imediato, a aplicação à vida prática, à arte militar⁹³, ao comércio⁹⁴, à agricultura ou à navegação⁹⁵. Não é permitido, a ninguém, ignorar êste mínimo, ao menos se quer fazer-se merecedor do nome de homem⁹⁶ e não do de porco de engorda⁹⁷.

Mas, e eis aqui o essencial, o papel das matemáticas não se limita a êste equipamento técnico: êstes primeiros exercícios, por mais práticos que sejam, possuem já uma

85. *A República*, VII, 522c. — 86. *Idem*, 522e; 525a; *As Leis*, VII, 809c; 817c. — 87. *As Leis*, 818c; 819cd. — 88. *Idem*, 809cd. — 89. *Idem*, VII, 819bc. — 90. DIÓGENES LAÉRCIO, *Vidas dos Filósofos*, VIII, 87. — 91. PLATÃO, *A República*, VII, 536d. — 92. *Idem*, 537a; cf. *As Leis*, VII, 819b. — 93. *A República*, VII, 522ce; 525b; 526d. — 94. Cf. *Idem*, 525c. — 95. *Idem*, 527d. — 96. *Idem*, 522c. — 97. *As Leis*, VII, 819d.

virtude formadora mais profunda⁹⁸. Recolhendo e desenvolvendo a herança de Hípias, Platão proclama a eminente virtude educativa das matemáticas: nenhum objeto de estudo, afirma ele⁹⁹, a possui em tão alto grau; elas servem para despertar o espírito, fazem-no adquirir desembaraço, memória e vivacidade.

Todos tiram delas proveito: êsses exercícios de cálculo aplicado revelam os espíritos bem dotados e desenvolvem-lhes a natural disposição para entrarem em qualquer espécie de estudo; mas os espíritos de início inertes, mais lentos, por meio dêles despertam, com o tempo, de sua sonolência, aguçam-se e tornam-se mais aptos a aprenderem do que o eram por natureza¹⁰⁰. Observação original e profunda: à diferença de muitos de seu sucessores (antigos e modernos), para os quais sômente as letras têm valor universal e as matemáticas são reservadas aos felizes que, "tendo a bossa", podem "mordê-las", Platão professa que estas ciências se dirigem a todos, porque exercitam apenas a razão, faculdade comum a todos os homens.

Ainda que neste escalão elementar — pois sômente um pequeno número de espíritos de escol poderão levar as matemáticas até o fim¹⁰¹, pequeno grupo êsse que será necessário selecionar com cuidado¹⁰² —, salientemos aqui o aparecimento, na história da pedagogia, desta noção de seleção, que ficou na base do nosso regime de exames e concursos. No pensamento de Platão, são precisamente as matemáticas que servem para pôr à prova as "melhores naturezas"¹⁰³, os espíritos aptos a tornarem-se um dia dignos da filosofia¹⁰⁴: nelas revelarão sua facilidade em aprender, sua penetração, sua memória, sua capacidade de envidar um esforço constante, que não se deixa enfadar pela aridez dêstes pesados estudos¹⁰⁵. Ao mesmo tempo que selecionam os futuros filósofos, formam-nos e preparam-nos para seus futuros trabalhos; assim, o elemento essencial de sua "educação preparatória", (*προπαιδεία*) é constituído pelas matemáticas¹⁰⁶.

Dai o programa e o espírito bem definido, segundo o qual seu estudo deve ser conduzido: deve-se lembrar

98. Idem, 818c. — 99. Idem, V, 747b. — 100. *A República*, VII, 526b. — 101. *A República*, VII, 818a. — 102. *A República*, VII, 503e-504a; 535a. — 103. Idem, 526c. — 104. Idem, 503e-504a. — 105. Idem, 535cd. — 106. Idem, 536d.

que o livro VII da *República*, consagrado a estas ciências, se abre com o mito da Caverna ¹⁰⁷; as matemáticas são o principal instrumento da “conversão” da alma, desta correção interior pela qual ela desperta à plena luz e se torna capaz de contemplar não mais “as sombras dos objetos reais”, mas “a própria realidade” ¹⁰⁸.

Para obter-se tal benefício, urge orientar o estudo de maneira que elas levem o espírito a libertar-se do sensível, a conceber e a pensar o Inteligível, única realidade verdadeira, única verdade absoluta. Desde cedo, esta orientação filosófica deve penetrar no ensino: Platão ¹⁰⁹ não quer que os problemas elementares de cálculo se atenham às aplicações práticas (venda, compra...), mas — como, a crer nêle, os jogos educativos dos egípcios ¹¹⁰ — considera que se devem encaminhar para um grau superior de abstração: noções de par e ímpar, de proporcionalidade. A “logística” deve ser apenas uma introdução à “aritmética” propriamente dita, que é a ciência teórica do número, e esta, por sua vez, deve culminar numa tomada de consciência da realidade inteligível. Desta pedagogia, dá-nos Platão um notável exemplo: parte ela da consideração de dados elementares (os três primeiros números) e daí se eleva a considerações sobre as noções abstratas de unidade e de grandeza, aptas a “facilitar à alma a passagem do mundo do devir ao da verdade e da essência” ¹¹¹.

O programa será, como o era em Hípias, aquele mesmo, já tradicional, do *Quadrivium* pitagórico: aritmética ¹¹², geometria ¹¹³, astronomia ¹¹⁴, acústica ¹¹⁵; preocupado em incorporar ao ensino os resultados das mais recentes conquistas da ciência, Platão completa-o simplesmente, juntando, à geometria plana, a geometria no espaço, que acabava de ser criada pelo grande matemático Teéteto, e para o progresso da qual a Academia, na pessoa de Eudóxio, contribuirá ativamente. Todavia, importa-lhe bem mais depurar a concepção que cumpre fazer destas ciências: elas devem eliminar todo resíduo de experiência sensível, tornarem-se puramente racionais, direi mesmo apriorísticas.

107. Idem, 514a s. — 108. Idem, 521c; 532bc. — 109. Idem, 525cd. — 110. *A. L.*, VII, 181bc. — 111. *A República*, VII, 525c. — 112. Idem, 521c s. — 113. Idem, 526c s. — 114. Idem, 527c s. — 115. Idem, 530d.

Seja, por exemplo, o caso da astronomia (17): deve ser ela uma ciência matemática, não uma ciência de observação. Para Platão, o céu estrelado, no esplendor e na regularidade de seus movimentos ordenados, é ainda, apenas, uma imagem sensível: ele é, para o verdadeiro astrônomo, o mesmo que uma figura geométrica, fôsse esta desenhada com o maior rigor aparente pelo artista mais hábil, é para o verdadeiro geômetra: é-lhe totalmente inútil, pois ele opera abstratamente, sôbre a figura inteligível¹¹⁶. A astronomia platônica é uma combinação de movimentos circulares e uniformes, que pretende não apenas, como a interpreta de maneira ainda demasiado empírica Simplicio¹¹⁷, “salvar as aparências” (isto é, dar conta dos fenômenos observados), mas, na verdade, reencontrar os próprios cálculos de que se serviu o Demiurgo para organizar o mundo.

Transcendendo as preocupações utilitárias, Platão confia às matemáticas um papel antes de tudo propedêutico: elas devem, não mobiliar a memória com conhecimento úteis, mas formar uma “*teste bien faite*”, ou seja, um espírito capaz de receber a verdade inteligível, no sentido em que a geometria fala de um arco “capaz” de um ângulo dado. Não se poderia salientar demasiadamente o imenso alcance histórico desta doutrina, que marca uma data capital na história da pedagogia: Platão introduz aqui nada menos que a noção ideal e o programa específico daquilo que propriamente se deve chamar de ensino secundário.

Ele se opõe, bem conscientemente, ao otimismo ingênuo, ou interessado, dos seus predecessores, os Sofistas, os quais, seguros de si, franqueavam o acesso de mais alta cultura “ao primeiro que chega” (ὁ τυχών)¹¹⁸, sem levar em conta suas aptidões nem sua formação preliminar: o insucesso de tais tentativas, insucesso que, como o deplora Platão, acabou por refletir-se na filosofia¹¹⁹, prova suficientemente seu erro. É necessário, ao mesmo tempo, experimentar e preparar os candidatos a filósofos: Platão é o primeiro a estabelecer e justificar esta exigência, que se imporá doravante ao educador. O

116. Idem, 529de. — 117. SIMPLICIO, *Comentário ao “Do Céu” de Aristóteles*, II, 12, 488; 493. — 118. PLATÃO, *A República*, VII, 539d. — 119. Idem, 535c; 536b.

que permanecerá de peculiar a seu próprio plano de estudos é o lugar eminente que nêle cabe às matemáticas; como vimos, êle não negligência a contribuição propedêutica da educação literária, artística e física: elas têm seu papel, imprimindo à personalidade, no seu todo, certa harmonia, certa euritmia; não obstante, êsse papel nada tem de comparável, em fecundidade, ao das ciências exatas, primeiro gênero acessível de conhecimento verdadeiro, iniciação direta à alta cultura filosófica, a qual se estriba, como o sabemos, na busca da Verdade racional.

O CICLO DOS ESTUDOS FILOSÓFICOS

Em vista do interesse histórico que reveste êsse programa, importa fixar bem quais sejam, cronologicamente, os diferentes estágios de todo o *cursus* de estudos que Platão impõe a seu futuro filósofo (18). Sucedendo ao *Kindergarten* (dos três aos seis anos completos) e à escola "primária" (dos seis aos dez), êstes estudos "secundários" correspondem aos anos que medeiam entre dez e dezessete ou dezoito.

Tomando-se as coisas literalmente, pareceria que Platão queria dividir tais estudos em três ciclos de três anos: dos dez aos treze, estudos literários; dos treze aos dezesseis, estudos musicais; e, por fim, as matemáticas: solução esta que mais de um moderno professor de ciências não acharia tão má! Mas talvez se trate, sobretudo, de prevalência: assim como a ginástica não cessa de ser praticada, desde a primeira infância até à idade adulta, o estudo das matemáticas, iniciado na escola primária, deve indubitavelmente prolongar-se, sem interrupção, ainda que no final possa ocupar um lugar preponderante no emprêgo do tempo desta minoria de brilhantes alunos reconhecidos aptos a tirarem proveito dêle.

Aos dezessete ou aos dezoito anos, os estudos propriamente intelectuais interrompem-se por dois ou três anos, consagrados "ao serviço obrigatório de ginástica ¹²⁰" — alusão inequívoca à praxe contemporânea da efebia,

120. Idem, 537b.

que, em Atenas, por exemplo, impunha dois anos de serviço militar aos cidadãos jovens. “Durante êsse tempo — observa Platão ¹²¹ —, é-lhes impossível fazer qualquer outra coisa: a fadiga e o sono impedem qualquer estudo.” Observação pertinente, que transmito a alguns apologistas da educação física, demasiado apressados em invocar o patrocínio do grande filósofo! Sem dúvida, a educação não se interrompe nunca: o serviço militar, a ameaça de guerra, sempre repontando no horizonte da cidade grega, permitem levar bem adiante a formação e a prova do caráter: preocupado, como todos os educadores antigos, em ressaltar o papel dos elementos morais, Platão leva em conta essa experiência, na seleção a que submete o grupo já restrito dos seus aspirantes-filósofos, quando sua desmobilização os torna, após os vinte anos, livres para encetar os altos estudos ¹²².

Começa então, pròpriamente, o ensino superior: não se trata, porém, de entrar em cheio na filosofia pròpriamente dita. Durante dez anos ainda, continua o estudo das ciências, mas em nível superior: por uma visão de conjunto ¹²³, uma coordenação ¹²⁴, uma combinação de seus elementos, o espírito se habituará, pouco a pouco, a entrever a unidade que supõem suas relações mútuas, a natureza da realidade fundamental, que é seu objeto comum.

Sòmente aos trinta anos, ao cabo dêste ciclo de matemáticas transcendententes, e após uma derradeira seleção, poder-se-á enfim tratar do método pròpriamente filosófico, a dialética, a qual, renunciando ao uso dos sentidos, permite atingir até a verdade do Ser. E ainda aí, quantas precauções! Êstes espíritos, por mais que sejam submetidos e reconhecidos “bem equilibrados e firmes” (*κοσμίους καὶ στασίμους*) ¹²⁵, só progressivamente serão iniciados no manejo desta arte, fecunda, mas bastante perigosa, que é a dialética. Serão necessários, ainda, cinco anos de trabalho, a fim de integrá-los na plena posse dêste instrumento, o único que conduz à verdade total ¹²⁶: aqui se nota ainda o cuidado de poupar, à verdadeira filosofia, os acidentes que a imprudência sofística havia suscitado.

121. Idem, VII, 537b. — 122. Idem, 537ab. — 123. Idem, 537bc. — 124. *A. Leis*, VII, 818d. — 125. *A República*, VII, 539d. — 126. Idem, 537d; 539de.

Tal é o longo curso de estudos que prevê Platão. Mas a cultura propriamente dita do filósofo ainda não está perfeita: durante quinze anos, êle participará da vida ativa da cidade, para nela adquirir um suplemento de experiência e completar, pela luta contra as tentações, sua formação moral. Sòmente aos cinquenta anos, os que tiverem sobrevivido e superado tôdas estas provas chegarão ao fim: a contemplação do Bem em si ¹²⁷: "São necessários cinquenta anos para fazer um homem..."

Compreende-se por que Platão, para caracterizar seu método pedagógico, emprega tão naturalmente as expressões "grande rodeio", "vasto circuito" ¹²⁸ — *μακρά* (ou *μακρότερα*) *περίοδος* (19). A cultura, como dizemos (a palavra, senão a metáfora ¹²⁹, é latina, e não grega), é algo bem diverso dos "jardins de Adônis", que florescem em oito dias e murcham, também, rapidamente ¹³⁰: ela é, como a arte do verdadeiro camponês, um trabalho sério, que exige lavras profundas, escolha das sementes, labor continuado e ardente. Eis aí uma das exigências essenciais do platonismo: a oito séculos de distância, ao esboçar, por sua vez, no *De Ordine*, um esquema paralelo de cultura filosófica, Santo Agostinho redescobrirá o mesmo programa (matemáticas e dialética) e formulará a mesma exigência: *aut ordine illo eruditionis, aut nullo modo* — "ou seguir êste longo itinerário, ou renunciar a tudo ¹³¹".

GRANDEZA E SOLIDÃO DO FILÓSOFO

De qualquer modo, isto era um pouco assustador e, em certo sentido, absurdo: tal programa parecia um desafio ao espírito prático dos atenienses, aos quais a propaganda dos Sofistas não havia plenamente persuadido da necessidade de um alto tecnicismo em matéria de trabalho intelectual: o Péricles de Tucídides só se arrisca a elogiar publicamente o povo de Atenas, por seu gosto pela cultura do espírito, acrescentando logo, "mas sem ir até ao excesso", até ao refinamento de cultura em que

127. Idem, 539e-540a. — 128. *A República*, IV, 535d; VII, 503e-504a; *Fedro*, 274a. — 129. PLUTARCO, *Sobre a Educação das Crianças*, 2 B. — 130. PLATÃO, *Fedro*, 276b. — 131. SANTO AGOSTINHO, *Sobre a Ordem*, II, 18 (47).

a sabedoria tradicional vê “moleza”, êste sintoma inquietante de decadência: φιλοσοφοῦμεν ὄνευ μαλακίας ¹³².

Porque, enfim, o problema proposto ao pensamento pedagógico, pela sociedade do quarto século, era êste: como educar os setores dessa sociedade. Tão ambicioso, tão exigente, o plano de Platão deixa sem solução êsse problema concreto: tem apenas, por objetivo, selecionar e formar um pequeno grupo de governantes-filósofos apto a tomar, para o bem do Estado, as rédeas do governo. Mas, quanto à possibilidade dessa tomada efetiva de poder, o próprio Platão quase não alimentava ilusões: ela exigia uma conjunção do poder e do espírito que êle mesmo julgava tão improvável que lhe parecia quase milagrosa (20).

Se, como parecemos concordar em admitir, a *República* foi concluída por volta de 375, isto é, antes das duas últimas viagens à Sicília e do malôgro definitivo das tentativas do mestre no sentido de instaurar a filosofia no trono de Siracusa, foi, todavia, antes dêste infortúnio supremo, que Platão havia previsto, e como que construído *a priori*, o revés necessário do filósofo. Retomando, e desta vez por sua conta, os sarcasmos de Cálicles (no *Górgias* ¹³³), êle nos mostra esta grande alma, assaz pura, lançada sem defesa num mundo entregue à injustiça, demasiado corrompido para inspirar-lhe confiança: ela está certa de perecer, sem proveito, no caso de atrever-se a querer reformar o Estado; também o filósofo renunciará a esta ambição inútil e, flexionando-se sobre si mesmo, voltar-se-á “para a cidade interior que traz dentro de si” (πρὸς τὴν ἐν αὐτῷ πολιτείαν) ¹³⁴, palavra admirável e profunda, a última palavra (se há jamais uma última palavra), amarga e resignada, da grande sabedoria platônica.

Ao tempo em que escrevia o *Górgias*, êle não havia, talvez, chegado ainda aí, não havia talvez, ainda, renunciado a essa vontade de poder que animara suas ambições de juventude (não há certa complacência no reto tão ardoroso, tão vivo, que êle traça de seu Cálicles, êste político amoral, mas eficaz?). Agora, o passo está dado: êle sabe que o filósofo, conduzido sobretudo por

132. Tucídides, *História da Guerra do Peloponeso*, II, 40, 1. — 133. PLATÃO, *Górgias*, 486ac. — 134. *A República*, IX, 591e.

seu ideal de perfeição interior, é vencido antecipadamente. Ele será, sempre, um fracassado entre os homens: alheio à vida política e mundana, o pensamento absorvido por seu objeto supremo, semelhará um nêscio, tal qual Tales caindo no poço ao observar os astros, por inépcia; e, todavia, sòmente êle é livre...¹³⁵

Platão agora vê claro: seu ensino visa formar *um* homem, quando muito um pequeno grupo de homens reunidos em escola, formando uma seita fechada, uma ilha cultural sadia, no meio de uma sociedade podre. O Sábio — pois é já a uma sabedoria de tipo personalista que conduz o platonismo — passará sua vida “a ocupar-se dos próprios afazeres” (τὰ αὐτοῦ πράττων)¹³⁶. Assim, o pensamento platônico, movido de início pelo desejo de restaurar a ética totalitária da cidade antiga, chega, em última análise, a transcender definitivamente os quadros desta e a lançar os fundamentos daquilo que será a cultura pessoal do filósofo clássico.

135. *Teéteto*, 173c-176a. — 136. *A República*, VII, 496b, cf. 500d.

CAPÍTULO VII

OS MESTRES DA TRADIÇÃO CLÁSSICA:

II. ISÓCRATES

Na busca de seu ideal de perfeição interior, o filósofo encerra-se, pois, numa solidão heróica. Nesse entretempo, que acontece à cidade real? Ter-se-á de abandoná-la aos maus pastores? Por querer demasiado, o platonismo deixava a questão sem resposta. Ao menos no juízo de Isócrates. O ensino dêste colima um objetivo de interesse imediato e, de certa maneira, bem chão: formar a elite intelectual de que carece, *hic et nunc*, a Grécia do seu tempo (1).

Tratar de Isócrates depois de se haver tratado de Platão implica, necessariamente, em deixá-lo em má situação e em sacrificá-lo, até certo ponto, a seu brilhante rival (2). Qualquer que seja o ponto de vista em que nos situemos: poder de sedução, fulgor da personalidade, riqueza do temperamento, profundidade de pensamento, e, mesmo, senso artístico, Isócrates não poderia ser lançado ao mesmo plano de Platão: sua obra parece chã e monótona, sua influência superficial ou perniciosa... Mas ~~o historiador da pedagogia, como também o historiador~~ no sentido estrito, deve reagir contra os desdêns do filósofo e do literato (o leitor perceberá, sem dúvida, que faço esta advertência por dever profissional, e contra minha própria inclinação).

De Cícero¹ a nossos dias (Burnet, Barker, Drerup, Burk, G. Mathieu...) não faltaram, a Isócrates, apolo-gistas: outorgou-se-lhe, convictamente, o título de "Pai do humanismo" (3) — o que, na minha opinião, não deixa de ser excessivo, uma vez que se pode desejar uma

1. CÍCERO, *Sobre o Orador*, II, 94.

definição mais profunda e mais ampla de humanismo, aplicável a algo menos acadêmico e menos escolar, a algo mais viril e mais rigoroso que este flácido aticismo, florido sem dúvida, mas um tanto enfezado. Pelo menos, é certo — e eis aqui, já, um belo título de glória — que Isócrates foi o mestre por excelência desta cultura oratória, desta educação literária que vão impor-se, como caracteres dominantes, à tradição clássica, a despeito da tensão dialética que gera, no seio desta mesma tradição, a presença permanente da opção aberta pela crítica filosófica. De maneira geral, foi Isócrates, e não Platão, o educador da Grécia do quarto século, e, em seguida, do mundo helenístico e depois romano: de Isócrates saíram, “como de um cavalo de Tróia”, estes numerosos pedagogos e estes letrados, animados de um nobre idealismo, estes moralistas ingênuos, amantes de belas frases, disertos e volúveis, aos quais a antigüidade clássica deve, em qualidades e em defeitos, toda a essência de sua tradição cultural.

➤ E não somente a Antigüidade: como o sugeri nas primeiras páginas deste livro, havendo as três Renascenças retomado a herança do classicismo e tendo-se perpetuado esta tradição em nossos próprios métodos pedagógicos, recaem sobre Isócrates, mais do que sobre qualquer outro, a honra e a responsabilidade de haver inspirado a educação precipuamente literária de nossa tradição ocidental. Com efeito, entre nós não há quem, na medida em que nele se configura a imagem do velho pedagogo ateniense, não veja delinear-se, em filigrana, a imagem de tal ou qual de nossos antigos professores de colégio, aos quais tanto devemos — às vezes toda a substância daquilo que somos — e dos quais guardamos terna lembrança, embora freqüentemente repassada de ironia.

Eis aí a verdadeira grandeza de Isócrates: tal papel histórico é bastante ponderável para que seja vão denunciar-lhe as limitações e as fraquezas. Insisto em que não é o caso de fazê-lo, espiritualmente, comparável a Platão. Ele não é um filósofo. Mas não o censuremos por reivindicar, com tanta insistência e acrimônia, os termos e o título de φιλοσοφία, φιλοσοφείν (4); estava no seu estrito direito: na boca de um ateniense do quinto século, como

2. Ibidem.

vimos, por exemplo, em Tucídides³, tais palavras evocavam, de maneira muito geral, as noções de atividade intelectual desinteressada, de cultura; é, pois, compreensível, que Isócrates se indignasse ao ver que Platão lhe tirava, por tomá-lo em sentido muito especial, o belo título de "amigo da sabedoria". De qualquer modo, porém, Isócrates nada tem de um filósofo, no sentido em que, desde Platão, tomamos esta palavra.

Ele não é um "herói do pensamento": a tradição relata⁴ que os atenienses mandaram esculpir, em seu túmulo, uma sereia simbólica, honrando, assim, a "perfeição de sua cultura" (εὐμουσία): homenagem merecida, mas que fica muito aquém da heroização propriamente dita e do culto, quase divino, que, a Platão, prestaram seus discípulos fanáticos. A vida, o pensamento e a obra de Isócrates situam-se num plano bem mais modesto que o esplêndido drama platônico: Isócrates está muito mais próximo do intelectual médio de Atenas — do homem médio.

CARREIRA DE ISÓCRATES

Isócrates foi, essencialmente, um professor de eloquência: ensinou durante cerca de cinquenta e cinco anos (393-338); antes de ingressar nessa carreira, havia exercido, de 403/402 a 391/390, aproximadamente, o ofício de "logógrafo", isto é, redator profissional de discursos judiciários; a partir de 380, desempenhou essa função paralelamente à atividade de escritor, de publicista, de homem político.

De passagem, convém salientar a significação histórica dessa atividade: tendo desenvolvido um gênero que havia surgido com os primeiros Sofistas, Isócrates foi o verdadeiro criador do "discurso de pompa"; com ele, o λόγος ἐπιδεικτικός deixa de ser mero instrumento de propaganda, simples amostra de eloquência — como era, basicamente, para aqueles —, e converte-se em instrumento de ação, de ação política sobretudo, tornando-se o veículo de que se serve o pensador para divulgar suas idéias e influir, por intermédio destas, sobre seus contemporâneos; de Isócrates em diante este gênero de con-

3. Tucídides, *História da Guerra do Peloponeso*, II, 40, 1. — 4. Anônimo, *Vida de Isócrates*, 178-182.

ferência pública assume a importância decisiva que conservará na cultura helenístico-romana e que tanta influência exercerá na orientação dos estudos. O papel de inovador, desempenhado por Isócrates, estende-se a detalhes: seu *Evágoras*, elogio fúnebre do rei de Chipre (morto por volta de 365), pai de seu discípulo e amigo Nicocles, é o primeiro exemplo conhecido de elogio de uma personagem real composto em prosa; Isócrates, que não vacila em apresentar-se como rival de Píndaro⁵, quis transpor em prosa um gênero que estava, até então, reservado aos poetas líricos. E como ele foi logo imitado, e com entusiasmo, o elogio se tornará um dos gêneros literários em maior voga na época helenística e ocupará, no ensino, um lugar de destaque.

Em virtude de suas próprias deficiências, Isócrates não pronunciou, de fato, seus discursos-conferências: publicou-os. Eram obras de arte longamente maturadas (às vezes "dão muito trabalho"!): teria exigido dez ou quinze anos a composição do *Panegírico* (5). Mas são sempre apresentadas na forma de verdadeiros discursos: até no caso de uma alocução fictícia, como a intitulada *Sobre a Troca*. Isócrates finge interrogar o escrivão⁶, alude à água da clepsidra que fixava o tempo da alocução⁷, etc. Assim, ele ajudou a transpor a arte oratória para o domínio da literatura artística e, de outra parte, contribuiu para conservar-lhe este cunho de oralidade que, sedimentado pelo hábito da leitura em voz alta, quedará como um dos traços dominantes das letras antigas.

Quanto ao ensino isocrático propriamente dito, conservará sempre um vivo senso de eficácia prática: segundo nos explicou o próprio Isócrates⁸, formava outros professores como ele (não é este um dos traços permanentes da nossa tradição clássica? o ensino de nossos cursos de letras seleciona seus melhores elementos para reconduzi-los ao curso na situação de mestres), ou, então, técnicos em discussão (*ἀγωνισταί*), ou, ainda, e principalmente, homens cultos, aptos a bem julgarem e a participarem, com desembaraço, dos colóquios da vida mundana: como se vê, ele realmente se dirigia à média dos atenienses cultos.

5. ISÓCRATES, *Sobre a Troca*, 166. — 6. Idem, 29. — 7. Idem, 320. — 8. Idem, 204.

Profissionais ou diletantes, todos os discípulos de Isócrates aprendem, antes de tudo, a arte de bem falar. Se a educação platônica funda-se, em última análise, na noção de Verdade, a educação isocrática repousa na exaltação das excelências da palavra, ou melhor, do Logos — pois entendo que, nêle, a palavra é já Verbo. Atente-se para o hino ao λόγος que êle inseriu em seu *Nicocles*⁹ e reproduziu, literalmente, cêrca de quinze anos depois (358), na *Antidosis* [= *Sôbre a Troca*]¹⁰: é a palavra que distingue o homem do animal; é ela a condição de todo progresso, tanto nas leis como nas artes e nos inventos mecânicos; ela proporciona ao homem o meio de promover a justiça, de exprimir a glória, de incrementar a civilização e a cultura. Assim, Isócrates sistematizava, justificava e legitimava, perante a consciência moral, êste gôsto pela eloquência, que assumira, em Atenas, a posição eminente a que me referi antes: reinava ela, tirânicamente, sôbre a vida política e sôbre a vida judiciária, e seu império, graças a Isócrates, precisamente, acabava de anexar a vida literária. Doravante, tôda a cultura e tôda a educação do homem antigo irão (ainda na medida em que triunfam sôbre a objeção do filósofo) orientar-se para êste ideal único, o ideal do orador, o ideal do “bem falar” (τὸ εὖ λέγειν).

Recordemo-nos de que já era êsse o ideal dos grandes Sofistas. A uma primeira aproximação, não há dúvida, Isócrates, discípulo dêles, aparece como seu continuador. A tradição, influenciada sem dúvida pelo *Fedro* de Platão¹¹, apontou-o também como discípulo de Sócrates¹², mas é de supor que êle só tenha tido dêste um conhecimento indireto, livresco, embora seu exemplo, meditado cada vez mais aprofundadamente, tenha acabado por exercer, sôbre seu pensamento, uma influência que não se pode desprezar (6). Seus verdadeiros mestres foram os sofistas Pródicos e Górgias¹³, sobretudo êste último, com quem fôra encontrar-se na Tessália e junto de quem passou, longe de Atenas, os terríveis anos de 415-410 a 403 (7). Seria, sem dúvida, demasiado simplista limitá-lo a essa filiação: Isócrates não se exime

9. *A Nicocles*, 5-9. — 10. *Sôbre a Troca*, 253-257. — 11. *PLATÃO, Fedro*, 278d-279b. — 12. *ANÔNIMO, Vida de Isócrates*, 8. — 13. [*PLUTARCO*], *Vida de Isócrates*, 836 E; *DIONÍSIO DE HALICARNASSO, Vida de Isócrates*, I.

de criticar o "nilismo filosófico" de seu mestre¹⁴ e, mais adiante, veremos a reviravolta que orientou, por fim, num sentimento bem diverso, sua pedagogia e seu ensino. De qualquer modo, pode-se sustentar, de maneira geral, que Isócrates constitui, do ponto de vista técnico, a continuação da Sofística.

Como os Pequenos Socráticos, é ele um educador profissional: abriu uma escola em Atenas ou em sua circunjacência imediata, bem perto d'este ginásio do Liceu onde se instalará Aristóteles¹⁵ (8), escola aberta ao público, desprovida do caráter de seita hermética que distinguia a Academia¹⁶; escola paga¹⁷, onde, como entre os Sofistas, se combinava o preço de um ciclo completo de estudos com a duração de três ou quatro anos¹⁸; e cuja taxa é de mil dracmas¹⁹, tendo baixado os preços desde Protágoras e sendo objeto de concorrência²⁰; o que não impediu Isócrates de fazer fortuna, embora nisto fôsse ele favorecido, também, pelas dádavas munificentes com que o cumularam certos discípulos seus, como Timóteo ou Nicocles²¹; em 356 ele perdeu, irremissivelmente, um processo de "barganha de bens²²" — o que indica que ele foi incluído, pelo tribunal, no número dos 1200 mais ricos cidadãos de Atenas, aos quais incumbia, de acôrdo com a lei de Periandro, a manutenção da trierarquia. Avalia-se, por isto, qual tenha sido o sucesso de sua escola (atribui-se-lhe uma centena de alunos²³), sucesso que, aliás, o envaidecia: assim nos fala ele destes estudantes que, originários dos confins do mundo grego — da Sicília ao Ponto Euxino —, arcando com grandes gastos e passando por grandes tribulações, acorrem a Atenas para ouvir-lhe as lições²⁴.

0 ENSINO SECUNDÁRIO

O ensino isocrático era uma espécie de ensino superior que vinha coroar, ao final da adolescência, um ciclo de estudos propedêuticos, ciclo ao qual os discursos

14. ISÓCRATES, *Elogio de Helena*, 3; *Sôbre a Troca*, 268. — 15. ANÔNIMO, *Vida de Isócrates*, 116-117. — 16. ISÓCRATES, *Sôbre a Troca*, 193. — 17. [PLUTARCO], *Vida de Isócrates*, 837 E; ANÔNIMO, *Vida de Isócrates*, 40-41. — 18. ISÓCRATES, *Sôbre a Troca*, 87. — 19. [PLUTARCO], *Vida de Isócrates*, 837 E; ANÔNIMO, *Vida de Isócrates*, 43. — 20. ISÓCRATES, *Contra os Sofistas*, 3. — 21. [PLUTARCO], *Vida de Isócrates*, 838a. — 22. ISÓCRATES, *Sôbre a Troca*, 5. — 23. [PLUTARCO], *Vida de Isócrates*, 837 C; DIONÍSIO DE HALICARNASSO, *Vida de Isócrates*, 1. — 24. ISÓCRATES, *Sôbre a Troca*, 224; 226.

SOFISTAS ISÓCRATES

do mestre aludem apenas fugazmente, por supor conhecidos e obviamente implícitos tais estudos.

Tanto quanto Platão, e servindo-se de termos quase idênticos, Isócrates aceita e louva a velha educação tradicional que vem dos ancestrais, à qual êle adita, porém, as principais inovações pedagógicas introduzidas em seu tempo²⁵: educação que se dirige à plenitude humana do corpo e da alma, carreando a ginástica e a cultura intelectual como duas disciplinas conexas e simétricas²⁶.

Muito mais do que Platão, cujas pretensões de reformador utópico o tornam suspeito, Isócrates é, para o historiador, uma testemunha valiosa da situação concreta reinante em seu tempo: percebe-se, pelo laconismo com que se refere a essa educação preliminar, que êle a tem na conta de um dado, bem comumente reconhecido. Acêrca da ginástica, que é matéria do pedótriba, nada nos ensina; a "filosofia", termo com que êle designa a cultura do espírito e que Platão designava, por sua vez, pelo nome de "música", reveste nêle um aspecto muito mais estritamente intelectual do que em Platão: quase nunca se insere, nesse domínio, o elemento artístico, musical no sentido estrito²⁷; seu fundamento está na gramática²⁸, a qual abrange o estudo dos autores clássicos. É de lamentar-se Isócrates nunca ter sido explícito, conforme prometera fazê-lo²⁹, "sobre o estudo dos poetas em suas relações com a educação": sabe-se, apenas³⁰, que êle criticava a maneira pela qual os outros professores comentavam Homero ou Hesíodo; a querela adstringia-se, sem dúvida, a questões de método, e não (como no caso de Platão) ao princípio mesmo dêsse ensino, pois Isócrates recomenda a Nicocles³¹ "não ignorar nenhum dos poetas célebres" — como também nenhum dos "Sofistas", isto é, dos filósofos. Deve-se acrescentar que êle lhe prescreve, também, "o conhecimento do passado, dos acontecimentos e de suas conseqüências³²". Eis aí, sem dúvida, um revérbero do progresso da cultura coeva, que ao seu domínio anexara a obra dos historiadores e alçara Heródoto e Tucídides ao escalão de clássicos.

25. *Panathenaica*, 26. — 26. *Sobre a Troca*, 180-185. — 27. *Idem*, 267. — 28. *Ibidem*. — 29. *Panathenaica*, 25. — 30. *Idem*, 18-25. — 31. *A Nicocles*, 13; cf. 42-44. — 32. *Idem*, 35.

Aos estudos literários, Isócrates adita as matemáticas: neste ponto, é manifesta sua dependência em relação a Platão, a menos que um e outro façam eco de uma prática espontânea em sua geração. A seu futuro aluno ele recomenda consagrar algum tempo a tais ciências³³, nas quais louva, como Platão, o valor formativo: abstratas e difíceis, êstes estudos habituam o espírito ao trabalho disciplinado, exercitam-no e aguçam-no³⁴.

Mas — e com isto Platão não mais estava de acôrdo — Isócrates acrescenta ainda, a esta “ginástica intelectual, que é preparação à alta cultura” (γυμνασία τῆς ψυχῆς καὶ παρασκευὴ φιλοσοφίας)³⁵, aquilo que ele chama de “erística”, ou seja, a arte da discussão tal como é ensinada através do diálogo³⁶ e que corresponde à dialética, ou, para dizer de maneira ainda mais geral, à filosofia³⁷. Êstes últimos estudos, que em Platão constituíam o coroamento da mais elevada cultura e estavam zelosamente reservados a espíritos de escol, amadurecidos por longos anos de experiência, são bastante desdenhosamente relegados, por Isócrates, ao nível do ensino secundário: muito irônico com aquêles que os continuam na idade madura³⁸, só os admite exclusivamente para os jovens e, ainda assim, com a condição de que só lhes consagrem um certo tempo, sem correrem o risco de nêles se ressecarem ou perderem³⁹ — ou, por outra, de aprofundá-los!

O ENSINO DA RETÓRICA

Realmente, os jovens não têm a perder: espera-os o ensino superior, precipuamente consagrado, por Isócrates, ao aprendizado da arte oratória. Enquanto que em Platão a retórica não passava, como se vê pelo *Fedro*, de simples aplicação da dialética, Isócrates concebe-a como uma arte autônoma — a arte suprema.

➤ Em Isócrates, a retórica já é algo bem diverso daquilo que era em Górgias: desde suas primeiras mani-

33. *Sôbre a Troca*, 268; *Panatenaica*, 26-27; cf. *Buísris*, 23. — 34. *Sôbre a Troca*, 265. — 35. *Idem*, 266. — 36. *Idem*, 261. — 37. *Idem*, 268; *Panatenaica*, 26-27. — 38. *Panatenaica*, 28-29. — 39. *Sôbre a Troca*, 268.

festações ⁴⁰, Isócrates critica, acerbamente, a retórica formal, isto é, a dos autores de manuais teóricos (τεχναί): para êstes, demasiado seguros de si mesmos, o método era uma máquina perfeita, a funcionar sem enguiços, quaisquer que fôssem o caso particular e o espírito que devesse aplicá-lo. Com grande dose de bom senso, Isócrates reage contra o otimismo radical dêsse formalismo: insiste êle, ademais, sôbre a utilidade da prática, sôbre a necessidade dos dons inatos, das qualidades pessoais (algumas das quais lhe faltavam de maneira aguda): invenção, capacidade de esforço, memória, voz sobranceira... ⁴¹

Não obstante, seu ensino não deixava de começar por uma teoria, embora elementar, por uma exposição sistemática daquilo que êle denominava *ιδεαί*, a saber, os princípios gerais de composição e elocução. Todavia, mais avisado, neste ponto, do que seus sucessores heleenísticos, reduzia ao mínimo essa iniciação, despojando-a de toda minudência ⁴². Discute-se, apenas, como aliás já se discutia na Antigüidade ⁴³, se êle publicou ou não um tratado segundo a forma da praxe, ou melhor, uma *τέχνη* (9).

Seu aluno era bem cedo iniciado na prática, começando por exercícios de aplicação que envolviam, coordenando-os entre si, os elementos a princípio estudados abstratamente, e isto em função das exigências de um assunto dado ⁴⁴. O aluno não era abandonado apenas às suas forças: a essência do seu aprendizado consistia no estudo e no comentário de belos modelos. Herdeiro da tradição mais remota, Isócrates transpunha, para o plano literário, os conceitos fundamentais da educação homérica, a saber, o "exemplo" e a "imitação" (*παράδειγμα, μίμησις*). Com isto, inaugurava uma tradição que seria duradoura: com efeito, sabe-se quão longa fortuna teve esta noção clássica de imitação literária.

Aos velhos poetas, todavia, tratava-se de substituir modelos novos, mais diretamente úteis ao orador. Na escola de Isócrates, os textos básicos são as próprias obras-primas do mestre. Vendo o velho pedagogo citar-

40. *Contra os Sofistas*, 19. — 41. *Idem*, 10; *Sôbre a Troca*, 189-192. — 42. *Contra os Sofistas*, 16. — 43. ANÔNIMO, *Vida de Isócrates*, 149; [PLUTARCO], *Vida de Isócrates*, 838 E. — 44. ISÓCRATES, *Sôbre a Troca*, 104.

-se a si mesmo, comentar-se deleitosamente⁴⁵, sentimo-nos por vezes contrafeitos, tanto nos evoca êle Mascarrille ou Trissotin! Outras vezes, vemo-lo satisfeito por introduzir-nos na intimidade mesma do seminário⁴⁶; ouvimo-lo submetendo, a três ou quatro familiares, o seu *Discurso*, sazonado havia anos: analisa-se sua estrutura, discute-se em comum sôbre o melhor fecho a dar-lhe...

Ensino prático e realista: Isócrates quer que seu discípulo ponha mãos à obra, participe do trabalho de criação. Assim, fá-lo descobrir, gradativamente, o ideal que vivifica sua arte, o mesmo ideal que tantos velhos retóricos perpetuaram, de século em século, até os nossos dias: um estilo claro, fácil de entender-se ao primeiro contato, mas que, ao leitor atento, revela um tesouro de maravilhas, elvado de tôda sorte de alusões históricas ou filosóficas, de ficções e ornamentos⁴⁷.

SEU VALOR EDUCATIVO

Se o objetivo desse ensino era, como o dos Sofistas, o domínio da palavra, o domínio da expressão, a eloquência isocrática não é mais uma retórica irresponsável, indiferente ao conteúdo real, mero instrumento de sucesso. Preocupado, certamente, em responder ao desafio lançado, desde Sócrates e o *Górgias*, pela filosofia, Isócrates quis prover sua arte de um conteúdo de valores: sua eloquência não é neutra do ponto de vista moral, mas tem, particularmente, alcance cívico e patriótico.

Para melhor apreciar-se sua significação, importa lembrar que Isócrates combate, alternadamente, em duas frentes: êle não se contrapõe sômente a Platão — e, com êste, a todos os outros Socráticos, particularmente a Antístenes —, mas se distingue, também, dos verdadeiros continuadores dos Sofistas, de um Alcídamas por exemplo (10): aluno de Górgias, como Isócrates, Alcídamas era apenas um prático, preocupava-se unicamente com o sucesso, com a eficácia da palavra real, tal como é esta usada na assembléia ou no tribunal; emérito pe-

45. Idem, 195. — 46. *Panatenáica*, 200; cf. *Filipe*, 17 s. — 47. *Panatenáica*, 246.

rito em improvisações (αὐτοσχεδιαστικοὶ λόγοι), só tinha ironia para aquêles que, à maneira de Isócrates, escrevem ponderadamente seus discursos: "São poetas, opina êle ⁴⁸, não Sofistas" — entenda-se: fazem literatura, não são homens de ação.

Isócrates não era, entretanto, como já notei, um mero sonhador. Como Platão, é êle um homem bem integrado no seu tempo, nesse quarto século que assiste à passagem do ideal coletivo da cidade antiga para o ideal, mais pessoal, que triunfará na era seguinte. Também êle tem uma vocação política frustrada, não, como Platão, por razões históricas e sociais, mas por motivos bem diversos: a debilidade de sua voz, sua insegurança, esta timidez doentia a que se chamou sua agorafobia. Também êle canalizou tal ambição para o seu ensino, impondo-se, como tarefa, educar homens capazes de executarem, um dia, seu próprio ideal em matéria de bom governo.

Sob êsse aspecto, seu êxito foi ainda maior que o de Platão: à semelhança da Academia, e até mais proficuamente do que esta, sua escola foi um centro de formação de homens políticos. Para seus alunos, Isócrates foi um mestre, na mais plena acepção da palavra. Não devemos imaginar sua escola como um vasto estabelecimento abarrotado de ouvintes: pode-se facilmente calcular (11), que o número de alunos presentes jamais ultrapassou o número máximo de nove e que se estabelecia, em média, em torno de cinco a seis, três ou quatro dos quais em regime de dedicação plena. Por aí se avalia a atmosfera de intimidade em que se estabeleciam as relações entre mestre e estudantes. Isócrates soube aproveitar-se disto para exercer, sobre os discípulos, esta influência pessoal e profunda sem a qual não há ação pedagógica real. Neste particular, logrou sair-se tão bem quanto Platão na Academia: êle próprio nos conta que a vida em comum, dentro de sua escola, apresentava a seus alunos tantos encantos, que êles encontravam, por vêzes, dificuldade em desligarem-se dela, ao terminarem os estudos ⁴⁹; Timóteo ofereceu a Elêusis uma estátua de Isócrates, "para honrar não apenas sua

48. ALCIDAMAS, *Contra os Sofistas*, I. — 49. ISÓCRATES, *Sobre a Troca*, 87-88.

grande inteligência, mas também o encanto de sua amizade ⁵⁰”.

Reencontramos aí a atmosfera característica da educação grega: não é, pois, de admirar ter sido Isócrates, como Sócrates outrora, suspeitado de corromper a juventude ⁵¹: tão profunda era sua influência! Vemo-lo bem, precisamente, no caso de Timóteo, ou então no de Nicocles, dinasta de Salamina em Chipre: sua ação exercia-se para além dos anos de estudos, prolongando-se por toda a vida.

Belos triunfos também: o velho mestre folheia a relação dos melhores alunos de sua escola e numera-nos os mais brilhantes, começando pelas mais antigas promoções ⁵²: homens políticos, bem conhecidos no seu tempo, contemplados, diz-nos êle, com coroas de ouro, pela cidade de Atenas: Eunomo, Lisitides, Calipo, Oneter, Anticles, Filônides, Carmântides ⁵³ e, antes de todos, seu pupilo dileto, glória da escola, seu caro Timóteo, filho do grande estrategista Cónon, em quem Isócrates vê encarnado seu ideal e com quem colaborou de maneira eficaz, tendo sempre pôsto a pena a serviço da política de seu aluno ⁵⁴. Houve muitos outros ainda, como nos referem os biógrafos antigos ⁵⁵: sem falar em letrados como o poeta trágico Teodectes, o crítico Asclepiades, o atidógrafo Androcion, os historiadores de tendência filosófica Teopompo e Éforo, devem-se contar, ainda, os maiores nomes da eloquência política ateniense: Hipérides, Iseu, Licurgo; o próprio Demóstenes teria desejado inscrever-se no número dos alunos de Isócrates, mas não pôde fazê-lo, ao que se diz, em virtude de sua pobreza ⁵⁶. Isócrates podia, realmente, orgulhar-se de sua obra; uma vez chegado ao término de sua carreira, êle havia, em certo sentido, realizado seu sonho: ser o educador de um nôvo corpo de políticos, dotar sua pátria ateniense das condições de que carecia para consumir a difícil recuperação nacional que acalentava, desde o revés de 404, na perspectiva de desempenhar o papel de grande potência, a que não queria renunciar.

De qualquer modo, a vida de Isócrates, como toda vida humana, encerrava-se com um insucesso: por mais

50. [PLUTARCO], *Vida de Isócrates*, 838 D. — 51. ISÓCRATES, *Sobre a Troca*, 30. — 52. Idem, 87 s. — 53. Idem, 93. — 54. [PLUTARCO], *Vida de Isócrates*, 837 C. — 55. Idem, 837 CD; ANÔNIMO, *Vida de Isócrates*, 99-105. — 56. [PLUTARCO], *Vida de Isócrates*, 837 D.

brilhantes que fôsem, seus alunos não haviam realizado completamente seu ideal. São conhecidas suas idéias políticas (12). Em política interna êle representava o que se poderia chamar a "nova direita constitucional", a aristocracia esclarecida: instruída pelas duras lições da derrota, aproveitando a experiência da primeira geração que se lhe seguira, renuncia ela a uma atitude facciosa de oposição e consente em amoldar-se aos progressos da democracia, não sem a esperança de reduzi-lhe as falhas, ainda que, para isso, devesse lançar mão de algum expediente demagógico: em suma, a tendência que, por um instante, triunfará com Eubulo; no conjunto, porém, não terá ela, em última instância, malogrado?

Em política estrangeira, a posição de Isócrates, aparentemente tão hesitante, explica-se por uma preocupação fundamental: o ideal de unidade pan-helênica. Êle quer pôr fim ao aniquilamento fraticida que, desde a guerra do Peloponeso, continua opondo os povos gregos em guerras inexpiáveis; quer resolver o problema da paz, de solução tão necessária e todavia inacessível, problema que torna a Grécia do quarto século tão próxima de nossa própria angústia. Isócrates jamais cogitou de outra solução: unir todos os gregos numa tarefa comum — a luta contra os bárbaros. Mas essa unificação só lhe parecia exequível com um elemento "condutor" à frente. Em busca dêsse "hegemon" vagueou, pensando, a princípio, como bom patriota, em sua querida Atenas⁵⁷, depois em Jasão de Feres, em Dionísio de Siracusa, em Arquidamo de Esparta⁵⁸, senão mesmo em Níocles de Salamina⁵⁹, novamente em Atenas⁶⁰, e depois, por fim, naquele que, efetivamente, devia vencer, o rei Filipe da Macedônia⁶¹ — decisão aparentemente inesperada e que pareceu uma traição da causa nacional: tal decisão encerrava, certamente, suas ilusões e ingenuidade, mas Isócrates não era um traidor: segundo uma tradição (que, se fôsse verdadeira, seria um belo símbolo), êle morreu de desgosto ante a notícia da derrota de Queroneia...

57. ISÓCRATES, *Panegírico*. — 58. *Arquidamo*. — 59. *A Níocles; Níocles; Eudógoras*. — 60. *Panatenáica*. — 61. *Filipe*.

O HUMANISMO DE ISÓCRATES

Mas o ideal político de Isócrates só nos interessa, aqui, pelas muito estreitas relações que o ligam a seu ideal pedagógico e cultural. Em que se estriba, desde logo, seu tão agudo sentimento da unidade dos gregos? Não tem esta, por origem, uma comunidade de raça; se é certo que ela pressupõe um ideal comum de "liberdade e autonomia", êste clima político é, apenas, um aspecto particular de um ideal mais vasto, de toda uma concepção do homem. O que peculiariza o homem grego não é somente a raça, mas o espírito: "Chamamos gregos aos que têm, em comum conosco, a cultura, antes que aos que têm o mesmo sangue⁶²."

Também neste ponto temos a impressão de chegar ao limiar de uma época e de um mundo novo: numa tão formal tomada de posição, já se exprime todo o ideal dos tempos helenísticos: a cultura como bem supremo... Mais ainda: esta cultura nacional é, sem dúvida, obra de todos os gregos, de toda a história, de todas as cidades gregas; ela é, porém, a um grau eminente, obra de Atenas, "escola da Grécia", como Isócrates gosta de repetir⁶³ com Tucídides⁶⁴. Sua verdadeira grandeza reside nesta superioridade que se manifesta no plano cultural⁶⁵; daí a atitude política de Isócrates: uma Atenas à mercê dos demagogos, que se torna inimiga de seus melhores filhos, de uma elite sobre a qual repousa sua cultura e, portanto, sua glória, uma Atenas degenerada não seria mais Atenas, não teria mais nada a defender, nem mereceria mais ser defendida (13).

Assim, o ideal cultural de Isócrates e a educação por êle requerida podiam parecer-nos, de início, bem frívolos: esta "filosofia" não era, essencialmente, "filologia", amor de bem falar?⁶⁶ Eles vão dar, porém, transcendendo-se, num magnífico ideal de valor universal: pois esta linguagem (λόγος) é, como o sabemos, o Verbo, que faz do homem um Homem, do grego um

62. *Panegírico*, 50. — 63. *Sôbre a Troca*, 295-297. — 64. *Tucídides, História da Guerra do Peloponeso*, II, 41. — 65. *ISÓCRATES, Sôbre a Troca*, 293-299; 302. — 66. *Idem*, 296.

civilizado, digno de impor-se, como de fato se imporá, através da gesta de Alexandre, ao mundo bárbaro, subjugado e conquistado por sua superioridade. Avaliamos, nisto, tôda a distância que separa a retórica formal e o pragmatismo cínico dos Sofistas da circumspecta e séria educação isocrática. No pensamento e no ensino de Isócrates, forma e conteúdo mostram-se inseparáveis.

Supondo-se que de início o orador seja animado tão-só por uma ambição de ordem puramente literária, se quiser realmente produzir obra de arte, se quiser ser grande, interessar e comover seu público, não poderá contentar-se com assuntos insignificantes ou frívolos: ser-lhe-á necessário escolher um tema substancioso, humano, belo, elevado, revestindo alcance geral⁶⁷; re-encontramos aqui, desta vez fundada em razão, a tendência que assinalai como sendo uma das mais características da tradição clássica: dilatar o assunto por amplificação progressiva, de maneira a atingir o universal, as idéias gerais, os grandes sentimentos generosos; tendência cujos malefícios cumpre combater mais tarde, por ser ela a causa desta banalidade vazia que apresentam tantas obras oriundas do academismo clássico. Mas estamos ainda em seu comêço, e, em Isócrates, aparece ela como um notável progresso, alargando o horizonte e a ambição do orador: ela se opõe, nêle, não sômente ao mero virtuosismo do sofista, mas também ao ofício rasteiro do logógrafo⁶⁸, ao discurso judiciário, que concerne apenas a sórdidos interêsses particulares; Isócrates milita em prol do discurso "político", capaz de interessar ao mais vasto público pelo fato de explorar temas de interêsse geral, de interêsse humano.

Além do mais, esta formação possui, por si mesma, uma virtude moral: supondo ainda que o orador procure apenas triunfar, persuadir, produzir uma bela obra, êle será, naturalmente, levado a escolher, para isso — assegura-nos o cândido e reto espírito do velho mestre⁶⁹ — os assuntos mais condizentes com a virtude. Mais ainda, será, forçosamente, levado a transpor a virtude de sua palavra para seus costumes, para sua vida, porque a personalidade inteira do orador se encarna em seus dis-

67. Idem, 275-276; cf. 46; *Filipe*, 10; *Panatenáica*, 246. — 68. *Sobre a Troca*, 46. — 69. Idem, 277.

cursos ⁷⁰; a autoridade pessoal que lhe confere uma vida virtuosa dá-lhe mais pêso do que lhe podem dar os artifícios da mais consumada das artes.

Assim, pouco a pouco, entre as mãos de Isócrates, a retórica transmuda-se em ética. Sem dúvida êle se recusa a compartilhar daquilo que acredita ser uma ilusão dos socráticos, a saber, que a virtude se possa ensinar e que seja da ordem do conhecimento ⁷¹: pelo menos, está persuadido de que aplicar o pensamento a um grande tema, digno dêle, é um meio seguro de contribuir para a educação do caráter, do senso moral, da nobreza de alma: "Uma palavra verídica, conforme à lei e justa, é a imagem de uma alma boa e leal ⁷²." Por esta imperceptível extrapolação da literatura para a vida (admitindo-se que os hábitos morais contraídos em uma se transfiram, necessariamente, para a outra ⁷³), por todo êste idealismo simples, por esta ilimitada confiança nos poderes do verbo (estamos a mil léguas dos angustiosos problemas que debatem, a respeito da linguagem, homens como J. Paulhan e B. Parain), Isócrates aparece, realmente, como a fonte de toda a grande corrente do humanismo escolar.

ISÓCRATES CONTRA PLATÃO

Eis-nos já bem distantes da filosofia, e, mormente, da filosofia platônica. A atitude de Isócrates com relação a esta e ao programa de educação que ela preicetua faz-me lembrar o julgamento sumário de Pascal sobre Descartes: "Inútil é incerto!" Para compreendê-la é necessário, sem dúvida, colocar-nos no plano que Isócrates jamais consente em deixar, a saber, o da vida quotidiana e da eficácia prática. Platão pretende impor-nos um imenso ciclo de estudos, tão complexo e difícil que elimina, de princípio, a maioria dos candidatos, e isto com o quimérico objetivo de fazer-nos assomar à ciência perfeita. Mas na vida prática não há ciência possível, a tomar-se a palavra no sentido preciso que assume, em Platão, o termo *ἐπιστήμη*: conhecimento ra-

70. Idem, 278. — 71. Idem, 274; *Contra os Sofistas*, 21. — 72. *Nicoles*, 7.
— 73. *Sobre a Troca*, 277.

cional e demonstrado⁷⁴. Situamo-nos diante de um problema concreto: trata-se de saber o que fazer e o que dizer. Jamais haverá uma ciência teórica bastante exata para ditar-nos a conduta a seguir. O homem "verdadeiramente culto" (παιδευμένος) é, segundo professa Isócrates, o que tem o dom de "atinar" com a boa solução (ἐπιτυγχάνειν) ou, então, com a menos má, com a mais adequada à conjuntura (καιρός), e isto pelo fato de ter uma "opinião" justa (δόξα)⁷⁵. Esta palavra, depreciada por Platão, define, ao contrário, para o modesto Isócrates, o horizonte efetivamente acessível, a única ambição que o homem possa realizar.

Se a ciência é inacessível, de que vale, na perspectiva de um resultado tão incerto, esforçar-se tanto e blasonar tantas pretensões?! Conforme o próprio Platão o declara, a ciência do filósofo é inútil, porquanto este, falto de uma cidade verdadeira e sadia, está condenado a voltar-se para a cidade ideal, para este sonho que ele transporta no bôjo de sua alma, por isto que, na cidade real, está, como o vimos, fadado ao ridículo, ao malôgro, à perseguição — à morte!

Já Isócrates resolveu consagrar-se a uma tarefa de eficácia mais certa e cuja urgência é, ademais, imediata: plasma seus discípulos na experiência, na prática da vida política, preferindo ensiná-los a formarem uma opinião razoável sobre as coisas úteis, a fazê-los queimarem as pestanas em busca de certeza sobre questões perfeitamente inúteis⁷⁶, como a duplicação do cubo ou a classificação dicotômica do pescador de anzol⁷⁷. Não se cogita de ascender ao céu das Idéias nem de brincar com paradoxos: a conduta da vida reclama não idéias admiráveis e novas, mas comprovado bom senso, o bom senso da tradição⁷⁸.

"ESPRIT DE FINESSE, ESPRIT GÉOMÉTRIQUE"

Em última análise, a oposição de Isócrates a Platão é a do "esprit de finesse" ao "esprit géométrique". Isócrates procura desenvolver em seu discípulo o espírito

74. Idem, 184. — 75. Idem, 271; *Panatenaica*, 30-32. — 76. *Elogio de Helena*, 5. — 77. Cf. PLATÃO, *O Sofista*, 218e s. — 78. ISÓCRATES, *A Nicócles*, 41.

de resolução, o sentido da intuição complexa, a percepção destes imponderáveis que dirigem a "opinião" e a tornam justa. A cultura literária, a arte (e não a ciência) da palavra constituem o instrumento que pode servir para aguçar o senso de julgamento. O instrumento, por si só, não basta, mas é necessário, ainda, o dom, porque no domínio da realidade moral e humana não pode existir procedimento coercitivo que permita obter, de um espírito qualquer, desde que seja racional, um resultado certo. Nada de mais absurdo, aos olhos de Isócrates, que a pretensão socrática de fazer da "virtude" um conhecimento, uma ciência do gênero das matemáticas, e passível, por conseguinte, de ser ensinada⁷⁹.

Cumprе aprofundar a conexão empírica que estabelecemos entre retórica e moral e retomar, em um sentido muito mais sutil, a relação íntima que se estabelece, na arte oratória, entre a forma e o fundo. Estes dois aspectos são, como dizíamos, inseparáveis. Com efeito, o esforço para conseguir a expressão adequada exige e desenvolve uma agudeza de pensamento, um senso dos matizes que o pensamento conceptual não explicitaria sem esforço e que nem sempre é, talvez, capaz de explicitar. A idéia é familiar a todo leitor de Valéry ou de Bremond: há coisas que o poeta sente e faz sentir, e que o sábio, com seu passo lento, busca, em vão, alcançar. Conquanto esta educação oratória, de aparência puramente estética, vise formar apenas "virtuosos da frase", ela é, na realidade, entre todas, a mais eficaz para desenvolver a sutileza de pensamento.

"A palavra adequada é o mais seguro indicio do pensamento reto⁸⁰": esta idéia, fundamental em Isócrates, tem uma profundidade e um alcance de que éle próprio, talvez, não haja suspeitado. Teria sido bom fôsse éle dotado ainda de mais "esprit de finesse", fôsse menos prosaico e mais consciente dos valores propriamente poéticos da prosa de arte: teria, então, podido invocar, contra Platão, o exemplo do próprio Platão, e opor, ao cientificismo renitente de sua teoria, a prática do escritor; vimos tudo aquilo que, na pena de Platão, exprimem, como valores, o mito, a poesia, a arte

79. *Contra os Sofistas*, 21; *Sobre a Troca*, 274. — 80. *Nícocles*, 7; *Sobre a Troca*, 255.

pura — a da preparação psicológica, do ritmo dos diálogos, a arte da frase, do vocábulo. Não terá sido aí, muitas vezes, mais que nos passos de dialética ressequida e laboriosa, que Platão alojou a essência mesma de sua mensagem, aquilo que há de mais sutil, de mais fino e de mais verdadeiro em todo o seu pensamento?

AS DUAS COLUNAS DO TEMPLO

Tais são os dois tipos fundamentais de educação, as duas orientações rivais que Platão e Isócrates imprimiram à pedagogia grega, àquilo que se vai tornar a tradição clássica. Para defini-los, fui levado a esquematizar e a enrijar um pouco a oposição entre um e outro. Com efeito, o ensino platônico e o ensino isocrático, paralelos e contemporâneos, jamais se defrontaram com tal rigor, como rivais e adversários.

Seria extremamente interessante — mas, creio que, no estado atual de nossa documentação, isto seja, de fato, impossível — reconstituir a história, presumivelmente complexa e matizada, de suas relações (14). Elas passaram por uma evolução. Cada um deles não tinha apenas um adversário único. Isócrates não era toda a retórica: vimo-lo opor-se à pura sofística de um Alcídamas. Platão não era toda a filosofia: os “erísticos” que Isócrates combate talvez sejam também, ou sobretudo, os Megáricos ou Antístenes. Entre os chefes das duas facções foi possível estabelecerem-se aproximações e alianças, para a luta contra um mesmo inimigo: uma frente comum dos Dogmáticos contra a crítica dissolvente da escola de Mégara, e mesmo uma frente dos “Ideólogos” ou apóstolos da alta cultura contra o espírito estreito dos políticos realistas.

Notar-se-á, sobretudo, que tais aproximações táticas foram acompanhadas, certamente, de troca de influências mútuas. Isócrates parece, realmente, receber influência de Platão ao conceder, às matemáticas e à filosofia, tão honroso lugar em sua cultura propedêutica. Não haverá, por outro lado, uma concessão de Platão a Isócrates, na forma de um reconhecimento da legitimidade da arte literária, neste manifesto em prol de uma retórica filo-

sófica que é o *Fedro*, e que, no seio mesmo da Academia, precisamente o jovem Aristóteles, "*docente-livre*" de retórica, será incumbido de aplicar? (15)

Entre Isócrates e Platão há, portanto, não apenas rivalidade, mas emulação, e isto interessa ao desenvolvimento da nossa história: aos olhos da posteridade, a cultura filosófica e a cultura oratória aparecem, realmente, como rivais, mas também como irmãs; elas têm não apenas uma origem comum, mas também ambições paralelas e, por vezes, idênticas; são, como dizíamos, duas variedades de uma mesma espécie: o debate que mantiveram enriqueceu a tradição clássica, sem comprometer-lhe a unidade. À porta do santuário em que vamos entrar postam-se, de um lado e de outro, como dois pilares, como dois robustos atlantes, as figuras destes dois grandes mestres, "equilibrando-se e como que respondendo-se mutuamente" (ἀντιστρόφους καὶ σύζυγας)⁸¹.

81. Cf. ISÓCRATES, *Sobre a Troca*, 182.

SEGUNDA PARTE

QUADRO DA EDUCAÇÃO CLÁSSICA
NA ÉPOCA HELENÍSTICA

CAPÍTULO I

A CIVILIZAÇÃO DA "PAIDÉIA"

Eis-nos chegados ao âmago mesmo do nosso assunto: o estudo da educação antiga vai tornar-se agora verdadeiramente proveitoso. O que justifica e recompensa o lento trabalho do historiador, seja qual fôr o objeto escolhido para estudar, é menos a reconstituição das etapas de sua gênese que a análise e a compreensão do próprio objeto sob sua forma adulta, plenamente evoluída, carregada de valores. Somente a partir da geração seguinte à de Aristóteles e Alexandre o Grande a educação antiga se torna verdadeiramente uma educação, que atinge sua Forma clássica e, em suma, definitiva. Não mudará mais, ou, pelo menos, se sua história mostra ainda certa evolução (cuja cronologia é, infelizmente, por falta de documentação bastante densa e regularmente repartida, difícil estabelecer), esta não representa quase nada além do acabamento de um processo bem preparado desde o início, nada além do desdobramento, o desabrochar de caracteres já virtualmente adquiridos.

No decorrer dos séculos seguintes, a educação clássica acabará de perder muito do que podia restar do seu caráter nobre (conquanto ela devesse sempre permanecer por si mesma um fator de aristocracia); o papel da cultura física continua a apagar-se progressivamente (não, aqui e acolá, sem atrasos e resistências) em proveito dos elementos propriamente espirituais, e, no interior destes, o aspecto artístico e notadamente musical cede definitivamente o passo aos elementos literários: a educação, embora permanecendo acima de tudo moral, torna-se mais livresca e, por consequência natural, mais escolar; a escola, que se afirma e se desenvolve enquanto instituição, suplanta lentamente o meio, natural ou eletivo, do clube de juventude com sua atmosfera característica de relações mais ou menos pas-

sionais entre mais velho e mais mção. A mudança acaba de verificar-se na direção do que chamei uma educação de escribas.

Mais uma vez, porém, essa evolução é dada desde o início como aceita: se o ginásio, como centro esportivo, permanece de início como quadro simbólico da fase final da educação, se é necessário esperar o Baixo Império romano para ver os pequenos escolares receberem como modelo de escrita máximas do tipo: "Aprender bem as letras é o começo da sabedoria", 'Αρχὴ μεγίστη τοῦ φρονεῖν (ou: τοῦ βίου) τὰ γράμματα¹, o princípio, que os costumes realizaram apenas progressivamente, é adquirido desde o início; Aristóteles já o formulou nitidamente²: o estudo das letras, diz-nos, desempenha um papel de primeiro plano na educação, porque, além de sua utilidade prática no plano da vida profissional, familiar e política, são elas o instrumento "pelo qual se pode adquirir uma multidão de outros conhecimentos", e se colocam, por conseguinte, na base de toda formação.

A educação helenística é realmente o que devemos chamar a educação clássica: é a de todo o mundo grego, quando se estabiliza após as grandes aventuras da conquista de Alexandre e das guerras que sucederam a sua morte. Ela permanece em voga, em todo o mundo mediterrâneo, por tanto tempo quanto este merece ser considerado antigo. Ultrapassa, com efeito, a era propriamente helenística para estender-se pelo período romano.

Não houve, digamo-lo desde já, nem educação, nem tampouco civilização autônomas propriamente romanas: a Itália e, depois, com ela, todo o Ocidente latinizado foram anexados à área da civilização helenística que merece ser conhecida sob o nome, que, com seu cômodo pedantismo, lhe dão os eruditos alemães, de *hellenistisch-romische Kultur*. Há realmente, sem dúvida, uma originalidade latina, mas ela constitui apenas uma faceta secundária dessa civilização, não uma civilização distinta:

1. P. COLLART, *Les Papyrus Bouriant* (Paris, 1926), I, 169; W. E. CRUM, (com H. E. WINLOCK e H. G. EVELYN WHITE), *The Monastery of Epiphanius at Thebes*, (II, Coptic, Greek ostraca and papyri, New-York, 1926), II, 615; FR. PREISIGKE (continuado por F. BILABEL, etc.), *Sammelbuch griechischer Urkunden aus Ägypten*, 6218. — 2. ARISTÓTELES, *Política*, VIII, 1338 a 15-17, 36-40.

a educação romana, que estudarei na Terceira Parte, é apenas uma adaptação da educação helenística aos centros de expressão latina. Quanto ao Oriente grego, a conquista romana, a substituição da autoridade dos diversos dinastas pela do povo-rei, representado por um procônsul todo-poderoso à espera de que o seja pelo imperador-deus —, não influenciou ponderavelmente nem a civilização, nem a vida cultural, nem em particular a tradição educativa.

Se uma classificação cronológica atenta dos dados epigráficos e papirológicos atesta que certas inovações pedagógicas só aparecem na época imperial, trata-se apenas de pequenos detalhes cujo conjunto não seria suficiente para caracterizar uma educação específica da época romana. Com efeito, em toda a metade oriental do mundo mediterrâneo, a educação helenística se perpetuou, sem solução de continuidade, durante toda a idade romana, e mesmo depois dela, porquanto, vê-lo-emos, o triunfo do cristianismo não acarretou a revolução pedagógica com a qual um espírito moderno contaria: é através de toda a história bizantina que se entende o destino da educação clássica.

O ESTADO DA QUESTÃO

Estamos, pois, bem no coração do assunto. Infelizmente, a insuficiência dos trabalhos de apoio torna muito difícil o bosquejo do quadro esperado: uma síntese rápida, como esta, supõe já os resultados de um paciente trabalho de análise suficientemente avançado. Mas a educação helenística foi muito menos estudada que a do período anterior ou que a educação romana (1). Não que os materiais faltem: ao contrário, superabundam; à contribuição da tradição literária (em que se multiplicam os tratados e manuais pedagógicos) juntam-se agora um rico material epigráfico, precioso para o estudo das instituições (escolas e concursos), e a inapreciável contribuição das escavações do Egito, cujos papiros, ostracites e tabuletas (2) nos fazem penetrar na própria intimidade da vida escolar: podemos estudá-la através de documentos diretos, livros e deveres de alunos. Mas esses materiais, embora de muito acessíveis

e, enfim, já reunidos, ainda não foram explorados como merecem. Por outro lado a exposição que vou tentar é pelo menos prematura: possa a inevitável imperfeição de tal esboço provocar a legítima emulação de um especialista e levá-lo a preencher, enfim, essa lamentável lacuna (3).

Mede-se aqui o que há de anárquico na conduta da pesquisa científica: seja qual fôr o mérito dos trabalhos de que o período helenístico havia sido objeto desde sua descoberta por Droysen, foi necessário esperar todos êsses últimos anos para ver enfim aparecerem estudos satisfatórios sobre sua civilização (4). Se entretanto se houvesse consagrado ao seu estudo um décimo dos esforços despendidos na França em refinar sobre a definição do purismo da idade de ouro, do século de Péricles, na Alemanha em exaltar as virtudes do arcaísmo e do dorisismo, na Itália em perseguir a quimera de uma autonomia da latinidade, não estaríamos a lamentar uma lacuna tão grave em nosso conhecimento do passado, no de nossa própria tradição ocidental.

Insisto ainda, porque é êste o fato básico a captar: se a antiguidade fecundou tôda nossa tradição européia, se êste arcaísmo, êste aticismo, sucessivamente tão celebrados, se o espírito propriamente romano puderam agir sobre tão longa sequência de gerações, deu-se isto na medida em que sua contribuição criadora foi recolhida, integrada e transmitida por essa tradição clássica a que a educação helenística conferiu sua Forma e da qual a educação helenística representa a síntese e como que o símbolo.

A EDUCAÇÃO NO CENTRO DA CIVILIZAÇÃO HELENÍSTICA

Mesmo sem ter em conta as perspectivas longínquas em que acabamos de inseri-la, essa educação merece a atenção do historiador: sua importância na história do período helenístico é tão grande que devemos considerá-la como o verdadeiro centro de todo quadro sincero dessa civilização.

É trivial constatar a brusca mudança de escala que a conquista de Alexandre ocasionou no mapa da área ocupada pelo helenismo: sua fronteira oriental recua de

um salto quatro mil quilômetros, da margem extrema do Egeu ao Syr-Dária e ao Indo; a guerra terá doravante por objeto vastos impérios e não mais alguns pés de oliveira nas minúsculas planícies do Lelante ou de Crissa.

Nesse horizonte imensamente alargado, o quadro tradicional da cidade antiga desaparece ou pelo menos se apaga no segundo plano. Certamente, há sempre cidades de tipo grego, até mais do que nunca: salvo no Egito, a política de helenização dos monarcas sucessores de Alexandre traduz-se pela criação ou desenvolvimento de centros urbanos organizados à moda grega. Sem dúvida, também, a vida "política" permanece ativa, mesmo no plano exterior: há sempre, na época helenística, guerras entre cidades, alianças, tratados (vemos mesmo duas rivais recorrerem à arbitragem não do soberano, mas de uma terceira cidade): é que o reino helenístico continua ainda uma superestrutura, superimposta, cujas rodagens têm tendência a reduzir-se ao mínimo e repousar, o máximo possível, sobre as instituições já existentes das cidades; reencontraremos a mesma atitude, por longo tempo ainda no Alto-Império romano.

Entretanto essa atividade da cidade tem quase apenas uma importância municipal (vital talvez para seus membros, bem entendido): a cidade é apenas a pequena pátria; não é mais a categoria fundamental, a norma suprema do pensamento e da cultura.

A despeito das aparências, e no momento de suas exigências, não é o Estado monárquico que lhe sucede: inorgânico, incerto de si próprio, desmembrado e remembrado, ao sabor das aventuras guerreiras ou dinásticas, joguete da Fortuna, Τύχη (que se torna a grande deusa, em detrimento das velhas divindades protetoras da cidade) o Estado não tem mais a ascendência necessária para impor ao homem uma disciplina fundamental, a que dá um sentido ao mundo e à vida. Antes que súdito lágida ou selêucida, o Sábio helenístico crê-se e proclama-se κοσμοπολίτης, "cidadão do mundo (5)", e (pelo menos até o apogeu do Império) êste termo implica numa negação, numa superação da cidade bem mais que na afirmação positiva de uma unidade concreta da humanidade, cuja realidade é ainda impensável³.

3. TERTULIANO, *Apologeticum*, 38, 3.

O verdadeiro herdeiro da cidade antiga não é, como se diz muitas vezes com um matiz pejorativo, o indivíduo, mas a pessoa humana, que, liberta do condicionamento coletivo, do encastramento totalitário que lhe impunha a vida da cidade, toma agora consciência de si própria, de suas possibilidades, de suas exigências, de seus direitos. A norma, a justificação suprema de toda existência, comunitária ou individual, reside doravante no homem, entendido como personalidade autônoma, justificada em si mesma, encontrando, talvez além do Eu, mas através do Eu e sem renunciar jamais à sua individualidade, a realização de seu ser. [Mais que nunca, o homem grego se crê o centro e "a medida de todas as coisas", mas este humanismo agora tomou consciência de sua exigência personalista: para o Helenístico, a existência humana não tem outro fim senão atingir a forma mais rica e a mais perfeita de personalidade; como o coroplasto modela e decora as figuras de argila, cada homem deve propor-se, como tarefa fundamental, modelar sua própria estátua; já citei esta fórmula famosa: ela é do serôdio Plotino, mas a idéia está subjacente a todo o pensamento helenístico. Fazer-se a si mesmo: extrair, da criança que antes se foi, do ser mal delineado que se arriscaria permanecer, o homem plenamente homem cuja imagem ideal se entrevê — tal é a obra de toda a vida, a única obra a que essa vida possa ser nobremente consagrada.]

Mas que é isso, senão levar a seu limite, consagrando-a como um absoluto, a noção mesma de educação: esta (a παιδεία) não é mais apenas a técnica própria para a criança (παῖς) que a equipa e a prepara desde cedo para tornar-se um homem; por uma ampliação notável (αύξησις) a mesma palavra, em grego helenístico, serve para designar o resultado desse esforço educativo, continuado para além dos anos escolares durante toda a vida a fim de realizar mais perfeitamente o ideal humano: παιδεία (ou παιδευσις) vem a significar a cultura, entendida não no sentido ativo, preparatório, de educação, mas no sentido perfectivo que a palavra tem hoje entre nós: o estado de um espírito plenamente desenvolvido, tendo desabrochado todas as suas virtualidades, o do ho-

mem tornado verdadeiramente homem; é notável constatar que quando Varrão e Cícero tiverem de traduzir *παιδεία*, preferirão dizer em latim *humanitas*⁴ (6).

Essa transfiguração da noção, tão humilde na origem, de educação, reflete-se também no plano coletivo. O que faz, doravante, a unidade do mundo grego, assim estendido às proporções da *οικουμένη*, do "universo habitado" (entenda-se: por homens dignos dêste nome, por civilizados)? Menos que nunca, é o sangue: Isócrates já o havia sugerido, mas isso é mais verdade ainda na época helenística quando o helenismo incorpora e assimila tantos elementos de origem estrangeira, iranianos, semitas, egípcios! De modo algum se trata da unidade política, que quase não sobrevive à morte de Alexandre: não pode ser mais que o fato de comungar um mesmo ideal, o mesmo pensamento relativo à finalidade essencial do homem e aos meios de atingi-la, em uma palavra, a comunidade de civilização, ou, para melhor dizer, de cultura.

Saliento, uma vez mais, o matiz personalista que essa palavra possui em francês, em que o gênio da língua a opõe nitidamente à noção coletiva de civilização (a "culture" não equivale absolutamente ao alemão *Kultur*). Ora, o que os gregos possuem em comum é, precisamente, um tal ideal de vida pessoal; não é necessariamente tal forma de vida social, a cidade, por exemplo. Se o quadro municipal, com suas instituições características, permanece como o quadro mais favorável ao pleno desabrochar da vida civilizada, o quadro normal da vida grega, não é mais o quadro necessário, visto haver gregos, e vivendo à moda grega, fora de cidades organizadas, como na *χώρα*, a "terra baixa" do Egito. Não, o que une todos os gregos sem exceção, gregos da própria Grécia, emigrantes aglomerados desde o deserto da Líbia até às estepes da Ásia central, bárbaros, enfim, recentemente helenizados, é o fato de buscarem êles adaptar-se a um mesmo tipo ideal de humanidade, o fato de terem recebido a mesma formação orientada para êsse fim comum, — a mesma educação.

4. AULO GÉLIO, *Noites Aticas*, XIII, 16, 1.

Por tôda parte onde aparecem e se instalam gregos, quer nos povoados do Fayum, para onde os Ptolomeus levam uma colonização militar⁵, quer na Babilônia⁶, quer na longínqua Susiana⁷, vemo-los logo implantar suas instituições, seus estabelecimentos de ensino, escolas primárias e ginásios. É que a educação tem para êles uma importância primordial: isolados nessa terra estrangeira, querem, antes de tudo, apesar da influência do meio, conservar para seus filhos o caráter de helenos ao qual se apegam acima de tudo; a educação clássica é essencialmente uma iniciação à vida grega que modela a criança e o adolescente em função dos costumes nacionais e submete-os ao estilo de vida característico que distingue o homem do bruto, o heleno do bárbaro.

Se procurarmos determinar como êles exprimem a noção que traduz, entre nós, em sua acepção abstrata, a palavra "civilização", teremos a surpresa de constatar que se trata, ainda, à custa duma segunda ampliação, da mesma palavra παιδεία (παίδευσις). Todavia, se fôsse necessário definir a originalidade da civilização helenística com relação à da cidade antiga que a precedeu no tempo e com relação à da Cidade de Deus que a segue (a civilização cristã do Baixo Império constantiniano, da cristandade medieval, ocidental ou bizantina), eu diria que entre a civilização da πόλις e a da Θεόπολις, ela nos aparece como uma civilização da παιδεία.

Basta notar o lugar crescente que tomam no pensamento grego as noções de educação. Platão, vimo-lo, e Aristóteles, ainda depois dêle⁸, tratam da educação apenas no quadro e em função do problema político; os filósofos helenísticos, ao contrário, consagram-lhe de boa mente um tratado autônomo, περὶ παιδείας ou περὶ παιδων ἀγωγῆς; depois de Aristipo⁹, êste precursor, foi êsse notadamente o caso dos discípulos de Aristóteles, Teofrasto¹⁰ e Aristóxeno¹¹, e dos grandes Estóicos, êstes campeões do helenismo, Cleanto¹², Zenão¹³, Crisipo¹⁴; outros ainda: Clearco de Soles¹⁵ ou Cleômenes¹⁶.

5. *Ægyptus*, Rivista di Egittologia e di Papirologia, XI (1930-31), 485. — 6. J. HONDIUS, etc., *Supplementum Epigraphicum Graecum*, VII, 39. — 7. Idem, 3. — 8. ARISTÓTELES, *Política*, VII-VIII. — 9. DIÓGENES LAÉRCIO, *Vidas dos Filósofos*, II, 85. — 10. Idem, V, 42. — 11. Idem, VIII, 15. — 12. Idem, VII, 175. — 13. Idem, VII, 4. — 14. QUINTILIANO, *Instituição Oratória*, I, 11, 17. — 15. DIÓGENES LAÉRCIO, *Vidas dos Filósofos*, I, 9. — 16. Idem, VI, 75.

Para os homens dessa época, a cultura pessoal, tal qual a educação clássica permite adquiri-la, aparece como "o bem mais precioso que seja dado aos mortais": a fórmula repetida por Platão¹⁷ é de Menandro¹⁸; ela será constantemente repetida nos mesmos termos, durante oito séculos¹⁹, até aos longínquos, mas fiéis herdeiros, que são o pagão Libânio²⁰ e São Gregório de Nazianza²¹.

O primeiro de todos os bens; em um sentido o único bem. Reterei esta anedota característica: após a tomada de Mégara, Demétrio Poliorceto quis indenizar o filósofo Estilpão pelos prejuízos que êle podia ter sofrido em consequência da pilhagem; pediu-lhe fizesse um inventário estimativo. Estilpão respondeu "que não havia perdido nada do que lhe pertencia, porque ninguém lhe havia arrebatado sua cultura, παιδεία, visto que conservava eloquência e saber": λόγος, ἐπιστήμη²².

A RELIGIÃO DA CULTURA

Por essa razão encontramos, em tantos monumentos funerários, epitáfios, baixos-relevos ou estátuas, uma evocação da cultura intelectual dos defuntos. Deva-se isso à sua vontade expressa ou à iniciativa dos seus herdeiros, êles nos são apresentados sob os traços de homens de letras, de oradores, de filósofos, de amadores de artes, de músicos (7).

Êsses monumentos não pertencem, necessariamente, como se pensou inicialmente, a intelectuais de ofício, professores, artistas ou escritores: sabemos hoje que êles foram, o mais das vezes, dedicados a particulares cuja atividade profissional podia ter-se exercido num domínio absolutamente diverso: são médicos, oficiais, comerciantes; porém, o que quer que tenham sido, todos quiseram lembrar sobre seu túmulo uma só coisa: que haviam sido iniciados na ciência das Musas e tiveram acesso a êsse tesouro incomparável, a cultura do espírito.

17. PLATÃO, *As Leis*, I, 644b. — 18. MENANDRO, *Sentenças Monásticas*, 275. — 19. PLUTARCO, *Sobre a Educação das Crianças*, 5 D; CLEMENTE DE ALEXANDRIA, *Pedagogia*, I, 16, 1. — 20. LIBÂNIO, *Discursos*, LII, 13. — 21. Idem, XLIII, 11, 1. — 22. DIÓGENES LAÉRTIO, *Vidas dos Filósofos*, II, 115; cf. PLUTARCO, *Sobre a Educação das Crianças*, 3 F-6 A.

O testemunho desses monumentos revelou-se bastante preciso para evocar toda uma gama de crenças singulares, que eles nos permitiram conhecer melhor e cuja ampla difusão nos revelaram: todas essas crenças exprimem à sua maneira uma mesma superelevação metafísica dos valores culturais.

A civilização helenística atribui tanta importância a estes, que a seus olhos a felicidade suprema não se pode conceber senão sob a forma da vida do letrado ou do artista. A imagem depurada que se faz doravante da vida eternamente feliz que fruem as almas dos heróis nos Campos Elisios no-las mostra entregando-se às alegrias supremas da arte e do pensamento; no meio de uma primavera eterna, entre prados cobertos de flores e refrescados por águas correntes, encontram "discussões para os filósofos, teatros para os poetas, coros de dança e concertos; conversações bem arranjadas em torno da mesa dos banquetes": assim fala o retórico desconhecido que escreve, no primeiro século antes de nossa era, o diálogo pseudo-platônico *Axiochos*²³.

Assim, a vida cultural aparecia como um reflexo sobre essa terra, uma prelibação da vida feliz das almas favorecidas pela imortalidade. Melhor ainda, ela era o meio de obter este privilégio: o trabalho da inteligência, o cultivo das ciências e das artes, era um seguro instrumento de ascese que, purificando a alma das máculas da paixão terrestre, a libertava pouco a pouco dos liames acabrunhantes da matéria. Após uma vida inteiramente consagrada ao serviço das Musas, podia-se seguramente contar com o patrocínio destas deusas, que chamariam a si e introduziriam nas esferas astrais as almas assim preparadas para tornarem-se dignas de tal honra.

Essa doutrina singular da imortalidade merecida pela cultura é muito antiga: aparece nitidamente por ocasião da morte de Pitágoras, a quem Metaponte e Crotona renderam as honras divinas reservadas até então aos heróis fundadores ou salvadores de cidades. Na época clássica, a heroização pela cultura constitui privilégio

23. [PLATÃO], "*Axiochos*", 371cd.

de sêres excepcionais, grandes sábios, fundadores de seitas: depois de Pitágoras, Platão, vimo-lo, beneficiou-se disto. Mas, na época helenística e romana, estende-se êle largamente: a heroização torna-se, de resto, coisa banal e parece doravante normal que todo poeta, todo pensador, todo artista, todo letrado, todo discípulo das Musas, possa aspirar a ela: todos podem reivindicar o belo título de μουσικός ἀνὴρ, "homem das Musas ²⁴", santificado e salvo por elas.

Sem dúvida tal misticismo não era professado de maneira consciente e com uma fé tão intrépida por todos os letrados; mas algo dêle irradiava, mais ou menos, sobre a cultura de todos: coisa divina, passatempo celeste, nobreza da alma, a παιδεία revestia-se de uma espécie de luz sagrada que lhe conferia uma eminente dignidade, de ordem propriamente religiosa. Da desordem profunda nascida do brusco desmoronamento das antigas crenças, ela permanecia como o único valor inabalado, autêntico, ao qual o espírito do homem podia apegar-se: erigida à altura dum absoluto, a cultura helenística acaba por tornar-se bem o equivalente de verdadeira religião.

24. *Inscriptiones Graecae*, XIV, 2000.

CAPÍTULO II

AS INSTITUIÇÕES EDUCATIVAS

Sob sua mais completa forma, a educação helenística supõe um conjunto complexo de estudos, que vai dos sete aos dezenove ou vinte anos. Apoiar-me-ei, para precisar-lhe os estágios, na velha divisão de Hipócrates (sem ser enganado pelo seu rigor simétrico: sabe-se quanto a Antigüidade, de Pitágoras às alegorias bíblicas dos Padres da Igreja, se comprouve em especular sobre os números). Hipócrates, diz-se¹, dividia a vida humana em oito períodos de sete anos: a educação clássica reclamava para si os três primeiros, designados pelos nomes de παιδίον, "criancinha" (abaixo de sete anos), παῖς, "criança" (de sete a catorze anos), e μετώριον, "adolescente" (de catorze a vinte e um). Aristóteles desdobra-nos um quadro análogo, e a análise que dêle faz permite-nos visualizar melhor seu conteúdo real.

Até os sete anos, a criança permanece com sua família, sob os cuidados das mulheres; os antigos, tão preocupados com a finalidade humana da educação (a criança como tal não lhes interessa), quase não se ocupam com essa primeira fase, que para eles não faz parte ainda da παιδεία no sentido pleno da palavra. A partir dos sete anos, e teoricamente até os catorze (Aristóteles diz mais vagamente até à puberdade, ἡβή), estende-se o período escolar: mais ou menos equivalente ao nosso curso primário. O período seguinte culmina de certo modo com um estágio de formação cívica e militar, a efêbia.

Mas, salvo em alguns casos excepcionais (o do Egito, país colonial, onde a efêbia se situa precisamente nos ca-

1. PÓLUX, *Onomasticon*, II, 4; CENSORINO, *Sobre a Data Natalícia*, XIV, 3-4; ARISTÓTELES, *Política*, VII, 1336 a 23-24; VIII, 1338 b 39 - 1339 a 8.

torze anos; também, nós o vimos, o da austera Esparta, onde a efebia ocupa tôda a adolescência), êsse estágio situa-se sômente no fim do terceiro período: o mais das vêzes, exige apenas um ano, muito mais raramente dois, e mesmo três; mas sempre entre o déciino oitavo e o vigésimo ano.

Assim, entre a saída das escolas elementares e a entrada na efebia se estendia um período para o qual a antiga tradição nada havia previsto: era um período vazio, a idade turva da iniciação nos amôres sórdidos. Mas, na época helenística, êsses anos de adolescência são aproveitados e consagrados aos "outros estudos", ἄλλοις μαθήμασι, como diz Aristóteles², cuja necessidade Platão e Isócrates haviam proclamado: o equivalente ao nosso ensino secundário, assegurando aos jovens sólida cultura geral e permitindo-lhes seguir mais tarde, com proveito, um curso de nível superior.

Êste corresponde, cronolôgicamente, à efebia; não que o ensino, essencialmente esportivo, que os efebos recebem nos ginásios, possa representar o equivalente ao nosso ensino universitário; mas, à sombra do ginásio, e dirigindo-se a jovens de idade efébrica, desenvolve-se um verdadeiro ensino superior, altamente técnico e oferecendo como o nosso diversas especialidades, rivais e paralelas: retórica, filosofia, medicina.

Enfim, no ápice disso tudo, aparecem em certos centros privilegiados, em Alexandria primeiro, depois em Pérgamo, mais tarde sob o Império, em Atenas, estabelecimentos científicos tais como o Museu, onde os sábios mais qualificados se entregam livremente à pesquisa e agrupam em tôrno de si jovens discípulos em verdadeiros seminários de altos estudos.

Bem entendido, sob esta forma completa, êsse ciclo de estudos jamais foi percorrido até o fim, salvo por uma pequena elite favorecida pelos bens da fortuna e do espírito; sômente os graus elementares eram franqueados a clientela maior; embora a educação clássica fôsse em princípio um privilégio do homem livre, os pequenos escravos nem sempre eram excluídos (1). Quanto às mãças, freqüentam doravante, a mesmo título que os rapazes, as escolas primárias e secundárias ou (mesmo

2. ARISTÓTELES, *Política*, VIII, 1339 a 5.

fora de Esparta) a palestra e o ginásio. O ideal da mulher helenística não é mais o do Iscômaco de Xenofonte, que assim descreve, com ingênua satisfação, o que era, no momento do seu casamento, a espôsa que havia escolhido³:

Tinha ela apenas quinze anos quando entrou em minha casa. Até essa idade vivera submetida a uma extrema vigilância, a fim de que não visse, não ouvisse e não perguntasse quase nada. Que podia eu desejar de melhor: encontrar nela uma mulher que soubesse tecer, fiar a lã para fazer um manto, que houvesse aprendido a distribuir o trabalho às servas fiandeiras? Quanto à sobriedade, haviam-na formado muito bem: excelente coisa, não é?

A INSTRUÇÃO PÚBLICA

Na época helenística, a educação deixa de estar entregue à iniciativa privada e torna-se normalmente objeto de uma regulamentação oficial. Eis aí um fato novo, ao menos por sua generalidade: Aristóteles, sem dúvida⁴, impõe ao legislador um dever estrito de legislar sobre a educação (*νομοθετητέον περὶ παιδείας*), mas, aqui, o grande filósofo fala como precursor da época helenística (2), porque em seu tempo⁵ a existência de uma verdadeira "instrução pública", assumida pelo Estado, permanecia uma originalidade das cidades "aristocráticas" (Esparta, Creta), cujas tendências totalitárias constatamos (3). Ao contrário, para os helenísticos, a legislação escolar tornou-se coisa normal, um dos atributos necessários do Estado civilizado: donde seu espanto quando encontram na Roma republicana um estágio de evolução arcaico, no qual a educação é ainda negligenciada pelo Estado⁶.

SEU CARÁTER MUNICIPAL

É necessário, sem dúvida, fornecer imediatamente algumas precisões. Em primeiro lugar, o Estado, no caso, é a cidade, a municipalidade, não o reino. O reino helenístico não é, como o Baixo Império romano, um Estado de pretensões totalitárias: num sentido, é um

3. XENOFONTE, *O Econômico*, 7. — 4. ARISTÓTELES, *Política*, VIII, 1337 a 33; cf. 11; X, 1180 a 24 s. — 5. Idem, IV, 1300 a 4-6. — 6. POLÍBIO ap. CÍCERO, *Da República*, IV, 3.

Estado "liberal", que reduz suas responsabilidades ao mínimo possível, possui apenas as engrenagens indispensáveis, feliz por desonerar-se confiando tanto quanto possível os serviços públicos ao escalão inferior das municipalidades: é em particular o caso das instituições educativas.

Veremos às vezes o soberano helenístico intervir na administração ou na política escolares, mas sempre em caráter privado, como "benfeitor", diríamos como mecenas. É necessário esperar o Império romano para ver o soberano intervir nesse domínio na qualidade de legislador, e veremos que isto se deu, antes de tudo, essencialmente para chamar as cidades a seu dever, não para substituí-las nisto.

A exceção, o Egito, confirma de algum modo a regra. Sabemos do desenvolvimento tardio que aí conheceram as instituições municipais; fora de Alexandria, o Egito lágida possui apenas duas ou três verdadeiras cidades: Náucrates, Ptolemaida, talvez Paretônio. Mas as instituições características da educação grega, escolas e ginásios, que, com o próprio helenismo, se haviam amplamente disseminado no país, aí também não foram mais que algures reivindicadas pelo rei, sem serem, entretanto, abandonadas a empreendimentos privados de caráter comercial: isto é certo, pelo menos, quanto à mais importante destas instituições, o ginásio, peça mestra do sistema educativo. Na medida em que o conhecemos, o ginásio do Egito lágida parece ter sido administrado e sustentado financeiramente por uma associação, talvez a dos antigos discípulos (οἱ ἐκ τοῦ γυμνασίου)⁷, associação estreitamente relacionada com a organização que agrupava os gregos habitantes de uma dada localidade, onde existia tal organização, como nas guarnições em que os soldados gregos se constituíam em πολιτεῦμα; melhor ainda, ali onde não existia no início, parece ter sido em torno do ginásio que uma tal organização paramunicipal, depois quase-municipal, teve nascimento e pouco a pouco se desenvolveu: a evolução somente se concluirá sob o Império romano; quando estiver completa, o ginásio egípcio terá abandonado o estatuto de

7. *Archiv für Papyrusforschung und verwandte Gebiete*, II, 528, 26; J. HONDIUS, etc., *Supplementum Epigraphicum Graecum*, VIII, 504; 531; 694.

associação privada para tomar, como por tôda parte no mundo grego, o de um estabelecimento público (4).

Este caráter municipal das instituições educativas torna difícil uma exposição sintética que seja a um só tempo exata e precisa. Sabe-se que apêgo apaixonado testemunharam os gregos ao ideal da liberdade e da autonomia: as cidades helenísticas, que não puderam sequer convir em adotar um calendário comum, não seguiram uma política escolar uniforme. As coisas complicam-se como qua de propósito: os mesmos títulos designam em tal e tal cidade magistraturas diferentes, ao passo que em outros casos funções homólogas são preenchidas por personagens revestidos de títulos diferentes...

Faz-se mister, portanto, proceder com precaução: não é verdade, para começar, que em tôdas as cidades helenísticas a educação se haja tornado, pura e simplesmente, uma instituição de Estado. Serviço de interesse geral a que o Estado não quer mais permanecer indiferente, ela é, mais ou menos por tôda parte, objeto da solicitude das cidades, mas não o é sempre no mesmo grau nem da mesma maneira em todos os seus escalões.

De tôdas as instituições educativas, a mais oficial, a única na realidade que permanece sempre uma instituição pública, é a efebia. Ela é muito geral e aparece por tôda parte onde o helenismo se implanta ou busca implantar-se. Para dizer a verdade, só conhecemos bem a história da efebia ateniense, mas esta parece realmente ter servido de modelo à das outras cidades helenísticas; podemos, em todo caso, tomá-la como padrão.

A EFEBIA ÁTICA

Quaisquer que sejam suas origens, próximas ou distantes, ou a data, contestada, de sua aparição, a efebia ática apresenta-se como uma adaptação aos costumes e ao regime democráticos do "treinamento espartano do hoplita: é um sistema de formação, cívica e sobretudo militar, do soldado-cidadão. Atestada em geral desde 370 aproximadamente⁸, essa instituição só recebeu sua forma definitiva numa data muito tardia: em seguida

8. *Esquines, Sobre a Falsa Embaixada*, 167.

ao revés de Queroneia (338), em virtude de uma lei devida, parece, a Epicrates⁹ e votada entre 337 e 335. Conhecemo-la graças a inscrições que no-la mostram funcionando regularmente a partir de 334-333¹⁰, e pela análise detalhada de Aristóteles¹¹, que a descreve tal qual pôde vê-la por volta de 325 (5).

Ela corresponde, então, exatamente ao serviço militar obrigatório, tal como foi organizado em nossos Estados modernos. Cada ano, os demos compunham, sobre a fé dos documentos do estado civil, a lista dos jovens que estavam atingindo a maioridade civil, ou seja, dezoito anos. Essa lista era submetida ao controle, à revisão da *Boulê*. Devidamente verificado seu título para gozar do direito de cidadania, os jovens conscritos eram alistados, enquadrados por um corpo de oficiais eleitos, e cumpriam dois anos de serviço: o primeiro passava-se nas casernas do Pireu, onde recebiam uma instrução física e militar; durante o segundo, entregavam-se a manobras de serviço em campanha, mantinham guarda nos postos fortificados da fronteira e preenchiam as funções de "militianos". Os efebos são alimentados pelo Estado e trazem um uniforme¹²: um grande chapéu (*πέτασος*) sobre os cabelos cortados curtos, e uma clâmide negra (que trocarão por uma branca em 166-168 de nossa era, ao menos para as cerimônias religiosas, em seguida a uma liberalidade de Herodes Ático¹³).

Assim, o efebo ateniense é, então, antes de tudo, um jovem soldado; mas, para ser preponderante, êsse caráter militar não é único: a efebria do quarto século, é, também uma sorte de noviciado cívico, de preparação moral e religiosa para o pleno exercício dos direitos e dos deveres do cidadão. É difícil, aliás, discernir, no estado atual de nossa documentação, o que, nesse domínio, pode ser uma herança dum longínquo passado ou ao contrário pertence às inovações moralizadoras do meio reformador agrupado em torno do orador Licurgo. Os efebos começam seu tempo de serviço por uma peregrinação oficial aos principais santuários da cidade¹⁴ e no fim do primeiro ano,

9. ΗΑΡΠΟΚΡΑΤΙΟΝ, s. v. — 10. *Inscriptiones Graecae* (editio minor), II, 1156. — 11. ΑΡΙΣΤΟΤΕΛΗΣ, *Constituição de Atenas* (ed. Kenyon), 42. — 12. ΠΟΛΥΞ, *Onomasticon*, X, 164. — 13. ΦΙΛΟΣΤΡΑΤΟ, *Vidas dos Sofistas*, II, 1, 550; *Inscriptiones Graecae* (editio minor), II, 2090; 2606. — 14. ΑΡΙΣΤΟΤΕΛΗΣ, *Constituição de Atenas*, 42.

no momento em que, convertidos em verdadeiros soldados, recebem suas armas, pronunciam o famoso juramento:

Não desonrarei estas armas sagradas, nem abandonarei meu companheiro onde eu estiver na linha; combatarei pelos deuses e pelos lares e não deixarei a pátria diminuída, mas (eu a deixarei) maior e mais forte do que a recebi, esteja só, esteja com todos...¹⁵

que continua com essas referências tão notáveis do ponto de vista político (o acento democrático aí certamente foi salientado em uma época recente se, no essencial, êsse juramento é, como parece, arcaico):

e serei dócil para com os que sucessivamente tiverem autoridade (sobre mim e a exercerão) com sabedoria, e obedecerei às leis existentes e às que a sabedoria dos chefes puder estabelecer

(o texto conservado por Estobeu¹⁶ diz de maneira mais precisa: e às que o povo estabelecer de comum acôrdo);

se alguém procura violá-las ou desobedecer-lhes, não o tolerarei, mas combatarei por elas¹⁷, seja só, seja com todos; e venerarei os cultos de meus pais. (Sejam disto) testemunhas: Aglauro, Héstia, Belona (Enyô), Enyalios, Ares e Atena Aréia, Zeus, Tales, Auxô, Hegemoneu, Héracles, as fronteiras da pátria, seus trigos, cevadas, videiras, azeitonas e figos!

Mas que trágica ironia! Atenas organiza meticulosamente o recrutamento de sua armada nacional no momento preciso em que a vitória de Filipe e a hegemonia macedônica acabavam de pôr fim à independência helênica, ao regime da cidade livre. Como acontece tão freqüentemente à história das instituições, a da efêbia só foi definitivamente regulamentada na data em que, praticamente, cessou de ter sua razão de ser.

Sabe-se como a evolução da política internacional aniquilou as esperanças dum soerguimento nacional aliçadas no esforço reformador de Licurgo (337-326): desde o desfêcho desastroso da guerra "helênica" (322), torna-se claro que Atenas, como aliás tôdas as outras cidades da própria Grécia, não seria mais que um

15. *Bibliothèque de l'École pratique des Hautes-Études* (section des Sciences historiques et philologiques), 272, 302-3. — 16. ESTOBEU, *Extratos*, XLIII, 48. — 17. Idem; PÓLUX, *Onomasticon*, VIII, 105-6.

peão sôbre o tabuleiro diplomático em que se chocavam as ambições dos reis sucessores de Alexandre. Ela conhecerá ainda alegrias efêmeras no momento de tal ou qual "liberação", mas, na verdade, apenas mudará de mestre: Atenas não cessará mais de gravitar como satélite na esfera de influência de tal ou qual soberano helenístico, até quando, como todo o Oriente, cairá sob a dominação romana.

Com a perda da independência, o exército cívico não tem mais sentido (Atenas, ou pelo menos a posição-chave do Pireu, está muitas vêzes ocupada por uma guarnição estrangeira): a efebia, tal como acabamos de descrevê-la, cessa de funcionar regularmente. Ela não desaparecerá, mas, por uma evolução paradoxal, esta instituição, concebida para ser posta a serviço do exército e da democracia, transformou-se nessa Atenas nova onde triunfa a aristocracia num pacífico colégio em que uma minoria de jovens ricos vem iniciar-se nos refinamentos da vida elegante.

SUA EVOLUÇÃO NA ÉPOCA HELENÍSTICA

As inscrições permitem-nos marcar as etapas desta degradação: desde 269-268¹⁸, talvez mesmo desde 306-305, ou seja, menos de trinta anos após a lei de Epicrates¹⁹, a duração do serviço é reduzida a um ano. Cessa êle de ser obrigatório: quando, nos anos 334-333, 327-326, o contingente anual, para tôda a Ática, parece ter sido da ordem de quinhentos a seiscentos; seu efetivo, que não vai além de quatrocentos em 305-304, cai em 269-268 à cifra insignificante de trinta e três conscritos²⁰ e diminui ainda nos anos seguintes: vinte e nove em 249-248²¹, vinte e três apenas um pouco mais tarde, em 244-243²². É o fim da efebia militar; um século mais tarde aparece outra, próspera: os efebos dos anos 128-127 são em número de cento e sete²³ e o número ainda se elevará: atinge cento e quarenta e um em 119-118²⁴ e estabiliza-se entre cento e vinte e cento e quarenta durante várias gerações (6).

18. *Inscriptiones Graecae* (editio minor), II, 665. — 19. Idem, II, 478. — 20. Idem, II, 665. — 21. Idem, II, 766. — 22. Idem, II, 681. — 23. *Hesperia*, Journal of the American School of Classical Studies at Athens, IV (1935), 74, 45. — 24. *Inscriptiones Graecae* (editio minor), II, 1008, 55.

Mas, neste total, os jovens atenienses não são os únicos a fazer-se presentes: a partir de 119-118, os estrangeiros são admitidos no corpo efébio²⁵ (7), fato paradoxal que mostra bem que a instituição não tem mais nada do caráter nacional que possuía na origem: êstes estrangeiros parecem ter sido, a princípio, os filhos dos ricos mercadores sírios e italianos estabelecidos em Delos, mas em breve seu recrutamento não depende mais de colônias de residentes estabelecidos na Ática ou nas dependências desta: são jovens vindos das cidades da Grécia asiática, da Síria, da Trácia ou mesmo do Euxino, de Cirene ou de Roma, que vêm a Atenas concluir sua formação, senão, mais propriamente, seus estudos, atraídos pelo renome de distinção que se liga à cidade gloriosa e em particular a seu colégio efébio. Êste tornou-se um dos luxos de Atenas, e visivelmente certo esnobismo se liga à sua freqüentação. Comparo-lo aos colégios das Universidades britânicas do século XIX: como êles, a efébia ateniense dirige-se a uma clientela nobre e rica; ela nada mais quer senão preparar esta para uma vida de lazeres elegantes.

Por muito tempo, sem dúvida, subsistirão traços de sua precípua finalidade, militar e cívica. Os estrangeiros não são admitidos a igual título que os cidadãos: nos catálogos, êles são "inscritos em seguida", em suplemento (ἐπὲγγραφτοι) e não se admite que tomem parte nos concursos. Continuam a receber uma preparação militar: em 123-122, vemo-los gabarem-se de terem feito restaurar uma velha catapulta, esquecida em algum canto do arsenal, para poder retomar os exercícios de artilharia²⁶; em 102-101, honram-se de ter, "um pouco mais amiúde" (πλεονάκις), efetuado manobras em campanha²⁷: mas o caráter excepcional de tais menções prova que não havia nisso mais nada de sério. O quadro dirigente dos instrutores militares (professôres de dardo, de arco, de artilharia, etc.) reduz-se a um só mestre de esgrima, cujo papel, aliás, é bem apagado (8).

O quadro dirigente do mestre de ginástica, do pedótriba, pelo contrário, cresce: êle se torna um personagem cada vez mais considerável e considerado; a partir do

25. Idem, I, 112-127. — 26. Idem, II, 1006, 34-5; 81. — 27. W. DITTENBERGER, *Sylloge Inscriptionum Graecarum* (3.^a ed.), 717, n.^o 18.

século segundo de nossa era, é nomeado vitaliciamente e seu cargo é bastante pesado, visto ser necessário dar-lhe um adjunto, o hipopedótriba (9). Visivelmente, êle é agora a cravelha mestra do colégio, sôbre êle repousa o essencial da formação dada aos efebos: a efebia ateniense, na época helenística e romana (vemo-la funcionar até 262-263 ou 266-267 de nossa era²⁸), torna-se, em suma, um Instituto superior de educação física.

Ela não deixa de ser por isso um colégio onde a juventude dourada de Atenas e de outras partes vem receber um último complemento à sua formação. Por aí se perpetua, pelo menos para um meio estreito e fechado, o caráter fundamental da mais antiga educação grega: para êsses jovens, como para seus longínquos predecessores da época homérica ou aristocrática, o esporte permanece como o fundamento da alta cultura, da vida elegante e, por conseguinte, da educação.

Entretanto, os tempos são outros; embora seja importante o lugar reservado ao esporte, não é mais exclusivo. Desde o século segundo antes de Cristo, ao lado da educação física, aparece um ensino pròpriamente intelectual que visa a dar aos efebos pelo menos uma tintura de letras e de filosofia. Estudaremos mais adiante essa cultura geral efébica cujo nível é muito baixo: a efebia dirige-se a uma clientela de jovens desocupados, pouco preocupados em conseguir uma alta tecnicidade nos diferentes domínios das ciências do espírito.

Muito mais que a estas lições, simples conferências de vulgarização, importam-se com as relações amigáveis que se estabelecem entre êles, com a experiência da vida de sociedade que adquirem no seio dessa pequena comunidade: esta se organiza, de resto, como uma cidade em miniatura, com assembléia, magistrados eleitos²⁹, sessões de discussão, votação de moções, etc. Aqui se poderia ver outra sobrevivência da efebia primitiva, concebida como noviciado cívico; mas êsses jogos parlamentares, que evocam os exercícios de nossa conferência Molé-Tocqueville, desenrolam-se na atmosfera bastante aristocrática que se torna, mais e mais, sobretudo na época romana, a da vida municipal de Atenas, e procedem, como todo o resto da vida efébica, do mesmo aprendizado da vida nobre.

28. *Inscriptiones Graecae* (editio minor), II, 2245. — 29. *Idem*, II, 2190.

A EFEBIA FORA DE ATENAS

Reencontramos a efebia em mais de uma centena de cidades helenísticas, dispersas em toda a extensão do mundo grego, de Marselha ao Ponto Euxino (10); apresenta-se aí, por toda parte, sob os mesmos traços que em Atenas, com alguns matizes próprios: assim em certas cidades dóricas, onde a instituição podia ligar-se a uma velha tradição local, os efebos traziam nomes particulares: assim como se chamavam *irenos* em Esparta, eram conhecidos em Cirene como *τριακάτιοι* ³⁰, em Creta como *ἀπόδρομοι* ou *ἀγέλαοι* ³¹. A duração do seu treinamento, em geral fixada em um ano, podia elevar-se a dois, excepcionalmente, como em Cízico ³², normalmente como em Apolônia ³³, e mesmo a três, parece, em Quios ³⁴ (11).

Como em Atenas, encontram-se, freqüentemente, traços, mais ou menos acentuados, dos caracteres originários da efebia: no Império, em um canto perdido da Acaia, em Pelene, lembramo-nos ainda que a passagem pela efebia foi outrora uma condição necessária ao pleno exercício dos direitos de cidadão ³⁵. Muitas vêzes os efebos, em grupo, figuram nas procissões ³⁶, cantam em côro hinos aos deuses ³⁷, desempenham um papel na vida religiosa oficial da cidade (12). Pelo menos até o fim do século terceiro, os exercícios militares figuram ainda no programa normal dos estudos, como se vê pelo programa dos concursos ³⁸ ou na composição do corpo dos instrutores ³⁹.

Mas se tomarmos as coisas em seu conjunto, podemos dizer que a efebia helenística por toda parte se tornou, como em Atenas, mais aristocrática que cívica, mais esportiva que militar. A despeito das aparências, com efeito, seus caracteres são bem semelhantes nas velhas cidades helênicas, da própria Grécia ou da Ásia Menor e nos países novos, onde o helenismo aparece como po-

30. HESÍQUIO DE ALEXANDRIA — *Léxico*, s. v.; *Africa Italiana*, III (1930), 189. — 31. ARISTÓFANES DE BIZÂNCIO, *Sobre o Nome das Idades*, 429; W. DITTENBERGER, *Sylloge Inscriptionum Graecarum* (3.ª ed.), 527, n.º 6. — 32. *Corpus Inscriptionum Graecarum*, 3665, 11. — 33. *Bulletin de Correspondance Hellénique* (1887), 86, n.º 6, l. 4. — 34. W. DITTENBERGER, *Sylloge Inscriptionum Graecarum* (3.ª ed.), 959. — 35. PAUSÂNIAS, *Descrição da Grécia*, VII, 27, 5. — 36. R. CAGNAT, *Inscriptiones Graecae ad Res Romanas pertinentes*, IV, 292; W. DITTENBERGER, *Sylloge Inscriptionum Graecarum* (3.ª ed.), 870; 885. — 37. *Forschungen in Ephesos* (publicação do Instituto Arqueológico Austríaco), II, n.º 21, 535. — 38. W. DITTENBERGER, *Sylloge Inscriptionum Graecarum* (3.ª ed.), 958, 245. — 39. *Idem*, 578, 21-24.

tência colonizadora. Crê-se perceber às vêzes um laço bastante estreito entre os ginásios efébicos e os exércitos reais, mas essa ligação parece na realidade permanecer sempre indireta (13): a efebia não está organizada com vistas a preparar soldados, mas como os grandes reinos helenísticos recrutam de preferência seus mercenários entre a população grega (ou macedônia), por força das circunstâncias, muito dos antigos efebos fazem uma carreira militar, e inversamente as guarnições formam núcleos de população grega, cujos filhos freqüentam, por sua vez, o ginásio: o fato foi claramente observado em particular no Egito (14).

Mas o que êsses gregos, perdidos em país bárbaro, reclamam antes de tudo da efebia, é menos preparar seus filhos para uma carreira determinada, a carreira militar por exemplo, que iniciá-los na vida grega, e desde logo no gôsto pelos exercícios atléticos que é o seu caráter mais aparente. Fator de helenismo, a efebia é, por isso mesmo, nesses países "coloniais", um fator de aristocracia. Vê-se-o claramente no Egito romano, onde a evolução que se preparava no tempo dos Ptolomeus chegou ao seu têrmo: a efebia tornou-se aí uma instituição oficial, integrada na nova organização municipal (15). Seu papel é o de iniciar os jovens helenos na vida esportiva que fará dêles verdadeiros civilizados, distintos dos indígenas, êstes Αἰγύπτιοι (podemos já transcrever "Coptas"), desprezados como bárbaros: eis por que ela se situa nos catorze anos⁴⁰, no limiar da adolescência. Mas, a supor, como parece, que a efebia prôpriamente dita dura apenas um ano, seus efeitos fazem-se sentir durante a vida inteira: associações agrupam ainda, dez ou catorze anos mais tarde, os antigos companheiros da mesma classe, αἰρεσις⁴¹ (16). É uma aristocracia privilegiada a dos gregos, que, nas declarações oficiais, podem colocar ao lado de seu nome e do de seus ascendentes homens a menção "antigos alunos do ginásio", ἀπὸ γυμνασίου, ἐκ τοῦ γυμνασίου⁴² (17). Por isto pais precavidos às vêzes fazem inscrever com antecedência seus filhos na lista

40. L. MITTEIS, U. WILCKEN, *Grundzüge und Chrestomathie der Papyrskunde* (1.ª parte), t. II, 143; 146. — 41. Idem, 141, 142; *Bulletin de la Société archéologique d'Alexandrie*, VII (1929), 277, 3. — 42. G. VITELLI, D. COMPARETTI, *Papiri greco-egizii, Papiri Fiorentini*, 79, 24; B. P. GREENFELL, A. S. HUNT, H. I. BELL, etc., *The Oxyrhynchus Papyri*, 2186.

dos efebos, mesmo se êles têm apenas doze, sete, três ⁴³, ou mesmo um ano ⁴⁴ (18).

Fator de helenismo, a efebia é por isso mesmo um poderoso instrumento de helenização: é grego quem recebeu a cultura grega; quando o grande pontífice Jasão quer introduzir o helenismo em Jerusalém, seu primeiro ato consiste em organizar um corpo de efebos, recrutados entre os jovens nobres, que, com a cabeça coberta pelo pétaso, praticariam num ginásio exercícios atléticos ⁴⁵. A efebia acompanha por tôda parte os progressos do helenismo; onde êste só se implanta tardiamente, ela somente aparece muito tarde, no fim do segundo século, em certa cidade da longínqua Paflagônia ⁴⁶; ela persiste tão longamente quanto a própria vida antiga: em 323 depois de Cristo, em seguida ao triunfo definitivo de Constantino sobre seu último adversário, Licínio, quando depois de mais de cinqüenta anos a efebia ateniense cessara de fazer-se notar, há ainda efebos em Oxirrínco ⁴⁷.

AS MAGISTRATURAS EFÉBICAS

A integração da efebia no quadro oficial da cidade, que se explica pelas próprias origens da instituição, traduz-se concretamente pela existência de magistrados incumbidos do contrôlê, da sobrevivência e da direção efetiva do colégio. De tôdas essas funções, a mais geralmente representada é a que leva o nome característico de "chefe do ginásio" (γυμνασίαρχος) (19): é sempre confiada a um personagem muito considerado, às vêzes "o primeiro da cidade ⁴⁸", escolhido, ver-se-á logo por que, entre os mais influentes cidadãos e sobretudo os mais ricos. Pelo menos no Egito romano, tanto em Alexandria como nas metrópoles dos nomos, a ginasiarquia situa-se no ápice das honras municipais (20).

Atestada em mais de duas centenas de cidades, essa magistratura é tão difundida que pode ser considerada geral. Além de nas cidades pròpriamente ditas, encontram-

43. B. P. GRENPELL, A. S. HUNT, J. G. SYMLY, E. J. GOODSPEED, *The Tebtunis Papyri*, II, 316. — 44. *Ägyptische Urkunden aus den königlichen (ou: staatlichen) Museen zu Berlin: Griechischen Urkunden*, 1084. — 45. Segundo Livro dos Macabeus, 4, 9; 12; 14. — 46. R. CAGNAT, *Inscriptiones Graecae ad Res Romanas pertinentes*, III, 1446. — 47. B. P. GRENPELL, A. S. HUNT, H. I. BELL, etc., *The Oxyrhynchus Papyri*, 42. — 48. *Inscriptiones Graecae*, XII, 5, 292.

-se ginasiarcas nos pequenos centros urbanos do Egito interior, metrópoles de nomos ou mesmo simples aldeias (21). Ali onde não se encontra a palavra (ou ainda onde a palavra designa outra coisa), a própria função não está ausente: é o que acontece em Atenas, onde essa função é preenchida pelo magistrado chamado κοσμητής, "guardião de ordem".

Esta alta personagem é ajudada em sua tarefa por um adjunto, o hipo (ou, mais raramente, o anti) ginasiarca. Em Atenas vê-se igualmente introduzir-se ao lado do *cosmeta* um, às vezes dois sub (ou anti) *cosmetas*; no quarto século, a administração efébica é, além disso, assegurada por uma comissão de "controladores da sabedoria" (σωφρονισταί), em número de dez, eleitos à razão de um por tribo; desaparecida em uma data incerta no decorrer do período helenístico, essa comissão reaparece no Império: é composta então por seis *sofronistas* duplicados em outros tantos sub-*sofronistas*. Nas cidades populosas ou bem organizadas, os ginásios multiplicam-se, especializando-se por classes de idade, e a função desdobra-se: acima dos ginasiarcas encarregados de cada estabelecimento, um ginasiarca geral controla o conjunto de todos os da cidade (22).

O ginasiarca domina do alto: não é ele quem se ocupa da instrução dos efebos, da qual é encarregado um prático, o pedótriba em Atenas, o *cosmeta* nos ginásios do Egito. Muitas vezes um oficial, que lhe é normalmente subordinado, assume o comando direto da tropa dos jovens conscritos: é o "chefe dos efebos" (ἐφήβαρχος, ἀρχεφήβος, ἐφηβοφύλαξ), escolhido às vezes entre os próprios efebos. O ginasiarca é, pois, uma espécie de diretor geral, ou melhor, de controlador, de inspetor da efebia.

Escuso-me junto ao leitor por acumular tantas precisões fastidiosas: elas podem servir para fazê-lo entrever todo o cuidado com que as cidades helenísticas continuavam a cercar a instituição da efebia, conquanto doravante haja perdido sua precípua finalidade militar, para transformar-se num instrumento de alta educação. Mas se a efebia, por causa de suas origens, é de muito a mais "estadizada" das instituições, as outras instituições não são, entretanto, sempre repelidas para fora da esfera oficial. Em um número bastante grande de cidades,

principalmente na Ásia Menor, que se tornará, sob o Império, o coração do mundo grego, encontramos um magistrado especial, encarregado das escolas inferiores, o "pedônomo" (παιδονόμος); êste título não designa aí, como em Esparta, um comissário geral para a juventude, mas um simples inspetor das escolas primárias e secundárias. Inferior ao ginasiarca na hierarquia das honras, preenche, no domínio que lhe é próprio, funções análogas às do ginasiarca diante dos efebos: as cartas epigráficas das escolas de Mileto e de Teos⁴⁹ no-lo mostram encarregado, por exemplo, de presidir a escolha dos mestres, de regulamentar as contestações que podem levantar-se entre êstes. A tarefa pode tornar-se bastante pesada, de modo a ser às vêzes necessário desdobrar a função: há não mais um, mas vários pedônomo em Mileto, em Priene, em Magnésia do Meandro. Nos lugares onde, como em Teos, por exemplo⁵⁰, a co-educação é regra, suas atribuições se estendem à educação das jovens; algures, um inspetor é designado para estas: tal é em Pérgamo⁵¹, senão em Esmirna⁵², o "encarregado de cuidar das boas maneira das jovens" (ὁ ἐπὶ τῆς εὐκοσμίας τῶν παρθένων), a menos que elas dependam da jurisdição dos ginecônomo, como em Magnésia do Meandro⁵³ (23).

NÃO HÁ ESCOLAS DE ESTADO

A lógica do sistema teria impôsto que o Estado, tão preocupado com o bom andamento dos estabelecimentos de educação, assumisse a direção e a manutenção das escolas. Foi esta lógica que os eruditos helenísticos projetaram no passado, atribuindo⁵⁴ ao velho legislador Carondas de Catânia (confundido na circunstância com seu confrade Zaleuco de Locres) a instituição de escolas obrigatórias, gratuitas e públicas (24).

Mas a essa lógica opunha obstáculo a estrutura econômica da cidade, tornada tão frágil e tão arcaica.

49. W. DITTENBERGER, *Sylloge Inscriptionum Graecarum* (3.^a ed.), 577; 578. — 50. Idem, 578, 9. — 51. *Mitteilungen des deutschen archäologischen Instituts, Athenische Abteilung*, 1912, p. 277; M. FRAENKEL, *Inchriften von Pergamon* (Altertümer von Pergamon, t. VIII), II, 463. — 52. L. ROBERT, *Études Anatoliennes* (Études Orientales publiées par l'Institut français de Stamboul, t. V, Paris, 1937), 56, 19. — 53. W. DITTENBERGER, *Sylloge Inscriptionum Graecarum* (3.^a ed.), 589. — 54. DIODORO DA SICÍLIA, *Biblioteca Histórica*, XII, 12.



Terracota proveniente de Platéias, Museu do Louvre CA 629; v. R. Kekule, F. Winter, *Die antiken Terrakoten*, III, 2, p. 403, n.º 7.

Um pedagogo acompanhando sua pequena senhora
no caminho da escola.

Ela não possui nem os recursos nem os serviços administrativos necessários para assumir diretamente o encargo de um ensino público. Sômente a efêbia, ainda uma vez por causa de suas origens, e, por conseguinte, os ginásios que dependem dela, eram normalmente (25) fundados e mantidos pela coletividade. Quanto às escolas mais elementares, eram, vimo-lo, de início, privadas, e no mais das vêzes assim permaneceram.

Mas a crescente importância social atribuída à educação sofria com êsse abandono: a solução prática consistiu em apelar para a generosidade dos particulares no sentido de assegurarem o financiamento dêsse serviço ao interesse geral. É o apêlo ao mecenas, ou para falar grego, ao "benfeitor", *Εὐεργέτης* (sabe-se qual foi o favor dêste cognome, pleiteado pelos soberanos, prodigalizado aos particulares por tantos decretos honoríficos): foi erigido em sistema e caracteriza tôda a civilização helenística e romana; seu desgaste anunciará o declínio dessa civilização personalista e liberal: quando o patriotismo e o amor da glória não bastarem mais para incitar uma burguesia de recursos diminuídos a multiplicar suas generosidades, o Estado (entenda-se doravante o Império) será levado a reagir por meio de medidas de coerção contra a fuga ante os encargos municipais, e sua intervenção, cada dia mais exigente, precipitará a evolução do mundo romano no sentido do estatismo totalitário do Baixo Império.

FUNDAÇÕES ESCOLARES

O sistema do "evergetismo" materializou-se na instituição, tão característica, das fundações pelas quais um particular assegura à cidade, com a doação de um capital conveniente, os fundos necessários à manutenção ou pelo menos ao melhoramento de um serviço público. Havia-as de tôda a sorte: para assegurar o aprovisionamento, a construção ou a conservação de monumentos públicos, as despesas das cerimônias religiosas (26). Conheçemos pelo menos quatro fundações que tiveram por objeto o estabelecimento e a dotação de escolas elementares e secundárias.

Por volta do fim do terceiro século, um certo Politras deu à sua cidade de Teos uma soma de 34.000 dracmas que, empregadas a 11,5% mais ou menos, deviam render um juro de 3.900 dracmas destinadas a assegurar o salário de um corpo docente cujo termo de fundação especifica sua composição e vencimentos⁵⁵.

Em 200-199, Eudemo de Mileto lega igualmente à sua cidade natal 60.000 d., que, colocadas no Banco do Estado, renderão, a 10%, 6.000 d., das quais um pouco mais da metade, 3.360 d., serão destinadas ao pagamento do corpo docente, cujo estatuto é do mesmo modo minuciosamente previsto, servindo o resto para assegurar as despesas de diversos sacrifícios⁵⁶.

As duas outras fundações são devidas a príncipes, agindo não como soberanos, no interior do seu reino, mas em caráter particular em Estados estrangeiros (não, de resto, sem um disfarçado intuito de propaganda): em 160-159 (27), o futuro Atálio II de Pérgamo, já associado à coroa por seu irmão Eumeno II, dá à cidade de Delfos, que havia chamado a monarquia de Pérgamo em socorro de suas finanças em perigo⁵⁷, a soma de 18.000 d. "para a educação das crianças"⁵⁸: aplicada a 7%, devia render 1.260 d. que serviriam para pagar aos "mestres" (παιδευταί).

Sem dúvida aproximadamente ao mesmo tempo, ou um pouco antes, era Eumeno II quem ofertava aos ródios uma doação de 28.000 medimnos de trigo cujo valor, capitalizado, devia servir para pagar o pessoal docente da cidade, doação que Políbio acusa os ródios de haverem-na aceito em detrimento da independência e da altivez nacional⁵⁹.

As inscrições de Teos e de Mileto, satisfatoriamente meticulosas, fazem-nos conhecer não somente o número e os ordenados dos mestres, mas ainda como eram recrutados. Em Mileto, eles serão eleitos, para cada ano, pela assembléia dos cidadãos, entre os candidatos que houverem depositado seu nome nas mãos dos pedônomos⁶⁰. Em Teos ocorre o mesmo, salvo para os instrutores militares,

55. W. DITTENBERGER, *Sylloge Inscriptionum Graecarum* (3.^a ed.), 578. — 56. Idem, 577. — 57. Idem, 671. — 58. Idem, 672, 4. — 59. POLÍBIO, *História Romana*, XXXI, 31, 1. — 60. W. DITTENBERGER, *Sylloge Inscriptionum Graecarum* (3.^a ed.), 577, 25 s.

que serão contratados diretamente pelo pedônomo e pelo ginasiarca, sob condição de confirmação pela assembleia do povo ⁶¹. Embora em Mileto o generoso fundador não se desinteresse pela vida das escolas assim dotadas (êle participa, e, depois de sua morte, o mais velho dos seus descendentes, após êle, da procissão quinquenal prevista pelo estatuto ⁶²), não intervêm em sua administração: nada comparável ao papel dos *trustees* nas fundações escolares ou universitárias dos países anglo-saxônios; estas fundações helenísticas levam por fim, vê-se, à criação de uma verdadeira escola pública, inteiramente dependente da cidade.

Mas, por mais notáveis e originais que sejam estas "escolas de fundação", *Stiftungsschulen*, seria excessivo considerá-las o traço dominante da educação helenística. Delas conhecemos, em suma, êsses quatro exemplos, todos pertencentes à mesma época (200-160). Por não terem sido mantidas ou renovadas, é bem possível que, mesmo nestas quatro cidades, com o tempo, seu efeito se tenha apagado.

ESCOLAS PRIVADAS

Seja como fôr, em nosso quadro das instituições escolares, faz-se mister reservar o lugar mais importante para a escola particular, mantida pelas contribuições pagas pelos alunos ao mestre e funcionando sôbre um plano estritamente comercial. Os documentos atestam sua existência da maneira mais constante e mais natural, quer se trate de escolas literárias, como aquela em que nos introduz tão pitorescamente o mimo de Herondas ⁶³, quer de estabelecimentos de educação física, como as palestras que se designavam familiarmente pelo nome do seu proprietário ou *manager*: palestras de Timeas ⁶⁴ ou de Antígenes ⁶⁵ em Atenas, palestras de Estáseas, de Nicias ou dos Nicoratos, pai e filho, em Delos ⁶⁶.

61. Idem, 578, 7 s.; 22-23. — 62. Idem, 577, 57 s.; 73-75. — 63. HERONDAS, *Mimos* (O Mestre-escola, Mimo III). — 64. W. DITTENBERGER, *Sylloge Inscriptionum Graecarum* (3.^a ed.), 67, 60-62; *Inscriptiones Graecae* (editio minor), II, 957, 47. — 65. Idem, 958, 60. — 66. F. DURRACH, *Choix d'Inscriptions de Délos avec traduction et commentaire*, t. I, Textes Historiques (Paris, 1921), 117.

Ainda uma vez, apenas a efebria é normalmente assumida pelo Estado; é excepcional encontrar um estabelecimento oficial de ensino secundário como é o “colégio de Diógenes” em Atenas, Διογέπειον (28): pelo menos tal como o conhecemos sob o Império, é um estabelecimento do Estado, freqüentado por jovens que se destinam à efebria; o ensino, físico e intelectual simultaneamente, é sancionado por exames efetuados sob a presidência de um estratega⁶⁷; o corpo docente e os empregados são comparados aos funcionários da efebria propriamente dita, em seguida aos quais aparecem nas inscrições.

LITURGIAS E FUNDAÇÕES DE MANUTENÇA

Aliás, mesmo para o bom funcionamento dessa efebria oficial, recorria-se freqüentemente à generosidade dos cidadãos ricos. O direito público grego havia, de algum modo, regulamentado esse apêlo normal à fortuna privada pela instituição das cerimônias chamadas liturgias. Seu uso difunde-se na época helenística e romana.

Acontece — é notadamente o caso de Atenas — que o título de ginasiarca não designa o magistrado encarregado do controle da efebria (sabe-se que ele se chamava em Atenas cosmeta), mas um rico cidadão, encarregado, por um ano, de assegurar, às suas custas, as despesas inerentes ao bom funcionamento da instituição (este pode ser um efebo). Mesmo onde a ginasiarquia é uma verdadeira magistratura (ἀρχή), não se deve crer que o elemento “litúrgico” esteja ausente. Sem dúvida, em princípio, o orçamento da cidade concedia a esse magistrado uma determinada soma, mas estabelecia-se que se levaria em consideração sua generosidade para arredondar esta soma, de tal maneira que ele pudesse pagar seja despesas extraordinárias, tais como a restauração ou a construção de um ginásio, seja mesmo as despesas normais do exercício: fornecimentos, gastos de manutenção, vencimentos dos professores.

67. PLUTARCO, *Questões de Banquete*, 736 D.

Por isto são procurados para a função de ginasiarca não apenas os cidadãos mais honrados, mas também os mais ricos e os mais generosos. Esta consideração financeira sobrepõe-se a qualquer outra: eis por que vemos a ginasiarquia exercida vários anos seguidos pelo mesmo dignitário, atribuída a título vitalício a algum zeloso benfeitor, e mesmo tornar-se hereditária; pouco importa a classificação pessoal do titular: associam-se as mulheres à honra, como ao esforço financeiro, de seu marido ou de seu filho; concede-se-lhes mesmo, às vezes pessoalmente, a ginasiarquia, que pode caber, pelas mesmas razões, a uma criança bem jovem, rica herdeira (29).

Aqui ainda fundações privadas vêm ajudar o financiamento da instituição. Algumas têm por objetivo ajudar, de maneira geral, o ginasiarca a cumprir dignamente o conjunto de suas obrigações; outras, as mais numerosas, estão especialmente ligadas à das despesas, que era a mais pesada: o fornecimento do óleo necessário aos exercícios atléticos; delas conhecemos uma vintena, escalonadas do terceiro século antes de Cristo ao segundo século depois (30).

OS JOGOS E AS FESTAS, SANÇÃO OFICIAL

Mas, se a debilidade financeira da cidade não lhe permitia assumir de maneira direta o conjunto da função educativa, ela intervinha ainda nesse domínio e submetia de qualquer modo a educação da juventude ao controle oficial pela instituição de jogos ou concursos, tanto atléticos quanto "musicais": esses jogos, integrados às festas nacionais da cidade, eram tão prestigiados que constituíam para os estudos uma eficaz sanção; à custa de algum anacronismo, poderíamos dizer que o sistema de educação helenística se define por um ensino livre (ressalvado o caso das escolas de fundação tornadas públicas) sancionado por exames do Estado.

O mesmo papel de sanção moral pela integração na vida oficial era desempenhado pela participação das crianças e, vimo-lo, dos efebos nas procissões solenes e nos sacrifícios oferecidos aos deuses da cidade. Sua presença aí era exigida pela lei (assim em Tamina, na Eu-

béia ⁶⁸, ou em Amorgos ⁶⁹): sômente aí encontramos algo equivalente à nossa legislação sôbre a obrigação escolar.

Organizar essas procissões e assegurar-se de que a juventude figurará nelas com ordem ou dignidade e honrará a cidade constituem um dos encargos mais importantes dos magistrados especializados na educação, ginasiarcas e pedônomos. Na medida em que podemos reconstituir o calendário escolar das cidades helenísticas, chama-nos a atenção o lugar que aí ocupam os dias "feriados": êstes não são dias de folga, mas de cerimônias oficiais em que a juventude, crianças das escolas e efebos do ginásio, participa das manifestações ao mesmo tempo de caráter cívico e religioso, equivalentes às grandes concentrações a que os regimes totalitários de nosso tempo começaram a nos habituar de nôvo (31).

68. *Inscriptiones Graecae*, XIII, 9, 154. — 69. *Idem*, XII, 7, 515.

CAPÍTULO III

A EDUCAÇÃO FÍSICA

Passemos ao estudo do conteúdo mesmo desta educação: a exemplo do que já assinaei a propósito da efêbia, a ginástica permanece ainda, pelo menos no início do período helenístico, como elemento, senão preponderante, pelo menos característico da formação do jovem grego. O gosto pelos esportes atléticos e sua prática permanece, como na época arcaica, um dos traços dominantes da vida grega, definindo-a com relação aos bárbaros: transportemo-nos à Jerusalém de 175 antes de Cristo; adotar "os costumes do goyim" é essencialmente, para os judeus dêsse tempo, exercitar-se, nus, no campo de esporte². Onde quer que se implante o helenismo aparecem ginásios, estádios, edificações esportivas; reencontramo-los por parte, de Marselha³ à Babilônia⁴ ou Susa⁵, do Egito meridional⁶ à Criméia⁷ e não somente nas grandes cidades, mas até nas menores aldeias de colonização, por exemplo no Fayium⁸. O esporte não é para os gregos apenas um divertimento apreciado; é algo de muito sério, que se relaciona com todo um conjunto de preocupações, higiênicas e médicas, estéticas e éticas a um só tempo.

A educação física também permanece como um dos aspectos essenciais da iniciação à vida civilizada — da educação. Donde o lugar naturalmente preponderante que lhe é reservado no programa da efêbia, escalão superior da educação aristocrática. Mas não parece que ela esteja reservada a estes adolescentes maiores e que eles somente a descubram à véspera de sua entrada na vida adulta. Cumpre lembrar que desde a época arcaica a Grécia mantinha concursos atléticos e por conseguinte uma educação física destinada às crianças: o que perma-

1. Primeiro Livro dos *Macabeus*, 1, 15. — 2. Segundo Livro dos *Macabeus*, 4, 9-14. — 3. *Inscriptiones Graecae*, XIV, 2466. — 4. J. HONDRIUS, etc., *Supplementum Epigraphicum Graecum*, VII, 39. — 5. Idem, 3. — 6. Idem, VIII, 531. — 7. B. LATYSHEV, E. PADIK, *Inscriptiones antiquae orae septentrionalis Ponti Euxini Graecae et Latinae*, II, 299; 360; IV, 459. — 8. *Aegyptus*, Rivista di Egittologia e di Papirologia (1930-31), XI, 485.

necia obscuro era saber qual era a idade destas. Os documentos mais numerosos e mais precisos da época helênica, permitem determiná-lo melhor.

É certo, antes de tudo, que as crianças de idade escolar recebiam essa formação esportiva: é evidentemente o caso do Egito, onde, vimo-lo, entravam na efebria aos catorze anos. Mas o fato é idêntico alhures: encontramos em Pérgamo um ginásio das crianças, distinto dos que freqüentam os adultos, os *néoi* e os *efebos*⁹; em Lápetos¹⁰, um ginasiarca especial se ocupa delas; algures, em Erétria¹¹, em Ataléia por exemplo¹², o ginasiarca geral estende sua solicitude às crianças. Um pouco por toda parte, em Quios¹³, Teos¹⁴, Larissa¹⁵, Tamina da Eubéia¹⁶, e, obviamente, em Atenas¹⁷, competições esportivas lhes são abertas: trata-se de concursos municipais, destinados à juventude da cidade; não falo aqui dos grandes concursos pan-helênicos nos quais, doravante, só entram quase em liça atletas profissionais, especializados desde tenra idade¹⁸.

Mas, nesses concursos, aparecem freqüentemente várias categorias de crianças: em Téspia, os "seniors" (*πρεσβύτεροι*) distinguam-se, sem dúvida, dos "juniors"¹⁹, em Larissa²⁰, em Oropo²¹, e em outras partes ainda²², as crianças se opõem, como mais jovens, aos "imberbes" (*ἀγένητοι*); em Coronéia²³, em Cálcis²⁴; a distinção é feita entre as "crianças (*παῖδες*) e as "crianças plenamente crianças" (*πάμπαιδες*). Temos o direito de concluir disso que a ginástica também era praticada por crianças de idade muito tenra (1): isso não se verifica apenas em Esparta, onde os pequenos *mikkikhizomenes* de nove ou dez anos disputam concursos esportivos (2), mas muito geralmente no mundo grego, porque

9. GALENO, *Conselhos de Higiene* (ed. Kühn, t. VI, ps. 1 s.), II, 1; 12. M. FRAENKEL, *Inscriben von Pergamon* (Altertümer von Pergamon, t. VIII), 467. 7. — 10. R. CAGNAT, *Inscriptiones Graecae ad Res Romanas pertinentes*, III, 933. — 11. W. DITTENBERGER, *Sylloge Inscriptionum Graecarum* (3.^a ed.), 714. — 12. R. CAGNAT, *Inscriptiones Graecae ad Res Romanas pertinentes*, III, 777; 783. — 13. W. DITTENBERGER, *Sylloge Inscriptionum Graecarum* (3.^a ed.), 959. — 14. CH. MICHEL, *Recueil d'Inscriptions Grecques*, 897. — 15. W. DITTENBERGER, *Sylloge Inscriptionum Graecarum* (3.^a ed.), 1058-59. — 16. CH. MICHEL, *Recueil d'Inscriptions Grecques*, 897. — 17. W. DITTENBERGER, *Sylloge Inscriptionum Graecarum* (3.^a ed.), 667, n.º 9; *Inscriptiones Graecae* (editio minor), II, 957-964. — 18. Catalogue Général des Antiquités Égyptiennes du Musée du Caire, C. C. EDOAR, *Zenon Papyri*, I, 59060; *Papiri greci e latini*, Pubblicazione della Società Italiana per la ricerca dei Papiri greci e latini in Egitto, 340, 23 s. — 19. *Inscriptiones Graecae*, VII, 1765. — 20. W. DITTENBERGER, *Sylloge Inscriptionum Graecarum* (3.^a ed.), 1058. — 21. CH. MICHEL, *Recueil d'Inscriptions Grecques*, 889. — 22. *Inscriptiones Graecae*, XIV, 738. — 23. CH. MICHEL, *Recueil d'Inscriptions Grecques*, 893. — 24. Idem, 896.

a educação física acompanhava a educação literária desde sete ou oito anos; estou maravilhado com a coincidência dos mais diversos testemunhos: cartas epigráficas das escolas de Teos e de Mileto²⁵, textos literários²⁶, inscrições funerárias²⁷, sem falar dos monumentos figurados (3).

Da mesma maneira, na época helenística, Esparta não é mais a única cidade em que a educação física se destina às meninas e às moças do mesmo modo que aos rapazes. Afastemos, claro, aqui também, o atletismo profissional²⁸: em Quios, por exemplo, as moças não somente recebiam a mesma formação esportiva que os rapazes, mas também se exercitavam com êles nos mesmos locais²⁹. Encontra-se, parece, alguma coisa análoga em Teos³⁰ e, sem que a co-educação seja levada até êsse limite, em Pérgamo³¹.

A educação física helenística destinava-se, pois, a uma clientela tão vasta quanto variada; não parece, entretanto, que sua pedagogia fôsse muito diversificada segundo a idade e o sexo: quando muito, diz-se-nos que as crianças eram submetidas a exercícios "mais leves" (κουφότερα³²) que os dos efebos; as provas esportivas das moças eram, igualmente, menos duras que as dos rapazes: em Olímpia, por exemplo, a corrida feminina das Heraias efetuava-se em um percurso um sexto mais curto que a pista normal dos homens³³.

EDUCAÇÃO FÍSICA E ESPORTE

Podemos contentar-nos, pois, com analisar de maneira global a prática desse ensino, sem nos preocuparmos com distinguir o que se destina mais particularmente às crianças daquele que se destina aos efebos. Tomados genericamente, o quadro e o espírito desse ensino permanecem na época helenística o que eram no período anterior. Herança do arcaísmo, a ginástica grega foi fixada muito cedo em sua forma definitiva e não foi

25. W. DITTENBERGER, *Sylloge Inscriptionum Graecarum* (3.^a ed.), 577; 578. — 26. TELES ap. ESTOBEU, *Extratos*, 96, 72; [PLATÃO], "Axiochos", 366a. — 27. *Revue de Philologie, d'histoire et de littérature anciennes*, 23 (1909), 6. — 28. W. DITTENBERGER, *Sylloge Inscriptionum Graecarum* (3.^a ed.), 802 A. — 29. ATENEU, *Banquets dos Sofistas* (ed. Casaubon), XIII, 566 E. — 30. W. DITTENBERGER, *Sylloge Inscriptionum Graecarum* (3.^a ed.), 578, 14; cf. 9. — 31. M. FRAENKEL, *Inchriften von Pergamon* (Altertümer von Pergamon, t. VIII), 463 B; cf. A. — 32. ARISTÓTELES, *Política*, VIII, 1338 b 40. — 33. PAUSÂNIAS, *Descrição da Grécia*, V, 16, 3.

profundamente modificada sob a influência do desenvolvimento ulterior da civilização. Sem dúvida, lembrei-o a propósito dos sofistas, existe doravante um esporte profissional, cada vez mais distinto do esporte dos amadores e, por conseguinte, do esporte escolar; sem dúvida também, de Heródico de Selimbria aos médicos da época romana (4), vemos a ciência higiênica tornar-se mais precisa e mais exigente, e reivindicar para si o domínio da educação física. Esta, entretanto, permanece fiel à sua tradição própria. Orienta-se muito pouco no sentido de um desenvolvimento formal e desinteressado do corpo; ela conheceu, vê-lo-emos, o uso de exercícios análogos aos de nossa ginástica "sueca", mas seu papel permaneceu muito tempo secundário e subordinado. Como na época arcaica, a educação física continua essencialmente esportiva, dominada pela nobre emulação do espírito de competição: prepara a criança, depois o adolescente, para figurarem com honra nos diferentes concursos consagrados às diferentes provas de atletismo no sentido estrito.

Os outros esportes estão nitidamente à parte. Mesmo no século V, os esportes hípicas, lembremo-nos disso, eram apanágio de uma minoria de grandes proprietários de imóveis, dum meio aristocrático. E no mesmo meio que na época helenística a equitação continua a fazer parte da educação da juventude: conhecendo o caráter mundano que o colégio efébio de Atenas assumiu, não é de admirar que os exercícios hípicas estejam colocados no mesmo plano que a ginástica ou as armas, nas inscrições que lhe dizem respeito, datadas dos anos 47/46 a 39/38 antes de Cristo³⁴. Como hoje na alta sociedade britânica, começava-se bem cedo o aprendizado do cavalo: desde a primeira adolescência³⁵, às vezes desde a infância, desde sete anos, segundo o médico Galeno³⁶ (5).

Habituaados que estamos a considerar os gregos um povo de marinheiros, espantamo-nos ao ver quão pouco desenvolveram a prática dos esportes náuticos. Sem dúvida, nada mais difundido entre eles que a prática da natação: "êle não sabe nem ler nem nadar" é uma maneira usual de designar um imbecil³⁷, mas

34. *Inscriptiones Graecae* (editio minor), II, 1040, 29; 1042, ab 21; c 9; 1043, 21. — 35. TELES, ap. ESTOBEU, *Extratos*, 98, 72; LUCIANO, *Amôres*, 45. — 36. GALENO, *Conselhos de Higiene* (ed. Kühn, t. VI), I, 8. — 37. PLATÃO, *As Leis*, III, 689d; SUMAS, *Lexicon*, III, M, 989.

isso não é esporte. Os antigos nos informam da existência de concursos de natação (ou de mergulho: a palavra κολυμβος é ambígua) apenas em um lugar: no santuário de Dioniso da égide negra, perto da cidadezinha de Hermione, na Argólida³⁸ (6).

Menos excepcionais são as regatas: encontram-se provas de remo nas Panatenéias³⁹, em Corcira (7) e, pelo menos a partir de Augusto, em Nicópolis⁴⁰. Os efebos de Atenas também disputavam, na época helênística⁴¹ e romana⁴², corridas de bote nas águas de Salamina e de Muníquia. Creio ser necessário ver nesse pouco interesse pelas regatas, pelo menos relativo, uma herança das origens muito longínquas: os gregos tornaram-se, a maioria, pelo menos, um povo de marinheiros; não o eram desde o início: seus longínquos ancestrais vieram do Norte, do continente, e a cultura aristocrática de que o esporte era uma herança vem diretamente da tradição cavalheiresca dêsses invasores; ela não estava profundamente contaminada pelas sobrevivências da civilização minóica, muito mais marítima, que eles vieram a suplantam no Egeu.

A educação física grega interessa-se, pois, sobretudo pelo atletismo, compreenda-se, pelo atletismo puro. Conhece muitos jogos de bola, de diversos tipos: bola ao muro (ἀπορραξίς), bola ao ladrão (φαίνινδα), na época romana ἄρπαστον, bola ao triângulo, bola ao ar⁴³, às vezes uma espécie de hóquei, jogado com um cajado (8); eram normalmente praticados pelos jovens atletas⁴⁴, concomitantemente com os outros esportes, mas eram considerados apenas como distrações, do mesmo modo que os jogos com ossinhos⁴⁵, quando muito como exercícios, e não nos admiremos pelo fato de um médico haver-lhes dedicado, do ponto de vista de sua importância higiênica, um tratado inteiro⁴⁶. Mas não se tratava de verdadeiros esportes; jamais conquistaram na simpatia dos gregos o lugar que ocupam entre os povos modernos o “rugby” ou o “base-ball”. Não os vemos em nenhuma parte fi-

38. PAUSÂNIAS, *Descrição da Grécia*, II, 35, 1. — 39. *Inscriptiones Graecae* (editio minor), II, 2311, 78. — 40. ESTÉVÃO DE BIZÂNCIO, *Dicionário Geográfico*, s. v. Actia. — 41. W. DITTENBERGER, *Sylloge Inscriptionum Graecarum* (3.^a ed.), 717, n.^o 11. — 42. *Inscriptiones Graecae* (editio minor), II, 1906, 9; 2024, 136; 2119, 223; 2130, 49; 2167; 2208, 146; 2245, fin. — 43. ATENEU, *Banquete dos Sofistas* (ed. Casaubon), I, 14 F-15 B; PÓLUX, *Onomasticon* (ed. Bethe, *Lexicographi Graeci*), IX, 103-107. — 44. MENANDRO ap. PLAUTO, *Báquidas*, 428. — 45. PÓLUX, *Onomasticon* (ed. Bethe, *Lexicographi Graeci*), IX, 103-107. — 46. GALENO, *Sôbris a Pelotilha*.

gurar no programa dos jogos, quer se trate dos grandes concursos pan-helênicos, quer dos concursos municipais. O programa destes últimos não variou desde o século VI e define o quadro de todo o ensino da ginástica; sua lista é bem conhecida: compreende a corrida a pé, o salto, o lançamento do disco, o do dardo, a luta, o boxe e o pancrácio.

Caracterizarei sucintamente cada um destes exercícios, tratando, sobretudo, de defini-los com relação aos do atletismo moderno, dos quais, como veremos, tanto se aproximam como se distinguem (9).

CORRIDA A PÉ

Inicialmente a corrida a pé: nem corrida com obstáculos nem "cross-country". Os gregos conheciam apenas as corridas em pista plana e retilínea. A prova característica, que é não somente a mais em voga entre as diversas espécies de corridas, mas também, em certa medida, a prova esportiva por excelência (seu vencedor, por exemplo, dá seu nome à Olimpíada), é a corrida do estádio (στάδιον): o mesmo vocábulo designa tanto a corrida como a pista em que ela se efetua, bem como a distância que é percorrida: seiscentos pés, o que corresponde a uma distância variável (pois o pé-padrão não é o mesmo em todas as cidades) aproximando-se de 200 metros: o estádio olímpico tem 192 m 27, o de Delfos 177 m 5, o de Pérgamo (esta dimensão é excepcional) 210 metros. Eles não percorriam distância mais curta e isto nos causa espanto: nosso atletismo não ignora completamente a corrida de 200 jardas, mas não lhe concede grande importância; a verdadeira corrida de velocidade é, para nós, de 100 metros. A técnica antiga distinguia-se bastante da nossa; a partida de joelho, por exemplo, não era praticada; o corredor grego partia de pé, o busto inclinado para frente, os pés muito próximos um do outro. Para evitar o atravancamento da pista, quando os concorrentes se tornavam demasiado numerosos, praticava-se, como entre nós, o sistema das eliminações e da final⁴⁷.

47. PAUSÂNIAS, *Descrição da Grécia*, VI, 13, 2.

Sôbre o estádio simples, disputavam-se corridas mais longas: a corrida dupla (διανύλος), em dois estádios, ou seja, em Olímpia 385 metros, aproximadamente nossas 400 jardas; a corrida de quatro estádios (τεταύς) era mais rara; encontra-se por tôda parte, ao contrário, a corrida de fundo (δολιχός), cujo comprimento é de 7, 12, 20, ou, como em Olímpia, de 24 estádios, ou seja, pouco mais de 4 km 600. Mas aqui uma surpresa nos espera: qualquer que fôsse seu comprimento, essas corridas se disputavam na pista-padrão de um estádio e impunham, portanto, como nas corridas hípicas, uma série de percursos de ida e volta: o corredor, chegado a uma extremidade, voltava, sem dúvida (mas a coisa não foi inteiramente esclarecida), contornando um pilar colocado na linha de partida ou de chegada: esta é, vê-se, uma técnica muito diferente da nossa. O programa da maior parte dos jogos compreende também a corrida com armas (ὀπλίτης) na qual os corredores usam capacete e escudo (desde 450 renunciaram às cnêmides); a distância variava segundo as regiões: 2 estádios em Olímpia e Atenas, 4 em Neméia, talvez mais em Platéias (onde as regras eram particularmente severas: armadura completa, etc.⁴⁸). Um pouco à margem dos esportes propriamente ditos, figuram as corridas com archote, do mesmo modo bem representadas.

SALTO EM EXTENSÃO

No atletismo grego existe apenas uma espécie de salto: o salto em extensão com impulso: não se pratica nem salto em altura, nem salto em profundidade, nem salto com vara; o salto sem impulso entra apenas a título de exercício preparatório. Também aqui a técnica difere da nossa: o impulso é mais curto e menos rápido. O atleta arranca sôbre uma soleira firme, βατήρα (utilizavam-se sem dúvida as demarcações das linhas de partida do estádio), e cai num trato de chão surribado e aplainado, σκάμμα; o resultado obtido só era validado quando a marca dos pés era nitidamente impressa no solo, o que excluía os escorregões, as quedas e mesmo, parece, a reincidência no cair com um pé mais avançado do que o outro⁴⁹. Mas importa notar que o atleta saltava empunhando hal-

48. FILOSTRATO, *Sôbre a Ginástica*, 8. — 49. Idem, 55.

teres (a palavra é grega: ἀλτήρες), de pedra ou de bronze; sua forma é de dois tipos: um setor de esfera (escavada para facilitar a preensão), ou uma massa arredondada provida de um cabo; o peso desses halteres variava de um a cinco quilos. Tal peso servia para reforçar o jogo do balanço dos braços, que era bastante análogo ao que fazemos em nosso salto em distância sem impulso.

LANÇAMENTO DO DISCO

Diferente do disco atual, que é de madeira revestida de ferro, o disco grego, desde o fim do século V, é de bronze; parece haver sido mais pesado que o nosso (1 kg 293): na verdade, os exemplares conservados variam consideravelmente e pertencem a tipos diversos, pesando cerca de 1 kg 300, 2 kg 100, 2 kg 800 ou 4 quilos (possuímos, inclusive, um de 5 kg 707, que talvez seja um disco votivo, sem relação com os discos em uso). Sem dúvida o tipo variava conforme os lugares, as épocas (os mais leves são os mais antigos, século VI antes de Cristo) e as categorias: as crianças lançavam um disco mais leve que o dos adultos⁵⁰.

O estilo empregado parece ter sido bem diferente daqueles que os modernos reiventaram ao restabelecerem este esporte nas primeiras Olimpíadas de Atenas em 1896. Discutiu-se muito sobre este assunto, tanto entre os arqueólogos como nos meios esportivos: tratava-se de interpretar de maneira correta certo número de monumentos figurativos, pinturas de vasos, estátuas, o discóbolo pedestre de Naucidas e sobretudo o célebre bronze de Mirão, que, sendo conhecido apenas por cópias de mármore, imperfeitas e por vezes inãbilmente restauradas, tem muitas vezes baldado a hipótese.

A área de partida (βαλβίς⁵¹) não era, como entre nós, um círculo, mas era limitada apenas na frente e dos lados — o que deixava mais liberdade ao atleta. Para ser válido, o arremesso devia fazer-se numa direção determinada: como para o salto, também era utilizada a demarcação do estádio, servindo a linha de partida de βαλβίς. O discóbolo elevava o disco à altura da cabeça com as

50. PAUSÂNIAS, *Descrição da Grécia*, I, 35, 3. — 51. FILOSTRATO, *As Estátuas*, I, 24.

duas mãos e, em seguida, retendo-o com a mão fechada contra o antebraço direito, jogava este braço violentamente para baixo e para trás: o corpo e a cabeça seguiam o movimento e rodavam na mesma direção. Todo o pêso do corpo repousava sobre o pé direito, que servia de eixo: pé e braço esquerdos entram em jôgo apenas para manter o equilíbrio. Depois vem a projeção para a frente: a força do arremessador não vem do braço, mas da distensão da coxa e da brusca correção do corpo curvado. O disco era esfregado com areia para que não escorregasse entre os dedos.

LANÇAMENTO DO DARDO

Entre os antigos, o dardo não era somente um esporte, mas também uma arma de uso corrente, tanto na caça como na guerra; no atletismo, entretanto, considerava-se unicamente a distância atingida, segundo uma direção dada: para o uso prático, exercitava-se de outro modo, procurando atingir um alvo traçado no solo, horizontalmente. O dardo esportivo, do comprimento do corpo e da espessura de um dedo, era sem ponta, lastrado à extremidade, e parece ter sido extremamente leve⁵².

Quanto ao estilo de lançamento, difere também muito de nosso dardo moderno: os antigos usavam um tipo de propulsor a lacete (*ἀγκύλη*), chamado em latim *amentum*, que a etnografia pôde observar ainda em uso em nossos dias, particularmente na Nova Caledônia (onde é conhecido sob o nome de *ounep*): era um lacete de couro, de 30 a 45 centímetros de comprimento, prêso junto ao centro de gravidade, fazendo uma ou várias voltas em tórno do fuste e terminando por uma argola onde o lançador introduzia o index e o médio da mão direita. A utilidade do propulsor (que pôde ser facilmente verificada pela experiência: dobra ou triplica o alcance do arremêso) está baseada em dois princípios: por um lado, imprime ao dardo rotação em tórno do seu eixo, assegurando assim sua estabilidade ao longo da trajetória (como os canos raiados de nossas armas de fogo), e, por outro lado, aumenta consideravelmente o compri-

52. LUCIANO, *Andearsis*, 32.

mento do braço de alavanca; alongando o braço e os compridos dedos (os atletas antigos tratavam de aproveitar o comprimento máximo: selecionavam-se os campeões de dardo entre os atletas que possuísem dedos mais longos⁵³). Como no caso do disco, o lanço era precedido de curto impulso e de torção geral do corpo, o torso e a cabeça acompanhando o braço direito, que era distendido tanto quanto possível para trás e para a direita.

A LUTA

A luta talvez superasse, em popularidade, a corrida a pé: testemunha-o, de maneira bastante nítida, o fato de haver a palavra *παλαίστρα*, cujo significado próprio é “área de luta”, servido para designar, de maneira geral, a praça de esporte ou a escola de educação física. A luta propriamente dita, ou “luta de pé” (*ὀρθή* ou *σταδαία πάλη*), verificava-se, como o salto, numa área adrede arranjada; os atletas aí se defrontavam aos pares, após sorteio; o objetivo era atirar o adversário ao solo, sem cair (do contrário o golpe era nulo): que ele tocasse o chão com o dorso, com a espádua ou os quadris, pouco importava; caísse simplesmente de joelhos, o objetivo não estava atingido. A partida disputava-se em três tempos: a rasteira parece haver sido permitida, mas não as chaves de perna; apenas as chaves de braço, de pescoço e de corpo eram autorizadas.

Sabe-se que os cinco exercícios que acabamos de examinar, corrida do estádio, salto em extensão, lançamento do disco e do dardo, luta, eram combinados para formar, nos concursos, a prova complexa do *pentathlon*, que se destinava, em suma, a coroar o atleta completo. A erudição moderna muito debateu sobre a ordem das provas (parece certo que se iniciavam com a corrida e terminavam pela luta) e o princípio da classificação: admite-se em geral que era proclamado vencedor aquele que havia sido classificado em primeiro lugar em pelo menos três provas entre as cinco.

53. FILOSTRATO, *Sobre a Ginástica*, 31.

O BOXE

Desde o início do século IV, substituíram-se, no boxe, as "bandagens suaves" (ἱμάντες μαλακώτεροι) pelas "bandagens duras" (ἱμάντες ὀξεῖς οὐ σφαῖραι), que se apresentavam sob a forma de luvas, ou antes, de mitenes (pois os dedos ficam a descoberto), sem dúvida de couro, cobrindo o pulso e quase todo o antebraço, onde terminava por um bracelete de pele de carneiro: a articulação dos dedos era reforçada por uma bandagem suplementar de três ou cinco nastos de couro duro, e fixada por lacetes.

O boxe antigo era muito diferente do boxe moderno⁵⁴: a ausência de ringue desencorajava o corpo-a-corpo e desenvolvia, ao contrário, a tática e o jogo de pernas. Nada de "rounds": combate-se até que um dos concorrentes esteja exausto ou reconheça sua derrota levantando o braço; isso implicava num ritmo muito mais lento que o de hoje. Como no boxe a mãos nuas do século XVIII, na Inglaterra, davam-se golpes sobretudo na cabeça⁵⁵, o que acarretava a guarda alta e o braço distendido: é conhecida a façanha de um campeão contemporâneo do imperador Tito que podia manter sua guarda durante dois dias e exaurir seu adversário sem este jamais conseguir dar-lhe um só golpe⁵⁶.

O PANCRÁCIO

Enfim, o exercício mais violento e mais brutal do atletismo antigo era o pancrácio, que se define ordinariamente como uma combinação de boxe e de luta. É realmente algo bastante diferente e muito original, que se poderia talvez aproximar um pouco do jiu-jitsu. Trata-se de pôr o adversário fora de combate, ou porque êle desfaleça, ou porque, levantando o braço, se confesse vencido. Para isso, todos os golpes são admitidos: não apenas os socos e as prêsas admitidas na luta regular, mas ainda tôda espécie de ataques: pontapés no estômago ou no ventre, torções de membros, mordidas, estrangulamento, etc. É proibido apenas enfiar os dedos nos olhos ou nos orifícios do rosto do adversário.

54. TEÓCRITO, *Idílios*, 22. — 55. FILOSTRATO, *Sobre a Ginástica*, 9. — 56. DÍON CRISÓSTOMO, *Discursos*, XXIX.

Em geral, após alguns passos, os dois combatentes, agarrados um ao outro, rolam pelo chão: é aí que a partida continua e alcança normalmente sua fase final, mas os lances que provoca põem em jôgo uma técnica muito diferente da empregada na "luta de pé": é a arte completamente diferente chamada *κύλισις ου ἀλίνδῃσις*.

O que acaba por dar a êsse esporte um aspecto de selvageria bastante grosseira é o fato de ser disputado num terreno não apenas surribado a enxadão, mas regado previamente: os concorrentes chafurdam, deslizam e rolam na lama, da qual logo ficam completamente cobertos.

O ENSINO DA GINÁSTICA

Tal é o programa em que a educação física helenística devia progressivamente enquadrar a criança, depois o adolescente, em estado de cumpri-lo. Este ensino era confiado a um mestre especializado, que conserva o velho nome de pedótriba (*παιδοτρίβης*); era êste muito mais que um monitor de ginástica: um verdadeiro educador que, à sua competência esportiva, devia reunir profundo conhecimento das leis da higiene e de tudo o que a ciência médica grega elaborara quanto a observações e prescrições relativas ao desenvolvimento do corpo, os efeitos dos diversos exercícios, os regimes convenientes aos diversos temperamentos. A educação física oferecida à juventude aproveitava-se do considerável desenvolvimento que tivera a ciência da ginástica em consequência da importância outorgada ao esporte profissional: é necessário reler em Filostrato, por exemplo⁵⁷, a análise minuciosa das qualidades que exigia cada uma das especialidades atléticas para aquilatar a que grau de requinte e de precisão o gênio analítico da razão grega pudera chegar neste domínio. Sem dúvida o simples pedótriba não levava as coisas tão longe quanto seu confrade treinador dos atletas profissionais, chamado normalmente ginasta (*γυμναστής*⁵⁸), mas seu ensino não podia ignorar os progressos realizados neste domínio vizinho e lograva aproveitá-los.

57. FILOSTRATO, *Sobre a Ginástica*, 28-42. — 58. Idem, 14; GALENO, *Conselhos de Higiene* (ed. Kühn, t. VI), II, 9.

Era um verdadeiro ensino que formava um todo, sistematicamente organizado: ali onde o pedótriba não recebia um ordenado mensal, como nas escolas públicas de Teos e de Mileto⁵⁹, os pais pagavam-lhe a empreitada do curso inteiro de educação física: esta quantia, por volta de 320 antes de Cristo, era da ordem de cem dracmas⁶⁰. Não conhecemos a arte "pedotribica" de maneira tão precisa quanto a dos professores de letras, mas disto entrevemos o suficiente para mostrar-nos que os mesmos métodos pedagógicos aí se empregavam: a ginástica não se ensinava somente pelo exemplo e pela prática; nesse, como em outros domínios, os gregos haviam-se alçado acima do puro empirismo; seu gosto pelo pensamento claro exigia uma tomada de consciência, uma análise minuciosa dos diferentes movimentos postos em jogo pelos exercícios atléticos. Neste domínio, como no do ensino literário, sua pedagogia levava muito longe a elaboração de uma teoria que o mestre dispensava ao discípulo sob a forma de instruções⁶¹.

O ensino da luta, sobretudo, é bem conhecido por nós: o pedótriba ensinava sucessivamente as diferentes posições ou figuras (*σχήματα*) que o lutador teria de utilizar mais tarde no curso do combate. Um papiro do século II depois de Cristo conservou-nos um fragmento de um manual para uso dos mestres de ginástica; assistimos assim a uma aula de luta dada a dois alunos:

Apresenta o torso de lado e faz uma prêsca de cabeça com o braço direito.

Tu, cinge-o. — Tu, agarra-o por baixo. — Tu, avança e aperta-o.

Tu, agarra-o por baixo com o braço direito. — Tu, cinge-o por onde êle te cingiu por baixo; lança a perna esquerda contra seu flanco. — Tu, afasta-o com a mão esquerda. — Tu, muda de lugar e aperta-o. — Tu, vira-te. — Tu, agarra-o pelos testiculos.

Tu, avança o pé. — Tu, agarra-o pelo meio do corpo. — Tu, faz pêso para a frente e curva-o para trás. — Tu, leva o corpo para a frente e endireita-te; [lança-te] sôbre êle e replica...⁶²

59. W. DITTENBERGER, *Sylloge Inscriptionum Graecarum* (3.^a ed.), 578, 14; 577. — 60. ATENEU, *Banquete dos Sofistas* (ed. Casaubon), XIII, 584 C. — 61. THEOPHRASTO, *Os Caracteres*, 7. — 62. B. P. GRENFELL, A. S. HUNT, H. I. BELL, etc., *The Oxyrhynchus Papyri*, 466

Arrisquei-me a traduzir (10): de fato, êste texto é muito obscuro, porque, para as necessidades dêste ensino esportivo, o grego helenístico elaborara todo um vocabulário técnico de extraordinária riqueza, cujos segredos temos dificuldade de penetrar; mas era tão familiar ao público instruído que autores licenciosos podiam servir-se dêles para descrever, em termos completamente diretos, as diversas fases da peleja amorosa ⁶³.

EXERCÍCIOS DE ADESTRAMENTO

O mesmo esforço de reflexão conduziu o pedótriba a prescrever para seu discípulo tôda uma série de exercícios de adestramento destinados a preparar de maneira indireta para as provas do programa de atletismo. Nisso ainda a pedagogia grega desenvolvera grande esforço de análise e de invenção; o repertório dos exercícios, progressivamente enriquecido no decorrer dos séculos, aparecia em pleno florescimento nos séculos II e III de nossa era ⁶⁴. Marcha em terreno acidentado, corrida num espaço limitado (uma trintena de metros), corrida em círculo, corrida para frente e para trás, corrida e saltitamento sem mudar de lugar, os pés batendo nas nádegas (era o exercício favorito das mulheres espartanas ⁶⁵), pontapés ao ar, movimentos de braços (*χειρονομία* ⁶⁶), sem falar dos exercícios mais complexos, como o de subir na corda, ou de jogos, como a bola ou o arco ⁶⁷.

É fácil compreender como êsses exercícios se desenvolveram: muitos apareceram naturalmente à margem dos esportes atléticos e, depois, por um deslize natural de meio a fim, tornaram-se um pouco autônomos. Assim, a necessidade de preparar um solo fôfo (*σκάμμα*) para a luta ou para o salto levava naturalmente o atleta a cavar (com efeito, o alvião faz parte da panópia do ginásio: aparece freqüentemente nas pinturas de vasos do quinto século representando cenas atléticas): percebeu-se, com o tempo, que cavar era um exercício salutar e, como tal, foi êle incluído entre os outros "exercícios violentos" próprios para fortalecer os músculos ⁶⁸.

63. LUCIANO, *Lúcio ou o Asno*, 8-10; *Antologia Palatina*, XII, 206. — 64. LUCIANO, *Anácaris*, 4; GALENO, *Conselhos de Higiene* (ed. Kühn, t. VI), II, 9-10; ANTILO ap. ORÍBASE, *Coleções Médicas*, VI, 22; 35. — 65. ANTILO ap. ORÍBASE, *Coleções Médicas*, VI, 31. — 66. Idem, VI, 30. — 67. Idem, VI, 26; 32; GALENO, *Conselhos de Higiene* (ed. Kühn, t. VI), II, 9. — 68. GALENO, *Conselhos de Higiene* (ed. Kühn, t. VI), II, 9-10.

Do mesmo modo, a preparação para o boxe desenvolveu os exercícios dos braços: manter os braços estendidos, os punhos cerrados, e permanecer assim muito tempo em guarda, resistir ao esforço dum parceiro que tenta obrigar o outro a baixar o braço⁶⁹. Assim o uso do *punchingbag* (κόρυμβος): um saco de couro cheio de pequenos grãos ou de areia, suspenso do teto de uma sala, de maneira a ficar à altura do peito. Servia, aliás, não apenas aos pugilistas, mas também aos pancratistas: eles se exercitavam em receber o choque de volta contra a cabeça ou o corpo, de maneira a fortificar o seu equilíbrio⁷⁰.

A preparação do salto levava à prática de exercícios sem sair do lugar, compreendendo movimentos dos braços com halteres⁷¹; conheceu-se logo todo um repertório, análogo ao que praticamos ainda hoje: flexão do tronco para a frente tocando sucessivamente cada pé com a mão oposta, etc.⁷².

O mais especificamente grego é que todos esses exercícios eram executados ao som do oboé: um *auleta* estava ligado a cada estabelecimento e era encarregado de ritmar os movimentos do atleta; coisa curiosa, não intervenha somente nestes exercícios de adestramento, mas também nas provas esportivas do *pentathlon* (11).

Ao final desta evolução, a ginástica grega encontrava-se de algum modo desdobrada, tendo justaposto à técnica puramente esportiva que herdara de suas origens toda uma ginástica higiênica que lembra de muito perto o "método analítico", tão caro à ginástica sueca do século XIX. Conhecemos sobretudo este segundo aspecto através da literatura médica da época romana, mas seria um erro pensar que foi usado apenas pelos médicos e sob forma de ginástica curativa (esta, bem entendido, existia: tratava-se de oftalmias e de constipação por meio da marcha na ponta dos pés⁷³, a gonorréia pela corrida⁷⁴, a hidropisia pela natação⁷⁵): o testemunho do próprio Galeno atesta que tal ginástica higiênica era concebida com vistas à educação dos jovens de catorze anos ou mais, ou mesmo mais novos⁷⁶.

69. Idem, II, 9, p. 141. — 70. FILOSTRATO, *Sobre a Ginástica*, 57; SORANO, I, 49; ANTILO ap. ORÍBASE, *Coleções Médicas*, VI, 33. — 71. FILOSTRATO, *Sobre a Ginástica*, 55; ANTILO ap. ORÍBASE, *Coleções Médicas*, VI, 34. — 72. GALENO, *Conselhos de Higiene* (ed. Kühn, t. VI), II, 10, p. 145. — 73. ANTILO ap. ORÍBASE, *Coleções Médicas*, VI, 21, 9. — 74. Idem, VI, 22, 3. — 75. Idem, VI, 27, 2. — 76. GALENO, *Conselhos de Higiene* (ed. Kühn, t. VI), II, 1, p. 81; II, 2, p. 91.

OS CUIDADOS DO CORPO

Em qualquer idade o atleta grego exercita-se completamente nu: aí está um dos hábitos que mais nitidamente continuam definindo a originalidade do helenismo em face dos bárbaros. Estabeleceram-se, lembramo-nos disso, desde o século VIII ⁷⁷: somos surpreendidos ao ver apresentar-se como um progresso técnico o fato de haver-se renunciado ao calçãozinho apertado dos minóicos; a nudez total não facilita tanto o esforço atlético e pode apresentar inconvenientes! (12)

Conservavam-se os pés nus, mesmo para o salto e a corrida: é verdade que esta se disputava em uma pista bem menos firme que as nossas: o solo, com efeito, após a alimpadura, era surribado a enxadão, aplainado e recoberto com uma espessa camada de areia ⁷⁸, onde o pé se enterrava ⁷⁹: isto ainda opõe o atletismo grego a nossos usos atuais.

Cabeça descoberta, mesmo sob o ardente sol de verão ⁸⁰; alguns, delicados, entretanto, protegiam-se das intempéries com um curioso bonézinho, de pele de cachorro, parece ⁸¹, preso por um atacador atado sob o queixo, muito semelhante ao que as esculturas góticas nos mostram usado pelos camponeses franceses do século XIII (13).

Mas a prática talvez mais característica da ginástica grega é a das fricções com unção de azeite. Aqui ainda é necessário recorrer à literatura médica para fazer uma idéia da importância que a ciência higiênica atribuía a esse costume, da precisão e da minúcia das prescrições que lhe diziam respeito: friccionava-se o corpo inteiro antes de todo exercício, em um compartimento têpidamente aquecido. Após uma primeira fricção moderada a seco, aplicava-se azeite, que fazia o papel de nossa embrocção, e friccionava-se com a mão nua, docemente de início, depois de maneira mais enérgica (levando em consideração, bem entendido, o que podia suportar a idade da criança ⁸²). A fricção preparatória opunha-se a fricção "apoterapêutica", que encerrava todo exercício

77. PAUSÂNIAS, *Descrição da Grécia*, I, 44, 1. — 78. *Bulletin de Correspondance Hellénique*, 23 (1899), 566, 5 s. — 79. LUCIANO, *Andercsis*, 27. — 80. *Idem*, 16. — 81. PÓLUX, *Onomasticon*, X, 64. — 82. GALENO, *Conselhos de Higiene* (ed. Kühn, t. VI), II, 2; 3; 7; (= *Ortbase, Coleções Médicas*, VI, 13).

e era destinada a descansar os músculos e afastar a fadiga, como a primeira havia servido para adestrá-los⁸³. Esta não estava menos regulamentada que a precedente e utilizava, do mesmo modo, a unção a azeite. Assim, o fornecimento do azeite necessário era uma das grandes despesas de manutenção com que havia de arcar todo bom ginasiarca e o pequeno frasco de azeite faz parte do estôjo que acompanha o jovem atleta.

Esse uso geral da fricção de azeite tinha um fim antes de tudo higiênico; só muito secundariamente se poderia reconhecer-lhe alguma outra vantagem, como a de tornar a pele escorregadia e, por conseguinte, mais difícil de ser agarrada no pancrácio⁸⁴. Na realidade, êsse uso combinava-se com outro, cujo efeito, neste sentido, era contraditório: devidamente massageado, o atleta cobria-se com uma fina camada de poeira que êle deixava cair sobre a pele em tênue chuva através dos dedos da mão afastados⁸⁵. Diz-se-nos por vêzes que êsse revestimento, ao contrário, tinha por objetivo tornar, na luta, a pega do corpo mais segura, tornando a pele menos escorregadia⁸⁶. Todavia, no mais das vêzes, é ainda pela higiene que se justifica o uso do polvilho: êle regula a transpiração e protege a pele contra as intempéries (pensava-se na insolação ou, ao contrário, no vento frio⁸⁷). Nisso ainda intervinham distinções e prescrições minuciosas: Galeno parece ver no uso dêsse pó um tratamento bastante enérgico que êle não devesse aplicar a crianças demasiado jovens⁸⁸. Filostrato enumera cinco tipos diversos, possuindo cada um suas qualidades próprias: a poeira de lodo é deterativa, a de barro faz transpirar (em Luciano, ao contrário, o uso da poeira é-nos apresentado como devendo parar o suor demasiado abundante), a poeira de asfalto aquece, a de terra negra ou amarela é excelente para a massagem e a nutrição, a amarela tem ainda mais a vantagem de tornar o corpo brilhante e agradável à vista⁸⁹. Donde, terminado exercício, a necessidade de uma limpeza cuidadosa, que começa com polimento enérgico da pele por meio duma almofaça de bronze (στλεγγίς)⁹⁰.

83. GALENO, *Conselhos de Higiene* (ed. Kühn, t. VI), III, 2 (= ORÍBASI, *Coleções Médicas*, VI, 16; cf. 17-20). — 84. LUCIANO, *Andarcus*, 28. — 85. FILOSTRATO, *Sobre a Ginástica*, 56. — 86. LUCIANO, *Andarcus*, 2; 20. — 87. Idem, 29. — 88. GALENO, *Conselhos de Higiene* (ed. Kühn, t. VI), II, 12, p. 162. — 89. FILOSTRATO, *Sobre a Ginástica*, 56; cf. 42. — 90. Idem, 18.

Assim, quando procuramos imaginar

os atletas nus sob o céu claro da Hélade,

convém desconfiar da transposição imaterial que nos dão disso os poetas neoclássicos: deve-se vê-los sob o sol e ao vento que levanta a poeira⁹¹, a pele untada, recoberta por uma camada de terra colorida, sem falar dos pancratistas que se chafurdam na lama, sujos de sangue...⁹²

No meio circula o pedótriba: não está nu, mas pomposamente coberto com um manto de púrpura⁹³, o que destaca o caráter dogmático de seu ensino (é verdade que podia, com um movimento brusco da espádua, lançar o seu *himation* e fazer a demonstração que julgasse necessária). Sua autoridade é reforçada pela curiosa insígnia que êle tem à mão: uma longa vara forquilhada que lhe serve menos para indicar ou retificar a posição de um membro do que para impor uma correção vigorosa no aluno desajeitado ou no que, no decorrer de uma partida, trapaceia ou tenta um golpe irregular (14). Veremos, a propósito da escola de letras, qual era a brutalidade da pedagogia antiga: considera-se, até, que a escola de ginástica não devia manifestar delicadeza particular nesse ponto!

GINÁSIOS E PALESTRAS

Quanto à escola em si, encontramos-a ora designada pelo nome de palestra, ora pelo de ginásio. As duas palavras não eram certamente sinônimas, mas o uso helenístico mistura-lhes as diversas acepções de maneira tão inextricável que a erudição moderna renuncia a fazer clara a distinção (lembramo-nos das dificuldades análogas que encontramos a propósito dos títulos de cosmeta, ginasiarca, etc.; não há *um* grego helenístico: as palavras mudam de sentido segundo os tempos e lugares). Opõe-se, às vezes, mas nem sempre, a palestra, escola para crianças, ao ginásio, onde se exercitavam efebos e adultos; ou ainda a palestra, escola privada, ao ginásio, instituição municipal. Ater-me-ei, de preferência, à distinção que opõe uma à outra como a parte ao

91. LUCIANO, *Amôres*, 41. — 92. *Andarsis*, 1-3. — 93. *Idem*, 3.

todo: o ginásio seria o conjunto formado pela reunião da palestra, campo de exercício cercado de edificações diversas, e do estádio, pista para corrida a pé (15).

Palestras ou ginásios, êstes estabelecimentos eram tão numerosos no mundo helenístico que as escavações de nossos arqueólogos exumaram grande número dêles: fato particularmente precioso, essas ruínas são de um tipo muito uniforme; umas esclarecem as outras, e sobretudo graças ao comentário sôbre elas que fornece um capítulo de Vitrúvio⁹⁴, sem falar dos textos epigráficos, como o inventário de um ginásio de Delos⁹⁵.

Escolherei como exemplo o ginásio inferior de Priene, que foi exumado e reconhecido de maneira muito satisfatória: data do século II antes de Cristo (anterior a 130); seu plano, bem claro, é bastante característico: não sofreu ainda as deformações que apresentam os ginásios construídos sob a influência romana (16).

O ginásio encontra-se na parte sul da pequena cidade, imediatamente acima da muralha; é construído num terraço, sustentado por um muro em possantes alicerces, engastado ao flanco da colina fortemente inclinada sôbre a qual Priene está construída. A entrada, cujos degraus e colunas dão-lhe um ar de Propileu monumental, abre-se sôbre uma rua em escadas. Entramos pelo lado oeste num pátio, acentuadamente quadrado e orientado, cercado de pórticos, que constituía o que chamaremos propriamente a palestra. Mede de 34 a 35 metros de lado (ou seja, uma centena de pés: um pouco menos que o modelo-tipo descrito por Vitrúvio). Êste pátio, cujo solo devia ser surribado e coberto de areia, era o campo de esporte onde se fazia a maior parte dos exercícios.

Do lado oeste encontra-se a entrada; ao norte desta, uma êxedra aberta sôbre duas colunas; ao sul, três salas onde eu colocaria (confrontando-as com o inventário epígrafo de um ginásio de Delos⁹⁶) o vestiário (ἀποδυτήριον). De conformidade com o preceito de Vitrúvio, o pórtico norte tem profundidade dupla e apresenta duas fileiras de colunas "para que, com a tempestade do vento sul, as rajadas não possam entrar até o interior". Atrás dêsse pórtico norte elevavam-se, encostadas à colina, as construções mais importantes; elas deviam

94. VITRÚVIO, *Sôbre a Arquitetura*, V, 11. — 95. *Bulletin de Correspondance Hellénique*, 54 (1930), 97-98. — 96. Idem, 97, 1. 123; 125.

ΕΦΗΒΕΙΟΝ
(sala de reunião e
de conferências)

ΕΛΑΙΟΘΕΣΙΟΝ
(depósito de óleo)

ΛΟΥΤΡΟΝ
(lavatórios)

ΚΩΡΥΚΕΙΟΝ
(sala do saco-de-areia)

ΚΟΝΙΣΤΗΡΙΟΝ
(depósito de areia
e salão de massagem)

porta

êxedra

entrada

ΑΓΟΔΥΤΗΡΙΟΝ
(vestiários)?

ΠΑΛΛΙΣΤΡΑ
área
de esportes

ΣΤΑΔΙΟΝ
(pista para corrida pedestre)

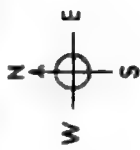
muro

sucessivas demarcações
da linha de partida

portão

bancada
para os espectadores

suposta localização
da linha de chegada



Escala



constituir um pavimento, do qual nada resta. No rés-do-chão, encontramos cinco compartimentos; dois têm uma significação bem clara.

Há, principalmente no centro, uma bela sala, mais larga que funda (cêrca de 9 m 5 por 6 m 6), com o teto mais alto, aberta sôbre duas colunas e cujas paredes são luxuosamente revestidas de mármore até mais de três metros de altura; acima, na parede do fundo, uma série de pilastras e, no meio, uma arcada abrigando a estátua de um homem vestido, de pé (sem dúvida algum benfeitor da cidade e especialmente do ginásio). Faz-se necessário, evidentemente, reconhecer aí o *ephebeum* previsto por Vitrúvio, sala de reunião e de conferência para os efebos: nas paredes foram encontradas, às centenas, grafitos feitos pelos efebos, do tipo: "É o lugar de fulano, filho de fulano"⁹⁷.

Uma tal sala encontra-se, sempre, no mesmo lugar: nos belos ginásios da época romana, como o de Pérgamo, por exemplo, apresenta-se sob a forma de um pequeno teatro, com degraus em plano semicircular. Em Priene, aparece designada sob o nome de "êxedra dos efebos" por uma inscrição⁹⁸ referindo a dedicatória de duas hermas destinadas a ornamentá-la: estátuas e hermas, oferecidas por generosos doadores, eram, com efeito, a decoração normal da palestra e de seus pórticos (17).

No canto noroeste do pórtico, abre-se a instalação de banhos frios, a *frigida lauatio* (λουτρόν) de que fala Vitruvius. Na época romana êste sistema é acrescido com termas, banhos quentes, que cedo se hipertrofiaram a ponto de no mundo latino a palestra ser apenas uma dependência secundária e de as termas aí se tornarem o principal. Aqui, estamos ainda próximos das origens e encontramos uma simplicidade de instalação análoga à que nos mostram as pinturas de vasos do século V: ao longo da parede curta, à altura de alcance, acha-se um tanque em que uma série de máscaras de leões cuspiam água, algo que lembra os lavatórios simples de tantos dos nossos velhos colégios ou de nossas casernas; a finura das molduras e dos mascarões ajuntam-lhe alguma elegância, porém não mais conforto!

97. F. HILLER VON GAERTHRINGEN, *Inscripfien von Priene* (Berlin, 1906), 313.
— 98. *Idem*, 112, l. 114-5.

Quanto às três outras salas, tem-se de ver nelas os três anexos que descreve no mesmo lugar Vitrúvio: a única incerteza reside no lugar que se deva atribuir a cada uma delas. Verei à direita o *ephebeum*, como o prevê Vitrúvio, o *coryceum*, a sala do "punching-bag" (o único exercício que se efetuava em sala); os outros dois compartimentos são o *elaeothesium*, recinto onde era distribuído o azeite, e o *conisterium*, armazém para a areia ou pós, tão necessários quanto o azeite, vimo-lo, para os cuidados da pele. Em Priene, uma dessas duas salas, a do lado nordeste (o *conisterium*?), é nitidamente mais espaçosa que a outra: era aí, parece, que se procedia às massagens, ao abrigo do sol, conforme recomendavam os médicos.

No mesmo lado nordeste da palestra abre-se uma pequena porta que dá acesso às instalações previstas para a corrida a pé e, acessoriamente, para os lançamentos do disco e do dardo, talvez também para o salto. Em consequência da inclinação da colina, elas se desenvolvem aqui em três níveis: em baixo, cinco metros abaixo da palestra, está a pista propriamente dita (στάδιον ou δρόμος) com 18 metros de largura e mais ou menos 191 metros de extensão. Não se encontraram infelizmente vestígios da linha de chegada, o que não permite medir a extensão precisa do percurso. Ao contrário, podemos estudar a disposição da linha de partida. As escavações desvendaram os restos de duas instalações, que deveram ter-se sucedido: a mais clara, e a mais simples, encontra-se no interior: oito bases, tendo cada uma comportado um pilar; entre esses pilares ficavam os corredores no ato da partida, os pés sobre uma dupla linha traçada na areia, e, supomo-lo, eram esses pilares que os corredores deviam contornar durante as corridas de fundo, antes de partirem novamente em sentido oposto. A segunda instalação, mais a oeste, era de caráter mais monumental: foi encontrada em estado demasiadamente avariado para que fôsse possível uma restauração segura; entrevê-se que, como em Olímpia, ou em Epidauro, ou em Delfos, a linha de partida era materializada por uma soleira de pedra; o lugar de cada corredor era aqui também delimitado por pilares; talvez, nesta instalação mais aperfeiçoada, o sinal de partida não fôsse mais dado pela voz do arauto, mas pelo franqueio de uma barreira.

Mais alto, ao norte, encontra-se a instalação para o público: uma fileira de doze degraus que ocupam apenas o terço do comprimento da pista; quando eram mais numerosos, os espectadores deviam acomodar-se em cadeiras de madeira ou mesmo na inclinação natural do terreno. Em Priene, as condições topográficas impunham conformarem-se com apenas uma fileira de degraus; quando o estádio é construído em terreno plano ou na depressão de um vale, encontra-se o plano normal: duas linhas de degraus reunidas por uma curva ou σπεινδόνη.

Enfim, bem no alto, ao nível da porta de entrada, encontra-se um pórtico com 7 m 75 de largura e do mesmo comprimento que o estádio, com uma saída à extremidade nordeste: é uma pista coberta (ξύστος), permitindo que se efetue a corrida mesmo sob mau tempo e, esporadicamente, servindo para passeio ou repouso.

O DECLÍNIO DA GINÁSTICA

Tal é, sumariamente evocada em seu programa, seus métodos e seu quadro, esta educação física em que o historiador moderno está de acordo com os próprios antigos para ver a grande originalidade da educação grega. Mas tão notável quanto permanece ainda, pelo menos nos primeiros séculos do período helenístico, o lugar ocupado pelo esporte na formação da juventude, é necessário dar-nos conta de que ele já não representa nela o setor mais vivo: é uma herança vinda do passado, piedosamente recolhida sem dúvida, mas não é mais o eixo da cultura em processo. A educação física helenística está estabilizada: permanece, a grosso modo, o que fôra nos séculos precedentes (o único desenvolvimento notável, vimos-lo, é o da ginástica higiênica de tipo "sueco"). Não progride mais; em seu próprio terreno, sofre a concorrência do atletismo profissional: tècnicamente, o esporte escolar não pode mais suportar a comparação com o atletismo de profissão que, submetendo desde a infância seus futuros campeões a um treinamento especializado, está em vias de obter resultados de qualidade inteiramente superior. Mas sobretudo a educação física recebe os contragolpes de um desenvolvimento que

cedo vamos constatar nos outros ramos do ensino, e especialmente no estudo das letras. Estas representam agora a parte verdadeiramente dinâmica da cultura: tendem a açambarcar o interesse, a energia e o tempo da juventude.

Creio que a ginástica viu seu prestígio diminuir lentamente e perdeu progressivamente a importância que tinha, de início, na educação grega. É, sem dúvida, difícil descrever com precisão este declínio e em particular datar-lhe as primeiras etapas (*); sua realidade, entretanto, não me parece contestável. Tal julgamento, eu o sei, não será aceito sem discussão por parte dos especialistas da Grécia helenística e romana. Sem dúvida, a continuidade das instituições obscurece muitas vezes, neste domínio, os novos fenômenos. Nos últimos anos do segundo século depois de Cristo, Termessos, em Pisídia, fazia sempre as crianças das escolas disputarem provas de salto, de corrida, de pancrácio e de luta (18): suas inscrições⁹⁹ apresentam-nos catálogos de vencedores perfeitamente análogos aos que havíamos encontrado quatro séculos mais cedo, um pouco por todo o mundo grego, e notadamente na Jônia.

A tradição conservadora pôde manter-se com uma obstinação particular em tais regiões ou em tal setor da sociedade. Assim nos meios coloniais da região plana do Egito onde, preocupados com distinguir-se dos bárbaros que os cercam, os gregos apegaram-se à ginástica, que, melhor e mais facilmente que o sangue, constituía um seguro critério do helenismo. É também o caso do meio aristocrático e rico em que se recruta doravante a efèbia, em Atenas notadamente e na Ásia Menor: aqui, a julgá-lo por alguns documentos numismáticos e epigráficos da época imperial, crer-se-ia quase, por momentos, que nada mudou desde Píndaro: vemos sempre os atletas vencedores nos grandes jogos, cobertos de honras por sua cidade; pertencem muitas vezes às mais nobres famílias e às mais ricas, e essas se honram com suas façanhas... (19).

Mas a esses testemunhos é necessário opor os da tradição literária em que se exprimem por vezes senti-

(*) Ver porém, o testemunho de Jasão de Feres (375 a. C.) relatado por XENOPONTE, *Helénicas*, VI, 1, 5.

99. *Tituli Asiae Minoris*, III, 1, 201-210; 4.

mentos completamente diversos a respeito dos campeões esportivos. A admiração suscitada por suas façanhas mistura-se, é mister constatá-lo bem, ao desprezo que eles merecem do ponto de vista pessoal: nem todos são recrutados na "aristocracia plutocrática": muitos são de origem humilde; são homens rudes e incultos, a quem um regime muito severo veda todo desenvolvimento espiritual ou intelectual¹⁰⁰. Os tipos selvagens de atletas que nos apresenta a arte da época romana¹⁰¹ atestam-nos quanto estava esquecido o ideal arcaico de um perfeito equilíbrio entre o desenvolvimento do corpo e o do espírito.

Para poder fazer um julgamento válido sobre o jôgo dessas tendências contrastantes, é necessário recuar um pouco. Coloquemo-nos no fim da época antiga: enquanto em país grego a educação do tipo clássico sobrevive ao triunfo do Cristianismo, a educação física desaparece sem deixar traços. Já encontramos a última em data das manifestações esportivas em que aparecem efebos, no Egito, em Oxirrincó, em 323 de nossa era¹⁰². No mesmo lugar, duas gerações mais tarde, em 370, ouvimos falar, pela última vez, de um ginasiarca¹⁰³. Por volta do mesmo tempo encontramos, sob a pena de São Basílio, uma última referência aos ginásios¹⁰⁴, e, sob a de Himérios, à palestra¹⁰⁵, um pouco mais tarde e, pouco depois de 400, sob a de Sinésio, ao pedótriba¹⁰⁶. Alusões fugitivas, que não nos permitem quase imaginar instituições verdadeiramente florescentes. E não se trata aqui de um uso abusivo do argumento *a silentio*: conhecemos muito bem, por testemunhos muito precisos, a vida dos estudantes gregos do século IV depois de Cristo; sabemos quais eram suas ocupações, seus prazeres. O esporte, no sentido restrito da palavra, aí não aparece: sem dúvida, como toda juventude, praticam jogos ao ar livre, jogam bola por exemplo¹⁰⁷, mas não passam de jogos: sua educação é toda intelectual, o atletismo não está mais integrado nela.

100. PLUTARCO, *Conselhos de Higiene*, 133 BD; GALENO, *Discurso de Exortação* (ed. Kühn, t. I), 13 s. — 101. S. REINACH, *Répertoire de Peintures grecques et romaines*, 280-283. — 102. B. P. GRENFELL, A. S. HUNT, H. I. BELL, etc., *The Oxyrhynchus Papyri*, 42. — 103. Idem, 2110. — 104. SÃO BASÍLIO DE CESARÉIA (*Patrologie Grecque*, t. 32), *Cartas*, 74 448 A. — 105. HIMÉRIO, *Discursos* (ed. Dübner), XXII, 7. — 106. SINÉSIO DE CIRENE, *Cartas*, 32. — 107. LIBÂNIO, *Discursos* (ed. Förster), I, 22.

Ninguém contesta que a educação física não esteja morta na época cristã, e que haja tido uma bela morte, sem revolução violenta (a História tê-lo-ia dito) — como uma instituição envelhecida cuja vida desde há muito tempo desaparecera. É o que me parece demonstrar a atitude dos moralistas e dos polemistas cristãos. Imagina-se sem dificuldade tudo o que eles teriam podido objetar, em nome de seus princípios, à antiga ginástica — escola de despudor, de imoralidade sexual e de vaidade. Ora, coisa curiosa, não vejo que o hajam feito. Sem dúvida há, entre os Padres da Igreja, numerosas páginas consagradas a dissuadir os cristãos de toda admiração exagerada pelos esportes atléticos, mas é notável que essa crítica atinja o esporte na qualidade de espetáculo, o esporte dos profissionais, e não o que teriam podido praticar amadores. Assim, por volta de 384-390, São Gregório Nazianzeno, dirigindo-se a seu segundo sobrinho Nicóbulo, denuncia a vaidade dos que perdem seu tempo e seu dinheiro no estádio, na palestra ou no circo¹⁰⁸, mas esta crítica insere-se entre a dos outros espetáculos, os dos combates sangrentos do anfiteatro¹⁰⁹ e dos mimos indecentes do teatro¹¹⁰. Era já a atitude dos Apologistas dos séculos II e III, de Taciano¹¹¹ a Tertuliano¹¹². É como espetáculo que o esporte constituía um problema para a consciência cristã, não enquanto sistema de educação.

Terem desempenhado as competições esportivas, disputadas por profissionais, um grande papel na vida grega, durante todo o Alto Império e até uma data avançada no século IV, atesta-o a extraordinária abundância das metáforas atléticas entre os autores cristãos, de São Paulo¹¹³ a São João Crisóstomo (20), mas essa voga persistente pôde muito naturalmente coincidir com o recuo da ginástica no ensino ministrado à juventude. Nosso tempo conhece, êle também, êste contraste, e muitas vêzes esta oposição entre o esporte como espetáculo e o esporte educativo: a juventude francesa, em seu conjunto, apaixona-se pelos esportes, e no entanto o papel que desempenha êste último na educação da França não é, aos olhos de muitos juizes, de primeira plana.

108. SÃO GREGÓRIO DE NAZIANZA, *Poemas*, II, 11, 4, 154-157. — 109. Idem, 149-153. — 110. Idem, 157-162. — 111. TACIANO, *Apologia*, 23. — 112. TERTULIANO, *Sobre os Espectáculos*, 11; cf. 5-10; 12; [Pseudo-São Cipriano de Cartago], *Sobre os Espectáculos*, 2, 2-4. — 113. SÃO PAULO, *Primeira Epistola aos Coríntios*, 9, 24-26, etc.

CAPÍTULO IV

A EDUCAÇÃO ARTÍSTICA

Por educação artística se deve propriamente entender, à luz da tradição, a educação musical. A música, entretanto, nem sempre representa, sozinha, as belas-artes na educação grega: esta, refletindo, como é natural, o desenvolvimento da cultura, havia cedido um lugar às artes plásticas, introduzindo em seus programas o ensino do desenho (1).

O DESENHO

Surdiu êste na educação liberal no curso do século IV, primeiramente em Sicione (sob a influência do pintor Pânfilo, um dos mestres de Apeles¹), donde se propagou a tôda a Grécia. Para Aristóteles, o desenho é ainda simplesmente matéria optativa, que apenas alguns anexavam ao programa normal (letras, ginástica e música²); um século mais tarde, por volta de 240, o professor de desenho (ζωγράφος) faz parte regularmente do corpo docente a que é confiada a juventude³ e sua arte (a ζωγραφία) figura no programa dos concursos escolares de Teos⁴ e de Magnésia do Meandro⁵ no século II antes de nossa era.

Temos poucas informações sobre esta disciplina: a criança aprendia a desenhar (com carvão) e sem dúvida também a pintar em uma tabuleta de buxo⁶; os termos ζωγράφος, ζωγραφία, propriamente “desenho segundo o modelo vivo”, parecem sugerir, e nada seria

1. PLÍNIO O ANTIGO, *História Natural*, XXXV, 77. — 2. ARISTÓTELES, *Politica*, VIII, 1337 b 25. — 3. TELES ap. ESTOBEU, *Extratos*, 98, 72. — 4. CH. MICHEL, *Recueil d'Inscriptions Grecques*, 913, 10. — 5. W. DITTENBERGER, *Sylloge Inscriptionum Graecarum* (3.^a ed.), 960, 13. — 6. PLÍNIO O ANTIGO, *História Natural*, XXXV, 77.

mais natural, que se desenhava sobretudo a figura humana. Não há dúvida que não se deve forçar demasiado o sentido etimológico de um termo que se tornou trivial, mas é realmente na beleza dos corpos que pensa Aristóteles num precioso texto ⁷, em que define a orientação que deve tomar o ensino do desenho: seu objetivo nada tem de prático, visando apenas a aguçar o sentido da vista, o gosto pelas linhas e pelas formas.

Em princípio, e isto até à baixa época romana, continuará sempre entendido que as artes plásticas têm seu lugar na alta cultura ⁸: Porfírio, reportando a lenda de Pitágoras, imagina, muito naturalmente, que seu herói recebeu lições de desenho ⁹. Efetivamente, porém, não podemos afirmar que este ensino continuou sendo comumente ministrado e recebido: os testemunhos faltam. É provável que, vindo demasiadamente tarde e não tendo podido criar na rotina pedagógica raízes bastante profundas, o ensino do desenho não tenha podido suportar a concorrência das técnicas literárias então em franco progresso e cuja avassaladora marcha logo relatarei.

A música resguardou-se melhor, e por mais longo tempo: arraigava-se ela, como vimos, na essência mesma da mais antiga tradição cultural da Grécia.

MÚSICA INSTRUMENTAL: A LIRA

Pelo menos tanto quanto à ginástica, a cultura e, com ela, a educação tradicional, outorgavam grande importância à música. Inicialmente, à música instrumental: no século V, a julgar pelas esplêndidas imagens que nos mostram pinturas de vasos devidas a Dúris, Eufrônio, Hierão, Eutimedes (2), os jovens atenienses aprendiam, ao mesmo tempo, a tocar os dois instrumentos essenciais à arte musical antiga, a lira e o *aulos* (palavra que não se deve, como se faz muitas vezes, traduzir por "flauta": trata-se de um oboé) (3).

Mais tarde, o *aulos* perdeu seu prestígio em Atenas: uma anedota célebre mostra-nos já o jovem Alcibiades

7. ARISTÓTELES, *Política*, VIII, 1338 a 40 s. — 8. VITRÚVIO, *Sôbre a Arquitetura*, I, 1; GALENO, *Discurso de Exortação* (ed. Kühn, t. I), 14; FILOSTRATO, *Sôbre a Ginástica*, 1. — 9. PORFÍRIO, *Vida de Pitágoras*, 11.

recusando-se a aprendê-lo, sob o pretexto de que sua execução deformava o rosto¹⁰; mas o aulo não foi abandonado de pronto: provavelmente continuou sendo ensinado no século IV¹¹, conquanto Aristóteles o exclua formalmente de seu plano de educação¹²; e se é possível supor que ele tenha podido manter-se durante longo tempo nas regiões como a Beócia, onde se destacava como o instrumento nacional, a pedagogia helenística parece, em seu conjunto, haver seguido o critério de Aristóteles: um testemunho vago, em sentido contrário, de Estrabão¹³, não pode prevalecer contra o silêncio dos palmares epigráficos: o *aulos* está ausente das competições escolares do século II antes de Cristo.

Desde então, o ensino da música instrumental reduz-se à lira, a velha lira de sete cordas de Terpandro: com efeito, êste ensino, muito conservador, não havia adotado os aperfeiçoamentos técnicos e os refinamentos harmônicos que, na escola dos compositores "modernos", tinha adotado a grande cítara de concêrto (4). A lira heptacórdia era um instrumento vazado, como nossa harpa, e cujos recursos eram, pois, muito limitados, visto que possuía poucas cordas; estas eram tocadas ou com os dedos, ou com plectro de escama, o equivalente à palheta de nosso bandolim: eram, estas, duas técnicas assaz diferenciadas para constituírem objeto de duas provas distintas nos concursos, como se vê pelos palmares do século II, provenientes de Quios¹⁴ ou de Teos¹⁵, que distinguem, com cuidado, *ψαλμός* (execução com o plectro) e *κιθαρισμός* (execução com os dedos).

Possuímos, para dizer a verdade, poucas informações precisas sobre a pedagogia musical helenística. A criança aprendia a tocar a lira com um mestre especializado (*κιθαριστής*), diverso, salvo exceção¹⁶, do mestre-escola com quem estudava as letras. Seu ensino parece haver sido puramente empírico. A teoria musical grega, que desde o tempo de Aristóxeno de Tarento atingira tão alto grau de perfeição (trata-se, com efeito, de uma das mais belas conquistas do gênio grego) (5), destaca-

10. PLUTARCO, *Alcibiades*, 2; AULO GÉLIO, *Noites Aticas*, XV, 17. — 11. XENOFONTE, *As Memoráveis de Sócrates*, I, 2, 27. — 12. ARISTÓTELES, *Política*, VIII, 1341 a 18. — 13. ESTRABÃO, *Geografia* (ed. Casaubon), I, 15. — 14. W. DITTENBERGER, *Sylloge Inscriptionum Graecarum* (3.^a ed.), 959, 10. — 15. CH. MICHEL, *Recueil d'Inscriptions Grecques*, 913, 6-7. — 16. EUFOIS (Meinecke, *Fragmenta Coniectorum Graecorum*), 10-11; QUINTILIANO, *Instituição Oratória*, I, 10, 17.

ra-se nitidamente da prática artística: era uma ciência, integrada, desde Pitágoras, no *corpus* das ciências matemáticas: reencontrá-la-emos aí, mas num contexto que a torna completamente estranha ao ensino artístico (6).

Melhor ainda: nem mesmo é certo que o citarista julgasse necessário começar por ensinar seu discípulo a ler a notação musical (7). Pelo menos, a julgar pelas pinturas dos vasos do século V (8), o mestre, com sua própria lira à mão, e o aluno, com a sua, sentavam-se face a face: o mestre tocava e o aluno, com o ouvido e os olhos fixados nêle, esforçava-se por imitá-lo do melhor modo. A instrução fazia-se diretamente, sem música escrita, *ad orecchio*, como se diz em Nápoles, onde pude ver ainda, na década de 1930, um professor ensinando piano, dessa maneira, a gente iletrada. No caso da música grega, seu caráter monódico tornava mais fácil o esforço de memorização: estranho para nós, isto nada tem de surpreendente; sabe-se que toda a música árabe se transmitiu assim, de memória, até nossa época.

O CANTO ACOMPANHADO E O CORAL

Com a música instrumental, os jovens gregos aprendiam também o canto; os dois eram freqüentemente associados, uma vez que, à diferença do aulo, a lira torna fácil, ao mesmo músico, cantar acompanhando-se: os concursos escolares de Teos¹⁷ e de Magnésia do Meandro¹⁸ associavam, no século II de nossa era, uma prova de "canto acompanhado" (*κῆθαρχοδία*) às de solo de lira.

Mas sobretudo os escolares helenísticos eram levados a exercitar-se no canto coral: musicalmente, trata-se de algo extremamente simples, a música grega não conhece a polifonia vocal; os coros cantam em uníssono, ou, no caso de coros mistos, em oitava¹⁹, e sempre guiados pela execução de um instrumento, que é, geralmente, o aulo.

Tais coros eram o acompanhamento obrigatório de grande número de cerimônias religiosas em que se encarnava o culto oficial da cidade: sabe-se quão cuidadosamente era organizada, na Atenas do século V ou do

17. CH. MICHEL, *Recueil d'Inscriptions Grecques*, 913, 8. — 18. W. DITTENBERGER, *Sylloge Inscriptionum Graecarum* (3.^a ed.), 960, 9. — 19. ARISTÓTELES, *Problemas*, XIX, 918 a 6 s.; b 40.

século IV, a participação dos cidadãos, adultos ou crianças, nessas manifestações (9). Ensejavam elas, por ocasião de várias festas, Dionísias, Targélias, Panatenéias, concursos entre tribos: cada uma destas era representada por um côro, recrutado pelos cuidados e ensaiado a expensas de um rico cidadão, o corego; essa prestação onerosa ou liturgia, a coregia, era considerada como muito honrosa: mais de um corego vencedor eternizou a lembrança de sua vitória, fazendo erigir um monumento destinado a abrigar o tripé de bronze recebido como prêmio (encontramos sempre êste amor à glória, êste orgulho um tanto ostentativo, bem característico da alma grega). Vários dêsses graciosos monumentos coregícos subsistiram até nossos dias: o mais célebre é o de Lisícrates, consagrado em 335-334:

Lisícrates, filho de Lisítides, do demo de Cicina, sendo corego, a tribo Acamântis foi vitoriosa no concurso das crianças. Oboísta: Téon. Professor: Lisíades de Atenas. Chefe do côro: Evêneto²⁰.

Na época helenística, precisamente por causa da importância ligada à boa execução, à qualidade artística da cerimônia, êsses coros foram freqüentemente confiados não mais a amadores recrutados circunstancialmente entre os cidadãos (cujos nomes as inscrições às vêzes tratavam de perpetuar²¹), mas a grupos de artistas profissionais, dêstes *tecnites* (τεχνίται) agrupados em colégios ou sindicatos que apareceram na Grécia por volta do tempo de Alexandre. Assim, quando a cidade de Atenas retomou em 138-137 o costume interrompido desde o século IV, de enviar a Delfos uma peregrinação oficial ou teoria, a *pitaída* (10), sua delegação oficial compreendia ainda um côro de crianças²²; na pitaída seguinte, em 128-127, encontramos os mesmos "pitaístas crianças²³", mas seu papel tornou-se mudo: o encargo de cantar o peá em honra do deus é confiado a um côro de trinta e nove artistas profissionais²⁴, incorporado ao numeroso grupo de tecnites atenienses (são uns seiscentos, ao todo) que, desta vez, acompanham a delegação e cuja participação brilhante nas cerimônias lhes vale o

20. W. DITTENBERGER, *Sylloge Inscriptionum Graecarum* (3.^a ed.), 1987; cf. 1081 s. — 21. Idem, 1091. — 22. *Fouilles de Delphes* (publicação da Escola Francesa de Atenas), III, 2, 11. — 23. Idem, 12. — 24. Idem, 47, 9.

reconhecimento dos délficos²⁵: podemos até julgar, por fragmentos, o interesse da contribuição deles, uma vez que se achou, gravado nos muros do Tesouro dos Atenienses, o texto literário e musical de dois hinos a Apolo que foram cantados nessa ocasião²⁶.

Entretanto, seja por escrúpulo religioso, fidelidade conservadora aos velhos usos, seja tão simplesmente por economia (11), freqüentemente a juventude da cidade é encarregada de assegurar a execução desses coros: os testemunhos abundam, do século III ou do II antes de Cristo até à época romana. São, excepcionalmente, coros de efebos, como em Éfeso, em 44 depois de Cristo²⁷, ou em Atenas, em 163-164 depois de Cristo²⁸; mais comumente coros de rapazes, como em Delfos ou em Delos²⁹ no século III antes de nossa era, na Arcádia, no segundo³⁰, sob o Império em Pérgamo³¹ ou em Estratoniceia³² — ou de moças, como em Magnésia do Meandro, no século II antes de Cristo³³ — ou de rapazes e moças, simultaneamente, como ainda no século II, em Teos³⁴ (onde as moças juntam a dança ao canto³⁵).

Sabemos já qual era a importância atribuída a essa participação oficial, prevista pela lei e de obrigação sancionada, das crianças das escolas e das formações de juventude nas cerimônias do culto; logo veremos o lugar notável que ocupavam estas no calendário escolar. Pode-se, pois, dizer, tais cerimônias desempenhavam um papel jamais obliterado na educação da juventude heleenística, mas disto não se deveria concluir que o ensino do canto coral fôsse aí, conseqüentemente, uma das matérias fundamentais do programa dos estudos. Dado, ainda uma vez, o caráter, bastante elementar da música de então, seu ensino regular não era necessário: bastava confiar, para alguns ensaios, os jovens chamados a fazer parte de um côro, a um professor de canto (χοροδιδάσκαλος³⁶), que logo os preparava para a cerimônia.

25. Idem, 47. — 26. Idem, 137; 138. — 27. *Forschungen in Ephesos* (publicação do Instituto Arqueológico Austríaco), II, 21, 53 s. — 28. *Inscriptiones Graecae* (editio minor), II, 2086, 30. — 29. W. DITTENBERGER, *Sylloge Inscriptionum Graecarum* (3.ª ed.), 450; CH. MICHEL, *Recueil d'Inscriptions Grecques*, 902-904. — 30. POLÍBIO, *História Romana*, IV, 20, 5. — 31. ELIO ARISTIDES, *Discursos* (ed. Keil), XLVII, 30. — 32. L. ROBERT, *Études Anatoliennes* (Études Orientales publiées par l'Institut français de Stamboul, t. V, Paris, 1937), 29. — 33. W. DITTENBERGER, *Sylloge Inscriptionum Graecarum* (3.ª ed.), 695, 29. — 34. CH. MICHEL, *Recueil d'Inscriptions Grecques*, 499, 8-12. — 35. L. ROBERT, *Études Anatoliennes* (Études Orientales publiées par l'Institut français de Stamboul, t. V, Paris, 1937), 19. — 36. W. DITTENBERGER, *Sylloge Inscriptionum Graecarum* (3.ª ed.), 450, 5.

Retomemos, por exemplo, o caso da pitaída de 138-137: os rapazes de Atenas foram dirigidos por dois mestres de côro, Elpinício e Cléon³⁷, que não eram professores propriamente ditos, mas artistas líricos que reencontramos, dez anos mais tarde, no grupo dos tecnites da segunda pitaída³⁸.

A DANÇA

Ao canto coral, não o esqueçamos, estava intimamente associada a dança: a palavra grega χορός evoca ao mesmo tempo um e outra. Com efeito, segundo os casos (os lugares, as festas e os gêneros), o papel de um ou de outro elemento tomava maior ou menor importância: ora o canto prepondera (como nos coros dramáticos) e a dança se reduz a alguns sóbrios movimentos de conjunto, ora, ao contrário, como no hiporquema de Delos³⁹, é ela que se torna o essencial: é, como dizem os camponeses, uma “dança com canções”; apenas os mais hábeis interpretam com seus movimentos a ária que o resto do côro se limita a cantar. Por outro lado, a Grécia possuía também todo um repertório de dança pura, executada ao som dos instrumentos (12).

Mas acontece com a dança o mesmo que com o canto: o lugar que ela ocupa na educação não parece, na época helenística, muito importante. Creio que podemos falar dela como o fariamos do teatro de amadores em relação ao que recebem os jovens franceses de hoje: não se lhe reserva um lugar oficial nos programas de estudos e contenta-se com um ensaio ou uma preparação com vistas a uma representação bem determinada. Ensino da dança propriamente dito, regularmente organizado, só encontramos em casos excepcionais, como no tempo de Políbio, na Arcádia⁴⁰, ou mais tarde ainda sob o Império, em Esparta⁴¹.

Duas regiões cuja cultura apresenta um caráter arcaizante: não poderíamos surpreender-nos com isso; saientamos quanto, desde Homero até Platão, a dança se ligava à mais velha tradição aristocrática. A evolução dos costumes tende a afastá-la da cultura liberal. Po-

37. *Fouilles de Delphes* (publicação da Escola Francesa de Atenas), III, 2, 11, 20-22. — 38. *Idem*, 47, 15; 14. — 39. LUCIANO, *Sôbre a Dança*, 16. — 40. POLÍBIO, *História Romana*, IV, 20, 5. — 41. LUCIANO, *Sôbre a Dança*, 10.

demos assinalar algumas etapas dessa obliteração progressiva: no século IV, o programa das Panatenéias previa concursos de dança guerreira ou pírrica, com provas distintas para os homens, os rapazes e as crianças ⁴²; no fim do século II, segundo o testemunho de Aristocles ⁴³, a dança pírrica caiu em desuso, não apenas em Atenas, mas entre todos os gregos, excetuando-se ainda uma vez os espartanos, entre os quais ela se prende à conservação obstinada de uma orientação pré-militar da educação.

No Império, à parte algumas exceções locais, como na Jônia, onde o vêzo da dança dionisiaca permanece no gosto da aristocracia ⁴⁴, a dança foi eliminada da cultura liberal: já não passa de um espetáculo, objeto de grande fascinação, mas do qual um homem da alta sociedade se envergonharia de participar pessoalmente; êle o abandona a profissionais que aprecia por seus talentos, mas despreza por si mesmos ⁴⁵.

RETRAÇÃO DA MÚSICA NA CULTURA E NA EDUCAÇÃO

Depara-se aí um fato mais geral, que interessa não apenas à dança, mas à arte musical em seu conjunto: herança da era arcaica, a música aparece na cultura helenística com um caráter não mais dominante, mas recessivo; encontra, pois, dificuldade em manter seu lugar no plano dos estudos e na educação da juventude: pouco a pouco, vemo-la ceder terreno, como a ginástica, em benefício dos estudos literários em franco progresso. As datas são significativas: é do século II, o mais tardar, que datam os palmares epigráficos, como os de Quios, Magnésia ou Téos ⁴⁶, em que encontramos menção de provas musicais nos concursos escolares. E já o recesso está aprestado: releiamos os termos da fundação escolar de Polítras, que fixa a estrutura do ensino público em Téos precisamente no século II. A música já não se acha mais aí situada, como nos belos tempos, no mesmo plano que os dois outros ramos tradicionais do ensino, as letras e a ginástica.

42. *Inscriptiones Graecae* (editio minor), II, 2312, 72-74. — 43. ATENEU, *Banquete dos Sofistas* (ed. Cassubon), XIV, 631 A. — 44. LUCIANO, *Sobre a Dança*, 79. — 45. Idem, 1-2. — 46. W. DITTENBERGER, *Sylloge Inscriptionum Graecarum* (3.^a ed.), 577; 578; CH. MICHEL, *Recueil d'Inscriptions Grecques*, 913.

Enquanto o regulamento prevê, para o conjunto das escolas, três professores de letras e dois de ginástica, um só mestre de música bastará⁴⁷. Sem dúvida, êle é muito bem remunerado: seu salário anual é de 700 dracmas, ao passo que o dos colegas oscila entre 500 e 600; trata-se de um especialista, mas fica um pouco à margem. Seu ensino, com efeito, não se destina a tôdas as crianças das diversas idades, mas sòmente aos alunos maiores, dos dois anos que precedem a entrada na efebia, e aos efebos pròpriamente ditos; e o programa é estritamente delimitado: aos primeiros, ensinará êle a dupla execução da lira, com e sem plectro, assim como "a música", τὰ μουσικά (a teoria matemática, ou simplesmente o canto?); aos efebos, a música simplesmente⁴⁸. Assim os jovens de Téos terão feito, ao todo, apenas dois anos de lira: isso, sem dúvida, teria parecido muito insuficiente dois ou três séculos antes!

O fenômeno é geral: a fundação, paralela, de Eudemo, em Mileto, nem cogita sequer de prever ensino da música. Na Atenas helenística ou romana, apenas os "melefebos", os aspirantes à efebia, do "Diogeneion", aprendem música⁴⁹ e ainda seria necessário certificarmos de que não se trata unicamente de sua forma matemática; a música não aparece nos concursos, tão numerosos, que disputam os efebos e nos quais, vê-lo-emos, as disciplinas literárias conquistaram um lugar ao lado das provas atléticas.

Passou-se com a música um fenômeno análogo ao que brevemente evocamos a propósito da ginástica: o progresso técnico acarretou a especialização, e esta, uma desconjunção entre a cultura comum e a educação. Na época arcaica, digamos até o fim do primeiro terço do século V, há um perfeito equilíbrio entre a arte musical, ainda pobre de meios, singela e simples, a cultura e a educação. Este equilíbrio é bruscamente rompido quando os grandes compositores que foram Melanípedes, Cínésias, Frinis e Timóteo⁵⁰ introduziram na escritura musical tôda uma série de requintes, referentes à estrutura harmônica assim como ao ritmo, acompanhados de aperfeiçoamentos paralelos na feitura dos instrumentos.

47. W. DITTENBERGER, *Sylloge Inscriptionum Graecarum* (3.^a ed.), 578, 9; 13; 15. — 48. Idem, 578, 16-19. — 49. PLUTARCO, *Questões de Banquete*, IX, 736, D. — 50. *Sôbre a Música*, 1141 D-1142 A.

Muito rapidamente, sob sua influência, a música grega se complica, torna-se uma técnica tão elaborada que seu domínio refoge ao comum dos amadores e seu aprendizado exige doravante um esforço mor, de que somente um pequeno número de especialistas serão capazes. A evolução iniciada no último terço do século V prosseguiu no decorrer do século IV, quaisquer que sejam as críticas que os espíritos desgostosos e conservadores, de Esparta ou de Atenas⁵¹, dirigem à "corrupção" do gosto: o divórcio consumou-se na aurora dos tempos helenísticos, em que, vimo-lo, uma corporação de musicistas profissionais (estes *tecnites* que encontramos em Delfos) monopoliza a grande arte e a lança à margem, reduzem ao papel de simples ouvintes os diletantes do meio simplesmente culto, exatamente como os atletas de maior categoria sobrepõem, no esporte de competição, os resultados alcançados pelos simples amadores.

Disso resultou grave problema de adaptação para a educação artística: podia ela, devia ela seguir, embora de longe, a evolução daquela arte "moderna"? Renunciando a fazê-lo não cessava ela, por isso mesmo, de ser uma iniciação eficaz à cultura viva de seu tempo? Podemos avaliar, graças a Aristóteles, que lhe consagra quase todo o VIII livro de sua *Política*⁵², a acuidade com que esse problema foi proposto à consciência da pedagogia antiga.

Por sua conta, Aristóteles atém-se a uma solução de notável finura: do mesmo modo que a educação física, longe de visar a seleção de campeões, deve propor-se como objetivo um desenvolvimento harmonioso da criança⁵³, assim também a educação musical repudiará toda pretensão no sentido de rivalizar com os profissionais⁵⁴: aspirará unicamente a formar um amador esclarecido, que apenas haja praticado a técnica musical na medida em que uma tal experiência direta é útil para formar seu julgamento⁵⁵. Visão profunda, que mais de um musicista de hoje retomarà de boa vontade (13): o verdadeiro amador é o que não se formou apenas escutando música em concerto, no rádio e nos discos, mas o que a fez, com suas mãos, no piano ou no violino — ainda que jamais se tenha tornado um virtuose.

51. ARISTÓXENO DE TARENTO ap. ATENEU, *Banquete dos Sofistas* (ed. Casaubon), XIV, 632 A. — 52. ARISTÓTELES, *Política*, VIII, 1337 b 29 s.; 1339 a 11 s. — 53. Idem, 1338 b 38 s. — 54. Idem, 1341 b 9-19. — 55. Idem, 1340 b 20-40; cf. 1339 a 35 s.

Mas, como acontece muitas vezes entre os teóricos da pedagogia, Aristóteles não soube tirar dessa doutrina, de uma verdade formal tão profunda, as conseqüências práticas que a teriam tornado fecunda. Tampouco o souberam seus sucessores helenísticos. Teria sido preciso, com efeito, que o ensino musical, rompendo com a rotina, se desviasse da tradição fanática que o encerrava no círculo estreito da velha música do tempo de Olímpos (século VII) e aceitasse refletir, mesmo com atraso e uma necessária transposição, os progressos da arte viva: não fazemos nossos filhos aprenderem desde cedo peças fáceis, digamos, de Ravel ou de Honegger, para familiarizá-los com a nova língua que falam os músicos de hoje? Mas, resolutamente conservadores, nem Aristóteles nem os helenísticos fizeram nada disso: a educação musical deteve-se em suas posições arcaicas. Como se admirar de que a vida a tenha abandonado?

Não é somente do ponto de vista técnico que a tradição, transmitida aos séculos seguintes por Platão e Aristóteles, se mostrava arcaizante. Veiculava idéias ingênuas sobre a eficácia da música como agente de formação moral, de disciplina pessoal e social⁵⁶. Durante todo o período helenístico e romano mascatearam-se as mesmas anedotas edificantes: como Pitágoras, por uma simples mudança de modo ou de ritmo, conseguiu apaziguar o furor erótico de um môço embriagado⁵⁷; como Pitágoras ainda⁵⁸, ou seu discípulo Clínius⁵⁹, ou Empédocles⁶⁰, ou algum outro grande músico de outrora, Dâmon, por exemplo⁶¹, acalmava com o toque da lira os impulsos de cólera que podiam sublevar seu coração; e ainda: como os heróis da guerra de Tróia conseguiram, pela escolha de um músico idôneo, desenvolver em suas esposas a virtude da fidelidade!⁶²

Estas idéias estavam encarnadas em todo um corpo de doutrina relativo ao valor expressivo e moral, ao *ethos* dos diferentes modos — dório, frígio, etc. (14). Aqui ainda, fiel ao exemplo de Platão⁶³, de Aristóteles⁶⁴, tôda a tradição helenística e romana, a partir de

56. PLUTARCO, *Sobre a Música*, 1140 B s. — 57. SEXTO EMPÍRICO, *Contra os Matemáticos*, VI, 8. — 58. SÊNECA o FILÓSOFO, *Sobre a Cólera*, 3, 9. — 59. ATENEU, *Banquete dos Sofistas* (ed. Casaubon), XIV, 624 A. — 60. *Escólios a HERMÓGENES*, 383. — 61. GALENO, *Sobre as Opiniões de Platão e de Hipócrates*, IX, 5. — 62. SEXTO EMPÍRICO, *Contra os Matemáticos*, VI, 11. — 63. PLATÃO, *A República*, III, 398d s. — 64. ARISTÓTELES, *Política*, VIII, 1340 b 1 s.; 1342 a 30 s.

Heraclides Pôntico, incessantemente dogmatizou sobre as virtudes, viril, grave, majestosa, do modo dórico, sobre o hipodórico altivo e faustoso, o frigio agitado e entusiasta, o lídio dolente e fúnebre, o hipolídio voluptuoso...⁶⁵

Evidentemente, esta doutrina era absurda, um pouco como a que se esboçava, na França, ao fim do século XVIII, sobre o caráter plangente e enternecido do tom menor: o valor expressivo de um modo é relativo ao uso que se faz dele, a certa fixidez deste uso; é de ordem, sob certo aspecto, sociológica, e não propriamente musical (como quando se diz que o canto monódico é católico, o polifônico protestante). Absurda, essa doutrina não o fôra sempre: tivera um sentido na época arcaica, quando o modo, melhor dito, então, o nomo, νόμος⁶⁶ (15), não estava ainda definido abstratamente como certo tipo de escala, mas permanecia encarnado em determinado número de obras-tipo, legitimamente consideradas como clássicas, e que possuíam em comum não apenas uma mesma estrutura harmônica, talvez muito original, mas um mesmo estilo, muitas vezes até um mesmo uso social: era legítimo, então, ligar-lhes certo número de valores morais característicos. Mas, na época helenística, isto não passava de verbalismo: a prática musical havia-se distanciado da tradição antiga, a estrutura das escalas modais se havia transformado profundamente, aproximando os modos uns dos outros, em detrimento de sua originalidade expressiva; mais ainda, a nomenclatura recebera, por vezes, mudanças tais que não se sabia mais ao certo se tal antiga definição ética se aplicava bem a tal modo então em voga. Trata-se, pois, menos de uma doutrina que de folclore, e folclore amiúde pueril: porque as virtudes dos modos não eram tôdas de ordem ética; sob a fé de Teofrasto, Ateneu conta-nos gravemente que para curar uma crise de ciática é suficiente lançar, sobre a região afetada, um sopro de aulo ao modo frigio!⁶⁷

Esta esclerose da pedagogia musical antiga, êste divórcio sempre crescente entre a música escolar e a arte viva explicam como, pouco a pouco, êste aspecto musical da educação grega, tão original e tão saboroso, se desgastou no decorrer do período helenístico. Per-

65. PLUTARCO, *Sobre a Música*, 1136 C s.; ATENEU, *Banquete dos Sofistas* (ed. Casaubon), XIV, 624 D s. — 66. PLUTARCO, *Sobre a Música*, 1133 BC. — 67. ATENEU, *Banquete dos Sofistas* (ed. Casaubon), XIV, 624 AB.

manece claramente bem atestado apenas nos cantões conservadores da velha Grécia: Lacônia, Arcádia, Acaia, mas aí representa apenas um aspecto da esclerose dessas cidades, à margem do grande movimento cultural⁶⁸. Sem dúvida, pode-se ainda, aqui e ali, encontrar-lhe algumas supervivências: já tardiamente, em 163-164 depois de Cristo, vemos os efebos atenienses ensaiando, sob a direção de um mestre de cântico, a entoação de hinos em honra do divino Adriano⁶⁹. Não é menos verdade que, no conjunto, a música tende a evoluir-se da educação liberal. Não que desapareça da cultura: ao contrário, está mais no agrado do que nunca⁷⁰, mas uma coisa é ouvi-la, e outra é fazê-la. De mais a mais, é abandonada aos virtuosos profissionais; êstes, já o disse em uma palavra a propósito dos dançarinos, são objeto de sentimentos confusos. São admirados, certamente, por seu talento, e jamais se hesitará em pagar-lhes bem por seus serviços, mas ao mesmo tempo se os despreza: não pertencem normalmente ao meio mundano onde se recrutam as pessoas cultas; sem dúvida, seus costumes não são tão suspeitos quanto os das pantomimas; no entanto, o caráter mercantil de sua atividade basta para desqualificá-los: são negociantes (βάνανσοι). Este desdém, que Aristóteles já testemunha com vigor⁷¹, não cessará de afirmar-se, cada vez mais nitidamente, à medida que avançamos no período helenístico e romano. Quando a malignidade alexandrina enfarpelar Ptolomeu XI (80-51 antes de Cristo) com o apelido de *Auleta*, não será para outorgar-lhe assim um título de honra: a palavra tinha alguma consonância com o gênero "saltimbanco": como estamos longe do tempo em que Temístocles, guindado à alta sociedade, era desonrado por ter-se mostrado incapaz, no decorrer de um banquete, de servir-se da lira que um conviva lhe passara...⁷²

Ginástica e música — dois traços arcaicos da educação grega, dois traços em vias de obumbrar-se na época helenística: a educação está prestes a assumir a dominante literária; é nas escolas de letras que vamos encontrar sua verdadeira imagem e seu mais vívido aspecto.

68. PLUTARCO, *Sobre a Música*, 1142 E; POLÍBIO, *História Romana*, IV, 20, 5.

— 69. *Inscriptiones Graecae* (editio minor), II, 2086-30. — 70. ATENEU, *Banquete dos Sofistas* (ed. Casaubon), XIV, 623 E s. — 71. ARISTÓTELES, *Política*, VIII, 1339 b 9-10; 1340 b 40 s. — 72. CÍCERO, *As Tusculanas*, I, 4.

CAPÍTULO V

A ESCOLA PRIMÁRIA

A educação propriamente dita (παιδεία) começa sempre após os sete anos, idade em que a criança é enviada às escolas. Até então trata-se apenas de criação, (ἀνα) τροφή: a criança é “alimentada” em casa¹ e permanece entregue às mulheres, à sua mãe primeiro, mas sobretudo (em tôdas as famílias que alcançam um nível de vida pelo menos abastado) à aia (τροφός), que o idioma distingue, pelo menos entre os puristas, da ama-de-leite propriamente dita, τίτη²; como esta³, é em geral uma escrava⁴, por vêzes uma mulher liberta⁵, como acontece também⁶ com a ama-de-leite, que envelhece na casa, cercada por um respeito enternecido da parte de sua antiga criança-de-peito⁷ (1).

SEM ESCOLA MATERNAL

Em certo sentido, sem dúvida, a educação começa desde êstes primeiros anos (2): a criança inicia-se já na vida social, mediante a forma das boas maneiras a adquirir, como da civilidade pueril e correta; já se procura impor-lhe certa disciplina moral: sabemos que certas “amas-de-leite” dedicavam-se a reprimir os caprichos da criança e a corrigir sua vontade em formação por meio de regras estritas e, já, de muita severidade⁸.

Do ponto de vista intelectual, êsses anos de “nursery” são consagrados à aquisição da linguagem: os mais escrupulosos educadores, como o estóico Crisipo, insistem⁹

1. ARISTÓTELES, *Política*, VIII, 1336 b 1; [PLATÃO], “*Axiochos*”, 366 d. — 2. EUSTÁCIO DE TESSALÔNICA, *Comentário à “Ilíada”*, VI, 399. — 3. *Inscriptiones Graecae* (editio minor), II, 9079; 9112; 12996. — 4. Ídem, 12563. — 5. *Inscriptiones Graecae*, IV, 3553b. — 6. *Inscriptiones Graecae* (editio minor), II, 5514; 7873. — 7. [DEMÓSTENES], *Contra Evergo*, 52 s. — 8. TELES ap. ESTOBEU, *Extratos*, 98, 72. — 9. QUINTILIANO, *Instituição Oratória*, I, 1, 4; PLUTARCO, *Sobre a Educação das Crianças*, 3 E; 4 A.

na necessidade de escolherem-se, com cuidado, aias cuja pureza de dicção e de linguagem evitarão que a criança contraia hábitos viciosos contra os quais mais tarde será preciso lutar.

E já, também, começa a iniciação à tradição cultural: a criança grega, como a nossa, entra no mundo encantado da música com as cantigas de acalanto, com as "berceuses" (βανκαλήματα), no da "literatura" com os contos das amas-de-leite: fábulas com personagens animais (todo o repertório de Esopo), histórias de bruxas, evocando as figuras temíveis (μορμολυκεία) de Mormo, Lâmia, Empusa ou Gorgo, narrativas de toda sorte: na medida que a velha religião tradicional sobrevive à época helenística, é nessa tenra idade que os mitos e as lendas dos deuses e dos heróis deviam ser revelados. Mas nenhum esforço se manifesta para sistematizar tudo isso em um ensino regular.

Porque êsses anos são antes de tudo consagrados ao recreio: os textos, os monumentos figurados (pinturas de vasos e terracotas), os brinquedos encontrados nas tumbas permitem-nos evocar os folguedos da criança grega; são os folguedos eternos, nos quais o "homenzinho" dá expansão ao seu excesso de energia, descobre e disciplina suas reações motoras, depois imita, em sua escala, as ocupações dos adultos. Brincava êle então, como ainda hoje, com chocalhos, bonecos, muitas vezes articulados, cavalos de rodinhas e carrinhos, com louça miúda e pequenos utensílios para o cozinhado ou para a jardinagem; com bolas e, sobretudo, com ossículos, nos jogos de habilidade.

Apenas futilidade em tudo isso, e, para o grego, nada de muito sério: tão somente παιδιά, "puerilidade". Os antigos ter-se-iam rido bastante da gravidade com que nossos especialistas de jardim de infância ou da escola maternal, digamos Froebel ou a Sra. Montessori, escrutam os jogos mais elementares para descobri-lhes a virtude educativa. É claro que não há na Grécia escola maternal propriamente dita: esta é uma instituição completamente moderna, aparecida no mais sombrio da barbárie industrial, quando o trabalho das mulheres tornou necessária a organização de creches destinadas a assegurar às mães a "liberdade" de atender

ao apêlo da fábrica (3). A família permanece, na Antiguidade, o quadro da primeira educação.

Bem sei que entre os gregos havia também pessoas graves: os filósofos inquietavam-se com o tempo perdido nesses primeiros anos, Platão queria orientar os folguedos das crianças no sentido da iniciação profissional¹⁰ ou mesmo científica¹¹; queria também apressar o início do trabalho escolar, fazê-lo começar aos seis anos¹²; aos cinco, dirá Aristóteles¹³; aos três anos, instava Crisipo¹⁴: nenhuma idade deve passar sem trabalho! Mas isso eram propósitos de teóricos, posições extremas, que o público sabia apreciar como tais.

Com efeito, os costumes permaneceram rebeldes a êsses apelos: a primeira infância desenvolve-se na Antiguidade sob o signo da mais amável espontaneidade: a criança é abandonada a seus instintos e desenvolve-se livremente; tem-se para com ela uma indulgência aмена: tudo isso tem tão pouca importância! Desenvolver — como nossos pedagogos porfiam em fazê-lo — a criança por si mesma e como tal teria parecido aos antigos um cuidado verdadeiramente inútil.

Aos sete anos, a escola: a educação coletiva tornou-se desde longo tempo a regra; com efeito, na época helenística, apenas filhos de reis puderam, como já Alexandre, receber os cuidados de preceptores particulares.

O PRECEPTOR OU PEDAGOGO

Notemos, entretanto, a persistência de um elemento privado: entre o número dos mestres que contribuem para a formação da infância figura o “pedagogo” (παιδαγωγός), o servidor encarregado de acompanhar a criança nos trajetos quotidianos entre o domicílio e as escolas (4). Seu papel é em princípio modesto: é um simples escravo, encarregado de carregar a pequena bagagem de seu jovem amo, ou a lanterna que deve servir para iluminar o caminho, por vèzes a própria criança, se está fatigada (remeto o leitor às encantadoras terracotas que no-lo mostram em ação).

10. PLATÃO, *As Leis*, VI, 793e. — 11. Idem, VIII, 819bc. — 12. Idem, I, 643bc. — 13. ARISTÓTELES, *Política*, VII, 1336 a 23-24; b 35-37. — 14. QUINTILIANO, *Instituição Oratória*, I, 1, 16.

Mas êste papel tinha também um aspecto moral: se se fazia acompanhar a criança, é que se tornava necessário protegê-la contra os perigos da rua, e sabe-se quais eram; o pedagogo exerce sôbre seu pupilo uma contínua vigilância, muitas vêzes sentida, com o tempo, à idade da adolescência, como uma insuportável tirania¹⁵. Muito naturalmente, apesar de seu caráter servil e do pouco prestígio de que, muito freqüentemente, gozava¹⁶, estende sua função além desta proteção negativa: ensina à criança as boas maneiras, forma seu caráter e sua moralidade. Embora à margem da instrução de ordem técnica que os diversos mestres ministram (e para a qual contribui freqüentemente na qualidade de repetidor, incumbido de ensinar as lições, etc.), é tôda a educação moral que está confiada ao "pedagogo", cujo papel perpetua assim, na burguesia helenística, o do "preceptor" dos heróis homéricos. A língua reflete esta importância efetiva: em grego, παιδαγωγός perde assaz freqüentemente seu sentido de escravo "acompanhante" para tomar a acepção de pedagogo, de educador no sentido pleno (embora permaneça sempre distinto do "mestre" ministrador de ciência).

DIFUSÃO DA ESCOLA PRIMÁRIA

A língua reflete também a importância, doravante preponderante, que o ensino das letras tomou na educação: quando se diz, absolutamente, "o mestre" (διδάσκαλος¹⁷), é o instrutor, o mestre-escola que ensina a ler (γραμματιστής, γραμματοδιδάσκαλος¹⁸) que se designa assim, e a "escola" sem mais nada (διδασκαλεῖον) é o estabelecimento onde êle ensina.

Tais escolas encontram-se em todo o mundo helenístico: já muito espalhadas pelas cidades gregas na época precedente, aparecem por tôda parte onde se implanta o helenismo. Quando os reis Ptolomeus estabelecem "clerúquios", isto é, soldados lavradores, como colonos nas terras reconquistadas no deserto do Fayum, logo aparecem, até nos menores centros rurais, não sô-

15. PLAUTO, *Báquidas*, 422-423; TERÊNCIO, *A Andriana*, I, 24 s. — 16. PLUTARCO, *Sôbre a Educação das Crianças*, 4 A; 12 A: PLATÃO, *Lísias*, 233ab. — 17. HERONDAS, *Mimos* (O Mestre-escola, Mímo III). — 18. TELES ap. ESTOBEU, *Extratos*, 98, 72.

mente palestras e ginásios, mas também escolas primárias (5). Os papiros mostram-nos que, sem ser geral, a escrita acha-se muito difundida, mesmo fora da classe dirigente (6): ora, é esse um país de colonização, onde os gregos são apenas uma minoria, submersa na massa bárbara. Em país verdadeiramente grego, pode-se admitir que normalmente tôdas as crianças de condição livre freqüentam as escolas: é o que supõem as leis escolares de Mileto ou de Teos¹⁹. Esta interessa-se no sentido de especificar que o ensino se destina do mesmo modo tanto aos rapazes como às môças²⁰. Progresso notável em relação à era anterior, e que parece bem geral: as terracotas de Mirina ou de Alexandria comprazem-se em mostrar-nos pequenas escolares no trabalho (7); encontraremos mesmo, em um bom número de cidades do Egeu ou da Ásia Menor, um ensino secundário feminino florescente. Tudo isso muito antes da época romana, em que vemos, no Egito, o estratega Apolônio encarregado de procurar para sua neta Heraïdus o "livro de leitura" de que ela necessita²¹.

OS LOCAIS ESCOLARES

Nada sabemos de bem preciso sôbre os locais ocupados pelas escolas primárias. Como há muito tempo entre nós, como ainda hoje em países muçulmanos, devia ser uma sala qualquer, que nada de especial predispunha para o uso escolar. Uma só peça teria sido suficiente: não parece estabelecido, como por vêzes se afirmou (8), ter sido precedida de uma sala de espera onde os pedagogos permanecessem durante o tempo da aula: é mais provável que êles assistissem a esta, sentados à parte, como no-lo mostram já os vasos do quinto século.

Sabemos melhor como eram dispostas: nada mais simples: o mobiliário reduz-se a assentos: uma cadeira (θρόνος²²), poltrona com encôsto e com os pés recurvos, de onde o mestre pontifica, e tamborettes de madeira sem encôsto (βάθρα²³), para os alunos; nada de mesas:

19. W. DITTENBERGER, *Sylloge Inscriptionum Graecarum* (3.ª ed.), 577; 578. — 20. Idem, 578, 9. — 21. E. KORNEMANN, O. EGER, F. M. MEYER, *Griechische Papyri im Museum des oberhessischen Geschichtsvereins zu Gießen*, 85. — 22. *Antologia Palatina*, IX, 174, 5. — 23. PLATÃO, *Protágoras*, 315c; 325e; DEMÓSTENES, *Sôbre a Coroa*, 258.

as tabuletas, rígidas, permitem escrever sobre os joelhos. Como é regra no mobiliário antigo, dava-se mais importância à decoração artística que às considerações de utilidade ou de conforto. Nossas fontes, tão discretas sobre a instalação dessas escolas, não nos permitem ignorar que eram decoradas, como convinha a êstes santuários das Musas, com a imagem dessas "veneráveis deusas²⁴", ou ainda com máscaras, cênicas ou dionisiacas²⁵, penduradas na parede.

CONDIÇÃO DO MESTRE

Aí ensina o mestre; êle é geralmente o único a assumir a responsabilidade de uma classe: na época pré-romana, não se vê aparecer freqüentemente "mestre-coadjuvante" (ὑποδιδάσκαλος²⁶) (9), nem repetidores fornecidos pelos alunos grandes. Quanto ao próprio mestre, temos a surpresa de descobrir quão pouco caso a sociedade antiga fazia desta função docente que a nossa considera, ou pretende considerar, com respeito e honra.

O ofício de mestre-escola permanece, durante toda a Antigüidade, um ofício humilde, bastante desprezado, que serve para desacreditar aquêles como Êsquilo²⁷ ou Epicuro²⁸, cujo pai foi constrangido a praticá-lo. Como o trabalho de instrutora ou de governanta na Inglaterra vitoriana, é a profissão típica para o homem de boa família que sofreu reveses da fortuna: exilados políticos, apátridas errantes "reduzidos pela miséria a ensinar²⁹", tiranos destronados, como outrora Dionísio de Siracusa...³⁰ Lembremo-nos dos reis de Luciano que, nos infernos, despojados de sua fortuna, se viram forçados a tornar-se mercadores de salgados, mestres de primeiras letras ou sarrafaçais³¹: "Ou morreu, ou é instrutor em alguma parte", costumava dizer um cômico sobre alguém de quem não se tivesse notícias³².

24. HERONDAS, *Mimos* (O Mestre-escola, Mimo III), 97; 71 E; ATENEU, *Banquetes dos Sofistas*, (ed. Casaubon), VIII, 348 D. — 25. CALÍMACO, *Epigrama* (ed. Cahen), 48. — 26. DIÓGENES LAÉRCIO, *Vidas dos Filósofos*, X, 4. — 27. DEMÓSTENES, *Sobre a Coroa*, 258. — 28. DIÓGENES LAÉRCIO, *Vidas dos Filósofos*, X, 4. — ATENEU, *Banquete dos Sofistas* (ed. Casaubon), IV, 184 C. — 30. CÍCERO, *As Tuscúlanas*, III, 27; TROGA-POMPEU, *Súmula* (por JUSTINO) da "História Filípica", XXI, 5. — 31. LUCIANO, *Menipo*, 17. — 32. A. MEINECKE, *Fragmenta Comicoeum Græcorum*, IV, 698, 375.

Por que êste desprezo? De início, salvo o caso das cidades onde, como Mileto ou Teos, as escolas se tornaram públicas e onde o mestre, eleito pela assembléia dos cidadãos, participa da dignidade de magistrado público, ser instrutor é um "ofício", no sentido comercial e servil da palavra: faz-se mister correr à clientela, fazê-la pagar-lhe, coisas estas tôdas desonrosas aos olhos dos aristocratas que seguiam sendo os gregos.

Ofício pago, e, o que é pior, mal pago (10): os documentos mais precisos a êsse respeito são as cartas epigráficas de Mileto e de Teos: a primeira fixa o salário dos mestres de primeiras letras em quarenta dracmas mensais³³, a segunda em quinhentas dracmas por ano (11), no ano normal (é proporcionalmente aumentado nos anos em que se anexa um mês intercalado³⁴): nos dois casos, êste salário é um pouco mais elevado que o de um obreiro qualificado, cujo sôlido, sabe-se, era normalmente de uma dracma por dia, mas não é bastante para representar uma elevação real do nível de vida.

Ainda era preciso estar seguro de ser regularmente pago. O caso de Teos e de Mileto é excepcional: aí, o salário dos mestres, assegurado pelas rendas de uma fundação, está inscrito no orçamento da cidade e é pago pelos tesoureiros municipais conformemente a um minucioso estatuto. Alhures, por tôda partê, os mestres devem contar com as eventualidades da clientela particular; em princípio, êles eram como os instrutores públicos de Mileto e de Teos, pagos no fim de cada mês³⁵, mas os pais necessitados fazem-nos por vêzes esperar — sem falar nos harpagões, como o de Teofrasto, que procura economizar um mês dentre doze fazendo seu filho faltar à escola durante o mês de Antestérion, sob o pretexto de que são muitos então os feriados e que os dias escolares restantes já não são tantos que mereçam a despesa³⁶.

Mas sobretudo o ofício de instrutor não é considerado, porque no fundo não supõe qualificação especial. Em nenhuma parte trata-se de exigir dos mestres uma formação profissional análoga à que proporcionam nossas escolas normais atualmente: a lei escolar de Mileto, tão

33. W. DITTENBERGER, *Sylloge Inscriptionum Graecarum* (3.^a ed.), 577, 52-3.
— 34. Idem, 578, 11; 20-21. — 35. HERONDAS, *Mimos* (O Mestre-escola, Mímo III), 8-11. — 36. TEOFRASTO, *Os Caracteres*, 30.

preciosa por sua minúcia, mostra-nos como se faziam as eleições para êsse cargo; não se exige do candidato nenhum título e os eleitores são simplesmente incumbidos de escolher, conscienciosamente, "os mais capazes de ocupar-se com as crianças³⁷". Não se exigia dos mestres, parece, nenhuma garantia, a não ser do ponto de vista moral, caráter, honorabilidade³⁸ (12): tecnicamente, quem quer que houvesse aprendido a ler era considerado capaz de por sua vez improvisar-se em mestre; bastava pôr em prática suas recordações de infância.

O fato prende-se ao caráter ao mesmo tempo muito elementar e rotineiro da pedagogia antiga. Cedo vamos descobrir esta: ver-se-á que o pensamento antigo, completamente orientado para o serviço do homem, quase não tardou a considerar o problema da criança, de sua psicologia original, de suas necessidades e de suas exigências, etc.

Eu, porém, não gostaria de deixar o leitor sob uma impressão forte demais: por mais mal pago que fôsem, os mestres de primeiras letras têm, em Mileto pelo menos, uma situação ligeiramente superior à dos seus colegas de ginástica, que recebem apenas trinta dracmas por mês³⁹. Por ser desacreditada, sua profissão, tão útil, não deixa de receber, aqui ou ali, estímulos oficiais: no terceiro século antes de Cristo, Lâmpsaco concede-lhes a imunidade fiscal⁴⁰ e Ptolomeu Filadelfo a isenção da gabela⁴¹; enfim, certos monumentos atestam que seus antigos discípulos os cercavam por vezes de um respeito repassado de gratidão, como o indica o epitáfio de um velho mestre de Rodes, falecido após cinquenta e dois anos de magistério⁴² (13).

ESCOLA E EDUCAÇÃO

Não deixa de ser verdade que, em comparação com nossas idéias modernas, o ensino do mestre de primeiras letras não é verdadeiramente apreciado. Salientarei o fato, que interessa à exata apreciação da vida e da po-

37. W. DITTENBERGER, *Sylloge Inscriptionum Graecarum* (3.^a ed.), 577, 43-49. — 38. Idem, 775, 4. — 39. Idem, 577, 51. — 40. *Sitzungsberichte der philosophisch-historischen Klasse der Akademie der Wissenschaften* (Wien), 166 (1910), I, 46. — 41. *Dikaomata*, Auszüge aus alexandrinischen Gesetzen und Verordnungen in einem Papyrus des philologischen Seminars der Universität Halle (Berlin, 1913), I, 260. — 42. *Inscriptiones Graecae*, XII, I, 141.

lítica escolar antigas: a escola não desempenha ainda na educação o papel preponderante que assumirá a partir da Idade Média no Ocidente.

O mestre de primeiras letras é encarregado de um setor especializado da instrução, provê tènicamente a inteligência da criança, mas não é êle quem educa. O essencial da educação é a formação moral, a do caráter, do estilo de vida. O "mestre" está encarregado apenas de ensinar a ler, o que é muito menos importante.

A associação, que nos parece hoje natural, da instrução primária e da formação moral é, entre nós, uma herança da Idade Média, ou melhor: da escola monástica, onde a um mesmo personagem coube promover a síntese de dois papéis bem distintos: o de instrutor e o de pai espiritual. Na Antigüidade, o mestre de primeiras letras é alguém muito apagado para que a família pense em confiar-lhe, como o faz tão freqüentemente hoje, a responsabilidade da educação.

Se alguém, que não os pais, recebe esta missão, é decerto o pedagogo: um simples escravo, sem dúvida, mas que pelo menos pertence à casa e que, através do contato quotidiano, pelo exemplo se possível, em todo caso através dos preceitos e de uma vigilância atenta, contribui para a educação, e sobretudo para a educação moral, incomparavelmente superior às aulas puramente técnicas do "gramatista".

Mede-se sem esforço tôda a importância desta constatação: ela estabelece grande diferença entre os problemas modernos e seus equivalentes antigos; para nós o problema central da educação é o da escola. Nada de análogo entre os antigos. Atente-se num dos inumeráveis tratados que a época helenística e romana consagrou "à educação das crianças", o que nos foi transmitido sob o nome de Plutarco (14): fica-se admirado do pouco caso que aí se faz das questões propriamente escolares: elogio da cultura geral secundária como preparação à filosofia⁴³, elogio dos livros, "instrumentos da educação"⁴⁴, alusões ao ginásio⁴⁵ ou ao valor da memória⁴⁶: tudo o mais, ressaltada uma exposição em que o autor não pôde abster-se de comunicar-nos suas teorias

43. PLUTARCO, *Sobre a Educação das Crianças*, 7 CD. — 44. Idem, 8 B. — 45. Idem, 11 CD. — 46. Idem, 9 DE.

literárias⁴⁷, está consagrado apenas à definição da atmosfera moral da educação: esta se interessa menos pela instrução propriamente dita que pela formação do caráter, e para isso, não é com a escola que se conta; reencontraremos êstes fatos a propósito do problema da educação religiosa, tal como será proposto pelo cristianismo.

HORARIO DAS AULAS

Mas acabemos de tomar conhecimento, do exterior, desta escola antiga. Em princípio, sabemos-lo, supõe-se que a criança sempre segue os cursos de três estabelecimentos paralelos: a escola de letras, a de música, a de ginástica. Mas a música, vimos-lo, quase não aparece mais, a não ser em plano secundário. Restam as letras e a ginástica: o ponto que, no estado atual de nossa documentação, permanece escuro é saber como as horas de trabalho estavam repartidas, durante o dia, entre estas duas matérias. A solução mais verossímil dêste pequeno problema parece-me ser a seguinte (15):

A jornada começava muito cedo, mal raiado o dia⁴⁸: no inverno, é mesmo à luz de uma lanterna, trazida pelo pedagogo, que a criança se dirigia à escola (a cena é com muito gôsto representada pelos coroplastas). No início da era helenística, quando a educação física ainda conserva o lugar de honra que ocupava na origem, a criança se dirige diretamente à palestra e aí passa a manhã. Após um banho, retorna à casa para a refeição do meio-dia: é depois do almoço que vai à escola assistir à lição de leitura. Mas, ante a importância crescente dada às letras, uma segunda lição pouco a pouco se impôs como necessária e é por ela, então, que a criança começa sua manhã. A princípio talvez simples repetição, dada em casa pelo pedagogo, esta aula, a que se vai agora igualmente assistir na escola, torna-se a mais importante do horário escolar. A educação física deve contentar-se com o fim da manhã e verá progressivamente sua parte reduzida cada vez mais, até desaparecer completamente, pelo menos no mundo latino.

47. Idem, 6 C-7 C. — 48. TILLES ap. ESTOUBEU, *Extratos*, 98, 72.

CALENDÁRIO ESCOLAR

O ano grego não conhece ainda o costume do descanso semanal, que a influência do judaísmo fará a sociedade romana adotar a partir do primeiro século de nossa era. As escolas helenísticas não conhecem tampouco períodos de férias no verdadeiro sentido. Elas descansam por ocasião das diferentes festas, religiosas e cívicas, quer estas sejam de âmbito municipal, quer de âmbito nacional, sem falar das festas insitas ao próprio meio escolar.

A repartição bastante irregular dessas festas pode, mormente quando um grande número delas se concentra no mesmo período, dar a êste um caráter um pouco análogo ao de nossos meses de férias: era, vimo-lo, o caso do mês Antestérion em Atenas. Sem dúvida, aqui triunfa o costume local: cada país, cada cidade tem seu calendário próprio. Em Mileto, um dia de folga é concedido às crianças: o 5.º de cada mês, em honra do generoso mecenas Eudemo⁴⁹; em Alexandria, no terceiro século antes de Cristo, as escolas descansam no 7.º e no 20.º de cada mês em honra de Apolo⁵⁰, mas não são êstes os únicos feriados: seria necessário considerar o calendário em seu conjunto. Eis, por exemplo, o que se poderia chamar o programa universitário da cidade de Cós por volta dos meados do segundo século antes de Cristo; êle nos dá, para o mês de Artamisios, a seguinte lista dos dias de festas e dos dias de exame, em que as aulas evidentemente eram interrompidas⁵¹:

Dia 4: festa de Posídon.

5: *provas esportivas para os efebos.*

6: procissão em honra do falecido rei Eumeno II de Pérgamo.

7: festas nos santuários de Apolo Ciparisso e dos XII deuses.

7: *provas esportivas para as crianças.*

10: festa instituída por Pitocles em honra de Zeus Salvador.

49. W. DITTENBERGER, *Sylloge Inscriptionum Graecarum* (3.ª ed.), 577, 76-79.
— 50. HERONDAS, *Mimos* (O Mestre-escola, Mimo III), 53-55. — 51. W. DITTENBERGER, *Sylloge Inscriptionum Graecarum* (3.ª ed.), 1026.

(Sem dúvida Pitocles é um benfeitor da cidade, e talvez especialmente das escolas, como Eudemo em Mileto ou Politrás em Teos.)

11: *provas esportivas para os efebos.*

12: festa no templo de Dioniso.

15: festa no templo de Apolo Délio.

19: procissão em honra das Musas.

25: *provas esportivas para os efebos.*

26: procissão em honra do rei reinante Atálio II (ou III).

29: exames escolares (16);

ou seja, no total, oito dias de festas e, para as crianças, dois de exames; o mês antecedente, menos favorecido, apresentava apenas seis festas e um só dia de provas.

Aos dias de feriados oficiais anexavam-se, para cada criança, os que correspondiam às suas festas em família, às suas próprias: aniversário, cerimônia do corte dos cabelos marcando o fim da primeira infância, as de todos os seus e os acontecimentos importantes, tais como casamentos, etc.

Seria interessante, enfim, poder determinar o efetivo médio de cada classe; mas faltando conhecer por outro lado o efetivo total do contingente escolar, de nada nos serve saber que Mileto, por exemplo, manterá quatro mestres de primeiras letras⁵², e Teos três (que assumirão também, é verdade, o ensino secundário⁵³). A distribuição dos alunos entre as classes é aí confiada ao pedônomo⁵⁴, e, como a lei prevê da parte dos mestres contestações a respeito "do número demasiado grande das crianças" que lhes seriam impostas⁵⁵, preferiam-se classes pouco cheias: indicação interessante, de caráter bem atual. Faz-se mister ir mais longe: deparam-se muitos testemunhos que nos mostram que a pedagogia antiga se orientava no sentido de um ensino talvez mais individualizado que o nosso. A ausência de algo equivalente ao nosso "quadro-negro", instrumento característico da aula coletiva (17), não é o menos significativo.

52. *Idem*, 577, 50. — 53. *Idem*, 578, 9. — 54. *Idem*, 578, 19-20. — 55. *Idem*, 578, 32.

CAPÍTULO VI

A INSTRUÇÃO PRIMÁRIA

Podemos fazer uma idéia precisa e concreta do trabalho numa escola primária helenística graças, sobretudo, aos preciosos documentos, papiros, tabuinhas e *ostraka* que o solo árido do Egito nos devolveu: escavando nos *kôm* de *sebakh*, êstes monturos de detritos domésticos acumulados às portas dos aglomerados, encontraram-se, provenientes como que das antigas cestas de papel, numerosos textos de origem escolar: exercícios e cadernos escolares, e mesmo, muito recentemente, um manual de ensino primário, quase completo (1): penetramos assim diretamente na intimidade mesma da escola.

Ler, aprender de cor, escrever ¹ — e contar: tal é o programa, muito simples, muito limitado, que ela ambicionava preencher. De início, ler: árduo mister! Porque o método empregado exige longas caminhadas.

A LEITURA

Nada que lembre nossa “leitura global”, nem nosso cuidado no sentido de interessar a criança fazendo-a construir pequenas sentenças elementares (“Ivo viu a uva”) depois de haver aprendido as poucas letras necessárias. A escola antiga desdenha êsses pequenos engenhos. Seu plano de estudos é preparado em função de uma análise *a priori*, puramente racional, do objeto a conhecer, e ignora deliberadamente os problemas de ordem psicológica que suscita o sujeito, a saber, a criança. A instrução procede do simples (em si) para o complexo, da parte ao todo: qualquer outra forma de procedimento teria parecido absurda, como o sustenta ainda Santo

1. PÓLUX, *Onomasticon*, IV, 18.

Agostinho². É necessário, pois, aprender primeiro as letras, depois as sílabas, as palavras isoladas, as frases, enfim os textos seguidos³: não se passará a uma nova etapa sem haver esgotado as dificuldades da precedente, e isso não ocorre sem que demande, cada uma, muito tempo⁴.

O ALFABETO

Começa-se, pois, pelo alfabeto: a criança aprende, pela ordem, as vinte e quatro letras, não, como costumamos fazer hoje, dando-lhes seu valor fonético (a, be, ce, de...), mas dizendo-lhes os nomes (alfa, beta, gama), e, parece⁵, a princípio sem ver-lhes as formas. Mas logo apresenta-se-lhes um alfabeto cujas letras, em maiúscula, são dispostas em várias colunas⁶. As crianças recitam esta lista, sem dúvida cantarolando: desde o quinto século havia-se, com êsse objetivo, composto um alfabeto em quatro versos jâmbicos: "Há alfa, beta, gama, e delta, e é, e também zeta..."

ἐστ' ἄλφα, βῆτα, γάμμα, δέλτα τ', εἴ τε, καὶ
ζῆτ', ἦτα, θῆτα, ἰῶτα, κάππα, λάμβδα, μῦ,
νῦ, ξεῖ, τὸ οὖ, πεῖ, ρῶ, τὸ σίγμα, ταῦ, τὸ ὑ
πάροντα φεῖ τε, χεῖ τε, τῷ ψεῖ εἰς τὸ ᾧ 7.

Este estudo, bem ingrato, é uma primeira etapa, que honra aqueles que a ultrapassaram: "conhecer suas letras" (γράμματα γινώσκειν) já é alguma coisa! Onde o respeito religioso de que são cercados êsses primeiros "elementos", στοιχεῖα (não esqueçamos que as letras servem para notar, além da língua, os algarismos e as notas musicais): o historiador debruça-se, curioso, sobre essas estranhas crenças, que faziam, por exemplo, das letras do alfabeto um símbolo dos "elementos cósmicos" (as sete vogais estavam associadas às sete notas da gama e aos sete anjos que presidiam aos sete planetas) e as utilizavam na confecção de feitiços e amuletos: êstes sinais capazes de revelar o pensamento não estavam cheios de um poder misterioso e mágico? (2)

2. SANTO AGOSTINHO, *Sobre a Ordem*, II, 7 (24). — 3. DIONÍSIO DE HALICARNASSO, *Sobre a Eloquência de Demóstenes*, 52. — 4. *Sobre a Composição Literária*, 25. — 5. QUINTILIANO, *Instituição Oratória*, I, 1, 24. — 6. *Annual of the British School at Athens*, 12 (1905-1906), 476, 58. — 7. ATENÉU, *Banquete dos Sofistas* (ed. Cassabon), X, 453 D.

Tem-se de esperar pela época romana para ver aparecer alguns esforços destinados a facilitar aos iniciantes a aquisição destes primeiros elementos: conta-se, por exemplo, que Herodes Ático, desesperado com a obtusidade de seu filho, que não chegava a reter os nomes de Alfa, Beta, etc., imaginara criar consigo vinte e quatro jovens escravos da idade do filho, cada qual com o nome de uma das vinte e quatro letras⁸. Fantasia de milionário; os pedagogos latinos far-nos-ão conhecer inovações de caráter mais prático: letras móveis feitas de madeira, bolos alfabéticos...

Nessa época não se contentavam mais com fazer aprender a ordem regular de A a Ω: atingido esse primeiro objetivo, faziam recitar o alfabeto às avessas, de Ω a A⁹, e, depois, das duas maneiras simultaneamente, aos pares (AΩ, BΨ, TX... MN¹⁰), etc.

AS SÍLABAS

Superado esse primeiro obstáculo, atacava-se as sílabas: com o mesmo rigor sistemático fazia-se assimilar, e na ordem, a série completa das sílabas; não se passava às palavras antes de esgotarem-se todas as combinações¹¹. Começava-se pelas mais simples: βα, βε, βη, βι, βο, βυ, βω...; γα, γε, γη... até ψα, ψε, ψη, ψι, ψο, ψυ, ψω¹², que não se vocalizava como nós soletrando be-a-ba, etc., mas, parece¹³: beta-alfa-ba, beta-é-bé, beta-eta-bê...

Depois passava-se às sílabas trilíteras, estudando-se diferentes combinações: a mais vetustamente atestada (desde o século IV antes de Cristo¹⁴) consiste em anexar a cada uma das sílabas do quadro precedente uma consoante, sempre a mesma, ν por exemplo (ou β, λ, ρ, σ): βαν, βεν, βην, βιν, βον, βυν, βων; γαν, γεν, γην... até: ψαν, ψεν, ψην, ψιν, ψον, ψυν, ψων¹⁵. Ou então, inversamente,

8. FILOSTRATO, *Vidas dos Sofistas*, II, 1, 558. — 9. C. WESSELY, *Studien zur Palaeographie und Papyruskunde*, II, LVI: SANTO IRINEU DE LYON, *Contra as Heresias*, I, 14, 3. — 10. *Journal of Hellenic Studies*, 28 (1908), 121, 1: cf. QUINTILIANO, *Instituição Oratória*, I, 1, 25. — 11. QUINTILIANO, *Instituição Oratória*, I, 1, 30. — 12. O. GUÉRAUD, P. JOUGUET, *Un Livre d'Écolier du IIIe. siècle avant Jésus-Christ* (Publications de la Société Royale Égyptienne de Papyrologie, Textes et Documents, II), 1-8; U. WILCKEN, *Urkunden der Ptolemäerzeit, ältere Funde*, I, 147, 1-18. — 13. ATENEU, *Banquete dos Sofistas* (ed. Casaubon), X, 453 CD. — 14. *Inscriptiones Graecae* (editio minor), II, 2784. — 15. O. GUÉRAUD, P. JOUGUET, *Un Livre d'Écolier du IIIe. siècle avant Jésus-Christ* (ed. cit.), 9-15.

era a consoante inicial que permanecia fixa: βαβ, βεβ..., βαγ, βεγ..., βαδ, βεδ; de outra vez, associavam-se duas vêzes a mesma consoante às diferentes vogais: βαβ, βεβ, βηβ..., γαγ, γεγ... Em seguida, ensaiavam-se agrupamentos mais complexos: βρας, βρες, βρης..., γρας, γρες...¹⁶

AS PALAVRAS

Finalmente concluído o estudo da sílaba, podia-se passar ao estudo da palavra; aqui, ainda, avançava-se passo a passo. Para começar os monossílabos: as listas que nos oferecem os papiros escolares¹⁷ são imprevisitas: ao lado de palavras usuais, ficamos surpresos de ver aí figurar palavras raras, e mesmo impossíveis de encontrar, cujo sentido parece ter sido desconhecido pelos próprios antigos (mais ou menos como "travails", palavra que a maioria dos franceses jamais encontrou, a não ser na lista das exceções à regra do plural das palavras em -ail): λύγξ (lince), στράγξ (gôta), κλάγξ (uivo, alarido), κλώψ (ladrão), κνάξ (sentido desconhecido: leite? titilação?). Tais palavras parecem ter sido escolhidas em virtude da particular dificuldade que apresentavam sua pronúncia e sua leitura: também aqui, estamos no oposto à pedagogia atual; longe de facilitar as coisas à criança, com a escolha de palavras simples, punham-na logo diante da dificuldade máxima, acreditando que, uma vez superada esta, o resto seria fácil.

Aos monossílabos segue-se uma série de palavras dissilábicas: 'Ονόματα δισύλλαβα¹⁸, depois outras séries com três sílabas, quatro, cinco sílabas, separadas como fazem ainda nossas cartilhas elementares:

Λέ : ων

Έκ : τωρ...

Κάσ : τωρ

'Αν : τί : λο : χος...

Λε : ον : το : μέ : νης¹⁹...

'Ο : δνσ : σεύς...

16. Idem, 16-18; U. WILCKEN, *Urkunden der Ptolemäerzeit, ältere Funde*, I, 147, 19-29. — 17. O. GUÉRAUD, P. JOUGUET, *Un Livre d'Écolier du III^e siècle avant Jésus-Christ* (ed. cit.), 27-30; P. COLLART, *Les Papyrus Bouriant* (Paris, 1926), I, 1-12. — 18. O. GUÉRAUD, P. JOUGUET, *Un Livre d'Écolier du III^e siècle avant Jésus-Christ* (ed. cit.), 67. — 19. Idem, 68-114; P. COLLART, *Les Papyrus Bouriant* (Paris, 1926), I, 13-140; *Journal of Hellenic Studies*, 28 (1908), 122, 2.

Estas listas de palavras não utilizam o vocabulário corrente: são unicamente nomes próprios, e em particular homéricos; encontram-se também listas de divindades, de rios, de meses do ano ²⁰.

Visava-se talvez preparar aos poucos o escolar para a leitura dos poetas; mas temos a impressão de que era sobretudo a dificuldade de enunciação que se considerava ao escolhê-las. Donde o uso, como a propósito dos monossílabos, de palavras raras, mas extravagantes (o equivalente ao nosso "inconstitucionalissimamente" utilizado como teste da p. g.): *κναξζβίχ*, um nome de doença, parece ²¹ (*φλεγμοδρώψ*) de sentido desconhecido, sem dúvida também da terminologia médica. Estas palavras raras eram até coligidas em certas fórmulas, quase tão impronunciáveis quanto absurdas, contendo cada uma as vinte e quatro letras do alfabeto:

βέδν ζάψ χθώμ πληκτρον σφίγξ ²²

Quintiliano ²³ conservou-nos o nome técnico dessas formuletas, *χαλινοί*: "freios" (de língua), "açaimos", e o uso que se fazia delas: as crianças eram solicitadas a recitá-las o mais rapidamente possível; era, acreditava-se, um meio de apurar a pronúncia e de fazer desaparecer os eventuais "defeitos de língua".

TEXTOS E ANTOLOGIAS

Enfim chegavam à leitura de pequenos textos, os primeiros dos quais apresentavam ainda, como entre nós, as sílabas cuidadosamente separadas. Tratava-se em seguida da leitura normal, mais árdua entre os antigos que entre os modernos, em consequência do uso da *scriptio continua*: nas edições normais, não somente a pontuação não é indicada, como as próprias palavras não são separadas.

Há pouco cuidado, posta à parte a silabação, em graduar estes exercícios: um manual do século III adita

20. O. GUÉRAUD, P. JOUGUET, *Un Livre d'Ecolier du IIIe. siècle avant Jésus-Christ* (ed. cit.), 38-47; 58-66; 19-20. — 21. SÃO CLEMENTE DE ALEXANDRIA, *Stromates* (ed. Stahlin), V, 8, 357. — 22. C. WESSELEY, *Studien zur Palaeographie und Papyruskunde*, II, XLV, 2: BATAILLE, *Deir el Bahari*, 187. — 23. QUINTILIANO, *Instituição Oratória*, I, 1, 37.

às palavras isoladas, sem descontinuidade, excertos escolhidos de Eurípides e, em seguida, de Homero²⁴. Admirar-nos-emos talvez com esta pedagogia singular, que punha tão depressa a criança diante de dificuldades que deviam ser demorosas de superar: encontro um ponto de comparação no ensino de nossa música clássica; que se abram coleções elementares como o *Pequeno Livro de Cravo de Anna Magdalena Bach* ou as *Peças de Cravo* publicadas em 1724 por J.-Ph. Rameau: depois de uma "primeira lição", visivelmente destinada a iniciantes, passa-se sem transição a textos de execução realmente difícil...

O aprendizado da leitura continuava pelo estudo de certo número de trechos poéticos escolhidos. A medida que se enriquece nossa documentação papirológica, descobrimos que os mesmos fragmentos reaparecem muitas vezes, tanto nas antologias escolares como nas citações de autores. A tradição, ou para melhor dizer, a rotina, havia selecionado, de uma vez por todas, uma série de passagens famosas, que gerações de alunos repetiram e que assim constituíram a base da erudição poética comum a todos os homens cultos. Assim, um fragmento do cômico Estratão, mostrando um cozinheiro ridículo exprimindo-se em termos homéricos (como A. Huxley faz falar em termos shakesperianos o herói de *Brave New World*), havia sido selecionado para figurar num livro de leitura elementar, desde o século III²⁵, menos de oitenta anos após ter sido escrito; cinco séculos mais tarde, Ateneu cita-o ainda²⁶ e de Estratão cita somente essa passagem. Era, visivelmente, a única que sobrevivera! (3).

Sem dúvida, estes exercícios de leitura faziam-se em voz alta: durante toda a Antigüidade, e isso até o Baixo Império, o uso da leitura silenciosa permaneceu como excepcional: a pessoa lia, para si, em voz alta, ou, de preferência, mandava um servidor ler (4).

24. O. GUÉRAUD, P. JOUGUET, *Un Livre d'Écolier du IIIe. siècle avant Jésus-Christ* (ed. cit.), 115-139. — 25. Idem, 185-215. — 26. ATENEU, *Banquete dos Sofistas* (ed. Casaubon), IX, 362 C.

A RECITAÇÃO

À leitura estava estreitamente associada a recitação: as peças de antologia, cujo uso acabamos de constatar, eram não apenas lidas, mas aprendidas de cor²⁷; parece que os iniciantes, pelo menos, tiveram o hábito de salmodiar cantarolando, sílaba por sílaba: "filtrando gôta a gôta: A-po-lo ma-ti-nal...²⁸"

Tal era o método seguido para ensinar a ler: quando se compara o manual escolar editado por O. Guéraud e P. Jouguet, que data do fim do século III a.C., com um caderno escolar copto do século IV d.C. (*P. Bouriant*, I), fica-se surpreendido com a notável identidade do procedimento adotado: a mais de quinhentos anos de distância, é o mesmo método.

As inovações reduzem-se a bem pouca coisa: a apresentação alfabética, por exemplo, das listas de palavras ou dos textos. Mais interessante, se é certo que se tratava aí realmente de um progresso recente, seria o fato de, em lugar de lançar imediatamente o aluno a textos corridos e difíceis, intercalarem-se, após as palavras isoladas, curtas sentenças de uma linha, e depois, breves textos elementares, como as fábulas de Bábrio²⁹.

LIVROS, CADERNOS E TABULETAS

Mas o emprêgo dêesses pequenos fragmentos se compreenderá melhor em função do ensino da escrita, que quase não se pode separar, aliás, do da leitura. Isto, essencialmente, por razões práticas, que se prendem à própria técnica do livro antigo. Sabe-se que o livro, no sentido moderno, o *codex* formado de cadernos ligados, apareceu somente sob o Império romano, tendo servido de início para apresentar edições compactas de obras volumosas (donde a presteza com que os cristãos o acolheram para suas Escrituras) (5).

Antes disso, o livro antigo apresentava-se sob a forma frágil e incômoda do rôlo de papiro: desenrolemos

27. CALÍMACO, *Epigrama* (ed. Cahen), 48. — 28. HERONDAS, *Mimos* (O Mestre-escola, Mímo III), 30-36. — 29. P. COLLART, *Les Papyrus Bouriant* (Paris, 1926), I, 157 s.



Tésseras mostrando os símbolos do cômputo digital
(no reverso, a cifra correspondente), Alexandria, época imperial.
Paris, *Cabinet de Médailles*, antiga coleção Froehner.

Clichês da *Bibliothèque Nationale*.

o precioso manual escolar que é o *P. Guéraud-Jouguet*: começava por lições absolutamente elementares, sílabas e, provavelmente, também, o alfabeto, para elevar-se a uma antologia de textos poéticos de real dificuldade; seu estudo completo devia certamente exigir vários anos. Materialmente, consiste êle numa comprida e frágil tira de papiro, com dezesseis fôlhas (κολλήματα) unidas pelas ramas, cuja extensão total devia ser de cêrca de 2 m 90 (6). Imagine-se a sorte de um tal instrumento, que se precisava desenrolar enrolando ao mesmo tempo, sôbre varetas de madeira fixadas às suas extremidades, entre as mãos inábeis e negligentes de um meninote de escola! Pensemos no martírio que nossos filhos impõem a seus livros de aula apesar de tão fortes! Por isso estou persuadido de que tal documento não é, como o intitularam seus sábios editôres, um "livro de escolar", mas sim um "livro do mestre", um manual pedagógico onde o instrutor encontrava reunida uma série-modelo de textos para mandar estudar.

Êstes textos o mestre devia antes de tudo copiar, para pô-los à disposição dos seus jovens alunos; mas, logo que êstes começavam a escrever, podiam êles mesmos copiá-los, e, mais tarde, transcrevê-los sob forma de ditado. Tinha-se, pois, interêsse em atacar, simultaneamente, a iniciação à escrita e à leitura.

Com efeito, procedia-se realmente assim³⁰, e isso explica que nosso "livro do mestre" seja o único em seu gênero: todos os outros documentos de caráter escolar, encontrados no Egito ou em Palmira, são, efetivamente, menos fragmentos de livros de leitura que "páginas de escrita".

Seus materiais são de natureza diversa. Os primeiros instrumentos da criança, o equivalente à nossa lousa, eram as tabuletas de madeira, simples, duplas ou múltiplas (ligadas entre si por charneiras, ou por meio de um simples cordel passando por algum orifício³¹). Umas tinham a superfície de cêra, enquadrada numa moldura³²: aí escrevia por meio de um punção cuja

30. SÊNECA O FILÓSOFO, *Cartas a Lucilio*, 84, 2. — 31. B. P. GRENFELL, A. S. HUNT, H. I. BELL, etc., *The Oxyrhynchus Papyri*, 736. — 32. *Journal of Hellenic Studies*, 13 (1893), 293 s.; *Ämliche Berichte aus den königlichen Kunstsammlungen, monatlich erscheinendes Beiblatt zum Jahrbuch der kgl. Preussischen Kunstsammlungen* (Berlin), 34 (1913), 211 s.

extremidade oposta, arredondada, podia servir para apagar. Frequentemente, também, usavam-se tabuinhas para escrever a tinta³³ com uma pena feita de caniço, apontado e fendido; a tinta, fornecida em forma sólida, como entre nós a tinta nanquim, era triturada e diluída previamente pelo mestre ou por um servidor qualquer³⁴; uma pequena esponja servia, neste caso, de apagador³⁵.

O uso escolar do papiros está igualmente bem atestado: folhas isoladas, ou cadernos em planos costurados a cordel³⁶. Mas o papiro era e permaneceu sempre um material relativamente raro e caro (7), e embora se utilizasse amiúde, para o uso escolar, o verso de folhas já utilizadas no reto, fazia-se também bastante uso de cacos de cerâmica, êstes *ostraka* tão numerosos em nossas coleções: o uso dêsses fragmentos heteróclitos pode surpreender à primeira vista, mas eram empregados comumente, mesmo fora da escola, para rascunhos, e mesmo, o que devia ser pouco cômodo, para a correspondência particular.

A ESCRITA

O ensino da escrita era conduzido como o da leitura: a mesma indiferença com relação à dificuldade psicológica, a mesma progressão do simples para o complexo, letras isoladas, sílabas, palavras, frases curtas, textos corridos.

Não temos pormenores sobre o ou os tipos de escrita ensinados³⁷: a cursiva, as maiúsculas ornadas, regularmente dispostas em xadrez na escrita στοιχῆδόν (era sem dúvida para traçar o quadriculado exigido por esta que se utilizava a estranha régua³⁸ formada de duas bandas unidas em ângulo reto, que aparece desde o século V a.C. nas pinturas de vasos representativos de cenas de escola).

O mestre começava, pois, por ensinar a criança a traçar, uma a uma, as letras; não se conhecia escalão

33. *Journal of Hellenic Studies*, 29 (1909), 29-40. — 34. DEMÓSTENES, *Sobre a Coroa*, 258. — 35. *Antologia Palatina*, VI, 295, 2; 65, 7-8; 66, 7. — 36. P. COLLART, *Les Papyrus Bouriant* (Paris, 1926), I. — 37. *Escólios* de ARISTÓFANES, *Acarneanos*, 686. — 38. *Antologia Palatina*, VI, 63-2.

preparatório (nossos “pauzinhos” ou nossas “barras”), mas entrava-se diretamente no traçado normal dos caracteres. O processo empregado parece ter sido o seguinte³⁹: o mestre desenhava um modelo, provavelmente com um traço ligeiro (como os modelos em pontilhado de nossos cadernos de escrita), depois, tomando a mão da criança na sua, fazia-a passar novamente por cima, de maneira a ensinar-lhe o *ductus* da letra, antes de permitir-lhe ensaiar-se nisso sôzinha⁴⁰. Uma vez iniciada, a criança começava a exercitar-se, repetindo as mesmas letras na extensão de linhas ou de página⁴¹.

Após as letras vinham as sílabas (pelo menos a julgar pela canhestreice, evidentemente infantil, com que foram grafados certos silabários⁴²), depois as palavras isoladas: sôbre determinado *ostrakon* o mestre traçou iniciais seguindo a ordem alfabética e a criança completou as palavras esforçando-se por escolher nomes ou formas em -ους:

Οὓς / Ποὓς / Ῥωμαίους / Σοφούς / Ταύρους / Ὑιούς⁴³.

Depois vinham frases curtas, que o mestre escrevia primeiro e que a criança re-grafava em seguida uma, duas ou várias vêzes. Tudo servia de “frases para copiar” (ὑπογραμμοὶ παιδικοί), como diz Clemente de Alexandria: frases de usos tais como uma subscrição epistolar⁴⁴, tanto quanto êstes absurdos χαλινοί com vinte e quatro letras de que falei mais acima⁴⁵. Mas, pelo menos a partir do século II de nossa era (8), utilizaram-se sobretudo pequenos textos de caráter, digamos assim, mais literário: sentenças morais (χρεῖαι), costumeiramente atribuídas a Diógenes, máximas de uma linha (γνώμαι μονόστιχοι), das quais possuímos um vasto repertório, atribuído em bloco a Menandro.

Somos às vêzes surpreendidos diante da escolha desses textos. Alguns são perfeitamente concebidos: “Trabalha direito, menino, ou então chicote!” Φιλοπόνει, ὦ παῖ.

39. PLATÃO, *Protagoras*, 326d. — 40. SÊNECA O FILÓSOFO, *Cartas a Lucílio*, 94, 51. — 41. E. ZIEBARTH, *Aus der antiken Schule*, 2.^a ed. (em H. Lietzmann, *Kleine Texte für Vorlesungen und Uebungen*, n.º 65, Leipzig, 1913), n.º 48. — 42. C. WESSELY, *Studien zur Palaeographie und Papyruskunde*, II, LV, LIX. — 43. *Journal of Hellenic Studies*, 28 (1908), 124, 4. — 44. C. WESSELY, *Studien zur Palaeographie und Papyruskunde*, II, I; LVII. — 45. SÃO CLEMENTE DE ALEXANDRIA, *Stromates* (ed. Stahlin), V, 8, 357.

μή δαρείς⁴⁶, ou este outro, já citado: “Aprender as letras é o comêço da sabedoria (ou: o melhor comêço na vida).” Certas sentenças de Diógenes parecem ter sido engraçadas e de natureza a iluminar com um sorriso o sombrio trabalho do escolar: “Vendo uma môsca pousar em sua mesa: Até Diógenes, diz êle, alimenta parasitas!” Mas que pensar de tais máximas, cruéis ou escatológicas: “Vendo uma mulher dar conselhos a outra mulher, diz êle: A áspide compra veneno à víbora”, ou ainda (o grego, nas palavras, afronta o decôro): “Vendo um negro cagando, diz êle: Êta, caldeirão rachado!”⁴⁷ Os antigos não ignoraram a polidez, nem que ela era devida às crianças⁴⁸, mas não faziam da polidez a mesma idéia que nós.

A êsse simples objetivo: ler e escrever, limitava-se o ensino literário do gramatista: nada tinha êle das pretensões “enciclopédicas” que se deploram por vêzes em nosso ensino primário. Mesmo exercícos que nos parecem tão elementares como os de gramática e de redação estavam reservados, vê-lo-emos mais adiante, aos estudos pelo menos “secundários”: a escola primária não se acreditava obrigada a ensinar dogmáticamente a língua grega, língua viva, adquirida pela prática quotidiana da vida.

O CÔMPUTO

Não havia, no início, ambição muito maior em seu modesto programa matemático: limitava-se a ensinar a contar, no sentido restrito da palavra: aprendia-se a lista dos números inteiros, cardinais⁴⁹ e ordinais⁵⁰, tanto pelos nomes como pelos símbolos (sabe-se que os gregos notavam os algarismos por meio das letras do alfabeto, que alcançou vinte e sete sinais pelo acréscimo do digama, do *koppa* e do *sampi*, de maneira a dispor de três séries de nove sinais, para as unidades, as dezenas e as cen-

46. A. ERMAN, F. KREBS, *Aus den Papyrus der königlichen Museen* (Handbücher der königlichen Museen zu Berlin), p. 233. — 47. P. COLLART, *Les Papyrus Bouriant* (Paris, 1926), I, 141-166. — 48. ARISTÓTELES, *Politica*, VII, 1336 b 12-17; JUVENAL, *Sátiras*, XIV, 47. — 49. E. ZIEBARTH, *Aus der antiken Schule* (ed. cit.), n.º 51; *Journal of Hellenic Studies*, 28 (1908), 131, 16. — 50. *Journal of Hellenic Studies*, 28 (1908), 131, 16.

tenas⁵¹). Este estudo era simultâneo ao do silabário ou dos dissílabos⁵².

Era também na escola elementar, pelo menos suposto-o (9), que se aprendia a contar pelos dedos, técnica bem diferente da que usamos sob esse nome: a Antiguidade conheceu toda uma arte, rigorosamente codificada, permitindo simbolizar, por meio das duas mãos, todos os números inteiros de 1 a 1.000.000. Com os três últimos dedos da mão esquerda, segundo estivessem mais ou menos abaixados e dobrados sobre a palma, representavam-se as unidades, de 1 a 9; as dezenas, pela posição relativa do polegar e do indicador dessa mesma mão; as centenas e os milhares, de igual maneira, com o polegar e o index, e com os três últimos dedos, na mão direita; as dezenas e as centenas de milhares, pela posição relativa da mão, seja esquerda, seja direita, com relação ao peito, ao umbigo, ao fêmur; o milhão, enfim, pelas duas mãos entrelaçadas. Essa técnica está de todo esquecida hoje entre nós, mas teve grande aceitação, no Ocidente, até às escolas medievais; persiste ainda hoje no Oriente muçulmano. Atestada como de uso corrente no mundo mediterrâneo a partir do Alto Império romano, apareceu talvez mais cedo, nos últimos séculos anteriores a Cristo.

Depois dos números inteiros, aprendia-se, sempre sob o duplo ponto de vista da nomenclatura e da notação, uma série de frações: as da arure ou da dracma⁵³:

o $1/8$ escreve-se $c \text{ } \pi\pi$ (seja, um meio óbolo e dois calcos),

o $1/12$ escreve-se π (um calco), etc.⁵⁴.

Como o mostra a escolha destas unidades concretas, saímos aqui da aritmética para entrar no sistema métrico: seu estudo é bem atestado, a partir dos séculos II e III da nossa era, por diversos papiros contendo tabelas metrológicas⁵⁵, por exemplo dos múltiplos e submúltiplos do pé⁵⁶. Mas isto era, antes, uma iniciação à vida prática, que estudo matemático propriamente dito.

51. *Papiri greci e latini*, Pubblicazione della Società Italiana per la ricerca dei Papiri greci e latini in Egitto, 250; FR. PREISIOKE (continuado por F. BILABEL, etc.), *Sammlung griechischer Urkunden aus Ägypten*, 6215. — 52. O. GUÉRAUD, P. JOUVERT, *Un Livre d'Ecolier du IIIe. siècle avant Jésus-Christ* (ed. cit.), 21-26; *Ämtliche Berichte aus den königlichen Kunstsammlungen, monatlich erscheinendes Beiblatt zum Jahrbuch der kgl. Preussischen Kunstsammlungen* (Berlin), 34 (1913), 213; 218. — 53. *Journal of Hellenic Studies*, 28 (1908), 132, 17. — 54. O. GUÉRAUD, P. JOUVERT, *Un Livre d'Ecolier du IIIe. siècle avant Jésus-Christ* (ed. cit.), 235-242. — 55. B. P. GRANTFELL, A. S. HUNT, H. I. BELL, etc., *The Oxyrhynchus Papyri*, 1669 v. — 56. A. S. HUNT, J. DE M. JOHNSON, V. MARTIN, *Catalogue of the Greek Papyri in the John Rylands Library at Manchester*, II, 64.

Assim, no comêço da era helenística, a aritmética escolar se limitava a muito poucas coisas: o manual do século III ao qual muitas vèzes já me reporteí contém apenas, além disso, uma tábua dos quadrados⁵⁷, cujo fim aliás é, talvez, completar, até 640.000, a lista dos símbolos numéricos. Tem-se de esperar até o século I a.C. para ver aparecerem num papiro, em seguida aos cálculos de quadrados ($2 \times 2 = 4$; $3 \times 3 = 9$; $4 \times 4 = 16$), êstes exercícios de aplicação sôbre as frações da dracma, dos quais encontramos o equivalente na escola latina do tempo de Horácio⁵⁸; o $1/4$ de dracma é 1 óbolo e $1/2$; o $1/12$ é $1/2$ óbolo; $1/4 + 1/12 = 1/3$...⁵⁹ Em seguida aparecem cálculos mais complexos, de modo que cabe perguntar-se se êste papiro, aparentemente de origem escolar, conduz-nos realmente a uma escola primária. Sômente na época copta, nos séculos IV-V d.C. encontram-se, em tabuletas que certamente pertenceram a crianças, tabuadas muito elementares de adição: "8 (e) 1:9; 8 (e) 2:10...; 8 (e) 8:16; 2 (vêzes) 8:16; 8 (e) 7:15; 7 (e) 8:15"⁶⁰. Mesmo nesta época, sempre que se encontram exercícios aritméticos elevando-se um grau acima dêstes balbucios, a escrita mostra, por sua destreza e sua perfeição, que são obra de adulto e não mais de criança⁶¹ (10).

Por mais estranho que o fato possa parecer de início, tem-se realmente de reconhecer que "as quatro operações", esta humilde bagagem matemática de que tôda criança, entre nós, se acha desde bem cedo munida, permanecem na Antiguidade muito além do horizonte da escola primária. O uso, bastante comum, de instrumentos para cálculos e do ábaco (11) supõe que o conhecimento da adição não estava muito difundido entre o público e, na verdade, constatamos que poucos o possuem sólido, mesmo nos meios cultos e de época tardia.

PEDAGOGIA SUMÁRIA E BRUTAL

Recordemos que já Platão considerava que quatro anos não eram demais para ensinar a ler: a pedagogia helenística não fêz grandes progressos. Em 234 de nossa

57. O. GUÉRAUD, P. JOUGUET, *Un Livre d'Écolier du IIIe. siècle avant Jésus-Christ* (ed. cit.), 216-234. — 58. HORÁCIO, *Epístola aos Pisanos* (Arte Poética), 325 s. — 59. *Papiri greci e latini* (ed. cit.), 763. — 60. FR. PREISIGKE (continuado por F. BILABEL, etc.), *Sammelbuch griechischer Urkunden aus Ägypten*, 6215. — 61. Idem, 6220-6222.

era, ainda se acha natural que uma criança de nove anos não saiba escrever seu nome⁶² (não se trata de um alarve, pois reencontramos o mesmo personagem, aos quarenta anos, feito comarco de sua aldeia⁶³). Em 265, encontramos crianças de dez, de treze anos, das quais se nos diz que estão ainda “aprendendo as letras⁶⁴”. Isto prende-se à insuficiência psicológica dos métodos empregados.

Como nas antigas escolas do Oriente, a pedagogia permaneceu rudimentar: o mestre não sabe facilitar à criança o acesso ao conhecimento; êle não se eleva acima do doutrinação passivo: a escola antiga é do tipo desta “escola receptiva”, abominada pelos pedagogos de hoje. Havendo a tradição determinado, e vimos como, a ordem dos conhecimentos a serem assimilados, o esforço do mestre limita-se a repisar e a aguardar que o espírito da criança haja superado a dificuldade que a detém. Para triunfar sobre o que acredita ser indocilidade, resta-lhe apenas um recurso, e a êle não deixa de recorrer: os castigos corporais.

Além do medo, a única força psicológica utilizável era a emulação, da qual já disse quão poderosa era no coração do grego. Mas, coisa curiosa, entre todos os concursos que as cidades helenísticas e seus mecenas haviam aberto à porfia, bem poucos eram franqueados aos jovens alunos da escola primária (mais uma prova da pouca consideração em que eram tidos): mesmo os concursos de caligrafia⁶⁵ e de leitura⁶⁶ a que aludem os “palmares” de Pérgamo, Teos ou Quíos parecem, segundo o contexto, ter-se destinado a crianças, môças ou rapazes, de idade “secundária” (12): não posso citar mais que os “jogos das Musas”, celebrados no santuário de Ortia em Esparta e nos quais eram coroados jovens *mikkikhizômenos* de nove ou dez anos (13).

A imagem característica que, para os homens dessa época, se liga à recordação da primeira escola não é a do *αὐτὸν* e de sua nobre rivalidade, mas a do terrível mestre, de cacête à mão, e do terror que inspirava. Vêde a cena que Herondas escolheu para lembrar a escola: a mãe do

62. G. VITELLI, D. COMPARETTI, *Papiri greco-egizii, Papiri Fiorentini*, 56, 22. — 63. Idem, 2, 150. — 64. C. WEBERLY, *Studien zur Palaeographie und Papyruskunde*, II, 27, 5; 7. — 65. *Mitteilungen des deutschen archäologischen Instituts, Athenische Abteilung*, 35 (1910), 436, 20; CH. MICHEL, *Recueil d'Inscriptions Grecques*, 913, B, 4. — 66. *Mitteilungen des deutschen archäologischen Instituts, Athenische Abteilung*, 37 (1912), 277, b, 7; W. DITTENBERGER, *Sylloge Inscriptionum Graecarum* (3.^a ed.), 959, 8; CH. MICHEL, *Recueil d'Inscriptions Grecques*, 913, A, 3; 6; B, 3.

pequeno Cócalo, um preguiçoso que falta às aulas, leva o gazeteiro ao mestre Lamprisco para que o puna. O estro realista do poeta nada nos deixa ignorar da técnica usada em semelhante caso: o culpado é erguido no ar por um de seus colegas; em seguida o próprio mestre entra em cena:

— Onde está o rebenque duro, meu rabo-de-boi de bater nos rebeldes presos? Dêem-mo antes que minha cólera estoure!

E Cócalo, então:

— Não, Lamprisco, eu suplico pelas Musas e pela vida de tua (pequena) Coutis: com o duro, não! Bate-me com o outro!⁶⁷

Educação e castigos corporais aparecem tão entrelaçados para um grego helenístico quanto o haviam sido para um escriba faraônico ou judeu: para traduzir o hebreu *mûsar* (educação e castigo) os tradutores alexandrinos da Escritura usarão a palavra *παιδεία*, que sob sua pena acaba por significar simplesmente “punição”. Sabe-se que a associação de imagens assim forjada será durável: sem falar em Abelardo e em Montaigne, que me baste invocar o testemunho, de um século apenas, de Béranger ou de Stendhal!

Sem dúvida, no decorrer do período helenístico e romano produziu-se certa evolução da sensibilidade e a consciência antiga começa a mostrar certos escrúpulos: Crisipo⁶⁸, diz-se-nos, não desaprovava o recurso às pancadas: isto prova, pelo menos, que êle se propunha já o problema, ou que o propunham em torno dêle. Sob o Império, os meios romanos despojam-se de sua severidade primeva e começam a desejar uma pedagogia menos brutal, a recompensar os esforços da criança por meio de pequenas dádivas, como doces. Mas, se há progresso, é mais de ordem moral que pedagógica: critica-se a desumanidade mais que a eficácia do “orbilianismo”, e nem por isso o sistema do ensino é verdadeiramente modificado. A escola antiga jamais partilhará das ilusões de nossa “escola risonha”: “não há progresso sem penoso esforço” — μετὰ λυπῆς γὰρ ἡ μάθησις⁶⁹.

67. HERONDAS, *Mimos* (O Mestre-escola, Mimo III), 59-73. — 68. QUINTILIANO, *Instituição Oratória*, I, 3, 14. — 69. ARISTÓTELES, *Política*, VIII, 1339 a 28.

CAPÍTULO VII

OS ESTUDOS LITERÁRIOS SECUNDÁRIOS

A cada um dos três graus, primário, secundário e superior, corresponde, para o ensino das letras, um mestre especializado: ao instrutor primário (γραμματιστής) sucede o "gramático" (γραμματικός) e a êste o retórico, σοφιστής ou ῥήτωρ. A distinção teórica esvaece-se, às vêzes, de fato: sem falar nas regiões coloniais, onde o ensino não estava talvez organizado de maneira completa, podia acontecer que um mesmo professor tivesse interesse em atender duas clientelas: ao que parece, isto era normal em Rodes, a grande cidade universitária do século I a.C.: Aristodemo de Nisa, por exemplo, aí ensinava a retórica pela manhã e a gramática à tarde¹ (1).

Além disso, deve-se considerar como lei geral que, de geração para geração, os programas escolares tendem a onerarem-se no seu tôpo, o que acarreta uma lenta sedimentação, nos graus elementares, das técnicas a princípio reservadas ao grau superior. Quando uma civilização passa por um desenvolvimento homogêneo e prolongado, a contribuição das sucessivas gerações não cessa de enriquecer o tesouro de sua cultura: esta, cada vez mais complexa, mais difícil de assimilar, exige um desenvolvimento paralelo dos programas do ensino. De início, é o ensino superior, reflexo imediato da cultura, que anexa as novas disciplinas; mas, não podendo sua duração aumentar de maneira sensível, êle é logo levado a desonerar-se sobre os graus inferiores.

Tal fenômeno cala freqüentemente como um abuso, como uma pretensão inaceitável por parte dêstes últimos; é, entretanto, inevitável. Observa-se isto também

1. ESTRABÃO, *Geografia* (ed. Casaubon), XIV, 650.

nos dias de hoje: vimos nosso ensino primário entufar-se de pretensões “enciclopédicas” à imitação do secundário; êste, por sua vez, arrepanhou ao superior o programa de suas aulas científicas e os métodos filológicos de seu ensino literário. Constatamos algo de semelhante na época helenística e romana: os gramáticos terminaram por anexar uma parte do domínio próprio dos retores, e, talvez, por seu turno, o gramatista invadiu o terreno de seu colega secundário.

Vemos hoje os pais levar seus filhos a galgarem o mais cedo possível os escalões da carreira dos exames, com o risco de comprometer o completo desabrochar do seu espírito. Da mesma maneira vemos o escolar grego, inquieto com o grande programa que o espera, aplicar-se tanto mais cedo quanto possível em exercícios que seus predecessores só abordavam mais tarde. Ouvimo-los muitas vêzes lamentarem a sobrecarga dos programas escolares: os antigos sofreram-na antes de nós; mas isto é uma conseqüência inevitável do progresso da cultura.

Como se trata de um desenvolvimento contínuo, é difícil precisar e datar os diferentes estágios desta evolução (nossas fontes latinas² permitem-nos constatar somente que a “usurpação” dos gramáticos sobre os retóricos era um fato consumado desde os meados do século I a.C.): eis por que também nossa análise dos estudos literários próprios do escalão secundário deve apresentar certa imprecisão quanto a seus limites. A duração desses estudos e a idade em que começam não podem ser fixados com precisão.

Direi, pois, sem demasiada precisão: a criança, se deve prosseguir seus estudos, atinge o segundo grau no momento em que sabe enfim ler e escrever correntemente; deixa a escola elementar e vai seguir os cursos do “gramático”, chamado geralmente em grego γραμματικός³, às vêzes φιλόλογος⁴, ou (em certos meios filosóficos de influência cínica) κριτικός⁵. O objeto específico de seu en-

2. CÍCERO, *Sobre a Ordem*, III, 108; SUETÔNIO, *Gramáticos e Retóricos*, 4; QUINTILIANO, *Instituição Oratória*, II, I, 1. — 3. H. G. LIDDELL, R. SCOTT, H. STUART, H. STUART JONES, R. MACKENZIE, *A Greek-English Lexikon, new edition*, s. v.; cf. FILÃO DE ALEXANDRIA, *Sobre os Estudos Preparatórios* (ed. Cohn, t. III), 148. — 4. W. DITTENBERGER, *Sylloge Inscriptionum Graecarum* (3.^a ed.), 714, n.º 2. — 5. [PLATÃO], *Asíochos*, 366c; SÉKTO EMPÍRICO, *Contra os Matemáticos*, I, 49.

sino, sua matéria principal (veremos mais adiante que existem outras) é o estudo aprofundado dos poetas e dos outros escritores clássicos: êste é seu objeto próprio, que diferencia a "gramática", entendida em sentido secundário, do ensino do gramatista primário.

OS CLASSICOS

A despeito dos esforços de Platão, a alta cultura helenística, fiel à tradição arcaica, permanece baseada na poesia, não na ciência; a educação, por conseguinte, é menos orientada no sentido do desenvolvimento da razão que no da transmissão do patrimônio literário representado pelas grandes obras-primas. Empreguei muitas vezes já, para designar uma e outra, o epíteto de "clássica": faz-se necessário, talvez, explicar esta palavra.

Clássica, a civilização helenística opõe-se às culturas revolucionárias e inovadoras projetadas para a frente num grande ímpeto criador: repousa na pacífica posse de um tesouro considerado, no essencial, como adquirido. Não se deve dizer, como o fazem frequentemente seus detratores, que a cultura clássica "nasceu com a cabeça virada para trás", olhando para o passado: ela não é como um outono, torturado com a lembrança nostálgica da primavera desaparecida. Ela se imagina antes de tudo como firmemente estabelecida num imóvel presente, em plena luz de um quente sol de verão. Ela sabe, ela repousa; os mestres estão ali. Pouco importa que êles hajam aparecido em tal ou qual momento do passado, sob o efeito de tal ou qual força histórica: o importante é que existam, que novamente os descubra, da mesma maneira, cada uma das gerações sucessivas, que sejam reconhecidos, admirados, imitados. Uma cultura clássica define-se por um conjunto de grandes obras-primas, fundamento reconhecido da escala dos valores.

A época helenística foi muito longe na consagração oficial dos seus clássicos; a tradição escolar havia fixado listas-modelo de grandes homens: legisladores, pintores, escultores, inventores⁶. Estas listas terminaram por

6. *Abhandlungen der preussischen Akademie der Wissenschaften, Philosophisch-historische Klasse* (Berlin), 1904, II, 1; B. P. GRENFELL, A. S. HUNT, H. I. BELL, etc., *The Oxyrhynchus Papyri*, 1241.

ser codificadas, sem dúvida nos meios universitários de Pérgamo, talvez desde os meados do século II a. C. (2), e assim ficou estabelecido, *ne varietur*, o "cânone" dos dez oradores áticos, o dos dez historiadores, dos dez pintores e dos dez escultores, dos poetas, dos filósofos, dos médicos...

No interior da obra, muitas vêzes considerável, de cada um desses grandes escritores, um mesmo esforço de consagração tendeu a selecionar as obras que mereciam ser inscritas nos programas escolares: tem-se ressaltado muitas vêzes a influência destas "escolhas" sôbre nossa tradição manuscrita (3). Entre quarenta ou quarenta e quatro comédias de Aristófanes conhecidas pelos antigos, possuímos apenas as onze que um gramático Símaco editou aí pelo ano 100 de nossa era, como "teatro escolhido" para as aulas. Da imensa obra de Ésquilo ou de Sófocles também só conhecemos as sete peças preservadas para o ensino (a escolha foi feita sob Adriano para o primeiro, muito mais tarde talvez para Sófocles): estimavam-se altamente êsses números simbólicos: não havia sete sábios da Grécia, sete maravilhas do mundo, sete artes liberais? Para os autores menores exercia-se paralelamente o esforço dos florilégios, fadados, como vimos, a perpetuar por séculos a lembrança de um escritor, pela sorte outorgada a algum excerto de sua obra (4).

Podemos reconstituir a lista dos clássicos estudados pelos gramáticos, graças, especialmente, aos papiros, que nos prestam aqui os mesmos serviços que para os estudos primários, graças também aos catálogos de bibliotecas escolares que nos revelam a tradição literária⁷ ou as inscrições⁸.

HOMERO

No primeiro plano, dominando altaneiro, deve-se situar, evidentemente, Homero: a predileção por êle não diminuiu durante todo o período helenístico. É fácil acumular provas nesse sentido: lembremo-nos de Alexandre, o Grande, levando consigo, quando em campanha, sua *Íliada*, conservada com religioso cuidado; ou das ci-

7. ATENEU, *Banquete dos Sofistas* (ed. Casaubon), IV, 164 BD. — 8. *Inscriptiones Graecae* (editio minor), II, 2363.

dades perdidas nos confins do mundo grego, como Marseilha, Sínope, cidades de Chipre, que, para afirmar sua fidelidade ao patrimônio helênico diante dos bárbaros ou entre eles, executam edições particulares da *Iliada* (5). Homero domina tôda a cultura grega por tanto tempo quanto sua tradição se perpetua: é o que nos mostrará, de maneira incontestada, o exemplo da Idade Média bizantina, à qual devemos, não o esqueçamos, a conservação de tôda a contribuição da erudição homérica da Antiguidade.

Desde a escola primária⁹, sua sombra gigantesca projeta-se no horizonte: "Homero não é um homem, é um deus", — assim escrevia já a criança desde uma de suas primeiras lições de escrita¹⁰; aprendendo a ler, decifrava ela, como vimos, listas de nomes onde desfilavam os heróis de Homero; desde os primeiros textos corridos, encontrava alguns versos escolhidos da *Odisséia*¹¹, introduzidos solenemente pela rubrica *ἐπη*, "verso épico"¹². Também devia considerar grande honra passar à leitura aprofundada da obra do poeta; uma mãe sentia-se orgulhosa quando, perguntando ao preceptor de seu filho a quantas andava a criança, o ouvia responder: "Está estudando o VI" (τὸ ζῆτα) — entenda-se: o canto Z da *Iliada*¹³.

As centenas, o solo do Egito restituiu-nos papiros, tabuletas e ostraka contendo fragmentos de Homero: não há um lote apreciável de tais documentos que não encerrar alguns; nem todos, sem dúvida, são de origem escolar e é realmente difícil distinguir com certeza aqueles que o são (6), mas seu número assegurado é bastante grande para testemunhar o lugar de Homero no ensino do Egito grego.

Os mesmos papiros informam-nos sobre a desigualdade do interesse que se outorgou às diferentes partes da imensa obra do mestre: se, entre os filósofos, a *Odisséia* possuía maior valor, entre os letrados, e antes de tudo nas escolas, a *Iliada* ocupava o lugar de honra: é ela duas ou três vezes mais reproduzida que a *Odisséia* nos papiros (7). Pode-se acreditar que em princípio se

9. PLUTARCO, *Alcibiades*, 7. — 10. *Journal of Hellenic Studies*, 13 (1893), 293.
— 11. O. GUÉRAUD, P. JOUQUET, *Un Livre d'Écolier du III^e siècle avant Jésus-Christ* (ed. cit.), 131-139. — 12. Idem, 130. — 13. B. F. GRENFELL, A. S. HUNT, H. I. BELL, etc., *The Oxyrhynchus Papyri*, 930, 15.

estudava a epopéia inteira, canto após canto ¹⁴, mas preferia-se particularmente certos livros, que aparecem muito mais freqüentemente: os primeiros cantos da *Ilíada* e êstes cantos X e Ω que, ainda hoje, existem avulsos em edições didáticas; assim também como certos episódios, o duelo de Páris e Menelau ou a descrição do escudo de Aquiles.

OS OUTROS CLASSICOS

Homero não era, entretanto, o único poeta épico estudado nas escolas: é preciso acrescentar Hesíodo, cujas obras a criança por vêzes igualmente conhecia desde a escola primária ¹⁵, "Orfeu" e, também, alguns modernos: Cherilo, autor de uma epopéia sôbre as guerras médicas e, sobretudo, Apolônio de Rodes, cujos *Argonautas* parecem ter sido particularmente apreciados; outros ainda... (8).

Os poetas líricos continuam, como na época arcaica, a desempenhar um papel essencial na educação; estuda-se sempre os velhos mestres, Alcman, Alceu, Safo e, sobretudo, Píndaro, mas a escola helenística acolhe também os autores mais recentes, como Calímaco e os Epigramatistas. Embora encontremos em fragmentos edições de obras completas, é, sem dúvida, especialmente através das antologias que êsses poetas eram conhecidos. Em princípio, êstes líricos, destinados a ser cantados, eram estudados em relação estreita com a música; mas já acontecia contentar-se às vêzes com declamá-los ¹⁶.

Finalmente, o teatro: Ésquilo e Sófocles não são completamente excluídos dos programas, mas seu papel é eclipsado pelo de Eurípides, o grande clássico da tragédia. Entre os cômicos, o papel correspondente cabe a Menandro, que só será superado por Aristófanes, na preferência dos gramáticos, a partir do Baixo Império. Triunfo tardio, mas tão completo que a tradição manuscrita medieval abandonou totalmente Menandro, o qual sômente os papiros começam a restituir-nos. Ainda aí, ao lado dos grandes nomes, a escola proporcionava oportunidade a outros autores, como Epicarmo, sem falar dos

14. Idem. — 15. *Journal of Hellenic Studies*, 13 (1893), 302. — 16. W. DITTENBERGER, *Sylloge Inscriptionum Graecarum* (3.^a ed.), 1059, II, 47.

minores cujos fragmentos figuram nas coleções de trechos escolhidos.

Os poetas conservam o lugar soberano que detinham desde as origens; a escola helenística admite, entretanto, a prosa, mas relegada a um plano nitidamente secundário. Representam-na, fundamentalmente, os historiadores (pois Esopo, como seu confrade Bábrio, correspondia ao primário): são Heródoto, Xenofonte, Helanico e sobretudo Tucídides.

Evidentemente, todo homem culto havia estudado também os oradores áticos (entre os quais Demóstenes era, de muito, preferido a seus êmulos, inclusive Isócrates), mas não é certo que tenham permanecido a cargo dos gramáticos: seu estudo parece ter sido reservado aos retóricos e, dessarte, correspondia ao ensino superior¹⁷.

Em resumo, Homero (e de Homero, sobretudo a *Ilíada*), Eurípides, Menandro e Demóstenes: tais são os quatro pilares da cultura clássica; mas esta predominância nada tem de exclusivo: mais talvez que a nossa, a escola antiga abria-se aos escritores de segunda plana e mesmo aos "contemporâneos".

FILOLOGIA ERUDITA E ENSINO

Vejamos agora o método seguido no estudo destes clássicos. O microcosmo da escola reflete o macrocosmo da cultura: o ensino literário muito naturalmente se aproveitou deste prodigioso desenvolvimento da ciência filológica que constitui um dos caracteres dominantes da cultura helenística. Sobre este ponto, fornecerei algumas precisões.

Não se deve exagerar a influência exercida sobre a cultura e principalmente sobre a escola pela obra dos grandes críticos alexandrinos, Zenódoto, Aristófanes de Bizâncio e Aristarco; o estudo da tradição manuscrita de Homero mostra que as lições propostas pelos alexandrinos só foram acolhidas numa fraca medida pela nossa Vulgata e pelos papiros (9): em particular a tradição, mais conservadora e mais rotineira, não seguiu os sábios do Museu nas exclusões, nas "atêses", pronunciadas por

17. Cf. QUINTILIANO, *Instituição Oratória*, II, 5.

êles contra tantos versos, em nome de uma opção de severa depuração.

Quanto à obra exegetica dos mesmos sábios, não desfrutou mais da antiga glória na prática escolar: encontra-se sem dúvida algum eco de sua influência nos escólios de nossos manuscritos ou dos papiros¹⁸, mas, estritamente crítica, demasiado "científica", ela não podia quase alimentar a explicação do gramático.

Muito mais que à erudição alexandrina, darei importância à obra da escola estoica, que, sobretudo a partir de Crisipo, tanto se preocupou com a pedagogia e a exegese homérica; sua influência exerceu-se em particular por intermédio das escolas filológicas rivais de Alexandria, as de Pêrgamo, e, depois, de Rodes: Crates de Malos e Panécio merecem, mais que Aristarco, figurar na galeria dos grandes pedagogos clássicos (10).

Resolutamente conservadores, preocupados antes de tudo com integrar à sua cultura a totalidade do patrimônio helênico, preocuparam-se menos em expurgar Homero, em nome de princípios rigorosos, que em explicar o texto que dêle possuíam. Donde, ao invés de procurarem os versos condenáveis e as interpolações recusáveis, envidavam um constante esforço para compreender, para justificar a presença de tal episódio ou de tal detalhe, ainda que tivessem, para sair-se bem da empresa, de esgotar todos os recursos de uma dialética apologética. Desta tendência, o ensino clássico recebeu uma impressão profunda e duradoura: estudantes de literatura não são preparados, ainda hoje, para justificar, à custa de alguma ginástica intelectual, os menores artificios de Corneille ou de Molière, e descobrir-lhes intenções ocultas e "belezas" secretas?

PLANO E MÉTODO DO ESTUDO DOS AUTORES

Mas vejamos o método em execução: a criança não entrava em contato imediatamente com o texto dos poetas; eram-lhe propostos primeiro resumos, ποιητικὰς ὑποθέσεις¹⁹: argumentos da epopéia inteira²⁰ ou deter-

18. B. P. GRENFELL, A. S. HUNT, H. I. BELL, etc., *The Oxyrhynchus Papyri*, 1086-1087. — 19. PLUTARCO, *Sobre a Maneira de Estudar os Poetas*, 14 E. — 20. A. S. HUNT, J. DE M. JOHNSON, V. MARTIN, *Catalogue of the Greek Papyri in the John Rylands Library at Manchester*, I, 23.

minado canto²¹, peças de teatro ou discursos; êsses momentos desempenhavam na escola antiga o papel que os *Tales from Shakespeare* de Lamb desempenham muitas vezes na iniciação ao estudo do grande clássico inglês. O mestre lançava mão, parece, de quadros murais, de baixos-relevos que representavam, esculpidos em miniatura, os principais episódios da lenda heróica, acompanhados de um texto resumido e de legendas que permitiam a identificação das personagens ou das cenas: nossos museus conservam uma dezena dêsses Quadros Iíacos, que na verdade representam não apenas a *Íliada*, mas outras lendas: as do ciclo tebano ou dos XII Trabalhos de Hércules (11).

Quanto à explicação propriamente dita, levou muito tempo para libertar-se das hesitações da prática e chegar à sua fórmula definitiva: no início do século I antes de nossa era, o manual de Dionísio, o Trácio, cuja importância histórica logo salientarei, reparte ainda, de maneira demasiado confusa, o trabalho do gramático entre múltiplas epígrafes: somente nas proximidades de nossa era, após Dionísio²² e antes de Quintiliano²³, aparece²⁴ a definição clássica a que se cingirá a tradição antiga: o trabalho do gramático sobre um autor divide-se em quatro operações: a crítica do texto, a leitura, a explicação, o julgamento (διόρθωσις, ἀνάγνωσις, ἐξηγησις, κρίσις).

Expliquei alhures o que era a διόρθωσις (12), o equivalente à nossa crítica textual: tradução talvez um pouco forçada, porque esta "correção" do texto era, na Antigüidade, muito menos sistemática e menos rigorosa do que se tornou a ecdótica nas mãos de um Lachmann, de um J. Havet ou de um D. Quentin. Do mesmo modo, ao nível das aulas de gramática, tinha apenas um fim prático: a imprensa, que difunde em número ilimitado cópias idênticas, permite hoje reservar ao editor erudito o cuidado de estabelecer o texto crítico de um clássico; mas, na Antigüidade, a tradição manuscrita, incerta e instável,

21. P. COLLART, *Les Papyrus grecs d'Achmim* (extrato do Bulletin de l'Institut Français d'Archéologie Orientale, Cairo, t. 31, 1930, ps. 35-111), 2; *Papiro Erlangen*, 5 (P. Erl. 3 R); cf. *Papiro Schwartz* (papiro n.º 320 das coleções do Institut Fr. d'Archéologie Orientale, publicado por J. SCHWARTZ, *Études de Papyrologie de la Soc. Fouad Ier. de Papyrologie*, t. VII (1948), p. 93-109 sob o título *Un Manuel scolaire de l'époque byzantine.*) — 22. DIONÍSIO O TRÁCIO, *Gramática* (ed. Uhlig.), 1. — 23. QUINTILIANO, *Instituição Oratória*, I, 4, 3. — 24. Escólios a DIONÍSIO O TRÁCIO, 10, 8.

não permitia existissem, por assim dizer, duas cópias idênticas; donde a necessidade, para começar, de confrontar as que o mestre e discípulos tinham em mãos e de corrigir umas pelas outras.

LEITURA E RECITAÇÃO

Mas isso era apenas um prefácio: o estudo propriamente dito dos autores na verdade só começava com a "leitura expressiva"²⁵. São ainda os usos do livro manuscrito que explicam a presença desse exercício, para nós elementar, no nível dos estudos secundários: a ausência de separação entre as palavras e de pontuação tornava a leitura muito mais difícil do que o é hoje; era necessário cortar as palavras, o que não acontece sempre sem ambigüidades, separar membros e períodos, dar às frases interrogativas ou afirmativas o tom apropriado, escandir os versos de acôrdo com as leis da prosódia e da métrica.

A leitura cuidadosa exigia, pois, um estudo atento do texto, toda uma preparação cujos traços nossos papiros conservam por vêzes: vemos o escolar separar versos e palavras por acentos (13), cortar as sílabas com vistas à escansão²⁶. O fim colimado era, diz-nos Dionísio o Trácio²⁷, uma declamação expressiva, que ressaltasse o sentido do texto, a medida do verso e o tom geral da obra: heróica para a tragédia, realista para a comédia, etc. Os alunos dialogavam, sem dúvida, as peças de teatro e a própria epopéia, como o sugerem, em nossos papiros, as indicações de personagens sôbre os quais V. Bérard lançou justamente a atenção, mas que podem ser simplesmente um eco da prática escolar, e não, como êle o pretendia, uma recordação das origens.

Um estudo tão minucioso do texto tornava fácil a memorização: tudo parece indicar que entre os gramáticos, como na escola primária, a recitação do texto aprendido de cor sucedia à leitura. Este exercício figura principalmente no programa de vários concursos oficiais, organizados pelas cidades helenísticas, para servir de sanção aos estudos. Nos séculos II e I a. C., crianças na idade de cursar o secundário concorrem em Teos

25. DIONÍSIO O TRÁCIO, *Gramática* (ed. Uhlig.), 2. — 26. *Philologus* (1905), 146, 2. — 27. DIONÍSIO O TRÁCIO, *Gramática* (ed. Uhlig.), 2.

em leitura, declamação ininterrupta de Homero (cada concorrente retomava o texto no ponto em que seu predecessor o havia deixado²⁸), recitação de poetas trágicos, cômicos e líricos (êstes provavelmente cantados²⁹); em Larissa, ao contrário, concorrem em declamação não cantada de poetas líricos, tanto clássicos como modernos³⁰; em Quios, os rapazes disputam prêmios de leitura e de declamação solene de Homero³¹, como em Pérgamo as môças, que aí acrescentam a poesia elegíaca³².

A EXPLICAÇÃO DO TEXTO

Entretanto a explicação do texto ἐξηγήσεις constitui a parte preponderante do trabalho, a ponto de ἐξηγητής tornar-se quase sinônimo de γραμματικός³³. Como hoje, ela se dividia em explicação literal e explicação literária³⁴.

Era preciso, antes de tudo, entender o próprio sentido do texto, e quando se tratava de poetas, de Homero particularmente, usando uma língua arcaica e especial (há em grego um vocabulário peculiar reservado à poesia), as dificuldades não eram desprezíveis. De modo que o primeiro trabalho do escolar era fazer sua “preparação”, ou, como se dizia, o “palavra por palavra de Homero”, ὀνομαστικὸν Ὁμήρου³⁵. Dispunha êsse exercício, como ainda o fazem nossos escolares, em duas colunas: à esquerda as palavras homéricas, à direita a interpretação:

Πηληϊάδεω
'Αχιλλῆος
οὐλομένην
ἦ
μυρία
'Αχαιοὶς
ἄλγεα
ἔθηκεν

παιδὶ τοῦ Πηλέως
τοῦ 'Αχιλλέως
ὀλεθρίαν
ἦτις
πολλὰ
τοῖς Ἑλλήσι
κακὰ
ἐποίησεν³⁶

28. DIÓGENES LAÉRCIO, *Vidas dos Filósofos*, I, 57. — 29. W. DITTENBERGER, *Sylloge Inscriptionum Graecarum* (3.^a ed.), 960, n.º 1. — 30. Idem, 1059, II, 13; 47. — 31. Idem, 959, 8; 9. — 32. *Mitteilungen des deutschen archäologischen Instituts*, Athenische Abteilung, 37 (1912), 277. — 33. H. G. LIDDELL, R. SCOTT, H. STUART JONES, R. MACKENZIE, *A Greek-English Lexikon, new edition*, v. v. — 34. *Escólios* a DIONÍSIO o TRÁCIO, 10, 9. — 35. S. EITREM, L. AMUNDSEN, *Papiri Osloenses*, 12. — 36. *Amiliche Berichte aus den königlichen Kunstsammlungen*, monatlich erscheinendes Beiblatt zum Jahrbuch der kgl. Preussischen Kunstsammlungen (Berlin), 34 (1913), 220; A. ERMAN, F. KREBS, *Aus den Papyrus der königlichen Museen* (Handbücher der königlichen Museen zu Berlin), 232; S. EITREM, L. AMUNDSEN, *Papiri Osloenses*, 12; *Papiri Hombert-Préaux* (M. HOMBERT e CL. PRÉAUX, *Une tablette homérique de la Bibliothèque Bodléienne*, Mélanges Henri Grégoire, III [Annuaire de l'Institut de Philologie et d'Histoire Orientales et Slaves, t. XI, 1951], ps. 161-168).

Procurava precisar a construção, o valor dos casos, transcrevia as formas poéticas e traduzia as palavras difíceis para a língua comum do seu tempo; podia auxiliar-se com léxicos alfabéticos, dos quais nos chegaram alguns exemplares fragmentários.

Sobretudo o vocabulário especial dos poetas, o que se designava pelo termo técnico "glossas" (γλῶσσαι), exigia muitos esforços³⁷; na Antigüidade, um homem culto é, antes do mais e, algumas vezes, sobretudo aquele que sabe que πίσυρες é a forma homérica de τέσσαρες, "quatro", que ριγεδανός quer dizer "(morte) terrível", βῆσσα ou ἄγκος, "barroca hiante"³⁸; é uma das portas por onde a erudição, que se verá tão invasora, penetrava na cultura e no ensino literários.

Mas o estudo da língua dos clássicos não se limitava à lexicografia: a morfologia retinha também a atenção, e cada vez mais, à proporção que se desenvolviam a estranha mania do aticismo, a pesquisa meticulosa e a restauração das formas áticas em detrimento das formas da língua comum. Daí se alçava ao conhecimento das perifrases e das figuras, do modo de expressão própria-mente poético. Gastava-se também muita erudição, autêntica ou falaciosa, a propósito da busca das etimologias: λύχνος, "lâmparina", vem de λύειν τὸ νύχτος, "dissipar a noite"; προσκεφάλαιον, "travesseiro", significa própria-mente "o que se coloca sob a cabeça", de πρὸς e κεφαλή³⁹.

Depois da forma, o fundo, ou, para falar como os gramáticos gregos, depois do γλωσσηματικόν, o ιστορικόν⁴⁰. As "histórias" (ιστορίαι) são tudo o que narra o poeta, as personagens, os lugares, os tempos e os acontecimentos⁴¹. Uma pedagogia a um tempo infantil e pedante comprazia-se com multiplicar divisões e subdivisões: Asclepiades de Mirléia, no século I a. C., distinguia, por exemplo, as narrativas verdadeiras, possíveis e imaginárias; nas narrativas verdadeiras, os caracteres (deuses, heróis, homens), os tempos, os lugares e as ações⁴².

37. DIONÍSIO O TRÁCIO, *Gramática* (ed. Uhlig.), 1; *Escólios a DIONÍSIO O TRÁCIO*, 10, 9. — 38. SEXTO EMPÍRICO, *Contra os Matemáticos*, I, 78; 59. — 39. *Idem*, I, 243-244. — 40. *Escólios a DIONÍSIO O TRÁCIO*, 10, 9. — 41. EUSTÁCIO DE TESSALÔNICA ap. DIONÍSIO O PERIEGETA, *Descrição da Grécia* (ed. Bernhardt), p. 81. — 42. SEXTO EMPÍRICO, *Contra os Matemáticos*, I, 253.

O leitor terá, de relance, notado o lugar que têm nos exercícios de leitura da escola primária as listas de nomes próprios tomados à tradição literária: nomes de deuses e de heróis, nomes de rios, etc. Era uma preparação remota, e talvez consciente, à explicação dos clássicos: mais que sobre os sentimentos e as idéias, o comentário insistia nas questões de onomástica; o homem culto, e já a criança bem educada, tinham de saber quem era tal personagem, tal lugar mencionado pelo poeta: "Briléssio e Aracinto são montanhas da Ática, Acamântes um promontório de Creta ⁴³". Encontramos dois exemplares de um catecismo homérico, no estilo de perguntas e respostas (associado, em ambas as vezes, num mesmo caderno, ao manual clássico de gramática de Dionísio o Trácio ⁴⁴):

P — Quais eram os deuses favoráveis aos troianos?

R — (Por ordem alfabética.) Ares, Afrodite, Apolo, Ártemis, Leto, Escamandro.

P — Quem era o rei dos troianos?

R — Príamo.

P — E seu general?

R — Heitor.

P — Seus conselheiros?

R — Polídamas e Agenor.

P — E seus áuspices?

R — Heleno e Cassandra, filhos de Príamo.

P — Seus arautos?

R — Ideu e Eumedes, pai de Dólón; e também o próprio Dólón...

Tal era o comentário "histórico" de Homero. Sobre a História, no sentido moderno da palavra, o estudo dos historiadores, temos poucas informações; é notável que se descobrimos informações referentes a ela, são também de caráter onomástico. Numa parede do ginásio helenístico de Priene, entre outros grafitos, lemos, introduzida pela menção τῶν ἐφόρων, "(nomes) dos éforos", uma

43. Idem, I, 258. — 44. *Papiri greci e latini* (ed. cit.), 19; *Papiro Schwartz* (V. supra, nota 21).

lista de quinze personagens célebres da história espartana, em que se sucedem, sem ordem, o rei Cleômenes, o poeta Tirteu, Lisandro, Gilipo, etc. O autor reuniu visivelmente tudo o que sua memória lhe fornecia sobre heróis lacedemônios: e, todavia, dos éforos menciona apenas um dentre os quinze, Brásidas⁴⁵.

Mais que pela história real, interessavam-se pela mitologia pelas inúmeras lendas escritas pelos poetas, por todos os seus heróis: chamava-se a isso a "genealogia"⁴⁶, porque na verdade as filiações míticas aí desempenhavam grande papel, como aliás na prosopografia propriamente histórica⁴⁷; mas tratava-se de coisa ainda bem diferente: a erudição, em todos os aspectos, invadia o ensino e a cultura; fazia-se necessário saber, por exemplo, a lista das personagens ressuscitadas pela arte de Esculápio⁴⁸, ou que Héracles havia saído calvo do interior do monstro marinho que por um momento o engolira quando êle quis libertar Hesione...⁴⁹

Os filósofos, como Sexto Empírico, zombarão naturalmente dêsse frenesi de saber, um tanto quanto absurdo realmente. Tem-se de constatar, de fato, que, à medida que os séculos passam, as razões em virtude das quais convém estudar os poetas se atenuam pouco a pouco na consciência grega, até o ponto de tornar-se isto matéria de exercício, de Plutarco⁵⁰ a São Basílio⁵¹. O meio, como acontece tão frequentemente, erige-se em fim: o conhecimento dos clássicos torna-se um fim em si mesmo, e já não se sabe muito bem por que é tão importante conhecê-los.

ALCANCE MORAL DO ESTUDO

Em princípio, o estudo gramatical deve ser coroado pelo "julgamento", a crítica literária, "o que há de mais belo na arte do gramático"⁵²; sua orientação, entretanto, não é, eminentemente, estética (será, antes, o retó-

45. F. HILLER VON GAERTHRINGEN, *Inscripfen von Priene* (Berlin, 1906), 316a. — 46. SEXTO EMPÍRICO, *Contra os Matemáticos*, I, 253. — 47. Idem, 258. — 48. Idem, 261. — 49. Idem, 255. — 50. PLUTARCO, *Sobre a Maneira de Estudar os Poetas*, 14 D. s. — 51. SÃO BASÍLIO DE CESARÉIA, *Sermões* (Aos Jovens sobre a Leitura dos Autores Profanos). — 52. DIONÍSIO O TRÁCIO, *Gramática* (ed. Uhlig), I.

rico quem procurará, nos clássicos, os segredos da perfeição do estilo — a fim de tomá-los para si): sua finalidade seria, antes, de ordem moral, e, nisto, o gramático helenístico permanece fiel à velha tradição, procurando, nestes anais do passado, exemplos heróicos de “perfeição humana” (tento, uma vez mais, traduzir ἀρετή).

Mas, à medida que avançamos, parece terem os antigos perdido, gradativamente, a consciência daquilo que constituía o aspecto sublime dessa pedagogia homérica. O abuso da erudição sufocou o sentido da poesia pura. Seus pedagogos quiseram dilucidar racionalmente as lições de sabedoria que seus discípulos deviam aprender. Tais deformações são talvez fatais: há inevitável mediocridade em toda transposição escolar da grandeza poética; lembro-me de uma edição escolar de *Hamlet* na qual o prudente comentador ingenuamente se esforçava por persuadir seus jovens leitores de que o verdadeiro herói da peça, o modelo que Shakespeare quis propor-nos, era o virtuoso, moral e *successful* Fortinbras!

A pedagogia helenística quis tirar dos poetas, e sobretudo de Homero, uma moral em boa e devida forma. Os estóicos desempenharam nisto um papel preponderante: entre suas mãos, Homero tornou-se “o mais sábio dos poetas”, um sábio de tipo romântico, dissimulando de propósito, sob o véu do mito, toda uma doutrina precisa cujas lições a exegese alegórica permitiria reencontrar (14). Ulisses, símbolo do sábio, ensina-nos, por exemplo, escapando às Sereias, a fugir das tentações, carnis ou espirituais... Isso ensejava algumas puerilidades: qualquer que fôsse o número dos versos de feição gnômica que encerravam os clássicos e que propagavam talvez interpolações bem intencionadas (15), muitas coisas, no divino Homero, melindravam o aguçado senso moral dos “modernos”. De qualquer modo, sempre se conseguia fazê-lo estigmatizar o vício, punir a impiedade, recompensar a virtude. Na falta do volumoso comentário de Eustácio, basta reler o singelo tratado que Plutarco consagrou à “maneira como o rapaz deve escutar os poetas”: se Homero⁵³ nos mostra o adúltero e impudico Páris, esquecido do combate, encontrando-se à luz do dia com Helena em seu leito, não tenhamos dúvida

53. HOMERO, *Ilíada*, III, 447.

de que êle quis, assim, cobrir de vergonha uma tal desfaçatez! ⁵⁴

Mas êste esforço, tão obtuso, permanece bem alheio à essência da educação helenística. Se os clássicos são estudados com tão fervoroso zêlo, a razão disto não está nestas lições tão contestáveis! O fato explica-se, antes de tudo, por ser o conhecimento dos poetas um dos atributos principais do homem culto, um dos valores supremos da cultura. Basta folhear os autores antigos para perceber quanto era real e obsessiva a presença dos poetas na vida dos letrados. Seja na conversação, seja na correspondência familiar ou nas circunstâncias graves, propícias às falas históricas, por tôda parte e sempre intervém a citação tópica: ela é esperada, acolhida, necessária! Esta cultura clássica não conhece a necessidade romântica de renovar-se, de esquecer, de ser original: orgulhosa de seu tesouro tradicional, ela é de si mesma pedante, afetada (dirá o pedantismo moderno, cujo único progresso é ter substituído a erudição literária pela técnica "científica") pelo complexo de cultura...

A CIÊNCIA GRAMATICAL

Mas, a partir do século I anterior à nossa era, o estudo literário dos poetas não é mais o único a ocupar os estudos gramaticais secundários: sem destroná-lo, êstes o complementam com o que chamam a "técnica ⁵⁵", isto é, o estudo metódico dos elementos da língua, o que hoje chamamos propriamente a gramática.

A introdução desta no ensino é um notável exemplo da tendência natural da educação para refletir, seguindo seus progressos, a evolução da cultura. A gramática é uma das últimas conquistas da ciência grega: é o fruto de uma longa série de esforços, encetados, como vimos, no meio de Protágoras, continuados nas escolas de Platão e de seus sucessores (a contribuição criadora do Estoicismo, e notadamente de Crisipo, é particularmente notável): sua elaboração definitiva é um dos títulos de glória da cultura helenística; corresponde perfeitamente

54. PLUTARCO, *Sobre a Maneira de Estudar os Poetas*, 18 F; SÃO CLEMENTE DE ALEXANDRIA, *Pedagogo*, II, 114, 4; III, 41, 4. — 55. ESCÓLIOS a DIONÍSIO O TRÁCIO, ps. 6, 20; QUINTILIANO, *Instituição Oratória*, I, 9, 1; SEXTO EMPÍRICO, *Contra os Matemáticos*, I, 91 s.

ao espírito reflexivo da época, mais crítico que criador. Com efeito, foi somente nos albores do século I a. C. que a ciência gramatical teve sua consagração, quando Dionísio, o Trácio, um dos mestres que glorificaram as escolas de Rodes, redigiu o célebre manual (Τέχνη) que lhe compendia os resultados.

Não se deve superestimar-lhe o mérito: em sua análise racional da estrutura da linguagem, o gênio grego não foi tão feliz quanto na elaboração da geometria euclidiana ou da acústica pitagórica; foi este, aliás, um dos raros domínios em que se deixou superar por outros povos: Dionísio não atinge a profundidade inigualada da gramática sânscrita (cuja influência no desenvolvimento da filologia moderna conhecemos). Ainda assim, esse curto tratado (compreende poucas páginas) obteve extraordinário sucesso: logo adotado pelo ensino, incessantemente recopiado, reeditado, atulhado de apêndices⁵⁶, de escólios e de comentários, permaneceu como o manual básico não apenas durante todo o período romano, mas por muito tempo ainda na época bizantina (tem-se de aguardar até o século XII para vê-lo substituído por uma espécie de catecismo de perguntas e respostas, Ἑρωτήματα; mas, se a matéria é apresentada de outro modo, o fundo permanece o mesmo). Mais ainda, sua influência estendeu-se para além dos meios de língua grega: sem falar das transposições paradoxais que dele foram feitas em siríaco e em armênio, Dionísio o Trácio, por via de Varrão e Rêmio Palêmon, deu origem à gramática latina, e por aí sua influência se propagou mais longe e mais tarde ainda — até nós. Convém saber, com efeito, que a “gramática francesa”, tal como ainda a ensina a escola primária da França, não passa de uma forma deturpada da velha τέχνη ródia, lentamente vulgarizada por dois mil anos de uso. Ouve-se muitas vezes criticar este ensino gramatical, demasiado formal, sem fecundidade prática. Isto remonta à origem: a gramática não foi criada para um fim pedagógico, para facilitar à criança o conhecimento do mecanismo de sua língua-

56. *Papiri greci e latini* (ed. cit.), 18; *Papiro Schwartz* (V. supra, nota 21); cf. B. P. GRENFELL, A. S. HUNT, *The Amherst Papyri*, II, 21; S. EITREM, L. AMUNDSEN, *Papiri Osloenses*, 13; C. KALBFLEISCH, *Papyri Iandanae*, 83a; *Egyptus*, Rivista di Egittologia e di Papirologia, 19 (1939), 211.

-mãe; ela é uma ciência de alta cultura, análoga à nossa lingüística geral e, como convém a uma ciência helênica, é puramente especulativa, teórica.

A gramática de Dionísio reduz-se essencialmente a uma análise abstrata, completamente formal, do idioma grego, que decompõe e resolve em elementos simples, cuidadosamente classificados e definidos. É fácil dar um rápido conspecto d'este tratado, cuja esquelética contextura surpreende e decepçiona um pouco o leitor moderno; perguntamo-nos como tão magro festim pôde por tanto tempo saciar tanta curiosidade!

Depois de algumas definições gerais: gramática, leitura, etc.⁵⁷, estudam-se sucessivamente: as letras (vogais e consoantes; vogais longas, breves, mistas, ditongos; consoantes mudas, etc.⁵⁸) e as sílabas (longas, breves, comuns; uma sílaba pode ser longa de oito maneiras: três por natureza, cinco por posição, etc.⁵⁹). Trata-se logo do essencial do assunto: as oito partes do discurso: substantivo, verbo, particípio, artigo, pronome, preposição, advérbio, conjunção⁶⁰. Apenas as duas primeiras constituem objeto de um estudo pormenorizado, que consiste sempre, aliás, em definições e classificações. Para o substantivo, por exemplo, consideram-se sucessivamente os três gêneros, as duas espécies (palavras primitivas e palavras derivadas: sete variedades de derivação), as três formas (palavras simples, compostas, supercompostas), os três números, os cinco casos da declinação; em seguida, introduz-se outra classificação dos substantivos, distribuídos em vinte e quatro classes: nomes próprios, apelativos, adjetivos, etc.⁶¹. O verbo, por sua vez, é considerado sob oito categorias: modo, voz, espécie, figura, número, pessoa, tempo, conjugação⁶². As outras partes do discurso são estudadas bem mais sumariamente, mas sempre de maneira também formal⁶³: sôbre a preposição, por exemplo, tudo o que Dionísio tem a dizer, após uma breve definição, é: "Há dezoito preposições: seis monossilábicas (e que não se pospõem) e doze dissilábicas⁶⁴".

57. DIONÍSIO O TRÁCIO, *Gramática* (ed. Uhlig.), 1-5. — 58. Idem, 7. — 59. Idem, 8-10. — 60. Idem, 11 s. — 61. Idem, 12. — 62. Idem, 13-14. — 63. Idem, 15-20. — 64. Idem, 18.

De resto, a gramática de Dionísio, puramente analítica, decompõe, sem jamais sintetizar; donde a ausência total de algo que corresponda à sintaxe. Os séculos seguintes acrescentariam a isso apenas algumas noções gerais de prosódia⁶⁵ e de métrica⁶⁶, bem como um quadro completo da conjugação de um verbo regular (o paradigma escolhido é *τύπτω*). Estes suplementos parecem datar do período que se estende entre os séculos III e V de nossa era.

É precisamente no século III que aparecem, nos papiros escolares, exercícios práticos de morfologia: uma determinada tabuleta mostra-nos, no verso, o verbo *τινῶ* meticulosamente conjugado em tôdas as formas (vozes, tempos, pessoas, números) do optativo e do participio⁶⁷. Tal exercício parece-nos digno, quando muito, do ensino primário; todavia, o verso da mesma tabuleta é ocupado pela declinação de uma "chrie" de Pitágoras, exercício que vamos examinar mais adiante e certamente extraído do ensino do "gramático". Por isso vincularei ao ensino secundário os exercícios análogos que encontramos desde os séculos II-III até o VI: declinação de um substantivo e de um epíteto concordando com êle ("o bom pai", "o caráter afável"⁶⁸), conjugação⁶⁹, lista de verbos classificados mais ou menos segundo o sentido com a indicação do caso que regem⁷⁰. Não é impossível, obviamente, que com o tempo êles hajam podido penetrar no ensino primário, em virtude da tendência geral das técnicas escolares a vulgarizarem-se progressivamente, dos graus superiores aos mais elementares.

EXERCÍCIOS PRÁTICOS DE REDAÇÃO

Além dêstes exercícios de morfologia, o ensino do gramático completara-se, de par com o estudo dos autores e da gramática teórica, com uma terceira série de

65. DIONÍSIO O TRÁCIO, *Supplementum*, I. — 66. *Supplementum*, III. — 67. *Journal of Hellenic Studies*, 29 (1909), 30 s. — 68. *Ämtliche Berichte aus den königlichen Kunstsammlungen, monatlich erscheinendes Beiblatt zum Jahrbuch der kgl. Preussischen Kunstsammlungen* (Berlin), 34 (1913), 219. — 69. B. P. GRENFELL, A. S. HUNT, H. I. BELL, etc., *The Oxyrhynchus Papyri*, 469; C. WESSLEY, *Studien zur Palaeographie und Papyruskunde*, II, LVIII. — 70. *Journal of Hellenic Studies*, 29 (1909), 32 s.

trabalhos, êsses de ordem prática: exercícios elementares de composição literária ⁷¹.

Em princípio, era o retor quem ensinava a falar (ou a escrever: os dois, para os antigos, são apenas um); antes de tratar da composição de discursos propriamente ditos, a retórica helenística fazia os estudantes percorrerem toda uma gama, doutamente graduada, de "exercícios preparatórios" (προγυμνάσματα). Mas o mesmo fenômeno de rebatimento se produziu: diante da crescente tecnicidade da retórica superior, com suas exigências cada vez mais pesadas, fêz-se necessário que o ensino superior, desbordante, abandonasse ao secundário êsses exercícios preparatórios, que foram assim, numa decorrência natural dos fatos, "usurpados" pelo gramático. O fato não se verificou sem protestos por parte dos retóricos gregos (os retóricos latinos, testemunhas de um estágio posterior da evolução pedagógica, tiveram menos escrúpulos em reter suas prerrogativas): jamais consentiram em abandonar a seus humildes rivais o domínio inteiro dos προγυμνάσματα, senão apenas os mais elementares dêstes ⁷².

Constituíam, com efeito, uma pesada série, que encontramos meticulosamente codificada nos verbosos manuais da época imperial: os de Hermógenes e Téon de Alexandria (século II) ou de Aftônio (século IV). A lista é fixada *ne varietur*: o adolescente devia exercitar-se sucessivamente na fábula, na narração, na "chrie", na sentença, na confirmação (ou refutação), nos lugares comuns, no elogio (ou censura), na comparação, na etopéia, na descrição, na "tese" e, enfim, na disputa de lei. Mas, com os últimos graus, quase chegamos ao discurso em boa e correta forma e estamos já, desde muito, dentro da escola propriamente dita da retórica. Sômente os três ou cinco primeiros graus (Téon reuniu em um só a cri, a sentença e a confirmação) parecem ter sido regularmente anexados ao ensino secundário.

Causa espanto seu caráter elementar: exercícios equivalentes são praticados entre nós na escola primária, e desde os primeiros anos, mas, depois de tudo o que precede, o leitor não mais se admiraria da desconjunção que existe entre a pedagogia antiga e a de hoje.

71. QUINTILIANO, *Instituição Oratória*, I, 9, 1; 3. — 72. Idem, I, 9, 6; II, 1, 1.

Para começar, a “fábula” é apenas uma breve e bem simples redação em que a criança reproduz por escrito um pequeno apólogo cuja narração acabou de ouvir ou de ler. Embora o termo “paráfrase” pertença ao uso antigo⁷³, hesito em servir-me dêle aqui, pois não se tratava absolutamente de “desenvolver”, mas, na verdade, de reproduzir o relato o mais fielmente possível. Eis aqui um exemplo disto, na verdade tardio (IV-V século), encontrado num papiro do “Fayium”⁷⁴:

Um filho que assassinara o pai e que “temia cair nas malhas da lei refugia-se no deserto”.

(A criança reteve de memória um verso do texto original e transcreveu-o palavra por palavra.)

E passando pela montanha, foi perseguido por um leão. E perseguido pelo leão, trepou numa árvore. E vendo um dragão que se lançava sobre a árvore e que podia subir nela... E fugindo do dragão, êle caiu. O perverso não escapou de Deus. “A divindade levará o perverso a julgamento.”

(Mais um verso reportado de memória: é uma das sentenças atribuídas a Menandro⁷⁵.)

Como vemos, êste primeiro exercício não exigia grande invenção da parte da criança, que se contentava com transpor para prosa o relato em versos. O exercício seguinte, a “narração”, exigia um pouco mais — muito pouco ainda. Não se tratava, como o entendemos hoje, de um relato livremente composto pela criança: tinha apenas de narrar, à sua maneira, uma “história” que se acabava de contar-lhe; de narrar, somente, não de desenvolver: êstes pequenos relatos cabem numa dezena de linhas, e entre as qualidades que dêles se exigem, os manuais não deixam de mencionar a brevidade, ao lado da clareza, da verossimilhança e da correção⁷⁶.

Pois a pedagogia helenística, escrupulosa e esmiuçadora, dedicou um cuidado incrível, um poderoso espírito de análise, a êsses exercícios aparentemente tão insignificantes. Essa narrativa de algumas linhas devia não somente possuir as quatro qualidades supracitadas, mas compreender seis elementos (o agente, a ação,

73. *Rhetores Graeci* (ed. Spengel), II, 62, 10 (TEON DE ALEXANDRIA). — 74. [BÁRRIO], *Fábulas* (ed. Crusius), p. 437. — 75. [MENANDRO], *Sentenças Monásticas* (ed. Meinecke), 14. — 76. *Rhetores Graeci* (ed. Spengel), II, 79, 20; 83, 14 s. (TEON DE ALEXANDRIA), 22, 11 (ARTÔNIO).

o tempo, o lugar, a maneira e a causa⁷⁷), escolher entre cinco gêneros⁷⁸ e três ou quatro espécies (mítica, poética, histórica ou civil⁷⁹). Efetivamente, os papiros apresentam-nos alguns exemplos de narrações históricas: carta de Alexandre aos cartagineses⁸⁰, suposta carta de Adriano a Antonino, o que se prendia à história bem contemporânea, visto o documento que no-la conservou datar do século II⁸¹.

Mas as narrações mais em voga eram as poéticas, em relação estreita com o estudo literário dos clássicos. Este estudo começava com a apresentação, feita pelo professor, do assunto do poema ou da peça de teatro. Resumir tal argumento representava um trabalho repleto de narração: assim vemos os pequenos escolares do Egito exercitar-se em algumas linhas sobre a história de Filoctetos, de Enéias ou de Aquiles⁸², de Ifigênia em Aulida⁸³, de Adrasto e suas filhas⁸⁴, de Licurgo, filho de Driade⁸⁵, ou de Pátroclo salvando Euripilo⁸⁶.

Subamos mais um degrau: a "chrie" (χρεία) é uma anedota moral atribuída nomeadamente a alguma personagem célebre: Esopo⁸⁷, Anácarsis⁸⁸, Pitágoras ou algum antigo Sábio; entre os modernos, é Diógenes o mais evocado. Pode-se tratar (sempre o meticuloso empenho de classificar!) ou de uma ação simbólica, ou de uma fala histórica, ou de uma combinação das duas. Conquanto a brevidade seja sempre a regra⁸⁹, começa-se aqui a exercitar-se no desenvolvimento (o assunto é dado em duas linhas, o dever inteiramente redigido pode cobrir uma pequena página⁹⁰). Mas quão timidamente ainda! O aluno progride passo a passo, guiado por um rígido regulamento que ele deve seguir, artigo por artigo. Seja a desenvolver a cri seguinte:

Isócrates disse: "A raiz da educação é amarga, mas seus frutos são doces."

77. Idem, II, 78, 16 s. (TEON DE ALEXANDRIA); 22, 9 s. (APTÔNIO). — 78. Idem, II, 5, 1 s. (HERMÓGENES). — 79. Idem, II, 4, 27 s. (HERMÓGENES); 22, 5 s. (APTÔNIO). — 80. *Journal of Hellenic Studies*, 28 (1908), 130. — 81. B. P. GRENFELL, A. S. HUNT, D. G. HOGARTH, *Fayûm Towns and their Papyri*, 19. — 82. *Journal of Hellenic Studies*, 28 (1908), 128-129; B. P. GRENFELL, A. S. HUNT, J. G. SYMLY, E. J. GOODSPEED, *The Tebtunis Papyri*, 683 r. — 83. *Annuaire de la Société française de Numismatique et d'Archéologie*, 3 (1868), xlviii s. — 84. B. P. GRENFELL, A. S. HUNT, H. I. BELL, etc., *The Oxyrhynchus Papyri*, 124 — 85. *Papiri greci e latini* (ed. cit.), 135. — 86. B. P. GRENFELL, A. S. HUNT, H. I. BELL, etc., *The Oxyrhynchus Papyri*, 154 — 87. U. WILCKEN, *Griechische Ostraka aus Ägypten und Nubien*, II, 1226. — 88. *Bulletin de Correspondance Hellénique*, 28 (1904), 201. — 89. *Rhetores Graeci* (ed. Spengel), II, 61, 22 (HERMÓGENES). — 90. Idem, II, 23, 19 s. (APTÔNIO).

Será necessário consagrar-lhe sucessivamente oito parágrafos, κεφάλαια:

1. apresentar Isócrates e fazer seu elogio;
2. parafrasear em três linhas seu aforismo;
3. justificar concisamente sua opinião;
4. estabelecê-la, por contraste, refutando a opinião contrária;
5. ilustrá-la com uma comparação;
6. em seguida, com uma anedota, tomada, por exemplo, a Demóstenes;
7. citar autoridades em apoio, tomadas aos antigos (Hesíodo...);
8. concluir: "Tal é o belo pensamento de Isócrates a respeito da educação⁹¹."

Não insistirei sobre os exercícios seguintes: a "sentença" (γνώμη), que quase não se distingue da cri, a não ser por seu caráter anônimo (estou simplificando, pois a teoria cataloga quatro diferenças!⁹²), a confirmação (ou refutação) de uma opinião ou de um mito... Baste-me ter ilustrado o método seguido. O leitor moderno é tocado pelo caráter metódico, prescrito, excessivamente regulado destes exercícios: tal caráter afirma-se mais à medida que ascendemos na escala; tornar-se-á dominante no ensino da retórica propriamente dita.

Atingimos aí a essência mesma do classicismo: estamos bem longe do romantismo dos modernos, de nossa sistemática busca da originalidade. O escolar antigo não tinha de ser original: pedia-se-lhe que aprendesse a redigir e a comentar segundo certas normas. Precisava, pois, aprender, em primeiro lugar, quais eram essas normas: aprender de cor as três qualidades, os seis elementos e os nove parágrafos previstos, e isto demandava tempo!

Mas a escola antiga sabia apressar-se lentamente. Cada nova etapa se iniciava somente após prolongada permanência no escalão inferior: repisava-se com vagar. Tanto mais quanto, nestes primeiros exercícios, o gra-

91. Idem, II, 23, 14 s. (AFTÓNIO). — 92. Idem, II, 96, 24 (TEON DE ALEXANDRIA).

mático devia preocupar-se com desenvolver o domínio e a prática da língua tanto quanto a faculdade de composição. Donde a estranha prática que consistia em fazer declinar, em todos os números e casos, os pequenos textos propostos como fábula⁹³, narração⁹⁴, ou cri⁹⁵: exercício tão extravagante que penosamente os debitamos aos autores de teoria. E, contudo, foi realmente praticada: uma tabuleta egípcia mostra-nos um escolar declinando virtuosamente uma cri de Pitágoras, primeiro no singular:

O filósofo Pitágoras, que havia chegado e ensinava as letras, aconselhava seus discípulos a absterem-se de carnes sanguinas. Expõe-se a opinião de Pitágoras... (e em seguida: depois do nominativo, o genitivo!). Pareceu bom ao filósofo Pitágoras... (dativo). Diz-se que o filósofo Pitágoras... (proposição infinitiva: acusativo). Ó filósofo Pitágoras... (vocativo).

Depois, e desprezando tôda lógica, no dual:

Os (dois) filósofos Pitágoras...

enfim no plural:

Os filósofos Pitágoras, que haviam chegado e ensinavam as letras, aconselhavam seus discípulos...

e sucessivamente também em todos os casos⁹⁶.

Ginástica verbal, ou mesmo intelectual; sente-se, uma vez mais, o pesadume da bagagem pedagógica antiga, suportável apenas por serem seus programas muito limitados e seu horizonte cultural mais limitado ainda, em comparação com o ensino de hoje.

93. Idem, II, 74, 22 s. (TEON DE ALEXANDRIA). — 94. Idem, II, 85, 28 s. — 95. Idem, II, 101, 3 s. — 96. *Journal of Hellenic Studies*, 28 (1909), 30 s.

CAPÍTULO VIII

OS ESTUDOS CIENTÍFICOS

Mas não eram somente os estudos literários que, em princípio, integravam o programa do ensino secundário: Platão e Isócrates, concordes por uma vez, recomendavam, a exemplo de Hípias, o estudo das matemáticas, tão preciosas para a formação do espírito.

ENSINO DAS MATEMÁTICAS

Diversos indícios permitem-nos entrever que êsses conselhos não passaram despercebidos na época helênica. No quadro que, por volta de 240 antes de Cristo, traçou das penas da vida humana¹ (quadro que dois séculos mais tarde seria retomado, por sua vez, pelo autor do *Axiochos*²), Teles escolhe precisamente os professores de aritmética e de geometria (ἀριθμητικός, γεωμέτρης) para caracterizar, juntamente com o monitor de equitação, o grau secundário da educação, interposto entre a escola primária e a efebía.

Um catálogo dos vencedores dos concursos escolares de Magnésia do Meandro, datado do segundo século antes de Cristo, menciona uma competição de aritmética³, ao lado de provas de desenho, de música e de poesia lírica, num contexto que, por conseguinte, evoca o ensino do segundo grau. Assim também no colégio do "Diogeneion", em Atenas, os (futuros) efébos aprendiam, como nos diz Plutarco⁴ (1), geometria e música, ao mesmo tempo que letras e retórica. Em Delfos, no primeiro

1. TELES ap. ESTOBEU, *Extratos*, 98, 72. — 2. [PLATÃO], "*Axiochos*", 366e. — 3. W. DITTENBERGER, *Sylloge Inscriptionum Graecarum* (3.^a ed.), 960, 17. — 4. PLUTARCO, *Questões de Banquete*, IX, 736 D.

século antes de Cristo, um astrônomo pronuncia conferências no ginásio⁵.

Estes testemunhos, como se vê, são bastante esparsos, e devemos perguntar-nos se sua relativa raridade não constitui, precisamente, um indício do pequeno interesse que, na prática, o ensino helenístico dispensava às ciências.

O IDEAL DA ΕΓΚΥΚΛΙΟΣ ΠΑΙΔΕΙΑ

Teoricamente, pelo menos, tal princípio jamais foi pôsto em causa: as ciências matemáticas jamais cessaram de figurar, como as disciplinas literárias, no programa ideal da “cultura geral” dos gregos helenísticos, a ἐγκύκλιος παιδεία (2).

Com efeito, nos escritores da época helenística e romana encontram-se numerosas menções dêste termo, que não caberia transcrever literalmente por “enciclopédia”, noção esta bem moderna (a palavra data apenas do século XVI) (3) e que não corresponde, absolutamente, à expressão antiga. “Enciclopédia” evoca, para nós, um saber universal: por mais elásticos que possam ter sido seus limites, a ἐγκύκλιος παιδεία jamais pretendeu abarcar a totalidade do saber humano: na verdade, de acordo com o sentido que reveste normalmente o vocábulo ἐγκύκλιος no grego helenístico, ἐγκύκλιος παιδεία significa, simplesmente, “educação vulgar, corrente, comumente transmitida” — donde a tradução que propus: “cultura geral”.

Tal noção sempre apresentou contornos bastante vagos: o uso que dela se faz hesita entre duas concepções: ora é a cultura geral que convém ao perfeito cavalheiro, sem referência explícita ao ensino, e que reúne o teor de toda a educação, secundária e superior, escolar e pessoal; ora é a cultura de base, a propedêutica, as προπαιδεύματα⁶, que devem preparar o espírito para receber as formas superiores do ensino e da cultura, ou, numa palavra, o programa ideal do ensino secundário. Esta concepção é, em particular, a dos filósofos, seja

5. *Bibliothèque de l'École pratique des Hautes-Études* (section des Sciences historiques et philologiques), 272, 15. — 6. FILÃO DE ALEXANDRIA, *Sôbre os Estudos Preparatórios* (ed. Cohn, t. III), 9; ORIGENES, *Carta a São Gregório o Taumaturgo*, 1.

quando denunciavam a inutilidade da ἐγκύκλιος παιδεία para a cultura filosófica, como o fazem Epicuro⁷ e, com êle, os cínicos⁸ e céticos⁹ de tôdas as escolas, seja quando insistem em sua necessidade, como convêm em fazê-lo a maioria das seitas¹⁰ e, notadamente, desde Crisipo¹¹, os estóicos¹².

Depois disso, as fronteiras ficam muito mal definidas: entendida no sentido perfectivo do vocábulo "cultura", a ἐγκύκλιος παιδεία tendeu a absorver não sòmente a própria filosofia, mas também diversas técnicas, em número que varia segundo os autores: medicina, arquitetura, direito, desenho, arte militar (4). Mas a essência de seu programa, aquela a que se restringem os filósofos, permanece sempre constituída pelo conjunto das sete artes liberais, que a Idade Média herdaria da tradição escolar da baixa Antigüidade e cuja lista, encerrada definitivamente pelos meados do primeiro século antes de Cristo, entre Dionísio o Trácio e Varrão, compreendia, como se sabe, além das três artes literárias, o *Trivium* dos carolíngios — gramática, retórica e dialética —, as quatro disciplinas matemáticas do *Quadrivium* — geometria, aritmética, astronomia e teoria musical —, cuja divisão era tradicional desde Arquitas de Tarento¹³, senão desde o próprio Pitágoras (5).

Podemos fazer uma idéia precisa do que seria a iniciação de um jovem estudante grego em cada uma dessas ciências através da farta coleção de manuais que a época helenística nos legou (6). Conquanto desde Arquimedes até Papo e Diofanto as épocas helenísticas e romanas tenham visto a ciência grega realizar ainda grandes progressos, o traço dominante dêste período é dado por um esforço de acerto final, de maturação dos resultados obtidos pelas gerações que se haviam sucedido a partir de Tales e de Pitágoras. É então que a ciência grega atinge esta forma perfeita que jamais ultrapassaria.

7. DIÓGENES LAÉRCIO, *Vidas dos Filósofos*, X, 6. — 8. [PSEUDO-CERES], *Quadro*. — 9. SEXTO EMPÍRICO, *Contra os Matemáticos*. — 10. DIÓGENES LAÉRCIO, *Vidas dos Filósofos*, II, 79; IV, 10; V, 29-33. — 11. Idem, VII, 129; cf. QUINTILIANO, *Instituição Oratória*, I, 10, 15. — 12. SÊNECA O FILÓSOFO, *Cartas a Lucílio*, 88, 20. — 13. ARQUITAS DE TARENTO, frag. 1 (Diels, *Fragmente der Vorsokratiker*, § 47).

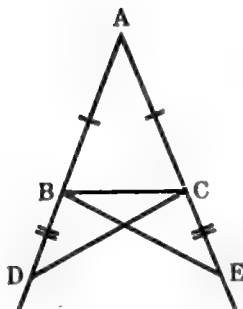
A GEOMETRIA

No domínio da geometria, a ciência grega por excelência, o grande clássico é, sem dúvida, Euclides (330-275 aproximadamente), cujos *Elementos* alcançaram a glória de todos conhecida: direta ou indiretamente, foram eles a base de todo o ensino da geometria, não somente entre os gregos, mas também entre os romanos e os árabes e, depois, entre os modernos (é sabido que, até uma data recente, os escolares britânicos utilizavam, como manual de geometria, uma tradução, levemente retocada, dos *Elementos*).

Não é, pois, necessário analisar longamente, aqui, o conteúdo e o método deste livro célebre: um e outro nos são familiares. A essência da exposição é formada pela sequência dos teoremas às demonstrações, encadeadas a partir de uma série de definições e de *altriquata* (térmo que agrupa o que hoje distinguimos em axiomas e postulados). Ressaltarei, depois de tantos outros, o rigor lógico dessas demonstrações, o caráter estritamente racional da ciência: o geômetra raciocina sobre figuras inteligíveis e procede com extrema desconfiança em relação a tudo o que lembra a experiência sensível. Diversamente da pedagogia matemática de hoje, Euclides evita, tanto quanto possível (para escapar às dificuldades teóricas levantadas pela crítica eleata da noção de movimento), os procedimentos, a nós familiares, da rotação e da superposição: assim, a demonstração de que num triângulo isósceles ABC os ângulos da base B e C são iguais, propriedade fundamental que demonstramos sem esforço, por simples giro, Euclides só chega à custa de longos rodeios; traça, no prolongamento de AB e de AC, segmentos iguais BD e CE, de modo a obter dois pares de triângulos iguais ABE e ACD, BCD e BCE...¹⁴

Ao método sintético das demonstrações encadeadas, o ensino grego associava, intimamente, aquilo que chamamos de análise, isto é, problemas, particularmente problemas de construção; os *Elementos* abrem-se com um exemplo característico: construir um triângulo equi-

14. EUCLIDES, *Elementos de Geometria*, I, pr. 5.



látero sôbre uma base dada¹⁵. A importância metodológica dos problemas é, realmente, considerável (sòmente platônicos como Espeusipo, fechados em seu apriorismo, podiam pô-la em dúvida¹⁶): a construção permite demonstrar a existência real da figura considerada. O método que geralmente se seguia era o mesmo que hoje seguimos: supor o problema resolvido e, por ἀπαγωγή, reduzi-lo a proposições já estabelecidas. É sabido que a história da ciência grega mostra-se-nos tôda balizada pelo estudo de tais problemas, os quais bem depressa, após a elementar duplicação do quadrado, depararam com dificuldades enormes ou intransponíveis: duplicação do cubo, trissecção do ângulo, quadratura do círculo.

Naturalmente, tais problemas se enquadram numa ordem estritamente especulativa: as aplicações numéricas e práticas, cálculos de áreas ou de volumes, não correspondem à geometria, mas a outras disciplinas, como a geodésia ou a metrologia, que eram, também por sua vez, objeto de ensino: possuímos manuais, como os de Hierão de Alexandria (segundo século antes de Cristo¹⁷), e papiros que oferecem exemplos concretos dos exercícios que eram propostos aos alunos¹⁸; mas êsse ensino dirigia-se sòmente aos futuros práticos, agrimensores, empreiteiros, engenheiros ou carpinteiros; era um ensino

15. Idem, I, pr. 1. — 16. PROCLUS, *Comentário aos "Elementos" de Euclides*, I, p. 77, 15 s. — 17. HIERÃO DE ALEXANDRIA, *Geometria; Geodésia; Estersometria*. — 18. *Papiro Ayer* (*American Journal of Philology*, 19, 1898), 25 s; *Mizraim*, 3 (1936) 18 s.

técnico, que não fazia parte da educação liberal e permanecia estranho ao ensino, propriamente dito, das matemáticas.

A ARITMÉTICA

As mesmas observações podem-se fazer com relação à aritmética: ciência teórica do número, negligencia ela, fiel aos conselhos de Platão, os problemas realísticos tão caros ao nosso ensino primário: problemas de lucro, de preços de venda ou de renda; a Antigüidade gabava o grande Pitágoras como tendo sido o primeiro a elevar a aritmética acima das necessidades dos comerciantes¹⁹.

Não dispondo de um sistema de símbolos apropriados, a aritmética grega não pôde ascender a um nível de generalidade e de perfeição tão alto como a geometria. É sabido (lembramo-lo mais acima) que os gregos utilizavam símbolos alfabéticos: três séries de nove sinais correspondiam às unidades, dezenas e centenas. Com um iota subscrito à esquerda, indicavam-se os milhares: o sistema permitia assim, teoricamente, notar todos os números inteiros de 1 a 999.999.

Menos maleável que o nosso sistema "árabe" de posição (que a civilização maia também descobriu, de seu lado), a notação grega, bastante cômoda para o uso prático, não permitia distinguir números elevados. Com efeito, os gregos não faziam a notação direta dos números superiores a 100.000 (à diferença dos matemáticos da Índia dos séculos IV e V da nossa era, que gostavam de especular com números enormes, como 1.577.917.828, diante dos quais um grego teria experimentado a angústia do ἀπειρον, do temível infinito). E, o que é mais grave, essa notação não permitia introduzir os números fracionários ou irracionais: é sob a forma geométrica que as matemáticas gregas levavam mais longe o estudo da noção de grandeza: isto se vê, particularmente, no livro X dos *Elementos* de Euclides, consagrado às grandezas irracionais.

A aritmética grega deve ser entendida, portanto, como a ciência do ἀριθμός no sentido preciso dêste termo,

19. ESTOBEU, *Extratos*, I, 9, 2.

isto é, do número *inteiro*. São ainda os *Elementos* de Euclides²⁰ que nos fornecem dela uma cômoda exposição, embora a *Introdução Aritmética* de Nicômaco de Gerasa (cêrca de 100 anos depois de Cristo) tenha sido o manual que maior papel histórico desempenhou: logo adotado no ensino, abundantemente comentado, traduzido para o latim (e, mais tarde, para o árabe), sua influência foi tão profunda que desde então a aritmética suplantou a geometria e se tornou, em substituição a esta, a base e o campo mais importante do ensino das matemáticas.

Estudavam-se, então, as propriedades do número inteiro; distinguiam-se os números pares e os ímpares, e, em seguida, entre os pares, distinguiam-se números parmente pares (do tipo 2^n), parmente ímpares (2 multiplicado por um número ímpar), ímparmente pares, 2^{n+1} ($2m+1$). De outro ponto de vista, distinguiam-se os números primos, compostos primos entre si, de fatores comuns; os números iguais e desiguais, múltiplos e sub-múltiplos, superparciais e sub-superparciais (ou sejam,

os números de fórmula $\frac{m+1}{m}$), etc. As proporções e

as médias (aritmética, geométrica, harmônica, esta últi-

ma estabelecida pela relação $\frac{a}{b} = \frac{m-a}{b-m}$)...

A êsse estudo, surpreendentemente desenvolvido em suas minúcias, mas que, na verdade, pertence à ciência matemática, juntavam-se — o que nos causa bastante estranheza — considerações qualitativas e estéticas acêrca das propriedades dos números. Não me refiro à classificação dos números compostos (isto é, dos números formados pelo produto de diversos fatores), classificação esta de origem pitagórica, que a aritmética helenística levava, como se vê pela obra de Nicômaco, a um alto grau de precisão: números planos (produtos de dois fatores) e números sólidos (produtos de três fatores), e, entre os primeiros, números quadrados, triangulares, retangulares (distinguiam-se os “promekes”, de fórmula $m(m+1)$ e os “heteromekes”, de fórmula $m(m+n)$

20. EUCLIDES, *Elementos de Geometria*, VII-IX; cf. II.

sendo $n > 1$); entre os números sólidos, distinguíam-se os cúbicos, os piramidais, os paralelepípedos: $m^2(m+1)$, etc. Tal nomenclatura era perfeitamente legítima: os antigos representavam-se o número (inteiro) como uma coleção de unidades, de mônadas, figuradas por pontos materiais, e era, pois, cabível estudar-lhes os modos de reunião e unir, assim, a aritmética e a geometria.

Refiro-me, antes, à interpolação de juízos de valor, de ordem estética e às vezes moral, que se patenteia, por exemplo, na designação de números perfeitos, dada a números que, como 28, são iguais à soma de suas partes aliquotas ($28 = 1 + 2 + 4 + 7 + 14$), de números amigos ($\phi\acute{\iota}\lambda\omicron\iota$), como 220 e 284, cada um dos quais é igual à soma das partes aliquotas do outro ($220 = 1 + 2 + 4 + 71 + 142$ e $284 = 1 + 2 + 4 + 5 + 10 + 11 + 20 + 22 + 44 + 55 + 110$). Refiro-me, ainda, às especulações, por vezes espantosamente pueris, feitas acêrca das propriedades maravilhosas dos dez primeiros números, desta década a que se reduz tôda a série numérica: o fascínio pelas virtudes da unidade, princípio de tôdas as coisas, indivisível e imutável, que jamais extravasa de sua natureza própria através da multiplicação ($1 \times 1 = 1$)... E, ainda, à “perfeição” do número três, o primeiro número que tem comêço, meio e fim, representado cada um dêstes têrmos pela unidade ($1 + 1 + 1 = 3$); também à estrutura harmoniosa e à pujança do quaternário, da τετρακτὺς: $1 + 3 = 2 \times 2 = 4$, e à soma $1 + 2 + 3 + 4 = 10$, o quaternário engendrando a década... Era natural que se passasse, daí, à associação de um valor simbólico a cada um dêsses primeiros números: é sabido que os Pitagóricos juravam pelo quaternário, “fonte da natureza eterna²¹”. A unidade, isto é, a mônada, era objeto de uma verdadeira mística: “É nela que reside todo o Inteligível e o Inengendrado, a natureza das Idéias, Deus, o Espírito, o Belo, o Bem e cada uma das essências inteligíveis...²²”; o número Sete é Atena, a deusa sem genitora e sem genitura: não é êle o único número que não gera nenhum dos outros números da década e que não é, êle próprio, gerado por nenhum outro?²³ Mas o Sete é também (e

21. [Pseudo-ΠΥΘΑΓΟΡΑΣ], *Os Versos de Ouro*, 47-48. — 22. TEON DE ESMIRNA, *Aritmética*, 40. — 23. Idem, 46

não apenas isto) Ares, Osíris, a Fortuna, a Ocasão, o sono, a voz, o canto, Clio ou Adrastéia ²⁴.

Tudo isto provém do velho pitagorismo, mas a ciência grega jamais conseguiu despojar desses elementos qualitativos sua concepção do número: Nicômaco de Gerasa, o mesmo que nos legou a *Introdução Aritmética*, dedicou a esta aritmologia, a esta teologia do número, uma obra especial, os *Theologoumena arithmetica*; dela nos resta apenas o comentário, pormenorizado aliás, feito pelo patriarca Fócion ²⁵, mas encontramos seu eco em vários tratados da baixa época romana ²⁶.

A MÚSICA

É também a Pitágoras que remonta a terceira das ciências matemáticas, a da leis numéricas que regem a música. Dispomos de uma farta literatura, escalonada desde Aristóxeno até Boécio, que nos permite avaliar, com exatidão, a amplitude dos conhecimentos da Antigüidade neste domínio (7). A ciência "musical" compreendia duas partes: o estudo da estrutura dos intervalos e o estudo da rítmica. O primeiro, harmônico ou canônico, analisava as relações numéricas que marcam

os diversos intervalos da gama: $\frac{2}{1}$ para a oitava, $\frac{3}{2}$ para

a quinta, $\frac{4}{3}$ para a quarta, $\frac{5}{4}$ e $\frac{6}{5}$ para as têrças,

maior e menor, e assim por diante: $\frac{9}{8}$, o excesso da

quinta sobre a quarta ($\frac{3}{2} : \frac{4}{3} = \frac{9}{8}$), mede o tom

(maior); a teoria era levada muito adiante: para dar

24. NICÔMACO DE GERASA ap. FÓCIO O PATRIARCA, *Bibliotheca* (Migne, Patrologie Grecque, t. 103 ou t. 104), 187, 600 B; FILÃO DE ALEXANDRIA, *De officio mundi*, 100. — 25. Idem, 187, 591 s. — 26. ANATÓLIO DE LAODICÉIA, *Sôbre a Década* (P. Tannery, *Mémoires Scientifiques*, III); TEON DE ESMIRNA, *Aritmética*, 37-49; [JAMBELICO], *Teologia dos Números*; SANTO AGOSTINHO, *Sôbre a Música*, I, 11 (18) - 12 (26).

conta das sutilezas de acorde que os músicos gregos chamavam *χορδή*, era preciso chegar a medir o duodécimo de tom.

Todos êstes números encontram-se, ainda hoje, em nossos tratados de acústica: sabemos que representam a relação das frequências que marcam a altura de cada som. Os antigos não dispunham de meio de medir, diretamente, a frequência das vibrações sonoras; faziam-no indiretamente, medindo, no monocórdio, o comprimento da corda vibrante, ou, então, o comprimento do tubo sonoro (comprimentos êstes que são inversamente proporcionais à frequência das vibrações). A descoberta de tais relações constitui uma das mais notáveis proezas da ciência grega, e hoje podemos compreender por que não sômente a escola pitagórica, mas todo o pensamento antigo, ficou por ela deslumbrado: não se havia conseguido estabelecer correspondência entre um número definido e, além disso, simples (2, $3/2$...), e a impressão subjetiva e o valor estético que constitui a noção de intervalo justo, de consonância (oitava, quinta...)? Como duvidar, diante disto, de que seja o número a tessitura secreta do cosmos, de que todo o universo seja número?

Menos complicada em sua elaboração numérica, mas não menos precisa e não menos fecunda, era a teoria do ritmo: seqüência de durações determinadas, o ritmo podia ser, mais-facilmente ainda, reduzido a combinações simples de valores aritméticos, iguais, duplos ou sesquiálteros (exatamente como falamos, ainda, em ritmos binários e ternários). A diferença da nossa, a rítmica musical (e poética) dos gregos procedia não por divisão e subdivisões de um valor inicial (nossa semibreve), mas da adição de valores unitários indivisíveis, o "primeiro tempo" (*χρόνος πρῶτος*) de Aristóxeno: sistema mais matizado, compreendendo ritmos mais ricos e mais complexos do que a nossa incipiente teoria do solfêjo. Neste terreno, também, o luminoso gênio racional da Hélade construiu um monumento imperecível (*κτῆμα ἐς αἰεί*), que pertence ao tesouro de nossa tradição ocidental: seja-me permitido lembrar que o estudo dos fragmentos que se conservaram dos *Elementos Rítmicos* de Aristóxeno permitiu a Westphal fazer uma sugestiva e aprofundada análise do ritmo das fugas do *Cravo bem temperado* (8).

A ASTRONOMIA

De desenvolvimento talvez mais tardio, também a astronomia matemática grega realizou, por sua vez, conquistas notáveis, particularmente no curso do período helenístico, desde Aristarco de Samos (310-250) e Hiparco (fim do segundo século a. C.) até Ptolomeu (século II d. C.): suas messes estão reunidas e, de certo modo, codificadas na *Suma* que representam os treze livros do *Almagesta* dêste último (9).

Este livro notável — que alcançou tão grande sucesso na Idade Média bizantina, árabe e latina — foi usado, como obra didática, por exemplo na escola neoplatônica de Atenas, no Baixo Império; para a iniciação elementar, entretanto, as escolas gregas dispunham de manuais mais modestos, como (sem falar na obra de Arato, à qual me reportarei mais adiante) a *Introdução aos Fenômenos*, do estóico Gemino de Rodas (século I a. C.): pequeno tratado, despretensioso, que começa por uma exposição sobre o zodíaco e as constelações, prossegue pelo estudo da esfera celeste — eixo, pólos, círculos (ártico, trópico, equador...) —, do dia e da noite, dos meses, das fases da Lua, dos planetas, e termina com um calendário do nascer e do pôr das estrelas, fornecendo, ao mesmo tempo, muitos dados numéricos.

Este manual não é único em seu gênero: sabemos da existência ou possuímos os restos de uma série bastante numerosa dêles; alguns foram encontrados em papiros, como o tratado elementar, em 23 colunas, contido no Papiro de Letronne I²⁷ e que se apresenta como um resumo dos princípios de Eudoxo, segundo nos revela seu título acróstico — Εὐδόξου τέχνη.

Das quatro disciplinas matemáticas, a astronomia era a mais popular, e objeto da mais viva curiosidade: êsse interesse não era puramente especulativo e deve ser relacionado ao gosto, sempre crescente, que a sociedade helenístico-romana manifestou pela astrologia. Astrologia e astronomia eram, de fato, inseparáveis (as duas palavras aparecem, praticamente, como equivalentes): um verdadeiro cientista, como Ptolomeu, pôs seu

27. *Notices et Extraits des Manuscrits de la Bibliothèque Nationale (ex-Imperial)*, XVIII, 2, 25-76.

nome não somente num tratado de verdadeira astronomia, como o *Almagesta*, mas também num manual de astrologia, o famoso *Tetrabiblos*. Contudo não há nenhum indício que nos permita afirmar que a astronomia houvesse penetrado nas escolas ou figurasse no programa do ensino liberal.

RETRAÇÃO NO ESTUDO DAS CIÊNCIAS

É bem fácil, como se viu, fazer uma idéia do conteúdo e dos métodos do ensino das ciências na época helenística. O verdadeiro problema que desafia a sagacidade do historiador não é o de saber em que consistia êsse ensino, mas o de averiguar a quem era êle ministrado.

A teoria, tal como fôra formulada por Platão e Isócrates, e que na época helenística se exprimia pela fórmula da ἐγκύκλιος παιδεία, pretendia que as matemáticas fizessem parte de toda educação verdadeiramente liberal. Que se passava, realmente, na prática? A quem se dirigia o ensino das matemáticas: a todos ou a uma elite de especialistas? Estava êle integrado, como o pretendia a teoria, no ensino secundário, ou estava circunscrito apenas aos estudos superiores?

Problema difícil de resolver. O leitor não terá deixado de admirar-se do escasso número de testemunhos diretos que me foi possível reunir, no começo dêste capítulo. É claro que se poderia empandeirá-los, mediante a anexação de alguns outros dados, sobretudo daqueles que deparamos nas fichas biográficas e bibliográficas referentes a certo número de escritores ou de personagens conhecidos. Diógenes Laércio fala-nos dos anos de formação do filósofo Arcesilau — conduzindo-nos, assim, aos meados do século III a. C.²⁸ Como é natural, sua cultura tinha sólida base literária; êle admirava Píndaro e nunca deixava de começar e encerrar seu dia com uma leitura de Homero; havia-se exercitado, ainda, na poesia e na crítica literária. Mas estudara também matemáticas e sabemos até os nomes de seus mestres, Autólico, o músico Xanto e o geômetra Hiponico; além do que a história registra, a propósito dos dois primeiros, que êle

28. DIÓGENES LAÉRCIO, *Vidas dos Filósofos*, IV, 29-33.

lhes seguira cursos *antes* de proceder à decisiva escolha entre filosofia e retórica, as duas formas rivais do ensino superior: tais estudos matemáticos inscrevem-se, pois, no caso particular de Arcesilau, no período que corresponde ao nosso ensino secundário.

Nicolau de Damasco, historiador contemporâneo de Augusto, informa-nos diretamente, num texto autobiográfico²⁹, que inicialmente estudara gramática, depois retórica, música e matemáticas, antes de dedicar-se, por fim, à filosofia. O médico Galeno, nascido em Pérgamo em 129 d. C., também nos informa, no interessante tratado que dedica a *Seus próprios Escritos*, que em sua juventude estudara não somente gramática, dialética e filosofia, disciplinas a que mais tarde consagrou muitas obras³⁰, mas também geometria, aritmética e suas aplicações práticas (logística)³¹.

Poder-se-iam juntar, sem dúvida, alguns outros testemunhos do mesmo gênero: não creio, porém, que sejam numerosos a ponto de modificarem nossa impressão de conjunto: na verdade, nota-se que, à medida que se avança, nos tempos helenísticos e romanos, o estudo das ciências, cada vez mais, cede terreno às disciplinas literárias. Invoco, entre meus leitores, o testemunho de todos os humanistas: a leitura dos clássicos desta época bem mostra que a cultura helenística se havia tornado eminentemente literária e que as matemáticas nela ocupavam um lugar modesto. É de crer-se que estas não mais desempenhavam um papel muito atuante na formação dos espíritos.

Não creio que se possa, no plano educacional, contestar esta conclusão: os estudos literários praticamente acabaram por eliminar as matemáticas do programa do ensino secundário. Não há dúvida que o estudo das ciências não é abandonado, mas os que por ele se interessam, sejam estes especialistas, sejam filósofos que repute as matemáticas uma propedêutica indispensável, nada mais podem esperar das escolas secundárias: urge-lhes alojar o estudo destas disciplinas no ensino superior.

29. Ap. SUIDAS, *Lexicon*, III, p. 468. — 30. GALENO, *Sobre seus Próprios Escritos* (ed. Kühn, t. XIX), 11-18, ps. 39-48. — 31. Idem, 11, p. 40.

É significativo que um Teon de Esmirna tenha, no comêço do século II da nossa era, julgado necessário escrever um epitome matemático em cinco livros (aritmética, geometria plana, geometria no espaço, astronomia e "música"), sob o título de *Conhecimentos Matemáticos Úteis ao Conhecimento de Platão*: como êle próprio explica no comêço³², muitas pessoas que gostariam de estudar Platão não haviam tido oportunidade de exercitar-se o necessário, nas ciências matemáticas, desde a infância.

O testemunho dos neoplatônicos do Baixo Império é ainda mais significativo: êles são suficientemente fiéis ao ensino da *República* para insistirem ainda, resolutamente, na necessidade de uma "purificação preliminar" do espírito (προκαθαρσία), através das matemáticas; mas os jovens que vêm sentar-se à sua escola receberam, apenas, uma formação estritamente literária, e é dentro mesmo da escola que urge proporcionar-lhes aquela iniciação científica (10). Recordarei, a título de exemplo, a experiência de Proclo, cujos anos de aprendizado conhecemos bem, graças à biografia deixada por Marino de Néapolis. Sua primeira formação havia sido puramente literária: gramática e retórica³³; foi sòmente após sua conversão à filosofia que êle empreendeu o estudo das matemáticas, sob a direção de Héron, ao mesmo tempo que, conduzido por Olimpíodoro, iniciava o estudo da lógica de Aristóteles³⁴.

ARATO E O ESTUDO LITERÁRIO DA ASTRONOMIA

É-nos possível, num caso particularmente expressivo, surpreender esta invasão das disciplinas científicas pela técnica literária do "gramático". A astronomia, como já observei, era objeto de especial predileção; mas, se procurarmos determinar a forma em que esta ciência figurava nas escolas helenísticas (11), descobriremos, surpresos, que seu estudo tinha como ponto de partida não um destes manuais elementares de teor matemático, a que fiz duas alusões, mas o poema, em 1.154 hexâme-

32. TEON DE ESMIRNA, *Aritmética*, 1. — 33. MARINO DE NÉAPOLIS, *Vida de Proclo*, 8. — 34. Idem, 9.

tros, que Arato de Soles havia composto, por volta de 276-274 a. C., sob o título de *Fenômenos* (não se devendo destacar-lhe a segunda parte³⁵, consagrada aos *Prognósticos*).

Este texto conheceu uma divulgação extraordinária, contou com uma constante preferência nos círculos escolares, como o atestam, fartamente, comentários, escólios e traduções, sem mencionar os monumentos figurativos: para a arte helênica, Arato é o Astrônomo, como Homero simboliza a poesia (12). E, todavia, Arato não era um sábio, um técnico em astronomia: sua cultura era de cunho essencialmente literário e filosófico; êle pertencia ao círculo de espíritos de escol, reunidos na corte de Antígono Gônatas. Seu papel consistiu, apenas, em reduzir a versos, de ponta a ponta, dois trabalhos compostos em prosa, a saber, os *Fenômenos*, de Eudoxo de Cnidos, e a segunda parte do mediocre *Περὶ σημείων*, de Teofrasto. Tal como se nos apresenta, o poema de Arato nada tem de matemático; nada de números, algumas indicações bastante sumárias referentes à esfera celeste, seu eixo, os pólos³⁶; o essencial é a descrição, por-menorizada e "realista", das figuras tradicionalmente referidas às constelações: mostra-nos³⁷ Perseu, sustentando nos ombros sua espôsa Andrômeda, a mão direita estendida em direção ao leito de sua sogra (Cassiopéia), avançando velozmente em meio a uma nuvem de poeira (uma miríade de estrêlas que povoam esta região do céu)... O mesmo antropomorfismo na descrição do nascer e do pôr das constelações³⁸, que sucede a uma breve evocação dos planetas e dos círculos da esfera celeste³⁹. Os erros de observação não faltam: como o assinalava já o comentário de Hiparco⁴⁰, Arato ignora que as Plêiades apresentam, na verdade, sete, e não seis estrêlas visíveis a olho nu (embora a menor seja quase imperceptível⁴¹). Erros, ainda mais graves, encontram-se na segunda parte, os *Prognósticos*, que encerra muitas superstições populares.

35. ARATO DE SOLES, *Os Fenômenos*, 733 s. — 36. Idem, 19-27. — 37. Idem, 248-253. — 38. Idem, 559-732. — 39. Idem, 454-558. — 40. HIPARCO, *Comentário aos "Fenômenos" de Arato*, I, 6, 12. — 41. ARATO DE SOLES, *Os Fenômenos*, 254-258.

Tal caráter exotérico era, ainda, fortalecido pela maneira segundo a qual se orientava o estudo de Arato nas escolas helenísticas. Embora matemáticos e astrônomos não se furtassem a comentar os *Phenômenos* (conforme se vê, no segundo século antes de Cristo, por Átalo de Rhodes e Hiparco), o poema era explicado, mais freqüentemente, por gramáticos. Do ponto de vista científico, o comentário destes limitava-se a uma introdução, bastante sumária, à esfera, definindo o que se entendia por eixo, pólos, círculos (ártico, trópicos, equador, eclíptica); é possível que se valessem, para tal exposição, de um modelo da esfera celeste, mas, a julgar pelos escólios que se conservaram, essa iniciação não ia muito longe em precisão matemática. O comentário era, antes de tudo, literário, e estendia-se às etimologias e, principalmente, às lendas mitológicas relacionadas com a descrição de Arato.

Eis um ponto de capital importância: se a astronomia ocupa um lugar de certo destaque no programa das escolas secundárias, tal lugar ela deve a Arato, e é sob a forma de uma explicação de texto, de uma explicação essencialmente literária, que ela ali aparecia. Não obstante certa resistência da parte dos matemáticos⁴², parece que o gramático, ou melhor, o professor de letras conseguiu, praticamente, eliminar os geômetras e outros professores especializados nas ciências. As matemáticas continuam representadas no ensino somente por pequenos detalhes, consignados de passagem num comentário, ou por introduções gerais, extremamente sumárias, elaboradas por alguns gramáticos com alguma tintura de ciência, como este Mnáseas de Corcira, cujo epitáfio foi descoberto, e que nos informa, orgulhosamente, ter-se dedicado à astronomia⁴³ e à geometria⁴⁴, tanto como ao comentário dos poemas homéricos⁴⁵.

Na época helenística, a educação clássica acaba, com esta evolução, adquirindo um dos traços que vão caracterizar sua fisionomia definitiva. Com efeito, nada é mais característico da tradição clássica (podemos avaliá-lo pela influência que ela exerceu e ainda exerce sobre

42. *Escólios de ARATO*, 19; 23. — 43. *Inscriptiones Graecae*, IX, 1, 880, 6-8.
— 44. *Idem*, 8-9. — 45. *Idem*, 9-13.

nossa educação) do que esta preeminência literária, esta adversão a alojar as matemáticas na base da formação geral dos espíritos: as matemáticas são respeitadas, são admiradas, mas entende-se que permanecem circunscritas apenas aos especialistas, isto é, que exigem uma vocação específica.

Tal caráter manifesta-se na época helenística: estamos, então, longe de Hípias e de Platão, e mesmo de Isócrates. Enquanto ciência particular, as matemáticas, sem dúvida, continuam, como o recordei, a desenvolver-se e a evoluir; senão seu ensino, seu estudo continua difundindo-se amplamente; podemos, graças aos papiros, avaliar sua difusão no Egito: descobrem-se fragmentos dos *Elementos* de Euclides em Oxirrincó, no Fayum⁴⁶, tratados de ciência musical⁴⁷, de astronomia⁴⁸, problemas de geometria. Tudo isto é, porém, doravante, matéria de especialistas: as matemáticas não mais se acham, realmente, representadas na cultura comum, como também neste alicerce profundo, que assegura a unidade de todas as variedades da cultura de uma época, e que é a formação primeira do adolescente, a saber, o ensino secundário.

46. B. P. GREENFELL, A. S. HUNT, H. I. BELL, etc., *The Oxyrhynchus Papyri*, 29; B. P. GREENFELL, A. S. HUNT, D. G. HOGARTH, *Fayûm Towns and their Papyri*, 9.
47. B. P. GREENFELL, A. S. HUNT, J. G. SYMLY, E. J. GOODSPEED, *The Tebtunis Papyri*, 694; TH. REINACH, *Papyrus Grecs et Démotiques* (Paris, 1905), 5; B. P. GREENFELL, A. S. HUNT, H. I. BELL, etc., *The Oxyrhynchus Papyri*, 9; 667; *Papyrus Hibeh*, I, 13. — 48. *Papyrus Letronne* (Notices et Extraits des manuscrits de la Bibliothèque Nationale, t. XVIII), 1.

CAPÍTULO IX

O ENSINO SUPERIOR

I. FORMAS MENORES

É natural que os estudos superiores apresentassem menor uniformidade que os graus inferiores do ensino: elevando-se acima dêsse denominador comum, várias formas antagônicas de cultura superior, correspondentes a vocações diversas, repartiam, entre si, a preferência da juventude estudiosa. Uma primeira forma oferece-se a nosso exame no quadro da efebia.

A CULTURA GERAL DO EFEBO

Na medida em que a efebia helenística deixa de ser única ou principalmente uma forma de serviço militar obrigatório, a cultura intelectual cessa de ser estranha ao seu programa. A educação física continua sendo, certamente, como vimos, seu aspecto essencial; mas já não é suficiente: os jovens abastados que frequentam o colégio efébico aspiram a receber uma completa iniciação na vida elegante do círculo aristocrático a que pertencem; a cultura do espírito não pode permanecer-lhe alheia. A formação esportiva do efebo é, assim, acrescida de lições, conferências e audições (σχολαί, ἐπιδείξεις, ἀκροάσεις) (1).

Tais cursos ministram-se no próprio ginásio, na êxedra, o *ephebeum* de Vitrúvio, aberta para o pórtico norte da palestra, a qual merece a maior atenção da parte dos arquitetos: na época romana a êxedra ampliou-se, guardou-se de bancos e acabou tornando-se um verdadeiro teatrinho coberto, como se pode comprovar em Pérgamo,

em Éfeso, em Epidauro ou em Filipos (2). Desde a época helenística, conforme o atestam as inscrições dos segundo¹ ou do primeiro² séculos, êsse recinto deixara de ser considerado essencialmente como sala de reunião: era, então, chamado de ακροατήριον ("auditorium"), ou seja, sala de conferências.

Tais preleções faziam parte integrante do programa: tôda uma série de inscrições atenienses, escalonadas entre 122-121 e 39-38 antes de Cristo, conservaram-nos decretos da Eclésia em honra dos efebos de determinada classe: êstes jovens (ou o seu "cosmeta") são felicitados por sua assiduidade "aos cursos dos gramáticos, dos filósofos e dos mestres de retórica, bem como às outras conferências"³. Conferências análogas verificam-se fora de Atenas, em lugares vários, como, por exemplo, em Sestos⁴, em Pérgamo⁵ ou em Perga⁶.

Seu programa é bem vasto: só se pode enquadrá-las na categoria de ensino superior levando-se em conta a idade dos efebos e as condições dêstes no final do curso escolar, pois estas conferências visavam, também, a assegurar aos jovens um complemento dessa cultura literária que nos pareceu constituir o cerne mesmo do ensino secundário helenístico (3). Não é somente em Atenas que se registra a presença de professores de letras (γραμματικοί), cuja tarefa específica é a explicação dos clássicos, mas também em Delfos⁷, em Priene⁸, em Erétria refere-se até um δημηρικὸς φιλόλογος, um filólogo incumbido de explicar Homero⁹. Êsse ensino crítico é completado, oportunamente, por audições de poetas¹⁰ ou de músicos¹¹. As matemáticas não se acham tão bem representadas: não me é dado senão citar, outra vez, o caso dêste astrônomo romano que, no primeiro século antes de Cristo, foi pronunciar conferências no ginásio

1. L. ROBERT, *Études Anatoliennes* (Études Orientales publiées par l'Institut français de Stamboul, t. V, Paris, 1937), 74 s. — 2. R. CAGNAT, *Inscriptiones Graecae ad Res Romanas pertinentes*, IV, 1703. — 3. *Inscriptiones Graecae* (editio minor), II, 1906, 19; 20; 64; 1028, 85; 1029, 21-22; 1030, 31; cf. 1039, 17; 18; 47; 1042 b 19-20; c 7-8; 1043, 20; 43. — 4. CH. MICHEL, *Recueil d'Inscriptions Grecques*, 327, 74 s. — 5. *Mitteilungen des deutschen archäologischen Instituts, Athenische Abteilung*, 1908, 380, 14, 376, 11-15; 1907, 279, 9; 1910, 404, 8. — 6. J. HONDIUS, etc., *Supplementum Epigraphicum Graecum*, VI, 725. — 7. W. DITTENBERGER, *Sylloge Inscriptionum Graecarum* (3.^a ed.), 739. — 8. F. HILLER VON GAERTHRINGEN, *Inchriften von Priene* (Berlin, 1906), 112; 113. — 9. W. DITTENBERGER, *Sylloge Inscriptionum Graecarum* (3.^a ed.), 739. — 10. *Fouilles de Delphes* (publicação da Escola Francesa de Atenas), III, 1, 273. — 11. J. HONDIUS, etc., *Supplementum Epigraphicum Graecum*, II, 184.

de Delfos¹²; mais freqüente é ver, no ginásio ainda, um médico proferir uma série de palestras: registramo-lo em Elatéia, em Perga, em Selêucia¹³.

Não obstante, o programa versa, essencialmente, as duas disciplinas características do ensino superior, a saber, as que são ensinadas, de uma parte, pelos filósofos, e, de outra, pelos mestres de retórica. Vimos que uns e outros apareciam, ordinariamente, lado a lado, em Atenas: reencontramo-los alhures: um filósofo dirige-se aos efebos de Haliarto¹⁴, mestres de retórica ensinam em Delfos¹⁵, em Erétria¹⁶.

Problema árduo é a determinação do nível, do grau de circunspecção desse ensino. A julgar pelos documentos que não-lo referem, recorria-se, comumente, aos prês-timos (freqüentemente graciosos, aliás) de um conferencista em trânsito pela cidade, ao qual se solicitava uma ou mais palestras para os efebos, bastando agradecer-lhe com um belo título ou oferecer-lhe alguma outra recompensa honorífica. Nada mais característico da civilização helênica do que a existência desta categoria de "poetas errantes", de artistas, filósofos, mestres de retórica e médicos higienistas levando sua palavra de cidade em cidade, através do mundo grego, certos de encontrarem em toda parte um auditório solícito (4): a conferência tornou-se o gênero literário mais vivo, o gênero que, aos olhos dos historiadores modernos, melhor define a originalidade da cultura desse tempo — a tal ponto que não se pode perceber a marca que distingue a lição destinada a adolescentes estudantes da conferência destinada a adultos do círculo culto.

Todavia, ao lado destes visitantes ocasionais, que freqüentemente se contentavam com uma exibição única, nossos documentos parecem revelar-nos, também, professores propriamente ditos, recrutados por zelo e, freqüentemente, a expensas do ginasiarca¹⁷, que parecem ligados ao ginásio a título equivalente ao dos instrutores mi-

12. *Bibliothèque de l'École pratique des Hautes-Études* (section des Sciences historiques et philologiques), 272, 15. — 13. J. HONDIUS, etc., *Supplementum Epigraphicum Graecum*, III, 416; *Sitzungsberichte der philosophisch-historischen Klasse der Akademie der Wissenschaften* (Wien), 179 (1910), 6, 54, 5-9; 55, 34-35. — 14. *Inscriptiones Graecae*, VII, 2849. — 15. *Bibliothèque de l'École pratique des Hautes-Études* (section des Sciences historiques et philologiques), 272, 13 s. — 16. W. DITTENBERGER, *Sylloge Inscriptionum Graecarum* (3.^a ed.), 714. — 17. Idem, 714 (c n.^o 2).

litares¹⁸ e ministram aos efebos cursos que são seguidos durante o ano inteiro (5): teria havido, pois, um verdadeiro ensino, mais eficaz que as meras conferências de vulgarização, pronunciadas ao acaso das circunstâncias.

Os efebos também dispunham de bibliotecas de estudo: conhecemos, particularmente, a do "Ptolemaeum" de Atenas, alimentada ou mantida pelos próprios efebos: no segundo e no primeiro séculos antes de Cristo, cada classe parece ter-lhe valido uma partida de cem volumes¹⁹; entre 47 e 42, por exemplo, eram as obras de Homero e de Eurípides²⁰. Temos a sorte de possuir, mutilado embora, um catálogo dessa biblioteca; citei-o, já, mais acima, a propósito dos textos ou de comentários de poetas clássicos, como Ésquilo, Sófocles e outros Trágicos, e das comédias de Menandro; tinha ela, também, oradores e historiadores, como Demóstenes e Helanico, bem como filósofos (*Diálogos* de Euclides de Mégara²¹). Havia tais bibliotecas em muitos outros lugares ainda (6), como, por exemplo, em Teos²², ou em Cós, onde três inscrições mencionam bibliotecas (pode-se supor que se trate da mesma): unida ao ginásio²³, construída e mantida por doadores generosos (uns contribuindo com uma quantia determinada, a saber, duzentas dracmas, outros com a mesma soma e mais um lote de cem volumes²⁴), possuía também um catálogo, cujos restos nos foram conservados, em parte, numa inscrição²⁵: êsse catálogo parece ter sido organizado segundo as matérias (filosofia, política e retórica), sendo cada uma destas secções disposta internamente segundo a ordem alfabética dos autores. Os títulos que nos restaram revelam o elevado nível científico desta coleção: diálogos e tratados políticos de Demétrio de Fálara, de Hegésias de Magnésia, de Teopompo, um manual de retórica em quatro livros de Teodectes de Fasélis...

O que prova, enfim, que êsses estudos eram, às vêzes, tomados realmente a sério e nem sempre se restringiam a algumas conferências de vulgarização é o fato de que

18. Ibidem, I, 9. — 19. *Inscriptiones Graecae* (editio minor), 1029, 25; 1009, 8; 1041, 23; 1043, 50. — 20. Idem, 1041, 24. — 21. Idem, 2363. — 22. J. HONDIUS, etc., *Supplementum Epigraphicum Graecum*, II, 584. — 23. *Rivista di Filologia e d'Istruzione classica* (Turim), 1936, 40; cf. 1935, 219. — 24. *Bulletin de Correspondance Hellénique*, 59 (1935), 421. — 25. *Rivista di Filologia e d'Istruzione classica* (Turim), 1935, 214 s.

eram sancionados em concursos oficiais: assim, em Priene, no século I antes de Cristo, um generoso ginasiarca promove competições “versando as matérias de ensino ligadas à filologia” e, naturalmente, também a ginástica²⁶. Em Atenas, nos fins do século II da era cristã, figuram, no programa da maioria das festas previstas no calendário efébio, antes das provas esportivas, dois concursos literários: um “elogio” em prosa e um “poema”, ao que parece um e outro consagrados à glória do deus, do herói ou da personalidade imperial em cuja honra se celebra a festa²⁷ (7).

Evitemos, porém, dilatar o alcance de tais testemunhos: mesmo em Atenas, nessa mesma época, é ao esporte que cabe o lugar de honra no palmares efébio; por toda a parte alhures, e em Atenas, em outras épocas, constitui êle, praticamente, o único objeto das competições; se além dos concursos atléticos há outros concursos, a natureza destes é de ordem moral e não, propriamente, intelectual: citarei, por exemplo (pôde-se reunir um bom número de fatos análogos, obtidos em todo o mundo grego, desde Marselha²⁸ a Heracléia do Ponto²⁹) (8), os jogos efébicos, instituídos, por volta de 125 antes de Cristo, pelo ginasiarca Menas, em sua cidade de Sestos, no Helesponto: ao lado das provas ordinárias de ordem militar e atlética, figuram três concursos de “boa conduta”, “amor ao trabalho” e “vigor” (ευταξία, φιλοπονία, εὐεξία³⁰), mas não se encontram provas propriamente intelectuais.

À luz do conjunto das atividades efébicas, os estudos que acabamos de entrever esvaem-se em segundo plano. Levando-se em conta a atmosfera de frivolidade elegante que envolvia a efébia helenística, e considerando ainda, por outro lado, que a efébia durava apenas um ano, tem-se de concluir que a cultura geral assim obtida não devia atingir um nível muito elevado. Do imenso programa abarcado (literatura, retórica, filosofia, para não mencionar as ciências), o efebo só podia adquirir noções muito

26. F. HILLER VON GAERTHRINGEN, *Inschriften von Priene* (Berlin, 1906), 113, 28-29; 114, 21. — 27. *Inscriptiones Graecae* (editio minor), II, 2119, 131-133; 177; 189; c. 2115, 46-47; 2116, 12. — 28. *Inscriptiones Graecae*, XIV, 2445. — 29. *Bulletin de Correspondance Hellénique*, 22 (1898), 493, 12; 15-17. — 30. CH. MICHEL, *Recueil d'Inscriptions Grecques*, 327, 83.

gerais, uma iniciação elementar: lampejos de tôdas as coisas, mas nada aprofundado.

O MUSEU E O ALTO ENSINO CIENTIFICO

No outro extremo da escala dos valores científicos, encontramos um tipo de ensino, altamente qualificado, do ponto de vista técnico, no Museu de Alexandria. Sabe-se que a monarquia lagida, desde o fim do reino de Ptolomeu I Soter (323-285)³¹, havia instituído, em sua capital, uma notável organização de pesquisa científica (9); o favor real atraía e retinha, em Alexandria, vindos de tôdas as partes do mundo grego, não sòmente poetas e letrados, mas também os mais notáveis sábios em suas respectivas especialidades: geômetras, astrônomos, médicos, historiadores, críticos e gramáticos. Isentados de impostos e de todos os tributos, nutridos a expensas do rei, os “pensionistas do Museu” (οἱ ἀτελεῖς σιτούμενοι ἐν τῷ Μουσείῳ) viviam em comunidade à sombra do Palácio³², magnificamente instalados: dispunham êles de um lugar de passeio, de êxedras para as discussões, de uma vasta sala de jantar onde tomavam suas refeições em comum. É claro que (o *odium philologicum* não é apanágio dos sábios modernos) esta vida coletiva não excluía certa tensão dialética, com a qual se comprazia a malícia alexandrina: “No populoso Egito — escreve Timon nos seus *Silos* —, são objeto de chacota numerosos escrevinhadores, devoradores de alfarrábios, que pululavam no viveiro do Museu³³.” Funcionários designados pelo rei proviam às necessidades materiais dos sábios, que, sem quaisquer preocupações, podiam entregar-se, livremente, a seus estudos, utilizando-se dos admiráveis instrumentos de trabalho postos à sua disposição, como o jardim botânico e zoológico, e, sobretudo, a famosa Biblioteca, com seu anexo do “Serapeum”, biblioteca única, na história da Antigüidade, por sua riqueza, em número e qualidade: o catálogo bibliográfico levantado por seu terceiro conservador, Calímaco, entre

31. PLUTARCO, *De que não se pode viver agradávelemente seguindo Epicuro*, 1095 D. — 32. ESTRABÃO, *Geografia* (ed. Casaubon), XVII, 793-794. — 33. ATENEU, *Banquete dos Sofistas* (ed. Casaubon), I, 22 D.

260 e 240, compreendia mais de cento e vinte mil volumes (10).

Como se vê, o Museu era uma instituição de notável eficiência; tal instituição não surgiu do nada: o Museu de Alexandria veio realizar, num plano mais amplo e de caráter oficial, a comunidade filosófica criada pelos primeiros pitagóricos e, sucessivamente, mantida pela Academia, pelo Liceu e, mais recentemente (306), pelo Jardim de Epicuro: a própria denominação de Μουσείον havia sido empregada pelas escolas de Platão e de Aristóteles, as quais se apresentavam como um tiase das Musas. Se é certo, como se supõe, que Ptolomeu Sóter ouviu os conselhos de Demétrio de Fálera, que se refugiara em sua cõrte desde 294, a influência do Liceu sôbre o instituto alexandrino foi, provavelmente, bastante direta: com efeito, Demétrio foi discípulo de Teofrasto, o sucessor imediato de Aristóteles³⁴.

Mas o Museu era, antes de tudo, um centro de investigação científica, e não um estabelecimento de ensino superior: os sábios e eruditos favorecidos pelos Lagidas não estavam obrigados a ministrar cursos. Não obstante, foram levados a ensinar: o Bem é, de si, difusivo; a posse do saber tende, espontâneamente, a comunicar-se, podendo-se admitir isto como uma tendência fundamental da natureza humana: tendência particularmente forte entre os gregos, os quais, como vimos, introduziam a ação pedagógica até mesmo em sua concepção do amor! Sabemos, realmente, que os sábios do Museu aliciaram, retiveram e formaram discípulos (11): a tradição mostra-nos, por exemplo, certos gramáticos, como Dionísio de Alexandria ou Ápion, que foram *discípulos* de mestres do Museu, Aristarco do primeiro, Apolônio do segundo³⁵. Esse ensino foi suficientemente ativo para dar origem, nas diversas disciplinas, não sômente a uma escola, mas a escolas rivais: em relação à filologia, referem-se aristarquianos e aristofanianos, e, em medicina, citam-se as escolas de Herófilo e de Erasistrato.

34. DIÓGENES LAÉRCIO, *Vidas dos Filósofos*, V, 75; ESTRABÃO, *Geografia* (ed. Casaubon), IX, 398. — 35. SUIDAS, *Lexicon*, s. vv. (II, 1173; I, 3215).

Difícil é determinar a extensão do público estudantil a que se dirigia êsse ensino superior. Talvez se deva conceber uma evolução progressiva: em sua origem, o Museu era, indubitavelmente, mais uma Academia que uma Universidade; êste segundo aspecto ter-se-ia desenvolvido nos séculos seguintes. Assim é que, nos fins do século III depois de Cristo, Alexandria possui, como Atenas, cátedras professorais, consagradas a cada uma das grandes seitas filosóficas: pelo menos, sabemos que, por volta de 279, um sábio cristão, Anatólio, futuro bispo de Laodicéia, foi chamado a ocupar, a título regular, a cadeira de filosofia aristotélica (12). No século IV, Alexandria é uma metrópole universitária que atrai, particularmente para a medicina, estudantes de bem longe, de tão longe como a Capadócia, conforme se verifica pelo exemplo de Cesário, irmão de São Gregório de Nazianzo³⁶: nada recomendava mais um médico, aos olhos de sua clientela, do que o fato de ter feito seus estudos em Alexandria³⁷.

Poder-se-ia, talvez, perguntar se essa atividade universitária se desenvolvia no âmbito do Museu, uma vez que nenhum testemunho esclarece êste ponto; não, certamente, que tenha desaparecido: o erário imperial havia assegurado a continuidade da obra dos reis Lagidas, e o Museu continuou, sem dúvida, existindo, confinado ao "Serapeum" a partir de Aureliano e até à destruição do célebre santuário, perpetrada pelo patriarca Teófilo, em 391 (13). Por outro lado, a evolução semântica do próprio termo Μουσείον parece atestar que, nos tempos do Império, se havia tornado êle um autêntico estabelecimento de ensino superior.

A epigrafia revela-nos a existência de museus fora de Alexandria (14), museus êstes que são instituições universitárias: isto é claro em relação a Éfeso, cuja Faculdade de Medicina, no século II depois de Cristo, é bem conhecida: os professores ali ostentam os títulos característicos de "médicos do Museu" (οἱ ἀπὸ τοῦ Μου-

36. GREGÓRIO DE NAZIANZA, *Discursos* (Migne, Patrologie Grecque, t. 35-38), VII, 6, 2; 8, 3. — 37. AMIANO MARCELINO, *História dos Imperadores Romanos*, XXII, 18; cf. 16-22.

σεῖον ἱεροί³⁸), “mestres do Museu” (οἱ περὶ τὸν Μουσεῖον παιδευταί³⁹). Com referência a Esmirna, possuímos menos pormenores: o fato de ter tido o Museu local, pelo menos uma vez, um jurista como presidente, permite conjecturar a existência de uma escola de Direito que ali teria germinado, como mais tarde em Beirute, à sombra de um arquivo⁴⁰. Finalmente, no século IV, a palavra μουσεῖον toma, na pena de mestres de retórica, como Libânio⁴¹ ou Temístio⁴², o sentido corriqueiro de escola em geral.

Originariamente, na época ptolemaica, a atividade pedagógica do Museu não estava ainda bem fixada: devia tratar-se de um ensino esotérico de tipo ainda bastante arcaico, de uma formação pessoal que o mestre consentia em proporcionar a um pequeno grupo de discípulos, de espíritos de escol cuidadosamente eleitos, julgados dignos de ascender à revelação de um saber superior.

AUSÊNCIA DE VERDADEIRO ENSINO TÉCNICO

Entre os extremos da cultura superficial da efebria e dos altos estudos dos seminários do Museu situam-se as formas normais do ensino superior. O historiador surpreende-se ao verificar que, com exceção da medicina, nenhuma disciplina técnica (correspondente ao exercício de um ofício determinado) constituiu objeto de um sistema de estudos regulares na época helenística. Tome-mos o caso do Direito: é-nos bem conhecida, sobretudo no Egito ptolemaico, a existência de advogados profissionais (συνήγοροι), senão já de procuradores (νομικοί) (êstes são-nos referidos somente na época romana): são êles, oficialmente, reconhecidos pela lei, que delimita sua competência (excluindo-os, por exemplo, dos tribunais fiscais⁴³), impõe-lhes um imposto especial, o “imposto dos advogados” (συνηγορικόν⁴⁴). Mas não constamos, em parte alguma, a existência de escolas de

38. *Jahreshefte des Oesterreichen archaeologische Instituts in Wien*, VIII (1905), 135. — 39. *Forschungen in Ephesos* (publicação do Instituto Arqueológico Austríaco), II, 65; III, 68. — 40. R. CAGNAT, *Inscriptiones Graecae ad Res Romanas pertinentes*, IV, 618. — 41. LIBÂNIO, *Discursos* (ed. Förster), LXIV, 112. — 42. TEMÍSTIO, *Discursos* (ed. Harduin), XXIV, 303 A. — 43. B. P. GRENFELL, A. S. HUNT, *The Amherst Papyri*, 33. — 44. U. WILCKEN, *Urkunden der Ptolemäerzeit, ältere Funde*, 172.

Direito: o ensino desta disciplina será uma das inovações características do Império romano. É de supor-se que advogados e juristas se formassem pela experiência e pela rotina, ligando-se ao escritório de algum prático (15). O silêncio dos documentos leva-nos à mesma conclusão no que diz respeito a todos os outros técnicos: engenheiros (tanto civis como militares), agrimensores, marinheiros, tão bem representados na sociedade helenística e tão surpreendentemente ausentes de seu ensino. Eram êles, certamente, os que podiam exercer a prática do cálculo aritmético ou geométrico que nos é revelada pelos papiros e que, no entanto, nos pareceu estranha aos programas do ensino secundário propriamente dito⁴⁵: mas não vemos que tenham existido, a rigor, escolas superiores onde estas disciplinas tivessem sido, realmente, ensinadas. A formação do técnico conserva, como a do sábio, um caráter bem simples, ainda totalmente arcaico: ligação pessoal entre mestre e discípulo; o aprendiz forma-se no convívio de um artífice.

O ENSINO DA MEDICINA

Em certa medida, isto é verdade em relação ao ensino da medicina, ensino êste mais conhecido e mencionado, porque era, realmente, mais difundido e mais organizado. A medicina grega realizara grandes progressos desde suas origens e desempenhava um papel bastante ativo na vida helenística: paralelamente aos médicos particulares, cidades e reinos mantinham um corpo de médicos públicos, que constituía um verdadeiro serviço oficial de saúde, sob a direção de "médicos-chefes" (ἀρχίατροι) (16). Era, pois, necessário promover a formação de grande número de especialistas: realmente, notamos a existência de numerosas escolas de medicina, não somente em Alexandria, mas espalhadas por todo o mundo grego: as velhas escolas de Cnidos e de Cós despertam, ainda, atenção sobre si (desde o século I antes

45. *Papiri greci e latini* (Publicazioni della Società Italiana per la ricerca dei Papiri greci e latini in Egitto), 186; 763; *Ämtliche Berichte aus den königlichen Kunstsammlungen, monatlich erscheinendes Beiblatt zum Jahrbuch der kgl. Preussischen Kunstsammlungen* (Berlin), 37 (1916), 161-170.

de Cristo, a segunda passa por uma renovação que atingirá o clímax sob os Júlio-Claudianos) (17); outras surgem: assim, no século II da nossa era, as escolas de Esmirna, de Laodicéia, de Éfeso e, notadamente, a de Pérgamo, que, crescendo à sombra do célebre santuário de Asclépio, suplantará até mesmo a gloriosa escola de Cós, outrora abrilhantada por Hipócrates.

Podemos fazer uma idéia (18) do ensino que ali se ministrava, graças à abundante literatura médica que a Antigüidade nos transmitiu: em primeira linha situa-se o *Corpus* dos escritos atribuídos a Hipócrates, o qual inclui, como se sabe, diversos escritos mais tardios, mas que, praticamente acabado no comêço do século III antes de Cristo, permanecerá como a Bíblia da medicina antiga; deve-se acrescentar-lhe a obra, não menos respeitável, dos médicos da época romana, sobretudo de Galeno, ou Sorano, que consolida a contribuição de vários séculos de experiência. Basta folhear êsses volumosos repertórios para ver o gênio pedagógico grego aí exercer-se livremente: a medicina antiga havia realmente se convertido numa "arte" (τεχνή), isto é, num corpo de doutrina que reduzia a fórmulas e codificava as regras da prática. Nada mostra melhor até que ponto ia êsse gosto da sistematização do que os pequenos tratados hipocráticos consagrados à deontologia, à conduta que o médico devia observar em relação ao paciente: assim, êste curioso tratado *Sobre a boa maneira de conduzir-se* (περὶ εὐσχημοσύνης) (que um erudito alemão traduzia por *Ueber den Chic*), que contém conselhos de uma psicologia tão arguta sobre a maneira de apresentar-se e de proceder no quarto do doente, cuidadosamente catalogados de modo a que o estudante possa evocar-lhes a lista sem demasiado esforço ("ao entrar, pensar no modo de sentar-se, de exibir os trajes" — a roupagem adejante do vestuário antigo reclamava, com efeito, uma atenção especial: o médico não deve descobrir-se demasiado, inconsideradamente ⁴⁶ — a dignidade de atitudes, a moderação no falar, o sangue-frio, etc. ⁴⁷), sobre as visitas ⁴⁸, a psicologia do paciente ⁴⁹; assim, também, os *Preceitos*, com

46. HIPÓCRATES, *Sobre a Maneira de bem conduzir-se* (ed. Littré), 12 (IX, 236). — 47. Idem, 12 (IX, 238 s.). — 48. Idem, 13 (240). — 49. Idem, 14 (ibidem).

suas observações sobre a questão dos honorários (não mencioná-los demasiado cedo...⁵⁰), ou das consultas (não é desonroso chamar colegas para consultas, em caso de embarço; os colegas consulentes não devem deblaterar em público; não se deve jamais criticar o parecer de outro médico...⁵¹).

Por outro lado, este ensino, tão elaborado do ponto de vista técnico, era ministrado segundo uma forma ainda bem pouco evoluída, ou seja, bastante arcaica. Deve-se precisar bem, ao aludir-se a escolas médicas helenísticas, que se designa, assim, a presença, numa mesma cidade, de certo número de professores procurados por alunos; mencionar, pois, como se costuma fazê-lo, uma "Faculdade" de Alexandria, de Cós, etc., só se justifica quando se pretende entender, por tal expressão, uma organização corporativa, ligando, entre si, os professores. É este, em particular, o caso dos médicos do Museu de Éfeso, nos tempos do Império, que formavam um sindicato (*συνέδριον*) e participavam, anualmente, de um concurso médico, presidido por um "ginasiarca (!) dos médicos", concurso que durava dois dias e abrangia quatro provas: cirurgia, instrumentos, tese e problema. Não era esse um exame franqueado a iniciantes, mas um concurso do qual participavam os médicos mais qualificados, os "arquitras"⁵²: avalia-se até que ponto podia ir o espírito agonístico dos helênicos! Por outro lado, não seria próprio falar de uma Faculdade de Éfeso se se entendesse, por este nome, um estabelecimento de ensino superior regularmente organizado, em que um corpo de professores especializado repartisse, entre si, os diversos ramos do programa de ensino.

A realidade era bem mais modesta: fazer estudos de medicina, na época helenística ou romana, consistia sempre em ingressar no círculo dos familiares de um médico ativo e em receber dele uma iniciação prática. Esse ensino apresentava, sem dúvida, um aspecto teórico: leitura e comentário dos clássicos (Hipócrates...), discussões sobre os princípios da biologia e da terapêutica:

50. *Preceitos*, 4-5 (IX, 254 s.). — 51. *Idem*, 8 (262 s.). — 52. *Jahreshefte des OÖsterreichischen archaologischen Instituts in Wien*, VIII (1905), 128, 5; 7...

dedicava-se, na verdade (ou perdia-se⁵³), muito tempo a êstes prolegômenos. A atmosfera dialética da filosofia helenística tinha invadido o domínio da medicina, onde as seitas rivais dos Dogmáticos, Empíricos, Metódicos e Pneumáticos se digladiavam e refutavam a golpes de argumentos.

Mas o ensino da arte médica propriamente dita era, antes de tudo, clínico: poucos estudos anatômicos (foi êste, sempre, o ponto fraco da medicina antiga: a prática da dissecação era bastante rara e jamais extravasava o domínio da alta pesquisa científica para penetrar no do ensino), a teoria reduzida ao mínimo — a julgar por um fragmento de certo manual, em forma de perguntas e respostas, que nos chegou graças a um papiro⁵⁴ — e, sobretudo, a prática. O médico fazia suas visitas acompanhado de seu cortejo de discípulos, que, com êle ou depois dêle, examinavam o doente⁵⁵; pouco a pouco, o estudante passava, de aprendiz, a auxiliar do mestre, e, depois, a substituto: era deixado à cabeceira do doente para acompanhar a evolução da doença e o efeito da cura⁵⁶, confiavam-se-lhe curativos... Método bastante lento, sem dúvida: só os charlatães, como os Empiristas, pretendiam formar um prático em seis meses⁵⁷; Galeno não estudou menos de onze anos. É bem verdade que, estudante particularmente escrupuloso que era, não se contentou êle com receber o ensino de um só mestre ou de uma única escola: vemo-lo, sucessivamente, estudar em Pérgamo, sua cidade natal, sob a orientação de três mestres sucessivos, depois em Esmirna, em Corinto e em Alexandria (19). Método eficaz: não era apenas a ciência, mas tôda a experiência do mestre que o discípulo assimilava, pouco a pouco. O caráter pessoal de tal ensino compensava o que êle tinha de menos institucional que o nosso.

53. PLÍNIO o ANTIGO, *História Natural*, XXVI, 11. — 54. *Papyrus de Genève* (citações de edições particulares), 111 (Archiv für Papyrusforschung und verwandte Gebiete, II, 2). — 55. MARCIAL, *Epigramas*, V, 9; FILOSTRATO, *Vida de Apolônio de Tiana*, VIII, 7. — 56. HIPÓCRATES, *Sôbre a Maneira de bem conduzir-se* (ed. Littré), 17 (IX, 242). — 57. GALENO, *Sôbre o Método Medical* (ed. Kühn, t. X), I, 83; X, 5; 19.

CAPÍTULO X

O ENSINO SUPERIOR

II. A RETÓRICA

O médico é, porém, ainda, um especialista, um técnico. Embora se encontre em "Hipócrates" e em Galeno a idéia — interessante, pertinente, e de feição bem moderna — de que uma técnica como a medicina pode, bem conduzida e aprofundada, representar uma forma perfeita de cultura superior, auto-suficiente (o médico também pode, em certo sentido, tornar-se "filósofo"¹, e o médico-filósofo é um semi-deus²), tal opinião não chega a penetrar na consciência comum helenística. O técnico, em sentido estrito, não é, ordinariamente, considerado um homem culto. O próprio Galeno, que faz questão de apresentar-se como um espírito plenamente realizado, universal, assevera-nos que não estudou apenas a medicina: depois de sólidos estudos secundários (que, surpreendentemente, incluíam as matemáticas), e antes mesmo de iniciar-se na medicina, começou a freqüentar a escola dos filósofos; depois, empreendeu os dois estudos simultaneamente: em Esmirna, por exemplo, seguia, ao mesmo tempo, os cursos do médico Pélops e do platônico Albino. Jamais deixou de interessar-se por duas disciplinas estranhas à sua arte, como a gramática e a lógica...³

Com efeito, o que distingue o homem realmente culto não são os estudos científicos ou médicos, que só atraem um número restrito de especialistas: é, sim, o fato de ter-se abeberado êle de uma ou outra das duas formas, alternativamente rivais ou aliadas, de ensino

1. GALENO, *O Médico é também Filósofo* (ed. Kühn, t. I); *Discurso de Exortação* (ed. cit., t. I), 14. — 2. HIPÓCRATES, *Sobre a Maneira de bem conduzir-se* (ed. Littré), 5 (IX, 232). — 3. GALENO, *Sobre seus Próprios Escritos* (ed. Kühn, t. XIX), 11 s.

superior, formas que são as mais difundidas e as mais características da cultura clássica: aquelas mesmas formas que vimos definidas, mais acima, por Platão e por Isócrates, a saber, a cultura filosófica e a cultura oratória.

O ENSINO-MOR: A RETÓRICA

Das duas, a que domina é, incontestavelmente, a segunda; imprime ela uma marca profunda em todas as manifestações do espírito helenístico. Para a grande maioria dos estudantes, fazer estudos superiores significa ouvir as lições do mestre de retórica e iniciar-se, com ele, na arte da eloquência.

Eis aí um fenômeno cuja importância cumpre salientar logo de início. No plano histórico, Platão foi vencido: ele não conseguiu impor, à posteridade, seu ideal pedagógico; considerando as coisas no seu conjunto, foi Isócrates quem triunfou, quem se tornou o educador da Grécia e, depois, de todo o mundo antigo. Perceptível já na própria época dos dois grandes mestres, esse triunfo foi-se patenteando, cada vez com maior vigor, de geração em geração: a retórica permaneceu como o objeto específico do alto ensino grego, da alta cultura.

A primeira reação do historiador é de espanto: parece-lhe, de início, surpreendente ver como o prestígio da arte oratória sobrevive às condições sociais que lhe haviam dado origem e a haviam alçado a um papel de primeira plana: é o regime político da cidade, sobretudo o da cidade democrática, que, como vimos, explica o desenvolvimento, a partir do século V a. C., da eloquência e de sua técnica. Todavia, na época helenística, extinguiu-se a cidade livre e autônoma; o quadro real da vida política é, então, a monarquia absoluta: a era do orador parece ultrapassada. Doravante, o homem político eficaz é, antes, o conselheiro áulico, que sabe conquistar a confiança do soberano e, pela influência que sobre ele exerce, interfere nas decisões do governo: muitos intelectuais da época helenística ousaram desempenhar esse papel; por um momento, foi isto uma prerrogativa estoica (indiquei-o, já, a propósito da Academia)... Dos três *gêneros de causa* que, desde Aristóteles, se distin-

guem na teoria — deliberativo, judiciário e epidítico —, os dois primeiros, embora não tenham desaparecido, foram transpostos para o segundo plano, com o declínio do regime da cidade: há assembléias que deliberam, mas, salvo exceção (quando, por exemplo, uma cidade, em fase de tumultos, é levada a tomar partido a favor ou contra um soberano), as questões que nelas se debatem já não têm mais importância, a não ser na escala municipal. Persistem os tribunais, mas, também nestes, conquanto tenham, por vêzes, um aspecto político, afetam somente a interesses locais. Não está mais aí, como no século VI ou no V a. C., o centro nervoso da vida humana, da civilização. O único gênero que subsiste, florescente, é o terceiro, isto é, a eloquência "epidítica" ou de pompa: melhor dizendo, a arte do conferencista.

Mas este último não subsiste apenas: desenvolve-se, enriquece-se, extravasa nas disciplinas vizinhas, invade tudo. Já o encontramos nos ginásios dos efebos: até mesmo o astrônomo e o médico fazem-se conferencistas! Que dizer da literatura? Em virtude da prática da leitura em voz alta, não há fronteira entre a palavra falada e o livro; ademais, a eloquência impõe suas categorias a todas as formas de atividade do espírito: poesia, história e, mesmo (como o veremos), filosofia. A cultura helenística é, acima de tudo, uma cultura oratória, cujo gênero literário peculiar é a conferência pública.

Por um curioso reflexo, o prestígio artístico, assim conferido ao orador, acabará por valer, indiretamente, a este, certa eficácia política. Na época romana, quando uma cidade possui, entre seus filhos, um destes artistas do verbo, um destes conferencistas profissionais cuja reputação esteja bem firmada, ela o converte, espontaneamente, no seu porta-voz. Não quero dizer, apenas, com isto, que se conte com ele para abrilhantar cerimônias públicas, como festas e jogos: isso também está incluído na eloquência de pompa, sem maior alcance; refiro-me a préstimos mais concretos. Quando a cidade ou a província se acha em dificuldades com o soberano ou com outro país, é ela, naturalmente, levada a escolher um retórico célebre como embaixador (20), não somente porque — como se teria pensado em relação à época de Demóstenes — desta maneira sua causa será mais bem

defendida, mas também porque a autoridade pessoal do orador, autoridade que decorre do prestígio universalmente reconhecido à sua arte, a impõe, *a priori*, à atenção, à simpatia e ao respeito: a experiência mostra que tal expediente não era mau. Eis aí um aspecto curioso, bem característico da cultura helenística e romana, e do qual se poderiam citar numerosos exemplos, semeados ao longo dos séculos até o termo final da Antigüidade (21).

Cuidemos, porém, de não inverter a ordem dos fatores e de não tomar o efeito pela causa: o caráter oratório da cultura helenística não é um fato primitivo e paradoxal, que tenha forçado a educação a ceder, à retórica, o lugar de primeira plana ocupado por esta. Trata-se de um fenômeno secundário e derivado. O fato primordial é que, desde os Sofistas e Isócrates, a eloquência jamais deixou, em meio a tôdas as revoluções políticas e sociais, de constituir o principal objeto da cultura superior, o coroamento de tôda educação liberal que aspirasse à plenitude.

Obviamente, não é sem dificuldade que traçamos a história das antigas escolas de retórica (22), pois nossa documentação apresenta lacunas; conhecemo-la, porém, bastante para saber que sua tradição jamais se interrompeu: desde o tempo de Isócrates, a retórica jamais deixou de ser cultivada como a forma normal da educação superior.

Por que? Poder-se-á invocar a rotina: a pedagogia é um campo em que não se fazem inovações com facilidade; neste domínio, os costumes perpetuam-se espontaneamente, mesmo depois de terem perdido sua razão primeira de ser. Mas a privilegiada situação da retórica, na escola antiga, pode e deve comportar uma justificação mais direta: lembrarei ao leitor o ensino de Isócrates e a notável doutrina isocrática do Verbo. Ensinar a bem falar era, ao mesmo tempo, ensinar a bem pensar, e, até, a bem viver. A eloquência possuía, na concepção dos antigos, um valor propriamente humano, que transcendia as aplicações práticas que as circunstâncias históricas podiam dela extrair: encerrava a essência do homem autêntico, todo o patrimônio cultural que distinguia o homem civilizado do homem bárbaro; tal idéia acha-se, por tôda parte, subjacente, desde Diodoro da Sicília⁴

até Libânio⁵. Como admirar-nos, então, de que a retórica tenha permanecido como a parte central de toda a educação, de toda a cultura?

Παιδεία! Urge considerar a ambigüidade essencial desta palavra, que designa, ao mesmo tempo, educação e cultura: ela nos permite compreender este aspecto característico da civilização helenística e romana em que os modernos costumam ver um sintoma de decadência (23): refiro-me ao caráter escolar da vida literária. A cultura helenística é, antes de tudo, como já o notei, uma cultura de conferencistas; mas estas declamações públicas que embevecem os letrados não diferem, substancialmente, dos exercícios escolares de retórica que veremos adiante. Podemos sorrir deste público ingênuo “que não se cansa de estudar retórica”, podemos enfadar-nos com esta “literatura de professores e de bons alunos”: na medida, porém, em que o ensino da eloquência era uma conquista do Verbo, alcançava êle um valor absoluto e tornava-se, de certo modo, um Fim em si. Nada se podia conceber de maior, e a distinção, tão nítida para nós, entre “cultura” e “educação”, tendia, necessariamente, a evoluir-se.

A PRÁTICA DA RETÓRICA

Podemos fazer uma idéia bastante precisa do que era o ensino desta tão exalçada retórica. Terminados os estudos literários, o adolescente trocava o gramático pela escola de um mestre especializado na eloquência, o retórico (σοφιστής, ῥήτωρ) (24). Tais mestres encontravam-se, sem dúvida, por todo o mundo grego, em toda cidade digna deste nome: vimos, antes, um mecenas procurando um desses mestres para os efebos de Erétria⁶; eram êles mais numerosos e mais apreciados nos grandes centros “universitários”, cujas escolas, célebres, atraíam estudantes estrangeiros. Podia dar-se o caso, como entre os médicos, de um estudante ansioso por aperfeiçoar-se passar, sucessivamente, de um mestre a outro, mas o prin-

4. DIODORO DA SICÍLIA, *Biblioteca Histórica*, I, 2, 5-6. — 5. LIBÂNIO, *Cartas* (ed. Förster), 369, 9. — 6. W. DITTENBERGER, *Sylloge Inscriptionum Graecarum* (3.^a ed.), 714

cípio, tão caro à pedagogia antiga, de um laço pessoal entre professor e discípulos mantinha-se vivo: o grupo dos condiscípulos de um mesmo mestre designa-se, a si próprio, pelos poéticos nomes de côro, tíase, irmandade (*χορός, θίασος, ἀγέλη, φαστρία*), que conferem uma nota quase sagrada à unidade espiritual que os congrega (25).

O teor dêste ensino não sofrera transformações profundas desde Isócrates: havia, apenas, continuado a desenvolver-se segundo sua trajetória própria, no sentido de um tecnicismo cada vez mais preciso. Aparece isto, claramente, no primeiro dos três elementos que tal ensino compreendia: teoria, estudo dos modelos, exercícios de aplicação.

Lembremos que Isócrates desejava reduzir ao mínimo a iniciação teórica: seu ensino, neste ponto, não foi ouvido. Já Aristóteles introduz, em sua *Retórica*, novas distinções e definições. Talvez julgasse que sua poderosa síntese, apoiada numa investigação sistemática, que abrangia todos os tratados anteriormente publicados, a *Συναγωγή τεχνῶν*⁷, estabilizaria a técnica do ensino. Isto não se verificou: de geração a geração a pedagogia foi-se complicando, até chegar a êstes tratados de uma prolixidade minuciosa e fatigante que encontramos, perplexos, no repertório dos *Rhetores Graeci*.

Desde 1885, data em que a retórica desapareceu dos programas do ensino secundário francês, esquecemo-nos tão completamente daquilo que era essa codificação dos procedimentos oratórios que, dificilmente, conseguimos imaginar até que ponto o espírito de análise, caro ao gênio grego, havia estendido suas conquistas neste domínio (26). Pelo menos em certo sentido, tal esquecimento é lamentável: por não conhecermos essa disciplina, tão familiar a todos os antigos, as letras clássicas são-nos menos acessíveis; nos autores gregos ou latinos escapam-nos ou espantam-nos muitas coisas que se explicam por êsse pano-de-fundo escolar.

Já o ensino do gramático fêz-nos entrever uma tendência quase doentia para a sistematização, para a regulamentação; tal tendência expande-se, livremente, neste domínio privilegiado da eloquência. A iniciação na re-

7. ARISTÓTELES, *Fragments* (ed. Rose), 136-141.

tórica fazia-se por via de classificações e definições: de início, devia o estudante assimilar todo um vocabulário técnico e descobrir as inesperadas ramificações da análise. O estudo da retórica compreendia cinco partes: a invenção, a disposição, a elocução, a mnemotécnica e a ação. A invenção fornecia um repertório de engenhosos meios de descobrir idéias: é a célebre teoria dos "lugares" (τόποι), lugares intrínsecos, lugares extrínsecos, etc. A teoria penetrava bem fundo nos pormenores, fornecendo esquemas de questionários válidos, às vezes, para questões de quaisquer espécies dadas, às vezes para tal ou qual espécie de discurso, para tal ou qual maneira de propor um assunto.

Com o fito de oferecer ao leitor uma idéia, conquanto incompleta, do refinamento a que podia a retórica atingir, escolherei como exemplo o caso do elogio (ἐγκώμιον): como se sabe, figurava êle no programa dos exercícios preparatórios (προγυμνάσματα); nêle, pareceu-nos, começava o domínio próprio que o mestre de retórica defendia contra as usurpações do gramático. Vimos, também, que o elogio constituía a prova literária básica dos concursos efêbicos, na Atenas imperial. Mas o elogio é muito mais que um exercício escolar (não há, realmente, fronteira estanque entre a escola e a vida): êle não somente se integra, como parte essencial (acompanhado da "consolação"), no plano da oração fúnebre, gênero cujas diversas espécies gozam de grande predileção, mas constitui, por si, um tipo de discurso literário amplamente cultivado: em bom número de concursos públicos, entre os quais estão os mais célebres — panatenáicos, píticos, ístmicos —, o programa prevê competições de elogios, tanto em prosa como em verso; assumem cunho oficial no século I a. C. e permanecem em voga, cada vez maior, durante o Império (27).

Seja, pois, questão de louvar determinada personalidade, viva ou morta, real ou mítica; a teoria leva-nos a aguardar uma série-padrão de trinta e seis itens determinados, que se distribuem segundo as divisões e subdivisões do quadro seguinte⁸:

8. *Rhetores Graeci* (ed. Spengel), II, 109 s. (TEON DE ALEXANDRIA).

I. Os bens exteriores:

- a) celebrar a origem nobre do herói (εὐγενεία);
- b) sua pátria:
 - 1. sua cidade natal,
 - 2. seu povo,
 - 3. a excelência de seu regime político,
 - 4. seus pais e sua família;
- c) seus méritos pessoais:
 - 1. a educação que recebeu,
 - 2. seus amigos,
 - 3. a glória que adquiriu,
 - 4. as funções públicas que desempenhou,
 - 5. sua riqueza,
 - 6. o número ou a beleza de seus filhos,
 - 7. sua ditosa morte (εὐθανασία).

II. Os bens do corpo:

- 1. a saúde,
- 2. a força,
- 3. a beleza,
- 4. sua viva sensibilidade (εἰσαισθησία).

III. Os bens da alma:

- a) os sentimentos virtuosos:
 - 1. a prudência,
 - 2. a temperança,
 - 3. a coragem,
 - 4. a justiça,
 - 5. a piedade,
 - 6. a nobreza,
 - 7. o senso de grandeza;
- b) as ações que dêles decorrem:
 - A) do ponto de vista do seu objeto:
 - 1. ações altruístas, desinteressadas,
 - 2. com vistas ao bem, e não ao útil ou ao agradável,
 - 3. de interesse público,
 - 4. praticadas apesar de riscos e perigos;
 - B) do ponto de vista das circunstâncias:
 - 1. a oportunidade,
 - 2. feitos praticados pela primeira vez,
 - 3. que lhe são devidos exclusivamente,
 - 4. se o herói fez mais que os outros,
 - 5. se teve apenas poucos coadjutores,
 - 6. se agiu como se tivesse idade maior,
 - 7. contra toda expectativa,
 - 8. não sem sacrifício,
 - 9. depressa e bem.

A estes itens fundamentais, podem-se ainda acrescentar considerações derivadas do bom conceito em que homens de prol tinham o herói — hipóteses acêrca de façanhas ainda mais notáveis que êle certamente praticaria se a morte não tivesse vindo roubá-lo; — observações argutas a propósito de seu nome (personagens com “nomes adequados”, Demóstenes, a “Fôrça do povo”, τοῦ δήμου σθένος), a homonímia que o aproxima de outras figuras célebres, os cognomes que recebeu (Péricles, o Olímpico)...

Avalia-se o serviço que podia prestar ao orador a posse de tais esquemas; mas também se avalia o labor que exigia, do mestre e do estudante, a assimilação de um tal repertório de esquemas-chave. Tanto mais quanto a invenção, sendo a parte mais pormenorizada do ensino da oratória, não excluía os outros quatro setores: a disposição ensinava a estabelecer o plano, e o discurso-padrão devia compreender seis partes:

1. exórdio,
2. narração,
3. divisão,
4. argumentação,
5. digressão,
6. peroração,

cada uma destas comportando preceitos adequados. A elocução fornecia regras de estilo: ser correto, brilhante (graças ao emprêgo de figuras, figuras de pensamento, figuras de palavras), ritmado (aqui entravam as figuras gorgiânicas e a teoria, tão sutilmente elaborada, das cláusulas rítmicas), adequado ao assunto (donde a distinção dos três gêneros, a saber: singelo, moderado e sublime). Vinha, em seguida, a mnemotécnica, quase sempre apoiada num método de associação de imagens visuais; desempenhava ela importante papel na prática, conquanto na teoria a culminância da arte oratória fôsse a improvisação⁹; mas a improvisação, tanto literária como musical, necessita apoiar-se sempre numa memória bem dotada (vemo-lo, por exemplo, no exercício da técnica *hot* da nossa música de “jazz”). Vinha, finalmente, a ação,

9. FILOSTRATO, *Vida dos Sofistas* (ed. Olearius), I, 25, 537.

a arte de exhibir-se, de disciplinar a postura e a voz, e, sobretudo, a arte de reforçar a palavra pelo valor expressivo do gesto. Não o esqueçamos, os gregos eram mediterrânicos, e a mímica, mesmo quando veemente, não lhes repugnava. Todavia, também neste particular, o que mais surpreende um espírito moderno é a minuciosidade dos preceitos que os retores tinham a oferecer; tal como os outros elementos da arte, a gesticulação havia sido, por eles, codificada a tal ponto que a "movimentação das mãos" (*χειρονομία*) (28) se havia tornado uma verdadeira linguagem simbólica, da qual só encontramos, talvez, um equivalente nas convenções da plástica hindu: "Exprime-se a admiração voltando ligeiramente a mão para o céu e fechando os dedos, uns após os outros, a começar pelo mínimo; em seguida, por um movimento inverso, a mão é, ao mesmo tempo, aberta e dirigida em sentido contrário¹⁰..."

O perigo — e a escola helenística não deixou de sucumbir-lhe — era que a posse de uma técnica assim tão desenvolvida inspirasse confiança excessiva em sua eficácia: de posse de uma tal bagagem de regras, fórmulas e receitas, em que se compendiam todos os aspectos possíveis de qualquer discurso possível, o retórico podia julgar-se, como de fato muitas vezes se julgou, munido de um método seguro, de funcionamento infalível, capaz de ensinar, a qualquer aluno, os segredos da arte suprema.

Sem dúvida, o aprendizado da teoria tinha, em princípio, um contrapêso no estudo dos modelos oferecidos à admiração e à imitação dos iniciantes. À semelhança de Isócrates, e mesmo já dos primeiros Sofistas, os professores de eloquência orientam seus alunos para o estudo de suas próprias peças, sobretudo quando, como os grandes oradores da época imperial, não são apenas professores, mas também renomados conferencistas. Não obstante, a tradição clássica, também neste domínio, tende a estratificar uma seleção de modelos fundamentais, de obras-primas eleitas pela admiração unânime: como o ensino dos poetas, o ensino da eloquência também teve um *canon*, uma lista fixa de autores, a dos Dez Oradores

10. QUINTILIANO, *Instituição Oratória*, XI, 3, 100.

Áticos (29), cuja influência sobre a tradição manuscrita não foi menos poderosa que a dos Trágicos. É de supor-se que o estudo literário destes discursos notáveis, e talvez, também, o dos historiadores — os quais, por sua vez, também, podiam oferecer belas amostras de arte oratória — não tenha sido abandonado aos gramáticos, ou, pelo menos, somente aos gramáticos: com efeito, era junto ao mestre de retórica que se “liam” oradores e historiadores; o comentário, que o professor confiava, de bom grado, a um sub-mestre¹¹, orientava-se, sem dúvida, menos para a crítica literária e a erudição do que para o estudo dos procedimentos oratórios, para a aplicação dos preceitos da técnica.

Cada escola, cada mestre aferrava-se a determinado clássico, que lhe parecia realizar, mais perfeitamente, seu ideal da eloquência: um fazia de Demóstenes seu modelo preferido, outro decantava a elegância e a sobriedade de um Lísias, etc. . . .

Deve-se salientar que, infelizmente, esse estudo nem sempre foi conduzido de maneira a que se retirasse dele o proveito maior: sabe-se que a partir de Dionísio de Halicarnasso um movimento, cada vez mais forte, levou as escolas de retórica pelo caminho de uma imitação, cada vez mais consciente e estrita, dos grandes escritores áticos da idade de ouro. Se intentamos, porém, precisar aquilo que os oradores da época imperial, os mestres disto que se conveio em chamar a Segunda Sofística, denominam “aticismo” (30), percebemos, com surpresa mesclada de certa desilusão, tratar-se de um fenômeno de ordem menos literária que gramatical. Menos que um esforço no sentido de descobrir as qualidades de estilo e de gosto dos grandes escritores de Atenas, consiste numa moda que visa a restaurar o vocabulário, a morfologia e a sintaxe do dialeto clássico em sua “pureza” pretérita, escoimando a linguagem literária de todas as inovações do grego falado na época helenística. Residia a questão em empregar somente vocábulos ou formas já utilizados pelos clássicos¹², em ser capaz de citar, a propósito de cada um deles, o nome de um autor reco-

11. Idem, II. 5, 3. — 12. [ÉLIO ARISTIDES], *Retórica* (ed. Dindorf), II. 6.

mendável para justificar-lhes o emprêgo¹³. Moda bastante ridícula, que já Luciano se divertia em escarnecer: "Escolhe umas quinze palavras áticas, vinte no máximo; exercita-te amiúde em pronunciá-las, para tê-las à tua disposição; guarda sempre na ponta da língua essas formas inusitadas, para com elas salpicar teus discursos, como um tempêro... Alinha uma lista de palavras fora de uso e que só se encontrem empregadas nos autores antigos e arremessa-as, em tôda oportunidade, sôbre aqueles que conversam contigo¹⁴." Habituaos que estamos, pelo estudo da linguística, a considerar as línguas como seres sempre em evolução, êsse esforço para remontar a corrente, para alijar da vida a linguagem artística, parece-nos um contra-senso: note-se, entretanto, que êle se prendia, de maneira bastante natural, ao ideal clássico de uma perfeição definida uma vez por tôdas *ne varietur* e que se poderia tentar restabelecer, mas não superar.

Depois da teoria e da imitação, vinha o terceiro tópico do estudo da eloquência, a saber, os exercícios de aplicação. Tomando o fio do trabalho desenvolvido pelo gramático, o mestre de retórica fazia seu aluno continuar a percorrer a série completa e graduada dos "exercícios preparatórios" (προγυμνάσματα), cada um dos quais era objeto da mesma regulamentação, minuciosamente codificada: acabamos de vê-la a propósito do elogio (ao qual se ligava, com os mesmos esquemas, seu contrário, a invectiva); vinham, em seguida, por ordem, a *comparação* (exemplo: traçar um paralelo entre Aquiles e Heitor¹⁵), a *etopéia* (exemplo: as lamentações de Niobe junto aos cadáveres de seus filhos¹⁶), a *descrição* (exemplo: a Acrópole de Alexandria¹⁷), a *tese*, discussão de alcance geral (o exemplo clássico¹⁸ é o da célebre questão: "Convém casar-se?", cujas variações retóricas, antes de alimentar a veia de um Rabelais, servirão para estofar os tratados sôbre a Virgindade, compostos pelos Padres da Igreja), a *propositura de lei*: defender ou, ao contrário,

13. FILOSTRATO, *Vida dos Sofistas* (ed. Ólcarus), II, 8, 578. — 14. LUCIANO, *O Mestre de Retórica*, 16; cf. 20; *Lexifanes*, 16. — 15. *Rhetores Graeci* (ed. Spengel), II, 43, 7 (ARRÔNIO). — 16. *Idem*, 45, 20. — 17. *Idem*, 47, 9. — 18. *Idem*, 50, 5.

combater um texto legal, como por exemplo este: "É proibido matar um adúltero apanhado em flagrante delito".¹⁹

Os últimos dêstes exercícios preparatórios já se aproximam bastante de verdadeiros discursos deliberativos ou judiciários: o estudante passava, finalmente, à composição dêstes últimos, apoiado sempre numa série de preceitos e de regras bem determinados, analisando os diferentes aspectos, elementos, variedades de cada tipo de discurso. Também neste ponto não posso senão assinalar a incrível complexidade dêste sistema de ensino: quedamo-nos estupefatos diante do aparato de abstrações que suscitava, por exemplo, a análise dos "estados de causas" (στάσεις), um dos elementos fundamentais da preparação dos discursos judiciários. O acusado matou? Questão de fato: trata-se do "estado de causa conjetural". Este homicídio é um crime? Trata-se do estado de "definição", etc.; de acôrdo com as escolas, distinguíam-se um, dois, três (esta a fórmula clássica), quatro e até nove estados de causa²⁰. Os gêneros da eloquência de pompa eram, também, objeto de estudo e de codificação: o mestre de retórica fornecia, a seu aluno, planos-modelo de epitalâmios, de discursos de aniversário, de orações fúnebres, de discursos diplomáticos ou de despedida...²¹

Mas o traço mais característico do ensino da retórica helenística é o fato de perder êle de vista, pouco a pouco, a preocupação de preparar o futuro orador para a vida real, para os discursos que êle será efetivamente levado a compor por motivos sérios. O lugar principal, nesse ensino, é ocupado por êstes discursos fictícios que os eruditos modernos continuam chamando *declamações* — palavra de que se serviram os retóricos latinos para traduzir o termo técnico *μελέται*. É digno de nota o fato de êste tipo de discurso escolar, que deliberadamente volta as costas à vida, ter surgido no tempo de Demétrio de Fálara²², que foi senhor de Atenas, por designação de Cassandra da Macedônia, de 318-317 a 307 (31), ou seja, precisamente no momento em que a perda da liberdade

19. Idem, 54, 4. — 20. QUINTILIANO, *Instituição Oratória*, III, 6. — 21. *Rhetores Graeci* (ed. Spengel), III, 331 s. (MENANDRO), 339; 412; 418; 423; 430. — 22. QUINTILIANO, *Instituição Oratória*, II, 4, 41.

política subtrai tôda significação mais profunda à eloquência real; a eloquência escolar subsiste, mas, despojada de seu objetivo, torna-se um fim em si mesma e, em tais condições, organiza-se.

Tais "exercícios" (êste é o sentido próprio de *μελέται*) compreendiam duas espécies principais: não sei se, dado o esquecimento em que jaz hoje esta terminologia, ajudaria muito o leitor empregando as expressões técnicas *controvérsias* e *suasórias*. Inicialmente, as "defesas fictícias" (*ὑποθέσεις δικανικαί*), em latim chamadas *controversiae*. Em princípio, era um aprendizado direto da eloquência judiciária: é normal exercitar-se o futuro advogado na composição de discursos de defesa fictícios, antes de permitir-se-lhe arriscar-se em um processo real, perante o tribunal. Mas, enquanto o ensino dos Sofistas do século V (como se vê por Antífon) se empenhava em aproximar-se, tanto quanto possível, das condições reais da vida judiciária, os retores helenísticos propõem a seus alunos, processos não apenas fictícios, mas extraordinariamente fantasistas, casos extravagantes, suscitando leis bizarras, forjadas para a circunstância: apenas tiranos, piratas, raptos, estupro, filhos deserdados em condições inverossímeis; êstes temas de controvérsias lembram-nos as intrigas ramanescas e igualmente irreais caras à Comédia Nova (são, aliás, criações contemporâneas: Menandro era amigo de Demétrio de Fálera). De-seja-se algum exemplo? (32) A lei condena à morte o estrangeiro que ousa galgar as muralhas da cidade; durante um cerco, um estrangeiro escalou a muralha e, graças à sua bravura, ajudou a repelir um ataque inimigo; deve-se condená-lo, conforme reza a letra da lei? ²³ Ou então: um filósofo conseguiu persuadir o tirano a suicidar-se; agora, reclama a recompensa que a lei promete ao tiranicida; tem êle direito à recompensa? ²⁴ Um jovem, deserdado pelo pai, instrui-se na medicina e cura o pai, que enlouquecera e fôra abandonado por seus médicos. O pai, reconhecido, restabelece seus direitos à herança. Mais tarde, o jovem médico recusa-se a tratar de sua madrasta, que viera também a enlouquecer; de-

23. *Rhetores Graeci* (ed. Spengel), II, 140, 30 s. (HERMÓGENES). — 24. Idem, 153, 18 s. (idem).

serdado pela segunda vez, êle recorre ao juiz²⁵. É como se a pedagogia helenística, contrariamente à nossa, tão preocupada esta em ligar a escola à vida, voltasse deliberadamente as costas à realidade: estas questões inverossímeis (ἄδοξοι) eram, segundo a ingênua explicação do retórico Favorino de Arles (século II d. C.), bastante apropriadas para excitar a imaginação, para apurar a dialética, para habituar aos casos difíceis²⁶.

A mesma orientação nota-se na segunda categoria de μελέται, a saber, as suasórias (atente-se em que, à diferença do que iremos ver na cultura latina, a escola grega as preferia às controvérsias): pertencem elas não mais ao gênero judiciário, mas ao gênero deliberativo (συμβουλευτικὸν γένος). Não obstante, longe de relacionarem-se a casos reais, configurados na vida coeva, os assuntos propostos situam-se no quadro de uma ficção histórica ou mitológica (um não se distingue do outro: o pensamento antigo não tem a categoria moderna — ou cristã — da historicidade, da temporalidade: interessa-se pelo sentido pitoresco ou patético da anedota, não pelo fato de ter ela podido ser real, vivida). Tratava-se, por exemplo, de exercitar-se no gênero do discurso diplomático (πρεσβευτικὸς λόγος): recompunham-se, de acôrdo com Homero, os discursos dos emissários de Agamenon junto a Aquiles, do canto Λ da *Ilíada*²⁷.

O mesmo com relação à eloquência política: ora era Sólon quem tomava a palavra para lembrar as leis que elaborara, após haver Pisístrato obtido uma guarda pessoal²⁸, ora era o povo ateniense que discutia a questão de saber se devia enviar reforços a Nícias durante a expedição da Sicília²⁹, ora era Demóstenes apresentando-se a si próprio, como vítima expiatória, após a catástrofe de Queroneia³⁰. Mas, de toda a história grega, eram as Guerras Médicas que forneciam os temas mais debatidos: "Precisas, antes de tudo, de Maratona e de Cinégiro: sem isto, nada se faz! Transpõe de barco o monte Atos, atravessa a pé o Helesponto; que o sol se obumbre pelas flechas dos persas... conta-me de Salamina, do Artemisio,

25. LUCIANO, *O Filho Deserdado*. — 26. AULO GÉLIO, *Noites Aticas*, XVII, 12. — 27. ÉLIO ARISTIDES, *Discursos* (ed. Dindorf), LII. — 28. FILOSTRATO, *Vida dos Sofistas* (ed. Olcarius), I, 25, 542. — 29. ÉLIO ARISTIDES, *Discursos* (ed. Dindorf), XXIX-XXX. — 30. FILOSTRATO, *Vida dos Sofistas* (ed. Olcarius), I, 22, 522; 25, 542.

de Platéias!" Luciano, que assim faz falar seu *Mestre de Retórica*³¹, escarnece; mas a realidade bem merecia tais sarcasmos: ouçamos o retórico Póleon (século II d. C.) celebrar, com um lirismo anfigúrico, o legendário heroísmo de Cinégiro, êste hoplita ateniense que, na batalha de Maratona, tentara reter um barco persa com a mão direita³² e depois, decepada a destra (aqui já não é mais Heródoto quem fala, mas a lenda³³), com a mão esquerda, e, finalmente, com os dentes! "O primeiro, Cinégiro, travou um combate naval sem deixar a terra firme... Cada membro seu dá margem a uma violenta batalha...³⁴" E também isto: "Ó rei, dizem os persas, de-frontamo-nos com homens de aço que não se abalam se lhes cortamos as mãos, mãos direitas que valem barcos inteiros!"³⁵ Eis, assim, todo um repertório que, uma vez fixado, se transmite nas escolas, de geração a geração, até o final da Antiguidade.

Por sumária que seja esta evocação, ela bastará para dar uma idéia da complexidade dêste aprendizado da retórica, continuamente enriquecido de preceitos e exigências novas. Não é mais de admirar que se tenham escoado longos anos até que se elaborasse completamente. No século IV d. C., estudantes procedentes da Capadócia vêm concluir sua formação oratória em Atenas — São Basílio de Cesaréia e São Gregório de Nazianza —, um prolongar sua permanência na escola por quatro anos, o outro por cinco e, talvez, oito! (33) A bem dizer, nunca se acabava de estudar retórica: como já vimos, não havia limite entre a escola e a vida literária; um letrado antigo nunca cessava de compor declamações (μελέται): a passagem do exercício escolar para a conferência pública processava-se de maneira imperceptível. Com efeito, os mais célebres oradores da Segunda Sofística não se ruborizavam por praticar êstes gêneros escolares, entre os quais figurava o do *elogio*, bastante elementar ainda. Claro está que, a fim de dar prova da acuidade de seu espírito, escolhiam êles os assuntos mais imprevistos: Luciano escreveu o elogio da môsca³⁶, Dion

31. LUCIANO, *O Mestre de Retórica*, 18. — 32. HERÓDOTO, *História*, VI, 114. — 33. TROGA-POMPEU, *Súmula* (por JUSTINO) da "*História Fúlpica*", VIII, 9. — 34. PÓLEMON DE LAODICÉIA, *Declamações* (ed. Hinck), I, 5-6. — 35. Idem, 15. — 36. LUCIANO, *Elogio da Môsca*.

o do papagaio³⁷, Favorino o da febre quartã³⁸ (34). Mas, afora a composição destas obras literárias, pode-se dizer que um literato helenístico, como se fôra um estudante, jamais deixava de exercitar-se na declamação, a fim de adestrar-se, de manter-se em forma: declamava, declamava até a velhice, até o túmulo: Filostrato conta-nos, com tôda a circunspecção, que o grande sofista Pólemo, moribundo, exigira que se o levasse ao túmulo antes que exalasse o último suspiro; fechada a campa, como seus familiares já o chorassem, ouviu-se êle gritar com voz forte: "Dai-me um corpo e ainda hei de declamar!"³⁹

Custa-nos entender tamanho ardor: para nós, modernos, retórica é sinônimo de artifício, de insinceridade, de decadência. Talvez isto se deva apenas ao fato de não mais a conhecermos e de nos termos tornado, de nôvo, bárbaros. Sim, não há dúvida de que a retórica constituía um sistema de leis convencionais; todavia, uma vez admitidas e assimiladas tais leis, a liberdade do artista podia exercer-se no interior do sistema: pleno senhor de seus procedimentos, o retórico podia servir-se dêles para exprimir seus sentimentos ou suas idéias pessoais, sem que sua sinceridade fôsse, por isso, comprometida. Longe de constituir obstáculo à originalidade ou ao talento, as injunções formais forneciam, ao contrário, a oportunidade dos efeitos mais sutis e mais refinados. Que se compare a retórica a outros sistemas de convenções que governaram outras artes, em outros períodos clássicos: considerem-se as leis da perspectiva na pintura, as leis da harmonia na nossa música, de Bach ou Rameau a Wagner, as leis da versificação: até o movimento simbolista, os poetas franceses consentiram em submeter-se a regras tão arbitrárias e tão estritas quanto as da retórica, e não parece que se tenham, assim, prejudicado.

A retórica proporcionava aos antigos um sistema de valores formais que caracterizava uma estética da prosa de arte, paralela à da poesia, e cujos valores não eram menos autênticos (35).

37. FILOSTRATO, *Vida dos Sofistas* (ed. Olcarius), I, 7, 487. — 38. AULO GÉLIO, *Noites Aticas*, XVII, 12. — 39. FILOSTRATO, *Vida dos Sofistas* (ed. Olcarius), I, 25, 544.

Excluído qualquer juízo de valor intrínseco deve-se, por outro lado, reconhecer que um tal sistema, inculcado a todos pela educação, plácida e alojado no seio de uma tradição que se perpetuava de geração a geração durante séculos, constituía uma medida comum, um denominador comum a todos os espíritos, unindo, em convivência e compreensão mútuas, escritor e público, clássicos e "modernos". O humanista de hoje, pervertido pela anarquia romântica, lamenta e deplora a monotonia que tal sistema imprimiu à produção literária antiga. Por outro lado, se se considera a desordem atual, a inexistência, entre nós, de uma doutrina comum (até mesmo a unidade de língua é posta em causa!), não podemos deixar de experimentar, por vezes, certa nostalgia, ao considerarmos o classicismo e a notável unidade de sua cultura.

Não esqueço, de modo algum, as restrições que se podem, de qualquer maneira, fazer à retórica: como toda cultura de finalidade propriamente estética, pode-se denunciar-lhe a vaidade íntima, o formalismo e a frivolidade. Tais críticas, porém, já lhe haviam sido feitas, no seio mesmo da tradição antiga, por sua velha rival — a filosofia.

CAPÍTULO XI

O ENSINO SUPERIOR

III. A FILOSOFIA

A CONVERSÃO A FILOSOFIA

A cultura filosófica confina-se apenas a uma minoria, a uma elite de espíritos que, para assimilá-la, dispõe-se a fazer o esforço necessário. Ela implica, com efeito, numa ruptura com a cultura comum, cuja orientação literária, oratória e estética acabamos de caracterizar. Supõe até mais: a filosofia helenística não é apenas uma modalidade determinada de formação intelectual, mas também um ideal de vida, que pretende plasmar o homem por inteiro; tornar-se filósofo é adotar um modo de vida novo, mais severo do ponto de vista moral, envolvendo certo esforço ascético, o qual se manifesta, de maneira concreta, no comportamento, na alimentação e no vestuário: reconhece-se o filósofo por sua túnica curta, grosseira e escura (τρίβων)¹. Entre os cínicos, esta vontade de destoar é levada até o paradoxo e o escândalo: hirsutos, maltrapilhos e sujos, vivem eles de esmolas, como os mendigos, e afetam viver à margem da sociedade culta (36). Mas isto representa, apenas, uma forma de extremismo: de todos a filosofia reclama, efetivamente, um ideal de vida (37), que está em oposição com a cultura comum e supõe uma vocação profunda, direi até uma conversão.

A palavra não é forte demais: os antigos gostavam de citar a significativa anedota do jovem Pótlemon irrompendo, embriagado, com uma coroa na cabeça, ao sair

1. DÍON CRISÓSTOMO, *Discursos*, XXXII, 22.

de uma orgia, no recinto de aula do filósofo Xenócrates: êste iniciava, precisamente naquele instante, uma dissertação sôbre a temperança; desenvolve êle a preleção num tom tão persuasivo, tão patético que Pólemon renuncia à sua vida de libertino e se deixa fascinar pela filosofia a ponto de fazer jus, mais tarde, à sucessão de seu mestre na direção da Academia². Hipárquia, jovem, nobre, rica e bela, abandonou tudo para seguir as lições de Crates³; pois as mulheres, pouco atraídas ou interessadas pela retórica, não permanecem, contudo, alheias à filosofia: tais vocações, conquanto não sejam comuns, não são muito raras (38). Frequentemente, nesta “conversão” à filosofia, cuja formal analogia com a nossa moderna concepção da conversão religiosa (39) é notável, o rompimento com a forma oratória da cultura é claramente salientado; o exemplo clássico é o de Díon de Prusa: renomado sofista, tinha cêrca de cinquenta e cinco anos quando Domiciano o exilou, em 85; em meio às provações e à miséria, sofre profunda transformação moral, renuncia às vaidades da Sofística e adota a vida austera e militante do filósofo... (40).

Dai o papel que desempenha, no ensino dos mestres de filosofia, o “discurso exortativo” (λόγος προτρεπτικός), lição inaugural que visa a recrutar discípulos, atrair a juventude para a vida filosófica: Aristóteles era o criador do gênero; seu *Protréptico*⁴, dirigido ao príncipe cipriota Têmison, foi várias vêzes imitado, primeiramente pelos epicúreos⁵ e, finalmente, por Cícero, cujo *Hortensius* determinou a primeira conversão do jovem retor africano que mais tarde se chamou Santo Agostinho⁶.

O ENSINO FILOSÓFICO

Existia, realmente, um ensino da filosofia, mais ou menos organizado. Encontramo-lo sob três formas principais: inicialmente, o ensino, até certo ponto oficial, que se ministrava no seio das *escolas* propriamente ditas, de cada uma das seitas, organizadas na forma de con-

2. DIÓGENES LAÉRCIO, *Vidas dos Filósofos*, IV, 16. — 3. Idem, VI, 96. — 4. ARISTÓTELES, *Fragmentos* (ed. Rose), 50-61; E. P. GREENFELL, A. S. HUNT, H. I. BELL, etc., *The Oxyrhynchus Papyri*, 666. — 5. *Herculansenium Voluminum quae supersunt collectio altera*, X, 71-80. — 6. SANTO AGOSTINHO, *As Confissões*, III, 4 (7).

frarias, fundadas por mestres cujo ensinamento se perpetuava de geração em geração, transmitido por um chefe de escola (σχολάρχης) regularmente investido, no cargo, por seu predecessor: assim Platão havia escolhido seu sobrinho Espeusipo, o qual escolhera Xenócrates, que por sua vez escolheu Pólemon, a quem sucedeu Crates... Da mesma maneira, Aristóteles transmitiu a direção do Liceu a Teofrasto, preterindo Aristóxeno, para grande indignação dêste: podemos reconstituir, quase sem lacuna, a sucessão (διαδοχή) das quatro grandes escolas, durante todo o período helenístico e até o fim da Antiguidade (41). As sedes de todas essas escolas encontram-se, em princípio, em Atenas, mas podem-se encontrar filiais alhures.

Em segundo lugar, encontramos mestres isolados, ensinando por sua própria conta nas cidades em que residem: assim Epitecto, também expulso de Roma por Domiciano, instala-se em Nicópolis, no Épiro, abre uma escola e não tarda a atrair e a reter ali discípulos (42). À imitação de Atenas, outras cidades também conseguem estabilizar o ensino filosófico escolar: encontramos-lo em Alexandria, descobrimo-lo ainda em Constantinopla, senão em Roma; mas isto se dá no fim do século III ou no século IV d. C..

Finalmente, há filósofos errantes, conferencistas populares, ou melhor dizendo, predadores, que, ao ar livre, no canto de uma praça pública ou num largo, se dirigem ao auditório que o acaso e a curiosidade reúnem ao seu redor, o interpelam, improvisam com êle um diálogo familiar (do qual nascerá o célebre gênero da *diatribe*) (43): os cínicos fazem disso uma especialidade, mas muitos estoicos, inclinados para o cinismo, imitam-nos por sua vez. Menciono êste terceiro aspecto de ensino somente para constar: pois não cabe considerar êsses predadores, geralmente menosprezados, mal vistos e, amiúde, em dificuldades com a polícia, como professores de ensino superior. Terão êles contribuído para despertar vocações; mas, salvo exceções, não promoveram ensino regular e completo da filosofia.

Êste ensino apresenta diversos aspectos de progressivo tecnicismo. Supõe, de início, um estudante que tenha terminado sua formação secundária. As várias seitas não são igualmente exigentes neste ponto: epi-

cúreos e céticos afetam desinteressar-se por isto; as seitas que mantêm, rigidamente, a necessidade de uma propedêutica substancialmente matemática devem, ante o declínio dos estudos científicos, subministrar elas próprias essa iniciação, em si mesma estranha, porém, ao programa específico do filósofo: tal será, como já o dissemos, o caso dos neoplatônicos, ao final da Antiguidade.

O estudo, propriamente dito, da filosofia começa por uma iniciação bastante elementar: em qualquer que seja a escola, começa-se pela aquisição de algumas noções gerais de história da filosofia: o estudante grego, como hoje os nossos estudantes, aprendia que o pensamento alçara vôo na Jônia, com os grandes "físicos", e que o "princípio das coisas" era a água para Tales, o Indeterminado para Anaximandro, o ar para Anaxímenes e o fogo para Heráclito⁷; — e, como os jovens de hoje, não sabia isto muito mais extensamente: tais elementos eram-lhe transmitidos através de manuais sem originalidade, indefinidamente recopiados uns dos outros; a erudição moderna empenha-se em reconstituir a história dessa tradição doxográfica, que, iniciada com Teofrasto, iria irromper nos repertórios de Arios Dídimo e de Aécio, cujos restos entrevemos em Plutarco, em Estobeu e na *História Filosófica* que nos foi legada sob o nome de Galeno (44).

Seguia-se a isto um curso, ainda exotérico, a respeito da doutrina própria da escola: graças, por exemplo, a Apuleio⁸ e a Albino⁹, podemos fazer uma idéia da maneira pela qual o chefe de escola Gaio iniciava seus alunos no platonismo, em Atenas, por volta do ano 140 d. C.. O criterioso Apuleio redigiu, também, o curso de filosofia peripatética que ouvira paralelamente¹⁰: não há nada de espantoso nisto; para explicar este fato, não é preciso invocar a tendência geral para o ecletismo, que caracteriza a era helenístico-romana: trata-se, apenas, de uma iniciação elementar, que não supõe uma adesão profunda, nem tampouco, necessariamente, a conversão à filosofia; adquirir algumas luzes sobre o conjunto das doutrinas filosóficas era um simples complemento de

7. PLUTARCO, *Opiniões dos Filósofos*, I, 521 D s.; ESTOBEU, *Extratos*, I, 10. — 8. APULEIO, *Sobre a Doutrina de Platão*. — 9. ALBINO, *Introdução à Filosofia de Platão*; *Resumo da Filosofia de Platão*. — 10. APULEIO, *Tratado do Mundo*.

cultura geral: como o vemos no caso de Galeno (nota 19), podia parecer normal tomar contato, sucessivamente, com as quatro grandes tradições da filosofia helenística.

O verdadeiro ensino escolar só começava depois. Apresentava, também, duplo aspecto: em primeiro lugar, o comentário dos clássicos da seita, e inicialmente, das obras do maior ancestral, do fundador — Platão, Aristóteles, Epicuro, Zenão ou, mais frequentemente, Crisipo (entre os estóicos). Assim como o retórico explicava os Oradores inscritos no Cânon, entre os filósofos “liam-se”, isto é, explicavam-se e comentavam-se textos clássicos (45): algumas vezes, a peculiar inclinação do espírito helenístico para a erudição projetava-se livremente, e a filosofia via-se na iminência de tornar-se, também ela, filologia — para usar a expressão de Sêneca¹¹.

Mas o ensino tinha um segundo aspecto, mais pessoal e mais vivo: o professor também falava diretamente, em seu próprio nome, e comunicava a seus discípulos o sumo de seu próprio pensamento e de sua sabedoria (46). Suas lições podiam variar quanto à natureza e ao auditório: ora eram cursos bastante abertos, pois os filósofos também “declamavam”, isto é, pronunciavam, como os retóricos, conferências para o grande público; ora conferências para círculos fechados: a julgar pelas obras literárias que parecem refletir tal ensino¹², não devia tratar-se de um curso contínuo, que montasse, peça por peça, o sistema completo de uma *Lebens-und Weltanschauung*, segundo o estilo de um professor hegeliano da velha Alemanha! Eram colóquios mais livres, em tom familiar, girando em torno de um texto que se havia acabado de comentar, de um incidente da vida quotidiana, de uma questão suscitada de passagem, para elevar-se a considerações doutrinárias. Enfim, e, talvez, sobretudo, havia as conversações pessoais, entre o mestre e o discípulo, a dois — ou na presença de um terceiro companheiro e amigo: ressaltei, amiúde, o caráter pessoal da educação antiga; aqui ele se manifesta com particular nitidez. Exigia-se do filósofo que fôsse não apenas um professor, mas também, e sobretudo, um

11. SÊNECA, O FILÓSOFO, *Cartas a Lucílio*, 108, 23-24. — 12. EPÍMETO; PROTINO; HERMES TRINMEGISTO.

mestre, um guia espiritual, um verdadeiro mentor de consciência; a essência de seu ensino não era prodigalizada do alto da cátedra, mas no seio da vida em comum, que o unia a seus discípulos: mais que sua palavra, importava seu exemplo¹³, o espetáculo edificante de sua sabedoria prática e de suas virtudes. Daí o elo, frequentemente apaixonado, que liga o aluno ao mestre, e ao qual êste corresponde por uma afeição terna: foi nos círculos filosóficos que melhor sobreviveu a grande tradição arcaica do *eros* educativo, fonte de virtude.

Em princípio, o ensino completo de um filósofo devia constar de três matérias: lógica, física e ética, ou seja, uma teoria do conhecimento, uma doutrina acerca do mundo e uma moral. Este quadro, ao que parece introduzido por Xenócrates e pelos primeiros alunos de Platão¹⁴, era aceito sem discussão por tôdas as escolas. Mas estas sempre estiveram muito longe de apressarem-se, igualmente, em preencher-lhe tôdas as divisões. Quanto mais se avança no período helenístico-romano, mais as preocupações morais se elevam ao primeiro plano, mais elas se tornam o objeto precípua, senão exclusivo, da especulação, da atividade, da vida filosóficas. O filósofo aspira a definir, conquistar, possuir e transmitir uma Sabedoria *pessoal*: um patente retrocesso do espírito de especulação desinteressada corresponde ao progresso, ao aprofundamento da inquietação e da consciência morais. O problema fundamental é, doravante, menos o da Verdade que o da Sabedoria (a verdade da doutrina não passa de um meio, necessário, evidentemente, não sendo mais o fim essencial do esforço do pensamento): os filósofos helenísticos buscam o Fim que a natureza humana supõe ou exige, o Soberano Bem cuja posse coroa as aspirações dessa natureza e assegura, ao homem, a Felicidade. Tudo o mais se apaga diante desta preocupação fundamental ou se ordena em relação a ela.

E êsse fim, êsse bem, essa felicidade concernem à Pessoa humana, tomada em sua singularidade: mais ainda que Platão — o qual vimos, por fim, inclinar-se sôbre sua Cidade Interior —, os filósofos helenísticos situam-se

13. PÓLUX, *Onomasticon* (ed. Bethe, *Lexicographi Graeci*, t. IX), IV, 40. —

14. SEXTO EMPIRICO, *Contra os Matemáticos*, VII, 16.

numa perspectiva estritamente personalista. É certo que não se desinteressam dos problemas políticos e sociais: reencontram-os, como conselheiros, junto aos soberanos e chefes políticos, mas até mesmo esta ação revestiu um caráter pessoal: cogita-se, doravante, menos *Da República* que *Do poder real* (περὶ βασιλείας)¹⁵. Todavia os filósofos dirigem ainda muitas outras consciências além das consciências dos seus reis.

Um último traço: não existe uma filosofia helenística, mas seitas rivais, que lutam, acirradamente, pela dominação: não há doutrina que possa expandir-se, a não ser ao abrigo de um poderoso fogo de barragem dialético, repelindo as pretensões das doutrinas opostas e revidando a seus ataques. Tal fato foi frequentemente assinalado pelos historiadores da filosofia: a polêmica desempenha um papel considerável e, por vezes, exorbitante, na produção literária das diferentes escolas. Essa atmosfera contenciosa, erística, impertinente e tensa é bem característica do clima da filosofia helenística; ela contribuiu bastante para desacreditar, aos olhos de muitos, suas asserções: basta reler Luciano¹⁶ para avaliar quanto o prestígio da filosofia era solapado pelo espetáculo desolador dessas pretensões rivais, dessas refutações apaixonadas e recíprocas.

RIVALIDADE ENTRE FILÓSOFOS E RETORES

Não esqueçamos que os filósofos não disputavam somente entre si: tinham êles, por outro lado, de medir forças com seus rivais, os mestres de retórica. Representar-nos-íamos falaciosamente a cultura helenística e seu ensino superior se imaginássemos uma divisão serena entre duas formas paralelas, a juventude repartindo-se entre a retórica e a filosofia, à semelhança da juventude de hoje, que, ao concluir o bacharelato, opta pelas letras ou pelas ciências: eram duas culturas rivais, que se disputavam, encarniçadamente, o direito de existência.

15. B. P. GRENPELL, A. S. HUNT, H. I. BELL, etc., *The Oxyrhynchus Papyri*, 1611, 38 s. (TEOPRASTO); *Rivista di Filologia e d'Istruzione classica* (Turim), 1935, 215, 29; DION CRISÓSTOMO, *Discursos*, I-IV; LXII; SINÉSIO DE CIRENE, *Do Poder Real* (Migne, *Patrologie Grecque*, t. 66), 1053 s. — 16. LUCIANO, *Hermótimo*.

Ao longo de toda a era helenística e romana, a querela prossegue, na mesma forma em que fôra instaurada pelos grandes fundadores da tradição, Platão e Isócrates (47); depois de cada período de acalmia, ela renasce, sempre mais virulenta: atente-se para as polêmicas epicúreas contra Nausífanos, este herdeiro do velho confucionismo dos Pequenos Socráticos, note-se a demonstração de resistência dos filósofos do século II a.C. — Critolau, Diógenes, Carnéades... —, reagindo contra a debilitação do espírito metafísico em seus predecessores imediatos. Trata-se, na verdade, da mesma querela: no século II da nossa era, os campeões da cultura oratória retomam, reivindicam, com orgulho, o título de *sofistas*, realçando a filiação que os liga aos grandes adversários de Sócrates: Escopeliano declara-se discípulo de Górgias¹⁷, e Élio Aristides, com uma intrepidez que sua suficiência explica, ergue-se corajosamente em guerra contra Platão¹⁸. De geração em geração, a rivalidade perpetua-se: é ela tão característica que creio havê-la reencontrado, em forma latente ou manifesta, por todo o tempo que perdura ou que ressurge a tradição clássica oriunda da Antiguidade, seja na Gália semi-bárbara do século V, onde a Sidônio Apolinário responde Claudiano Mamert, seja na Renascença francesa do século XII, em que a cultura filosófica de um Abelardo se opõe o humanismo literário de um São Bernardo (48).

Essa luta, obstinada, contribui bastante para relevar o caráter eminentemente dialético da cultura. Podemos, aqui, tomar a palavra em seu sentido moderno: a oposição engendra, entre as duas rivais, uma tensão criadora, um intercâmbio mútuo de influências; e, como sempre acontece no curso de uma luta prolongada, as duas forças adversárias acabam por projetar-se muito uma sobre a outra.

Como ocorre já em Isócrates, a cultura oratória não se impermeabiliza completamente à filosofia: também no sofista existe a *sofia*. Os mais ponderados entre os "literários", um Dionísio de Halicarnasso, por exemplo (49), inquietam-se por ver a retórica acanhar-se numa técnica formal e vazia, reduzida a um mero sistema de procedi-

17. FILOSTRATO, *Vida dos Sofistas* (ed. Olearius), I, 21, 518. — 18. ÉLIO ARISTIDES, *Discursos* (ed. Dindorf), XLV-XLVII.

mentos; empenham-se eles em enriquecer sua cultura com alguma tintura de idéias gerais: a filosofia, assim entendida, é, por vêzes anexada ao programa das artes liberais, da ἐγκύκλιος παιδεία¹⁹, e, vimo-lo, figurava no programa da formação efébica.

As vêzes, diante do desenvolvimento imoderado da maquinaria erística da filosofia, a qual também sucumbe ao tecnicismo, a cultura oratória defende os direitos do humanismo: como já em Isócrates, ela opõe ao filósofo, sobrecarregado de silogismos e acachapado em suas abstrações, o velho bom senso, as verdades básicas, a bagagem normal do homem comum. Pois o retórico não desdenha as idéias gerais, os problemas morais e humanos; seu ensino acha-se impregnado dêles: a doutrina da invenção tem em alta conta os preciosos "lugares comuns", estas longas dissertações estereotipadas a respeito do justo e do injusto, da felicidade, da vida, da morte..., utilíssimas ao orador por trazerem à baila elementos fundamentais. Até mesmo no grau elementar dos "exercícios preparatórios" (προγυμνάσματα) vimos o retórico iniciar o estudante no trato dos grandes problemas, ensinando-o a discutir "teses" de alcance geral. Dessa maneira penetra tanto e tão incisivamente no domínio próprio da filosofia moral que o filósofo acaba por ser ofuscado por êle, por protestar e reivindicar para si, e sômente para si, a discussão das "teses", tal como o fez Possidônio no curso de um célebre debate com o retórico Hermágoras²⁰: o retórico deveria cingir-se a "hipóteses", isto é, a temas concretos referentes a casos determinados, como o são os temas judiciais, e renunciar à idéia geral (50).

De maneira simétrica, o mesmo filósofo não pretende desinteressar-se da retórica. Desde Aristóteles não mais se lhe contesta a legitimidade: não se intenta mais, como o fazia Platão no *Fedro*, opor-lhe uma retórica de essência propriamente filosófica. A arte do retórico aparece aos filósofos como uma técnica experimental, legítima, com seu lugar perfeitamente assegurado na cultura, como disciplina propedêutica, a título igual ao da

19. VITRÚVIO, *Sôbre a Arquitetura*, I, 1 (3-10); GALENO, *Discurso de Exortação* (ed. Kühn, t. I). 14: FILOSTRATO, *Sôbre a Ginástica*, I: *Grammatici Latini* (ed. Keil), VI, 187 (MÁRIO VITORINO); *Escólios a DIONÍSIO O TRÁCIO*, III, 112. — 20. *Pseudo-TARCO, Pompeu*, 42.

gramática ou das matemáticas; não hesitam eles em ensiná-la, segundo o exemplo dado pelo próprio Aristóteles, a princípio na Academia, depois no Liceu; é certo que, para ele, a retórica permanece fora do domínio próprio da filosofia, mas os estoicos vão mais longe e pretendem até incorporá-la como parte integrante de sua lógica, que é o primeiro escalão da divisão tríplice da filosofia (51).

Mas há algo ainda mais ponderável: o triunfo da retórica fôra tão completo e deixara tão profunda marca no conjunto da cultura helenística que os filósofos sofreram sua influência de maneira muito mais insidiosa. Nunca é possível, a ninguém, isolar-se do meio de civilização ambiente que impõe, à cultura pessoal, suas categorias, seus instrumentos de expressão, seus modismos, suas manias... Admitissem-no conscientemente ou não, os filósofos helenísticos foram *também* retóricos: eles também "declamam" e ensinam seus alunos a declamar; também eles lançam mão de todos os procedimentos e de todos os artifícios ensinados pela retórica: basta lê-los para verificar quão impregnada de sofística está sua linguagem (invoco, neste ponto, o testemunho de todos os leitores de Sêneca ou de Epitecto)! Trata-se do efeito de um fenômeno muito geral: os sábios não lhe são imunes, um médico tão competente como Galeno é também sofista de vez em quando.

A influência da retórica é tão profunda que se deparam formas de cultura mistas, diante das quais nossa classificação hesita em pronunciar-se: arrefeça um pouco o ardor metafísico, manifeste-se o talento literário — eis-nos em presença de um tipo ambíguo, no qual parece sobreviver ou ressurgir o velho ideal da Primeira Sofística, ainda impreciso: citarei, no século III a. C., o caso de Arcesilau e de Licon, o peripatético; no século I a. C., o de Filão de Larissa, que exerceria profunda influência sobre a concepção ciceroniana do ideal do "orador perfeito"? (52) Quanto mais se avança no tempo tanto mais completo se mostra o triunfo da retórica, tanto menos puro o tipo do filósofo: mesmo após sua "conversão", Díon de Prusa e Favorino de Arles permanecem, a nosso ver, mais sofistas que filósofos. Que pensar de um Máximo de Tiro, ou de um Apuleio, entre os latinos?; ou, mais tarde, de Temístio, Julianos o Após-

tata e mesmo de Sinésio de Cirene?... Não há apenas rivalidade, mas mistura íntima dos dois tipos de cultura — com o que se consolida, mais fortemente, a unidade da tradição clássica.

GEOGRAFIA HISTÓRICA DAS ESCOLAS HELENÍSTICAS

O quadro do alto ensino helenístico acima esboçado parecerá, talvez, demasiado estático para ser histórico. Na verdade, porém, este longo período, que começa com Alexandre e se estende através dos tempos romanos, não nos oferece o espetáculo de uma evolução no sentido pleno do termo, ou seja, de uma transformação progressiva culminando com uma renovação completa; apresenta muitas mudanças notáveis, mas estas não lhe alteram a estrutura fundamental. No curso do longo verão da civilização helenística, notamos apenas um movimento de alcance restrito, análogo àquele com que certos biólogos caracterizam a “evolução” da espécie humana: o tipo apresenta-se-nos de chôfre e permanece substancialmente idêntico; assistimos, tão somente, ao desenvolvimento de certas tendências — desde o começo presentes, sem dúvida, mas apenas afloradas —, à lenta regressão de certos órgãos cuja sorte estava já selada, também em princípio, desde o começo: assim é que vimos a ginástica ou a música perder terreno progressivamente (não estavam elas, desde o tempo de Platão, fadadas à obliteração?); vimos a retórica tornar-se, tecnicamente, mais refinada, mais ela mesma...

Talvez convenha estabelecer alguns marcos cronológicos ao tentarmos, com o fim de completar este quadro, traçar uma distribuição geográfica dos principais centros do ensino superior. Na época propriamente helenística, não há universidades propriamente ditas (somente a partir do século IV da nossa era podemos, sem incorrer em grande anacronismo, começar a usar esta palavra), mas há cidades onde inúmeros e reputados mestres atraem mais numerosa clientela de estudantes.

O primeiro destes centros é, evidentemente, Atenas, cidade que até o fim da Antigüidade permanecerá como centro ativo de trabalho intelectual: mesmo depois de haver perdido toda a sua independência e toda a sua

importância política, jamais será uma cidade provincial como as outras, mas continuará sendo a gloriosa Atenas, a mãe das artes, das ciências e das letras: não será apenas uma cidade-museu, iluminada pela recordação de seu glorioso passado e visitada pelos monumentos que dêle conserva; será sempre, também, um centro de estudos, em que a tradição, jamais interrompida, manterá um clima excepcionalmente favorável ao labor espiritual.

Mas essa continuidade comporta alguns matizes: a princípio, Atenas aparece, sobretudo, como o grande centro do ensino filosófico. Em Atenas estabeleceram-se tôdas as grandes escolas filosóficas, sob a forma institucional de confrarias ao mesmo tempo religiosas e científicas: a Academia, em 387; o Liceu, aberto em 335, só mais tarde chegou a possuir sua organização definitiva, quando a proteção de Demétrio de Fálera lhe permitiu, finalmente, superar as dificuldades legais que Aristóteles e Teofrasto haviam encontrado, por serem metecos; a reação democrática alarmou-o, algumas vêzes, em 307-306, mas a revocação da lei de Sófocles de Súnio, no comêço de 306, conjurou, definitivamente, as ameaças que, por muito tempo, a beatice popular fizera pairar sobre a filosofia. No mesmo ano, Epicuro, por sua vez, instala definitivamente, em Atenas, seu Jardim; em 301-300 é a vez da escola estóica, fundada por Zenão. Reporto-me, aqui, sòmente às quatro grandes seitas oficiais, mas também as outras correntes filosóficas — cinismo, ceticismo, etc. — desenvolveram-se em Atenas (53).

Desde os fins do século IV os estudos filosóficos atraem, como sempre atrairão, muitos estudantes aliegnigenas: duas das quatro grandes escolas foram fundadas por metecos e sempre tiveram muitos estrangeiros entre seus membros, a começar por seus mentores: sòmente no fim do século II a. C. é que um ateniense, Mnesarco, ascende à direção do Pórtico.

Mas na época romana Atenas ainda atrai estudantes, graças ao prestígio de suas escolas de eloquência: no século I anterior à nossa era, a reputação dessas escolas ainda não está bem firmada; Cícero, porém, aproveitou-se do estágio de seis meses que ali fêz, em sua juventude, para “declamar”, sob a orientação de um velho mestre “bastante renomado” (*non ignobilem*), De-

métrio o Sírio (é notável o fato de ter vindo de tão longe estabelecer-se em Atenas²¹). Sob o Império, êsse prestígio consolida-se e eleva-se à primeira plana com Secundo e, sobretudo, com Herodes Ático, no século II (54): daí por diante, até o fim da Antigüidade, Atenas figura entre as capitais da Segunda Sofística.

Paralelamente a Atenas, o grande centro de estudos é, evidentemente, Alexandria: descrevemos já o Museu, cuja fundação remonta à década de 280; êle não é mais que uma das manifestações da intensa atividade intelectual que, desde cedo, desenvolve-se na capital lagida. À sombra e ao lado do Museu, professores de tôdas as categorias oferecem-se à clientela; não apenas professores de filosofia e de eloquência, mas também de todos os outros ramos do saber e, particularmente, como o vimos, de medicina. Sob êste aspecto, o brilho de Alexandria supera o da própria Atenas; salvo algumas breves crises, êle será sempre bastante vivo durante tôda a duração da era helenística e até o final da Antigüidade: não é tão inexato identificar, como tantas vêzes se fêz, civilização helenística e civilização alexandrina. Êste papel de metrópole intelectual Alexandria desempenhou-o particularmente no início de nossa era, ao tempo dos Diádocos e da primeira geração dos Epígonos, quando todo o resto do mundo helênico, sem excetuar a própria Grécia, era assolado por guerras e revoluções: sômente o Egito, sob a prudente administração dos Ptolemeus, goza de paz e segurança; Alexandria converte-se no repositório da cultura grega ameaçada, e neste centro, na ocasião propícia, brotarão os germes de uma renovação.

Na segunda metade do século II a. C. parece "ter-se produzido, em todo o mundo grego, um renascimento geral dos estudos" (ἐγενέτο οὖν ἀνανέωσις πάλιν παιδείας ἀπάσης), para empregar os têrmos de que se serve Ateneu²², com base no testemunho dos historiadores Mênecles de Barca e Andron de Alexandria: a perseguição movida por Ptolomeu VII Físcion (146-145 a 116) arrasta ao exílio um bom número de representantes da classe culta de sua capital, pelo que realmente "povoa ilhas e cidades de gramáticos, filósofos, geômetras, músicos, mestres de desenho e de ginástica, médicos e técnicos

21. CÍCERO, *Brutus*, 315; FILOSTRATO, *Vida dos Sofistas* (ed. Olcarius), I, 26, 544 s. — 22. ATENEU, *Banquete dos Sofistas* (ed. Casaubon), IV, 184 BC.

de tôda espécie — eis aqui um excelente inventário dos diversos aspectos da cultura helenística —; constrangidos pela miséria a ensinar as disciplinas em que exceliam, formaram êles, assim, muitos homens notáveis”.

Com efeito, durante os séculos II e I a. C., as escolas parecem ter florescido em tôda a bacia do Egeu, particularmente nas costas da Ásia Menor, onde a eloquência de pompa encontra sua pátria eletiva, a tal ponto que o termo “asianismo” veio designar o ideal de um estilo fulgurante, afetado, bombástico e espalhafatoso (55). Se se pretender situar no mapa os principais centros dessa atividade, pensar-se-á, primeiramente, em Pérgamo, onde os reis Atálidas enriquecem tanto a biblioteca que ela chega a fazer sombra até à biblioteca do Museu alexandrino. Não obstante, é fora de seu reino que vemos executar-se a política de evergetismo cultural, de mecenato universitário dêsses reis, em Atenas, em Delfos, em Rodas... (56).

Desde o final do século II a. C. Rodas aparece como o centro universitário mais ativo e mais florescente: compelida, pela vitória romana, a deixar a hegemonia do Egeu, que por algum tempo lhe valera a grandeza e a fortuna (é Delos que lhe sucede como grande pórtio internacional), Rodas encontra, no renome de suas escolas, uma nova fonte de glória: escolas de gramática (é em Rodas, como vimos, que a disciplina gramatical atinge sua plena maturidade, com Dionísio o Trácio), escolas de filosofia, ilustradas por Possidônio — um dos mestres do estoicismo médio e um dos grandes pensadores da Antigüidade, conquanto seu papel, particularmente no domínio da educação, tenha sido um pouco superestimado pela erudição moderna —, e, principalmente escolas de retórica (57): é em Rodas que os romanos do século I a. C., desde Cícero até Tibério, aprendem os segredos da grande arte oratória; êles sabem que devem encontrar ali os mestres mais qualificados (como Mólón, ao qual Cícero, que foi seu aluno, prestou tão calorosa homenagem²³), a tradição mais autêntica, pois os retóres ródios parecem ter-se resguardado dos excessos do “pathos” asiânico e conservado uma concepção mais “sadia”²⁴ da eloquência, mais próxima do ideal ático:

23. CÍCERO, *Brutus*, 316. — 24. *Idem*, 51.

não era o tranqüilo e impassível Hipérides seu modelo preferido? (58)

Sob o Império, é a Ásia propriamente dita, a província de terra firme, que assume a vanguarda do movimento cultural: os saques e devastações que haviam caracterizado a impudente espoliação da herança atálica pelos políticos e financistas da República e, posteriormente, os prejuízos causados pelas guerras de Mitridates e as guerras civis de Sila a Antônio haviam, por muito tempo, retardado seu desenvolvimento. A partir de Augusto, a paz, a ordem e a justiça trazem a prosperidade a esta província, que se torna a mais rica, a mais feliz, a mais culta do Império; desde o fim do século I d. C., é durante todo o século II, a idade de ouro dos Antoninos, é a Ásia o terreno eletivo da cultura grega, o mais ativo centro de ensino das disciplinas superiores: Cós, como vimos, depois Pérgamo, e Éfeso, vêm prosperar suas escolas de medicina; se ali a filosofia não desfrutava da mesma situação que em Atenas, a eloquência, pelo menos, floresce esplêndidamente: a Ásia é a pátria da Segunda Sofística e Esmirna sua capital incontestada, desde Nicetas até Élio Aristides (59); se a Jônia por inteiro merecia ser considerada como um santuário das Musas, Esmirna ocupava nela o lugar de honra, como na lira o cavalete²⁵. Mas o certo é que, por toda parte, no Oriente romano, existem escolas superiores, e que toda essa região participa de tal floração.

Mais tarde, no século IV d. C., parece manifestar-se uma tendência para a concentração do ensino superior; pelo menos aparece, então, em primeiro plano, certo número de centros de estudos: Alexandria, Beirute (de direito romano), Antioquia, Constantinopla, a nova capital, e, obviamente, Atenas, como sempre. Costuma-se aplicar-lhes o nome de "Universidades", aliás sem grande anacronismo.

O afluxo de grande número de estudantes, vindos por vezes de províncias longínquas, cria ali uma atmosfera característica de "Quartier Latin": uma multidão de jovens, turbulentos e indisciplinados a ponto de inquietar

25. FILOSTRATO, *Vida dos Sofistas* (ed. Olearius), I, 21, 516.

tarem a polícia imperial e o legislador²⁶; despreocupados e, às vezes, frívolos: esbanjando o tempo no jôgo da bola²⁷, apaixonando-se pelas corridas de cavalos e por outros espetáculos²⁸, tramando farsas de mau gôsto (Libânio conta-nos de maus elementos divertindo-se um dia em manter um pedagogo²⁹). É claro que se manifesta aí alguma imoralidade, mas não se deve pintar uma imagem demasiado sombria dêstes estudantes do Baixo Império: ao lado dos pândegos, havia excelentes jovens, cheios de piedade e de virtude; São Gregório de Nazianza e São Basílio, no século IV, em Atenas³⁰, Zacarias o Escolástico, e Severo de Antioquia no fim do V, em Beirute³¹, só deixaram recordações edificantes.

Mas essa juventude era também estudiosa, apaixonando-se pelos estudos e pelos mestres, cujas querelas e rivalidades espontaneamente avocava: nova ocasião, sem dúvida, para distúrbios e rixas³². Por ocasião de tais movimentos notam-se agrupamentos de estudantes, formados em torno dos mestres (cada um dêstes tem seu "côro" de discípulos fiéis, senão fanáticos) ou segundo seus países de origem: algo de análogo às "nações" das universidades da Idade Média ocidental³³. Há, realmente, então, uma vida estudantil organizada, com seus ritos próprios, a começar pelos trotes, que assinalam a iniciação dos calouros³⁴ (60).

Veremos, por outro lado, que o Estado exerce, sobre o recrutamento e a organização do corpo docente, uma influência bastante direta: o Estado do Baixo Império é um Estado tentacular, que avança bem longe na via do totalitarismo; mas estamos, já, num contexto de civilização bem diverso, que nada mais tem em comum com o da época propriamente helenística.

26. Cf. *Código Teodosiano*, XIV, 9, 1; JUSTINIANO, *Constituição "Omnes"*, 9-10. — 27. LIBÂNIO, *Discursos* (ed. Förster), I, 22. — 28. Idem, I, 37-38. — 29. Idem, I, VIII. — 30. SÃO GREGÓRIO DE NAZIANZA, *Discursos* (Migne, *Patrologie Grecque*, t. 35-38), XLIII, 19-22. — 31. ZACARIAS O ESCOLÁSTICO, *Vida de Severo de Antioquia* (*Patrologia Orientalis*, t. II, fasc. 1), p. 13 s.; 46 s. — 32. LIBÂNIO, *Discursos* (ed. Förster), I, 19. — 33. EUNÁPIO, *Vida de Prohérésio* (ed. Boissonade), 488. — 34. SÃO GREGÓRIO DE NAZIANZA, *Discursos*, XLIII, 16.

CONCLUSÃO

O HUMANISMO CLÁSSICO

Conhecemos já os principais elementos da educação clássica. Orientado pelos esboços históricos apresentados em nossa Primeira Parte, o leitor não terá encontrado dificuldade para situar cada um desses aspectos, em relação a seus antecedentes, na curva da evolução técnica: há caracteres remanescentes e logo recessivos, como a ginástica e a música, que provêm da antiga educação nobre; outros, de aparição mais tardia, como o estudo das letras, fixam-se agora como dominantes, não sem se intrincarem, se diferenciarem, ou, mesmo, se metamorfosearem em certo momento: a arte oratória vê sua finalidade prática ceder o passo ao valor estético da eloquência de pompa, e depois redescobre, graças a isto mesmo, um papel e uma eficácia política...

Devemos então admitir que nosso estudo tenha chegado a seu termo, com relação ao período helenístico, e que nos cabe apenas passar às gerações subsequentes, a fim de examinar as fases ulteriores da evolução assim iniciada?

HISTÓRIA E VALOR

Mas a História não deve limitar-se a este monótono desfile de mudanças encadeadas em série, sucedendo-se de etapa em etapa, ao longo do tempo inexorável. Não basta saber que a educação helenística assumiu determinada forma, depois de certos antecedentes e antes de certas transformações ulteriores. É preciso deter-nos e considerá-la em si mesma, pois tal educação extinguiu-se, ela *foi*, e só ficaremos quites com ela depois de havermos tentado examinar-lhe a essência e compreender-lhe os valores.

O trabalho está à altura do esforço: a educação helenística não é apenas uma forma transitória, um momento qualquer de uma evolução contínua: ela é a Forma, estabilizada em sua maturidade, segundo a qual se desenvolveu a tradição pedagógica da Antiguidade. Meta de chegada de um esforço criador envidado durante sete séculos, ela representa um patamar no ápice da curva, um vasto patamar que vai estender-se durante toda uma sucessão de gerações, no curso das quais os métodos da educação clássica desfrutarão, tranqüilamente, de indiscutida autoridade.

Seu império estende-se tanto no espaço como no tempo: isto a que chamamos educação romana não é, em última análise, como logo o veremos, mais que uma transposição, para o meio lingüístico do Ocidente latino ou latinizado, da educação helenística. Mais ainda: a significação desta última extravasa da Antiguidade e da própria História. Talvez não se tenha ressaltado, bastante, que foi sob sua forma helenística que a cultura antiga pôde ser conhecida, conservada ou reencontrada pela tradição ou pelos "Renascimentos" bizantinos e ocidentais. Finalmente, e principalmente, ela não se radica apenas no passado, como uma grandeza ou uma força que tenha desaparecido: em certo sentido, não se contenta ela com o fato de haver sido, mas permanece sempre presente, sempre viva no âmago do nosso pensamento. Forma ideal, transcendente a todas as suas determinações empíricas, sustentáculo de valores eternos.

É claro que não pretendo fazer, dêste ideal clássico, a norma de toda educação possível, o modelo que se devesse impor, necessariamente, a nossa imitação. Pessoalmente, de modo algum faço fê nesse ponto, além do que, tratando-se aqui de um trabalho de historiador, qualquer juízo a êste respeito importa bem pouco. Quero dizer, sim, que tal ideal jamais deixou de estar presente em nós: ainda que ora apareça como o modelo prestigioso, ora apareça como o erro a ser evitado, êle existe, ao menos para o homem culto que chegou a redescobri-lo ou a conhecê-lo, como uma Idéia com relação à qual se propõe ou se contrapõe o pensamento dos modernos; tal correlação é sempre fecunda, quer aceitemos a lição ministrada, quer vençamos a atração que ela exerce e

ratifiquemos, à sua luz, nossa decisão e nossa vontade próprias.

Eis por que nosso estudo só terá chegado, realmente, a seu termo quando tivermos, por fim, formado uma idéia clara dos valores que, sob aspectos variados, veiculava esta Forma clássica da educação antiga. O leitor dotado de espírito filosófico exigirá, talvez, que eu concentre, sob um termo único, a intuição desta essência; sugerir-lhe-ei que retome, para isso, a palavra — na verdade já bem gasta — *humanismo*: suficientemente explicada, ela ainda pode servir. Com efeito, pode-se definir o ideal da educação helenística como um humanismo, e isto de vários pontos de vista diferentes, que se podem superpor.

O HOMEM CONTRA A INFÂNCIA

Em primeiro lugar, toda esta educação está orientada para o fim da formação do homem adulto, e não para o do desenvolvimento da criança. Não nos deixemos equivocar pela etimologia: bem sei que na palavra *παιδεία* encontra-se *παῖς*, mas o sentido completo é este: “o tratamento que se deve dispensar à criança” *para fazer dela um homem*; perceberam-no bem os latinos, que, com Varrão e Cícero, traduziam *παιδεία* por *humanitas*¹.

Dai — como se terá notado ao longo de minha exposição — o desconhecimento absoluto, o total desinteresse pela psicologia da criança como tal: ausência de qualquer ensino organizado ao nível de nossas escolas maternas, natureza abstrata da análise em que se apóia a progressão dos exercícios, violência extrema na aplicação das disposições disciplinares. Nada mais distante da educação antiga que os métodos hoje preconizados pelos adeptos da “escola nova”.

Mas o homem moderno não deve apressar-se em proclamar seu triunfo: não falemos em “arcaica ignorância dos gregos”! Tratando-se de uma cultura tão depurada como a deles, que em tantos outros domínios deu tantas provas de seu gênio criador, uma lacuna de

1. SÃO CLEMENTE DE ALEXANDRIA, *Pedagogo*, I, 16, 1.

tal ordem deve ser considerada como intencional: exprime ela uma recusa, talvez inconsciente, mas formal.

Não é certo que os gregos, se tivessem podido avaliar o esforço que, desde o *Emílio*, se envidou no sentido de ajustar-se a psicologia e a pedagogia à criança e às formas próprias de seu espírito, haveriam reagido, em relação a nós, de maneira outra que não por um espanto zombeteiro. Para que — parecem dizer-nos eles — ocupar-se da infância como se ela constituísse um fim em si mesma? Excetuado o caso dos infelizes condenados a uma morte prematura, a única justificação da infância é ultrapassar-se e conduzir ao homem feito: não é nem a criança pequena, nem o adolescente de mãos tenras, nem mesmo o jovem pressuroso de vencer na vida, mas o Homem, no sentido estrito, que constitui o objeto próprio da educação; esta só se ocupa da criança para ensiná-la a superar-se.

O HOMEM POR INTEIRO

Consistindo na formação do homem, a educação clássica visa formar o homem por inteiro: neste ponto acha-se ela em consonância com a pedagogia contemporânea, a qual também insiste na educação ou formação “geral”, contrariamente ao interesse, demasiado exclusivo, concedido à “instrução”, ao desenvolvimento unilateral das faculdades intelectuais. O homem por inteiro: corpo e alma, sensibilidade e razão, caráter e espírito.

Inicialmente, o corpo: o velho ideal cavaleiresco marcou tão profundamente a tradição grega que o gosto da educação física permanece, pelo menos no começo da época helenística, como a característica mais distintiva da cultura grega oposta aos bárbaros. Claro é que, há muito tempo (ao menos desde o século VI a. C., como se viu, com Xenófanes de Cólofon), o pensamento antigo tomara consciência da antinomia que existia entre as exigências contraditórias e, por si mesmas, totalitárias da cultura esportiva, de um lado, e da cultura do espírito, de outro. Na prática, o equilíbrio entre essas duas tendências só pode ser estabelecido em bases precárias. Uma coisa é, porém, determinar as modalidades de efetivação

empírica, e outra definir, como aqui procuro fazer, a essência mesma de um ideal. O pensamento antigo, não há dúvida, jamais renunciou a este ideal — cuja concretização se foi tornando, paulatinamente, inexecutível — de um homem completo, com as potencialidades de seu corpo e de sua alma igualmente desenvolvidas.

A fórmula clássica sob a qual se exprime esse ideal encontra-se num poeta latino, em data relativamente tardia (século II depois de Cristo): “Em nossas preces, pediremos a saúde do espírito unida à do corpo”,

*Orandum est ut sit mens sana in corpore sano*².

Se o tipo de cultura, eminentemente esportiva, do atleta profissional é, por vezes, objeto de crítica veemente, deve-se isto menos à força dos preconceitos do intelectual puro do que ao peso do ideal tradicional do homem completo, harmoniosamente equilibrado, que ignora o treinamento específico do atleta em busca de títulos.

Esta aspiração à plenitude humana não se manifesta menos nos programas escolares. Teoricamente (trata-se aqui, apenas, de definir um ideal), a educação helenística não consente em renunciar à sua faceta artística; procura mesmo refletir os progressos de uma cultura cada vez mais diferenciada, anexando uma iniciação às artes plásticas ao programa tradicional da educação musical, herança da época homérica.

Da mesma maneira, o programa teórico da “cultura geral”, desta *ἐγκύκλιος παιδεία*, que pretendia constituir a formação básica de toda inteligência verdadeiramente culta, aferra-se em reunir as vantagens de uma preparação literária às excelências de uma preparação matemática.

Esta aspiração nostálgica à totalidade humana em nenhuma parte se manifesta melhor que no confronto apaixonado das duas formas rivais da cultura superior — a arte oratória e a filosofia. Uma e outra pertencem, a igual título, à essência da cultura antiga: é o diálogo que elas mantêm, por vezes tão áspero, tão tenso, que caracteriza esta última. Devemos representar-nos o homem helenístico como hesitando diante desta opção

2. JUVENAL, *Sátiras*, X, 356.

difícil; a escolha não se faz sem certo pesar ou sem algum esforço de síntese.

Como vimos, cada uma destas duas formas antagônicas da cultura procurou, sempre, apropriar-se um pouco do prestígio, incontestável, de sua rival: de Platão a Temístio³, os filósofos jamais admitiram que a Verdade pudesse dispensar as Musas; por sua vez, os retóricos da Segunda Sofística, já Isócrates inclusive, reivindicavam o nobre título de filósofo para seu orador ideal.

Nessa atitude há algo diferente de uma necessidade de compromisso, de um cálido desejo de fazer freguesia mediante a apropriação das vantagens da atividade rival. Entre estes dois pólos da cultura antiga há uma tensão dialética, patética e fecunda (ainda uma forma do *dyón*, da rivalidade, da nobre Discórdia): nem o orador nem o filósofo podem dispensar um o outro, como não podem renunciar àquilo que constitui a ambição precípua de seu respectivo rival. O homem grego quer ser, ao mesmo tempo, artista e sábio, o letrado de discernimento jovial e requintado e o pensador que conhece o enigma do mundo e do homem, que sabe explicá-lo com rigor geométrico e dêle extrair uma regra de vida: pois tudo isto é o Homem, e escolher é, para êle, mutilar-se.

Sem dúvida a realidade quotidiana oferecia, amiúde, um cruel desmentido a essa aspiração, paradoxal e, de certo modo, desesperada: os progressos técnicos realizados, em todos os domínios, pela cultura grega, precisamente na época helenística, rompiam os limites impostos à pessoa humana pelas parcas possibilidades de seu sistema nervoso e a curta duração de sua vida. A civilização antiga pôde entrever alguma coisa das dificuldades em meio às quais se debate nossa monstruosa civilização moderna, cujas colossais construções não estão mais na escala do homem, mas na do planeta (hoje em dia, que físico pretenderia abarcar a totalidade da ciência física?): o homem helenístico sentia-se cindido entre a aspiração totalitária que denominamos, em nosso grego imperfeito, tendência enciclopédica, e a necessidade, não menos essencial ao humanismo, de conservar na cultura humana sua forma e, de algum modo, sua dimensão personalista.

3. TEMÍSTIO, *Discursos* (ed. Harduin), XXIV, 302 D-303 A; SÍNÉSIO DE CIRENE, *Dion* (Migne, *Patrologie Grecque*, t. 66), 4, 1125 A.

Vimos que a única modalidade de cultura helenística que logrou reunir a ginástica, a música, as letras, as ciências e as artes, a saber, a da efêbia aristocrática, só o logrou mediante a substituição do conhecimento verdadeiro por uma tintura superficial e frívola, caricatura do verdadeiro humanismo. Mas a fecundidade de um ideal não se mede somente pela porcentagem, mais ou menos elevada, de suas consecuições práticas: a nostalgia, a insatisfação, a frustração que deixa, no âmago do coração, a Forma vislumbrada, embora imperfeitamente realizada, constituem, também, um modo de presença. Se o homem helenístico jamais se converteu, efetivamente, nesse homem integral, pleno, nem por isso deixou de lembrar-se, sempre, de que aspirava a nele converter-se e nunca renunciou, voluntariamente, a essa conversão.

PRIMADO DA MORAL

Num plano, pelo menos, essa aspiração humanista à educação integral sempre triunfou: o do primado da formação moral. O classicismo não se contenta em formar um letrado, um artista, um sábio: êle tem em vista o homem, ou seja, antes de tudo, um estilo de vida conforme a uma norma ideal. Seu exemplo reveste, para nós modernos, alto valor exemplar, pois é êsse um ponto que nosso sistema educacional, progressivamente secularizado a partir da Reforma e da Contra-Reforma, acabou por perder de vista.

Quando o grego menciona "a formação da infância" (τὸν παίδων ἀγωγή) é, antes de tudo, e essencialmente, à formação moral que faz alusão.

Bem significativa, a êste respeito, é a evolução semântica (estimulada desde o período helenístico) que conduziu o termo "pedagogo" a seu sentido atual de "educador": na formação da infância êste humilde servo desempenhava, efetivamente, um papel mais importante que o mestre-escola; êste último é apenas um técnico, adstrito a um setor limitado da inteligência; o pedagogo, ao contrário, acompanha a criança o dia inteiro, inicia-a nas boas maneiras e na virtude, ensina-a a conduzir-se no mundo e na vida (o que importa mais do que saber ler...). Entre nós, modernos, é a escola o fator decisivo

da educação; entre os gregos da Antiguidade, o fator decisivo é o meio social em que a criança cresce: família, ambiente doméstico, círculo de relações.

A mesma preocupação dominante transparece nos graus superiores do ensino: o gramático que explica Homero e o retórico que ensina a bem falar insistem, de quando em quando, no sentido moralizador de seus autores ou de seus exercícios. Quanto ao filósofo, na época a que chegamos, aspira êle menos a desvendar a natureza profunda do universo ou da sociedade do que a ensinar, de maneira mais prática que teórica, um ideal ético, um sistema de valores morais e o estilo de vida adequado que permite realizá-los.

Daí a idéia de que toda formação superior supõe um laço profundo, total e pessoal, entre o mestre e o discípulo — laço em que, como vimos, o elemento afetivo, senão passional, desempenha papel importantíssimo. Isto explica o interminável escândalo causado pela comercialização do ensino, introduzida pelos primeiros sofistas, bem como a inexistência, na Antiguidade, de estabelecimentos de ensino superior propriamente ditos, que equivalessem a estas grandes lojas de cultura que são as nossas modernas Universidades: para os gregos, a escola é o grupinho fervoroso reunido pelo prestígio de um mestre, e que consolida sua unidade num regime de vida mais ou menos contubernal, propício às relações estreitas.

O HOMEM ENQUANTO TAL

O homem integral, mas o homem como tal — e não sob uma de suas formas ou em um de seus papéis particulares. Note-se, de passagem, que a diferenciação sexual tende a obliterar-se na educação helenística, ao passo que era bastante saliente na época arcaica, quando, como vimos, a educação sáfica se contrapunha à formação viril, profundamente marcada, aliás, pela pederastia. Doravante as jovens são comumente educadas como seus irmãos, ainda que a lógica do sistema não imponha, em toda parte, uma co-educação rigorosa, como a que vimos em Teos⁴ ou em Quios⁵.

4. W. DITTENBERGER, *Sylloge Inscriptionum Graecarum* (3.^a ed.), 578, 9. —
5. ATENEU, *Banquete dos Sofistas* (ed. Casaubon), XIII, 566 E.

O HOMEM CONTRA O TÉCNICO

Acima de tudo, porém, a pedagogia clássica interessa-se pelo homem em si, não pelo técnico apto a desempenhar uma tarefa particular. É nisto, talvez, que ela mais flagrantemente se opõe à educação do nosso tempo, coagida a formar, primordialmente, especialistas, atendendo aos reclamos de uma civilização notavelmente diferenciada e dotada de uma técnica assoberbante.

Para destruírmos a objeção que, para nós, representa a posição antiga, não nos basta "explicar" o fato pela alegação das origens aristocráticas da cultura clássica: não há a menor dúvida de que o regime de escravidão permitia aos gregos identificar o homem (livre) com o nobre ocioso, liberado, pelo trabalho alheio, de toda tarefa aviltante, desocupado para uma vida de lazes elegantes e de liberdade espiritual.

Mas, devo repeti-lo, as formas contingentes da História veiculam e encarnam valores que as transcendem; antes que explicar, tentemos "compreender" — o que é tanto mais proveitoso quanto mais difícil. Também aqui se deve perceber que o pensamento antigo se negou, deliberadamente, a avançar na via em que a civilização moderna tão cegamente se lançou.

O pensamento antigo desdenha (trata-se de uma recusa, mais que de ignorância) a orientação técnica. Sua educação aspira a formar o homem em si, o homem apto a exercer, ulteriormente, qualquer tarefa, mas que não se restrinja, por antecipação, a uma especialização determinada.

Somente a medicina, por sua maior necessidade social e por se haver mais cedo caracterizado como disciplina autônoma, logrou estabelecer, para seus prosélitos, um tipo de formação específica. Ainda assim, vemos que os médicos são, continuamente, perseguidos por um complexo de inferioridade: de Hipócrates a Galeno ouvimos-os repetir "que o médico é também filósofo"; recusando-se a deixarem-se circunscrever em sua cultura particular, aspiram eles ao patrimônio da cultura comum no plano propriamente humano. O médico não se satisfaz, assim, com sua formação técnica, mas, como se vê

na época romana em relação a Galeno, porfia em ser, êle também, um homem culto, conhecedor dos clássicos, capaz de discorrer como um verdadeiro retor e de discutir como um filósofo.

É dos antigos que nos vem a noção tradicional de cultura geral (um dos sentidos da ambígua expressão ἐγκύκλιος παιδεία, conforme se viu): a educação clássica gaba-se de proporcionar uma formação-modelo, ao mesmo tempo geral e comum. Busca desenvolver, sem atrofiar nenhuma, tôdas as virtualidades do ser humano, tornando-o, assim, capaz de bem desempenhar o papel que a vida, as imposições sociais ou sua livre vocação venham a exigir-lhe mais tarde. O produto ideal de uma tal educação é, de certo modo, um complexo humano indiferenciado, mas de excelente qualidade intrínseca, apto a obedecer a tôdas as injunções do espírito ou da conjuntura (καιρός). Os antigos tiveram clara consciência dessa fecunda indeterminação de seu ideal cultural: ninguém o exprimiu melhor do que Juliano, o Apóstata. Com efeito, uma passagem lírica, em que opõe o "Helenismo" tradicional àquilo que considera a barbárie dos cristãos, diz-nos⁶ que o homem bem dotado, o que recebeu a educação clássica, é capaz de exercer atividades de qualquer espécie; é, igualmente, capaz de fazer progredir a ciência, de tornar-se um líder político, um guerreiro, um explorador, um herói: êle é como uma dádiva dos deuses, entre os homens...

Cultura geral, mas também cultura comum: justamente por conduzir a tudo, ela convém a todos e constitui, destarte, um poderoso fator de unidade entre os homens. Daí o realce, que a princípio surpreende, dado à noção da Palavra (Λόγος), o cunho predominantemente literário dessa educação. O Verbo é o instrumento ímpar de toda cultura, de toda civilização, por ser o mais seguro meio de contato e intercâmbio entre os homens: êle rompe o círculo encantado da solidão em que, por sua competência, o especialista tende, inevitavelmente, a encerrar-se.

Trata-se, ainda, de humanismo: a atenção voltada para o caráter social da cultura, o perigo de toda ati-

6. JULIANO O APÓSTATA, *Contra os Galileus*, 229 E.

vidade que viesse a encerrar-se em si mesma, esquivava ao intercâmbio da vida comum. Deparamos aqui a justificação profunda do repúdio que a tradição antiga manifestou pelo grande ideal de Platão, que sonhava fazer das matemáticas o instrumento básico da formação dos espíritos. Não há dúvida que as matemáticas, sendo puramente racionais, e por ser a razão comum a todos os homens, parecem convir a todos; mas, desde que se transpõe o seu grau mais elementar, o clima árido e abstrato em que elas florescem torna-se, logo, insupportável para a maioria dos espíritos: o próprio Platão, aliás, o reconhece, ao ressaltar o valor seletivo que, por isto mesmo, revestem estas árduas ciências.

HUMANISMO LITERÁRIO E NÃO CIENTÍFICO

Quando se trata de formar não mais uma restrita equipe de dirigentes, mas toda a elite de uma sociedade, é mais conveniente situar essa formação no nível mais modesto da palavra, no domínio mais concreto das letras, nesta zona intermediária das idéias gerais, dos grandes sentimentos generosos encarecidos pela tradição clássica, e que, para ela, constitui o terreno ideal de uma cultura comum à totalidade dos bons espíritos.

Obviamente ela não renuncia às matemáticas (ela gostaria de não ser compelida a renunciar a nada), mas deve-se notar que destas conserva quase somente seu valor como cultura formal e preparatória: no programa ideal da educação helenística, as quatro ciências matemáticas só figuram no âmbito do ensino secundário; a alta cultura científica é uma especialidade, objeto de uma vocação excepcional e, como toda especialidade, logo suspeitada de distanciar-se do humano.

Insisto nisto por ser importante: aos olhos da posteridade, em última análise, Isócrates sobrepôs-se a Platão. A cultura clássica é, essencialmente, uma formação estética, artística, literária — e não científica. Homero permaneceu como o “educador da Grécia” e os filósofos não só não lograram bani-lo da República, como até desistiram de tentar fazê-lo; não foi possível substituí-lo por Euclides.

A iniciação no grau superior da vida espiritual faz-se pela poesia, êste instrumento maravilhoso que fascina a alma dos homens e que, por vias ignotas, insinua em seu coração certo conhecimento intuitivo da verdade, da beleza e do bem; experiência infinitamente matizada, sutil e complexa, que ultrapassa em muito as demonstrações rigorosas e os conceitos puros do geômetra: o "esprit de finesse", para o humanismo, importa mais que o "esprit géométrique". O homem culto é, do ponto de vista do classicismo, aquêle cuja infância foi embalada entre os adeuses de Heitor ou os relatos da casa de Alcino; é aquêle que descobriu as paixões do homem e o recôndito do seu coração num "final de côro de Eurípides" ou numa anedota dos historiadores; e aquêle que, assim, adquiriu certa experiência psicológica, apurado senso dos valores morais, do real e do possível — do Homem e da vida.

VALOR DA TRADIÇÃO

A virtude específica da poesia flui por si mesma: pouco importa que os pedagogos helenísticos tenham, frequentemente, perdido de vista essa justificação profunda; vimo-los, amiúde, em dificuldades, ao tentarem explicar o eminente papel atribuído a Homero na educação. Seus esforços para apresentá-lo como mestre de moral ou como mestre de eloquência são dignos de pena, mas a experiência poética dispensava suas obsequiosas explicações. Talvez estas sejam ridículas, mas o essencial é que êles preservaram, intata, a continuidade da tradição.

Com efeito, o humanismo repousa, em última instância, sôbre a autoridade de uma tradição que é recebida dos mestres e, depois, retransmitida, sem discussão. Daí outra vantagem, que devo mencionar: entre todos os espíritos, tanto os de uma mesma geração como os de toda uma história, uma homogeneidade essencial que facilita a comunicação, a comunhão. Vantagem que bem podemos avaliar à luz da atual anarquia em que se debate a nossa cultura: na intimidade de uma cultura clássica, todos os homens têm em comum um mesmo tesouro de objetos de admiração, de modelos, de normas, e, sobretudo, de exemplos, de metáforas, de imagens, de palavras: uma linguagem comum. Quem poderia, entre os modernos, evocar tal clima sem sentir nostalgia?

POLIVALENCIA INDIFERENCIADA

Voltemos, porém, à técnica: o ideal da cultura clássica é, em suma, ao mesmo tempo anterior e transcendente a toda especificação técnica. Anterior porque o espírito, uma vez formado, é uma força admirável, perfeitamente livre, totalmente disponível para qualquer aplicação particular.

A educação helenística abarca, como o indiquei antes, um ensino profissional, aquele ensino ministrado a um aprendiz pelo mestre que o aceita como assistente. Mas o espírito clássico sofre certa desonra, por essa aplicação, limitada em seu alcance, das virtualidades do espírito: fica implícito, como coisa óbvia, que o importante é ser um homem inteligente, que saiba ver claro e julgar retamente. Quanto ao ofício, é apenas questão de rápido esforço de iniciação: qualquer um, desde que seja bem formado, é capaz de executar, praticamente, qualquer tarefa.

Por outro lado, o ideal clássico transcende a técnica: humano em princípio, o homem cultivado, ainda que se torne um especialista de alta qualificação, deve cuidar de permanecer, fundamentalmente, um homem. Neste ponto também, o confronto com o espírito antigo é instrutivo para o moderno. Padecemos de flagrante superestimação metafísica da técnica: talvez nos seja útil ouvir os gregos insistirem na finalidade humana, única coisa capaz de legitimar toda atividade especial.

No seio de toda técnica, enquista-se um terrível imperialismo: em virtude de sua lógica própria, a técnica tende a desenvolver-se segundo sua própria linha, em si mesma e para si mesma, acabando por subjugar o homem que a pratica: quem ignora hoje o grau de desumanidade a que pode ser levada a ciência pelo cientista, a biologia pelo médico que se esquece de que lhe compete curar homens, a ciência política pelo estadista que, inspirado numa doutrina excessivamente dogmática, se torna implacável? Os clássicos repetem-nos que nenhuma instituição, nenhum conhecimento, nenhuma técnica jamais deve tornar-se um fim em si mesmo; manobrados por homens, a serviço do homem, devem sempre subordinar-se, em seu emprêgo e em seus resultados, a este valor supremo: o humano.

PARA ALÉM DO HUMANISMO

A riqueza de um ideal configura-se em prejuízo da lógica: não é fácil sistematizar a essência do classicismo, pois sua realidade vivida não é a encarnação de *uma* idéia: acaso uma das reivindicações fundamentais de seu "esprit de finesse" não consiste, precisamente, em insistir no perigo que representa a Idéia levada demasiado longe, sem as devidas restrições, na via de sua realização empírica?

Na prática, por exemplo, o pensamento helenístico jamais repudiou, formalmente, o velho ideal totalitário da cidade antiga, o ideal de uma precípua consagração do homem à sociedade em que vive, muito embora esse ideal tivesse sido, no plano prático, ultrapassado: suas remanescências ajudaram a conferir coerência à imagem que esboçava do homem a formação clássica, imagem um tanto vaga e imprecisa; ao mesmo tempo, serviam elas de pródromos e preparação para a nova civilização totalitária que floresceria no *Spätantike*, no Baixo Império e em Bizâncio: a história da civilização mostra-nos, constantemente, este curioso fenômeno de superposição, pelo qual as sobrevivências postergas de uma fase arcaica são também o germe de um desenvolvimento futuro.

Não é menos verdade que, em seu conjunto, o humanismo clássico aparece profundamente marcado pelo ideal personalista, ideal aliás bem característico deste período helenístico em que o classicismo assumiu sua Forma definitiva. A educação clássica busca formar o homem enquanto homem, e não enquanto elemento a serviço de um maquinismo político, enquanto semelhante a uma abelha na colmeia.

É uma disposição peculiar do espírito helenístico a de fazer do homem um valor supremo — evidentemente do homem livre, rico e culto, que a educação converteu plenamente em homem, que a *παιδεία* conduziu à *humanitas*. Livre, completamente livre ante os escombros de sua cidade, abandonado por seus deuses, o homem helenístico em vão procura, face a um mundo ilimitado e a um céu vazio, alguma coisa a que prender-se, com relação à qual orientar-se: não acha ele outra solução senão re-

colher-se em si mesmo e procurar, em si próprio, o princípio de sua ação.

Pode-se interpretar esse fato como um estreitamento de perspectiva e como um perigo. E com certa razão: pode-se temer que o humanismo clássico não sirva, precipuamente, para formar o homem de bom gosto, o homem de escol, o letrado e o artista; pode-se recear que ele cultive, primordialmente, as virtualidades da alma que levam ao refinamento da experiência interior, aos prazeres delicados, à doçura de viver. E é bem verdade que, por vezes, serviu ele sobretudo a isto e, em particular, na época propriamente helenística.

Mas as condições históricas (políticas, econômicas, sociais e técnicas) de então deixavam intato, sem utilizá-lo, o apreciável capital humano assim armazenado. Mais uma vez, a educação clássica fornece a matéria-prima de um tipo humano superior, apto para qualquer coisa — desde que descubra a que ou a Quem consagrar-se. Se não chega a realizar-se superando-se a si mesmo, o humanismo clássico inclina-se para uma perfeição imanente, absorve-se numa contemplação estética egoística, que bem podem parecer frívolas e vãs aos olhos de uma cultura mais circumspecta ou mais ambiciosa: foi o que se verificou, muitas vezes, durante o período helenístico.

Mas a fecundidade do sistema não se limita a suas primeiras realizações históricas, empíricas e contingentes. O humanismo clássico pode também atingir, como efetivamente atingiu, uma grandeza superior, pondo-se a serviço de uma causa maior, à qual a pessoa humana se consagra a fim de por ela realizar-se, através da auto-superação. Pois o humanismo não é, necessariamente, fechado ou voltado sobre si mesmo. Ainda na Antigüidade a continuação desta *História* apresentar-nos-á disto duas provas notáveis, mostrando-nos a educação clássica posta a serviço primeiramente do Estado — nesta Roma onde o antigo ideal da cidade floresce num contexto de civilização helenístico — e depois, mais tarde, no Império cristão, a serviço de Deus.

TERCEIRA PARTE

ROMA E A EDUCAÇÃO CLÁSSICA

CAPÍTULO I

A ANTIGA EDUCAÇÃO ROMANA

Para tratar do estudo da educação romana, é-nos necessário voltar atrás; inicialmente, no plano da cronologia: recuaremos, senão até o ano de 753 a. C. (pois suponho que o leitor não espere que eu lhe descreva, com a segurança do bom Plutarco¹, a educação do tempo de Rômulo), pelo menos até o século VI; e, mais ainda, no plano da idéia: todo o desenvolvimento espiritual de Roma está distanciado pelo menos dois séculos do desenvolvimento do espírito grego. Sua evolução foi de modo geral paralela, porém mais tardia, mais lenta, talvez também menos radical.

A ORIGINALIDADE ROMANA

A oposição entre romanos e gregos baseia-se, antes de tudo, no contraste entre dois estágios de desenvolvimento anacrônicamente aproximados: o que se chama tão naturalmente a virtude "romana" não é senão a moral da cidade antiga, à qual permaneciam fiéis os romanos da República, êstes romanos vigorosos, inflexíveis e, afinal, ainda bárbaros, em face dos gregos de seu tempo, já tão evoluídos, civilizados, um pouco excessivamente talvez, conquanto me pareçam menos degenerados que libertos, emancipados do velho ideal totalitário e chegados ao estágio da ética personalista da *paideia*.

De uma parte, a originalidade romana, frente a frente com a da Grécia, é imbuída dêste arcaísmo remanescente. Roma jamais se libertará completamente do ideal coletivo que consagra o indivíduo ao Estado; jamais consentirá em renunciar a êle, nem mesmo quando a evolução dos costumes dêle se distanciar; a êle se reportará

1. PLUTARCO, *Rômulo*, 6.

sem cessar, nostálgica, esforçar-se-á periòdicamente por voltar a êle: que me baste evocar o esforço de restauração moral feito no tempo de Augusto, quando Horácio cantava:

*Dulce et decorum est pro patria mori*²,

Doce e belo é morrer pela pátria,

reencontrando a inspiração que havia animado Tírteu de Esparta ou Calino de Éfeso seiscentos anos antes.

Mas o homem romano não é apenas seródio: seu arcaísmo possui um sabor próprio. Nos primeiros séculos de seu desenvolvimento, a civilização romana elaborara-se de maneira independente, à margem do mundo grego, sem sofrer-lhe ainda profundamente a influência. Enquanto alguma coisa dêste estádio primitivo persistir na cultura latina, mesmo quando ela houver sido como que absorvida na área helenística, Roma continuará a opor-se à Grécia. Em particular, se, até o fim, a educação latina permanece bastante diferente da educação grega clássica, sôbre a qual, entretanto, se modelará estreitamente, é na medida em que ela conserva certos traços desta velha e original educação romana que importa analisá-la agora (1).

UM POVO DE CAMPONESES

Pode-se defini-la numa palavra: vislumbro, em sua origem, não, como na Grécia heróica, uma educação cavalheiresca, mas uma educação de camponeses. Na origem: quero dizer, simplesmente, no fim do século VI; não se trata aqui de ir tão longe, visto que só interessa a origem imediata cuja lembrança consciente influíu na tradição (2). Pelos fins do século VI a. C., encontramos Roma e a cultura romana dominadas por uma aristocracia de campesinos, de proprietários rurais explorando diretamente suas terras: uma classe social muito diversa, pois, da nobreza guerreira da epopéia homérica, muito diferente também desta aristocracia indo-européia cujos caracteres, no alvorecer da História, a lingüística comparada reconstrói hipoteticamente.

2. HORÁCIO, *Odes*, III, 2, 13.

Este caráter de telurismo poderia ter sido obliterado pela influência etrusca, que havia feito de Roma uma cidade, uma verdadeira cidade, ativa e dinâmica; mas a expulsão dos reis e a implantação da República (509, 508 ou 503) bem parece ter significado a vitória da aristocracia rural sobre os elementos urbanos (3) e, conseqüentemente, deve ter acarretado o fortalecimento da predominância campesina. Esta foi em seguida sustentada pelo renovado apoio das famílias italianas que vieram sucessivamente integrar-se na velha nobreza romana, ligando-a sempre mais estreitamente à terra, impedindo-a de urbanizar-se em demasia: elementos sabinos, desde o século VI, com os Cláudios³, em seguida latinos, etruscos, campanianos...

Por toda parte manifesta-se este caráter dominante. Assim na onomástica: o patriciado latino perdeu o uso do nome composto do tipo Etéocles ou Dumnórix, tão caro ao orgulho das velhas aristocracias indo-européias; em seu sistema de *tria nomina* reflete-se muitas vezes o espírito simplice do camponês: prenomes sem imaginação, *Primus*, *Quintus*, *Decimus*; *Lucius*, *Mantius*, *Marcus* (a saber: "nascido na alvorada, de manhã, em março"); sobrenomes realistas, lembrando a vida dos campos: *Pilumnus* (do pilão de trigo), *Piso* (de *pisere*, pilar), *Fabius*, *Lentulus*, *Cicero* (tirados do nome da fava, da lentilha, do grão-de-bico⁴).

É todo o latim que se nos apresenta como uma língua de campônios (4): quantas palavras, no sentido mais tarde alargado, eram em sua origem termos técnicos da agricultura: *laetus* disse-se em primeiro lugar da terra bem estrumada, *felix* da fertilidade do solo, *sincerus* do mel sem cêra, *frugi* do ganho, *egregius* do animal separado do rebanho, antes de virem a significar a alegria, a felicidade, a verdade, a virtude e a glória. *Putare*, antes de "pensar", significou "mondar", depois "marcar com entalhe em uma vara", donde "calcular". E que dizer de tantos refrões rurais, fórmulas proverbiais, do próprio gênio da língua, rasa, pobre, concreta!

Do mesmo modo o plano tradicional da casa romana desenvolveu-se em torno da casa campesina primi-

3. SUETÔNIO, *Vida de Tibério*, 1. — 4. PLÍNIO O ANTIGO, *História Natural*, XVIII, 10.

tiva (5): seu núcleo é constituído por uma cabana retangular, que se tornará o *tablinum*, a dependência de honra; na frente, o *atrium* (que jamais será completamente coberto), é a antiga côrte de chácara; atrás, o suntuoso peristilo da casa pompeense representa um tratamento estético, que utiliza todos os recursos da arquitetura helenística, do velho quintal.

UMA EDUCAÇÃO DE CAMPONESES

Assim se explicam as características bem originais da mais antiga educação romana: era uma educação de camponeses (adaptada, é claro, a uma aristocracia). Para compreendê-la, basta observar o que é, ainda hoje, na sua essência, a formação dos pequenos camponeses. A educação, para eles, é antes de tudo a iniciação progressiva em um modo de vida tradicional. Desde que toma consciência, e já por seus brinquedos, a criança esforça-se para imitar os gestos, o comportamento, os trabalhos dos mais velhos. À medida que cresce, introduz-se, faz-se admitir, silenciosa e reservada, no círculo dos grandes. Escuta os velhos falarem — sôbre a chuva e o bom tempo, sôbre os trabalhos e os dias, sôbre os homens e os animais, — e inicia-se dêste modo em tôda uma sabedoria. Pouco a pouco, associa-se ao trabalho dos campos, acompanha o pastor ou o lavrador, tenta preencher seu papel e considera uma honra o fato de a julgarem digna dêle.

O COSTUME DOS ANCESTRES

É à luz de tal tipo que devemos imaginar a velha educação romana. A noção fundamental sôbre que repousa é o respeito ao costume ancestral, *mos maiorum*. Revelá-lo à juventude, fazê-la respeitá-lo como ideal incontroverso, norma de tôda ação e de todo pensamento, tal é a tarefa essencial do educador.

A idéia não era estranha aos gregos da época arcaica: encontramos-a em Teógnis⁵; mas recordemos que quando êle evoca “a Sabedoria que tôda criança havia

5. TEÓGNIS, *Elegias* (Bergck, *Poetae Lyrici Graeci*), I, 27.

aprendido dos Melhores", fá-lo com matiz polêmico, opondo-se ao novo espírito numa reação intransigente de conservador desesperado. Em Roma, a posição da tradição sempre foi muito mais forte; será sempre o objeto de inquestionável veneração: é com um laivo pejorativo que aí se fala de *res novae*, de "inovações" ou de "revolução" (é tudo uma só coisa para um latino): "A força de Roma, repete Cícero após Ênio⁶, repousa sobre os velhos costumes tanto quanto na força de seus filhos",

→ *Moribus antiquis res stat Romana virisque.*

Por outro lado, a diferença da sabedoria dos clubes aristocráticos frequentados por Teógnis, o *mos maiorum* é mais que uma ética, que um código de vida nobre: implica um ensino que se estenda a todos os aspectos da atividade humana, inclusive técnico.

EDUCAÇÃO FAMILIAL

O quadro, o instrumento de tal formação é a família. Todos os historiadores do direito costumam salientar a forte constituição da família romana, a soberana autoridade de que se investia o *paterfamilias*, o respeito de que a mãe é objeto: em nenhuma parte o papel desta célula social aparece tão manifestamente quanto na educação. Aos olhos dos romanos, a família é o meio natural em que deve crescer e formar-se a criança. Mesmo no Império, quando a instrução coletiva no seio da escola se havia introduzido desde muito tempo nos costumes, ainda se discute, vemo-lo em Quintiliano⁷, sobre as vantagens e as inconveniências dos dois sistemas e nem sempre se renuncia ao velho método, que mantinha a criança no interior da casa paterna, *domi atque intra privatos parietes*⁸.

Como tudo isso é diferente da Grécia! A oposição entre as duas pedagogias manifesta-se desde os primeiros anos: em Roma não é um escravo, mas a própria mãe quem educa seu filho⁹. Mesmo nas maiores famílias,

6. Cícero, *Sobre a República*, V, 1. — 7. QUINTILIANO, *Instituição Oratória*, I, 2. — 8. Idem, I, 2, 1. — 9. TÁCITO, *Diálogo dos Oradores*, 28, 4.

ela se honra com permanecer em casa para cumprir êste dever, fazendo-se de criada dos seus filhos.

A influência da mãe marcava tôda a vida do homem: donde o valor simbólico que a tradição ligava ao famoso episódio de Coriolano, revoltado contra Roma e marchando sôbre a cidade, à frente dos volscos: nem os rogos dos embaixadores do povo romano, nem os dos sacerdotes puderam detê-lo, mas êle cedeu às censuras de sua mãe¹⁰. Anekdota talvez lendária, mas que traduzia um sentimento real: em plena época histórica, no século II, no I antes de nossa era, conhecemos o papel desempenhado por Cornélia, mãe dos Gracos, por Aurélia, mãe de César, por Atia, mãe de Augusto, na vida de seus filhos, aos quais haviam sabido educar para fazê-los chefes¹¹.

Quando a mãe não podia desempenhar sua função, escolhia-se para governante dos filhos da casa alguma venerável parenta de idade madura, que soubesse criar em tôrno de si, até nos brinquedos, uma atmosfera de alto teor moral e de severidade¹².

A partir dos sete anos, a criança, como na Grécia, escapava à direção exclusiva das mulheres, mas em Roma era para passar sob a do pai; nada é mais característico da pedagogia romana: o pai é considerado como o verdadeiro educador; mais tarde, quando existirem mestres, a ação dêstes será sempre considerada como mais ou menos assimilável à influência paterna¹³.

Se as môças permanecem mais em casa, à sombra da mãe, atentas em fiar a lã e aos trabalhos domésticos (é ainda o regime a que a austera Livia submete as netas de Augusto¹⁴), os filhos acompanham o pai, seguindo-o até o interior da cúria, onde com êle assistem até mesmo às sessões secretas do senado¹⁵; iniciam-se ao seu lado em todos os aspectos da vida que os espera, instruindo-se pelos seus preceitos e mais ainda pelo seu exemplo¹⁶. O jovem nobre romano, vestido com a toga bordada de púrpura (*praetextatus*), assiste, como o *κωῡρος* grego, aos festins dos adultos; dêles participa por

10. TITO LÍVIO, *História Romana*, II, 40, 5-9. — 11. TÁCITO, *Diálogo dos Oradores*, 28, 6. — 12. Idem, 28, 5. — 13. QUINTILIANO, *Instituição Oratória*, II, 2, 4. — 14. SUETÔNIO, *Vida de Augusto*, 64, 4. — 15. AULO GÉLIO, *Noites Áticas*, I, 23, 4. — 16. PLÍNIO O JOVEM, *Cartas*, VIII, 14, 4-5.

seus cantos¹⁷, aí faz as vêzes de escudeiro servente mas ao lado de seu pai e não de algum amante¹⁸.

O *paterfamilias* romano dedicava-se a preencher êste papel de educador com uma alta consciência: que diferença do descuido ou da incompetência dos pais gregos, tais como nos apareceram através do *Laques* de Platão! Deve-se ler, a propósito disto, o belo capítulo de Plutarco sôbre os cuidados que tomou Catão, o Censor, para a educação de seu filho¹⁹: êle no-lo mostra fiscalizando de perto seu desenvolvimento, servindo-lhe de mestre em tôdas as matérias de ensino e salienta a gravidade, o respeito pela criança de que estava impregnada esta educação:

→ *Maxima debetur puero reverentia*

repetirá por sua vez Juvenal²⁰: eis um dos traços fundamentais da tradição romana.

Bem sei que o velho Catão é um reacionário e que sua conduta reveste algum exagêro publicitário; mas êste admirável zêlo pela educação do filho, do qual "êle desejaria fazer uma obra-prima, formando-o no molde da perfeita virtude²¹", encontra-se do mesmo modo em muitos outros pais de família romanos, a começar pelo seu contemporâneo Paulo Emílio²², cujas tendências filelênicas o fazem como representante da educação "moderna" ante o tradicionalista Catão. O mesmo cuidado encontra-se em Cícero, orientando a educação de seu filho e dos seus sobrinhos²³, ou em Augusto²⁴: é um dos traços característicos das velhas famílias ligadas à tradição, como, sob Tibério, a dos Cássios²⁵.

O APRENDIZADO DA VIDA PÚBLICA

Por volta dos dezesseis anos, a educação familiar terminava. Uma cerimônia solenizava esta fase: o adolescente abandonava sua toga bordada de púrpura e as outras insignias da infância para vestir a toga viril. Incluía-se doravante entre os cidadãos; sua formação, en-

17. NÔNIO MARCELO, *De Compendiosa Doctrina* (ed. minor de Lindsay, col. Teubner), I, 107-108, s. v. Assa. — 18. PLUTARCO, *Questões Romanas*, 272 C. — 19. *Catão o Censor*, 20. — 20. JUVENAL, *Sátiras*, XIV, 47. — 21. PLUTARCO, *Catão o Censor*, 20 (ed. Amyot, 42). — 22. PAULO EMÍLIO, 6. — 23. CÍCERO, *Cartas a Atico*, VIII, 4, 1. — 24. SUTÔNIO, *Vida de Augusto*, 64, 5. — 25. TÁCITO, *Anais*, VI, 21 (15), 3.

tretanto, não estava concluída: antes de iniciar seu serviço militar, consagrava normalmente um ano ao "aprendizado da vida pública" (*tirocinium fori*) (6).

Salvo exceções²⁶, já não era mais o pai quem se encarregava disto, mas um velho amigo da família, algum homem da política, sobre quem pesassem os anos, a experiência e as honras. Cícero conta-nos, por exemplo, como seu pai o confiou a Q. Múcio Cévola Augure, genro de Lúlio, um dos sobreviventes da grande geração dos Gracos: o jovem Cícero prendeu-se a êle, procurando aproveitar-se de toda ocasião para instruir-se em sua escola: *fierique studebam eius prudentia doctior*²⁷; em particular, foi sob sua direção que êle se iniciou no direito, assistindo às consultas do grande jurisconsulto²⁸. Mais tarde prestaria por sua vez os mesmos serviços a vários dos seus jovens amigos, Célio, Pansa, Hircio, Dolabela²⁹.

Em princípio, ao cabo de um ano o *tirocinium fori* propriamente dito termina e o jovem romano parte para o exército; mas a aprendizagem política é coisa demasiado séria para concluir-se com tanta rapidez. O jovem nobre continua a seguir os passos de um político experiente, seu pai³⁰ ou, no mais das vezes, um grande patrono. Cícero, por exemplo, permaneceu ao lado de Cévola Augure até à morte dêste (verificada depois de 88, talvez em 84; Cícero, nascido em 106, deve ter vestido a toga viril desde 90-89); depois, jamais considerando sua formação como concluída, passou a ser dirigido por um primo do seu primeiro mestre, Cévola, o Grande Pontífice († 82)³¹.

Da mesma maneira para a função militar. O primeiro ano servia-se nas fileiras: parecia bom que um futuro chefe houvesse antes de tudo aprendido a obedecer e uma futura carreira política sempre se beneficiava de algum fermento glorioso ou de alguma façanha de iniciante: como a do jovem Cipião, o futuro Africano, salvando seu pai, o cônsul, ferido na batalha de Tessino³². Mas, de fato, os jovens nobres não eram tratados absolutamente como simples conscritos: padrinhos eram encarregados de dirigi-los e de protegê-los³³. Bem rá-

26. PLÍNIO o JOVEM, *Cartas*, VIII, 14, 6. — 27. CÍCERO, *Lúlio*, 1. — 28. *Brutus*, 306; *Sobre as Leis*, I, 13. — 29. QUINTILIANO, *Instituição Oratória*, XII, 11, 6. — 30. PLÍNIO o JOVEM, *Cartas*, VIII, 14, 6. — 31. CÍCERO, *Lúlio*, 1. — 32. TITO LÍVIO, *História Romana*, XXI, 46, 7-8. — 33. CÍCERO ap. SÉRVIO, *Comentário à "Eneida"*, V, 546.

pido, aliás, saíam das fileiras para servirem como oficiais do estado-maior, *tribuni militum*, ou por serem eleitos pelo povo para tal pôsto ou por serem nomeados para êle pelo general comandante (7).

“Assessor de gabinete” ou oficial do estado-maior, o jovem aristocrata romano conclui sua formação à sombra de uma alta personalidade que êle cerca de respeito e de veneração: quão diferente é esta atmosfera da que, na antiga Grécia, o amor pederástico iluminava com seu turvo brilho! Ressalte-se também a nota, tão frisada, do mérito da velhice, de sua experiência e de sua sabedoria: menos ainda que a Grécia, Roma não teria admitido certa maneira moderna (alguns dirão “fascista”) de exaltar as virtudes da juventude e de menosprezar a gerontocracia.

A MORAL ROMANA

Se procurarmos agora definir o conteúdo desta antiga educação, perceberemos, no primeiro plano, um ideal moral: o essencial é formar a consciência da criança ou do jovem, inculcar-lhe um sistema rígido de valores morais, reflexos seguros, um estilo de vida. De um modo geral, êste ideal é o da cidade antiga, feito de sacrifício, de renúncia, de devotamento total da pessoa à comunidade, ao Estado, o ideal da Grécia do tempo de Calino e de Tirteu.

O que caracteriza Roma é que êste ideal ela jamais o discutiu; não se encontra, na tradição, na lembrança coletiva, o menor traço de um ideal adversário contra o qual o ideal da cidade tivesse de lutar para triunfar, como na Grécia lutara contra o ideal homérico, da façanha individual, fonte de superioridade e de glória. Naturalmente o amor à glória não é estranho ao espírito romano, mas a façanha jamais tem aí o caráter de uma gesta individual; está sempre estreitamente subordinada, como por seu fim, ao bem e à saúde públicos.

O herói romano, chame-se êle Horácio Cocles, Camilo, Menênio Agripa ou Otaviano Augusto, é o homem que, em circunstâncias difíceis, por sua coragem ou sabedoria, salvou a pátria em perigo. Como estamos longe do herói homérico, da fantasia algo delirante de um

Aquiles, o desertor cujo arrufo põe o exército aqueu a dois passos da derrota e que ao combate só retorna para vingar um luto pessoal, a morte de um amigo. *Salus publica suprema lex esto*³⁴: o interesse da pátria deve ser a norma suprema do valor e da virtude.

Praticamente, a educação moral do jovem romano era, como a do grego, alimentada por uma escolha de exemplos oferecidos à sua admiração; mas eram tirados da história nacional, e não da poesia heróica; o fato de muitos destes *exempla* serem legendários pouco importa: é como históricos que eram apresentados e revividos.

O IDEAL FAMILIAL

Reencontra-se aqui a dominante familiar da educação. A cultura romana permanecerá sempre uma cultura aristocrática: ao velho patriciado sucede uma nova *nobilitas* não menos preocupada em ilustrar suas tradições de família; o fortalecimento da oligarquia no século II a. C. e a reação aristocrática que marcou a fixação do império vieram, com o passar dos séculos, reforçar este caráter que diante da "democracia" grega constitui também um dos traços distintos da latinidade.

O jovem nobre não é apenas educado no respeito da tradição nacional, que é um patrimônio comum a toda Roma, mas também na tradição própria de sua família. Sabe-se quanto o orgulho das famílias ilustres, ufanas dos magistrados curules que elas haviam dado à República, ostentava-se publicamente no fausto dos grandes funerais, em que desfilavam os retratos dos ancestrais e uma oração fúnebre exaltava sua glória juntamente com a do morto³⁵. É fácil imaginar quanta influência semelhantes recordações exerciam sobre a criança que contemplava todo dia essas gloriosas *imagines* expostas no átrio familiar e que ouvia continuamente evocar-lhes a lembrança: inconscientemente primeiro, muito conscientemente depois, era ela levada a modelar sua sensibilidade e seu comportamento sobre certo tipo ideal que era como a marca própria de sua família.

34. CÍCERO, *Sobre as Leis*, III, 8. — 35. POLÍBIO, *História Romana*, VI, 53-54.

Cada uma das grandes famílias romanas possuía como que uma atitude determinada ante a vida, um comportamento estereotipado: o orgulho indomável dos Cláudios, a rigidez do caráter dos Júnios, a austeridade dos Élios Tuberones ou dos Quintios; esperava-se na política que um Cássio se voltasse para os populares, um Mânlio para a aristocracia. A crítica moderna debruçou-se inquisitivamente sobre estas tradições, suspeitando-as de haverem inspirado as usurpações, duplicações ou triplicações de feitos da mesma ordem que reencontramos na tradição histórica da República (8). Não estou certo, entretanto, de que o caminho geralmente seguido pela crítica seja tão seguro quanto parece: por que o ardente desejo de conformar-se com um tipo ideal de conduta não teria inspirado, a várias gerações de distância, o de repetir um feito consagrado?

Tomemos um exemplo: sabe-se que a tradição atribui por três vêzes o gesto heróico da *devotio* a um P. Décio Mus: o pai em 340 a. C., o filho em 295, o neto em 297 teriam cada qual, no curso de uma batalha decisiva, forçado a vitória "sacrificando-se", e com eles o exército inimigo, aos deuses infernais. Já os antigos não estavam bem seguros da realidade do terceiro sacrifício; os modernos vão mais longe, reconhecendo apenas um destes suicídios sagrados (9).

É claro que não tenho condições de estabelecer a historicidade de nenhum dos três, mas nada vejo de psicologicamente inverossímil nas palavras que Títo Lívio atribui ao segundo Décio no momento em que êle se prepara para seguir o glorioso exemplo de seu pai³⁶: "Por que hesitaria eu em seguir o destino de minha família? À nossa casa foi dado oferecer-se como vítima expiatória quando a pátria se acha em perigo..." Do mesmo modo, a propósito do terceiro, conta-nos Dion Cássio³⁷ que, quando ia travar-se a batalha de Ausculum, muita gente não duvidava de que Décio seguiria também o exemplo de seu pai e de seu avô, tanto que o prudente Pirro teria comunicado aos generais romanos que havia tomado tôdas as disposições úteis a fim de que o dito Décio não se expusesse à morte.

36. TÍTO LÍVIO, *História Romana*, X, 28. — 37. DION CÁSSIO, *História Romana*, XL, 38 = ZONARAS, *Súmula da "História Romana" de Dion Cássio*, VIII, 5.

O fato de tais relatos haverem circulado em Roma prova pelo menos a realidade dos sentimentos que supõem tenham vicejado. Não devemos minimizar a eficácia desse atavismo reconhecido e conscientemente revivido: vêde, em plena luz histórica, entre os contemporâneos de Cícero, como um Catão, um Bruto se sentem, e se julgam os herdeiros e os imitadores, um de seu avô, Catão o Censor, o outro de seu longínquo ancestral, real ou suposto, Bruto, o primeiro cônsul! Defini antes a antiga educação, à luz de Homero, como uma imitação dos heróis: a educação romana seria uma imitação dos ancestrais.

A PIEDADE ROMANA

Mais cívica, mais familiar, a educação romana é também, talvez, mais profundamente religiosa que a grega. Aqui ainda, importa salientar a ausência, na base da tradição latina, de um equivalente da epopéia homérica, esta obra tão madura, tão "moderna", em certo sentido tão pouco religiosa (Spenger dizia tão laica). O sentimento religioso tem, entre os latinos, algo de mais inênuo, talvez de mais profundo.

Assim, no plano da vida pública, Roma jamais admitiu o imoralismo maquiavélico de tipo espartano. Para a salvação da pátria, tudo é devido, mas nem tudo é permitido: é necessário ainda respeitar as leis da justiça, da moral e do direito. Sabe-se, por exemplo, de que precauções minuciosas se cercava o ritual da declaração de guerra: os sacerdotes chegados à fronteira do inimigo tomavam os deuses e o direito por testemunhas da justiça da causa romana: Roma só faz a guerra para obter o que lhe é devido... ³⁸

Não pretendo, evidentemente, que a política romana tenha sido sempre tão pura, mas enfim a própria hipocrisia é uma homenagem prestada ao ideal, à virtude. Com efeito, a educação romana não cessou de apontar como exemplo os chefes virtuosos que haviam anteposto o respeito pelo direito divino ao interesse imediato do país: o incorruptível Fabrício entregando ao rei Pirro o traidor que propunha envenená-lo ³⁹, o heróico Régulo voltando

38. TITO LÍVIO, *História Romana*, I, 32, 6-14. — 39. AULO GÉLIO, *Noites Aticas*, III, 8.

a Cartago para entregar-se ao suplicio que o espera por haver exortado o Senado a rejeitar as propostas de paz que os púnicos o haviam encarregado de apresentar ⁴⁰ (10).

O patriotismo romano a si próprio se concebe como essencialmente religioso: “É mostrando-te submisso aos deuses — diz-nos Horácio —, ó romano, que alcanças o império”,

Dis te minorem quod geris imperas ⁴¹

E Cícero, antes dêle havia explicado gravemente que Roma sobrepujava a todos os outros povos pela piedade, pela atenção aos sinais dos deuses, pela fé em sua providência ⁴² (11).

Este sentido religioso, em verdade, não deixa de ser impregnado de formalismo: “Ser atento à vontade dos deuses” é observar com escrupulosa minúcia todos os sinais, desde o vôo dos pássaros e as entranhas das vítimas até a exsudação do bronze, através dos quais os deuses manifestam sua boa vontade ou sua misteriosa irritação. A “piedade” consiste essencialmente em observar com igual escrúpulo todos os ritos tradicionais: a noção romana não é desprovida de algum cálculo sórdido, estreitamente interessado: elas por elas!

AS VIRTUDES CAMPESINAS

Poder-se-ia ver aí um novo aspecto do caráter camponês, despretensioso, prático, da Roma primitiva. Rencontra-se algures; são realmente as virtudes campestinas que a educação antiga se preocupava em desenvolver: amor ao trabalho árduo, frugalidade, austeridade. A criança romana ouvia exprobrar-se o luxo corruptor e celebrar-se o desprendimento dos velhos cônsules ou ditadores como Cincinato, que cultivavam a terra com os próprios braços e que o voto do senado arrancava à charrua para levá-los à suprema magistratura ⁴³.

40. CÍCERO, *Dos Deveres*, III, 100. — 41. HORÁCIO, *Odes*, III, 6, 5. — 42. CÍCERO, *Sobre a Resposta dos Arúspices*, 19. — 43. TITO LÍVIO, *História Romana*, III, 27, 7-10.

Sem dúvida também para os gregos o luxo é um dos sintomas dessa "moleza" (τρυφή) que conduz os homens e as cidades à ruína (12), mas não há no ideal grego, feito de sobriedade e de comedimento, esta aspereza campestre à qual não ocorre a idéia de que a economia possa degenerar em avareza. Roma ignora algo equivalente a esta generosidade ostentativa, geradora de prestígio, que se pode analisar nos heróis de Homero e que se encontra novamente na *cortezia* "langue d'oc" da Idade Média ou no *potlatch* de nossos sociólogos. Basta folhear o tratado de agricultura do velho Catão para ver manifestar-se ingênuamente o permanente empenho de tirar partido de tudo: "Reduzir a alimentação dos escravos doentes"⁴⁴; saber ocupar as vigílias de inverno⁴⁵, os dias de chuva⁴⁶; vender todos os excedentes da produção, os refugos: carroças velhas, ferros-velhos, escravos envelhecidos ou doentes⁴⁷..."

Passemos da ética à técnica: precisamente porque é de orientação prática, a velha educação latina não concebe esta formação moral como separada do aprendizado da vida real, de suas responsabilidades. Não se trata, como na Hélade arcaica, de preparar-se para uma vida nobre em que a façanha, esportiva e guerreira, alterna com os lazeres elegantes: o ideal romano é o do *paterfamilias*, responsável pela boa gerência de seu patrimônio.

A EDUCAÇÃO FÍSICA

Este caráter aparece nitidamente no destino reservado à educação física (13). Na Grécia, desde os tempos homéricos, ela tivera tendência a distanciar-se de sua primitiva finalidade militar para orientar-se no sentido do esporte desinteressado, das proezas e da competição. Isto não ocorre entre os velhos romanos: obviamente, este povo de soldados-lavradores não despreza as qualidades físicas, mas a educação dada à juventude permanece, neste domínio como algures, estritamente utilitária; vêde, em Plutarco, o que o velho Catão faz seu filho aprender: a esgrima, lançamento de dardo, manejo da

44. CATÃO O CENSO, *Tratado de Agricultura*, 2, 4. — 45. Idem, 37, 3. — 46. Idem, 39, 2. — 47. Idem, 5, 7.

espada, volteio, esporear cavalos e manejar qualquer arma; combater a murros, suportar o frio e o calor, atravessar a nado a corrente de um rio torrentoso e frio ⁴⁸. Os poetas comprazem-se em evocar os exercícios militares da juventude no Campo de Marte, galopando sob o sol e a poeira antes de atirar-se no Tibre ⁴⁹.

Rigorosamente falando, não há esporte: em latim, *ludus* é ou o treinamento ou um jogo; a palavra, de modo diferente da grega ἀγών, não implica de maneira clara a idéia de competição; o leitor pensará, por exemplo, nos divertimentos rústicos, tão belamente evocados por Virgílio ⁵⁰: os pastôres exercitando-se no dardo, atirando em um olmo ou confrontando seus vigorosos corpos em uma rústica palestra...

- Δ Sem dúvida, com o tempo, os *ludi* tornam-se cerimônias mais oficiais, mais solenes, mas vejo nisso menos competições que exhibições, conquanto a vaidade possa satisfazer-se al tanto quanto o desejo de brilhar, de fazer-se notar ⁵¹.

Sem dúvida também, a educação física, pelo menos para os jovens nobres, não se acantonará sempre na preparação militar: veremos, no Alto Império, a juventude agrupada em clubes bastante análogos aos colégios efêbicos e consagrados a exercícios físicos cujo caráter pré-militar é bastante apagado. Mas, é interessante salientar (porque este aspecto da educação romana é frequentemente negligenciado), este esporte romano desenvolveu-se numa direção notavelmente original.

O alicerce do esporte grego é o atletismo puro, a palestra e o estádio; a juventude romana preferirá sempre o circo e o anfiteatro. O circo: a equitação, em Roma como na Grécia, é o esporte nobre por excelência, mas, tal como é praticado pela juventude aristocrática, realiza-se menos nas corridas que nos desfiles com armas, no volteio (que tampouco a Grécia helenística ignorava: era especialidade dos tarentinos ⁵²), no carrossel de evoluções complicadas, *ludus serpentis* ⁵³, e sobretudo *ludus*

48. PLUTARCO, *Catão o Censor*, 20. — 49. HORÁCIO, *Odes*, I, 8, 4 s.; III, 12, 7 s. Cf. VIRGÍLIO, *Eneida*, VII, 162-165; IX, 606; VEGÉCIO, *Resumo da Arte Militar*, I, 10; VARRÃO ap. NÔNIO MARCELO, *De Compensiosa Doctrina* (ed. minor de Lindsay, col. Teubner), I, 1558, s. v. Ephippium. — 50. VIRGÍLIO, *Geórgicas*, II, 529-530. — 51. *Corpus Inscriptionum Latinarum*, IV, 1595; XII, 533, 16. — 52. ESTEVÃO DE BIZÂNCIO, *Dicionário Geográfico*, s. v.; DIONÍSIO O PERIEGETA, *Descrição da Grécia* (ed. Bernhardt), v. 376. — 53. *Corpus Inscriptionum Latinarum*, IV, 1595.

Troiae, exercício que remontava à época etrusca e que experimentou uma notável renovação a partir de Sila e sobretudo de Augusto ⁵⁴.

→ Com o circo, os combates do anfiteatro: por mais extraordinário que possa parecer, não estavam reservados aos profissionais, escravos ou condenados; a esgrima, aprendida sob a direção de um gladiador ⁵⁵, fazia parte da educação mais refinada, como vemos através do caso de Tito ⁵⁶. Tratava-se de combates simulados, provavelmente sem perigo, porém havia mais; no anfiteatro os jovens das melhores famílias participavam das "caças", *venationes* ⁵⁷, de combates contra feras, ursos ⁵⁸ e leões ⁵⁹: admiramo-nos menos, depois disto, das façanhas de um Cômodo...

O TRABALHO DO PROPRIETÁRIO DE TERRAS

Não há, na antiga educação latina, elemento própriamente intelectual; ⁶⁰ este somente se desenvolveu sob a influência grega. O jovem romano aprende unicamente o que deve saber um bom proprietário campesino e antes de tudo a agronomia. É necessário que saiba valorizar seu patrimônio: senão cultivar ele próprio a terra, pelo menos dirigir a exploração, supervisionar o trabalho dos escravos, aconselhar seu feitor ou seu intendente.

O lugar reservado à arte dos campos é ainda uma originalidade da cultura romana. Bem sei que Xenofonte escreveu o *Econômico*, que Varrão cita no início do seu tratado de agricultura uns cinquenta autores gregos que haviam escrito sobre o assunto; mas este veio não tem, no conjunto da literatura grega, a importância daquele que, nas letras latinas, desvendam, de século em século, os nomes de Catão, Varrão, Virgílio, Columela, Gargílio e Paládio.

Este é verdadeiramente um dos eixos fundamentais da tradição latina; importa avaliar tudo o que o espírito

54. Suetônio, *Vida de Júlio César*, 39, 4; *Vida de Augusto*, 43, 5; Dion Cássio, *História Romana*, LIII, 1, 14; LIV, 26, 1... Festo, *Da Significação das Palavras* (ed. Lindsay), 504, 11. — 55. JUVENAL, *Sátiras*, III, 158. — 56. DION Cássio, *História Romana*, LXVI, 15, 2. — 57. Idem, LXVII, 12; Suetônio, *Vida de Domiciano*, 4, 11. — 58. *Corpus Inscriptionum Latinarum*, XII, 533, 7-8. — 59. Frontão, *Correspondência com Marco Aurélio* (ed. Naber), V, 22 (37); 23 (38).

realista do romano soube aí depositar de experiência e de lucidez de espírito. Não se deve fazer da agronomia romana uma idéia demasiado rotineira: do velho tratado de Catão citam-se, em demasia, as receitas acumuladas em desordem na segunda parte⁶⁰, como as relativas às inumeráveis virtudes medicinais da couve⁶¹; mas o *De agri cultura* não se reduz a êsse folclore supersticioso. É um tratado de inspiração muito “moderna”, um manual da nova economia rural da Itália após as conquistas: criação de animais, culturas arbustivas, oliveira, videira, superando a velha cultura dos cereais, doravante assegurada pelas províncias: Sardenha, Sicília, África...

De maneira geral, a aristocracia romana soube adaptar-se com flexibilidade à evolução das condições econômicas, aproveitar-se de toda a contribuição da agronomia esclarecida, helenística ou cartaginesa⁶².

Comparados com os aristocratas gregos, os nobres romanos parecem muito menos “grão-senhores”: são *squires*, *gentlemen-farmers*. Com a agronomia, preocupam-se em ensinar aos seus filhos tudo o que um gentil-homem camponês pode achar útil conhecer bem. Há uma tradição enciclopédica romana, bem diferente da polimatia de um Hípias (14): não se trata de curiosidade desinteressada, mas de aplicações práticas.

Assim, o romano interessa-se pela medicina, não como os gregos, a partir do século IV, em virtude de certo ideal da pessoa humana, mas, antes de tudo, como mostra Catão, para saber como cuidar de seus escravos e aumentar o rendimento da mão-de-obra.

Esta tendência enciclopédica concretizou-se em coleções de manuais, obras de eruditos polígrafos; a mais característica é a de A. Cornélio Celso, que publicou, no reinado de Tibério, os vinte livros de suas *Artes*, onde tratava sucessivamente de agronomia, de arte militar, de retórica, de filosofia, de medicina e de direito (15).

A retórica e a filosofia representavam a contribuição da influência grega. O resto constituía o fundo próprio da verdadeira cultura latina. A arte militar fôra levada pela prática a um alto grau de elaboração técnica: ensi-

60. CATÃO O CENSO, *Tratado de Agricultura*, 56 s. — 61. Idem, 156-157. — 62. VARRÃO, *Sobre a Agricultura*, I, 1, 10; PLÍNIO O ANCIÃO, *História Natural*, VIII, 22.

nava-se normalmente pelo exercício da função de soldado e de oficial do estado-maior.

DIREITO
EDUCAÇÃO
⇒

Não é necessário, enfim, insistir sôbre o lugar que neste conjunto a ciência jurídica ocupava. De maneira diferente da justiça grega, e sobretudo da ateniense, baseadas em algumas leis muito simples, e que tendiam a julgar antes com equidade que com direito, a justiça romana teve sempre um caráter muito formalista, supunha um sistema de prescrições de um tecnicismo refinado; por outro lado, o espírito tradicionalista do romano dava grande autoridade à coisa julgada, ao conjunto dos precedentes reunidos pela jurisprudência. Donde o lugar do ensino do direito na educação.

Desde a infância (Cícero ainda se recorda de haver conhecido êste uso⁶³), aprendia-se de cor o texto da lei das Doze Tábuas. Mais tarde, como se viu, o jovem nobre recebia de um jurista experimentado uma verdadeira formação profissional por ocasião de seu *tirocinium fori*: o direito público unia-se aí ao direito privado, pois o conhecimento das regras exatas e do precedente oportuno não desempenhava menor papel na vida política que na prática dos tribunais.

O conjunto de todos êstes elementos compunha uma cultura e um sistema de educação tipicamente latinos. Encontrar-se-á disto uma evocação surpreendente em sua brevidade (bem representativa da sóbria e sêca eloquência romana, de antes da influência grega) na oração fúnebre que Plínio⁶⁴ informa ter sido pronunciada em 221 por Q. Cecílio Metelo Macedônico, por ocasião dos funerais do seu pai ou avô Lúcio (16), que fôra cônsul duas vêzes, mestre da cavalaria, ditador, vencedor e grande pontífice:

"Ele havia conseguido possuir os dez bens por excelência em busca dos quais os Sábios consomem a vida; quisera ser um grande soldado, um excelente orador, um valente general, ter a responsabilidade de grandes empreendimentos, revestir a magistratura suprema, possuir a mais alta sabedoria, ocupar o primeiro lugar entre os senadores, adquirir uma grande fortuna por meios honestos, deixar muitos filhos, tornar-se célebre no Estado."

63. Cícero, *Sôbre as Leis*, II, 59. — 64. Plínio o Animo, *História Natural*, VII, 139-140.

CAPÍTULO II

ROMA ADOTA A EDUCAÇÃO GREGA

Havia, pois, em Roma uma tradição pedagógica original; entretanto a educação latina evoluiu num sentido muito diferente, porque Roma se viu levada a adotar as formas e os métodos da educação helenística.

CIVILIZAÇÃO ROMANA E CIVILIZAÇÃO HELENÍSTICA

Caso particular do fato fundamental que domina tôda a história da civilização romana: uma civilização autônoma propriamente italiana não teve tempo de desenvolver-se, porque Roma e a Itália se viram integradas na área da civilização grega: percorrendo rapidamente as etapas que separavam sua relativa barbárie do nível de cultura atingido precocemente pela Hélade, assimilaram elas, com notável facilidade de adaptação, a civilização helenística. Este fato é tão flagrante que os próprios antigos tiveram consciência dêle; que se recorde o famoso verso de Horácio: "A Grécia conquistada conquistou por sua vez seu selvagem vencedor e trouxe a civilização ao rude Lácio",

*Graecia capta ferum victorem cepit et artes intulit
agresti Latio* ¹.

Não há, de um lado, uma civilização helenística, do outro, uma civilização latina, mas, como bem o exprime o alemão com seu cômodo pedantismo, uma *hellenistisch-römische Kultur*. Só cabe falar numa cultura latina para designar um "facies" secundário, uma variedade particular desta civilização única. Na educação, por exem-

1. HORÁCIO, *Epistolas*, II, 1, 156.

plo, a original contribuição da sensibilidade, do caráter e das tradições de Roma aparece apenas sob a forma de retoques de detalhe e de tendências que favorecem ou reprimem tais ou quais aspectos da pedagogia grega.

ETAPAS DA INFLUÊNCIA GREGA

É importante datar esta integração e marcar-lhe as fases: se a elaboração técnica da educação romana clássica não se concluiu, como veremos, senão no fim do século I a. C., o essencial estava entretanto coletado desde o século anterior, por efeito da conquista do Oriente grego: é o que se pôde chamar "a Revolução espiritual do século II" (1). Mas isto foi apenas a última fase, decisiva e particularmente fecunda, de um processo de iniciação que havia começado muito mais cedo.

Remonta êle, na verdade, às origens mesmas de Roma: esta estava situada à margem, nos confins do mundo grego que começa bem perto dela, em Cumes, fundada um pouco mais cedo, por volta de 775-750 (2), e que se irradiava aos arredores. Roma jamais permaneceu inteiramente imune ao contágio do helenismo. Recebeu esta influência, primeiro indiretamente, através dos etruscos, que tanto haviam recebido dos gregos (e até o fim do século IV a. C. a educação etrusca atrai os filhos da aristocracia romana²) (3); através da Campânia, também muito cedo e muito profundamente helenizada, e cujo esplendor, desde o século VI a. C., é muito sensível em país latino (4). Contatos diretos no século V e, principalmente, no IV, graças ao afluxo³ de elementos gregos ou helenizados na plebe romana; a influência grega, desde então, aparece por toda a parte, na vida religiosa (5), na arte⁴, e até mesmo na estrutura das muralhas de Roma: o "muro de Sêrvio", ainda que date de 378, atesta as estreitas relações então existentes entre Roma e Siracusa⁴ (6).

O movimento volta com nova força, depois de 340, quando Roma se une a esta Campânia osca, tão vetustamente bafejada de helenismo (7). Conhecemos bas-

2. TITO LÍVIO, *História Romana*, IX, 36, 3; cf. CICERO, *Sobre a Divinação*, I, 92. — 3. PLÍNIO O ANTIQO, *História Natural*, XXXV, 154. — 4. TITO LÍVIO, *História Romana*, VI, 32, 1.

INFLUÊNCIA GREGA

tante bem a Pompéia pré-romana, esta "cidade helenística", para entrever alguma coisa do seu sistema de educação; a juventude aristocrática aí estava agrupada numa formação, a "jovem guarda pompeiana", a VEREIIA PUMPAIANA⁵ visivelmente moldada no modelo da efêbia helenística, tendo por centro uma magnífica palestra, de puro estilo grego (8): são realmente estas, sabemos-lo, as instituições características que assinalam a implantação da cultura helenística em país bárbaro (9).

A influência grega não cessará mais de crescer, com a conquista do que subsistia da Magna Grécia (Tarento, 272) e a da Sicília (241-212), e depois, a partir de 214 e principalmente de 200, com a longa série de guerras do Oriente que culminaram com a anexação da Macedônia (168) e da Grécia (146); enfim e talvez sobretudo (pois a rica e florescente Ásia interessava mais, nesta data, que a própria e exangue Grécia) com a anexação em 132 do reino de Pérgamo: o império romano é doravante, e sempre será, um estado bilingüe, cujas fronteiras englobam toda uma série de províncias onde se fala grego. Todos os historiadores insistiram, e com razão, sobre as profundas transformações que esta invasão do helenismo acarretou em Roma: em nenhum domínio são mais notáveis que no da cultura do espírito e, por conseguinte, da educação.

Pois a civilização grega que Roma, no século II, acaba de descobrir, não é mais a flor delicada, intransplantável, que fôra a antiga civilização da πόλις; é a civilização cosmopolita da era helenística, habituada a exportar-se: não chegara até aos confins do Turquestão, até ao coração da Índia? Tendo ela conseguido implantar-se no Egito, na Mesopotâmia, no Irã, países estes de velha cultura, como não conquistaria ela estes italianos, ainda inexperientes, já preparados ou preparando-se pela penetração anterior do helenismo? — romanos, tão inteligentes, tão zelosos dos seus próprios interesses? Não demoraram a perceber todo o partido que podiam tirar desta cultura grega evoluida e madura, em contraste sobretudo com sua cultura nacional retardada em um estágio de evolução relativamente tão arcaico.

5. R. S. CONWAY, *The Italic Dialects, edited with a Grammar and a Glossary* (Cambridge, 1897), I, 42.

Já, talvez, Ap. Cláudio Caeco, o célebre censor de 312, deixara-se modelar pelo helenismo⁶; no século II é comum ver homens políticos romanos dirigirem-se aos gregos no idioma destes com desembaraço, e mesmo com brilhantismo, como se conta do pai dos Gracos (censor em 169), que havia dirigido aos ródios um discurso cuja memória não se apagara no tempo de Cícero⁷, ou de Crasso Muciano, que, no desempenho de sua missão na Ásia (em 131), administrava a justiça falando, alternadamente, os cinco dialetos gregos, que conhecia a fundo⁸ (10). O grego foi, a princípio, para os aristocratas romanos, a língua internacional, a língua diplomática, a de seus adversários e, logo, a de seus súditos orientais.

Oratória Mas sem demora souberam descobrir uma vantagem mais geral para adotar a cultura grega: esta não era completamente orientada no sentido do domínio da arte oratória? Ora, precisamente em virtude de sua retardada evolução, Roma no século II, outorgava à palavra um lugar tão relevante quanto no século V a Atenas dos Sofistas: em Roma, como nas democracias gregas, o homem político devia saber conquistar o favor da multidão, conseguir o voto de uma assembléa, reavivar o ânimo de uma turba, persuadir um tribunal.

Bem cedo, os mais avisados dentre os romanos descobriram na escola dos gregos⁹ quanto o conhecimento da retórica acresceria a eficácia de um político ambicioso e bem nascido. Desde o tempo de Catão, o Censor (234-139), parece¹⁰, surgiram os primeiros oradores latinos de formação grega, embora Cícero, melhor juiz do que nós, faça descer até M. Emílio Lépidio Porcina, cônsul em 137, a honra de haver sido o primeiro artista do verbo digno de ser comparado aos oradores áticos¹¹.

Com a retórica e a formação literária que lhe servia de base, Roma, pouco a pouco, descobria todos os aspectos da cultura grega. Considere-se como Políbio explica singelamente quantos serviços o conhecimento da astronomia pode prestar a um general em campanha, para regulamentar as etapas e a marcha do seu exército¹²:

6. CÍCERO, *As Tusculanas*, IV, 4. — 7. CÍCERO, *Brutus*, 79. — 8. QUINTILIANO, *Instituição Oratória*, XI, 2, 50. VALÉRIO MÁXIMO, *Feitos e Ditos Memoráveis*, VIII, 7, 6. — 9. CÍCERO, *Sobre o Orador*, I, 14. — 10. *Brutus*, 77-81. — 11. *Idem*, 96.

é quase que um eco das doudas conversações pelas quais os jovens nobres do meio tão esclarecido em que cresceu Cipião Emiliano se formaram ouvindo as lições de seus mestres e de seus amigos gregos.

Seria entretanto injusto imaginar êste meio como composto de rudes gentis-homens, campesinos, atreitos apenas a considerações de interesse imediato (11). Não permaneceram êles insensíveis aos valores propriamente humanos desta cultura grega, aos seus mais nobres e mais desinteressados aspectos: não se pode duvidar da sinceridade e do entranhado filelenismo de homens como o primeiro Africano e sobretudo como Flaminio, o vencedor de Cinoscéfalas (197), ou Paulo Emílio, o de Pidna (168), e, de qualquer modo, na geração seguinte, do tão notável círculo agrupado em torno do filho de Paulo Emílio, Cipião Emilliano (12). Entre tantas anedotas referentes a êste, lembrarei como, vendo queimar-se Cartago, foi tomado de doloroso pressentimento sonhando, diante da ruína da cidade inimiga, que a mesma sorte poderia caber à sua própria pátria¹³. Tais sentimentos não são de um bárbaro, nem de um rústico; é notável que, para traduzi-los, Emilliano cite versos de Homero¹⁴:

Dia virá em que perecerão a augusta Ílio e Priamo e o povo de Priamo sob o certo pique...

E é ainda um verso de Homero¹⁵ que sai, lapidar, de sua boca, quando êle vem a saber da morte de seu cunhado, o tribuno revolucionário Tibério Graco¹⁶:

Que morra como êle quem quiser imitá-lo!

Nêste círculo, os maiores nomes da ciência grega emparelham-se aos da mais alta nobreza romana, quer se trate do historiador Políbio, quer do filósofo Panécio. Lembrarei enfim, um pouco mais tarde, a influência de um Possidônio sobre a sociedade do seu tempo?

Êste filelenismo não é apenas o apanágio de um pequeno círculo aristocrático: Roma inteira está impregnada dêle, como o atesta o teatro, que dispensa a maior

12. POLÍBIO, *História Romana*, IX, 15. — 13. APO, *Guerras Pánicas*, 132; DIODORO DA SÍCÍLIA, *Biblioteca Histórica*, XXXII, 24. — 14. HOMERO, *Íliada*, VI, 448. — 15. *Odisseia*, I, 47. — 16. PLUTARCO, *Tibério Graco*, 21.

acolhida aos modelos, aos temas e aos padrões gregos. Mas, para não sair do âmbito aristocrático, podemos avaliar a inteligente curiosidade da juventude romana ante os mais elevados aspectos da cultura grega, ante o entusiástico acolhimento que ela reservava aos conferencistas helenísticos que, vindos a Roma em missão diplomática, aí davam, como se estivessem em país grego, "audições", ἀκροάσεις: êste foi o caso, em 159 (13), do crítico estóico Crates de Malos, embaixador do rei de Pérgamo¹⁷, e em 154 o dos emissários de Atenas, os filósofos Carnéades, Diógenes da Babilônia e Critolau¹⁸. "Foi como um vento fustigando a cidade..., não se falava em outra coisa¹⁹", de tal modo Catão se apressou em obter, do Senado, um decreto de expulsão contra êsses disputadores, "êstes homens que podiam facilmente persuadir e fazer acreditar em tudo que quisessem".

Pois esta invasão das disciplinas gregas, acolhidas entusiasticamente pela maioria, chocava-se, entretanto, num setor da opinião, contra violenta hostilidade, alimentada pelo espírito tradicionalista e pelo orgulho nacional: os "velhos romanos" dos quais Catão, o Censor, se fêz o porta-voz, permanecendo a nossos olhos como seu pitoresco símbolo, acusavam a cultura grega de veicular germes de languidez e imoralidade.

O *senatus-consulto* de 154 fôra precedido de várias medidas análogas: em 173, o Senado banira os dois filósofos epicuristas Alcio e Filisco²⁰; em 161, uma medida de ordem geral decretava a expulsão de todos os filósofos e retóricos²¹.

Ficou sempre alguma coisa desta oposição, mesmo sob o Império, como se vê por Juvenal²², mas trata-se aí apenas de mau humor, reação esta bastante natural contra a suficiência e o nacionalismo exasperado dos *Graeculi*. De fato, traduziu-se apenas por um falso pudor, um tanto quanto hipócrita, da parte dos homens políticos romanos que se envergonhavam em público dêste helenismo de que, na verdade, estavam profundamente

17. SUETÔNIO, *Gramáticos e Retóricos*, 2, 1. — 18. PLÍNIO O ANTIGO, *História Natural*, VII, 112; AULO GÉLIO, *Noites Aticas*, VII, 14, 8. — 19. PLUTARCO, *Catão o Censor*, 22. — 20. ATENEU, *Banquete dos Sofistas* (ed. Casaubon), XII, 547 A. — 21. SUETÔNIO, *Gramáticos e Retóricos*, 25, 1; AULO GÉLIO, *Noites Aticas*, XV, 11. — 22. JUVENAL, *Sátiras*, III, 60-108.

impregnados: Cícero, por exemplo, finge ainda, nas *Verinas*²³, ignorar o nome de Policeto, exatamente como, duas gerações mais cedo, os grandes oradores Crasso e Antônio haviam achado útil à sua publicidade “parecer, um, desprezar, o outro, nem mesmo conhecer os gregos”, com os quais, entretanto, mantinham um comércio tão íntimo²⁴.

Na realidade, desde meados do século II a. C. a causa do helenismo está ganha no meio senatorial. As mais graves personalidades e não apenas os janotas dos quais escarnece Catão²⁵, orgulham-se de falar grego. O próprio Catão, que tão pateticamente adjurava seu filho a esquivar-se às letras e à medicina gregas²⁶, reputou necessário, já no fim de sua vida, entregar-se ao estudo do grego, de Tucídides e de Demóstenes²⁷: talvez, aliás, não o houvesse ignorado absolutamente até então²⁸.

A EDUCAÇÃO GREGA EM ROMA

Assim a aristocracia romana adotou, para seus filhos, a educação grega: achava ela, a domicílio, pessoal docente entre os numerosos escravos que a conquista lhe proporcionava; o mais antigo exemplo disso é fornecido por Lívio Andrônico, um grego de Tarento, levado a Roma como escravo, após a tomada de sua cidade (272); foi ele alforriado depois por seu senhor, cujos filhos educara²⁹: sabe-se como a sociedade romana foi pródiga na alforria, que por um reflexo humanitário remia a barbárie dêsse recrutamento forçado.

Muito cedo, ao lado desta preceptoria particular, no seio das grandes famílias, apareceu um ensino público do grego, ministrado em verdadeiras escolas: Andrônico já ensina, simultaneamente, *domi forisque*, como preceptor e como mestre-escola³⁰. Ao lado de alforriados estabelecidos por conta própria, havia escravos cujos

23. CÍCERO, *Segunda Ação contra Verrus*, IV, 5. — 24. *Sôbre o Orador*, II, 4. — 25. Ap. MACRÓBIO, *As Saturnais*, III, 14, 9; POLÍBIO, *História Romana*, XXXIX, 1. — 26. PLÍNIO O ANTIGO, *História Natural*, XXIX, 14. — 27. CÍCERO, *Sôbre a Velhice*, 3; PLUTARCO, *Catão o Censor*, 2. — 28. PLUTARCO, *Catão o Censor*, 4, 18. — 29. SÃO JERÔNIMO, *Crônica*, 187a. — 30. SUETÔNIO, *Gramáticos e Retóricos*, 1, 1.

proprietários lhes exploravam os talentos pedagógicos: um escravo capaz de ensinar era uma boa renda (Catão bem o sabia ³¹) e sobressaía no mercado ³². Nem todos os professores de grego eram de origem servil: Ênio, por exemplo, nascido num município aliado de Messápia. A existência de uma clientela ansiosa por aprender logo atraiu à capital inúmeros gregos em busca de fortuna: por volta de 167, Políbio assinala a presença, em Roma, de grande número de mestres qualificados ³³.

As famílias romanas, preocupadas em assegurar a seus filhos a mais completa educação, nada poupavam para proporcionar-lhes a melhor formação grega: bem o vemos através do caso de Paulo Emílio, que cerca seus filhos de todo um quadro de professores gregos especializados ³⁴, que lhes oferece a rica biblioteca do rei Perseu, arrepanhada ao espólio obtido na Macedônia ³⁵. Ou pelo de Cornélia, a mãe dos Gracos, que uma famosa anedota mostra esperando, para saciar seu orgulho, seus dois filhos voltando da escola ³⁶. Ela mesma dirigia seus estudos e sabia escolher-lhes os mais abalizados mestres: seu primogênito, Tibério, teve por professor de eloquência o ilustre Diófanes de Mitilene ³⁷ e como professor de filosofia e diretor de consciência o estóico Blósio de Cumes ³⁸.

Não nos admiremos do papel assim desempenhado por uma mãe romana; também as mulheres tinham acesso à cultura grega; a mesma Cornélia tinha um verdadeiro salão literário, aberto a tudo o que a Grécia possuía de espíritos de escol ³⁹ e seu caso não foi o único: parece normal a Salústio julgar Semprônia, a mãe de Bruto, o assassino de César, "igualmente versada nas letras gregas e latinas ⁴⁰".

Em busca de uma formação grega completa, os jovens romanos não se contentarão mais com professores que podem encontrar em Roma ou atrair a Roma, mas irão completá-la na Grécia, onde poderão fazer os mes-

31. PLUTARCO, *Catão o Censor*, 20. — 32. PLÍNIO O ANTIGO, *História Natural*, VII, 128; SUETÔNIO, *Gramáticos e Retóricos*, 3, 3. — 33. POLÍBIO, *História Romana*, XXXI, 24. — 34. PLUTARCO, *Paulo Emílio*, 6. — 35. Idem, 28. — 36. VALÉRIO MÁXIMO, *Feitos e Ditos Memoráveis*, IV, 4, pr. — 37. CÍCERO, *Brutus*, 104. — 38. PLUTARCO, *Tibério Graco*, 8; 17; 20. — 39. *Caio Graco*, 19. — 40. SALÚSTIO, *Catilina*, 25, 2.

mos estudos que os gregos de nascimento: desde 119-118, romanos são admitidos no seio do colégio efébio de Atenas ou de Rodes, os maiores centros universitários que ingressam na escola dos filósofos e dos retóricos de Atenas ou de Rodes, os maiores centros universitários do mundo grego, como até o jovem Cícero⁴² ou algum de seus contemporâneos⁴³.

ADAPTAÇÃO AO ESPÍRITO LATINO

A princípio, no fervor da descoberta, exigem os jovens romanos toda a cultura grega. Paulo Emílio dá a seus filhos não somente professores de letras gregas, gramáticos, sofistas e retóricos, mas também pintores, escultores, picadores e monteadores⁴⁴. As artes plásticas ocupavam então um lugar muito apagado na educação helenística. Mas Paulo Emílio pretendia dar a seus filhos uma educação verdadeiramente régia, à qual nenhum dos aspectos do humanismo grego fôsse estranho.

Manifestou-se certa predileção pela música, pelo canto e pela dança, aliás bem característicos da vida helênica⁴⁵; mas bem depressa tornou-se ela objeto de viva reação da sensibilidade nacional, em nome da "gravidade" romana: já Cipião Emiliano⁴⁶ fala das escolas de música e dança somente para verberar a inclinação de seus jovens contemporâneos para esta arte maisã e impudica, boa para histriões, não para crianças de nascimento livre e *a fortiori* de linhagem senatorial. Logo se enxergaram nela prazeres de mau tom, relegados aos pândegos e aos libertinos⁴⁷, incompatíveis com a dignidade de um romano de boa estirpe⁴⁸.

O estudo da música era um pouco mais tolerado para as moças, a título de arte recreativa⁴⁹; e contudo, mesmo aí, certa austeridade tipicamente romana começava a exercer-se: Salústio, no trecho em que nos apre-

41. *Inscriptiones Graecae*, II^a, 1008. — 42. Cícero, *Brutus*, 307; 312; 315-316. — 43. Idem, 245. — 44. PLUTARCO, *Paulo Emílio*, 6. — 45. MACRÓBIO, *As Saturnais*, III, 14, 7; 10; Cícero, *Sobre o Orador*, III, 87; *Contra L. Pison*, 22. — 46. Ap. MACRÓBIO, *As Saturnais*, III, 14, 7. — 47. Cícero, *Catilina*, II, 23; SÊNECA o RETOR, *Controvérsias*, I, pr. 8. — 48. CORNÉLIO NEPOS, *Vida de Epaminondas*, I, 2. — 49. Ovídio, *Os Amores*, II, 4, 25 s.; *A Arte de Amar*, III, 311s.

senta a mãe de Bruto, que se achava comprometida no meio suspeito de Catilina, diz-nos que ela tocava a lira e dançava "melhor até do que conviria a uma mulher honesta", *elegantius quam necesse probae*⁵⁰.

Este julgamento matizado bem exprime a posição a que parece haver-se definitivamente apegado a sociedade romana: as artes musicais integraram-se realmente à cultura, como um dos elementos necessários do luxo e da vida elegante, mas antes a título de espetáculo que como uma arte de amadores (14). Desde então, a música e a dança tendem a ser, senão completamente abandonadas, pelo menos negligenciadas por parte da educação liberal⁵¹: não que tenham sido formalmente excluídas desta. De Augusto aos Severos, persistirá o costume, imitado dos países gregos, de fazer coros de rapazes e mças nobres entoar um hino em certas festas solenes, e principalmente nos jogos seculares⁵². Mais significativo ainda é o lugar que continua reservado à música⁵³ e às artes plásticas⁵⁴ nas biografias imperiais. Não interessa ao nosso trabalho classificar e criticar estes testemunhos, de valor bem diverso: basta-me concluir que eles atestam que, nos séculos I e II de nossa era, como nos IV e V, a arte sempre faz parte da idéia que se tem da educação de um imperador, e este, sabemos-lo (15), define o tipo ideal da humanidade.

OPOSIÇÃO AO ATLETISMO

A mesma reação, talvez até mais nítida, nota-se contra a educação física, tão essencial, contudo, à παιδεία do tipo grego. O atletismo jamais entrará nos costumes latinos: permanecerá, aos olhos dos romanos, como a marca específica do helenismo⁵⁵. De modo diferente dos oscos de Campânia, não se decidirão a adotá-lo: já

50. SALUSTIO, *Catilina*, 25, 2. — 51. QUINTILIANO, *Instituição Oratória*, I, 12, 14; cf. MARCIAL, *Epigramas*, V, 56. — 52. HORÁCIO, *Canto Secular*, 6; cf. *Odes*, IV, 6, 31; CATULO, *As Nupcias de Títis e Peleu*, 34, 2; H. DESSAU, *Inscriptiones Latinae Selectae*, 5050, 147 s.; *L'Année Epigraphique*, 1932, 70, 58-9; 84. — 53. SUTÔNIO, *Vida de Tito*, 3, 2; *Vida de Nero*, 20, 1; *Vida de Calígula*, 54, 1; cf. TÁCITO, *Anais*, XIII, 3, 7; OS AUTORES DA "HISTÓRIA AUGUSTA", Adriano, 14, 9; Elagábal, 32, 8; Alexandre Severo, 27, 7; 9. — 54. TÁCITO, *Anais*, XIII, 3, 7; SUTÔNIO, *Vida de Nero*, 52; OS AUTORES DA "HISTÓRIA AUGUSTA", Adriano, 14, 8; Marco Aurélio, I, 3; Alexandre Severo, 27, 7. — 55. VITRÚVIO, *Sobre a Arquitetura*, V, 11; ESTRABÃO, *Geografia* (ed. Casaubon), V, 246.

mostrei em que original sentido se orientava o desenvolvimento do esporte propriamente romano tal como o praticariam as associações juvenis sob o Império, quando o circo e o anfiteatro suplantam o estádio e a palestra.

Cipião, o primeiro Africano, em 204, realmente afetava, na Sicília, vestir-se como grego e tomar parte nos exercícios do ginásio, mas nisso talvez seguisse uma política que visava a conciliação com os sicilianos, e sua conduta provocou vivo escândalo⁵⁶. Não foi imitado: as competições atléticas penetrarão em Roma (figuram no programa dos jogos a partir de 186 a. C.⁵⁷ e multiplicam-se sob o Império) (16), porém, mais ainda que a música, a título de espetáculos, sendo sua prática reservada a profissionais. Os esforços despendidos, em particular por Nero⁵⁸, para atrair ao estádio os membros da aristocracia encontraram violenta reação da opinião e lograram sucesso apenas excepcionalmente⁵⁹.

Em verdade, a prática dos exercícios gímnicos integrou-se na vida romana sob a categoria de higiene, não sob a de esporte, a título de acessório da técnica dos banhos de vapor. Arquitetonicamente, a "palestra" romana é uma dependência das termas, hipertrofiadas com relação às instalações do esporte, se as comparamos a seus modelos gregos; quanto ao "ginásio" romano, não passa de um jardim de recreio, um "parque de cultura" (17).

Diante da ginástica grega, os romanos realmente reagiram como "Bárbaros": seu pudor chocava-se com o nu e eles viam na pederastia (de que o ginásio era o meio natural) uma vergonha, e não um título de glória para a civilização grega⁶⁰. Com sua saúde moral, era seu sentido da seriedade profunda da vida que se opunha ao gosto grego pelo esporte, esta atividade gratuita, inútil. O romano da República não dispõe de tempo para consagrar a prazeres elegantes: Políbio, que se congratula com seu jovem amigo Cipião Emiliano por seu gosto

56. TITO LÍVIO, *História Romana*, XXIX, 19, 12. — 57. Idem, XXXIX, 22, 2. — 58. TÁCITO, *Anais*, XIV, 20; 47, 4. — 59. *Escólios* de JUVENAL, IV, 53. — 60. ÊNIO ap. CÍCERO, *As Tusculanas*, IV, 70; PLÍNIO o ANTIGO, *História Natural*, XV, 19; TÁCITO, *Anais*, XIV, 20, 5-6; PLUTARCO, *Questões Romanas*, 274 CD; *Catão o Censor*, 20.

verdadeiramente régio pela caça, do qual ele partilhava, como bom gentil-homem aqueu, irmão espiritual de Xenofonte, nota que a maior parte dos outros jovens nobres romanos não tinham tempo de entregar-se a ela, visto só pensarem em litigar ou em politicar⁶¹ — em cumprir seus deveres de cidadãos.

Assim, nestes dois setores, a arte e o esporte, o espírito nacional romano opôs uma reação original que veio corrigir a tendência, por outras partes triunfante, de adotar, tal qual, a educação helenística. Convém lembrar, entretanto, que a música e a ginástica, êstes traços tão característicos da mais antiga educação grega, já estavam em fase de regressão na cultura grega dos últimos séculos anteriores a nossa era. Como todos os caracteres recessivos de uma cultura, subsistiam por prescrição, mas sua vitalidade já não era mais bastante forte para impor-se e ser exportada. Na realidade, mesmo na Grécia, a música e o esporte tendiam igualmente a tornar-se ocupação de profissionais e de especialistas e, para o comum do público, a não passar de espetáculos. Sob esta última forma a música e o esporte helenísticos permanecem realmente vivos: é notável constatar ser precisamente sob esta forma que se introduzem na cultura e na vida romanas. Na qualidade, porém, de elementos da educação liberal, seu prestígio remanescente estava já demasiado enfraquecido em sua pátria de origem para impor-se à imitação dos latinos.

NASCIMENTO DAS ESCOLAS LATINAS

A influência grega na educação romana revela-se muito mais extensa ainda: apresenta-se sob dupla forma; ao mesmo tempo que a aristocracia romana educa seus filhos à grega, faz deles gregos cultos, ela duplica esta educação estrangeira com um ciclo paralelo de estudos, exatamente calcado no das escolas gregas, embora transposto em língua latina. Face às escolas em que se ensinavam disciplinas gregas, abria-se um série paralela de escolas latinas: primárias, secundárias e superiores. A

61. POLÍBIO, *História Romana*, XXXI, 25.

aparição dêste nôvo ensino efetuou-se, para cada um dos três graus, numa época e num contexto histórico diferentes. A escola primária aparece desde o século VII-VI, o ensino secundário no III, o superior sômente no I.

ESCOLAS PRIMÁRIAS

As origens da escola primária remontam a época muito antiga: Plutarco, sem dúvida, assegura que o primeiro a abrir uma escola paga foi um certo magister de nome Cp. Carvilio, um alforriado do cônsul de 234 ⁶²; mas, se a informação é válida, ela concerne apenas ao caráter mercantil e público da instituição. Os pitorescos textos de Tito Lívio que pretendem referir escolas primárias do tipo clássico em Roma em 445 (449) ⁶³, entre os faliscos pouco depois de 400 ⁶⁴, não podem, é claro, ser levados em consideração, mas, sem dúvida, o ensino elementar das letras deve ter aparecido em Roma muito antes do IV século.

Necessariamente ligado ao uso normal da escrita, deve, como a adoção desta, remontar ao período etrusco da Roma dos reis. Sabe-se, com efeito, que os latinos tomaram seu alfabeto aos antigos etruscos. Ora, por um acaso inesperado, podemos entrever o que eram os métodos do ensino primário etrusco (possuímos sôbre o assunto documentos diretos mais antigos que os que a Grécia nos forneceu). De 600 antes de Cristo, mais ou menos, data a encantadora tabuleta de marfim (18) de Marsigliana d'Albegna, que tem gravado na faixa superior do seu quadro um alfabeto arcaico muito completo, evidentemente destinado a servir de modelo ao escriba incipiente que se exercitava escrevendo na cêra da tabuleta. Possuímos sete outros exemplos de tais alfabetos modelos, escalonados em tôda a extensão do século VII; um dêles está acompanhado de um silabário: certamente a pedagogia etrusca seguia a mesma progressão que a grega; os etruscos, não há dúvida, adquiriram seus métodos pedagógicos, simultaneamente

62. PLUTARCO, *Questões Romanas*, 278 E. — 63. TITO LÍVIO, *História Romana*, III, 44, 6; cf. DIONÍSIO DE HALICARNASSO, *Antiguidades Romanas*, XI, 28. — 64. TITO LÍVIO, *História Romana*, V, 27.

com o segredo da escrita, dos seus primeiros mestres gregos (19).

Por analogia, podemos supor que os mesmos métodos eram na mesma época os do ensino elementar latino; a célebre fibula de ouro de Prenestre, que traz, gravada em etrusco, da direita para a esquerda, a dedicatória:

MANTOS: MED: PHE' PHAKED: NVMASIOI

"Mânio fêz-me para Numério ⁶⁵", atesta que, desde o sétimo século, o uso da escrita (e conseqüentemente seu ensino) era bastante comum, e isto não apenas na própria Roma, cabeça de ponte da influência etrusca para além do Tibre, mas também já no resto do Lácio.

ENSINO SECUNDÁRIO

O ensino secundário latino aparece bem mais tarde, na metade do século III a. C. Êste retardamento não causa espanto: o ensino secundário clássico baseava-se na Grécia na explicação dos grandes poetas e, antes de tudo, de Homero. Como poderia Roma ter o equivalente de tal estudo, não possuindo ela literatura nacional? Donde êste paradoxo talvez não salientado o bastante: criou-se a poesia latina precisamente para fornecer uma matéria de exegese ao ensino, sem dúvida para atender a uma exigência do nacionalismo romano que não se satisfaria por muito tempo com uma educação dada somente em grego.

O primeiro poeta latino, e também o primeiro professor de literatura latina, é o mesmo Lívio Andrônico de Tarento que assinalamos como o primeiro em data dos mestres de grego a ensinar em Roma. Êle traduziu a *Odisséia* para o latim, servindo-se do velho metro indígena, o saturnino. Esta tradução era muito literal, verso por verso: assim α1, "Dize-me, ó Musa, o homem das mil voltas", era traduzido por:

Virum mihi Camoena insece versutum ⁶⁶.

65. *Corpus Inscriptionum Latinorum*, I^o, 3 = H. DESSAU, *Inscriptiones Latinae Selectae*, 8561. — 66. AULO GÉLIO, *Noites Áticas*, XVIII, 9, 5.

Mas não se deve supor que ela tenha tido o fim de ajudar, tal uma tradução justalinear, seus alunos a iniciar-se no grego de Homero. Esta tradução era para Andrônico um texto, que ele explicava, *praelegebat*, paralelamente aos clássicos gregos⁶⁷.

Sem dúvida, não foi essa a única fonte da primeira poesia latina (20), mas por muito tempo esta conservou o caráter, estranho para nós, de estar nitidamente ligada à necessidade de preencher os programas do ensino secundário: duas gerações depois, Ênio, este também meio grego — continua a explicar, ao lado dos autores gregos, seus próprios poemas, alçados também, desde sua aparição, ao nível dos “clássicos”⁶⁸.

Muito cedo, pelo menos, parece, por volta do tempo dos Gracos, este ensino tornou-se autônomo e foi ministrado por *grammatici Latini*, equiparados aos gramáticos encarregados do grego. Mas continuou por muito tempo prejudicado pela falta de prestígio e pelo pouco valor cultural dos textos explicados: o velho Andrônico continuava no programa⁶⁹, Ênio disputava-lhe o primeiro lugar, mas era isto uma fraca concorrência a Homero! Pode-se conjecturar⁷⁰ que, desde o século II, os cômicos latinos foram adotados pelas escolas: podia-se desdenhar este reforço? E como não acolher os imitadores e êmulos de Menandro, que, aliás, estava inscrito no programa dos gramáticos gregos?

Mas é somente no tempo de Augusto que o ensino secundário latino toma sua forma definitiva e pode rivalizar em valor educativo com o grego, quando um alforriado de Ático, Q. Cecílio Epirota, pouco depois de 26 antes de Cristo, toma a ousada iniciativa de escolher como autores para explicar “Virgílio e os outros poetas novos”⁷¹, na primeira linha dos quais se deve, sem dúvida, incluir Horácio. Desde então, durante toda a duração da escola antiga, até as trevas dos tempos bárbaros, o programa permanecerá imutável: como os cômicos, e sobretudo Terêncio, são os grandes poetas do século de

67. Suetônio, *Gramáticos e Retóricos*, 1, 1. — 68. *Ibidem*. — 69. Horácio, *Epístolas*, II, 1, 70-71. — 70. Cf. Aulo Gêlio, *Noites Áticas*, XV, 24. — 71. Suetônio, *Gramáticos e Retóricos*, 16, 2.

Augusto, e Virgílio antes de todos, que permanecerão na base da cultura literária latina. Doravante um romano culto é um homem que possui seu Virgílio, como um grego possui Homero: tesouro de sabedoria e de beleza profundamente gravado na memória, donde os versos passam à consciência cada vez que se experimenta a necessidade de exprimir, de ressaltar ou de afiançar um sentimento ou uma idéia.

Quanto ao outro aspecto do ensino secundário, o estudo teórico da língua, só foi conhecido em Roma depois de sua criação em Rodes por Dionísio, o Trácio: o primeiro tratado consagrado em latim a esta nova ciência parece haver sido o *De Grammatica*, que constituía o *lib. I* das *Disciplinarum libri* de Varrão (116-27 antes de Cristo) (21).

ENSINO SUPERIOR: OS RETORES LATINOS

O ensino superior, sob sua forma dominante, a retórica, só apareceu em Roma, sob sua forma latina, no século I a. C. e não se aclimatou sem dificuldade. A primeira escola de retóricos latinos foi aberta em 93 por L. Plócio Galo, um cliente de Mário⁷²; no ano seguinte, era fechada em virtude de um edito dos censores aristocratas, Cn. Domício Ahenobarbo e L. Licínio Crasso⁷³, como uma inovação contrária ao costume e à tradição dos ancestrais.

A medida certamente possuía alcance político (22): deve-se ver nisto mais que um gesto hostil dos censores aristocratas contra uma iniciativa que parte do clã rival. Era o próprio espírito que animava a nova escola que podia inquietar os conservadores. Podemos fazer uma idéia precisa da pedagogia de Plócio graças ao manual anônimo que representa a *Retórica dedicada a Herênio*, composto entre 86 e 82 por um aluno desta escola.

72. Idem, 26 (CÍCERO); SÊNECA O RETOR, *Controvérsias*, II, pr. 5; SÃO JERÔNIMO, *Crônica*, 88a. — 73. SUETÔNIO, *Gramáticos e Retóricos*, 25, 2; AULO GÉLIO, *Noites Áticas*, XV, 11; CÍCERO, *Sobre o Orador*, III, 93-94; TÁCITO, *Diálogo dos Oradores*, 35.

Reflete êle um ensino de tipo muito "moderno", nitidamente oposto à retórica clássica das escolas gregas: embora influenciado por esta (e notadamente por Her magníoras), o autor procura reagir contra a acumulação das regras⁷⁴; quer aproximar o ensino da prática e da vida. Aos assuntos tradicionais da declamação, do tipo Orestes e Clitemnestra⁷⁵, prefere deliberadamente temas tirados da vida romana real: questões de direito marítimo ou sucessorial⁷⁶, e sobretudo debates refletindo a vida política contemporânea. O questor Cepião deve ser condenado por haver-se oposto à lei frumentícia do tribuno Saturnino?⁷⁷ Pode-se absolver o assassino do tribuno P. Sulpício (morto em 88 por ordem de Sila)?⁷⁸ O Senado delibera, durante a guerra social (91-88), sobre a questão de outorgar o direito de cidade aos italianos⁷⁹. Morte trágica de Tibério Graco...⁸⁰

Sem dúvida, nem todos os assuntos são tirados de tão ardente atualidade e a argumentação não é sistematicamente orientada no sentido favorável dos *populares* (um bom retórico deve saber defender o pró e o contra): não há dúvida, entretanto, que a atmosfera geral da escola se ressentia com a posição política do seu fundador.

Há mais: o ensino tradicional da retórica, precisamente porque era ministrado em língua grega, que supunha estudos mais longos e mais difíceis, era de natureza tal que satisfazia aos conservadores: interditar o ensino dos retóricos latinos era para eles um meio de reservar aos filhos das famílias ricas e nobres o benefício desta arte prestigiosa da palavra, tão útil nas lutas do fórum que a escola marianista de L. Plúcio Galo oferecia com abatimento aos javens ambiciosos egressos do povo.

A OBRA DE CÍCERO

Constrangido por esta medida, o ensino latino da eloquência só se soulevou no fim do século, em consequência da obra empreendida por Cícero. Resultado pa-

74. [Cícero], *Retórica a Herânio*, I, 1. — 75. *Idem*, I, 17; 25; 26. — 76. *Idem*, I, 19; 20; 23. — 77. *Idem*, I, 21. — 78. *Idem*, I, 25. — 79. *Idem*, III, 2. — 80. *Idem*, IV, 55. — 81. *Idem*, cf. I, 21; II, 17...

radoxal, pois Cícero, criado num meio aristocrático, havia sido afastado da escola latina e aprendera retórica em grego (23).

Movido por sincero patriotismo, o grande orador consagrou boa parte de seus esforços, em tôda a extensão de sua carreira, no sentido de tornar possível o estudo de sua arte em latim. De início seus próprios discursos representavam mesmo os modelos que os jovens latinos poderiam estudar e imitar, de maior utilidade para êles que as obras-primas áticas. Por outro lado, seus tratados, prossequindo a obra cultivada pela escola de Plócio, forneciam o material técnico que permitia dispensar teóricos gregos: quer se tratasse de manuais como o *De Inventione*, obra de sua juventude, simples adaptação latina do ensino de seu mestre Mólón, quer das *Partituras oratórias*, ou dos grandes tratados de estética e de história, *De Oratore*, *Brutus*, *Orator*.

Foi talvez o próprio Cícero quem deu o exemplo: sabemos que êle revelava os segredos de sua arte a seus jovens discípulos; de qualquer modo, parece certo que, desde o tempo de Augusto (24), um ensino latino da retórica duplica normalmente, para os romanos, o do retórico grego.

A obra filosófica de Cícero, do *De Republica* ao *De Officiis*, tinha o mesmo condão que sua obra oratória: criar em latim uma língua técnica que permitisse "*volgarizzare*" o estudo do pensamento grego: desde então, tornava-se possível instituir um ensino propriamente romano da filosofia.

A FILOSOFIA PERMANECE GREGA

Mas, neste terreno, sua influência foi muito menos fecunda que no da eloquência. Jamais houve escola latina para a filosofia, sem dúvida porque esta se destinava tão somente a uma minoria de espíritos de elite que não podia repudiar o esforço suplementar da língua.

Houve, certamente, uma filosofia romana, de dominante "pitagórica" e depois epicúrea na República, estóica no Império, neoplatônica nos séculos III e V; houve, depois de Cícero, filósofos que pensaram e escre-

veram em latim. Mas o fato é que muitos, oriundos embora de um meio social realmente romano, nem por isto empregaram menos o grego como veículo de expressão: é o caso dos Sextos, de Cornuto, de Musônio, do imperador Marco Aurélio. Fato mais significativo ainda, mesmo os que compuseram sua obra em latim haviam feito em grego seus estudos filosóficos: isto é bem claro em relação a Sêneca (25) e Apuleio⁸².

TAMBÉM A CIÊNCIA REMANESCE GREGA

Constatar-se-á o mesmo em relação ao alto ensino científico, que continua também puramente grego. No tocante aos estudos matemáticos, os latinos não desenvolveram, por seu turno, senão êstes, mais técnicos que propriamente científicos, da arquitetura e da agrimensura (26) — esta de maneira aliás muito original, como o testemunha a curiosa literatura do *corpus* dos *Agri-mensores*. Poder-se-á, querendo-se, reencontrar aí, como os próprios latinos nos sugerem⁸³, o espírito prático dos romanos, pouco propensos à pesquisa desinteressada. Mas importa lembrar também que êstes estudos científicos só ocupavam lugar restrito na educação helenística: mais ainda que a filosofia, interessavam apenas a uma insignificante minoria de especialistas; por que criar, para algumas vocações excepcionais, um ensino especial em latim: o obstáculo da língua não era levado em conta e, de resto, como a filosofia, o objeto dêstes estudos não era uma Verdade que transcendia a qualquer linguagem?

A MEDICINA ROMANA

Somente o ensino da medicina acaba sendo naturalizado em Roma; mas é notável que isto tenha ocorrido em data tardia. Sob a República e durante todo o Alto Império, o ensino profissional da medicina é ministrado ainda em grego. Os tratados latinos de medicina, como

82. L. ANEU FLORO, *Virgílio é um Orador ou um Poeta?* (ed. H. Malcovati, Roma, 1938), 20. — 83. CÍCERO, *As Tusculanas*, I, 5.

os de Varrão e de Celso, apenas reconstróem êste enciclopedismo prático para o uso do *paterfamilias*, cujo programa esbocei. Existe realmente um ensino oficial da medicina confiado aos médicos chefes do serviço de saúde pública, *archiatri* (27) (o nome e a coisa vinham do oriente), mas era ministrado em grego.

É sòmente no Baixo Império, no século IV e sobretudo no V, que aparece uma literatura médica (e veterinária) em latim: aliás, compõe-se, no essencial, de traduções de manuais gregos (28). Esta floração tardia explica-se pela natural reação do meio social (o Ocidente não podia deixar de ter médicos) diante de um fenômeno que nos é necessário agora estudar: o recuo dos estudos gregos e logo o esquecimento do grego no Ocidente, fato característico da história cultural da baixa Antigüidade.

CAPÍTULO III

A QUESTÃO DAS LÍNGUAS: GREGO E LATIM

Um romano culto versará, pois, as duas línguas, o grego e o latim, *utriusque linguae*, segundo a expressão consagrada, desde Horácio¹ (1). Traço notável, pelo qual o classicismo romano abre caminho às formas modernas do humanismo que repousam no estudo de uma língua auxiliar, de uma língua de cultura, veículo de uma tradição a que se reconhece uma superioridade essencial e um valor exemplar.

Os latinos sempre respeitaram na cultura grega a fonte do seu próprio desenvolvimento espiritual², direi mesmo que eles jamais se libertaram completamente de certo complexo de inferioridade a este respeito³; em particular, foi sempre⁴ um lugar comum entre eles deplorar a "pobreza" de seu idioma frente ao esplendor do grego.

Foram eles os primeiros a explorar, sistematicamente, o benefício do estudo de uma língua estrangeira para aprofundar o domínio de sua língua nacional: como nossos escolares, os meninos romanos praticavam o exercício da tradução do grego para o latim e do latim para o grego⁵; aplicavam-se no sentido de confrontar Cícero e Demóstenes⁶; Homero e Virgílio⁷ (lembremo-nos de que a "comparação" (σύγκρισις) é um dos *progymnasmata* que conduzem à retórica); de Varrão⁸ ao Baixo

1. HORÁCIO, *Odes*, III, 8, 5. — 2. QUINTILIANO, *Instituição Oratória*, I, 1, 12; PLÍNIO O JOVEM, *Cartas*, VIII, 24, 4. — 3. VITRÚVIO, *Enciclosa*, VI, 847 s.; LUCRÉCIO, *De Natura Rerum*, I, 832; cf. 139. — 4. Idem, III, 260; PLÍNIO O JOVEM, *Cartas*, IV, 18. — 5. QUINTILIANO, *Instituição Oratória*, X, 5, 2-3; PLÍNIO O JOVEM, *Cartas*, VII, 9; SÚETÔNIO, *Gramáticos e Retóricos*, 25, 5. — 6. QUINTILIANO, *Instituição Oratória*, X, 1, 105 s. — 7. JUVENAL, *Sátiras*, VI, 436; XI, 180. — 8. VARRÃO, *Sobre a Língua Latina*, V, 96 s.

Império⁹, os gramáticos latinos recorrem ao estudo paralelo das duas línguas, preludiando a nossa "gramática comparada do grego e do latim (2)".

Estamos bem na origem dos métodos característicos de nosso próprio ensino clássico. Devemos atribuir êsse mérito aos latinos: o humanismo helenístico recusou-se sempre a conceder um lugar, em seu programa de educação liberal, a alguma das línguas estrangeiras — a seus olhos "bárbaras". A cultura grega, diversamente da latina, sabe e sente que é original e autônoma.

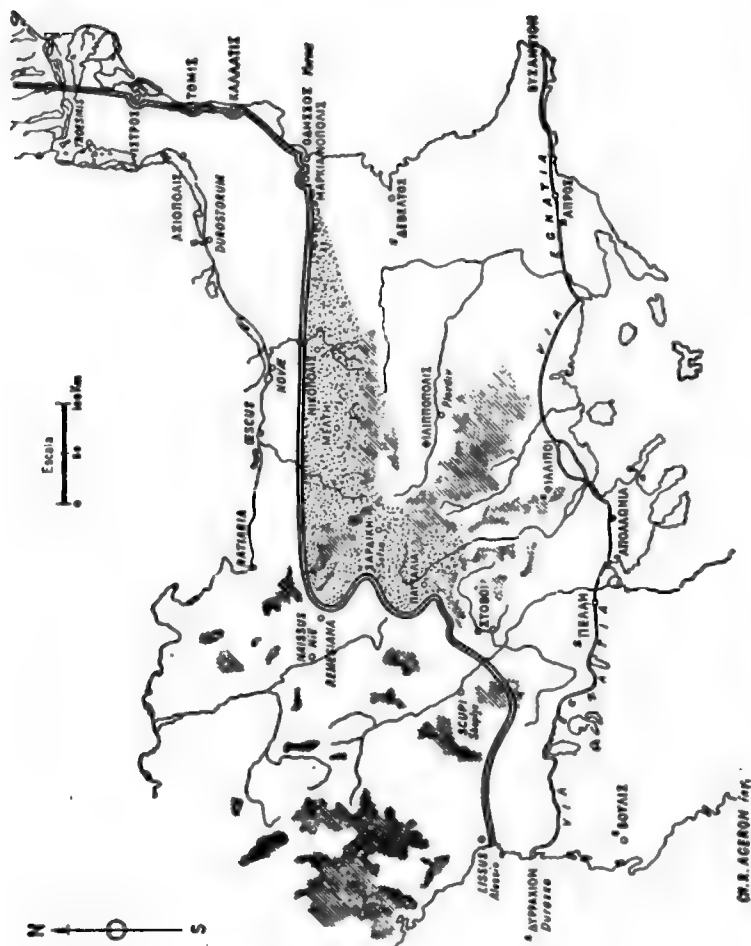
Obviamente, haverá, de Políbio a Plutarco, gregos interessados pelas coisas romanas com inteligência e simpatia, mas serão especialistas, agentes de ligação culturais, não representantes da cultura normal.

Aquela atitude, eivada de ignorância e de desdém¹⁰, é bastante natural na República, quando a cultura latina está apenas desabrochando e quando Roma não passa, para os países gregos, de uma estrangeira, uma inimiga, um conquistador, um amo tirânico. Ela porém não se modificou sensivelmente sob o Império quando os gregos praticamente abdicaram dos seus ressentimentos de vencidos (3) e se sentiram integrados¹¹, assim como os italianos e os ocidentais, nesta vasta pátria, dilatada até os limites do mundo civilizado, que se tornara a cidade romana¹².

O MUNDO ROMANO É BILÍNGUE

O império romano não conheceu unificação lingüística correspondente ao duplo movimento de unificação política e cultural (um oriundo de Roma, o outro da Grécia) que tão poderosamente ligara as duas metades do mundo mediterrâneo: continuará dividido em duas zonas de influência, cada uma adstrita a uma de suas duas línguas de cultura. Pode-se traçar no mapa a fronteira que as separa (4); esta se estabeleceu através dos países de início pouco civilizados, onde o grego e o latim substituíram ou, pelo menos, sobrepuseram-se aos

9. MACRÓBIO, *Comparação dos Verbos Gregos e Latinos; Grammatici Latini* (ed. Keil), IV, 566 s. (SÉRVIO) / "j'identifie à Servius le Sergius des Ms." / — 10. CÍCERO, *Sobre a Ordem*, II, 77. — 11. ELIO ARISTIDES, *Discursos* (ed. Keil), XXVI. — 12. RUTÍLIO NAMACIANO, *Poema sobre seu Regresso*, I, 63 s.



A *fronteira lingüística no império romano*. — A linha dupla indica a fronteira entre as zonas de influência do latim (ao Norte e a Oeste) e do grego (ao Sul), no século II d.C. O grisado indica os progressos feitos pelo latim no fim do século III. O asterisco designa as colónias romanas cujo elemento latino foi progressivamente reabsorvido pelo helenismo. As hachuras, as regiões montanhosas acima de mil metros de altitude.

linguajares nacionais: não houve conquista notável de uma sobre a outra, exceto a latinização da Grande Grécia e da Sicília e a reabsorção, em benefício do helenismo, das colônias disseminadas por Roma em país grego ao longo da *Via Egnatia* (5).

O Estado romano, aliás precisamente por causa do prestígio da cultura grega, jamais tentou¹³ seriamente impor o latim a seus súditos orientais. A administração romana sempre ignorou as línguas bárbaras (céltico, germânico, etc.); e pelo contrário, reconhece de algum modo oficialmente a existência do grego: os atos oficiais, *senatus-consultos*, editos referentes às províncias orientais, são traduzidos e divulgados em grego (6); a chancelaria imperial, de Cláudio ao Baixo Império¹⁴, possui duas repartições paralelas para a correspondência, chefiadas respectivamente pelos intendentess *ab epistulis Latinis* e *ab epistulis Graecis*. Sem dúvida, o grego jamais conseguiu ser reconhecido como igual ao latim: êste permanece a "língua nacional" (πάτριος γωνή), como ainda dirá Justiniano¹⁵: em princípio, os magistrados são obrigados a servir-se do latim no exercício de suas funções¹⁶, e a lembrança desta "velha lei" conservar-se-á por longo tempo¹⁷; é somente sob Arcádio que os juizes serão autorizados a exarar suas sentenças diretamente em grego¹⁸. Mas, na prática, os funcionários romanos, que compreendiam e falavam o grego, achavam um meio de dispensar intérpretes: perante os tribunais, o interrogatório e os debates processavam-se em grego¹⁹: para citar apenas um exemplo disto, uma inscrição recentemente publicada²⁰ restituiu-nos a sùmula de um processo demandado em Antioquia perante o imperador Caracala em 27 de maio de 216: o título é em latim (como devia ser a sentença), mas, no decorrer dos debates, todos falam grego, a começar pelo imperador (*).

13. Contra: VALÉRIO MÁXIMO, *Feitos e Ditos Memóraveis*, II, 2; SANTO AGOSTINHO, *A Cidade de Deus*, XIX, 7. — 14. *Notitia Dignitatum* (Império do Oriente), 17. — 15. JUSTINIANO, *Novelas*, VII, 1. — 16. VALÉRIO MÁXIMO, *Feitos e Ditos Memóraveis*, II, 2. — 17. LEO, *Das Magistraturas Romanas*, III, 68; cf. 11, 12; 111, 42. — 18. *Código Justiniano*, VII, 45, 12. — 19. VALÉRIO MÁXIMO, *Feitos e Ditos Memóraveis*, VIII, 7, 6; SUETÔNIO, *Vida de Tibério*, 71. — 20. *Syria*, 23 (1942-1943), 178-179.

(*) Contudo, o lugar do latim nos tribunais do Egito amplia-se durante os séculos IV e V: cf. Norsa, M., em *Miscellanea G. Mercati*, tomo VI, Vaticano, 1946 (*Studi e Testi*, tomo 126), p. 112-113.

Apenas o exército é completamente latino, de quadros e de língua. A administração civil recruta no próprio local, no Oriente grego, boa parte do pessoal que ela aí emprega: não somente os empregados subalternos, mas, em sua imensa maioria, os intendentess de categoria equestre.

POUCOS GREGOS APRENDEM O LATIM

Nestas condições, não é de admirar que os gregos hajam pôsto tão pouco empenho em estudar o latim. Faz exceção apenas os jovens pertencentes à pequena elite das famílias aristocráticas que o favor imperial admite nas honrarias do Senado: como Herodes Ático, que vem aprender o latim na própria Roma, em casa de um amigo de sua família, o consular P. Calvíssio Tulo, avô materno do seu futuro aluno, o imperador Marco Aurélio²¹. Ou ainda os que se destinam a servir no exército ou aspiram às altas carreiras administrativas; de fato, a maioria dos gregos que ingressam na administração pertencem ao quadro local das províncias orientais onde, muito freqüentemente, se desenrola tóda a sua carreira: só deixam o Oriente por Roma, se sua promoção os leva bastante alto para serem chamados às repartições da capital (7).

É excepcional encontrar em país grego letrados interessados pela literatura romana²²: o estudo do latim jamais se integrou, ali, no programa da educação liberal; êste estudo conserva sempre um caráter de ensino técnico: é antes de tudo uma introdução ao estudo do direito, disciplina autenticamente latina²³.

Poder-se-ia talvez citar alguns exemplos dêstes jovens gregos atraídos pelo latim com a esperança de uma carreira oficial, desde o primeiro século de nossa era²⁴; mas seu número multiplica-se apenas a partir do terceiro século, com a dinastia dos Severos, quando, com Júlia Domna, o Oriente ascende à púrpura: conhecemos então muitos jurisconsultos de origem grega (Papiniano, Ulpiano...); vemos jovens, como o futuro São Gregório,

21. FRONTÃO, *Correspondência com Marco Aurélio* (ed. Naber), III, 2. — 22. ÁULO GÉLIO, XIX, 9, 7. — 23. SÃO GREGÓRIO O TAUMATURGO, *Panegírico de Orígenes* (Migne, *Patrologie Grecque*, t. 10), 5, 1066 B. — 24. FILOSTRATO, *Vida de Apolônio de Tiana* (ed. Olearius), VII, 42.

o Taumaturgo, e seu irmão, deixar, por volta de 239, sua província natal de Capadócia para irem formar-se no centro de estudos latinos e jurídicos que se tornara Beirute²⁵. O movimento amplia-se no Baixo Império: não é por um acaso que todos os papiros escolares latinos encontrados no Egito datam dos séculos IV e V; muitos testemunhos atestam que então as famílias orientais ansiavam por lançar seus filhos nesta senda²⁶ e um retor como Libânio inquieta-se com a concorrência que lhe fazem as escolas latinas de Roma ou da Palestina — entenda-se de Beirute²⁷.

Isto não era apenas um efeito do desenvolvimento da máquina burocrática do Estado: é muito provável²⁸ que tenha havido em Diocleciano e seus sucessores uma política consciente, visando a desenvolver no Oriente o conhecimento da “língua nacional”, encarada como um fator de unidade capaz de reforçar a coesão do império. A fundação de Constantinopla instala no coração do mundo grego um diuturno luzeiro de latinidade (8). Realmente, é no século IV que encontramos escritores latinos de origem oriental, altos funcionários civis, como Claudiano de Alexandria²⁹ ou Macróbio³⁰, oficiais como Amiano Marcelino de Antioquia³¹.

Mas este progresso foi apenas relativo e logo se deteve: desde o fim do século IV o grego substitui o latim na rotina do ensino na escola de direito de Beirute. A partir de Justiniano, como se vê por suas *Novelas*³², o imperador decide-se a legislar normalmente em grego: o império, de fato, tornou-se um império helênico.

O GREGO EM ROMA

Durante este tempo, em país latino, o sistema de educação bilingüe instituído no século II a. C. jamais se pôs em causa: subsiste, ao menos em teoria, enquanto dura a tradição antiga. Subentende-se sempre que um

25. SÃO GREGÓRIO O TAUMATURGO, *Panegírico de Orígenes* (Migne, *Patrologie Grecque*, t. 10), 5. 1066 C. — 26. SÃO JOÃO CRISÓSTOMO, *Contra os Detratores da Vida Mondânica* (Migne, *Patrologie Grecque*, t. 47), III, 5. — 27. LIBÂNIO, *Discursos* (ed. Förster), I, 214; XLIII, 5; XLVIII, 22; XLIX, 27. — 28. Idem, I, 234. — 29. CLAUDIANO DE ALEXANDRIA, *Poemas Menores*, XIX, 3. — 30. MACRÓBIO, *As Saturnais*, pr. 11. — 31. AMIANO MARCELINO, *História dos Imperadores Romanos*, XXXI, 16, 9. — 32. JUSTINIANO, *Novelas*, VII, 1.

letrado digno dêste nome deve ter, em sua infância, estudado Homero e Menandro: isto é certo, para a Gália, não somente no tempo de Ausônio³³, mas também no de Sidônio Apolinário (nascido por volta de 430) (9); para a África, não apenas de Santo Agostinho, mas também de São Fulgêncio de Ruspe (nascido em 467)³⁴. O único problema que se propõe ao historiador, problema aliás bem delicado (10), é avaliar nas diferentes épocas a autenticidade, a profundidade do helenismo assim inculcado aos jovens romanos.

Voltemos à origem: constatamos a efetividade da cultura grega de um Cipião Emiliano. Em sua época, ser culto é, antes de tudo, saber o grego. Durante todo o século II, vemos afirmar-se cada vez mais a importância dêste conhecimento para os romanos: basta folhear o *Brutus* de Cícero, o monótono catálogo dos oradores do tempo passado, para dar-se conta disso³⁵. Nos anos da década de 90, é comum um romano culto falar o grego como sua língua materna³⁶. Encontram-se, inclusive, esnobes que afetam desprezar sua língua nacional³⁷; desde muito era moda entre os letrados romanos escrever em grego, notadamente livros de história³⁸.

O GREGO DE CÍCERO

Ao cabo desta evolução, Cícero mostra-nos o helenismo latino chegado ao seu pleno desenvolvimento. Cícero não somente sabe perfeitamente o grego como também assimilou toda a cultura grega do seu tempo: em Atenas, em Rodas, levou seus estudos de retórica e de filosofia³⁹ tão longe quanto podia fazê-lo um estudante grego. Profunda cultura: não é uma capa superficial, uma afetação. Traduz Arato⁴⁰, Platão⁴¹, oradores⁴²; declama em grego como sofista⁴³, redige em grego parte de sua correspondência⁴⁴, orna de citações e palavras gregas suas cartas

33. AUSÔNIO, *Exortação a seu Neto* (Epístolas, XXII, Idílios, IV), 46. —

34. FERRANDO DE CARTAGO, *Vida de São Fulgêncio de Ruspe* (ed. Lapeyre), 1. —

35. CÍCERO, *Brutus*, 107, 167... — 36. *Sobre o Orador*, II, 2-3. — 37. *Brutus*, 247 —

38. POLÍBIO, *História Romana*, XXXIX, 1. — 39. CÍCERO, *Brutus*, 304-316. — 40. Tra-

dução de Aratos. — 41. Tradução do "Timeu" de Platão. — 42. *Sobre o Orador*, I, 155. — 43. *Brutus*, 310; 315. — 44. PLUTARCO, *Cícero*, 24.

familiares: com que desembaraço e felicidade de expressão o grego vem engastar-se na textura do seu latim! Sente-se que êle pensa em grego e que escreve a letrados como êle capazes de apreciar tais primores. O grego serve-lhe muitas vêzes, realmente, para precisar um matiz do seu pensamento, graças à riqueza do seu vocabulário. Serve-lhe também para variar o efeito, para gracejar. Êste emprêgo, às vêzes intemperante, do grego caracteriza, sob sua pena, um gênero especial de latim familiar (manifestado sobretudo na correspondência mais íntima) em que, por brincadeira, o beletrista Cícero diverte-se em usar a língua cara ao homem verdadeiramente culto: o equivalente ao uso do inglês nas notas pessoais de um francês de nossos dias (penso em Ch. Du Bos ou V. Larbaud), ou melhor, do francês sob a pena de um alemão no tempo do barão Grimm. E êste grego espontâneo é um grego vivo, que nada tem de livresco (Cícero é mesmo a única testemunha de bom número de palavras gregas que êle emprega, tomadas ao vocabulário da κοινή do seu tempo) (11).

RETRAÇÃO DO GREGO

Cícero, parece-me certo, ocupa o ápice da curva: depois dêle, a partir do início do Império, o conhecimento do grego não fêz senão decrescer em Roma. Isto era inevitável, diante do progresso e do enriquecimento próprio da cultura latina.

Até o tempo de Cícero, a partida não era igual entre as duas línguas: que contava Ênio diante de Homero? O grego era então o instrumento obrigatório da verdadeira cultura. Não é mais o mesmo depois da reforma escolar de Q. Cecílio Epirota: no momento em que a língua latina se mostrava capaz, tanto quanto o grego, de veicular os mais altos valores, as duas línguas, em certo sentido, eram concorrentes.

Assim, após a obra de Plócio Galo e de Cícero, não é mais indispensável passar pelo grego para iniciar-se nos segredos maravilhosos da arte oratória: o estudo da teoria retórica grega tinha, em suma, duplo emprêgo.

Por outro lado, o tempo e as forças da criança são limitados: como querer que um jovem latino leve o estudo dos clássicos gregos, que para ele não passa, afinal, da metade do seu programa, tão longe quanto o faziam seus colegas orientais, que nada estudavam além disso? Ser culto, para um latino, é, doravante, antes de tudo, conhecer Virgílio e Cícero. Passou-se, em Roma, algo de análogo ao que observamos desde o século XVII: o grego recuou diante do latim como entre nós os estudos antigos ante a concorrência crescente da literatura moderna. Pedagogicamente, um rigoroso bilingüismo não é mais um método normal: a experiência de certos países modernos (12) confirma a opinião que já exprimia, por conta própria, com encantadora ingenuidade, o neto de Ausônio, Paulino de Pela, no início do século V: "Fazer aprender duas línguas simultaneamente convém muito bem a uma elite e dá brilhantes resultados com os bons alunos. Para um espírito medíocre, como o meu, a dispersão do esforço esgota rapidamente seus recursos...⁴⁵"

Que tenha o grego recuado diante do latim, isto não poderia ser pôsto em dúvida: no Baixo Império, a bela unidade da cultura helenístico-romana está rompida e existem doravante duas culturas mediterrâneas, um Ocidente latino e um Ocidente grego nitidamente diferenciados. A dificuldade reside em precisar os estágios dêste recuo, e, particularmente, em descobrir-lhe os primeiros sintomas; dificuldade real, pois, aparentemente, nada mudou, a escola romana jamais cessará de ensinar o grego; importa apreciar a qualidade dêste ensino, o valor dos seus resultados.

Entretanto, desde o fim do século I, certos sintomas de debilitação já podem, se não me engano, ser observados em Quintiliano. Certamente êste mantém a necessidade de estudar o grego⁴⁶, que ele, aliás, conhece bem. Conhece a fundo o sistema da retórica grega e seu complicado vocabulário (13), mas é êsse o setor técnico de sua cultura, sua especialidade. Conhece bem igualmente seus clássicos (Homero, etc.)⁴⁷, e sabe citá-

45. PAULINO DE PELA, *Eucharisticon*, 81-84. — 46. QUINTILIANO, *Instituição Oratória*, I, 1, 12; X, 5, 2 s.; X, 1, 22 s. — 47. *Idem*, X, 1, 46 s.

-los oportunamente; mas êle o faz muito menos frequentemente e de maneira menos natural que ao citar Virgílio ou Cícero: êstes são seus verdadeiros autores, os de que se lembra sem esforço e aos quais seu pensamento se refere instintivamente. O helenismo de Quintiliano já é mais escolar que humanista, é muito menos profundo que o de Cícero.

Mas não se deve exagerar a rapidez desta evolução: em 97, dois anos após a morte de Quintiliano, encontram-se cinquenta e dois concorrentes para disputar o prêmio de poesia grega nos III Jogos Capitolinos, e entre êles se encontravam romanos, como o menino prodígio Q. Sulpício Máximo que, com a idade de onze anos, concorreu com um poema sobre Faetonte, aliás execrável, mas que atesta, pelo menos, bom conhecimento da língua ⁴⁸.

Uma geração mais tarde, Plínio, o Jovem, introduz-nos num meio em que o grego permaneceu em evidência (14): seus amigos são espíritos cultos *utraque lingua*, que possuem as duas línguas ⁴⁹, compõem em grego epigramas ⁵⁰ ou livros de história ⁵¹, citam facilmente Homero, até em pleno Senado ⁵². Êle próprio aprendeu bem o grego (criança prodígio à sua maneira, compusera, aos catorze anos, uma tragédia grega ⁵³); fêz sua retórica em grego, com o ilustre Nicetas de Esmirna, ao mesmo tempo que seguia, em latim, os cursos de Quintiliano ⁵⁴; frequênta os filósofos ⁵⁵, escuta as conferências dos sofistas ⁵⁶. Lembra-se dos clássicos, cita naturalmente em suas cartas Homero, os cômicos, Tucídides, Demóstenes: crer-se-ia estar ainda no tempo de Cícero!

Mas esta semelhança é tão completa que até desperta alguma suspeita: não há, da parte de Plínio e dos seus, um pouco de afetação? Visivelmente, Plínio quer que sua correspondência lembre a de Cícero e imita-o, conscientemente, até em seu uso do grego: mas quão longe está esta aplicação, muitas vêzes pedante ⁵⁷, do gracejo espontâneo das cartas a Ático!

48. H. DESSAU, *Inscriptiones Latinae Selectae*, 5177. — 49. PLÍNIO O JOVEM, *Cartas*, III, 1, 7; VII, 25, 4. — 50. Idem, IV, 3, 3; IV, 18. — 51. Idem, VIII, 4, 3. — 52. Idem, IX, 13, 20. — 53. Idem, VII, 4, 2. — 54. Idem, VI, 6, 3. — 55. Idem, X, 2; III, 11, 5. — 56. Idem, II, 3. — 57. Idem, IX, 26, 8-9 (cf. SÊNECA O FILÓSOFO, *Cartas a Lucílio*, 27, 5-6).

Avancemos ainda no século II: a *História Augusta* mostra-nos Marco Aurélio⁵⁸ ou Lúcio Vero⁵⁹ estudando, com mestres distintos, gramática e eloquência simultaneamente em latim e em grego: pode-se, uma vez, aceitar seu testemunho, visto sabermos por outras fontes que realmente estudaram a retórica, ao mesmo tempo com Frontão e Herodes, o Ateniese. Sem dúvida, era uma educação principesca, mas não há razão para supor que o século dos Antoninos, tão conservador, não haja mantido a tradição esmeradamente. A evolução deve ter-se precipitado no século III, e sobretudo na terrível crise que estremece o mundo romano a partir de 235. Ela se encontra, já disse, praticamente concluída no século seguinte (15): nada o mostra melhor que a situação em que então se acha a Igreja cristã.

Por muito tempo tendo-se expressado em grego assistira ela, a partir do fim do século II, as comunidades da África, depois as da Itália, adotarem o latim como língua litúrgica e teológica. No século IV, as Igrejas do Oriente e as do Ocidente vivem de sua própria vida, cada uma um pouco à parte. Nada o mostra melhor que as longas dificuldades da crise ariana: para lembrar apenas um episódio, pensemos na situação inextricável em que se encontraram, nos anos 368-377, os "neo-ortodoxos" reunidos por São Basílio: nada os separava realmente do papa Damásio e dos latinos; mas não chegaram a fazê-los reconhecer isto⁶⁰, porque, literalmente, não podiam entender-se, a tal ponto uns e outros haviam evoluído de maneira independente (16).

Quando os latinos ainda sabem grego, êsse grego é escolar, livresco: no patético apêlo que dirige a Damásio do fundo do seu deserto da Síria, São Jerônimo recusa-se a admitir, crendo aí descobrir não sei que bafio de arianismo, a fórmula "uma ousia, três hipóstases" (fórmula que, entretanto, a ortodoxia devia finalmente reter), "pois, diz êle, em grego clássico, οὐσία é sinônimo de ὑπόστασις e um e outro significam: substância⁶¹". Êle não parece suspeitar que o grego é uma língua viva, que

58. OS AUTORES DA "HISTÓRIA AUGUSTA", *Marco Aurélio*, 2, 24. — 59. OS AUTORES DA "HISTÓRIA AUGUSTA", *Lúcio Vero*, 2, 5. — 60. SÃO BASÍLIO DE CESARÉIA, *Cartas* (Migne, Patrologie Grecque, t. 32), 214, 789 AC. — 61. SÃO JERÔNIMO, *Correspondência*, 15, 34.

existe um grego cristão, uma língua técnica da teologia que evolui e se diferencia de dia para dia.

Para explicar estas dificuldades, os contemporâneos⁶² e depois dêles os modernos novamente invocaram a insuficiência do latim e a pobreza do seu vocabulário. Isto não me parece muito justo, porque existia também um latim teológico que se adaptava rapidamente, mas as duas línguas evoluíam cada uma de seu lado: as palavras latinas viviam sua vida própria e não correspondiam mais às palavras gregas sobre as quais haviam sido moldadas no início: *substantia* não é o equivalente de ὑπόστασις, e *persona* é alguma coisa de muito mais rico que πρόσωπον.

Os teólogos do Latrão, evidentemente, não representam, êles sôzinhos, todo o Ocidente. Seria necessário distinguir com precisão os diversos meios, sociais e culturais. O grego manteve-se melhor em uns que em outros: a medicina, a filosofia, sobretudo, continuam disciplinas tributárias do grego; é entre os prosélitos do neoplatonismo que se recrutarão os últimos helenistas, Claudiano Mamert na Gália no século V, Boécio na Itália no século seguinte. Mas trata-se de vocações excepcionais, de espíritos de elite.

Socialmente, o último meio que havia mantido firme a tradição do grego é o das grandes famílias aristocráticas da cidade de Roma, tradicionalmente conservadoras, ligadas às velhas tradições (não é, para muitos, a razão de sua tenaz fidelidade ao paganismo?) e que tantos vínculos, familiares ou econômicos, prendiam ao Oriente: o meio formado pelos amigos de Macróbio, o de onde sai Santo Ambrósio, onde se recrutam as filhas espirituais de São Jerônimo: o estudo do grego conservou-se aí melhor que na burguesia provincial a que pertencem o próprio São Jerônimo e Santo Agostinho, onde a cultura é menos avançada, mais utilitária, talvez.

Trata-se, aliás, sômente de matizes, apenas de gradações: mesmo nestes meios privilegiados, a qualidade do helenismo não é muito brilhante (17), e por outro lado, ainda mais uma vez, continua sempre entendido

62. SÃO BASÍLIO DE CESARÉIA, *Cartas* (Migne, Patrologie Grecque, t. 32), 214, 789. SÃO GREGÓRIO DE NAZIANZA, *Discursos* (Migne, Patrologie Grecque, t. 35-38), XXI, 35, 1124 D-1125 A.

que todos devem aprender o grego, estudar Homero e Menandro: é ainda o programa que Ausônio prescreve para seu neto (Paulino de Pela ou um de seus primos)⁶³. A família de Ausônio fornece-nos precisamente um bom testemunho sobre o estado do grego na Gália no século IV: o próprio Ausônio, que nos aborrece, entretanto, com seu grego de pedantismo exasperante⁶⁴, já não o sabe mais muito bem⁶⁵; Paulino, vimo-lo, menos ainda⁶⁶; e no entanto trata-se de uma grande família, de um meio universitário tendo propriedades no Épiro e na Grécia, podendo empregar domésticos gregos para olhar o berço do filho... O grego morre no Ocidente: os mestres competentes tornam-se raros: desde 376, o imperador Graciano reconhece que se torna difícil recrutá-los para Trêves⁶⁷; as traduções, que se multiplicam, não são mais, como na bela época, exercícios literários, mas empreendimentos de livraria, destinados a pôr ao alcance do público latino uma literatura estrangeira que lhe é doravante inacessível diretamente.

O MÉTODO DIRETO

Este recuo progressivo do grego refletiu-se nos métodos de ensino. Na origem, e este será sempre o costume seguido nas famílias aristocráticas, a educação era realmente bilingüe: o estudo das duas línguas era feito simultaneamente.

Desde tenra idade, a criança era confiada a uma criada ou a um escravo gregos⁶⁸, exatamente como foi por longo tempo costume da boa burguesia francesa confiar a criança a uma governanta estrangeira, "Fräulein" ou "Miss". Com esta ama-de-leite ou este pedagogo, ela aprendia a falar inicialmente o grego, antes mesmo de descobrir o latim: costume tão bem estabelecido que Quintiliano insiste sobre a necessidade de não tardar muito a ensinar o latim à criança, com medo de que ela o fale, em consequência disto, com um acento estrangeiro⁶⁹, perigo que não era imaginário⁷⁰.

63. AUSÔNIO, *Exortação a seu Neto* (= *Epístolas*, XXII, *Idílios*, IV), 46. — 64. *Épigramas*, 21; 47; 49-51; 57... — 65. *Os Professores de Bordéus*, 8, 13-16. — 66. PAULINO DE PELA, *Eucharisticon*, 81-84. — 67. *Código Teodosiano*, XIII, 3, 11. — 68. TÁCITO, *Diálogo dos Oradores*, 29, 1. — 69. QUINTILIANO, *Instituição Oratória*, I, 1, 12-14; SÃO JERÔNIMO, *Correspondência*, 107, 9, 1. — 70. PAULINO DE PELA, *Eucharisticon*, 75-80, cf. 72.

Chegada à idade escolar, ela podia fazer o estudo das letras nas duas línguas simultaneamente: de início, aprendia a ler e escrever nas duas línguas, começando, parece, pelo grego⁷¹; método que nos parece absurdo, mas não esqueçamos que, até que as escolas de Port-Royal fizessem triunfar a prioridade do francês, os velhos colégios da França ensinavam as crianças a ler em latim. Mais tarde, o escolar seguia paralelamente os cursos do *grammaticus Graecus* e os de seu confrade latino, em seguida os de um *orator Graecus* e de um *orator Latinus*.

Este método era evidentemente muito eficaz, pois exigia da criança latina duplo esforço: punha-a, no que se refere ao grego, no mesmo nível de um grego nato. Mas supunha um padrão de vida aristocrática que lhe limitava a difusão. Um pequeno burguês da África, como Santo Agostinho, não experimentou o luxo de uma governanta grega: o grego, e êle se queixa disso⁷², foi-lhe ensinado na escola como uma língua estranha, *lingua peregrina*, quando o latim lhe fôra revelado, sem esforço, na inconsciência e nos jogos da primeira infância.

MANUAIS ESCOLARES BILÍNGÜES

Para êste ensino escolar foram elaborados, logo no começo do século III, êstes curiosos manuais bilíngües, que nossos eruditos chamam os *Hermeneumata Pseudodositheana* (18); inauguram o método seguido ainda em nossos dias por tantos manuais práticos de vocabulário ou de conversação.

Redigidos provavelmente para o uso do público grego, eram concebidos de maneira a poder ser utilizados também pelos latinos; de fato, circularam muito no Ocidente, durante tôda a Antigüidade e até na Idade Média. Possuímos dêles pelo menos seis recensões diversas para comparar: começam com um vocabulário greco-latino, primeiro por ordem alfabética, depois disposto segundo o sentido em *capitula* (nomes de deuses, de deusas, ... de legumes, de peixes, de pássaros, ... vocabulário marítimo, médico). Em seguida vêm pequenos

71. E. DIEHL, *Inscriptiones Latinae Christianae Veteres*, 742. — 72. SANTO AGOSTINHO, *As Confissões*, I, 14 (23).

textos, muito simples, análogos aos que vimos servir de tema às "narrações" da escola helenística. Citarei por exemplo, entre outras anedotas relativas ao imperador Adriano:

Alguém lhe pedia para entrar no exército. Adriano diz-lhe: "Onde queres servir?" O outro diz: "Nas coortes pretorianas." Adriano perguntou-lhe: "Qual é tua estatura? — Cinco pés e meio." Adriano diz: "Por ora, serves nas coortes urbanas, e se és um bom soldado, após três anos de serviço, poderás passar às pretorianas⁷³."

Estes textos apresentam-se em duas colunas, texto grego e tradução latina ao lado:

αἰτοῦντος τίνος	<i>petente quodam</i>
ἵνα στρατευῇται,	<i>ut militaret,</i>
'Αδριανὸς εἶπεν	<i>Adrianus dixit:</i>
Ποῖ θελῶς	<i>"Ubi vis</i>
στρατεύεσθαι.	<i>militare?" etc.</i>

Encontramos apresentados dêste modo as fábulas de Esopo, um pequeno tratado jurídico *De manumissionibus*, um manual elementar de mitologia (a *Genealogia* de Higino), um resumo da história da guerra de Tróia, enfim e sobretudo um manual de conversação corrente, *quotidiana conversatio* (ὁμιλία καθημερινή ou συναστροφή), constituído de pequenos diálogos familiares, de tom delicioso, muito reveladores da vida romana sob o império (terei ocasião de utilizá-los mais adiante):

E o *paterfamilias* vai ao encontro de seu amigo e diz: "Bom dia, Gaio", e abraça-o. O outro saúda-o e diz: "Vai bem, Lúcio? Prazer em vê-lo!...⁷⁴ Se você quiser, venha comigo. — Aonde? — À casa de nosso amigo Lúcio; vamos fazer-lhe uma visita. — O que é que há? — Ele está doente. — Há quanto tempo? — Há alguns dias. — Onde mora êle? — Perto. — Se você quer vamos!...⁷⁵"

Por falta de documentos que reflitam a prática escolar, estamos mal informados sobre o uso que os latinos faziam desses manuais em seu estudo do grego. Em sentido inverso, estamos melhor colocados para saber como os orientais aprendiam o latim, graças à con-

73. *Corpus Glossariorum Latinorum*, III, 31, 24 s. — 74. *Idem*, 647, § 4. — 75. *Idem*, 649, § 6.

tribuição dos papiros do Egito. Aprendemos assim que começavam pelo alfabeto:

α	βη	κη	δη	ε	ιφφε	γη	δασια
a	b	c	d	e	f	g	h

isto é ἡ δασεία προσωδία, “o espírito rude”, a aspiração,

ι	κα	ιλλε	ιμμε	ιννε	ο	πη	κου	ιφρε	ισσε	τη	ου
i	k	l	m	n	o	p	q	r	s	t	u ⁷⁶ .

Depois, deviam tratar do estudo de pequenos textos elementares do tipo dos de nossos *Hermeneumata* (êles próprios, vimo-lo, pelo menos em parte análogos aos primeiros textos de leitura corrente da escola grega). Exercitavam-se em traduzi-los: um papiro conservou-nos um ensaio de tradução de três fábulas de Bábrio, de uma literalidade servil e em latim bem incorreto⁷⁷. Havendo assim adquirido um conhecimento suficiente da língua, podiam passar ao estudo dos clássicos (19): o mesmo método servia para “explicar” a *Eneida* (porque Virgílio, é óbvio, ocupa o primeiro lugar⁷⁸) e as *Catilinárias*⁷⁹ de Cícero; é o mesmo método de que ainda hoje nos servimos; as crianças gregas do Egito eram exercitadas em fazer sua “preparação palavra por palavra”, transposição para uma língua estrangeira do método que a escola helenística havia concebido para o estudo dos textos poéticos de Homero em particular: o exercício dispunha-se em duas colunas, à esquerda, o texto, à direita, sua tradução em grego corrente:

En., III, 447:

illa manent
immota
locis
neque ab ordine
cedunt...

ἐκεῖνα μένει
ἀκίνητα
ἐν τοῖς τόποις
οὐδὲ ἀπὸ τῆς τάξεως
εἰκεί...⁸⁰ (20)

76. *Papyrus d'Antinoé* (H. J. M. MILNE, *Greek Shortland Manuals*), 1; B. P. GREENFELL, A. S. HUNT, H. I. BELL, etc., *The Oxyrhynchus Papyri*, 1315. — 77. B. P. GREENFELL, A. S. HUNT, *The Amherst Papyri*, II, 26. — 78. *Papiri Milanesi per cura della Scuola di Papirologia dell'Università del Sacro Cuore*, 1; A. S. HUNT, J. DE M. JOHNSON, V. MARTIN, *Catalogue of the Greek Papyri in the John Rylands Library at Manchester*, 478, *Papiri greci e latini*, 756; B. P. GREENFELL, A. S. HUNT, H. I. BELL, etc., *The Oxyrhynchus Papyri*, 1099. — 79. A. S. HUNT, J. DE M. JOHNSON, V. MARTIN, *Catalogue of the Greek Papyri in the John Rylands Library at Manchester*, 61; *Wiener Studien*, 55 (1957), 93 n. — 80. Publications de la Société Fouad Ier. de Papyrologie, Textes et Documents, III, *Les Papyrus. Fouad Ier.*, t. I, 5, 12 n.

CAPÍTULO IV

AS ESCOLAS ROMANAS:

I. ENSINO PRIMARIO

Os três capítulos que se seguem são, em certo sentido, quase inúteis: as escolas romanas, quer se trate do seu quadro, do seu programa, dos seus métodos, limitam-se a imitar as escolas helenísticas; a adaptação ao meio lingüístico latino não acarreta modificações profundas na pedagogia: o leitor se admirará certamente do caráter literal desta transposição, muito mais uma pura e simples transferência que uma imitação.

Quanto mais se avança no tempo mais a educação latina tende a identificar-se completamente com a educação grega da mesma época: com efeito, à medida que as gerações passam, mais se apagam as sobrevivências da tradição arcaica em que Roma apoiava, diante da Grécia, sua originalidade. Quanto mais se avança mais a cultura romana se afina nos elementos livrescos: a educação, por conseguinte, tende a restringir-se ainda mais ao ensino escolar; e a escola é inteiramente, desde a origem, de inspiração grega.

O verdadeiro escopo destes capítulos será precisamente verificar, no detalhe, a verdade desta fórmula: assim, seremos levados a retificar muitos juízos expendidos pelos historiadores que nos precederam no estudo da educação romana. Mal informados sobre a educação helenística, atribuíram, muitas vezes, apenas comparando a educação romana com a "antiga" educação grega, a dos séculos VI e V a. C., a uma originalidade latina o que entre os romanos era apenas um traço de modernismo, um reflexo direto ou um rigoroso paralelismo da educação dos gregos do seu tempo.

Em Roma, pois, como em país de língua grega, há três graus sucessivos de ensino¹, aos quais correspondem, normalmente (1), três tipos de escolas confiados a três mestres especializados: aos sete anos², a criança entra na escola primária, donde sai por volta dos onze³ ou doze⁴ para a do *grammaticus*; na idade em que recebe a toga viril, aos quinze anos às vezes⁵, passa para o retórico: os estudos superiores duram normalmente até cêrca dos vinte anos⁶, embora possam estender-se além.

Para designar o mestre primário, os latinos empregaram algumas vezes a palavra *litterator*⁷, criada sobre o modelo do grego γραμματιστής, "o que ensina as letras", mas preferem dizer *primus magister*⁸ e, as mais das vezes, "mestre-escola", *magister ludi*⁹, *magister ludi litterarii*¹⁰: preferência significativa; em Roma, como na Grécia, o ensino coletivo no seio de uma escola é a regra geral.

EDUCAÇÃO PRIVADA

Não que a exceção, a educação doméstica confiada a um mestre particular, normalmente um escravo ou um alforriado da casa, não esteja aí representada; ela o está até melhor que em terra grega. Nos Estados helenísticos, antes da conquista romana, a educação privada quase que somente se encontra nas famílias reinantes; mas precisamente as grandes famílias senatoriais do povo-rei adotaram, depois da conquista do Oriente grego, o gênero de vida, o quadro de existência e antes de tudo a cultura dos monarcas helenísticos que Roma subjugara (2).

Usual a princípio, no século III ou no II a.C., o ensino privado continuará sempre caro à aristocracia: vê-se por Quintiliano¹¹ ou por Plínio o Jovem¹², qual

1. APULEIO, *Florida*, 20, 3; OS AUTORES DA "HISTÓRIA AUGUSTA", *Marco Aurélio*, 2, 2-4; *Lúcio Vero*, 2, 5; AUSÔNIO, *Exortação a seu Neto* (= *Epístolas*, XXII, *Idílios*, IV), 63 s. — 2. QUINTILIANO, *Instituição Oratória*, I, 1, 15-18; JUVENAL, *Sátiras*, XIV, 10. — 3. SÜETÔNIO, *Vida de Nero*, 7. — 4. ANÔNIMO, *Vida de Pérsio* (ed. Cartault). — 5. H. DESSAU, *Inscriptiones Latinae Selectae*, 4976. — 6. *Código Teodosiano*, XIV, 9, 1. — 7. SÜETÔNIO, *Gramáticos e Retóricos*, 4; OS AUTORES DA "HISTÓRIA AUGUSTA", *Marco Aurélio*, 2, 2. — 8. H. DIEHL, *Inscriptiones Latinae Christianae Veteres*, 720; SANTO AGOSTINHO, *As Confissões*, I, 13 (20). — 9. H. DIEHL, *Inscriptiones Latinae Christianae Veteres*, 718. — 10. H. DESSAU, *Inscriptiones Latinae Selectae*, 7763, 5. — 11. QUINTILIANO, *Instituição Oratória*, I, 2. — 12. PLÍNIO O JOVEM, *Cartas*, III, 3, 3.

era ainda seu prestígio no fim do século I e no início do século II; as confissões de Paulino de Pela¹³, nascido em 376, no-lo mostram vigente nas grandes famílias do fim do século IV (sabe-se que Paulino é o neto de Ausônio e que com este as mais altas dignidades do império e a riqueza se haviam acumulado na casa).

EDUCAÇÃO DOS ESCRAVOS

Também sem apelar para a escola pública nas mesmas grandes famílias aristocráticas formavam-se os jovens escravos no serviço do senhor. Compreende-se sem dificuldade que, entre as centenas, os milhares de escravos que os romanos ricos do império possuíam (3), se encontrava necessariamente um considerável número de crianças: eram reunidas, para sua educação, numa escola doméstica ou *paedagogium* (4): conhecemos bem a dos jovens escravos do imperador, entregue à direção de um “pedagogo dos (jovens) servidores de César”, assistido por subpedagogos¹⁴.

A formação que eles recebiam era, naturalmente, orientada antes de tudo para as necessidades do serviço; inculcavam-se particularmente as boas maneiras em crianças e adolescentes com o intuito de prepará-los para desempenhar o papel destes pagens com que o fausto romano se comprazia em rodear-se. Mas os mais bem dotados, pelo menos, eram iniciados também nas coisas do espírito: toda grande casa possuía um bom número de escravos “letrados” ou “eruditos”, que desempenhavam as funções de leitor ou de secretário, e com quem um amo amigo das letras, como Plínio o Jovem, gostava de entreter-se¹⁵.

A ESCOLA PRIMÁRIA

Ressalvadas estas exceções, não há dúvida de que, para a imensa maioria das crianças, a escola é de regra; as meninas, parece¹⁶, freqüentavam-na a igual título dos meninos, embora para elas o preceptorado privado pos-

13. PAULINO DE PELA, *Eucharisticon*, 60 s. — 14. H. DESSAU, *Inscriptiones Latinae Selectae*, 1825-1836. — 15. PLÍNIO O JOVEM, *Cartas*, IX, 36, 4; V, 19, 3; VIII, 1, 2. — 16. MARCIAL, *Epigramas*, IX, 68, 2.

sa ter sido mais utilizado¹⁷ (solução, aliás, não isenta de riscos: suspeitou-se, pelo menos, das relações do célebre pedagogo Q. Cecílio Epirota com a filha do seu patrão, à qual havia sido encarregado de instruir¹⁸). Aliás, do ponto de vista moral, os perigos da rua e da escola não eram menores, na Antigüidade, tanto para os rapazes como para as môças. Os romanos também haviam adotado o costume grego do escravo acompanhante, que eles designavam com o seu nome grego *paedagogus* (5).

Quando bem escolhido, podia êle ascender ao papel de repetidor¹⁹, e até ao de um verdadeiro mentor, arcando com a formação moral da criança: conservamos, por exemplo, o comovente epitáfio que um aluno reconhecido consagrou àquele que fôra "seu pedagogo e seu educador", *paedagogo suo καὶ καθηγῆτῇ* (e aliás seu tutor também: trata-se de um homem livre, sacristão do templo de Diana, e não, como de ordinário, de um escravo ou de um alforriado da família²⁰).

O pedagogo conduzia seu pequeno senhor à escola, chamada (por antifrase, acreditava-se²¹) *ludus litterarius* (6): conhecemos seu aspecto material um pouco melhor que o da escola grega. Não que fôsse mais imponente: o *magister* latino contenta-se, para estabelecer-se, com um alpendre (*pergula*)²²; preferem-se sobretudo os que se abrem nos pórticos do foro: constata-mo-lo em Roma²³ como em Pompéia (7) ou em Cartago²⁴. A aula ministra-se quase ao ar livre, sumariamente isolada dos barulhos e das curiosidades da rua por meio de um tabique (*velum*)²⁵; as crianças, sentadas em escabelos sem encôsto (não têm necessidade de mesas, escrevem sobre os joelhos), são agrupadas em tórno do mestre, que pontifica²⁶ de sua cadeira (*cathedra*)²⁶ posta sobre um estrado (8), e assistido às vèzes por um ajudante (*hypodidascalos*)²⁷.

Não nos deixemos impressionar por esta encenação; o mestre de primeiras letras continua sendo, em Roma

17. PLÍNIO O JOVEM, *Cartas*, V, 16, 3. — 18. SUETÔNIO, *Gramáticos e Retóricos*, 16, 1. — 19. QUINTILIANO, *Instituição Oratória*, I, 1, 8. — 20. H. DESSAU, *Inscriptiones Latinae Selectae*, 4999. — 21. FESTO, *Da Significação das Palavras* (ed. Lindsay), s. v. Schola, 470. — 22. SUETÔNIO, *Gramáticos e Retóricos*, 18, 1. — 23. TIRO LÍVIO, *História Romana*, III, 44, 6; DIONÍSIO DE HALICARNASSO, *Antiguidades Romanas*, XI, 28. — 24. SANTO AGOSTINHO, *As Confissões*, I, 16 (26). — 25. Idem, I, 13 (22). — 25 a. *Sobre 83 Questões Diversas*, 64, 3. — 26. JUVENAL, *Sátiras*, VII, 203. — 27. CÍCERO, *Cartas a seus Amigos*, IX, 18, 4.

como na Grécia, um João-ninguém; sua profissão é a última das profissões, *rem indignissimam*²⁸, fatigante e penosa²⁹, mal paga³⁰ (9): em 301 d. C., o *Edito* de Diocleciano fixa o salário do *magister* no mesmo nível que o do pedagogo, ou seja, 50 denários por aluno e por mês³¹; no tempo em que um alqueire de frumento custava 100 nários³², seria preciso reunir uma classe de trinta alunos para receber um salário equivalente ao de um operário qualificado, um pedreiro ou um carpinteiro, por exemplo³³, e não é certo, malgrado os progressos da pedagogia antiga, que muitas classes hajam atingido esta cifra. Assim, não pode surpreender que um mestre de primeiras letras de Campânia procure trabalho supletório na redação de testamentos³⁴.

Todo salário era considerado degradante pela aristocrática sociedade antiga, tanto pela latina como pela grega³⁵; a profissão de instrutor (a palavra já está em uso desde o tempo de Diocleciano, cujo *Edito*, já citado, fala do *magister institutor litterarum*) nenhum prestígio confere ao que a exerce; é bom para escravos, alforriados ou gentilha: *obscura initia*, diz Tácito de um nôvoro que começou por aí³⁶. Acrescentemos enfim que o mestre escolar é muitas vezes suspeito do ponto de vista moral³⁷: gaba-se um, no *elogium* do seu epitáfio, de haver sido, rara exceção, "de perfeita correção com respeito a seus alunos", *summa castitate in discipulos suos*³⁸.

Por não havermos encontrado um calendário escolar análogo ao que examinamos em Cós³⁹, não podemos reconstituir com precisão o ano do escolar romano: o calendário romano acabou por compreender muitas festas, mas não sabemos em quais as escolas fechavam (10). Pelo contrário, o uso de férias de verão é bem atestado,

28. L. ANEU FLORO, *Virgílio é um Orador ou um Poeta?* (ed. H. Malcovati, Roma, 1938), 3, 2. — 29. PLÍNIO O JOVEM, *Cartas*, I, 8, 11. — 30. HORÁCIO, *Sátiras*, I, 6, 75; cf. JUVENAL, *Sátiras*, X, 116; Ovídio, *Fastos*, III, 829. — 31. DIOCLECIANO, *Edito do Máximo* (ed. Mommsen), 7, 65-66. — 32. Idem, I, 1. — 33. Idem, 7, 2-3a. — 34. H. DESSAU, *Inscriptiones Latinae Selectae*, 7763, 7. — 35. SENECA O FILÓSOFO, *Cartas a Lucílio*, 88, 1; SANTO AGOSTINHO, *As Confissões*, IX, 2 (2); 5 (13). — 36. TÁCITO, *Anais*, III, 6, 4. — 37. QUINTILIANO, *Instituição Oratória*, I, 3, 17; JUVENAL, *Sátiras*, X, 224. — 38. H. DESSAU, *Inscriptiones Latinae Selectae*, 7763, 6. — 39. W. DITTENBERGER, *Sylloge Inscriptionum Graecarum*, 3.^a ed., 1028.

dos fins de julho a meados de outubro⁴⁰: "Durante o calor, se as crianças têm boa saúde, já aprendem bastante", diz-nos Marcial:

*Aestate pueri si valent, satis discunt*⁴¹.

Como na Grécia, a jornada do pequeno escolar começa de manhã muito cedo, desde a aurora⁴², no inverno inclusive à claridade fúmea dos lampiões⁴³. Outrossim, posso oferecer ao leitor um testemunho particularmente interessante a êste respeito: os *Hermeneumata Pseudodositheana*, êstes manuais de conversação greco-latinos, de que já tratamos, põem em cena um jovem escolar romano e fazem-no narrar sua jornada; estamos, lembremo-nos disto, nos anos 200 e 210 d. C.:

Com a alvorada, acordo⁴⁴, chamo o escravo, mando-o abrir a janela, êle abre imediatamente. Levanto-me, sento-me à beira da cama; peço peúgas e sapatos porque faz frio

(se não, a criança, sem dúvida, teria calçado diretamente suas sandálias sem vestir antes suas *hypodesmata*).

Uma vez calçado, apanho uma toalha de rosto: trazem-me uma bem limpa. Trazem-me água para lavar-me, em um vaso: eu a passo nas mãos, no rosto, na boca; esfrego os dentes e as gengivas; cuspo, assoo o nariz e me enxugo como corvém a uma criança bem educada⁴⁵.

Tiro a camisola, visto uma túnica, ponho um cinturão; perfume a cabeça e penteio-me; enrolo um xale ao pescoço (11); visto por cima minha pênuia branca. Saio do quarto com meu pedagogo e minha ama-de-leite para ir saudar papai e mamãe. Saúdo-os e abraço-os⁴⁶.

Procurro meu estôjo escolar e meu caderno e entrego-os ao escravo. Assim está tudo pronto e eu me ponho a caminho, seguido do meu pedagogo, pelo pórtico que leva à escola.

Não se faz referência ao desjejum: a criança sem dúvida contenta-se, em lugar do *jentaculum*, em comer um bolinho ou uma empada ao passar pela venda de algum padeiro⁴⁷.

40. MARCIAL, *Epigramas*, X, 62; SANTO ACOSTINHO, *As Confissões*, IX, 2 (2). — 41. MARCIAL, *Epigramas*, X, 62, 12. — 42. Ovídio, *Os Amôres*, I, 13, 17; MARCIAL, *Epigramas*, IX, 68; XII, 57, 5; XIV, 223. — 43. JUVENAL, *Sátiras*, VII, 222-227. — 44. *Corpus Glossariorum Latinorum*, III, 645, § 2. — 45. Idem, 379, 74 s. — 46. Idem, 645, § 2 s. — 47. MARCIAL, *Epigramas*, XIV, 223.

Meus colegas vêm ao meu encontro: saúdo-os e eles me respondem. Chego diante da escada; subo os degraus bem devagar, como se deve. No vestibulo, tiro o manto; uma penteadeira⁴⁸, entro e digo: "Salve, mestre." Ele me abraça e responde à minha saudação. O escravo entende-me a tabuleta, o estôjo escolar e a régua.

"Salve, colegas. Dêem-me meu lugar (meu banco, meu tamborete). Afasta-te um pouco. — Vem para cá. — É meu lugar! — Eu o tomei antes de ti!" Sento-me e começo o trabalho⁴⁹.

A manhã é consagrada principalmente ao trabalho escolar⁵⁰, que, entretanto, se estende até à tarde:

Acabo de aprender minha lição. Peço ao mestre que me deixe ir almoçar em casa; ele me deixa sair; digo-lhe: "Passe bem" e ele me responde à saudação⁵¹. Entro em casa, mudo a roupa. Como pão branco, azeitona, queijo, figos secos e nozes; bebo água fresca. Depois do almoço, volto para a escola. Encontro o mestre começando a ler; ele nos diz: "Ao trabalho!"⁵²

Não há mais, como no início do período helenístico, tempo previsto para os exercícios físicos: a criança não parece ir ao ginásio, mas somente às termas, pois o dia encerra-se com o banho:

É necessário ir banhar-se! — Sim, está na hora. Vou, mando levar toalhas e sigo meu servidor. Corro ao encontro dos que vão ao banho e digo-lhes, a todos e a cada um: "Como vai? Bom banho! Bom jantar!"⁵³

A INSTRUÇÃO PRIMÁRIA

O programa da escola primária é sempre de uma ambição muito limitada: ali aprende-se a ler e a escrever, nada mais. Tudo o que está além disso pertence já ao secundário⁵⁴. Começa-se, evidentemente, pelo alfabeto e pelo nome das letras, antes de conhecer-lhes a forma: pela ordem, de A a X⁵⁵ (o Y e o Z, que só servem para grafar vocábulos gregos, são tidos como letras estrangeiras), depois ao contrário, de X a A, em seguida aos

48. *Corpus Glossariorum Latinorum*, III, 380, 40 s. — 49. *Idem*, 646, § 2; 637, § 3 s. — 50. AUSÔNIO, *Exortação a seu Neto* (= Epístolas, XXII, Idílios, IV), VI, 11 (18). — 51. *Corpus Glossariorum Latinorum*, III, 377, 70 s.; 638, § 7. — 52. *Idem*, 646 s. — 53. *Idem*, 378, 22 s. — 54. QUINTILIANO, *Instituição Oratória*, I, 4, 1. — 55. *Idem*, I, 1, 24; PAULINO DE PELA, *Eucharisticon*, 65.

pares, AX, BV, CT, DS, ER ⁵⁶, depois misturando a ordem por meio de combinações variadas ⁵⁷. Das letras passa-se às sílabas, das quais se estudam todas as combinações ⁵⁸, em seguida a nomes isolados: etapas sucessivas, lentamente vencidas; a gíria escolar distingue, entre os pequenos escolares, as sucessivas categorias dos *abecedarii*, dos *syllabarii*, dos *nominarii* ⁵⁹. Em seguida, antes de passar à leitura de textos corridos, ensaiam-se pequenas frases, máximas morais de um ou dois versos ⁶⁰: como as crianças gregas do Egito copiavam as sentenças monósticas atribuídas a Menandro, os escolares romanos penavam com os dísticos de [Dionísio] Catão:

*Plus vigila semper neu somno deditus esto;
nam diuturna quies vitiis alimenta ministrat...* ⁶¹

“É bom velar, dormir torna as pessoas parvas; um longo repouso alimenta os vícios”, diz uma velha tradição. Estes textos, que aparecem no início do século III, jamais deixaram de ser usados durante todo o fim da Antiguidade e em todo o decorrer da Idade Média: à base do ensino elementar do latim, foram recopiados sem cessar e traduzidos para todas as línguas da Europa Ocidental, românicas, germânicas e eslava (12).

Como se vê, é este, até em seus menores detalhes, o método das escolas gregas; a mesma pedagogia analítica, a mesma sábia lentidão; Quintiliano não cessa de repetir: “Não procurar encurtar, não acelerar, não omitir etapas ⁶²”; o mesmo desdém pela psicologia infantil: como na Grécia, escolhiam-se de propósito, nestas primeiras lições, palavras raras (γλῶσσαι ⁶³), fórmulas de uma pronúncia tão difícil quanto possível, χαλινόι ⁶⁴.

O ensino da escrita é simultâneo ao da leitura: a criança escreve em sua tabuleta as letras ⁶⁵, a palavra ou o texto que deve ler ⁶⁶; a princípio, empregam-se

56. E. BABELON, *Description historique et chronologique des Monnaies de la République romaine, vulgairement appelées Monnaies consulaires* (Paris, 1885-1886), I, 327; *Corpus Inscriptionum Latinarum*, IV, 2541; G.-B. DE ROSSI, *Bulletino di Archeologia christiana*, 1881, 132. — 57. QUINTILIANO, *Instituição Oratória*, I, 1, 23; SÃO JERÔNIMO, *Correspondência*, 107, 4, 2; Comentário a “Jeremias”, 25, 26. — 58. QUINTILIANO, *Instituição Oratória*, I, 1, 30. — 59. ORÍGENES (RUFINO DE AQUINÉLIA), *Homílias sobre os Números*, 27, 13. — 60. QUINTILIANO, *Instituição Oratória*, I, 1, 34-35; SÃO JERÔNIMO, *Correspondência*, 107, 4, 4; 128, 1, 3. — 61. Dísticos atribuídos a CATÃO, I, 2. — 62. QUINTILIANO, *Instituição Oratória*, I, 1, 30-34. — 63. Idem, I, 1, 35. — 64. Idem, I, 1, 37. — 65. *Notizie degli Scavi di Antichità* (publicação da Academia dos Lincei), 1912, 451. — 66. *Corpus Glossariorum Latinarum*, III, 646.

alternadamente dois métodos: um que remonta às origens da escola grega e que consiste em guiar a mão da criança para ensinar-lhe o *ductus* a seguir; o outro, mais moderno, e talvez próprio da escola latina, em que se utilizam letras gravadas em concavidades na tabuleta e que o estilete da criança retraça seguindo o sulco através da cêra⁶⁷. Como nas escolas do Egito, a criança exercita-se alternadamente em escrever com o estilete e a tinta: citemos ainda os *Hermeneumata*:

Copio o modelo; em seguida, mostro ao mestre, que me corrige fazendo a caligrafia...⁶⁸ Não sei copiar: copie para mim, você que sabe tão bem! — Apago, a cêra é dura, devia estar mole⁶⁹.

Faça bem os cheios e os delgados. Ponha um pouco de água em sua tinta: veja, agora vai bem! — Deixe-me ver sua pena, seu canivete (para cortar a pena de bambu⁷⁰). — Deixe-me ver: como escreveu? Não está mal... Ou então: Você merece o chicote! Vamos, eu o perdoo...⁷¹

À leitura e à escrita está intimamente associada a declamação: a criança aprende de cor os pequenos textos nos quais se exercitou, ao mesmo tempo para formar-se e enriquecer a memória⁷².

Enfim, o cálculo: como em país grego, é essencialmente o aprendizado do vocabulário da numeração para o qual se auxilia com umas pequenas fichas, *calculi*, e sobretudo da mímica simbólica dos dedos⁷³: lembramos, é na época romana que é bem claro o uso dêste cômputo digital cujos ritos sobreviverão durante tão longos séculos. Mas era principalmente o complicado vocabulário das frações duodecimais da unidade, fundamento de todo o sistema métrico da Antiguidade, que exigia muito esforço. Horácio comprazeu-se evocando-as em verso:

Os pequenos romanos aprendem através de cálculos a dividir a unidade de cem maneiras: "Responde, filho de Albino; se de 5/12 se tira 1/12, quanto fica? Vamos, que

67. QUINTILIANO, *Instituição Oratória*, I, 1, 27; SÃO JERÔNIMO, *Correspondência*, 107, 4, 3; *Corpus Inscriptionum Latinarum*, III, p. 962, xxvii, 1; II, 4967, 31; *Bulletin de la Société nationale des Antiquaires de France*, 1883, 139. — 68. *Corpus Glossariorum Latinorum*, III, 646. — 69. Idem, 377, 55 s.; 638, § 6. — 70. Idem, 640, § 7. — 71. Idem, 640, § 10. — 72. QUINTILIANO, *Instituição Oratória*, I, 1, 36; 3, 1; SÃO JERÔNIMO, *Correspondência*, 107, 9, 1; 128, 4, 2. — 73. *Corpus Glossariorum Latinorum*, III, 382, 36 s.

estás esperando para responder? — $1/3$. — Bem: saberás defender teu dinheiro! Se (ao contrário) acrescentarmos $1/12$, quanto perfaz? — $1/2$.⁷⁴”

Nossa tradução dá a falsa impressão de um cálculo de frações: o latino não diz $5/12$, $1/12$, $1/3$, $1/2$, mas um *quincunx*, uma *uncia*, um *triens*, um *semis*, que são menos números que realidades concretas.

Entretanto, sob o Império, como na mesma época em país grego, certa prática do cálculo no sentido moderno, operatório, da palavra, fôra introduzida na escola: Santo Agostinho, evocando seus anos de infância, lembra-se da “odiosa canção”: um e um, dois; dois e dois, quatro...⁷⁵. Isto não era de um nível muito elevado! A técnica aprofundada do cálculo escapa à competência do *magister ludi*; é ensinada por um especialista, o *calculator*, sobre o qual, infelizmente, estamos pouco informados: os textos, distinguindo-o do *ludi magister*, aproximam-no dos especialistas: estenógrafos ou calígrafos: seria ele pois, antes um professor de ensino técnico, dirigindo-se a uma clientela especial, que um ajudante do *litterator* que dividiria com este a responsabilidade da formação geral de tôdas as crianças (13).

SEVERIDADE E HUMANIDADE

Os métodos da pedagogia romana são tão gregos quanto seus programas; métodos passivos: a memória e a imitação são as mais estimadas qualidades entre as crianças⁷⁶. Recorrem à emulação, cujos benefícios compensam, aos olhos de Quintiliano, o perigo moral da educação coletiva⁷⁷, porém mais ainda à coerção, às reprimendas, aos castigos. O famoso quadro de Montaigne: “gritos de crianças supliciadas e de mestres embriagados em sua cólera”, é tão válido para a escola latina, como o era para a grega⁷⁸; para todos os antigos, a lembrança da escola está associada à das pancadas⁷⁹: “estender a mão à palmatória”, *manum ferulae subdu-*

74. HORÁCIO, *Epístola aos Pisanos* (Arte Poética), 325-330; AUSÔNIO, *Eclogas*, 6. — 75. SANTO AGOSTINHO, *As Confissões*, I, 13 (22). — 76. QUINTILIANO, *Instituição Oratória*, I, 3, 1. — 77. Idem, I, 2, 9 s. — 78. MARCIAL, *Epigramas*, X, 68, 11-12; JUVENAL, *Sátiras*, XIV, 18-19. — 79. HORÁCIO, *Epístolas*, II, 1, 70; SUETÔNIO, *Gramáticos e Retóricos* 9, 2; QUINTILIANO, *Instituição Oratória*, I, 3, 14.

cere, é em bom latim uma elegante perífrase para significar "estudar"⁸⁰. A fêrula⁸¹ é apenas a arma normal em que o mestre apóia sua autoridade; nos casos graves, êle recorre a um suplicio mais refinado, implicando tôda uma encenação: o culpado é erguido nos ombros de um colega requisitado para êste serviço (donde o termo, tirado do grego, de *catomidiare*⁸², κατωμίζειν) e fustigado... pela mão do mestre⁸³ (14).

A sensibilidade antiga, entretanto, começa a comover-se: a um espírito plácido como o de Ausônio, que tranqüilamente encoraja seu neto a suportar sem terror as provas das quais, entretanto, êle lhe traça previamente um quadro pouco animador⁸⁴, opõe-se o espírito fremente de Santo Agostinho, que jamais pôde esquecer os sofrimentos de seus anos de escola⁸⁵; aos setenta e dois anos, o velho bispo escreve ainda a propósito disto: "Quem, pois, não recuaria de horror e não escolheria a morte se se lhe oferecesse a escolha entre morrer ou tornar a ser criança!⁸⁶"

Desde o fim do século I de nossa era, os teóricos da educação têm alguma dúvida sobre a legitimidade e a eficácia dêstes brutais⁸⁷ métodos; acreditam mais na emulação, nas recompensas, procuram despertar gôsto pelos estudos⁸⁸. Estas preocupações certamente influenciaram a prática: sobretudo em relação às crianças mais jovens, recorrem a pequenos artificios; dão-lhes, como brinquedos, letras de marfim ou de buxo⁸⁹, e, para comemorar seus primeiros progressos, algum bolinho⁹⁰, e em particular bolos em forma de letras, reproduzindo aquelas que a criança está estudando (15).

Houve, realmente, uma evolução geral no sentido do abrandamento da disciplina, de uma indulgência crescente, para esta "educação abrandada", contra a qual se sentem compelidos a protestar os moralistas

80. JUVENAL, *Sátiras*, I, 15; SÃO JERÔNIMO, *Correspondência*, 32, 33; cf. OVÍDIO, *Os Amôres*, I, 13, 17. — 81. MARCIAL, *Epigramas*, XIV, 80; PRUDÊNCIO, *O Livro das Horas*, pr. 7-8. — 82. PETRÔNIO, *O Satyricon*, 132, 2; OS AUTORES DA "HISTÓRIA AUGUSTA", Adriano, 18, 11. — 83. MARCIAL, *Epigramas*, X, 62, 8-10; AUSÔNIO, *Exortação a seu Neto*, 29-30. — 84. Idem, 12-34. — 85. SANTO AGOSTINHO, *As Confissões*, I, 9 (14-15). — 86. SANTO AGOSTINHO, *A Cidade de Deus*, XXI, 14. — 87. QUINTILIANO, *Instituição Oratória*, I, 3, 14-17; PLUTARCO, *Da Educação das Crianças*, 9 A. — 88. QUINTILIANO, *Instituição Oratória*, I, 1, 20; SÃO JERÔNIMO, *Correspondência*, 107, 4, 3-4. — 89. QUINTILIANO, *Instituição Oratória*, I, 1, 26; SÃO JERÔNIMO, *Correspondência*, 107, 4, 2. — 90. HORÁCIO, *Sátiras*, I, 25-26; SÃO JERÔNIMO, *Correspondência*, 128, 1, 4-5.

austeros, em nome da velha tradição⁹¹: *Nunc pueri in scholis ludunt*, "agora as crianças estudam brincando!" exclama, desde o tempo de Nero, o satírico Petrónio⁹² (16).

Como se vê, nada há nisto de especificamente romano: ao contrário, era de esperar-se que a gravidade latina insistisse ainda mais que os gregos na nota de severidade necessária. Na realidade, quando a escola latina nos revela novos traços em comparação com seu modelo original helenístico, são traços *modernos*, e não particularidades ocidentais (o equivalente, salvo acidente devido às lacunas de nossa documentação, encontra-se normalmente, à mesma data, nas escolas do Oriente): na época romana, a pedagogia evoluiu, sem dúvida, lentamente e de maneira homogênea, sem alterar os caracteres essenciais do sistema (pois a escola que Ausônio, São Jerônimo ou Santo Agostinho nos fazem conhecer no fim do século IV permanece, em suma, salvo alguns matices, a mesma do tempo de Quintiliano ou de Horácio). E esta evolução, não obstante a opinião dos moralistas reacionários, representava, muitas vezes, um progresso.

Este se manifesta não apenas nessa humanização crescente da disciplina, mas inclusive num enriquecimento da pedagogia: sabe-se melhor explorar os recursos do ensino coletivo⁹³. As classes, tornadas, salvo exceções⁹⁴, bastante numerosas, são repartidas em várias divisões segundo o aproveitamento dos alunos⁹⁵: o autor desconhecido dos *Hermeneumata Pseudodositheana* trata de salientar o cuidado que aí se dispensa em "levar em conta, para cada um e para todos, as forças, o adiantamento, as circunstâncias, a idade, os temperamentos vários e o desigual zelo dos diversos alunos⁹⁶". Na escola em que êle nos introduz esboça-se mesmo uma modalidade de "ensino mútuo": os maiores bisam o serviço do professor e mostram aos menores as letras e as sílabas⁹⁷. O "quadro", que a escola grega ignorava, apareceu: mostra-nos a turma agrupada, de pé, em tórno do piva⁹⁸ ou *titulus*⁹⁸.

91. QUINTILIANO, *Instituição Oratória*, I, 2, 6; TÁCITO, *Diálogo dos Oradores*, 28, 2; EPÍMETO, *Entretenimentos*, III, 19, 4-6; JUVENAL, *Sátiras*, VII, 158. — 92. PETRÔNIO, *O Satyricon*, 4, 1. — 93. QUINTILIANO, *Instituição Oratória*, I, 2, 9 s. — 94. Cf. SUETÔNIO, *Gramáticos e Retóricos*, 16, 1; 24, 2. — 95. *Corpus Glossariorum Latinorum*, III, 382, 46 s. — 96. *Idem*, 381, 63 s. — 97. *Idem*, 646. — 98. *Idem*, 382, 32 s.

CAPÍTULO V

AS ESCOLAS ROMANAS:

II. ENSINO SECUNDARIO

Mas passemos ao grau seguinte. Nem tôdas as crianças, evidentemente, chegavam aí: a sociedade romana permaneceu uma sociedade aristocrática e os estudos mais profundos fazem parte dos privilégios da elite. A instrução secundária mostra-se bem menos difundida que a primária: no povo, numerosas são as pessoas que, como certa personagem do *Satiricon*, não “havia estudado as geometrias, as literaturas e outras histórias de loucos, contentando-se com saber ler um texto de letras garrafais e conhecer bem as frações, os pesos e as medidas”¹. Na elite, pelo menos, rapazes e môças continuavam a estudar lado a lado², porque, desde as grandes damas da República³ até as do Baixo Império⁴, a sociedade romana conheceu sempre, pelo menos na aristocracia, um bom número de mulheres superiormente cultas⁵, e até sábiãs, sôbre as quais os satíricos lançam o ridículo⁶; não se pode afirmar, entretanto, que esta seja a regra geral: Marcial, nos seus devaneios burgueses, deseja uma mulher que não seja “demasiado sábia” e Santo Agostinho imagina a noiva ideal como uma “letrada” — ou, ao menos, tal que possa ser facilmente instruída por seu espôso”⁷ (17).

1. PETRÔNIO, *O Satyricon*, 58, 7. — 2. Ovídio, *Os Tristes*, II, 369-370; MARCIAL, *Epigramas*, VIII, 3, 16. — 3. CÍCERO, *Brutus*, 211; SALÚSTIO, *Catilina*, 25, 2. — 4. CLAUDIANO, *Építalâmio de Honório e de Maria*, 232 s. — 5. MARCIAL, *Epigramas*, VII, 69; PLÍNIO o JOVEM, *Cartas*, I, 16, 6; IV, 19, 2-3; V, 16, 3. — 6. JUVENAL, *Sátiras*, VI, 434-456; LUCIANO, *Sôbre os que vivem a sôdo dos Grandes*, 36. — 7. MARCIAL, *Epigramas*, II, 90, 9; SANTO AGOSTINHO, *Soliloquios*, I, 10 (17).

A ESCOLA DO "GRAMMATICUS"

Elevamo-nos, pois, um grau a mais; e é bem verdade que a escola do gramático em que entramos agora possui algo mais avançado: vemos o *grammaticus*, gravemente envolvido em seu manto⁸, dirigindo sua classe, ornada com os bustos dos grandes escritores, Virgílio, Horácio...⁹, e até com mapas murais de geografia¹⁰. Mas não estamos ainda muito alto: a sala de aula continua sendo um eirado do forum, fechado com um tabique junto do qual o mestre, *subdoctor* ou *proscholus*¹¹, faz as vêzes de porteiro¹².

O *grammaticus* propriamente dito tem, sem dúvida, uma condição superior à do simples mestre de primeiras letras (18). O edito de Diocleciano (ano 301 d. C.) prevê para o gramático uma remuneração quatro vêzes superior à do instrutor, ou seja, duzentos denários por aluno e por mês¹³, o que nem sempre representa o equivalente de quatro dias de trabalho de um operário qualificado. Sem dúvida, os fastos universitários compilados por Suetônio conservam a lembrança de carreiras excepcionalmente brilhantes: gramáticos como Q. Rêmio Palémon tiravam do seu ensino uma renda anual de 400.000 sestércios¹⁴, ou seja, o capital exigido para o grau de cavaleiro, capital suficiente para levar a vida burguesa de um capitalista (19). Mas, por outro lado, quantos professores célebres, como o famoso L. Orbílio¹⁵, curtiram, segundo testemunho do mesmo Suetônio, uma vida lamentável e morreram na miséria em algum telheiro!¹⁶

Não se duvide disto: o primeiro caso representa a exceção e o último a regra. O ofício de gramático continua sendo, em geral, mal remunerado¹⁷, e se magro salário, *rara merces*, não é sequer pago regularmente¹⁸, tal a desconsideração dos pais para com os mestres¹⁹,

8. SANTO AGOSTINHO, *As Confissões*, I, 16 (25); SÍDÔNIO APOLINÁRIO, *Cartas*, II, 2. — 9. JUVENAL, *Sátiras*, VII, 226-7. — 10. *Panegíricos Latinos* (ed. Bachrens), IV, 20. — 11. AUSÔNIO, *Os Professores de Bordéus*, 23. — 12. SANTO AGOSTINHO, *Sermões*, 178, 7 (8). — 13. DIOCLECIANO, *Edito do Máximo*, 7, 70. — 14. SUETÔNIO, *Gramáticos e Retóricos*, 23, 2; 3, 4. — 15. HORÁCIO, *Epístolas*, II, 1, 70; MACRÓBIO, *As Saturnais*, II, 6, 3. — 16. SUETÔNIO, *Gramáticos e Retóricos*, 9, 1; 20. — 17. JUVENAL, *Sátiras*, VII, 215-242. — 18. *Idem*, 157; 203; SANTO AGOSTINHO, *As Confissões*, V, 12 (22). — 19. SUETÔNIO, *Gramáticos e Retóricos*, 9, 1.

os quais amiúde oferecem bem poucas garantias do ponto de vista moral²⁰ e cuja origem social quase não assegura prestígio: muitos são de origem servil²¹ e é inclusive uma profissão que recolhe o restolho social: crianças achadas²², arruinadas²³ ou perdidas²⁴.

O ensino do *grammaticus Latinus* é, quanto aos métodos, o equivalente exato do de seu confrade grego. Ele apresenta os dois aspectos característicos da gramática helenística, *methodicè*, *historicè*²⁵, ou seja, o estudo teórico da boa língua e a explicação dos poetas clássicos, *recte loquendi scientiam et poetarum enarrationem*²⁶.

A GRAMÁTICA LATINA

Varrão, desde a República, Q. Rêmio Palémon, sob Tibério e Cláudio (20), haviam adaptado em latim a novel ciência filológica, que acabava de surgir, nas escolas de Rodes, por obra do gênio de Dionísio o Trácio; a tradição gramatical latina, que conduz aos grandes clássicos do Baixo Império, Donato, Sérvio, Prisciano (21), permanece bastante fiel a seu modelo grego. Sob o nome de gramática ensina-se sempre, essencialmente, a mesma análise abstrata dos elementos da linguagem: letras, sílabas, palavras ou "partes do discurso"²⁷, as mesmas distinções e meticolosas classificações: o "nome" (do qual nem sempre está separado nosso "adjetivo") é estudado segundo seus seis acidentes (qualidade, grau de comparação, gênero, número, figura, caso), os substantivos são distribuídos em vinte e sete classes: corpóreos, incorpóreos, primitivos, derivados, diminutivos, etc.²⁸

A dependência é tão estreita que os gramáticos latinos não renunciavam a tratar do artigo, apesar de não haver forma especial para representá-lo em latim²⁹: é que, tal como Dionísio a ensina, a ciência gramatical é uma verdadeira análise lógica das categorias do entendimento: os gramáticos romanos sentiam-se obrigados

20. Idem, 16, 1; 23, 1; QUINTILIANO, *Instituição Oratória*, I, 3, 17 (cf. I, 2, 15). — 21. SUETÔNIO, *Gramáticos e Retóricos*, 6, 10-13 (cf. PLÍNIO o ANTIGO, *História Natural*, XXXV, 199); 15-20; 23. — 22. SUETÔNIO, *Gramáticos e Retóricos*, 7, 1. — 23. Idem, 9, 1. — 24. Idem, 24, 1. — 25. QUINTILIANO, *Instituição Oratória*, I, 9, 1. — 26. Idem, I, 4, 2; *Grammatici Latini* (ed. Keil), IV, 486, 15-16 (SÉRVIO). — 27. QUINTILIANO, *Instituição Oratória*, I, 4, 6 s. — 28. *Grammatici Latini* (ed. Keil), IV, 373, 11 s. (DONATO). — 29. Idem, II, 54, 16 (PRISCIANO); QUINTILIANO, *Instituição Oratória*, I, 4, 19.

a achar no latim algo equivalente à categoria "artigo", cuja função era, por exemplo, assumida por certos empregos do adjetivo demonstrativo³⁰. Pela mesma razão, no estudo do verbo, nossos *grammatici* distinguem confiantemente um modo optativo e um modo subjuntivo, sem deixar de reconhecer, porém, que as mesmas formas servem, em latim, para ambos (22).

Sem dúvida, encontram-se entre os gramáticos latinos do Baixo Império (cujos tratados se tornam tão prolixos quanto o de Dionísio o Trácio era conciso) muitas coisas que não se liam no grande iniciador. O mesmo desenvolvimento, entretanto, é constatado no domínio grego: as escolas romanas mostram os progressos realizados, de geração para geração, pela ciência e pela pedagogia. De fato, há, realmente, um progresso (do qual os papiros escolares da época imperial trouxeram-nos, por sua vez, do Egito grego, a prova de que realmente correspondia a um enriquecimento da prática pedagógica): a gramática tende a descer do empíreo dos princípios em que Dionísio a instalara, para aproximar-se do uso; orienta-se pouco a pouco no rumo em que a pedagogia moderna se empenhou a fundo: o ensino da criança com vistas ao sistema da língua. Assim se praticam exercícios de declinação e de conjugação³¹: a origem grega desta praxe transparece no fato de as crianças romanas declinarem:

nominativo	haec Musa
genitivo	huius Musae
dativo	huic Musae
acusativo	hanc Musam, etc. ³²

antepondo ao substantivo o "artigo" *hic*, *haec*, *hoc*, como era costume em grego precedê-lo de *ὁ*, *ἡ*, *τό*. Procura-se também fazer a criança tomar consciência do mecanismo da língua: a sintaxe (23), desdenhada por Dionísio, faz sua aparição; Dionísio classificava as preposições em monossilábicas e dissilábicas, ao passo que Donato as distingue segundo os casos que elas regem³³; estudam-

30. *Grammatici Latini* (ed. Keil), V, 135, 5 s.; 210, 38 s. (POMFRI). — 31. QUINTILIANO, *Instituição Oratória*, I, 4, 22; 27. — 32. *Grammatici Latini* (ed. Keil), IV, 356, 6 s. (DONATO). — 33. *Idem*, IV, 365, 13 s. (DONATO).

-se os idiotismos (*idiomata*): assim, faz-se mister construir com o genitivo *patiens laboris*, *misereor tui*, com o ablativo *dignus laude*, *utor divitiis*, etc.³⁴ (24). Combatem-se, ou pelo menos catalogam-se os vícios a evitar: barbarismos³⁵, solecismos, defeitos de pronúncia, calembures, preciosismo... (25); estuda-se a ortografia, as "figuras de palavras" cuja classificação logo atinge extrema precisão (v. nota 24); desenvolve-se o estudo da métrica.

Estes progressos, em sendo reais, são bastante lentos e não chegam a transformar profundamente o caráter geral deste estudo. Por exemplo, é notável constatar que se tem de esperar até Prisciano para ver a sintaxe tornar-se objeto de um estudo sistemático: ora, Prisciano († 526) é bastante serôdio, ensina em Constantinopla no tempo dos imperadores Anastásio e Justiniano, e o interesse que dispensa à sintaxe se explica talvez porque, em suma, ele se dirige sobretudo a gregos, aos quais cumpre ensinar o latim como uma língua estrangeira.

No conjunto, malgrado estas novas tendências, o estudo da gramática continua muito teórico, analítico e, se me atrevo a dizer, contemplativo. Mais que o uso de uma língua viva, o gramático transmite o cabedal dos recursos manejados pelos grandes escritores clássicos, a língua que suas obras-primas ressumbram para a eternidade. O ideal tirânico do classicismo domina este ensino: não tem idéia da evolução natural da língua, da vida das palavras. O latim *est*, está registrado no estado definitivo nos grandes escritores; a ciência da correção, *recte loquendi scientia*, repousa, em última análise, sobre a *auctoritas*³⁶: encontramos nos latinos o equivalente ao aticismo dos retóricos gregos da Segunda Sofística, seus contemporâneos. Folheemos os capítulos consagrados pelos gramáticos latinos aos *vitia*, aos erros de linguagem. Em princípio, a teoria distingue os barbarismos dos "metaplasmos" ou licenças poéticas impostas pelas necessidades do verso; como diz Consêncio³⁷: "Quando feito desajeitadamente, é um barbarismo; quando feito habilmente e com o apoio de uma autoridade, é um metaplas-

34. *Grammatici Latini* (ed. Keil), I, 291 s. (CARÍSIO). — 35. Idem, IV, 392, 5 s. (DONATO). — 36. Idem, I, 439, 25 s. (DIOMEDES). — 37. Idem, V, 396, 2 s.; cf. QUINTILIANO, *Instituição Oratória*, I, 5, 5.

mo"; em verdade, porém, Donato, por exemplo, cita como tipo de "barbarismo" a forma *reliquias*, empregada por Virgílio³⁸ em lugar de *reliquias*, para alongar a sílaba *re*³⁹. De fato, os *vitia* assim catalogados são uma coleção de anomalias da linguagem que se podem notar nos bons autores, muito mais do que erros que o escolar deve esforçar-se por evitar (26).

OS CLÁSSICOS

Em suma, apesar dos progressos da gramática "metódica", o essencial do ensino dos gramáticos continuava sendo a explicação dos autores, dos poetas⁴⁰. Já esboçamos a história dos programas da escola romana: lembramo-nos do papel desempenhado durante muito tempo pelas obras dos poetas-professores como Lívio Andrônico ou Enio, após a audaciosa reforma de Q. Cecílio Epirota, que, pouco depois de 26 a. C., ao que parece, se atreveu a introduzir em sua escola "Virgílio e os outros poetas novos"⁴¹: Virgílio, nessa data, ainda estava vivo, a *Eneida* ainda não havia sido publicada... Durante um século, os gramáticos latinos permaneceram fiéis a esta tendência modernista e, nisto, sua ação opunha-se à dos seus confrades gregos, cujo ensino, sem excluir de todo os poetas recentes (em particular, não excluía os cômicos: Menandro, etc.), baseia-se fundamentalmente no velho Homero e nos trágicos do século V. Em Roma, com efeito, todo poeta de sucesso é, já em vida, estudado nas aulas⁴²: este foi o caso de Ovídio⁴³, Nero⁴⁴, Estácio⁴⁵; Lucano será estudado uma geração apenas depois de sua morte^{45a}. Mas pelo fim do século I começou uma reação cujo intérprete é, para nós, particularmente Quintiliano; reação arcaizante: volta-se aos velhos poetas, *veteres Latini*⁴⁶, como Ênio; reação, porém, sobretudo clássica: tende-se a estabelecer *ne varietur* os programas em torno de alguns grandes nomes de indiscutível prestígio.

38. VIRGÍLIO, *Eneida*, I, 30. — 39. *Grammatici Latini*, IV, 392, 11 (DONATO). — 40. CORNÉLIO NEPOS, em SUETÔNIO, *Gramáticos e Retóricos*, 4, 1. — 41. Idem, 16, 2. — 42. HORÁCIO, *Sátiras*, I, 10, 75; PÉRSIO, *Sátiras*, I, 28-29; MARCIAL, *Epigramas*, I, 35. — 43. SÊNECA o RETOR, *Controvérsias*, III, exc. 7, 2. — 44. ESCÓLIOS de PÉRSIO, I, 29. — 45. ESTÁCIO, *A Tebaida*, XII, 815. — 45a. TÁCITO, *Diálogo dos Oradores*, 20, 5-6 (cf. *Corpus Inscriptionum Latinarum*, XIII, 3654). — 46. QUINTILIANO, *Instituição Oratória*, I, 8, 8-11.

No primeiro plano, Virgílio, que é, para os latinos, o que Homero é para os gregos, o poeta por excelência, o Poeta, simplesmente, aquêle cujo estudo está na base de toda a cultura liberal: de Higino a Sêrvio e Filargírio é êle objeto de comentários continuamente renovados e aprofundados (27) incessantemente.

Imediatamente depois dêle vem Terêncio, fato curioso, pois os críticos da época republicana não tinham por êle um culto tão exclusivo: Volcácio Sedigito, por exemplo ⁴⁷, no fim do século II a. C., classificava-o ainda somente no sexto pôsto, muito abaixo de Cecílio, Plauto, etc. Sob o Império, pelo contrário, Terêncio é o mais estudado dentre os poetas dramáticos ⁴⁸, regularmente comentado, desde Valério Probo, nos meados do século I, até Donato o Grande, no século IV, e Evêncio, no V (28).

Os outros grandes poetas latinos, Horácio por exemplo ⁴⁹, não deixam de ser lidos nas escolas, porém seu papel é mais apagado; quanto aos prosadores, historiadores e oradores, não são, em principio, da competência do *grammaticus*: são lidos e comentados com o retórico ⁵⁰, embora a fronteira entre os dois graus seja, como já disse, demasiado flutuante: o estudo dos historiadores é às vezes reivindicado pelo gramático ⁵¹.

A escolha feita pelos mestres antigos surpreende aqui também, por seu exclusivismo. Entre os historiadores, César, Tácito são ignorados; Tito Lívio, a despeito do voto preferencial emitido por Quintiliano ⁵², não parece haver conquistado seu lugar: o historiador clássico por excelência, *historiae major auctor* ⁵³, é Salústio, que a tradição literária ⁵⁴, erudita ⁵⁵ e escolar ⁵⁶ concorda em pôr no primeiro plano dos historiadores romanos.

Entre os oradores, o mestre por excelência, o que com Virgílio resume toda a cultura latina ⁵⁷, é, evidentemente, Cícero. Impera êle como monarca na escola: conhece-se a regra de ouro formulada por Tito Lívio e re-

47. AULO GÉLIO, *Noites Aticas*, XV, 24. — 48. AUSÔNIO, *Exortação a seu Neto*, 58-60; SANTO AGOSTINHO, *As Confissões*, I, 16 (26). — 49. QUINTILIANO, *Instituição Oratória*, I, 8, 6; AUSÔNIO, *Exortação a seu Neto*, 56. — 50. QUINTILIANO, *Instituição Oratória*, II, 5, 1. — 51. Idem, II, 1, 4; I, 8, 18. — 52. Idem, II, 5, 19. — 53. Ibidem. — 54. MARCIAL, *Epigramas*, XIV, 191. — 55. AULO GÉLIO, *Noites Aticas*, XVIII, 4. — 56. AUSÔNIO, *Exortação a seu Neto* (= *Epístolas*, XXII, *Idílios*, IV), 61-65; SANTO AGOSTINHO, *A Cidade de Deus*, III, 17, 1; *Papiri greci e latini* (Pubblicazioni della Società Italiana per la ricerca dei Papiri greci e latini in Egitto), (I), 110. — 57. MARCIAL, *Epigramas*, V, 56, 5.

tomada por Quintiliano⁵⁸: estudar, além de Cícero, os outros escritores na medida em que se assemelhem a êle, *ut quisque erit Ciceroni simillimus*. Entretanto, a reação arcaizante restabelece o interesse e às vèzes a reputação dos autores da "Antigüidade": o velho Catão, os Gracos⁵⁹, mas trata-se apenas de um favor passageiro e que jamais representou perigo para o lugar de honra concedido ao grande orador.

Em suma: o programa latino restringe-se à "quadriga", para retomar o título do manual de Arusiano Mésio (29): Virgílio, Terêncio, Salústio e Cícero.

A EXPLICAÇÃO DOS AUTORES

Quanto ao método seguido em seu estudo, não há muito a dizer a respeito, desde que se adverte ser o mesmo da escola helenística: a leitura expressiva⁶⁰ de um texto previamente corrigido⁶¹, exercício que apresenta a mesma dificuldade que entre os gregos, devido à ausência usual de pontuação e de separação entre as palavras⁶² nas edições correntes. A leitura exigia certa preparação, material (sobrecarregavam-se os textos com sinais especiais⁶³, ligando ou separando as palavras nos trechos onde pudesse haver hesitação, indicando o acento, a quantidade, as pausas) (30) e intelectual (na Antigüidade, era praticamente impossível ler um texto desconhecido, ou, pelo menos, que não se compreendesse⁶⁴): donde a expressão técnica *praelectio*⁶⁵ para designar a "leitura explicada"; primeiramente, o mestre lê o texto, explicando-o: sòmente depois disso o aluno pode, por sua vez, aventurar-se a lê-lo⁶⁶. Uns após os outros, os alunos lêem, pois, o texto estudado⁶⁷, pelo menos não sendo a classe demasiado numerosa⁶⁸. À leitura será associada a recitação: aprender de cor serve para enriquecer e formar a memória⁶⁹.

58. QUINTILIANO, *Instituição Oratória*, II, 5, 20. — 59. Idem, II, 5, 21; FRON-
TÃO, *Correspondência com Marco Aurélio*, II, 13; III, 18. — 60. QUINTILIANO, *Instituição Oratória*, I, 8, 1; AUSÔNIO, *Exortação a seu Neto*, 48-50; *Corpus Glossariorum Latinorum*, III, 381, 4 s. — 61. Idem, 381, 61-63. — 62. SANTO AGOSTINHO, *Da Ciência Cristã*, III, 2 (4) s. — 63. *Grammatici Latini*, V, 132, 1 s. (POMPEU); IV, 372, 15 s. (DONATO). — 64. AULO GÉLIO, *Noites Aticas*, XIII, 30. — 65. QUINTILIANO, *Instituição Oratória*, I, 8, 13; II, 5, 4. — 66. *Corpus Glossariorum Latinorum*, III, 381, 61-75. — 67. Idem, 381, 4-60. — 68. Cf. QUINTILIANO, *Instituição Oratória*, II, 5, 3; 6. — 69. Idem, I, 1, 36; 11, 14; XI, 2, 41; SANTO AGOSTINHO, *As Confissões*, I, 13 (20).

A explicação (*enarratio*), que deve culminar com um juízo global, de ordem estética, compreende dois aspectos: comentário da forma, comentário do conteúdo, *verborum interpretatio, historiarum cognitio*⁷⁰. Graças aos extensos comentários que a tradição manuscrita nos conservou (de Virgílio por Sêrvio, de Terêncio por Donato, etc.), podemos fazer uma idéia precisa da maneira pela qual os gramáticos do Baixo Império orientavam suas explicações. Uma rápida introdução, visivelmente sacrificada, e depois, verso por verso, palavra por palavra, uma lenta e meticulosa *explanatio*. Em princípio, trata-se essencialmente⁷¹ de explicar o ritmo do verso, as palavras raras ou difíceis (*glossemata*), os torneios poéticos; comentário êste que é, porém, na verdade, aos olhos do leitor moderno, exasperantemente detalhado e minudencioso: Prisciano consagrou todo um tratado, bastante volumoso⁷², à mera explicação dos versos iniciais de cada um dos doze livros da *Eneida*. Seja o verso 1 do livro I: o mestre pergunta sucessivamente a seu aluno:

— Escanda o verso:

Arma vi/ rumque ca/ no Tro/ ide qui/ primus ab/ oris.

— Quantas censuras tem êle?

— Duas.

— Quais?

— A pentemímera e a septemímera (*seminquinaria, semiseptenaria*, diz Prisciano em latim bárbaro).

— Como?

— Pentemímera: *Arma virumque cano*//; heptemímera: *Arma virumque cano Troiae*//.

— Quantas "figuras" tem?

— Dez.

— Por que?

— Porque é feito de três dátilos e de dois espondeus (Prisciano negligencia o espondeu final).

— Quantas palavras ("partes do discurso")?

— Nove.

— Quantos nomes?

— Seis: *arma, virum, Troiae, qui (sic), primus, oris.*

70. CÍCERO, *Sôbre o Orador*, I, 187. — 71. QUINTILIANO, *Instituição Oratória*, I, 8, 13 s. — 72. *Grammatici Latini*, III, 459-515.

- Quantos verbos?
- Um: *cano*.
- Quantas preposições?
- Uma: *ab*.
- Quantas conjunções?
- Uma: *que*.
- Considere as palavras uma a uma. Tomemos *arma*: que parte do discurso?
- Um nome.
- Que qualidade?
- Apelativo.
- De que espécie?
- Geral.
- De que gênero?
- Neutro.
- Por que?
- Todos os nomes que no plural terminam em *a* são neutros.
- Por que *arma* não está no singular?
- Porque esse nome designa numerosos e variados objetos, etc...

O comentário continua então, sem relação com o contexto, em longas disquisições sobre a palavra *arma*, seu emprêgo, as palavras semelhantes, etc. Sômente após diversas páginas é que se passa à segunda palavra do verso, e depois à seguinte.

Desde que o sentido o permita (agora com a palavra *Troiae*), o professor acrescenta ao comentário literal uma explicação não mais das palavras, porém das coisas, do conteúdo: é a *enarratio historiarum*. O termo *historiae*⁷³ não deve ser mal entendido: designa não a história no sentido moderno e estrito da palavra, mas, de maneira muito geral, tudo “o que narra” o texto estudado.

MAIS LITERÁRIA A ERUDIÇÃO

Trata-se, evidentemente, em primeiro lugar de compreender o assunto, de identificar as personagens e os acontecimentos, mas logo o comentário se estende em todos os sentidos, acumulando as mais diversas consi-

73. CÍCERO, *Sobre o Orador*, I, 187; QUINTILIANO, *Instituição Oratória*, I, 8, 18; SANTO AGOSTINHO, *Sobre a Ordem*, II, 12 (13).

derações e informações, em que o gramático revela, ciosa e singelamente, uma informação livresca e minuciosa⁷⁴. Trata muito menos de salientar e fazer sentir ao aluno os valores estéticos do que de satisfazer uma curiosidade erudita. Já notamos êste caráter no regime das escolas helenísticas; êle é mais acentuado ainda em Roma: tôda a literatura latina, desabrochada no quadro desta civilização helenística, é afetada por algo a que poderíamos chamar de “complexo de cultura”; lembrarei que não se encontra uma só vez a palavra *panis* em Virgílio: ao pão êle sempre chama *Ceres*⁷⁵; a todo instante o termo próprio encobre-se sob a alusão pedante: as *Geórgicas* não são um “poema imitado de Hesíodo”, mas *Ascraeum carmen*⁷⁶ etc. A explicação de tais passagens enveredava muito naturalmente pela senda da erudição. O bom gramático era o que fôsse capaz “de dizer quem era a ama-de-leite de Anquises, o nome e a pátria da madrastra de Anquêmolos (um herói que aparece fugidamente em dois versos da *Eneida*⁷⁷), quantos anos Aceso viveu e quantas pipas de vinho siciliano deu êle aos frígios⁷⁸”.

A mitologia, a legenda heróica realmente ocupava, nesta erudição gramatical, o lugar de honra; mas a seu lado a história, a geografia e tôdas as ciências coadjuvavam. Convinha saber que o Aquelôo era “um rio da Etólia; passa por ser o primeiro que minou da terra; nasce no Pindo, na terra dos perrébios, e desagua no mar Maliaco. Separa a Etólia da Acarnânia;... o Anfriso é um rio da Tessália, onde, segundo a lenda, Apolo guardava os rebanhos de Admeto, etc.”⁷⁹ Não se poderia insistir demais sôbre a importância alcançada na educação clássica pela erudição: mostrei algures (31) que ela constituía, por assim dizer, um segundo polo da cultura liberal: o homem verdadeiramente culto não é apenas um “letrado”, mas também um erudito, um sábio, sob o nome de ciência devendo-se, essencialmente, compreender esta erudição adquirida à margem dos clássicos.

74. QUINTILIANO, *Instituições*, *Oratória*, I, 13 s. — 75. VIRGÍLIO, *Eneida*, I, 177; 701... — 76. VIRGÍLIO, *Geórgicas*, II, 176. — 77. VIRGÍLIO, *Eneida*, X, 388-389. — 78. JUVENAL, *Sátiras*, VII, 232-236. — 79. VÍLIO SEQUESTRO, *Nomes dos Rios, das Fontes, etc., citados pelos Poetas*, s. vv.

RESQUÍCIO CIENTÍFICO NA ERUDIÇÃO

Sem dúvida, teòricamente, os romanos permanecem, como os gregos, fiéis ao ideal tradicional que edifica a alta cultura sôbre o alicerce da ἐγκύλιος παιδεία⁸⁰ ou, como se diz mais amiúde em latim, das *artes liberales*⁸¹, cujo programa, como vimos, justapõe as “artes” literárias com as “disciplinas” matemáticas. Na ordem dos fatos, estas são, porém, bastante negligenciadas: os teóricos, como Cícero⁸² e Quintiliano, retomam, sem dúvida, o conceito de Platão e de Isócrates sôbre o valor formador da geometria, que “exercita a inteligência, aguça o espírito, confere presteza de intuição...⁸³”, mas sente-se perfeitamente que êles o fazem sem ilusão: seria aspirar a um tipo ideal⁸⁴, quase irrealizável efetivamente. Quintiliano, por exemplo, muito embora conclua que “sem matemáticas, não há orador”, *ut... nullo modo sine geometria esse possit orator*⁸⁵, esta bela fórmula, em si digna de um Platão, tem um alcance prático singularmente atenuado: Quintiliano não permite aos estudos científicos tomar o tempo, que deve ser essencialmente consagrado à gramática; concede-lhes apenas os “intervalos” do horário escolar, *temporum vehut subce-*

*siva*⁸⁶. Na verdade, ia-se, de fato, ainda mais longe. Havia realmente, no Império romano, professôres de matemáticas, geômetras, “músicos”: sua existência é atestada do século I ao IV⁸⁷; seu ensino, entretanto, só interessava a uma minoria de alunos, e supunha nêstes uma vocação especial, de ordem científica ou técnica (32). De modo geral, o ensino secundário limitava-se ao do gramático.

Também aqui os modernos, e mesmo os antigos⁸⁸, denunciavam o espírito utilitário, rasteiro, dos romanos, incapazes de entregar-se como os gregos a um estudo científico desinteressado; mas um julgamento tão sumário obscurece a perspectiva histórica: de nada vale

80. VITRÚVIO, *Sôbre a Arquitetura*, I, 1 (3-10); QUINTILIANO, *Instituição Oratória*, I, 10, 1. — 81. CÍCERO, *Sôbre o Orador*, I, 72-73; III, 127; SÊNECA O FILÓSOFO, *Cartas a Lucílio*, 88, 1. — 82. CÍCERO, *Da República*, I, 30. — 83. QUINTILIANO, *Instituição Oratória*, I, 10, 34. — 84. CÍCERO, *Sôbre o Orador*, I, 78; *O Orador*, 7-10; 19, 101; QUINTILIANO, *Instituição Oratória*, I, 10, 4. — 85. Idem, I, 10, 49. — 86. Idem, I, 12, 13. — 87. COLUMELO, I, pr. 1,7; *Digeste*, L, 13, 1; DIO-CLECIANO, *Edito do Máximo* (ed. Mommsen), 7, 70; *Código Justiniano*, IX, 18, 2; *Código Teodosiano*, XIII, 4, 3. — 88. CÍCERO, *As Tuscianas*, I, 5; VARRÃO, *Encicla*, VI, 82-830.

comparar os romanos do século I, por exemplo, com os gregos do V; já vimos que esta tônica literária e erudita é um fato em toda a educação e na cultura helenística, seja de expressão grega, seja latina.

Foi com os gregos de seu tempo que os romanos aprenderam, por exemplo, a reduzir o estudo da astronomia ao do texto — mais mitológico que matemático — de Arato e, de maneira geral, as ciências às letras, ou, para dizer com toda a precisão, ao comentário dos autores (33).

EXERCÍCIOS DE ESTILO

Para completar este quadro do ensino do *grammaticus*, falta apenas mencionar os exercícios práticos de estilo, estes “exercícios preparatórios” que preludiavam o aprendizado da eloquência: fábula, sentença, “cri”, “etologia”⁸⁹, etc. Terminologia e técnica totalmente gregas: a pedagogia romana segue o modelo helenístico até no detalhe dos seus trâmites, tomando-lhe inclusive os temas dos deveres. O leitor recorda-se da “cri” de Isócrates que é comentada no manual de Aftônio: os latinos retomavam o mesmo tema, desta feita atribuído ao velho Catão, e seus escolares declinavam com aplicação:

Marco Pórcio Catão disse que as raízes das letras eram amargas, mas que seus frutos eram doces. De Catão se conta a frase... A Catão aprovou dizer que... Conta-se que Catão disse que... Ó Catão, não disseste que...

Depois no plural:

Os Marcos Pórcios Catões disseram que as raízes das letras eram amargas...

e assim por diante em cada um dos casos⁹⁰.

Mas com êsses exercícios chegamos à fronteira, disputada, que linda gramática e retórica⁹¹: tanto em Roma como na Grécia esta pertence ao ensino superior, do qual constitui a forma principal.

89. QUINTILIANO, *Instituição Oratória*, I, 9; SUETÔNIO, *Gramáticos e Retóricos*, 25, 5; *Rhetores Latini Minores* (ed. Halm), 561 s. (...); 551 s. (PRISCIANO). — 90. *Grammatici Latini* (ed. Keil), I, 310 (DIOMEDES). — 91. QUINTILIANO, *Instituição Oratória*, I, 9, 6; II, 1.

CAPÍTULO VI

AS ESCOLAS ROMANAS:

III. ENSINO SUPERIOR

Trata-se, pois, em primeiro lugar, do ensino da arte oratória. Também é confiado a um mestre especializado, chamado em latim *rhetor*¹, às vêzes *orator*², embora esta palavra tenha, em verdade, uma acepção mais larga³.

O RETÓRICO

Na hierarquia dos valores profissionais e sociais, o retor ocupa um pôsto visivelmente mais elevado que seus colegas dos dois primeiros graus. É mais bem pago: Juvenal, no comêço do século II, fornece a cifra de 2.000 sestércios por aluno por ano⁴, ou seja, um salário quatro vêzes superior ao que refere para um simples gramático⁵; trata-se, porém, do ilustre Quintiliano: o critério das remunerações talvez não fôsse tão liberal no caso dos mestres comuns. No tempo de Diocleciano, o *orator* é, com relação ao gramático, menos favorecido: recebem, respectivamente, 250 e 200 denários (sempre por aluno e por mês), quando recebe 50 o simples instrutor⁶. Em 376, a proporção é fixada por uma lei de Graciano: de metade para o dôbro na Gália, de três para dois em Trêves⁷. Aos olhos dos próprios antigos⁸ esta não era uma situação sobremodo vantajosa. Devia-se ainda, aliás, contar com as dificuldades comuns a tôdas as carreiras liberais: a concorrência⁹, os maus pagadores¹⁰.

1. H. DESSAU, *Inscriptiones Latinae Selectae*, 7773; E. DIEHL, *Inscriptiones Latinae Christianae Veteres*, 104. — 2. Idem, 105 adn.; AUSÔNIO, *Os Professores de Bordéus*, 1; *Código Teodosiano*, XIII, 3, 11. — 3. SENECA o RETOR, *Controvérsias*, VII, 1, 20. — 4. JUVENAL, *Sátiras*, VII, 186-187. — 5. Idem, 243 (*Escólios*). — 6. DIOCLECIANO, *Edito do Máximo* (ed. Mommsen), 7, 70-71. — 7. *Código Teodosiano*, XIII, 3, 11. — 8. JUVENAL, *Sátiras*, VII, 187-188. — 9. TÁCITO, *Diálogo dos Oradores*, 29, 7. — 10. JUVENAL, *Sátiras*, VII, 157-158; 203; SANTO AGOSTINHO, *As Confissões*, V, 15 (22).

A carreira atrai sempre homens humildes, alforriados¹¹ ou senadores em desgraça¹²; entretanto, mais frequentemente que entre os simples gramáticos, há retóricos que chegam à fortuna, às honras¹³, por vêzes, no Baixo Império, aos mais altos cargos estatais e, com Eugênio, até mesmo ao trono. Mas, ressaltado o caso do preceptorado junto a um jovem príncipe (como Frontão junto a Marco Aurélio e Vero, como Ausônio junto a Graciano), as mais das vêzes não era o próprio professorado que alçava assim tão alto, mas seus cabedais literários e (no Baixo Império) administrativos ou políticos.

Como seu humilde confrade o *magister ludi*, o retórico ensinava à sombra dos pórticos dos foros, mas não se contentava com uma simples loja: o Estado (no Baixo Império e, talvez, desde Adriano) punha à sua disposição belas salas em êxedra, arranjadas como um pequeno teatro, abertas ao fundo dos pórticos: *schola* do foro de Trajano, êxedras do forum de Augusto em Roma, êxedras do pórtico norte do Capitólio em Constantinopla (34): tipos de construção e de arranjo tomados pelos arquitetos latinos às salas que serviam a fim análogo nos ginásios gregos.

O ensino do *rhetor Latinus* tem por objetivo, como o do σοφιστής grego, o domínio da arte oratória, tal como o assegura a técnica tradicional, o sistema complexo das regras, de procedimentos e de normas progressivamente estabelecidos pela escola grega a partir da geração dos Sofistas. Ensino inteiramente formal: comunicar as regras, habituar a servir-se delas.

Cícero, sem dúvida sob a influência do filósofo acadêmico Filão de Larissa (35), empenhou-se a fundo no sentido de emancipar a juventude romana desta concepção, ingenuamente utilitária, dos estudos retóricos e de alargar o ideal do orador, com o que restauraria, em sua nobre simplicidade, o ideal primeiro de Isócrates. Ele queria alicerçar a formação do orador sobre a mais ampla cultura¹⁴, insistindo particularmente (mais do que o teria feito Isócrates) na necessidade de uma sólida

11. SUETÔNIO, *Gramáticos e Retóricos*, 6. — 12. Idem, 28; PLÍNIO O JOVEM, *Cartas*, IV, 11. — 13. SUETÔNIO, *Gramáticos e Retóricos*, 25, 4. — 14. CÍCERO, *Sobre o Orador*, I, 20; 48-73; II, 5; *Brutus*, 322.

preparação filosófica¹⁵, à qual anexava, como bom romano, o conhecimento do direito¹⁶ e da história¹⁷, este repositório da experiência humana, tão preciosa em ensinamentos para o homem de Estado.

Mas Cícero não conseguiu persuadir seus jovens contemporâneos, nem tampouco as gerações seguintes. Quintiliano, que, um século depois, retomou praticamente a mesma doutrina (seu neoclassicismo invoca expressamente a autoridade de Cícero¹⁸) (36), não foi mais bem sucedido¹⁹. Para a maior parte dos romanos do Império, o direito é uma especialidade, a filosofia uma vocação excepcional, a menos que se reduza a uma tintura superficial, a um repertório de idéias gerais, de franquias ilimitadas; do mesmo modo, a história, despojada dos modelos de estilo que ela apresenta, reduz-se a um repertório de *exempla*, de "feitos e ditos memoráveis"²⁰, úteis a alojar na memória do orador a fim de serem exumados oportunamente. Os estudos superiores reduzem-se praticamente à retórica, no mais formal sentido da palavra. Das obras teóricas de Cícero, não é o *De Oratore*, mas o *De Inventione*, trabalho de juventude, árido e didático, que é a mais estudada, a mais ativamente comentada²¹.

A RETÓRICA É INTEIRAMENTE GREGA

Não há retórica propriamente latina: esta arte havia sido inventada, elaborada, progressivamente aperfeiçoada pelos gregos. O trabalho dos *rhetores Latini* do século I a. C. e de Cícero consistira apenas em fixar um vocabulário técnico, transpondo o dos retóricos gregos, palavra por palavra e freqüentemente de maneira muito servil (assim a *ἑντεχνοῦς* faz-se corresponder *artificialis*). A escola latina jamais teve tradição pedagógica própria: permanece, durante todo o Império, em contato muito estreito com a retórica grega (37). Sua "latinidade" representa até certo recuo da posição assumida pelos escritores da República. Assim, a língua técnica de

15. *Sobre o Orador*, I, 53-57; 68-69; III, 76-80. — 16. *Idem*, I, 166-203; *O Orador*, 120. — 17. *Sobre o Orador*, I, 158-159; 201; *O Orador*, 120. — 18. QUINTILIANO, *Instituição Oratória*, I, pr. 13. — 19. *TÁCITO*, *Diálogo dos Oradores*, 28-35. — 20. VALÉRIO MÁXIMO, *Feitos e Ditos Memoráveis*. — 21. *Rhetores Latini Minores* (ed. Halm), 155 s. (MÁRIO VITORINO); 596 s. (GRUPO).

Quintiliano serve-se de muitos termos gregos, simplesmente transcritos em letras latinas ou mesmo, muitas vezes, escritos em grego, para os quais, entretanto, a *Retórica a Herênio* ou Cícero forneciam equivalentes: Quintiliano escreve ἀναγκαῖον, ἀνακεφαλάλωσις, ἀποσιώπησις, εἰρωνεία, ἑτυμολογία, e não, como seus predecessores, *necessitudo*, *enumeratio*, *reticentia*, *dissimulatio*, *notatio*: parece haver considerado êstes termos técnicos tão ricos, tão precisos em sua língua original que não suportavam sem dano êste esforço de transposição (38).

Como a teoria, o ensino prático reflete fielmente o exemplo vindo da Grécia. Uma vez concluída a longa série dos exercícios preparatórios, o aluno era solicitado a redigir discursos fictícios, sôbre um tema dado pelo mestre e segundo as prescrições e conselhos dêste. Aprendidos de cor, êstes discursos eram pronunciados em público (pois a “ação” é parte integrante da arte oratória), não sem alguma pompa: o auditório compreende, além do mestre, os condiscipulos e, pelo menos às vezes, parentes e amigos do jovem orador²². O termo técnico para designar êste exercício é em latim *declamatio* (*declamare*), que corresponde ao grego μελέτη (μελετᾶν). Como na Grécia, distinguem-se duas espécies no gênero: a suasória, que pertence à eloquência deliberativa e inclina-se para os assuntos históricos (“Aníbal, após Cannes, pergunta-se se convém marchar sôbre Roma”²³), e a controversia, de ordem judiciária: um arrazoado, pró ou contra, num caso determinado e definido, à luz de um texto de lei.

Salientarei uma vez mais a uniformidade e a longa permanência do regime pedagógico antigo: conhecemos bem os temas propostos aos jovens retores latinos, graças sobretudo às coleções de modelos de Sêneca o Pai, do (Ps.) Quintiliano, de Calpúrnio Flaco e Enódio. Esta documentação desdobra-se sôbre seis séculos: mas são sempre os mesmos tipos de assuntos, os mesmos que nos dera a conhecer a escola helenística (39), a mesma sorte de fantasia irreal, o mesmo gôsto pelo paradoxo e pelo inverossímil. São sempre apenas tiranos e piratas,

22. PÉRSIO, *Sátiras*, III, 45-47; QUINTILIANO, *Instituição Oratória*, II, 2, 9-12; 7, 1; X, 5, 21; PLÍNIO o JOVEM, *Cartas*, II, 18, 1-2. — 23. JUVENAL, *Sátiras*, VII, 160-164.

peste ou loucura, raptos, estupros, madrastas e filhos de-serdados, situações escabrosas e casos de consciência supinos, leis imaginárias: reporto apenas dois exemplos:

A SACERDOTISA PROSTITUÍDA

Supor-se-á uma lei estabelecendo que uma sacerdotisa deve ser casta e pura, filha de pais castos e puros.

Uma virgem, aprisionada por piratas, é vendida a um empreiteiro, que a arrasta à prostituição. Aos clientes que se apresentavam, ela pedia que lhe dessem a paga e a respeitassem. Um soldado recusa-se a conceder-lhe tal dádiva e tenta violentá-la: ela o mata. Acusada, é absolvida e entregue aos seus. Pretende agora abraçar o sacerdócio. Argumentar a favor ou contra²⁴.

O DUPLO SEDUTOR

A lei será: uma mulher, seduzida, deve escolher entre a condenação à morte de seu sedutor e o casamento com êle sem dote.

Na mesma noite um homem violenta duas mulheres. Uma exige sua morte, a outra quer desposá-lo²⁵.

Tão sedutores temas requeriam naturalmente as sutilezas, os rasgos de espírito, os *concetti*: os retóricos latinos não eram nisso mais avaros que seus confrades gregos da Segunda Sofística. Eis o tema do *Fortis sine manibus*: um glorioso veterano que perdeu as duas mãos na guerra surpreende sua mulher em flagrante delito de adultério; vejamos como o célebre retor M. Pórcio Latão o explora:

Adulteros meos tantum excitavi... "Minha chegada quase não perturbou os culpados... Ó cruel evocação de minha bravura de outrora! Ó lembrança dolorosa de minhas vitórias... Único entre os maridos enganados, não pude nem expulsá-los, nem matá-los! Como: ainda rides? Pois então vos digo: tenho mãos ainda! E chamei meu filho... 26"

24. SÊNECA O RETOR, *Controvérsias*, I, 2. — 25. Idem, I, 5; cf. IV, 3; VII, 8.
— 26. Idem, I, 4, 1.

LITERATURA E ADVOCACIA

Tudo foi dito, desde a Antigüidade mesma²⁷, sôbre o absurdo de uma pedagogia assim artificial, que parece, deliberadamente, voltar as costas à vida (40). Não nos apressemos em julgar: é preciso antes de tudo estar seguro de haver compreendido. O historiador do Império romano inclina-se demasiado a ligar esta eloquência escolar aos fenômenos anunciadores da "decadência" que êle acredita descobrir por tôda a latinidade da idade de prata. Vimos, porém, que êste não é um traço próprio da Roma imperial; é tôda a cultura helenística que está em jôgo: esta pedagogia foi, de Demétrio de Fálera a Enódio (e, em Bizâncio, até depois), durante um milênio (e mesmo dois), aceita como a norma de tôda cultura superior. Dever-se-ia acusar de prolongada cegueira uma tão longa seqüência de gerações, chamar de rotineira e decadente uma civilização cuja vitalidade e grandeza no terreno espiritual não se pode pôr em dúvida?

Não debatarei as circunstâncias atenuantes (poderíamos, de fato, limitar-nos a mostrar que a retórica latina não havia esquecido completamente o exemplo de Plócio Galo e consignava um lugar à atualidade, aos problemas políticos concretos, à realidade jurídica) (41): por um lado, segundo já mostrei a propósito da retórica helenística, havia, da parte dos antigos, uma tendência consciente a preferir, a título de exercícios, os assuntos paradoxais, mais difíceis, portanto mais proveitosos, aos da vida real²⁸.

Por outro lado, não é verdade, o que quer que haja dito a respeito um dia Sêneca²⁹, que a escola fôsse tão distanciada da vida — literária entenda-se. O Império, a perda da "liberdade" política levou, desde Augusto, a cultura romana a alinhar-se pela cultura helenística: a eloquência, em sua forma superior, não é mais a eloquência política, mas aquela estética e desinteressada, do conferencista; desde o tempo de Augusto, Asínio Polião introduziu em Roma o costume das alocações públi-

27. PETRÔNIO, *O Satyricon*, 1, 3; QUINTILIANO, *Instituição Oratória*, II, 10; TÁCITO, *Diálogo dos Oradores*, 31, 1; 35, 4-5. — 28. AULO GÁLIO, *Noites Aticas*, XVII, 12. — 29. SÊNECA O FILÓSOFO, *Cartas a Lucílio*, 106, 12.

cas³⁰, que vão desde então, como em país grego, dominar toda a vida literária.

A medida que se avança, vão-se atenuando os traços específicos que oporiam a tradição educativa latina à dos gregos: no Império, a educação romana, como a helenística, tornou-se essencialmente estética. Pela literatura e pela arte, ela aspira a realizar um ideal de humanismo que não limita nem orienta qualquer preocupação sórdida de utilidade imediata e de formação técnica.

A eloquência escolar, desde então, deixa de aparecer como um deplorável absurdo: orienta-se muito naturalmente no sentido da arte do conferencista, no sentido da eloquência pomposa que define a forma superior da arte aos olhos dos letrados latinos do Império como aos dos seus contemporâneos gregos da Segunda Sofística. E, se os julgamos do ponto de vista estritamente literário, os temas desenvolvidos não são desprovidos de mérito: o realismo não é a única veia inspiradora, há também a fantasia, a aventura. Com efeito, estes assuntos tiveram uma sorte singular, que ultrapassa largamente, no Ocidente, o interesse escolar: inspiraram na Idade Média os autores de novelas, quer as redigidas em latim, como as *Gesta Romanorum* (42), quer em língua vulgar e constituem assim uma das fontes da tradição romanesca de nossas literaturas modernas.

Ao mesmo tempo, importa constatar que, a despeito das aparências, este aprendizado formal da arte oratória não desviava os jovens romanos da vida ativa: veremos no capítulo seguinte como o Império (e isso é verdade tanto para o Império liberal dos dois primeiros séculos como para a monarquia burocrática dos séculos IV-VI) encontrou nas escolas de retórica um alfobre de espíritos alertas e perspicazes, bem capazes de fornecer-lhe o pessoal para seus altos cargos administrativos e governamentais.

Considerando as coisas globalmente, pode-se dizer que o ensino da retórica era, com efeito, orientado para a vida prática: preparava geralmente seus alunos

30. SÊNECA o RETOR, *Controvérsias*, IV, pr. 2.

para a carreira das leis. Abramós Quintiliano, cuja obra datada da década de 90 nos fornece um bom pôsto de observação do meio da era imperial: o orador que êle tenta formar está destinado, antes de tudo, a ser advogado³¹, carreira muito concorrida, se pensarmos no desenvolvimento do sistema jurídico no Império romano (43). Sem dúvida, esta preparação parece-nos muito pouco técnica: Quintiliano que, seguindo a Cícero, procura persuadir seu discípulo da necessidade de estudar a fundo o direito³², bem nos parece ter reagido em vão contra uma arraigada tendência de seu tempo. Deve-se considerar que o próprio desenvolvimento da técnica jurídica romana havia feito do direito uma especialidade: êle se estabelecera na prática como uma divisão do trabalho entre jurista e advogado. Este tinha junto a si conselheiros técnicos (*pragmatici*) que dirigiam o processo e forneciam-lhe um auto de argumentos legais³³. O trabalho próprio do advogado era fazê-los valer, positivá-los, passando do direito à equidade, e dar-lhes uma voz comovente e persuasiva: seu trabalho era, em suma, de ordem mais literária que propriamente jurídica.

O ENSINO DO DIREITO

Era, com efeito, a grande originalidade do ensino latino oferecer à ambição dos jovens a carreira jurídica. É êste o único ponto em que deixamos de notar o tão perfeito paralelismo existente em tudo o mais entre as escolas gregas e latinas: deixando para os gregos a filosofia e (pelo menos durante muito tempo) a medicina, os romanos criaram com suas escolas de direito um tipo de ensino superior original.

É freqüente considerar o direito como a grande criação do gênio romano: de fato, êle representa a aparição de uma nova forma de cultura, de um tipo de espírito que o mundo grego não havia de modo algum pressentido. É um tipo original o *iuris prudens*: o homem que conhece o direito, que sabe a fundo as leis, os costumes, as regras processuais, o repertório da "jurispru-

31. QUINTILIANO, *Instituição Oratória*, XII, 1, 13; 24-26; XII, 3; XII, 6. —
32. Idem, XII, 3. — 33. Idem, XII, 3, 4-9; TÁCITO, *Diálogo dos Oradores*, 31-32.

dência", conjunto dos precedentes a que em determinados casos se pode referir para invocar a autoridade da analogia, da tradição; o homem também que "diz" o Direito, que sabe pôr em execução, em um determinado caso, êste vasto conhecimento, todos os recursos que lhe fornecem sua erudição e sua memória, que individualiza o caso, sabe propor a elegante solução que triunfa sobre a obscuridade da causa e a ambigüidade da lei. A sabedoria do Prudente não é constituída apenas pela trapaça: apóia-se sobre o elevado sentido do justo, do bem, como da ordem. Esta sabedoria, cediçamente intuitiva, torna-se refletida, consciente e irá alimentar-se de toda a contribuição formal do pensamento grego, da robusta armadura lógica do aristotelismo, assim como da riqueza moral do Estoicismo.

Há, pois, em Roma, uma ciência do direito; seu conhecimento é um precioso bem, ao qual aspiram muitos jovens romanos: abre uma promissora carreira; mais ainda que a eloqüência, o direito aparece como uma panacéia, o meio de distinguir-se e ascender³⁴. Surgem, naturalmente, para atender a êste desejo, o mestre do direito (*magister iuris*)³⁵ e o ensino do direito (44).

Do ponto de vista de instituição, êste se apresenta por muito tempo em forma embrionária: ministrava-se, até o tempo de Cícero, no quadro dessa formação prática designada pela expressão *tirocinium fori*. Reportemo-nos aos textos que nos mostram o jovem Cícero, por exemplo, acompanhando um ou outro dos Múcios Cévola³⁶. O mestre é certamente mais um prático que um professor³⁷. Os jovens discípulos que o cercam assistem às consultas jurídicas que êle dá aos seus clientes e instruem-se escutando-o, pois, certamente, êle sabe aproveitar tôdas as ocasiões para explicar-lhes as sutilezas do caso, o encadeamento das conseqüências, exatamente como faz o médico no ensino clínico. Sômente a partir da geração de Cícero e largamente, parece, graças à sua ação e à sua propaganda³⁸, a pedagogia jurídica romana adita a êsse ensino prático, *respondentes audire*, um ensino sistemático, *instituere*: Cícero mesmo intitulara

34. PETRÔNIO, *O Satyricon*, 46. — 35. H. DESSAU, *Inscriptiones Latinae Selectae*, 7748; *Corpus Inscriptionum Latinarum*, VI, 1602. — 36. CÍCERO, *Lélio*, 1. — 37. *Brutus*, 306. — 38. *Sobre o Orador*, I, 166-201.

uma de suas obras, infelizmente perdida, *de iure civil in artem redigendo*³⁹; lançando mão de todos os recursos da lógica grega, o direito romano esforça-se desde então para apresentar-se aos iniciantes sob a forma de um corpo de doutrina, de um sistema, constituído por um conjunto de princípios, de divisões e de classificações apoiadas em uma terminologia e definições precisas⁴⁰.

Ao mesmo tempo que vai fixando as regras de seu método, o ensino jurídico tende a encarnar-se em instituições mais caracterizadas, de cunho mais oficial: segue idêntica evolução à da própria função de jurisconsulto, à qual continua ligado. A partir de Augusto, os mais qualificados dos Prudentes são investidos de uma autoridade oficial, recebendo o *ius publice respondendi*⁴¹. No século II d. C., constatamos a existência, bem estabelecida, de agências de consulta que são ao mesmo tempo escolas públicas de direito, *stationes ius publice docentium aut respondentium*⁴². Estas escolas estavam estabelecidas à sombra dos templos, sem dúvida para aproveitar recursos das bibliotecas especiais que aí se encontravam anexadas, como a de que Augusto dotara o santuário de Apolo no Palatino⁴³.

No mesmo momento, a pedagogia jurídica acaba de elaborar seus instrumentos: é do século II que datam as *Institutas* de Gaio, que, vindo depois de outras, oferece um modelo de tratado sistemático dos elementos do direito romano, perfeitamente adaptado à iniciação dos neófitos. Segue-se, paralelamente, a redação de todo um conjunto de manuais de processo, de comentários ao *Edito perpétuo* fixado por Adriano, de compêndios metódicos, ou *Digesta*, de trechos de jurisconsultos. Esta atividade criadora culmina no tempo dos Severos com a admirável obra de Ulpiano, Papiniano, Paulo, etc.

Obra que muito cedo se torna clássica, no mais estrito sentido da palavra: na posse de textos de reconhecida autoridade, o ensino organiza-se em torno destes. Utilizando-se da secular experiência que o *grammaticus* adquirira no comércio dos poetas, o professor de direito

39. AULO GÉLIO, *Noites Aticas*, I, 22, 7. — 40. CÍCERO, *Sôbre o Orador*, I, 87-190. — 41. JUSTINIANO, *Institutas*, I, 2, 8; *Digeste*, I, 2, 2, 49. — 42. AULO GÉLIO, *Noites Aticas*, XIII, 13, 1. — 43. *Escólios* de JUVENAL, I, 128.

entrega-se essencialmente à explicação, à interpretação dos seus autores.

Conhecemos bem, em particular, o programa e os métodos seguidos na escola de Beirute, o mais florescente dos centros, no Oriente, do estudo do direito romano. Esta escola deve ter-se organizado no início do século III, aproveitando-se da existência, em Beirute, de um centro de divulgação e de um depósito de arquivos das leis e constituições imperiais dirigidas ao Oriente (45). Desde 239, aparece-nos em plena atividade, e atraindo estudantes vindos de províncias tão distantes como a Capadócia⁴⁴. Seu prestígio persiste durante os séculos IV⁴⁵ e V⁴⁶ inteiros e só será contrabalançado tardiamente pelo de Constantinopla.

O ensino que, na época cristã, se veicula, à tarde, à sombra da catedral de Eustácio (mais ou menos como ainda hoje no mundo muçulmano o alto ensino se abriga nas mesquitas), compreende normalmente quatro anos⁴⁷: o mestre lê, explica, comenta os textos de base: no primeiro ano, com os "conscritos", *dupondii*, êle estuda as *Institutas* de Gaio e os *Libri ad Sabinum* de Ulpiano; no segundo, os *Libri ad edictum*, do mesmo Ulpiano; no terceiro, as *Responsae Papiniani* e, no quarto, as *Responsa Pauli*. Um quinto ano suplementar é introduzido, consagrado às Constituições imperiais, que reúnem, a partir dos anos 291-295, os Códigos: sabe-se que os primeiros, *Código Gregoriano*, *Código Hermogeniano*, são devidos à iniciativa privada (só com Teodósio II e em 439 o imperador promulga um *Código* oficial): nada impede supor terem sido compilados com o fito de facilitar o ensino. Este, em Beirute como em Constantinopla, é ministrado em latim: somente entre 381-382 e 410-420 o grego se introduz nêle, sem chegar, de resto, a destronar completamente o latim, que, com fortunas diversas, manterá, pelo menos em parte, suas posições até Justiniano.

44. SÃO GREGÓRIO O TAUMATURGO, *Panegrico de Orígenes* (Migne, *Patrologie Grecque*, t. 10). — 45. LIRÍANIO, *Discursos* (ed. Förster), I, 214. — 46. ZACARIAS O ESCOLÁSTICO, *Vida de Severo da Antioquia* (*Patrologia Orientalis*, t. II, fasc. 1), p. 46. — 47. JUSTINIANO, *Constituição "Omnes"*, 2-6.

CAPÍTULO VII

A OBRA EDUCACIONAL DE ROMA

A importância histórica da educação romana não reside nos pequenos matizes ou nos complementos que ela após à educação clássica do tipo helenístico, mas, mormente, na difusão que promoveu deste tipo de educação, através do tempo e do espaço.

A GRANDEZA ROMANA

Os historiadores modernos nem sempre têm feito justiça à grandeza da obra realizada, no mundo, por Roma. Herdeiros do romantismo (para o qual o supremo e, num sentido, único valor é a originalidade, a criação absoluta), não têm visto na civilização romana mais que uma deformação, um abastardamento da civilização helênica, única original (1).

Não creio necessário demonstrar a insuficiência de tal ponto de vista. Notar-se-á que o mesmo purismo inspirou os julgamentos, freqüentemente desfavoráveis, que por tão longo tempo têm sido pronunciados contra a civilização helenística, apontada como culpada, simultaneamente, de não haver permanecido idêntica à dos séculos VI, V e IV, e de haver-lhe continuado demasiado fiel (pois, no fundo, o que lhe censuram é seu classicismo, o fato de não ter dissipado a herança da época precedente, de não haver enveredado por uma nova trilha).

Mas, é realmente necessário dizê-lo, os apologistas de Roma têm-se lançado em vão, por vezes, à perseguição do fantasma de uma pretensa originalidade latina, na verdade inexistente ou reduzida a diferenças de feição de ordem secundária. A verdade está alhures: o papel histórico de Roma não foi criar uma nova civi-

lização, mas implantar e radicar sólidamente no mundo mediterrâneo a civilização helenística pela qual ela mesma fôra conquistada.

ROMA COMO CIVILIZADORA

Politicamente, vimo-lo, a obra de Roma foi “fazer do mundo inteiro uma única pátria¹”, reunir vencedores e vencidos em uma mesma comunidade. Lembrarei, entre tantos outros testemunhos, as exaltadas palavras com que, dirigindo-se ao bom imperador Antonino Pio, Élio Aristides, porta-voz da aristocracia jônica, celebra a grandeza e os benefícios da paz romana, que unificara o universo inteiro como um imenso côro que canta (em uníssono!), dócil ao corifeu imperial²: “Como os morcegos, nas grutas, se agarram às pedras e uns aos outros, assim todos estão apegados a Roma, temendo, acima de tudo, ser desligados dela³” (2).

Mas uma comunidade julga-se segundo os valores nos quais, comungam seus membros: o ideal da Roma imperial não está limitado aos valores propriamente políticos: a justiça, a ordem e a paz não constituem, a seus olhos, um fim: são apenas meios que permitem aos homens viver em segurança, em abundância, no lazer, ou seja, na felicidade, esta felicidade que, aos olhos de todos os pensadores helenísticos, representava o supremo valor, o *télos*, a razão de viver da humanidade. Atingimos assim a essência, o *Wesen*, da *Romanitas*: organizar o mundo para nêle poderem expandirem-se os valores da civilização helenística — a civilização da felicidade.

Ouçamos ainda Élio Aristides:

O mundo inteiro parece em festa. Despojou-se de sua antiga vestimenta, de ferro, para entregar-se, com total liberdade, à beleza e à alegria de viver. Tôdas as cidades renunciaram a suas antigas rivalidades, ou antes, uma mesma emulação anima a tôdas: a de parecer a mais bela e mais encantadora. Por tôda a parte ginásios, fontes, pro-píleus, templos, estúdios, escolas⁴.

1. RUTILIO NAMACIANO, *Poema sobre seu Regresso*, I, 63. — 2. ÉLIO ARISTIDES, *Discursos* (ed. Keil), XXVI, 29. — 3. Idem, 68. — 4. Idem, 97.

Não caberia julgar a obra de Roma sob a categoria hegeliana do devir: como convinha na perspectiva clássica, a própria Roma vislumbrou-se *sub specie aeternitatis*, sob a luz perene de um presente eterno. Crê-se eterna porque, graças a si, a humanidade civilizada pôde atingir um estágio normal de maturidade, uma ordem tão estável que não perduram mais razões para alterá-la nem para subvertê-la.

Uma vez mais, para o historiador, a criação original não é o único título com que uma civilização possa glorificar-se. Sua grandeza histórica, a importância do seu papel na humanidade medem-se não apenas por seus valores intrínsecos, mas também por sua extensão, por sua radicação no tempo e no espaço. A civilização pascoana também possuía, certamente, valores muito preciosos; teria sido porém mais fecunda, e menos frágil, se sua área não se houvesse limitado a uma ilha de 118 km², perdida no meio do Pacífico meridional. Se — voltando a nosso tema — a civilização minóica não se tivesse espalhado para além de Creta, não teria raiado o opimo outono micênico, nem a polinização da alta idade média helênica, nem Homero... Se a civilização grega, por seu turno, houvesse permanecido o bem, ciumentamente guardado, de algumas cidades egéias, teria desaparecido também desde muito, sem ter, como o fez, renovado a face do mundo.

Em grande parte deve ela a Roma o ter cumprido seu destino. O papel histórico de Roma foi, continuando o de Alexandre, implantar a civilização helenística do Saara aos "lochs" da Escócia, do Eufrates ao Atlântico, e arraigá-la tão profundamente que ela pôde resistir às borrascas das invasões germânicas e eslavas, e mesmo, em suma, à invasão árabe, senão turca. É este fundo labor, penhor das pósteras renascenças, que constitui a verdadeira honra, a imperecível glória de Roma.

POLÍTICA DE ROMANIZAÇÃO

"Por tãda a parte ginásios..., escolas": é notável que a enumeração de Élio Aristides termine nesta palavra. Havíamos feito do ginásio o símbolo da instauração

do helenismo em terra bárbara. Roma também traz consigo um estilo de vida nobre, o luxo, os prazeres: poder-se-ia dizer que os monumentos característicos da romanidade são as termas, o teatro, o anfiteatro e o circo. Mas isso é apenas o invólucro; Roma traz algo mais precioso: suas escolas, e com elas sua língua, suas duas línguas, sua cultura.

Por toda parte, nos países "bárbaros" do Ocidente, deparemos os efeitos de uma política, deliberada e consciente, de romanização. Tomemos o caso da Espanha; desde 79 a. C., Sertório, que nem por haver rompido com a legalidade de uma República empolgada pela aristocracia se considerava menos representante da idéia romana, reúne em Osca os filhos das melhores famílias da Espanha, evidentemente para assegurar-se a fidelidade dos chefes indígenas, mas manda educar à romana estes jovens reféns: eles nos são mostrados, vestidos com a pretexto e a *bullæ* ao pescoço, iniciando-se nas letras gregas e latinas⁵. Sob o Império, topamos com os resultados da política assim encetada: do norte ao sul da península, encontramos toda uma rede de escolas. Há escolas elementares até num pequeno centro mineiro da Lusitânia meridional⁶; em todas as cidades um pouco importantes há gramáticos⁷, latinos⁸ ou gregos⁹, professores de retórica latina¹⁰ ou grega¹¹. Como então nos admirarmos de ver a Península Ibérica desempenhar um papel tão ativo na vida romana, trazer-lhe, em troca, tantos grandes escritores (os Sêneca, Lucano, Quintiliano, Marcial), tantos administradores e homens políticos e, a partir de Trajano, até imperadores? (3)

Poder-se-ia bosquejar o mesmo painel a propósito de cada uma das grandes regiões do Ocidente. Na África, onde o latim começava a difundir-se desde o tempo de César, reencontramos também, sob o Império, em quase toda parte, mestres gramáticos¹² e retóricos¹³, homens cultos, como o jovem de Setif, *summarum artium liberalium, litterarum studiis utriusq. linguae perfecte eru-*

5. PLUTARCO, Sertório, 14. — 6. H. DESSAU, *Inscriptiones Latinae Selectae*, 6891, 57. — 7. SÊNeca o RETOR, *Controvérsias*, I, pr. 2; H. DESSAU, *Inscriptiones Latinae Selectae*, 7765; *Corpus Inscriptionum Latinarum*, II, 5079. — 8. *Corpus Inscriptionum Latinarum*, II, 2892. — 9. H. DESSAU, *Inscriptiones Latinae Selectae*, 7766. — 10. *Corpus Inscriptionum Latinarum*, II, 354. — 11. Idem, 1738. — 12. H. DESSAU, *Inscriptiones Latinae Selectae*, 7762. — 13. Idem, 7772.

*ditus, optima facundia praeditus*¹⁴, ou ainda como os burgueses de Sala, à margem do Atlântico, na extremidade sudoeste do mundo romano, que vemos, em 144, redigir em homenagem a um dos seus prefeitos uma ordenação honorífica de rara suntuosidade verbal¹⁵.

A Gália não cede o passo à África¹⁶: ela também era uma terra de eleição para a gramática¹⁷ e a eloquência¹⁸; ali também, apoiada em uma rede de escolas onde desde logo ensinam mestres célebres¹⁹, a romanização realizou, muito cedo, imensos progressos. Já pelo ano 48 d. C., o imperador Cláudio, falando no Senado em favor da outorga do *ius honorum* aos notáveis da Gália Cabeluda, podia afirmar que os gauleses se haviam tornado semelhantes aos romanos pelos costumes e pela cultura, *moribus, artibus*²⁰.

A romanização prossegue no mesmo ritmo em todo o Ocidente: desde Tibério, Veléio Patérculo atesta que "em tôdas as províncias panonianas, com a paz romana, a língua latina e, entre muitos, a cultura literária, se haviam bastante geralmente difundido"²¹. Ao longo do Danúbio, a latinidade, apoiada no exército, estende-se até o Mar Negro.

Na Dobrogéia, redobra as campanhas e vem bater aos muros das velhas colônias gregas da costa, Calatis, Tomio, Istro. Esta província da Cítia menor, na extremidade do *orbis Romanus*, dará à Igreja latina João Casiano nos séculos IV e V, Dionísio, o Pequeno, no VI. Nada mostra melhor a autenticidade da cultura latina nesta longínqua província que o episódio dos monges citas (519-520): não é somente a argúcia de sua cristologia que absona em Constantinopla; é também o fato de estes danubianos não serem plasmados no molde dos teólogos bizantinos: são puros latinos; vão discutir em Roma, correspondem-se com os bispos africanos exilados na Sardenha; seu mestre de pensamento continua sendo Santo Agostinho, a quem os orientais ignoram completamente (4).

14. Idem, 7761; cf. 7742. — 15. J. CAROPIANO, *Le Maroc antique* (Paris, 1943), 200 s. (= *L'Année Epigraphique*, 1931, 36). — 16. JUVENAL, *Sátiras*, VII, 148. — 17. SUTÓNIO, *Gramáticos e Retóricos*, 3, 4. — 18. JUVENAL, *Sátiras*, XV, 11. — 19. SUTÓNIO, *Gramáticos e Retóricos*, 3, 4. — 20. TÁCITO, *Anais*, XI, 24, 13. — 21. VELÉIO PATÉRCULO, II, 110.

Por toda a parte Roma havia começado por aplicar o mesmo método: educar nas escolas romanas as crianças dadas como reféns pelos notáveis dos países recém-submetidos; como na Espanha ao tempo de Sertório, encontramo-lo aplicado na Renânia sob Calígula²², na Grã-Bretanha por Agrícola²³. Mesmo nesta tão distante província do norte, o uso do latim e com ele toda a cultura clássica conseguiram implantar-se (5): conhecemos um gramático grego, um amigo de Plutarco, que foi para lá em busca de fortuna²⁴. E pensando na Bretanha Juvenal foi levado a emitir este juízo, tão profundo e tão exato, malgrado o excesso pilhérico da tirada final:

No tempo do velho Metelo (o adversário de Sertório, o governador pró-Sila da Espanha Ulterior), ter-se-ia imaginado um cantabro estóico? Hoje o mundo inteiro possui a cultura grega e a cultura latina,

Nunc totus Graias nostrasque habet orbis Athenas;

a Gália eloqüente formou advogados bretões e Tule já fala em oferecer um cargo a um retor!²⁵

LIMITES DA ROMANIZAÇÃO

Não obstante, cumpre demarcar os limites dentro dos quais se encerrou esta difusão da língua e da cultura latinas. A cultura, em Roma como em toda parte na Antigüidade, continuou sendo privilégio das classes dominantes. Este caráter aristocrático devia ser para ela, na ocasião das grandes catástrofes, no momento das invasões bárbaras, uma causa temível de fragilidade. Havia certamente contribuído para limitar seus movimentos de conquista.

As primeiras escolas abrem-se antes de tudo em consideração às crianças das maiores famílias; sua clientela será recrutada sempre, em primeiro lugar, na elite social e, de qualquer modo, entre estes privilegiados que são os habitantes das cidades, destas cidades cuja mol-

22. SUETÔNIO, *Vida de Calígula*, 45, 3. — 23. TÁCITO, *Vida de Agrícola*, 21, 2. — 24. H. DESSAU, *Inscriptiones Latinae Selectae*, 8861 (PLUTARCO, *Def. Or.* /sic pro ed. franc./ 422 D: 423 A). — 25. JUVENAL, *Sátiras*, XV, 108-112.

dura continua a impor-se à civilização antiga, com o que elas implicam de refinamentos materiais e de recursos espirituais (mede-se o grau de romanização de um país pelo número e importância dos centros urbanos nêle criados). As classes populares e os meios rurais serão sempre sacrificados e, dessarte, por muito tempo refratários à romanização.

Sem dúvida, o caso do povoado mineiro da Lusitânia, que citei, não é único: o jurisconsulto Ulpiano fala, como de algo normal, em escolas elementares instaladas nos pequenos burgos rurais, *vici*²⁶. Mas não bastaram para atender às massas no seu conjunto. Com efeito, falava-se ainda "púnico", nos arredores de Hipona, no tempo de Santo Agostinho (6), céltico nos campos da Gália nos séculos III e IV: foi somente a propaganda cristã, parece, que acabou de implantar nos campos gaulleses o emprêgo do latim, pois, assim como no século XVI a propagação do protestantismo na França meridional se fêz em francês e não no dialeto "d'oc", assim também foi em latim que se pregou a nova religião às massas (7). Importa acrescentar, é verdade, que êste mesmo fato supõe a latinização já bastante avançada: o céltico não devia mais ser tão vivo quanto o copta ou o siríaco, sôbre os quais as Igrejas do Egito e do Oriente julgaram útil ou necessário apolar-se, de preferência ao grego.

O MAPA ESCOLAR

Conhecidos êstes limites, permanece verdadeiro que o conjunto do Império estava coberto por uma rêde bastante densa de instituições escolares: mestres de escolas elementares por tôda parte, gramáticos e, em seguida, retores nos centros mais importantes.

Tomemos, para a Cisalpina no tempo de César, o caso de Virgílio: nascido numa aldeia, Andes, dependente da cidade de Mântua²⁷, nesta cidade fêz, sem dúvida, seu estudo primário. Aos doze anos²⁸, partiu para Cremona para seguir as lições do gramático; uma vez recebida,

26. *Digeste*, V, 5, 2, 8. — 27. *Biografias Antigas de Virgílio* (ed. Brummer), DONATO, 7; SÉRVIO, 4. — 28. SÃO JERÔNIMO, *Crônica*, 59a.

aos quinze ou dezesseis anos, a toga viril²⁹, começou seus estudos superiores de retórica em Milão³⁰, depois em Roma, atraído pelo renome do retórico M. Epídio, que devia contar também com Marco Antônio e Otávio entre seus alunos³¹. A viva curiosidade do futuro poeta levou-o também às ciências, medicina e, sobretudo, matemáticas³²: isto orientava sua cultura no sentido da filosofia; tocado pela luz da verdade, converteu-se à fé epicurista, que então exercia viva atração sobre a inteligência romana, como o testemunha Lucrécio: foi inscrever-se, em Nápoles³³, na escola do filósofo Sirão³⁴ e ligou-se ao círculo epicúreo de Herculano, que gravitava em torno de Filodemo³⁵ (8).

Mais de quatrocentos anos depois, revela-se-nos uma situação análoga para a África, a carreira escolar de Santo Agostinho: nascido na pequena cidade de Tagasta, na Numídia, aí recebe apenas uma instrução primária e, como Virgílio, vai para uma cidade mais ativa, a saber Madaura, a pátria de Apuleio, fazer seu estudo de gramática e iniciar sua retórica³⁶. Após uma interrupção, devida a razões materiais, no decorrer do seu décimo sexto ano, continua seus estudos superiores em Cartago³⁷. Órfão necessitado, tem de interrompê-los sem levá-los até o fim: ele também, aos dezoito anos, acabava de "converter-se" à filosofia³⁸, mas é como autodidata que continua sua formação neste terreno³⁹. Outros, mais favorecidos socialmente, como seu discípulo, amigo e futuro colega Alípio, levam mais adiante seus estudos, atravessam o mar e vão a Roma estudar direito⁴⁰.

Assim, os recursos escolares eram bem diferentes conforme as cidades. Encontravam-se gramáticos e retóricos, mais ou menos competentes, em um número bastante grande de centros: na Gália, por exemplo, nossos documentos permitem-nos entrevê-los em Limoges⁴¹, Bor-

29. *Biografias Antigas de Virgílio* (ed. Brummer), DONATO, 20 s.; FILARGÍRIO (Vita Prima), 25 s. — 30. Idem, DONATO, 24; SÉRVIO, 6. — 31. Idem, *Vida dos Manuscritos de Borna*, 7. — 32. Idem, DONATO, 47 s. — 33. Idem, SÉRVIO, 6. — 34. [VIRGÍLIO], *Epigramas do "Appendix Vergiliana"*, V; SÉRVIO, *Comentário à "Eneida"*, VI, 264. — 35. *Herculaneum Volumnum quas supersunt collectio altera*, I, 93, xi, 3; VII, 196, xii, 4. — 36. SANTO AGOSTINHO, *As Confissões*, II, 3 (5). — 37. Idem, III, 1 (1) s. — 38. Idem, III, 4 (7). — 39. Idem, IV, 16 (28). — 40. Idem, VI, 8 (13). — 41. H. DESSAU, *Inscriptiones Latinae Selectae*, 7764.

déus ⁴², Toulouse ⁴³, Narbonne ⁴⁴, Marselha ⁴⁵, Arles ⁴⁶, Vienna ⁴⁷, Lyon ⁴⁸, Avenches ⁴⁹, Autun ⁵⁰, Besançon ⁵¹, Reims ⁵², Trêves ⁵³, Colônia ⁵⁴... Lista, para dizer a verdade, um pouco artificial, pois justapõe dados escalonados em quatro séculos: não dispomos de testemunhos bastante numerosos para poder escrever a história de cada uma destas escolas. No entanto, é muito fácil situar os grandes centros "universitários" onde ensinavam lado a lado, em número relativamenté elevado, mestres cujo renome atraía, às vèzes de longe, numerosos ouvintes, que èles se disputavam tão àsperamente quanto seus colegas gregos do Oriente.

Na África, é evidentemente Cartago que preenche verdadeiramente, tanto no plano intelectual, como em todos os outros, seu papel de capital secundária (9).

Na Gália, a concentração é muito menos nítida. No início do Império, as mais célebres escolas são, primeiramente, as de Marselha, que herdaram do seu passado grego, depois as de Autun, a capital do país dos Éduos, que dera a César seus primeiros aliados, à Gália seus primeiros senadores depois do senatus-consulto claudiano. Bem atestadas no século I ⁵⁵, reaparecem em plena luz por volta de 297, sob Constâncio Cloro ⁵⁶. Mais adiante, no século IV, é Bordéus que distinguimos melhor, mas talvez simplesmente porque a obra e a personalidade de Ausônio ali estão para atrair sôbre ela nossa atenção (10).

Na Itália, vemos sobretudo Nápoles (11) e Milão, cujo prestígio será reforçado, no tempo de Santo Ambrósio e de Santo Agostinho, pela presença da côrte imperial do Ocidente. Mas na Itália e em todo o Império latino, o centro universitário por excelência continua sendo, de tóda maneira, Roma, que se projeta sôbre todos os outros.

Quantum lenta solent inter viburna cupressi.

42. Ausônio, *Exortação a seu Neto* (= Epístolas, XXII, Idílios, IV). — 43. São Jerônimo, *Crônica*, 56 p. — 44. *Corpus Inscriptionum Latinarum*, XII, 5074. — 45. *Inscriptiones Graecae*, XIV, 2434. — 46. *Corpus Inscriptionum Latinarum*, XII, 714, 12. — 47. Idem, 1918-1921. — 48. Idem, XIII, 2038. — 49. Idem, 5079. — 50. Tácito, *Anais*, III, 43. — 51. Ausônio, *Agradecimento a Graciano por seu Consulado*, VII, 31. — 52. *Grammatici Latini* (ed. Keil), V, 349 (CONSÊNCIO). — 53. H. Dessau, *Inscriptiones Latinae Selectae*, 7765. — 54. *Corpus Inscriptionum Latinarum*, XIII, 8356. — 55. Tácito, *Anais*, III, 43. — 56. *Panegíricos Latinos* (ed. Bachrens), IV; XI.

Sua preeminência, tanto no plano intelectual como nos outros, é bem mais ostensiva no Ocidente do que, no Oriente, a de qualquer outro centro: Constantinopla só conseguirá suplantá-la durante o segundo período da história bizantina, tão durável houvera sido o prestígio de Atenas, de Alexandria, de Antioquia e (no direito) de Beirute. E em Roma que se encontram os gramáticos e os retóricos, latinos ou gregos, mais famosos: veremos que o favor imperial foi empregado para ali atraí-los e retê-los. Em todo o Ocidente, é apenas em Roma, talvez, que se encontra um ensino organizado da filosofia; é ali, particularmente, que se encontra o único centro oficial de ensino do direito para o Oeste do Império. Esta disciplina, extraordinariamente requestada, atrai a Roma grande número de estudantes provincianos, oriundos não apenas da Itália inteira, mas também da África⁵⁷, da Gália⁵⁸, das províncias danubianas⁵⁹ e mesmo do Oriente grego⁶⁰.

Mas a história destes diversos centros de estudos só se esclarece plenamente se se leva em consideração o papel desempenhado, pelo Estado romano, no desenvolvimento da educação.

57. *Código Teodosiano*, XIV, 9, 1; SANTO AGOSTINHO, *As Confissões*, VI, 8 (13). — 58. RUTILIO NAMACIANO, *Poema sobre seu Regresso*, I, 209; *Acta Sanctorum* (dos bolandistas), JULIANO O APÓSTATA, VII, 202; cf. SÃO JERÔNIMO, *Correspondência*, 125, 6, 1. — 59. E. DIEHL, *Inscriptiones Latinae Christianae Veteres*, 740. — 60. H. DESSAU, *Inscriptiones Latinae Selectae*, 7742; LIMBANO, *Discursos* (ed. Förster), I, 214.

CAPÍTULO VIII

O ESTADO ROMANO E A EDUCAÇÃO

Durante a República, Roma não teve, para falar com propriedade, política escolar; um grego como Políbio, habituado a ver as cidades helenísticas interessar-se de perto pelos problemas da educação, espanta-se com esta “negligência”¹: o Estado romano abandona a educação à iniciativa e à atividade privadas. Eis aí uma das facetas que mostram o arcaísmo das instituições romanas, confrontadas com as do mundo helenístico. Sob o Império, Roma de certo modo livra-se do atraso e tende a conformar-se às normas em vigor no mundo grego.

OS COLLEGIA IUVENUM

Assim, desde Augusto, a instituição característica da efébia encontra seu equivalente nos “clubes de jovens”, *collegia iuvenum*, que vemos desde então prosperar, notadamente na Itália central (1). Na origem, bem parece resultarem tais clubes de uma iniciativa do próprio Augusto: é um aspecto do esforço de restauração nacional empreendido pelo grande imperador². Este deve ter, em Roma, retomado em suas próprias mãos a juventude das classes senatorial e equestre, à qual restitui o gosto pela preparação militar, pelos exercícios físicos do Campo de Marte, e notadamente pela equitação: abandonados, parece, no tempo de Cícero³, são agora celebrados, à porfia, pelos poetas laureados⁴. Os jovens nobres disputam os *ludi sevirales*⁵; meninos ainda, participam já do carrossel sagrado do velho *ludus Troiae*⁶.

1. Ap. CÍCERO, *Sobre a República*, IV, 3; cf. [PSEUDO-APOLÔNIO DE TIANA], *Cartas*, 54. — 2. DION CÁSIO, *História Romana*, LII, 26, 1 s. — 3. CÍCERO, *Para M. Célio*, II. — 4. HORÁCIO, *Odes*, I, 8; III, 12, 7 s.; VIRGÍLIO, *Eneida*, VII, 162-165; IX, 606. — 5. DION CÁSIO, *História Romana*, LV, 10, 4; OS AUTORES DA “HISTÓRIA AUGUSTA”, *Marco Aurélio*, 6, 3. — 6. SUETÔNIO, *Vida de Augusto*, 43, 5.

Devidamente enquadrada, a juventude é oficialmente passada em revista, todo ano, por ocasião da *transvectio equitum*, cuja pompa se exhibe no grande circo⁷. Ai pelo ano 5 a. C. esta organização logra consagrar-se, quando os (netos) filhos de Augusto, Caio e Lúcio Césares, recebem o título, característico, de *principes-iuventutis*, "chefes da juventude"⁸. Este título, que aparece então em Roma pela primeira vez, será muitas vezes retomado, desde os Júlio-Claudianos, sempre em benefício de um jovem príncipe da casa reinante⁹ e a partir dos Severos é usado regularmente para designar o herdeiro do trono: valor que desde sua criação sua própria forma sugeria¹⁰.

Percebem-se bem as raízes profundas que a instituição assim criada ou renovada por Augusto cravava no passado nacional: mesmo a divisão da sociedade em duas classes de idade, a "juventude", os *iuvenes*, opostos aos *seniores*, remonta talvez até além das próprias origens de Roma, até à mais longínqua pré-história indo-européia (2). O título de "príncipe da juventude" parece provado entre os ausônios desde os fins do século IV¹¹; colégios de jovens parecem ter existido desde longo tempo, agrupados em torno dêstes antigos santuários que a renascença augustana piedosamente restaurava; encontramos mesmo, em Tusculum, uma *sodalitas* de moças¹² organizada à sombra de um velho culto municipal (3).

Mas, como o vimos a propósito da juventude pompeiana, VEREIIA PUMPAIIANA, na Itália pré-romana, já estas organizações da juventude haviam sido profundamente influenciadas, ao menos na Campânia, pela efebia helenística. Sob o Império, a analogia torna-se mais manifesta ainda (quer tenha havido deliberada imitação, influência inconsciente ou evolução paralela): tais como os vemos se desenvolverem, a partir de Augusto, no Lácio, depois na Campânia, na Úmbria, na Etrúria, no Piceno, e além, na Cisalpina, na Narbona e até na Espanha, os *collegia iuvenum* aparecem como morfológicamente equivalentes aos colégios efêbicos da Grécia helenística.

7. Idem, 38, 2. — 8. AUGUSTO (O IMPERADOR), *Res Gestae*, 14, 2; TÁCITO, *Anais*, I, 3, 2. — 9. SUETÔNIO, *Vida de Calígula*, 15, 4; H. DESSAU, *Inscriptiones Latinae Selectae*, 222, 4. — 10. Ovídio, *A Arte de Amar*, I, 194. — 11. Tito Lívio, *História Romana*, IX, 25, 4. — 12. H. DESSAU, *Inscriptiones Latinae Selectae*, 6211-6212.

Como êstes últimos, são essencialmente clubes que congregam jovens das melhores famílias da cidade; favorecidos pelos imperadores de tendência aristocrática, desde a dinastia de Augusto à dos Gordianos¹³, são ao contrário olhados com desconfiança pelos Severos, que parecem temer que se acoite nêles uma oposição aristocrática¹⁴ (4).

De fato, êstes clubes de jovens certamente exerciam um papel político, pelo menos no escalão municipal: a epigrafia pompeiana no-los mostra desempenhando um papel ativo em período eleitoral. Como a efebria da Atenas helenística, a pequena república que constituía sua sociedade, com seus magistrados eleitos, proporciona-lhes oportunidade de exercitarem-se na vida parlamentar.

De conformidade com suas origens itálicas, a atividade dos *collegia iuvenum* é, a princípio, de ordem religiosa: muitos se consagram ao culto de uma divindade determinada, Hércules particularmente¹⁵ (Héracles, no mundo grego, é também um dos deuses protetores do ginásio); mas é bem claro que as cerimônias do culto, procissões, sacrifícios (portanto: banquetes), etc., têm antes de tudo, nessa época, um valor de festa e de mundanismo. Acredita-se haver descoberto em Pompéia o clube (*schola*) da juventude local: uma bela sala, suntuosamente decorada, com afrescos, troféus de armas e de símbolos de vitória; era ali que os *iuvenes* certamente se reuniam para formar os cortejos, por ocasião de seus desfiles oficiais (5).

Mas a atividade característica dêstes clubes é, como a dos efebos, de ordem esportiva. Encontramos, tanto em Roma como nos municípios, numerosos exemplos de jogos disputados pelos jovens: *ludi iuvenales*, *Iuvenalia*: de Nero¹⁶ a Gordiano I¹⁷, os imperadores amiúde tomaram a iniciativa dêles. Muito excepcionalmente, como nas Quinquátrias de Minerva, fundadas em Albano por Domiciano¹⁸, disputam-se então provas de ordem literá-

13. Os AUTORES DA "HISTÓRIA AUGUSTA", *Os Gordios*, 4, 6. — 14. *Digeste*, XLVIII, 19, 28, 3. — 15. H. DESSAU, *Inscriptiones Latinae Selectae*, 7306; *Corpus Inscriptionum Latinarum*, IX, 1681; cf. *L'Année Epigraphique*, 1911, 67; 1926, 126. — 16. SUETÔNIO, *Vida de Nero*, 11; TÁCITO, *Anais*, XIV, 15; *Histórias*, 62. — 17. Os AUTORES DA "HISTÓRIA AUGUSTA", *Os Gordios*, 4, 6. — 18. SUETÔNIO, *Vida de Domiciano*, 4, 11.

ria, como vimos que ocorria às vèzes em Atenas; mais freqüentemente, porém, como na Grécia, são jogos esportivos, com a única diferença de não se disputarem os jogos do estádio, mas os do circo e do anfiteatro: já falei do papel que assim desempenhavam, na educação da nobreza imperial, a equitação, a esgrima e a "caça", ou seja, os combates contra feras.

Sem dúvida, no pensamento de Augusto, como no dos atenienses dos anos 338-335, esta instituição tinha inicialmente como escopo orientar a formação da juventude no sentido das coisas do exército. No entanto, sob o Império, como na Grécia helenística, êste caráter para- ou pré-militar muito rapidamente se esfumou: os *collegia iuvenum* são, antes de tudo, clubes aristocráticos e mundanos, onde a juventude dourada se inicia na vida de sociedade e nos esportes elegantes. Falo aqui dos *collegia iuvenum* da Itália. Êste julgamento não seria verdadeiro em relação a outras formações de juventude que vemos aparecer, sobretudo a partir do século II, nas regiões fronteiras situadas ao longo do Reno e do Danúbio, como tampouco, em ampla medida, em relação às da África¹⁹: com seu recrutamento menos exclusivo, estas formações (que aliás trazem o nome de *Iuventus* antes que o de *collegium iuvenum*) parecem mais ainda atreitas à preparação militar e ao recrutamento do exército; mas por isto escapam à história pròpriamente dita da educação.

POLÍTICA ESCOLAR

Com respeito às escolas, o Império romano foi levado a praticar uma política ativa de intervenção e de patronato (6). A diferença daquilo que nos mostraram as cidades helenísticas, jamais houve, em Roma, magistratura especial encarregada da supervisão ou da inspeção dos estabelecimentos de ensino (7). Pelo contrário, como as cidades gregas, o Estado romano concede ao corpo docente favores de ordem fiscal e assume, êle próprio, pelo menos em certos casos, a responsabilidade de sua remuneração. A Vespasiano cabe a honra de haver iniciado esta dupla política.

19. *Inscriptions Latines de l'Algérie*, 3079 (= *L'Année Epigraphique*, 1921, 21).

ISENÇÕES TRIBUTÁRIAS

As medidas tomadas por César²⁰ ou por Augusto²¹ em benefício dos professores referiam-se apenas aos estrangeiros e atestam, por conseguinte, antes de tudo, o esforço que Roma envidou para atrair a si os mestres gregos. Com Vespasiano aparece uma verdadeira política de imunidade fiscal: todos os professores do ensino secundário e superior beneficiam-se doravante das isenções dos encargos municipais (*munera*) que Augusto havia concedido até então unicamente aos médicos²². Trata-se, primeiramente, só da "hospitalidade", do alojamento de tropas em quartel²³, mas os sucessivos imperadores que, a partir de Adriano²⁴, concederam e confirmaram estes privilégios, estenderam-nos progressivamente, a partir de Antonino²⁵ e de Cômodo²⁶, a outros encargos: tutela, em seguida ginasiarquia, agoranomia, sacerdócio, etc. A mesma política é reafirmada, com alguns matizes, pelos Severos²⁷, Gordiano²⁸, Diocleciano²⁹, Constantino³⁰, Valentiniano³¹, Teodósio II³², e definitivamente ratificada pelo *Código Justiniano*³³. É verdade que, entretanto, esta política muito havia perdido de seu alcance, porquanto as imunidades assim concedidas aos professores, estes as compartiam, desde Caracala³⁴, com seus estudantes, e, desde Constantino³⁵, com um grande número de ofícios, considerados como igualmente úteis ao bem público.

A repetição, monótona, destas medidas de favor (8) poderia despertar nossa admiração para com a solicitude constante do poder imperial em relação aos universitários. Temo que ela revele, sobretudo, evidente má vontade das autoridades municipais que se opõem a admitir a multiplicação destas isenções que, desonerando alguns, faziam recair mais pesadamente sobre os outros o peso das funções comuns: trata-se de um testemunho, entre muitos, da usura do sistema municipal, fundado, como vimos, na emulação e no zelo espontâneo de ricos

20. SUETÔNIO, *Vida de Júlio César*, 42, 2. — 21. *Vida de Augusto*, 42, 3; PAULO ORÓSIO, *História contra os Pagãos*, VII, 3. — 22. DION CÁSSIO, *História Romana*, LIII, 60 (= ZONARAS, *Súmula da "História Romana" de Dion Cássio*, X, 30). — 23. *Digeste*, I, 4, 18, 30; *Sitzungsberichte der philosophisch-historischen Klasse der Akademie der Wissenschaften* (Wien), 1935, 968, 7. — 24. *Digeste*, I, 4, 18, 30. — 25. *Idem*, XXVII, 1, 6, 1. — 26. *Idem*, 8. — 27. *Idem*, 9. — 28. *Código Justiniano*, X, 53, 2. — 29. *Idem*, 4. — 30. *Código Teodosiano*, XIII, 3, 1-3. — 31. *Idem*, 10. — 32. *Idem*, 16-18. — 33. *Código Justiniano*, X, 53. — 34. *Fragmenta I'aticana* (ed. Mommsen), 204. — 35. *Código Teodosiano*, XIII, 4.

“benfeitores”, felizes de contribuírem para alimentar generosamente, o orçamento comunal.

Assim vemos os mesmos imperadores empenharem-se em limitar o número dos beneficiários destas isenções: excluem delas os simples mestres primários ³⁶, os professores do ensino técnico ³⁷, os professores de direito fora de Roma ³⁸ e, às vezes, até os filósofos ³⁹. Preocupado, sem dúvida, com o número crescente de pessoas ilustres que tratavam de escapar aos *munera* fazendo-se reconhecer, talvez em caráter honorário, o título de professor, Antonino fixou uma cifra máxima ⁴⁰, que as municipalidades aliás tinham ainda liberdade de reduzir ⁴¹; texto interessante, que nos dá uma idéia do que podia ser o efetivo do pessoal ensinante na Grécia da Ásia no século II (a decisão de Antonino, estendida depois a todo o Império, foi dirigida ao *koinon* da Ásia): o imperador distingue três categorias de importância crescente, que o jurisconsulto Modestino identifica com as metrópoles de províncias, as sedes de uma alçada judiciária e enfim as cidades ordinárias; segundo a categoria, admitem-se aí dez, sete ou cinco médicos, cinco, quatro ou três retóricos, e o mesmo número de gramáticos.

Da mesma maneira a imunidade conferida por Caracala aos estudantes podia, como de fato o fez, abrir o caminho a abusos: donde o severo regulamento policial editado por Valentiniano I em 370 ⁴². Os estudantes provincianos que vêm fazer seus estudos em Roma devem munir-se de autorização expedida por sua cidade de origem; inscrever-se-ão, em Roma, nos escritórios do prefeito da cidade, que os recenseia mensalmente, submete-os a rigorosa vigilância e tem o direito de expulsá-los e de repatriá-los em caso de repetidas transgressões. Sua permanência em Roma não deve prolongar-se além do seu vigésimo ano: restrição bastante severa, se pensamos no costume, bem estabelecido no Baixo Império, de prolongar, durante longos anos, os estudos de retórica; para o direito, em Beirute, êste limite, de Diocleciano a Justiniano ⁴³, quedou-se fixado em vinte e cinco anos.

36. *Digeste*, L, 4, 11, 4; 5, 2, 8. — 37. *Código Justiniano*, X, 53, 4. — 38. *Digeste*, XXVII, 1, 6, 12. — 39. *Idem*, 1, 6, 7; 8; L, 5, 8, 4. — 40. *Idem*, XXVII, 1, 6, 2. — 41. *Idem*, 3. — 42. *Código Teodosiano*, XIV, 9, 1. — 43. *Código Justiniano*, X, 50, 1.

CÁTEDRAS DE ESTADO

A política escolar dos imperadores tem um segundo aspecto: é ainda Vespasiano quem "primeiro estabelece cátedras oficiais de retórica latina e grega, às quais se concedeu uma subvenção anual de cem mil sestércios, pagos pelo tesouro imperial"⁴⁴. Iniciativa notável, conquanto seja necessário limitar-lhe logo o alcance: concerne a Roma somente⁴⁵, e não ao conjunto do Império. Por outro lado, malgrado o plural enfático, estas cadeiras não ultrapassaram provavelmente o número de duas: uma para a retórica grega, da qual Filostrato nos fala repetidas vezes (9), a propósito dos mestres que a ilustraram no decorrer do século II; uma para a retórica latina, cujo primeiro titular foi o grande Quintiliano⁴⁶.

A política assim inaugurada em Roma por Vespasiano foi retomada em Atenas por Marco Aurélio⁴⁷, que dotou semelhantemente, a expensas do tesouro imperial, uma cadeira de retórica e quatro (10) cadeiras de filosofia, à razão de uma para cada uma das quatro grandes seitas (platônica, aristotélica, epicurista e estoica). A escolha dos primeiros titulares foi confiada a Herodes Ático, um dos antigos preceptores do imperador, e a dos seus sucessores a uma comissão de notáveis⁴⁸. Os filósofos recebiam, anualmente, sessenta mil sestércios⁴⁹, o retórico quarenta mil⁵⁰: esta cátedra, por conseguinte, era muito menos cotada que a de Roma, e Filagros, por exemplo, trocá-la-á por esta⁵¹; no Baixo Império, ao contrário, a glória da escola de Atenas resplandecerá e veremos pelo contrário Proherésio transferir-se de Roma para Atenas⁵²: é este um símbolo bastante claro da recessão do grego no Ocidente.

INSTITUIÇÕES ALIMENTARES

A solicitude dos imperadores da dinastia antonina estendeu-se dos mestres aos alunos: não posso assinalar, mais que com uma palavra, a criação, por Trajano, das

44. SUETÔNIO, *Vida de Vespasiano*, 18. — 45. ZONARAS, *Súmula da "História Romana" de Dion Cássio*, XI, 17. — 46. SÃO JERÔNIMO, *Crônica*, 88p. — 47. DION CÁSSIO, *História Romana*, LXXXII, 31, 3. — 48. FILOSTRATO, *Vida dos Sofistas* (ed. Olearius), II, 2, 566; LUCIANO, *O Eunucio*, 3, 8. — 49. TAGIANO, *Apologia*, 19. — 50. FILOSTRATO, *Vida dos Sofistas* (ed. Olearius), II, 2, 566. — 51. Idem, II, 8, 580. — 52. EUNÁPIO, *Vida de Proherésio* (ed. Boissonade), 492.

Instituições alimentares⁵³ (11): fundações de tipo original, alimentadas pelos tributos pagos pelos beneficiários de um sistema de crédito imobiliário, e destinadas a assegurar a educação de certo número de crianças, rapazes e moças, legítimos e naturais. Instituições que tinham como objetivo reagir, no plano econômico e demográfico, contra a decadência da Itália, e cujo funcionamento efetivo inscrições célebres⁵⁴ nos permitem constatar.

O IMPERADOR COMO EVÉRGETA

Com estas iniciativas, os imperadores não pretendiam assumir toda a carga da educação e da instrução da juventude. O Alto Império não possuiu uma educação nacional estatal: a obra destes grandes imperadores projeta-se sempre no contexto característico da civilização helenística. Agem eles, no interior do seu Império, um pouco como o faziam, com fim propagandístico, os reis de Pérgamo em Rodes ou em Delfos, isto é, não como soberanos, responsáveis pelo bom funcionamento de um serviço público, mas, de certo modo, com caráter privado, na qualidade de "evérgetas" ou mecenas.

A ficção, imaginada por Augusto, perdura sempre: o imperador é, em princípio, apenas um *privatus cum império*, o primeiro cidadão da república, que deve, pela *auctoritas* que o distingue, dar a todos o primeiro exemplo de devotamento ao interesse público e de generosidade.

De fato, as dotações que acabamos de considerar não constituíam privilégio da beneficência imperial; a iniciativa privada antecipou-se, por vezes, à do soberano: assim, no tocante às instituições alimentares, Trajano teve precursores desde o reinado de Augusto⁵⁵; desde 97, sob Nerva, Plínio o Jovem concebera o projeto, que seu testamento confirmará, de fazer à sua cidade natal, Como, um legado no valor de quinhentos mil sestércios, cujas rendas contribuiriam para a manutenção, *in alimenta*, dos rapazes e das moças da cidade⁵⁶.

53. PLÍNIO O JOVEM, *Panegírico de Trajano*, 26-28; DION CÁSSIO, *História Romana*, LVIII, 6. — 54. H. DESSAU, *Inscriptiones Latinae Selectae*, 6509, 6675. — 55. Idem, 977. — 56. Idem, 2927; PLÍNIO O JOVEM, *Cartas*, I, 8, 10; VIII, 18, 2.

O exemplo, uma vez vindo do alto, foi seguido com presteza, tanto por membros da família imperial, como Matidia, sobrinha de Trajano⁵⁷, como por particulares: na Itália, em Óstia⁵⁸, Terracina⁵⁹, Florença⁶⁰; na província, na Espanha⁶¹, na África⁶²...

Do mesmo modo, se o imperador dota cadeiras professorais, é ainda como evérgeta, em *sua* boa cidade de Roma, nesta Atenas que é, para todo letrado, uma segunda pátria. Suetônio relaciona a fundação das primeiras cadeiras estatais ao conjunto das iniciativas que mostram em Vespasiano um mecenas, um esclarecido protetor das letras e das artes⁶³. Do mesmo modo, Adriano aparece-nos menos como um soberano preocupado com a reforma do ensino que como um mecenas, outorgando pensões a retóricos célebres⁶⁴, favores e facilidades legais à confraria epicuréia de Atenas⁶⁵.

Como aconteceu com as instituições alimentares, estas fundações de cátedras encontraram imitadores entre os evérgetas privados. Plínio o Jovem, entre muitas outras iniciativas em benefício de sua cara pátria de Como⁶⁶, toma a de agrupar os pais cujos filhos até então deviam ir a Milão para fazer seus estudos (superiores e talvez mesmo secundários), a fim de que mandassem vir, a preços módicos, os mestres necessários⁶⁷. Ele mesmo arcará com o têrço da despesa⁶⁸: poderia tê-la assumido inteiramente, mas do outro modo os pais sentir-se-ão mais diretamente interessados no sucesso do empreendimento⁶⁹ e ele evitará parecer agir com o fim de assegurar-se o reconhecimento dos seus concidadãos, "o que acontece, no-lo diz, nos numerosos lugares em que professores são assim contratados em nome da cidade⁷⁰".

Testemunho bem interessante: mostra-nos que, malgrado os sinais de usura que o sistema municipal apresenta de outro lado, os belos dias do evergetismo, ostentoso e interessado, ainda não passaram; uma fun-

57. FRONTÃO, *Cartas a seus Amigos* (ed. Naber), I, 14. — 58. *Corpus Inscriptionum Latinarum*, XIV, 350. — 59. H. DESSAU, *Inscriptiones Latinae Selectae*, 6278. — 60. *Corpus Inscriptionum Latinarum*, XI, 1602. — 61. Idem, II, 1174. — 62. Idem, VIII, 960; H. DESSAU, *Inscriptiones Latinae Selectae*, 6818. — 63. SUETÔNIO, *Vida de Vespasiano*, 17-18. — 64. FILOSTRATO, *Vida dos Sofistas* (ed. Olearius), I, 25, 532-533; I, 22, 524; OS AUTORES DA "HISTORIA AUGUSTA", Adriano, 16, 10-11. — 65. *Inscriptiones Graecae* (editio minor), II, 1099 = H. DESSAU, *Inscriptiones Latinae Selectae*, 7784. — 66. H. DESSAU, *Inscriptiones Latinae Selectae*, 2927; *Corpus Inscriptionum Latinarum*, V, 5263, 5279, 5667, 5272. — 67. PLÍNIO o JOVEM, *Cartas*, IV, 13, 1 s. — 68. Idem, 5. — 69. Idem, 8. — 70. Idem, 6.

dação como a de Plínio em Como renova, com três séculos de distância, o gesto de Polítraras de Teos e de Eudemo de Mileto.

ESCOLAS MUNICIPAIS

Há mais, entretanto: faz-se mister analisar os termos de que Plínio se serve: *multis in locis... in quibus preceptores publice conducuntur*. Havia, pois, em seu tempo, "muitas cidades que mantinham escolas públicas": muitos outros testemunhos confirmam a existência de gramáticos⁷¹ ou de retóricos⁷² titulares de tais cátedras municipais — embora nem sempre seja possível determinar o modo de financiamento destas cátedras: orçamento ordinário ou fundação privada.

Este fato não é observado somente no Ocidente latino, mas também no mundo grego⁷³: assim, a cidade de Atenas não esperou pela iniciativa de Marco Aurélio; já no tempo de Antonino havia criado uma cátedra municipal de eloquência cujo primeiro titular foi Loliano de Éfeso⁷⁴ (12).

Trata-se realmente de uma tendência muito geral: a evolução que vimos esboçar-se na época helenística continuou sob o Império romano; o interesse votado pela sociedade ao ensino tornou-se tão vivo e tão consciente que, cada vez mais, parece necessário a toda cidade importante possuir escolas públicas, providas, mantidas e supervisionadas pela municipalidade.

Esta evolução parece haver chegado ao seu termo no Império cristão: no século IV encontramos por toda parte algumas dessas escolas, *schola publica*⁷⁵ ou *municipalis*⁷⁶, em grego πολιτικός θρόνος⁷⁷, mantidas, mais ou menos regularmente aliás, pelo orçamento municipal, *salário público*⁷⁸. Elas nos são referidas, na Gália, por Ausônio, em Lyon, Besançon⁷⁹ e, parece, Toulouse⁸⁰; por Santo Agostinho em Cartago⁸¹ e Milão⁸²; no Oriente,

71. *Corpus Inscriptionum Latinarum*, II, 2892. — 72. AULO GÉLIO, *Noites Aticas*, XIX, 9, 2; JUVENAL, *Sátiras*, XV, 112. — 73. Cf. FILOSTRATO, *Vida dos Sofistas* (ed. Olearius), 21, 516. — 74. Idem, I, 23, 526. — 75. SANTO AGOSTINHO, *As Confissões*, VI, 7 (11). — 76. AUSÔNIO, *Agradecimento a Graciano por seu Consulado*, 7, 31. — 77. FILOSTRATO, *Vida dos Sofistas* (ed. Olearius), II, 20, 600. — 78. SANTO AGOSTINHO, *A Cidade de Deus*, I, 3. — 79. AUSÔNIO, *Agradecimento a Graciano por seu Consulado*, VII, 31. — 80. *Os Professores de Bordéus*, 17, 7. — 81. SANTO AGOSTINHO, *As Confissões*, VI, 7 (11). — 82. Idem, V, 13 (33).

por Libânio, em Constantinopla⁸³, Nicomédia e Nicéia⁸⁴, assim como em Antioquia (13). Pode-se admitir que em tal época toda cidade, por pouco importante que seja, tomou a seu cargo a manutenção de um ou vários professores.

PERSISTÊNCIA DO ENSINO PRIVADO

Mas nem todo o ensino se tornou público: haverá sempre, de fato e de direito⁸⁵, um ensino privado, mesmo nas cidades como Roma, Atenas ou Constantinopla⁸⁶, onde existem cadeiras⁸⁷ oficiais: ensino baseado na livre concorrência — concorrência, aliás, muito encarniçada — que contribui para manter os professores, mesmo célebres, em condição econômica bastante precária⁸⁸.

Possuímos curiosos testemunhos sobre os pitorescos métodos a que recorriam, em Atenas, os professores do século IV para recrutarem audientes: mostram-nos os discípulos de um mestre trancafiarem num quarto os “calouros” recentemente chegados para fazê-los inscreverem-se à força em sua escola⁸⁹; mais ainda, um capitão de navio desembarcar, em plena noite, todo um carregamento de estudantes asiáticos em casa de um retórico seu amigo⁹⁰!

PROCESSO DE NOMEAÇÃO

Quanto aos professores do ensino público, são nomeados, e portanto (Gordiano tirará esta consequência⁹¹) exoneráveis, pelo conselho municipal, o *ordo* da cidade. A lei⁹², sem dúvida desde Marco Aurélio⁹³, prescrevia um largo apêlo à concorrência, uma espécie de concurso; sob a forma definitiva⁹⁴ que Juliano, o

83. LIBÂNIO, *Discursos* (ed. Förster), I, 35. — 84. Idem, 48. — 85. *Código Teodosiano*, XIV, 9, 3. — 86. SANTO AGOSTINHO, *As Confissões*, V, 12 (22). — 87. LIBÂNIO, *Discursos* (ed. Förster), I, 37. — 88. Idem, XXXI. — 89. EUNÁPIO, *Vida de Libânio* (Vida dos Sofistas, ed. Boissonade), 495; LIBÂNIO, *Discursos* (ed. Förster), I, 16; 196 SÃO GREGÓRIO DE NAZIANZA, *Discursos* (Migne, *Patrologie Grecque*, t. 35-38), XLIII, 15, 3 s. — 90. EUNÁPIO, *Vida de Proherésio* (Vida dos Sofistas, ed. Boissonade), 485. — 91. *Código Justiniano*, X, 53, 2. — 92. EUNÁPIO, *Vida de Proherésio* (Vida dos Sofistas, ed. Boissonade), 487. — 93. FILOSTRATO, *Vida dos Sofistas* (ed. Olearius), II, 2, 566; cf. LUCIANO, *O Eunuco*, 3, 8. — 94. Cf. *Código Justiniano*, X, 53, 7.

Apóstata⁹⁵, lhe deu em 362, os candidatos devem submeter uma mostra de seus talentos (*probatio*) ao julgamento de um público de notáveis, *optimorum conspirante consensu*.

Uma cátedra tão cobiçada como a de Atenas dava margem a viva competição: o provimento não se efetuava sem intrigas, cabalas, agitações, em que, evidentemente, os estudantes desempenhavam papel de primeiro plano⁹⁶; outras sentiam maior dificuldade em encontrar candidatos: vemos a municipalidade de Milão escrever para Roma, ao prefeito da cidade, o orador Símaco, pedindo-lhe um professor de retórica: Santo Agostinho, então professor privado, apresentou-se a êle, submeteu-lhe um discurso de sua lavra, e fêz-se assim propor aos milaneses⁹⁷.

INTERVENÇÃO DO PODER IMPERIAL

Talvez, desde o tempo de Antonino, os imperadores tenham intervindo com o objetivo de encorajar as municipalidades a abrirem escolas, para fixar a taxa dos vencimentos do magistério, mas sôbre isto temos apenas o testemunho, sempre suspeito de anacronismo, dos autores da *Historia Augusta*⁹⁸, e talvez se possa aqui presumir que hajam antedatado um costume corrente em seu tempo.

É de fato no Baixo Império que tal intervenção se torna a regra. A era da civilização helenística passou: findara a época do Estado liberal, satisfeito com um mínimo de administração central, feliz por abandonar o mais possível de responsabilidades à iniciativa das cidades. O empreendimento do Estado tornou-se muito mais forte nestas, sua autonomia cada vez mais precária. O imperador, encarnação do interêsse coletivo, vê-se mui naturalmente levado a intervir para assegurar o bom funcionamento dêste serviço de interêsse público que é o ensino.

95. *Código Teodosiano*, XIII, 3, 5. — 96. EUNÁPIO, *Vida de Proherésio* (Vida dos Sofistas, ed. Boissonade), 487-488. — 97. SANTO AGOSTINHO, *As Confissões*, V, 13 (23). — 98. OS AUTORES DA "HISTÓRIA AUGUSTA", *Antonino Pio*, 11, 3; *Alexandre Severo*, 44, 4-5.

As nomeações já não são mais deixadas à iniciativa unicamente das municipalidades: em Atenas, vemos com muita frequência o procônsul, representando o imperador, intervir para decidir sobre uma eleição contestada⁹⁹, recompor o corpo docente¹⁰⁰, sugerir uma nomeação¹⁰¹. O próprio soberano acompanha de bem perto estas questões de pessoal para tomar iniciativas: assim, em 297 Constâncio Cloro envia a Autun, para restaurar-lhe as escolas, um alto funcionário de sua corte de Trêves, o sofista Proherésio, antes de permitir-lhe voltar, coberto de honras, a Atenas¹⁰². Constâncio II designa, pessoalmente, para serem escolhidos pelo Senado da Nova Roma, vários professores de eloquência ou de filosofia, entre os quais o retórico Libânio e o filósofo Temístio¹⁰³; Libânio só trocará Constantinopla por Antioquia¹⁰⁴ com sua permissão.

Esta intervenção acaba, com Juliano, por tornar-se a regra geral: ele decide que ninguém poderá ensinar senão depois de haver sido aprovado por um decreto baixado pelo conselho municipal e devidamente ratificado pela autoridade do imperador¹⁰⁵: este assumia assim o direito de supervisionar o ensino em todo o Império (14). Como o veremos no capítulo seguinte, esta decisão prendia-se a toda uma política religiosa, mas, emborã em sua insensibilidade anticristã, conservou seu vigor com os sucessores de Juliano, como o atesta sua inserção no *Código Teodosiano*: tem-se de esperar por Justiniano para ver suprimida, como inútil, a exigência da sanção imperial¹⁰⁷.

No interior da esfera da competência municipal, o imperador intervém ainda para avocar as cidades aos seus deveres: uma lei de Graciano, em 376, provavelmente inspirada por Ausônio (15), prescreve a todas as grandes cidades a obrigação de escolher os melhores retóricos e gramáticos para a instrução de sua juventude; o imperador não quer tirar-lhes o direito de eleger

99. EUNÁPIO, *Vida de Proherésio* (Vida dos Sofistas, ed. Boissonade), 488. — 100. LIBÂNIO, *Discursos* (ed. Förster), I, 25. — 101. Idem, 82. — 102. *Panegíricos Latinos* (ed. Baehrens), IV, 14, 15, 17. — 103. EUNÁPIO, *Vida de Proherésio* (Vida dos Sofistas, ed. Boissonade), 492. — 104. LIBÂNIO, *Discursos* (ed. Förster), I, 25, 37, 74; TEMÍSTIO, *Discursos* (ed. Harduin), II. — 105. LIBÂNIO, *Discursos* (ed. Förster), I, 94-95. — 106. *Código Teodosiano*, XIII, 3, 5. — 107. *Código Justiniano*, X, 53, 7.

seus "nobres professores", mas estabelece o montante dos seus vencimentos; serão concedidas, sôbre o orçamento municipal, vinte e quatro anonas aos retores e doze aos gramáticos, latinos ou gregos; em Trêves, a capital, são estas cifras elevadas a trinta e a vinte (para o gramático latino; seu confrade grego, se se puder encontrar um capaz de preencher-lhe as funções, contentar-se-á com doze anonas)¹⁰⁸.

A UNIVERSIDADE DE CONSTANTINOPLA

Esta política de intervenção ativa encontra seu termo de maturação na constituição de 27 de fevereiro de 425, pela qual Teodósio II organiza em Constantinopla uma Universidade estatal, que, na capital, verdadeiramente monopoliza o ensino superior (só o preceptorado privado permanece livre)¹⁰⁹. Seus professores são proibidos de dar aulas particulares; darão seus cursos nas salas dispostas em êxedra, na face norte da praça do Capitólio¹¹⁰. O corpo docente compreende: para o ensino das letras latinas, três retóricos e dez gramáticos, para as letras gregas, cinco retóricos e dez gramáticos; enfim, para os altos estudos, um professor de filosofia e dois de direito¹¹¹ (16).

Os fragmentos desta constituição inseridos nos Códigos não nos informam sôbre a situação material dêste pessoal; que se tenha querido homenageá-lo, atesta-o a decisão tomada em 15 de março do mesmo ano de 425, conferindo honorariamente o título de *comes primi ordinis* aos professores que tivessem completado vinte anos de serviços durante os quais houvessem satisfeito plenamente¹¹².

HONRAS CONFERIDAS AOS PROFESSORES

Esse gesto não era nem nôvo, nem insólito: os imperadores foram pródigos em conferir honras, muitas vezes elevadas, aos membros do corpo docente. Nisto

108. *Código Teodosiano*, XIII, 3, 11. — 109. *Idem*, XIV, 9, 3. — 110. *Idem*, XV, 1, 53. — 111. *Idem*, XIV, 9, 3 (= *Código Justiniano*, XI, 19, 1). — 112. *Código Teodosiano*, VI, 21, 1.

ainda cabe aos Flávios o mérito da iniciativa: Domiciano conferiu pela primeira vez os ornamentos consulares a um retórico na pessoa de Quintiliano¹¹³.

É verdade que o fez sobretudo para recompensá-lo por haver educado seus sobrinhos e filhos adotivos. O preceptorado imperial, mais que os préstimos universitários, explica também o consulado com que foram contemplados no século II Frontão e Herodes Atico, e no IV as honras conferidas a dois retóricos toulousanos, preceptores de um filho ou de dois sobrinhos de Constantino¹¹⁴; sem mencionar o caso bem conhecido de Ausônio: chamado de Bordéus para Trêves por Valentiniano, recebeu de seu aluno, o jovem imperador Graciano, as mais altas distinções: o consulado, a prefeitura do pretório das Gálias, além das que obteve para seu pai, seu filho e seu genro: houve um momento, nos anos 378-380, em que o Ocidente inteiro era administrado pela família do retor aquitano. Mas a fortuna política de Temístio repousa unicamente na reputação do seu ensino público: foi nomeado por Constâncio II senador¹¹⁵, depois arconte-procônsul de Constantinopla¹¹⁶, muito antes de Valente ter pensado em confiar-lhe¹¹⁷, como o fará também, mais tarde, Teodósio, a educação de um príncipe imperial.

Vê-se pois, no Baixo Império, o interesse dos imperadores pela educação tornar-se mais direto, mais ativo, mais eficaz. Não se trata apenas de um efeito do desenvolvimento geral do embargo do Estado sobre todas as manifestações da atividade pública, mas, antes, de uma vigilância especial, uma deliberada solicitude (17).

PRESTÍGIO DA CULTURA CLÁSSICA NO BAIXO IMPÉRIO

Tal fenômeno suscitou, por vezes, admiração: não é surpreendente ver a importância concedida às escolas e a autoridade outorgada aos professores crescerem, enquanto a cultura antiga se obumbra cada vez mais na barbárie?

113. AUSÔNIO, *Agradecimento a Graciano por seu Consulado*, 7, 31; cf. JUVENAL, *Sátiras*, VII, 198. — 114. *Os Professores de Bordéus*, 16, 13-15; 7, 9-13. — 115. TEMÍSTIO, *Discursos* (ed. Harduin), II. — 116. LAMÂNIO, *Cartas* (ed. Förster), 40. — 117. TEMÍSTIO, *Discursos* (ed. Harduin), VIII, 120 A; IX, 123 C; 126 D.

Mas o conceito de decadência é de delicado manejo, e de qualquer modo representa apenas um julgamento aditado pelos modernos: os homens do Baixo Império não se consideravam como representantes de uma cultura em vias de extinção. Eram romanos a serviço da eterna Roma; o Império mobilizava as energias para superar as crises, internas e externas, que o acometiam, consciente de cumprir sua missão histórica, que era manter, ante os bárbaros, a civilização e a cultura, uma cultura que, cada vez mais, se identificava com a tradição literária clássica.

Esta cultura, de essência aristocrática, era o bem próprio da classe senatorial dos grandes latifundiários. É notável constatar quanto o gosto pelas coisas do espírito e, de modo geral, a tradição clássica aí remanescem vívidos e sobrevivem às mais profundas mudanças da estrutura social e econômica: após cada tormenta, e malgrado as sangrentas crises e as revoluções que a dizimam, esta classe se reconstitui e os novos ricos só descansam depois de terem assimilado as tradições intelectuais que eram o orgulho dos seus predecessores. A partir do século III, conquanto abandonem as cidades para se instalarem no seio de seus domínios rurais, em suas *villae* e, logo após, em seus castelos (18), os magnatas conservam seus hábitos de letrados, seu gosto pelos refinamentos do espírito: a nobreza galo-romana, que Sidônio Apolinário nos faz entrever nesta Gália do século V já praticamente subjugada pelos bárbaros, é tão culta quanto a aristocracia italiana do tempo de Plínio o Jovem (19).

Pouco importa que a partir do século III o imperador já não pertença, no mais das vezes, a esta classe: estes novos ricos, estes soldados de fortuna, de origem humilde e rude, não se acham menos preocupados que os aristocratas em promover a cultura clássica: experimentam com respeito a ela um complexo de inferioridade, e não o ódio que os teóricos modernos da "consciência de classe" lhes atribuiriam anacrônicamente; basta ver a educação refinada que estes novos ricos fazem dar a seus filhos: é "o último dos grandes panônios", Valentiniano I, quem pede a Ausônio para educar seu filho Graciano.

O mesmo sentimento da parte dos grandes *condottieri* bárbaros, que, a partir do final do século IV, desempenham o papel de mordomos-mor junto aos imperadores indolentes do Ocidente: os francos Richomério ou Arbogasto entregarão a púrpura a um antigo retor, Eugênio; o vândalo Estilício educa sua filha Maria, a quem fará desposar seu mestre e protegido Honório, com todos os refinamentos de uma cultura letrada, digna da tradição das princesas helenísticas¹¹⁸; Alarico patrocina Atálio, e Teodorico II Avito, ambos representantes da classe letrada, da aristocracia senatorial.

O exército, por mais que se proletarize e, afinal, se barbarize, não se torna, por isso, menos romano; os imperadores ou os mestres, quaisquer que sejam, da realidade do poder pretendem servir e antes de tudo salvar o Império romano, a idéia romana, e esta, repito-o, não é separável do ideal da civilização clássica, do culto das belas-letas.

O prestígio destas jamais foi tão profundamente sentido: entre os últimos pagãos, matiza-se com uma coloração mística; tanto, e mais, quanto o neoplatonismo, o culto dos clássicos, constitui o último baluarte em que a velha religião se defende contra a invasão do cristianismo: atente-se na figura de profeta inspirado que reveste Virgílio aos olhos do círculo de letrados agrupados em torno de Macróbio! (20) Quando, por volta de 357-360, o prefeito do pretório Anatólio, um pagão fervoroso, chega a Atenas, durante sua peregrinação pela Grécia, trata êle de organizar um torneio de eloquência tanto quanto de oferecer sacrifícios e visitar os templos¹¹⁹. E os cristãos, vê-lo-emos no capítulo seguinte, não estavam menos ligados, por sua vez, às tradições clássicas, fator comum de humanidade.

Como pois admirar-se do lugar conquistado pela escola no Estado? A cultura romana, enxerto do helenismo tardio, sempre fôra um pouco "escolar": êste caráter só pôde reforçar-se, com o tempo. O caráter demograficamente instável da aristocracia, incessantemente dizimada e reconstituída, diminui a importância da tradição prò-

118. CLAUDIANO, *Epitalâmio de Honório e de Maria*, 232 s. — 119. EUNÁPIO, *Vida de Proherésio* (Vida dos Sofistas, ed. Boissonade), 491.

priamente familiar: o primeiro papel cabe à escola, detentora da tradição, ao livro, instrumento de enobrecimento. A educação clássica, mais que nunca, encarna o ideal da perfeita humanidade.

Era natural o Estado, o imperador fazer-se o protetor das letras. A idéia foi magnificamente expressa, em 279, pelo retórico Eumeno, quando da restauração das escolas de Autun: felicita Constâncio Cloro por mostrar-se, como seus colegas da Tetrarquia, tão ativamente favorável ao estudo das letras: "êle soube compreender, diz Eumeno, que a ciência do bem-dizer, que é também a do bemfazer, nascia da providente solicitude de sua majestade: a divina inteligência do seu pensamento eterno fazia-o compreender que as letras são o fundamento de tôdas as virtudes ¹²⁰".

Dir-se-á: é um retórico que fala e advoga por sua "loja"! Mas o legislador não falava de outro modo: Constâncio II e Juliano reservam "a ordem insigne das decúrias" da cidade de Roma aos homens cultos, iniciados nas belas-letras e na eloquência, porque, dizem êles, "importa recompensar a cultura literária, que ocupa o primeiro lugar entre as virtudes", *litteratura quae omnium virtutum maxima est*... ¹²¹

AS ESCOLAS E O RECRUTAMENTO DOS FUNCIONÁRIOS

Este zêlo, porém, não é apenas desinteressado. O Estado do Baixo Império repousa sôbre dupla base; ao lado do exército, há a administração civil, cujo desenvolvimento tentacular multiplicou os serviços e os escritórios. Depois de Diocleciano, o Estado romano tornou-se uma monarquia burocrática: exuma o tipo de governo que havia sido o das velhas monarquias orientais, um governo de escribas.

Donde o papel prático que cabe às escolas: preparar para o Império um pessoal competente, administradores e serventuários. Os imperadores do século IV tiveram em vista, sem dúvida, o recrutamento dos seus

¹²⁰. *Panegíricos Latinos* (ed. Baehrens), IV, 8; 14. — ¹²¹. *Código Teodosiano*, XIV, 1, 1.

funcionários, quando legislavam, com tanto cuidado, a respeito do ensino.

Vimos Valentiniano, em 370, submeter os estudantes de Roma a um contrôlo estrito do prefeito da cidade¹²²: êste não deve sômente reprimir a turbulência dos jovens, sua fuga aos encargos que os esperam em suas cidades de origem; deve também fornecer, todo ano, ao imperador, uma lista dos estudantes que se distinguiram em seus estudos para que a administração possa promovê-los útilmente em função de suas necessidades.

Os panegiristas de Autun insistem sôbre o belo futuro prometido a seus retóricos: tribunais, escritórios financeiros, governos provinciais, chefias de ministérios (*palatii magisteria*¹²³). A idéia está presente em toda parte: Ausônio exorta seu neto ao estudo mostrando-lhe, pelo exemplo de seus familiares, que a eloquência conduz aos mais altos cargos no Estado¹²⁴. Símaco celebra nas letras a via que abre o acesso às magistraturas¹²⁵. São João Crisóstomo mostra-nos, na Antioquia, os pais ambiciosos impelindo seus filhos ao estudo das letras, para fazê-los ter êxito no serviço do imperador¹²⁶.

Não eram vãs promessas ou ilusórias esperanças: a praxe do govêrno imperial mostra-nos que, salvo exceções, os postos elevados da administração são normalmente reservados aos antigos alunos do ensino superior.

Falei de "pessoal competente". Faz-se mister precisar. Pensar-se-á, muito naturalmente, na competência técnica que podiam adquirir na escola os estudantes de direito e, pela prática judiciária, os advogados. Como sob o Alto Império, o foro é uma das principais sendas que se abrem aos jovens letrados e lhes permite chegar às funções administrativas. Podemos reter o exemplo da carreira do poeta Prudêncio (nascido em 348): depois de haver estudado a retórica¹²⁷, torna-se advogado, antes de receber sucessivamente dois governos de província e um elevado cargo na Côrte¹²⁸. É uma carreira nor-

122. Idem, XIV, 9, 1. — 123. *Panegíricos Latinos* (ed. Baehrens), IV, 5; 6; VII, 23. — 124. Ausônio, *Exortação a seu Neto* (= Epístolas, XXII, Idílio, IV), 43-44. — 125. Símaco, *Cartas*, I, 25. — 126. São João Crisóstomo, *Contra os Detratores da Vida Mondânica* (Migne, *Patrologie Grecque*, t. 47), III, 12, 369; 13, 371. — 127. Prudêncio, *O Livro das Horas*, pr. 8-9. — 128. Idem, 13-21.

mal: uma constituição de Teodósio II, retomada por Justiniano¹²⁹, mostra que era costume recrutar, entre os advogados ilustres, os governadores de província (com atribuições tornadas, sabe-se, essencialmente judiciárias).

Mais ainda: não sem admiração, constatamos que postos elevados eram freqüentemente oferecidos a homens sem formação jurídica nem administrativa, a simples retóricos cujo único talento era a palavra, ou, se preferimos, a arte literária. Preciso lembrar o caso de Ausônio? Conhecemos bastante bem os limites do seu espírito e as lacunas de sua cultura para nos surpreender ver seu aluno Graciano confiar-lhe as altas responsabilidades da prefeitura do pretório. Seu caso não era único: um dos seus colegas, o retórico toulousano Exupério, fôra nomeado *praeses*, governador de uma província na Espanha, por seus alunos tornados Césares¹³⁰. Santo Agostinho, retórico de Milão, nutria-se de esperanças análogas: êle se descreve, pouco antes de sua conversão, visitando diariamente, após as aulas, as antecâmaras ministeriais, movido pela sedução de um tal pôsto de *praeses*, que êle esperava obter graças às influentes relações que mantinha com cuidado¹³¹.

Deve-se deplorar a cegueira dessa sociedade decadente, que se obstinava em dar tanto valor ao ensino formal da retórica, dêsse Império, que confiava assim suas alavancas de comando a incompetentes tagarelas? Isto seria dar prova de pouco senso histórico. Na realidade, o Baixo Império continuava fiel à tradição clássica: com seis ou sete séculos de distância, percebemos, sob a pena de um Eumeno ou de um Juliano, como um eco ampliado do hino ao Logos do velho Isócrates: a arte oratória ensina a bem pensar, a agir bem ao mesmo tempo que a escrever bem. A educação tradicional forma homens de espírito reto e penetrante; o resto é apenas questão de prática. O Baixo Império continua muito antiquado, até neste desdém da técnica (21).

129. *Código Justiniano*, II, 7, 9. — 130. AUSÔNIO, *Os Professores de Bordéus*, 7, 13. — 131. SANTO AGOSTINHO, *As Confissões*, VI, 11 (18-19).

O ENSINO DA ESTENOGRAFIA

Em um degrau inferior, entretanto, constatamos o desenvolvimento de uma matéria de ensino de ordem propriamente técnica, cujos sucessos se explicam igualmente pelas necessidades da administração: falo da estenografia, *notae taxvygrafia, σημεία* (22).

A Antigüidade teve, com efeito, um sistema de notação rápida da linguagem: suas origens remontam talvez ao século IV a.C.¹³², mas êle só aparece a plena luz a partir de Cícero¹³³; freqüentemente se atribuiu esta invenção a seu escravo alforriado Tirão, mas é difícil, no atual estado de nossa documentação, determinar se êle inventou o sistema integralmente ou se as "notas tironianas" não passam de adaptação ao latim de um sistema grego já em uso. Qualquer que seja a verdade sôbre esta questão de prioridade, no Império, dois sistemas, estreitamente semelhantes, concorrem na prática, um para o grego, outro para o latim.

Já vemos o imperador Tito capaz de rivalizar em rapidez com seus próprios secretários¹³⁴. Em 155, um papiro de Oxirrincos mostra-nos um jovem escravo confiado por seu mestre a um professor de estenografia, *σημειογράφος*: êste é contratado por um preço de empreitada (pagável em três prestações escalonadas) para ensinar-lhe sua arte em dois anos¹³⁵.

Mas é sobretudo no Baixo Império que o uso, e por conseguinte o ensino, da estenografia, se vulgariza. Os *notarii* (a palavra designa propriamente os secretários peritos na arte das *notae*) são os indispensáveis auxiliares na administração: vê-los-emos por tôda parte, escoltando os magistrados e altos funcionários¹³⁶. Seu papel é particularmente importante nos escritórios da administração central: encarregados, no início, simplesmente de redigir os processos verbais do consistório, os notários imperiais são, a partir dos meados do século IV, freqüentemente incumbidos de missões na província, como

132. DIÓGENES LAÉRCIO, *Vidas dos Filósofos*, II, 48. — 133. PLUTARCO, *Catão de Útica*, 23. — 134. Suetônio, *Vida de Tito*, 3, 3. — 135. B. P. GRENPELL, A. S. HUNT, H. I. BELL, etc. *The Oxyrhynchus Papyri*, 724. — 136. EUNÁPIO, *Vida de Proherésio* (Vida dos Sofistas, ed. Boissonade), 489.

comissários revestidos de poderes extraordinários, e são nivelados ao grau de oficiais superiores, *tribuni et notarii*.

O uso da estenografia de tal modo generalizou-se que foi além desse emprêgo administrativo: um poeta como Ausônio tem um estenógrafo para recolher, através do ditado, suas composições¹³⁷. A Igreja cristã, por sua vez, emprega-a também: se conservamos tantos sermões de Padres da Igreja dos séculos IV e V, é porque os estenógrafos, sentados perto do bispo, na basílica, estavam prontos para anotar suas palavras durante a homilia incluída na liturgia.

Uma técnica tão requisitada era objeto de grande interesse por parte dos pais preocupados em dar a seus filhos um ofício lucrativo. Mesmo num recanto obscuro do Alto Egito, basta um mestre abrir uma escola na qual promete ensinar não apenas as letras, mas também a estenografia, para aparecer-lhe clientela¹³⁸. Libânio, sensível a toda concorrência, sugere mesmo que os pais acabavam por dar mais importância a esta arte que ao estudo das letras clássicas¹³⁹.

Esta arte prometia a quem a conhecesse um emprêgo seguro, uma carreira regular, cujo horizonte não era necessariamente limitado: embora os altos postos fôssem, em princípio, reservados aos antigos alunos dos retóricos, não faltavam exemplos, nesta monarquia absoluta onde o favor podia tudo, de simples secretários alçados às mais elevadas funções, inclusive à prefeitura do pretório¹⁴⁰. A carreira eclesiástica também conheceu semelhantes fortunas, conforme mostra a história do célebre Eunômio, o grande campeão do neoarianismo: era um filho de camponês que havia conseguido, para fugir à lavoura, abraçar esse ofício: tornou-se o secretário do bispo ariano Aécio, começando assim sua carreira¹⁴¹.

Por este último aspecto, a educação do Baixo Império assume afinal sua fisionomia característica: laborava eu em erro ao sugerir, no limiar desta história, que a educação antiga evoluiria no sentido de uma cultura de escribas?

137. AUSÔNIO, *Esémérides*, 7. — 138. TEODORETO, *História Eclesiástica*, IV, 18, 8 s. — 139. LIBÂNIO, *Discursos* (ed. Förster), XXXI, 28; 33. — 140. Idem, LXII, 51. — 141. SÃO GREGÓRIO DE NISSA, *Contra Eunômio* (ed. W. Jaeger), I, 50.

CAPÍTULO IX

O CRISTIANISMO E A EDUCAÇÃO CLÁSSICA

A expressão “educação cristã” (ἐν Χριστῷ παιδεία) encontra-se já sob a pena de São Clemente de Roma¹, por volta de 96; São Paulo, antes dêle, preocupara-se em dar conselhos aos pais sobre a maneira de educar os filhos²: esta é realmente uma das mais constantes preocupações do cristianismo.

A EDUCAÇÃO RELIGIOSA

Quando se fala hoje de “educação cristã”, entende-se, as mais das vezes, uma impregnação pelas preocupações cristãs do conjunto da formação da criança e, antes de tudo, de sua instrução escolar. É preciso tomar cuidado, pois para a Igreja antiga o termo tem um sentido mais estrito e mais profundo: trata-se essencialmente da educação religiosa, isto é, de uma parte, da iniciação dogmática: quais são as verdades em que precisamos acreditar para sermos salvos; e, por outra parte, da formação moral: qual é a conduta que convém ao cristão? Reconhe-se o esquema que norteia as Epístolas de São Paulo: toda a Igreja antiga seguiu o caminho aberto pelo grande Apóstolo. **A educação cristã, no sentido sagrado e transcendente da palavra, não podia, como a educação profana, ser ministrada na escola, mas na e pela Igreja e, por outro lado, no seio da família.**

Educar cristãmente os filhos, fazê-los participar do tesouro da fé, inculcar-lhes uma sã disciplina em matéria de vida moral é o dever fundamental dos pais: aí há algo mais do que encerrava a tradição romana: o cris-

1. SÃO CLEMENTE DE ROMA, *Primeiro Epístola aos Coríntios*, 21, 8; 6; cf. 62, 3. — 2. SÃO PAULO, *Epístola aos Efésios*, 6, 4; *Epístola aos Colossenses*, 3, 21.

tianismo depende aqui essencialmente da tradição judia, que aquela prolonga e na qual a tônica posta sôbre o papel da família na formação da consciência religiosa era muito acentuada³. Dever imprescritível: a antiga Igreja julgaria com severidade os pais "cristãos" de hoje que se consideram isentos de responsabilidades ao entregarem seus filhos às mãos de um mestre ou de uma instituição.

A família cristã é o meio natural em que se deve formar a alma da criança. Consistindo o fundamento principal de toda educação na imitação do adulto, trata-se, antes de tudo, de uma educação através do exemplo, mas esta não exclui um esforço consciente de pedagogia religiosa. Um tratado, por muito tempo negligenciado, de São João Crisóstomo contém proveitosos conselhos sôbre a maneira pela qual os pais devem educar os filhos⁴ (1). Aos pais, ao pai sobretudo⁵ (à mãe para as môças⁶), cabe o cuidado de sua formação cristã: devem ensinar-lhes a História Sagrada, as belas histórias de Abel e Caim⁷, de Esaú e Jacó⁸, sob uma forma familiar, esforçando-se para aguçá-lhes a curiosidade:

Quando a criança houver retido bem esta narrativa, peça-lhe de outra vez: "Conte-me a história dos dois irmãos." E se ela começar por Caim e Abel, interrompa-a e diga-lhe: "Não, não é esta que lhe peço, mas a dos outros irmãos que o pai abençoou." Lembre-lhe em seguida alguns pormenores significativos, sem no entanto dar-lhe o nome dos irmãos. Quando ela houver contado bem toda a história, retome a continuação da narrativa...⁹

Por mais importante que seja este papel da família¹⁰, êle é apenas subsidiário: o essencial da educação religiosa é representado pela iniciação doutrinal que o neófito recebe da Igreja antes de ser batizado. Morfológicamente, o cristianismo é uma religião de mistérios: caráter bem apagado hoje, em virtude de tudo o que subsiste, em nosso mundo paganizado, da cristandade medieval (em nossas igrejas, de portas abertas, não importa quem entre e um pagão pode assistir nela ao mistério eucarístico), mas que era bem claro na Antigüidade cristã (2).

3. Deuterônômio (Velho Testamento), 6, 2; 7, 20. — 4. São João Crisóstomo, *Da Vanglória e de como os Pais devem educar os Filhos* (Migne, Patrologie Grecque, t. 47), 19 s. — 5. Idem, 32, 1. — 6. Idem, 90, 1. — 7. Idem, 39, 5 s. — 8. Idem, 43, 5 s. — 9. Idem, 43, 1-2. — 10. Idem, 79, 3; 80, 1.

A Igreja como tal, por intermédio de um delegado especialmente nomeado para isto, é que instruía o catecúmeno: desde as primeiras gerações cristãs, vemos em função os "mestres", διδάσκαλοι¹¹ (3), encarregados dêste ensino e investidos para seu desempenho de um carisma próprio. A instituição do catecumenado desenvolve-se progressivamente, à medida que se multiplicam os novos convertidos: tomou sua forma definitiva em Roma por volta de 180 (4); exige então uma longa prova, cuja duração está fixada em três anos, durante os quais é ministrado um ensino cuidadosamente programado. Muito cedo, parece, êste deixa de ser confiado a "didáscalos" especializados: normalmente, padres são encarregados dêle, embora caiba ao bispo dar o último retoque a esta preparação: os discursos catequéticos que conservamos de São Gregório de Nissa, de Cirilo de Jerusalém, de Teodoro de Mopsuéstia, etc., mostram a que notável nível os grandes bispos do século IV haviam elevado seu ensino. Santo Agostinho deu em seu tratado *De Catechizandis rubibus* (por volta de 405)^(*) uma teoria da catequese cujo valor propriamente pedagógico iria, por muitos séculos, assegurar-lhe sucesso.

A formação religiosa, evidentemente, não terminava com o ato do batismo: em um sentido prosseguia, aprofundava-se ao longo da vida cristã: basta pensar no lugar que ocupam na liturgia as leituras e a pregação.

O CRISTIANISMO, RELIGIÃO DOUTA

Mas, se a educação cristã, no sentido estrito, não se origina no domínio da escola, nem por isso é lícito concluir que a Igreja se desinteressasse dela: para poder

11. *Atos dos Apóstolos* (Novo Testamento), 13, 1; São PAULO, *Primeira Epístola aos Coríntios*, 12, 28; 31; São PAULO, *Epístola aos Efésios*, 4, 12; *A Doutrina dos Doze Apóstolos* (eds. dos Padres Apostólicos), 13, 2; 15, 2; *Epístola de Barnabé*, 1, 8; 4, 9; HERMAS O PASTOR, *Visões*, III, 5, 1; *Comparações*, IX, 13, 4.

(*) O tratado de Santo Agostinho *Como catequizar os que ignoram os rudimentos da fé* (escrito para um simples diácono, Deogratias) não se situa no mesmo plano que as Catequeses de Cirilo ou de Teodoro, que são instruções dirigidas pelo bispo preparando diretamente os candidatos ao batismo. Apesar de se intitular *Discurso catequético*, o *Logos* de Gregório de Nissa já é algo bem diferente, mais tratado que homília. Sobre as *Homílias catequéticas* de Teodoro de Mopsuéstia, ver a *Introdução* de R. Devresse, Vaticano, 1949 (*Studi e Testi*, tomo 145).

É difícil, voltando a Santo Agostinho, determinar quais são os *Sermões* propriamente catequéticos que nos foram conservados: ver finalmente TH.-A. AUDERT, *Note sur les catéchèses baptismales de saint Augustin*, em *Augustinus Magister*, Paris, 1954, tomo 1, p. 151-160 (conserva apenas *Sermão* 363, e Dionísio 3).

propagar-se e manter-se, para poder assegurar não apenas seu ensino, mas o simples exercício do culto, a religião cristã exige, imperiosamente, ao menos um mínimo de cultura de letras. **O cristianismo é uma religião douta, e não poderia existir num contexto de barbárie.**

Em princípio, como dizem os muçulmanos, é uma religião do Livro: apoia-se em uma Revelação escrita, os Livros santos da religião de Israel, que ela recolhe e reivindica como seus e aos quais se anexam os do Nôvo Testamento, à medida que são escritos e lhes é reconhecido o valor canônico de Γραφή. O caráter bíblico da prece litúrgica, o lugar que nela é dado às leituras, faz constante e necessária a presença do Livro: os árabes nômades do *limes* da Síria nem sempre têm altar em seu material de acampamento, mas vemo-los pôr o cálice sobre o livro aberto dos Evangelhos¹². Com o passar do tempo, mais o papel da coisa escrita se afirma na vida quotidiana da Igreja: a "tradição" (παράδοσις), cuja importância não cessa de crescer (5), não é simplesmente um conjunto de doutrinas, de interpretações e de usos transmitidos oralmente: encarna-se em sua literatura, logo abundante e variada. Há primeiro os regulamentos e prescrições disciplinares, tudo o que, mais tarde, constituirá o Direito canônico (suas origens vêm de muito antes da época dos grandes concílios, no início do segundo século, com a Διδάχη ou *Doutrina dos doze Apóstolos*); depois a literatura espiritual, a apologética e, depois da aparição das heresias, a polêmica e a dogmática.

Assim, desde as mais imediatas exigências da piedade até as mais elevadas ambições do pensamento religioso, tudo contribuía para exigir dos cristãos um tipo de cultura e, por conseguinte, uma educação, em que o elemento letrado ocuparia um lugar de destaque. Pareceria natural que os primeiros cristãos, tão intransigentes em seu desejo de ruptura com um mundo pagão cujos erros e taras não cessam de denunciar, houvessem, por consequência, criado para seu uso uma escola de inspiração religiosa, distinta e rival da escola pagã do tipo clássico. Entretanto — e isto é notável — não o fizeram, pelo menos no quadro da civilização helenística e romana.

12. BAR HEBREU, *Nomocanon* (A. Mai, *Scriptorum Veterum Nova Collectio*, t. X. Roma, 1838), I, 4.

Todavia, criar um ensino orientado para a vida religiosa e cujos programas, em particular, estariam centrados no estudo dos Livros Santos não era inconcebível: os cristãos do Império romano tinham seu modelo nas escolas judaicas que acabavam precisamente de ser organizadas sob suas vistas.

A ESCOLA RABÍNICA

No judaísmo da dispersão e, após a destruição do templo, no judaísmo simplesmente, a vida religiosa de Israel encarna-se na prática e supõe, por conseguinte, o conhecimento exato da Lei revelada, da Torâ(h)¹³. Como a Lei é uma lei escrita (até a tradição, originariamente oral, que a completa ou interpreta, vai ser, a partir do século II, redigida por escrito e codificada), a educação religiosa judia está baseada no estudo dos textos sagrados. E antes de tudo, no da língua sagrada: desde os primeiros séculos de nossa era, o uso da Bíblia grega vê-se abandonado (6) e o hebreu é a única língua na qual se pode fazer o estudo da Lei.

A educação familiar prescrita pela Lei¹⁴, superpõe-se ou substitui-se um sistema de ensino coletivo no seio de escolas regularmente organizadas: o sistema alcança seu pleno desenvolvimento no Baixo Império e encerra então três graus consagrados primeiro à leitura da Bíblia, depois ao estudo dos comentários juridico-exegéticos cada vez mais desenvolvidos da *Mischna* e do *Talmud*¹⁵ (7).

Estas escolas foram estabelecidas por toda a parte¹⁶: a "casa da instrução"; *bêt hamidrâsch*, a "casa do livro", *bêt sêfer*, corresponde à sinagoga, a casa das preces, προσευχή: uma e outra, conjuntamente, representam a alma de toda a comunidade judia: "Por tanto tempo quanto a voz de Jacó soar nas sinagogas e nas escolas, as mãos de Esaú (compreendei, do Império romano perseguidor) não serão vitoriosas¹⁷." São cercadas de desvelado amor; o mestre, mesmo elementar, é respeitado, enobrecido pelo próprio prestígio da palavra divina

13. JOSEFO, *Contra Apio*, I, 12; II, 19. — 14. *Deuteronomio* (Velho Testamento), 6, 2; 7, 20. — 15. *Tratado Pirke Aboth* (Talmud da Babilônia, IV, 9), 6, 5. —

16. *Tratado Baba Bathra* (Talmud da Babilônia, IV, 3), 21a. — 17. *Pesikta* (fólio da ed. Sal. Buber, Lyck, 1868), 121a.

que transmite à criança: "Deve-se ter tanta veneração pelo mestre quanto por Deus", dirá o *Talmud*¹⁸.

ESCOLAS CRISTÃS EM PAÍS BÁRBARO

Embora não possuam êles língua sagrada (as Escrituras foram traduzidas desde a Antigüidade para todos os idiomas), as mesmas causas teriam podido levar os cristãos a criar também escolas religiosas de tipo análogo. De fato, fizeram-no cada vez que implantaram a Igreja num país "bárbaro", isto é, que não fôra assimilado pela cultura clássica.

No Egito, na Síria e na Mesopotâmia, o cristianismo reavivou o egípcio e o aramaico, que, desde Alexandre, deixaram de ser línguas de cultura: provocou o florescimento de uma literatura e, por conseguinte, de um ensino, em copta e em siríaco, uma e outro estreitamente ligados às exigências da vida religiosa (8).

Melhor ainda, nos países que até então não haviam conhecido cultura escrita, o cristianismo fêz nascer uma cultura, uma literatura e, antes de tudo, uma escrita nacionais, criadas inteiramente para seu próprio serviço. Principalmente para poder traduzir a Bíblia, fonte de toda a vida cristã, é que vemos nos séculos IV e V, Frumêncio (ou seus primeiros colaboradores) promover o etíope ao nível de língua literária, escrita, como Mesrob (se é procedente a atribuição tradicional) para o armênio e o georgiano (khoutsouri), talvez Qardutsat de Arrano para o huno, de Ulfila, como se sabe, para o germano e, muito mais tarde, no século IX, Cirilo e Método para o eslavo. Em todos êsses domínios, o ensino desde que foi criado, teve um caráter essencialmente religioso.

Nada há de semelhante, insisto nisso, na área própria da cultura greco-latina: durante toda a Antigüidade, os cristãos, salvo alguns casos excepcionais e limitados, não criaram escolas próprias: contentaram-se com justapor sua formação especificamente religiosa (assegurada, vimo-lo, pela Igreja e pela família) à instrução clássica que recebiam, do mesmo modo que os pagãos, nas escolas do tipo tradicional.

18. *Tratado Pirke Aboth* (Talmud da Babilônia, IV, 9), 4, 15.

CRISTIANISMO E CLASSICISMO

Há nisso um fato surpreendente para o homem de hoje: estamos habituados a ver as igrejas cristãs reivindicar a escola confessional como um dos seus direitos essenciais, como uma das imediatas exigências de sua fé. Fato considerável, pois estabeleceu-se assim, no decorrer dos primeiros séculos, entre cristianismo e classicismo, um estreito nexo, cuja firmeza o historiador é levado a constatar. Alguns teólogos escandalizaram-se com isso e denunciaram êste conluio com o helenismo como uma infidelidade, uma adulteração da pura essência do primitivo cristianismo. Deplorável ou providencial, o fato aí está: nascido na Palestina helenística, o cristianismo desenvolveu-se, tomou sua forma no seio da civilização greco-romana e recebeu dela uma indelével marca: mesmo pregado a chineses ou bantos, o Evangelho não pode esquecer que foi em primeiro lugar redigido em grego; êste fato é para o cristianismo tão essencial quanto para o budismo haver aparecido na Índia ou para o islamismo ter sido o Alcorão formulado em árabe.

Nada mostra melhor a profundidade da síntese realizada ao cabo de quatro séculos, entre cristianismo e helenismo, que o exame das culturas cristãs surgidas nos países bárbaros. Não foram elaboradas completamente, a partir apenas dos dados da revelação, mas representam, tènicamente, uma simples adaptação, ao meio lingüístico local, da cultura dos cristãos gregos, já completamente impregnada de elementos clássicos.

Basta abrir um livro copta para constatar o extraordinário número de palavras gregas que se introduziram na língua dos cristãos do Egito. De fato, até às vésperas da invasão árabe, as escolas coptas permaneceram escolas bilíngües, onde se aprendia o grego, lado a lado com o idioma nacional¹⁹. A cultura siríaca presta-se a observações análogas: certamente, é muito semítica não apenas nas expressões, mas no espírito: morfológicamente, as escolas siríacas nos fazem pensar menos nas do mundo helenístico que nas escolas islâmicas, que elas, aliás, muito provavelmente auxiliaram a formar-se. Mas ela

19. H. R. HALL, *Coptic and Greek Texts of the Christian Period from Ostraka, Stelae, etc. in the British Museum*, 14222.

tem suas fontes de inspiração na tradição grega, e especialmente na escola da Antioquia: o mestre por excelência das escolas nestorianas é Teodoro de Mopsuéstia. E, com os Padres da Igreja grega, toda a tradição escolar clássica abre um caminho nas longínquas províncias: já encontramos este fato extraordinário: a gramática de Dionísio, o Trácio, este catecismo da escola helenística, foi traduzida, literalmente, para línguas muito diversas do grego, como o armênio ou o siríaco.

Mais que admirar-se, importa compreender: por que o cristianismo mediterrâneo se deu tão bem, na Antiguidade, com a escola pagã? Poder-se-ia observar, de início, que o cristianismo é antes de tudo uma religião que regula as relações a serem estabelecidas entre o homem e Deus, e não, em primeiro lugar nem essencialmente, um ideal da cultura, isto é, um modo de adaptação da vida terrestre. E se é certo que toda doutrina profunda sobre o homem e sobre sua vida pretende, por uma natural fecundidade, explicitar pouco a pouco as consequências práticas implícitas em seus princípios e reagir assim sobre a civilização, tal processo não deixa de demandar longos séculos: as primeiras gerações cristãs não explicitaram mais pedagogia cristã que política cristã; o mais depressa possível, edificaram os alicerces fundamentais, os mais profundos alicerces, de toda a civilização cristã do porvir: uma dogmática, uma moral, uma disciplina canônica, uma liturgia.

Há mais, porém: mesmo uma religião, muito embora seja o tipo do movimento revolucionário consciente de suas ambições totalitárias, não pode escapar à influência, tanto mais profunda quanto mais inconsciente, do meio da civilização em cujo seio cresce. Há aí um fenômeno muito geral que eu havia proposto chamar a *osmose* cultural (9): o meio de civilização é como um fluido nutriente que banha os homens e as instituições e que os penetra, mesmo sem seu conhecimento, mesmo à sua revelia.

A adoção das escolas gregas ou latinas pelos cristãos é notável exemplo de tal *osmose*: precisamente porque viviam no mundo clássico, os cristãos dos primeiros séculos aceitaram como "natural", evidente, a categoria fundamental do humanismo helenístico: o homem, como riqueza incondicionada, anterior a toda especificação.

Poder-se-ia dizer (10): para poder ser cristão, é preciso antes de tudo ser um homem bem amadurecido no plano propriamente humano a fim de poder fazer um ato de fé e atos morais (é um fato, histórica e etnograficamente constatado: o cristianismo exige um mínimo de civilização). Ora, se a educação clássica representava uma admirável técnica para a formação de um tipo humano perfeitamente desenvolvido, por que, inutilmente, tentar algures elaborar outro sistema de educação? De qualquer modo, chega realmente um momento em que é necessário enxertar no homem propriamente humano o ramo propriamente religioso do Dom sobrenatural: de toda maneira, a invariabilidade técnica do humanismo tornava-o maravilhosamente apto a ser enxertado pelo ramo de ouro da ordem da graça; o homem culto segundo a norma clássica podia, por livre escolha, tornar-se orador ou filósofo, optar pela ação ou pela contemplação: uma opção complementar é-lhe doravante oferecida pelo anúncio da Boa Nova; pode *também* abrir-se para a graça, a fé, receber o batismo, tornar-se cristão.

OPOSIÇÃO CRISTÃ A CULTURA CLÁSSICA

Na ordem dos fatos, isto não se dava sem dificuldade; devo atrair aqui a atenção do leitor para uma distinção importante: adotar o sistema de educação clássica não era, entretanto, aceitar a cultura a que esta educação estava subordinada como a seu fim.

A oposição que separava esta cultura do cristianismo era profunda. Trata-se menos da longa simbiose que unia a literatura e arte clássicas ao velho politeísmo que do fato de, considerada em conjunto, esta cultura humanística apresentar-se como uma rival da nova religião, pois ela também pretendia resolver à sua maneira o problema do homem e da vida. Isto é evidente para a cultura filosófica: cada seita acreditava possuir realmente o segredo do Fim, do *τέλος*, da felicidade. Não é menos verdadeiro para a cultura oratória, estética: mostrei como o "culto das Musas" se tornara para os letrados o equivalente formal de uma verdadeira religião. Com efeito, as Renascenças bizantinas ou ocidentais aí estão para prová-lo, de século em século: cada renovação da

tradição clássica é acompanhada, na História, por um surto de neopaganismo. Na Antigüidade, a conversão ao cristianismo exigia, da parte de um homem culto, um esforço de renúncia, de superação: era-lhe necessário confessar a vaidade radical, admitir os limites²⁰ desta cultura de que, até então, ele havia vivido.

Os cristãos dos primeiros séculos estavam, de fato, perfeitamente conscientes desta oposição: *Quid Athenae Hierosolymis...* "Que há de comum entre Atenas e Jerusalém, entre a Academia e a Igreja?"²¹ Não era essa a opinião isolada de um rigorista como Tertuliano: basta folhear a literatura patrística para dar-se conta disto. Mesmo os mais "cultos" entre os Padres da Igreja, os mais fiéis herdeiros do pensamento e da arte clássicos, Santo Agostinho, por exemplo (11), concordam com a reação espontânea dos simples e dos ignorantes para condenar a cultura antiga enquanto ideal independente, rival da revelação cristã.

Entre tantos textos (tem-se apenas a dificuldade da escolha), reterei não os mais pitorescos, como o Sonho de São Jerônimo, que, diante do tribunal divino, se vê acusado de ser "ciceroniano e não cristão"²², porém os mais autorizados, aqueles em que a própria autoridade da Igreja estava empenhada. Com efeito, o direito canônico, de fato, teve prescrições formais que se explicam por esta oposição entre cultura clássica e cristianismo.

É já o caso da *Didascália Apostólica*, texto antigo (terceiro século), cuja influência foi considerável e persistente no Oriente²³; ela formula nitidamente a interdição: "Abster-se completamente dos livros pagãos", acompanhando-a de considerações bem curiosas: Que deve um cristão fazer com estes erros? Visto que possui a Palavra de Deus, tem necessidade de mais alguma coisa? A Bíblia satisfaz não somente à vida sobrenatural, mas também às necessidades culturais: *nam quid tibi deest in verbo Dei ut ad illas gentiles fabulas pergas!* Deseja-se a história? Há os Livros dos Reis. Eloquência, poesia? Os Profetas! Lirismo? Os Salmos! Uma cosmologia? O Gênese! Leis, uma moral? A glo-

20. Cf. *O Livro dos Salmos* (Velho Testamento), 118 (LXX), 96.— 21. TERTULIANO, *Sobre o Argumento de Prescrição*, 7. — 22. SÃO JERÔNIMO, *Correspondência*, 22, 30. — 23. Cf. *Constituições Apostólicas* (F. X. Funk, *Didascalia et Constitutiones apostolorum*), I, 6.

riosa Lei de Deus! Faz-se mister rejeitar enèrgicamente tôdas essas escrituras estrangeiras e diabólicas: *ab omnibus igitur alienis et diabolicis scripturis fortiter te abstine*²⁴.

O Ocidente também assistiu a semelhantes rigorismos e manteve-os, no princípio senão para todos os cristãos, pelo menos para aquêles que, investido na plenitude do sacerdócio, deve dar o exemplo da perfeição, o bispo: deve abster-se totalmente de ler os livros pagãos, e não se ocupar dos heréticos a não ser *pro necessitate et tempore*, prescrevem os *Estatutos da Igreja antiga*²⁵ (por muito tempo designados como Cânones de um pseudó quarto concílio de Cartago; trata-se, na realidade — pensa-se geralmente hoje — de uma compilação arlesiana das proximidades do ano 500); a interdição será retomada por Isidoro de Sevilha²⁶ e em pleno século XII pelo *Decreto* de Graciano²⁷: o direito canônico manteve-a, em suma, até nossos dias (12).

O CRISTIANISMO ACEITA A ESCOLA CLÁSSICA

Pouco interessa discutir aqui o conjunto dos testemunhos relativos a esta interdição e averiguar a que prática real, no decorrer dos séculos, ela de fato correspondeu: refere-se apenas à cultura no sentido generalizado da palavra, isto é, do modo de vida intelectual do adulto, não da cultura preparatória, da educação (13).

Em face desta, a atitude da Igreja antiga foi completamente diversa: perfeitamente consciente da necessidade que o caráter “douto”, letrado, da religião cristã impunha ao crente, de ter acesso à cultura literária, a Igreja não viu outra solução senão deixar a juventude formar-se nas escolas do tipo helenístico tradicional. Teoria e prática estão aqui perfeitamente de acôrdo.

A distinção que propus acha-se muito nitidamente consignada nos textos: desta maneira,^(*) São Jerônimo,

(*) Orígenes, diz-nos Eusébio, julgava a profissão de gramático, que anteriormente exercera, incompatível com a função de catequista que lhe confiara o bispo de Alexandria (*História Eclesiástica*, VI, 3, 8).

24. *O Ensino dos Apóstolos* (F. X. Funk, *Didascalia et Constitutiones apostolorum*), I, 6, 1-6. — 25. *Estatutos da Igreja Antiga* (ed. Morin de São Cesário de Arles, t. II), 16. — 26. ISIDORO DE SEVILHA, *Livro das Sentenças*, III, 3. — 27. GRACIANO, *Decreto*, I, 37.

bem integrado no espírito do direito canônico, censura os padres que, negligenciando os Evangelhos e os Profetas, perdem seu tempo lendo autores profanos; acusa-os do crime de fazer voluntariamente o que, no caso das crianças, é uma necessidade prática da educação, *id quid in pueris necessitatis est crimen in se facere voluntatis* ²⁸.

As críticas dirigidas à cultura profana atingiam de fato a escola, tão profundamente vinculada, por sua tradição, ao paganismo: uma vez ultrapassado o silabário, a criança aprendia a ler nas listas de nomes de deuses; os textos clássicos não eram tirados de poemas onde a impiedade disputava com a imoralidade? E no entanto ninguém entre os cristãos tem a idéia de que a criança poderia ser educada de outro modo nem ousa interditar-lhe o acesso à escola pagã.

Tomemos um polemista tão violento, tão extremista quanto Tertuliano. Ninguém sentiu nem analisou melhor o caráter idolátrico e imoral da escola clássica: até o ponto de proibir o ensino aos cristãos como uma pro-fissão totalmente incompatível com a fé, do mesmo modo que a de fabricante de ídolos ou a de astrólogo. Mas, como é inconcebível renunciar aos estudos profanos, sem os quais os estudos religiosos se tornariam impossíveis (é realmente necessário, para começar, aprender a ler), admite, como uma *necessidade*, que a criança cristã frequente, como aluna, a mesma escola que proíbe ao mestre. Somente a este cabe reagir com conhecimento de causa, não se deixar penetrar pela idolatria que veiculam o ensino e até o calendário escolar: deve comportar-se como alguém que, em conhecimento de causa, recebe veneno mas se abstém de bebê-lo ²⁹.

E esta solução não é própria do tempo de Tertuliano, quando os cristãos não passam de uma minoria enquistada no seio do Império perseguidor. Nada mudou em pleno século IV, quando o Império, na pessoa do imperador, se converteu oficialmente, na Ásia Menor, onde a massa da população se tornou cristã. A criança, o adolescente cristão será educado, como os pagãos, na mesma escola clássica; receberá sempre o "veneno" que

28. SÃO JERÔNIMO, *Correspondência*, 21, 13, 9. — 29. TERTULIANO, *Sobre a Idolatria*, 10.

são Homero, os poetas, o cortejo insidioso das figuras da Fábula, as túrbidas paixões que elas patrocinam ou encarnam. Conta-se, para imunizá-la, com o contraveneno representado pela educação religiosa que lhe é dada, fora da escola, pela Igreja e pela família: sendo sua consciência religiosa devidamente esclarecida e formada, a criança saberá efetuar as correções e as distinções necessárias.

É o que mostra, quando bem compreendido, o célebre tratado de São Basílio *sobre a leitura dos autores profanos*³⁰: não vamos buscar nêle — como muitos leitores, desde a Renascença até nossos dias, se esforçaram por fazê-lo — um verdadeiro tratado sobre a utilidade do estudo dos clássicos pagãos (14). Seria antes uma homilia sobre o perigo que representam e a maneira de triunfar dêles, seja interpretando os poetas à luz da moral evangélica, seja fazendo em seu repertório uma severa seleção. Mas não se trata aqui de uma depuração dos programas sugeridos ao educador cristão: São Basílio dirige-se a jovens, seus próprios sobrinhos, que concluem seus estudos; procura simplesmente, como o queria Tertuliano, formar-lhes o julgamento cristão, capacitá-los a tirarem o melhor partido de sua erudição: a formação cristã adita-se a uma educação humanista que ela não instruiu, não submeteu, previamente, a suas exigências próprias.

OS CRISTÃOS NO ENSINO CLÁSSICO

Fato notável, a Igreja não seguiu Tertuliano na rigorosa interdição que êle formulou com relação ao magistério. Por volta de 215, ou seja, ao tempo mesmo em que Tertuliano escrevia seu *De Idolatria* (211-212), Santo Hipólito de Roma redigia, sem dúvida para o uso de sua comunidade cismática, a *Tradição Apostólica*, que devia obter, na Síria, no Egito e até na Etiópia, sucesso tão duradouro: êle também cataloga as profissões incompatíveis com a vocação de um cristão; fato notável, êle não se decide a tratar os professôres com a mesma severidade que o proxeneta, o hístrião ou o fabricante de ídolos: “Se alguém, diz êle³¹, ensina às criancinhas as

30. SÃO BASÍLIO DE CESARÉIA, *Sermões* (Aos Jovens sobre a Leitura dos Autores Profanos), XXII. — 31. SÃO HIPÓLITO DE ROMA, *A Tradição Apostólica*, 16.

ciências dêste mundo, seria melhor que renunciasse; entretanto, se não tem outro meio de vida, escusar-se-lhe-á." As coleções canônicas derivadas de Hipólito conservam esta tolerância³² ou a dilatam ainda mais³³.

Não há dúvida ter sido esta a atitude normal da Igreja; com efeito, muitos cristãos ensinaram nas escolas de tipo clássico. O primeiro, cronologicamente, que conhecemos com certeza, é o grande Orígenes, que, com dezessete anos, em 202-203, abriu uma escola de gramática, para prover às necessidades de sua família que, o martírio de seu pai, Leônidas, seguido da confiscação dos bens, deixara sem recursos³⁴. Foi tão pouco desprestigiado, em razão disto, pelas autoridades eclesiásticas, que um ano mais tarde seu bispo, Demétrio, lhe confiava o ensino oficial da catequese³⁵.

Meio século mais tarde, os cristãos estréiam no ensino superior: em 264, um deles, Anatólio, o futuro bispo de Laodicéia, é chamado por seus concidadãos de Alexandria para ocupar a cátedra ordinária de filosofia aristotélica³⁶. Aproximadamente no mesmo tempo, em 268, encontramos na Antioquia um padre, Malquião, que o sacerdócio não impede de dirigir uma escola de retórica à maneira helênica³⁷.

Com o passar do tempo, tais casos tornam-se mais numerosos: no século IV, encontram-se, freqüentemente, cristãos em todos os graus de ensino, desde os humildes mestres-escolas³⁸ e os gramáticos³⁹ até às mais altas cátedras da eloquência: a perseguição de Juliano, em 362, encontrará dois cristãos, um, Proherésio, ocupando a de Atenas, o outro, Mário Vitorino, a de Roma⁴⁰.

A LEI ESCOLAR DE JULIANO, O APÓSTATA

Este curioso episódio merece um pouco mais de atenção: é a primeira perseguição escolar da qual os cristãos foram vítimas, mas seu caráter particular lança

32. *O Testamento de Nosso Senhor Jesus Cristo*, II, 2; *Cânones (árabes) do Pseudo-Hipólito*, 12. — 33. Cf. *Constituições Apostólicas* (F. X. Funk, Didascalia et Constitutiones apostolorum), VIII, 32, 7-13. — 34. EUSÉBIO DE CESARÉIA, *História Eclesiástica*, VI, 2, 15. — 35. Idem, VI, 3, 3; 8. — 36. SÃO JERÔNIMO, *Dos Homens Ilustres*, 73; EUSÉBIO DE CESARÉIA, *História Eclesiástica*, VII, 32, 6. — 37. Idem, VII, 29, 2. — 38. E. DIEHL, *Inscriptiones Latinae Christiane Veteres*, 717-723. — 39. Idem, 725-726. — 40. EUNÁPIO, *Vida de Proherésio* (Vida dos Sofistas, ed. Boissonnade), 493; SÃO JERÔNIMO, *Crônica*, 363 p.; SANTO AGOSTINHO, *As Confissões*, VIII, 5 (10).

uma viva luz na questão que estudamos aqui. Por uma lei de 17 de junho de 362, o imperador Juliano interdita o ensino aos cristãos⁴¹. O próprio texto da lei falava simplesmente em submeter o exercício da profissão pedagógica à autorização prévia das municipalidades e à sanção imperial, sob pretexto de assegurar a competência e a moralidade do pessoal docente. Mas, por uma circular anexa⁴², Juliano precisava o que se devia entender por moralidade. Os cristãos que explicam Homero e Hesíodo sem acreditar nos deuses que estes poetas põem em cena são acusados de falta de franqueza ou de honestidade, pois que ensinam algo em que não acreditam. São intimados a apostatar ou a deixar seu ensino.

Pode-se dizer, sem paradoxo, que, por esta medida, Juliano criava a primeira escola confessional, investida de uma missão de propaganda religiosa. É admirável ver em que atmosfera de perfeita neutralidade se havia desenvolvido o alto ensino nesta segunda metade do século IV. Os mestres são tanto cristãos como pagãos e é seu valor pedagógico que atrai a eles os estudantes, sem distinção de crença. Um pagão convicto como Eunápio orgulha-se de haver sido aluno do cristão Proherésio⁴³; São João Crisóstomo, educado embora numa atmosfera bem cristã por sua piedosa mãe Antusa, nem por isso deixou de seguir os cursos do pagão Libânio⁴⁴; e não parece que nem um nem o outro haja corrido o risco de ver-se convertido...

Juliano, ao contrário, quis instilar no ensino clássico uma virulência anticristã completamente nova (*), valorizando, ao mais alto grau, o liame originário que unia paganismo e classicismo. Para designar a religião dos deuses, ele se serve do termo "helenismo", identificando assim paganismo e cultura. Os cristãos, para ele, são bárbaros: por isto os chama, e quis talvez for-

(*) Há, contudo, um precedente: o imperador Maximino Daia havia prescrito aos professores das escolas primárias que fizessem os alunos estudar e decorar os *Atos de Pilatos*, repletos de blasfêmias contra Cristo (Eusébio, *História Eclesiástica*, IX, 5, 1; 7, 1).

41. *Código Teodosiano*, XIII, 3, 5. — 42. JULIANO O APÓSTATA, *Cartas* (ordenação da ed. Bidez-Cumont, paginação da ed. Spanheim de São Cirilo de Alexandria), 61c. — 43. EUNÁPIO, *Vida de Proherésio* (*Vida dos Sofistas*, ed. Boissonade), 475. — 44. SÓCRATES O ESCOLÁSTICO, *História Eclesiástica*, III, 11.

çá-los a chamarem-se, oficialmente, "galileus" ⁴⁵. Com êle a escola, que continuava francamente aberta às crianças cristãs (mas estas, desde então, podiam, conscientemente, frequentá-la?), tornava-se um instrumento de reconvenção pagã e a religião cristã era retrotraída à sua "barbárie" primeira.

A reação dos cristãos foi bastante violenta, contra uma medida por eles considerada como vexatória e humilhante ⁴⁶; reação muito engenhosa também: intimados pelo imperador a contentarem-se com "ir às suas igrejas de galileus para ali comentar Mateus e Lucas ⁴⁷", recusaram-se a ser assim excluídos do benefício da tradição letuada e impuseram-se como dever improvisar textos de estudo, clássicos de substituição. Esta foi a obra dos dois Apolinários, o pai e o filho, dois professores alexandrinos que tinham vindo tentar fortuna na Laodicéia da Síria, onde seu zelo pela literatura causou sua momentânea excomunhão. Trataram êles de adaptar o Pentateuco ao estilo homérico, os livros históricos do Antigo Testamento ao estilo dramático e assim por diante, lançando mão de todos os gêneros e de todos os metros, da comédia de Menandro à ode pindárica. Quanto aos escritos do Nôvo Testamento, foram arranjados em diálogos imitados de Platão ⁴⁸.

Vê-se o paradoxo: forçados de algum modo a criar um ensino estritamente cristão, recusam-se a isso e logram manter-se sôbre o terreno da cultura clássica. De resto, a tentativa dos Apolinários não teve prossecução: desde 11 de janeiro de 364 ⁴⁹, a interdição editada por Juliano é revogada, os mestres cristãos reassumem suas cátedras e tudo recomeça como antes, acomodando-se a Igreja perfeitamente à educação clássica.

ESCASSA INFLUÊNCIA CRISTÃ NA ESCOLA

Poder-se-ia pensar que, quando o número dos mestres e dos alunos cristãos se tornou relativamente preponderante, a escola se viu de fato cristianizada (15).

45. SÃO GREGÓRIO DE NAZIANZA, *Discursos* (Migne, Patrologie Grecque, t. 35-38), IV, 76. — 46. Cf. JULIANO O APÓSTATA, *Cartas* (ed. Bidez-Cumont e ed. Spanheim), 61a. — 47. JULIANO O APÓSTATA, *Cartas* (ed. Bidez-Cumont e ed. Spanheim), 61c, 423 D. — 48. SÓCRATES O ESCOLÁSTICO, *História Eclesiástica*, III, 16; SOZÔMENO, *História Eclesiástica*, V, 18. — 49. *Código Teodosiano*, XIII, 3, 6.

Bem vejo, por outro lado, que determinado texto canônico, infelizmente difícil de datar (IV, V, VI século?), obriga o gramático cristão a confessar diante dos seus alunos que "os deuses dos gentios não passam de demônios⁵⁰" e que não há outro Deus além do Pai, o Filho e o Espírito Santo; melhor ainda, parece encorajá-lo a "fazer apostolado" (para dizer no jargão moderno): "Ensinar os poetas, está bem, mas se puder comunicar a seus alunos o teor da fé, só terá com isto maior mérito (16)."

Pode-se acreditar que êstes conselhos foram às vêzes seguidos, pois Juliano o Apóstata censura os mestres cristãos por esbulharem os poetas como Homero, acusando-os de impiedade, de loucura ou de erros⁵¹, mas não parece, a julgar pelos documentos que nos restam, que a pedagogia quotidiana haja recebido uma marca da nova religião. Atente-se no caderno de um escolar cristão do Egito do século IV⁵²: nada o distingue de um manual helenístico do sexto ou sétimo séculos anteriores⁵³; são sempre as mesmas listas de nomes mitológicos, as mesmas sentenças ou anedotas — morais ou escatológicas. O único traço cristão, ao lado da invocação "Bendito seja Deus" na primeira fôlha, é a cruz monogramática cuidadosamente debuxada no início de cada página. Não é êste um indício desprezível: podemos supor que, desenhando êste símbolo piedoso, a criança fizesse então uma breve prece: "Santa Cruz, protege-me! (17)". Mas esta sorte de consagração geral não basta para penetrar profundamente de espírito cristão a atmosfera escolar. E um documento como êste não é único: no século V, no VI, as crianças cristãs do Fayium continuam, sem escandalizar ninguém, aprendendo a escrever copiando listas de nomes mitológicos: Europa, Pasifae⁵⁴.

A Igreja não organizou (veremos, no capítulo seguinte, as exceções a esta regra) ensino propriamente eclesiástico, nem mesmo para as crianças cuja responsabilidade lhe incumbia particularmente, como os órfãos

50. *Cânones (árabes) do Pseudo-Hipólito*, 12. — 51. JULIANO O APÓSTATA, *Cartas* (ed. Bidez-Cumont e ed. Spanheim), 61c, 423 D. — 52. P. COLLART, *Les Papyrus Bouriant* (Paris, 1926), 1. — 53. Publications de la Société Royale Égyptienne de Papyrologie, Textes et Documents, II, O. GUÉRAUD, P. JOUQUET, *Un Livre d'Écolier du III^e siècle avant Jésus-Christ*. — 54. C. WESSELY, *Studien zur Palaeographie und Papyruskunde*, II, Lvi.

educados a expensas da comunidade⁵⁵ ou os jovens leitores cuja voz angélica é um dos esplendores da liturgia e que veremos, pelo menos a partir do século IV, regularmente integrados na hierarquia clerical (18).

É o que realmente mostra um curioso episódio da vida de Santo Atanásio (19): notado, ainda criança, pelo bispo Alexandre, que o surpreendeu representando, por brincadeira, mas com uma unção precoce, as funções episcopais no meio de um grupo de crianças, é destinado pelo bispo ao clero; mas é preciso, em primeiro lugar, que haja feito o mínimo de estudos necessários. Sem dúvida, se houvesse uma escola clerical, êle teria sido enviado para lá; enquanto a criança é enviada aos pais "para que êles a eduquem tendo em vista a Igreja", fazem-na então cursar suas classes primárias, aprender a preciosa estenografia, receber alguns rudimentos de gramática, depois é reenviada ao bispo junto a quem doravante ocupa as funções de acólito⁵⁶.

Não vejo mais que um caso a assinalar, absolutamente excepcional, em que aparece o desejo de criar uma escola confessional cristã. Por volta de 372, o imperador Valente exilou para Antínoe, no interior da Tebaida, por resistência à sua política ariana, dois padres nicenos de Edessa. Tiveram a dolorosa surpresa de constatar que os cristãos (de modo diferente da sua pátria de origem) constituíam ali apenas uma minoria perdida na massa dos pagãos. Como converter êstes infiéis? Protógenes abre uma escola elementar, onde ensina a escrita e a estenografia. Mas, pedagogo por apostolado, tem o cuidado de escolher seus textos para ditado ou declamação nos Salmos de Davi ou no Nôvo Testamento. Catequiza assim seus alunos, que sua afeição e os milagres de Eulógio cedo acabarão por converter⁵⁷.

Basta ver a admiração e a complacência de Teodoro ao contar-nos esta história para sentir tudo que, a seus olhos, ela encerrava de excepcional. Seria preciso fazer de Protógenes o criador do ensino religioso, no sentido moderno da palavra (unindo formação e propaganda

55. *O Ensino dos Apóstolos* (F. X. Funk, *Didascalia et Constitutiones apostolorum*), IV. — 56. RUFINO DE AQUILÉIA, *História Eclesiástica*, 15. — 57. TEODORO, *História Eclesiástica*, IV, 18, 7-14.

religiosas ao trabalho propriamente escolar), se não nos lembrássemos de que ele vinha de Edessa, um dos principais centros da cultura siríaca, onde um tal tipo de escola, sabemos-lo, era normal. E sobretudo sua iniciativa, limitada a um país perdido no interior do Alto Egito, parece haver sido sem futuro e sem imitadores.

ESCOLAS SUPERIORES DE TEOLOGIA

Não há, pois, normalmente, escola cristã para os graus primário e secundário do ensino. Vemos aparecer, e isto desde meados do século II, escolas superiores de teologia cristã, mas esta instituição não chegará a lançar na Igreja raízes profundas, nem a perpetuar-se.

O lugar eminente outorgado pelo cristianismo ao ensino doutrinal conduzia este, naturalmente, a desenvolver-se num plano tecnicamente mais elevado em que a Verdade revelada era objeto de investigação mais profunda, de apresentação mais sistemática, de considerações mais detalhadas que na simples catequese. O movimento gnóstico é a forma mais visível que tomou esta aspiração a uma Ciência sagrada, que pôde ser, para o cristão, o equivalente daquilo que a alta cultura filosófica era para os pagãos cultos.

De fato, foram mestres heréticos, parece, que, em primeiro lugar, deram o exemplo de tal ensino, mas logo tiveram êmulos entre os ortodoxos, como o mostra o caso dos Apologistas, e notadamente do mais célebre entre eles, Justino, o Mártir. Apresentavam-se, de bom grado, ornados com o título de filósofos⁵⁸, vestindo seu traje⁵⁹: Eusébio diz-nos de Justino que ele ensinava "com roupa (ou: com ares) de filósofo⁶⁰"; abriram uma verdadeira escola (διδασκαλεῖον⁶¹), de enderêço conhecido⁶². Eram tão perfeitamente filósofos que se chocavam com a hostilidade, de certo modo profissional, dos seus rivais pagãos, dos predadores de tendência ci-

58. SÃO JUSTINO O MÁRTIR, *Diálogo com Trifon*, I, 1; TACIANO, *Apologia*, 32; ATENÁGORAS, *Apologia pelos Cristãos*; HERMIAS, *Motejo dos Filósofos Pagãos*. — 59. SÃO JUSTINO O MÁRTIR, *Diálogo com Trifon*, I, 2; TERTULIANO, *Sobre o Manto*, — 60. EUSÉBIO DE CESARÉIA, *História Eclesiástica*, IV, 11, 8. — 61. SANTO IRINEU DE LYON, *Contra as Heresias*, I, 28, 1. — 62. SÃO JUSTINO O MÁRTIR, *Atos de seu Martírio* (ed. Franchi de Cavalieri, *Studi e Testi*, t. VIII, 2), 3, p. 34.

nica, como êste Crescêncio, que tanto fez São Justino sofrer ⁶³.

Entre os auditores de Justino havia cristãos de nascimento, como Evelpisto, que aparece nos Atos do seu martírio ⁶⁴: Justino não se contentava, pois, com conferências de propaganda dirigidas aos pagãos de boa vontade, mas devia ministrar um ensino profundo, de grau superior. Notar-se-á que, diferentemente dos catequistas, êstes Apologistas não são mandatários da hierarquia: são leigos que ensinam sob sua própria responsabilidade, "filósofos cristãos", não doutôres da Igreja (20).

SÉCULO III: ROMA E ALEXANDRIA

Êste tipo de ensino durou até o século III: sob esta forma aparece-nos o ensino de um Clemente de Alexandria ou o de um Hipólito de Roma: os discípulos dêste homenagearam-no com uma estátua que o representava como um filósofo ensinando, sentado em um trono (que tem gravada uma lista de suas obras e a tábua de seu cômputo pascal). Êsse monumento não é único (21): os monumentos funerários cristãos anteriores à paz constantiniana representam comumente o defunto nas atitudes de um "mestre", de um filósofo ou de um letrado, meditando ou comentando o Livro sagrado.

São sempre, contudo, iniciativas de caráter privado. Com base nos testemunhos de Eusébio ⁶⁵ e de Filipe de Sida ⁶⁶, imaginou-se facilmente a existência, em Alexandria, de uma Escola das Letras Sagradas, que durante dois séculos teria tido sucessão regular (διαδοχή) de mestres qualificados, como a das seitas filosóficas gregas. Na realidade, se Alexandria foi, de Filão o Judeu a São Cirilo, um incomparável meio de intensa atividade doutrinária, judia e depois cristã, somente no tempo de Orígenes teve escola oficial de teologia.

Aos dezoito anos, Orígenes é encarregado, pelo bispo Demétrio, do ensino oficial da catequese, que havia sido

63. *Apologias*, II, 3; TACIANO, *Apologia*, 19. — 64. SÃO JUSTINO O MÁRTIR, *Atos de seu Martírio* (ed. Franchi de Cavalieri, *Studi e Testi*, t. VIII, 2), 4, p. 35.

— 65. EUSÉBIO DE CESARÉIA, *História Eclesiástica*, V, 10, 1; VI, 6. — 66. Migne, *Patrologie Grecque*, 39, 229.

completamente desorganizado pela perseguição⁶⁷. Bem depressa, êste ensino obteve grande sucesso: Orígenes teve, para consagrar-se inteiramente a êle, de abandonar o professorado profano⁶⁸; ou, antes, diante das exigências de um público sempre mais amplo e de um nível cultural mais elevado, e talvez também sob a influência de Hipólito⁶⁹, articulou sua escola: confiando a um dos seus primeiros discípulos, Heracla⁷⁰, o ensino normal da catequese oficial, sobrepôs-lhe uma classe superior em que êle ministrava um alto ensino exegetico e teológico⁷¹. Podemos, sempre graças a Eusébio, fazer alguma idéia desta Escola de Altos Estudos Religiosos: Orígenes adaptava-lhe engenhosamente os métodos característicos do ensino superior de tipo helenístico. Na base, uma sólida formação secundária, cujo programa sempre se define pelo ciclo das artes liberais, literárias e matemáticas; era a necessária preparação para o estudo da filosofia que facilitava o caminho às cogitações propriamente religiosas, fundadas no estudo aprofundado das Escrituras⁷².

Mas esta iniciativa, tão original e tão fecunda, teve breve existência: ao cabo de quinze anos, por volta de 230-231, Orígenes é deposto e expulso de Alexandria, por motivo de dissensões disciplinares e doutrinárias com o bispo Demétrio⁷³. Após sua partida, a Escola dos Altos Estudos desaparece: subsiste apenas a escola catequética, o ensino da catequese, orientado ainda por Heracla⁷⁴, e depois, após a elevação dêste ao trono episcopal, por outro aluno de Orígenes, Dionísio⁷⁵.

Banido de Alexandria, Orígenes encontrou um refúgio definitivo em Cesaréia da Palestina, onde reinicia seu ensino com tanto sucesso quanto em Alexandria, como o mostram os exemplos de São Gregório o Taumaturgo e do irmão dêste, que êle desviou da carreira jurídica e reteve junto de si⁷⁶. Ali permaneceu êle quase uns vinte anos, até a perseguição de Décio (250); mas,

67. EUSÉBIO DE CESARÉIA, *História Eclesiástica*, VI, 3, 3. — 68. Idem, VI, 3, 8. — 69. Cf. SÃO JERÔNIMO, *Dos Homens Ilustres*, 61. — 70. EUSÉBIO DE CESARÉIA, *História Eclesiástica*, VI, 3, 1. — 71. Idem, VI, 15. — 72. Idem, VI, 18, 3-4. — 73. Idem, VI, 19, 15-19; 23; FÓCIO O PATRIARCA, *Biblioteca* (Migne, *Patrologie Grecque*, t. 103 ou 104), 118. — 74. EUSÉBIO DE CESARÉIA, *História Eclesiástica*, VI, 26, 1. — 75. Idem, VI, 29, 4; SÃO JERÔNIMO, *Dos Homens Ilustres*, 69. — 76. EUSÉBIO DE CESARÉIA, *História Eclesiástica*, VI, 30, 1; SÃO JERÔNIMO, *Dos Homens Ilustres*, 65; SÃO GREGÓRIO O TAUMATURGO, *Panegirico de Orígenes* (Migne, *Patrologie Grecque*, t. 10), 6.

se após sua morte sua esplêndida biblioteca subsistiu e fêz de Cesaréia, por muito tempo, um admirável centro de estudos, não parece que sua escola, como instituição, tenha perdurado depois de seu martírio (22).

DESAPARECIMENTO DESSAS ESCOLAS

O exemplo deixado pelos Apologistas e por Orígenes não foi seguido. Sem dúvida, os altos estudos religiosos desenvolveram-se cada vez mais, sobretudo depois da paz constantiniana. A exegese e a teologia tornam-se as disciplinas características de uma nova cultura, essencialmente cristã, que vai caracterizar a civilização do Baixo Império — e de Bizâncio. Não apenas os membros do clero, mas todos os fiéis verdadeiramente cultos anexam à sua atividade profana uma ação religiosa, que muitas vezes se torna preponderante. Todos então são teólogos, a começar pelo soberano, quer se chame Constantino, Justiniano ou Chilperico⁷⁷; e mesmo com intemperança: os doutôres ortodoxos muito terão de fazer para reprimir êste frenesi de teologia, em que se atropelam as necessidades culturais da época e se insinuam as piores tradições herdadas do humanismo helenístico: a erística do filósofo e a verbosidade do orador.

Importa, porém, ressaltar que esta cultura de inspiração cristã, alimentada por prodigiosa floração literária e oratória, não é preparada e sustentada por um ensino correspondente. Não há mais escolas superiores de religião. Os fiéis não recebem outra formação senão a da catequese elementar e da predicação. O clero não é formado nas escolas, mas pelos contatos pessoais com o bispo e os sacerdotes mais idosos, no seio do clero local a que se encontra ligado. Frequentemente muito cedo, desde a infância, na qualidade de leitor.

Assim, do ponto de vista das instituições pedagógicas, há, do século III ao século IV, não progresso, mas regressão formal. Quando São Jerônimo, por exemplo, nos diz que, no decorrer de suas viagens da juventude

77. SÃO GREGÓRIO DE TOURS, *História dos Francos*, V, 44.

pelo Oriente, ouviu as aulas de Apolinário em Antioquia, de Dídimo, o cego, em Alexandria⁷⁸, de Gregório de Nazianza em Constantinopla⁷⁹, deve-se entender que se trata de aulas particulares, sem caráter professoral, de relações pessoais de homem para homem.

Conhecemos bem a admirável obra realizada pelos grandes bispos dos séculos IV e V, como sejam, por exemplo, São Basílio, em Cesaréia, São João Crisóstomo, em Constantinopla, Santo Ambrósio, em Milão, e Santo Agostinho, em Hipona. Não se vê que tenham criado algo que possa fazer pensar em uma escola cristã. Puderam realizar para si mesmos um notável tipo de cultura cristã, propagá-lo em tórno de si pelo exemplo e pela pregação, fazer-lhe inclusive a teoria, como é o caso de Santo Agostinho (23), definir-lhe os objetivos, os quadros e os métodos: não procuraram alicerçá-lo num sistema de educação adrede. Formados, eles próprios, na escola clássica, cujas lacunas e perigos avaliavam perfeitamente, achavam natural acomodarem-se-lhe.

Ainda no século VI, ao tempo de Justiniano, é com espanto mesclado de admiração que os ocidentais de passagem por Constantinopla ficam sabendo que existem em Nisibe, em território siriaco, "escolas regularmente institucionalizadas, em que a Sagrada Escritura é objeto de ensino organizado como só existe, no Império romano, para as disciplinas profanas, como a gramática e a retórica⁸⁰".

78. SÃO JERÔNIMO, *Correspondência*, 84, 3, 1. — 79. Idem, 50, 1; 52, 8; *Comentário a "Isaías"* (Migne, *Patrologie Latine*, t. 24), III, ad 6, 1. — 80. JÔNIO AFRICANO, *Instituta regularia divinae legis*, Pr.: CASSIODORO, *Instituições*, I, pr. 1.

CAPÍTULO X

O SURGIMENTO DAS ESCOLAS CRISTÃS DE TIPO MEDIEVAL

Desde o século IV, vemos, todavia, aparecer um tipo de escola cristã, inteiramente orientada para a vida religiosa e que nada mais tem de antiga; esta escola, porém, de inspiração já totalmente medieval, permanece por longo tempo propriedade de um meio particular e pouco se irradia exteriormente. Trata-se da escola monástica.

A ESCOLA MONÁSTICA NO ORIENTE

Muito cedo, parece¹, os Padres do deserto do Egito acolheram consigo adolescentes ou mesmo crianças pequenas. Excepcionais, sem dúvida, no início, estas precoces vocações multiplicaram-se em seguida: as grandes comunidades organizadas por São Pacômio compreendiam, normalmente, numerosas crianças².

Uma vez que as recebiam, os monges eram sem dúvida obrigados a arcar com a educação delas: a criança, como todo noviço, é confiada a algum venerável ancião, cheio de experiência e de virtude, que lhe servirá de pai espiritual, APA (forma copta de "abade", isto é, Pai) (1). Receberá dêle, especificamente, uma formação ascética e moral, espiritual antes que intelectual. Recorde-se que Santo Antônio, o grande iniciador da vida monástica, era um camponês copta iletrado³ e que dispensava perfeitamente livros, como soube mostrar aos filósofos que tinham vindo argumentar contra êle⁴. Eis

1. JOÃO CASSIANO, *Instituições Monásticas*, V, 40. — 2. *Regra de São Pacômio* (ed. A. BOON, Th. Lefort, *Pachomiana Latina*), Pr. 5; 159; 166; 172. — 3. SANTO ATANÁSIO DE ALEXANDRIA, *Vida de Santo Antônio*, 72. — 4. *Idem*, 73; cf. 20.

aí um traço fundamental, que permanecerá sempre característico do monarquismo oriental: ali, no deserto, cogita-se menos de estudar que de esquecer os poetas e a ciência profana, supondo que se tenha, no século, frequentado as escolas⁵. O monaquismo restaurou, na tradição cristã, o “primado dos simples⁶”, opondo-se ao orgulho intelectual que a cultura antiga transportava e que, como bem mostra o exemplo dos gnósticos e dos alexandrinos, no século III ameaçava sufocar a simplicidade evangélica.

Mas, também nisto, o caráter “douto”, letrado, da religião cristã afirmou-se muito naturalmente. O monge, noite e dia, medita a lei divina, a Palavra de Deus — as Sagradas Escrituras. Acha-se normal, no Oriente, que ele as conheça de cor. Mas o meio mais seguro de assimilá-las assim é, evidentemente, antes de tudo, lê-las. É por isto que, por volta de 320-340, prescreve a *Regra* de São Pacômio que, se um ignorante entra no mosteiro, dar-se-lhe-ão, de início, vinte salmos e duas epístolas para aprender. Se não sabe ler, aprenderá, com um monge letrado, à razão de três horas de aula por dia, as letras, as sílabas, os nomes... *Etiam nolens legere compellatur!* Em princípio, todos, no mosteiro, devem saber ler e aprender de cor pelo menos o Saltério e o Novo Testamento⁷.

A *Regra* de São Basílio, por sua vez, admite crianças, desde seus primeiros anos, apresentadas por seus pais; quer também que, sob a direção de um santo ancião, sejam iniciadas nas letras, com vistas ao estudo da Bíblia. Em uma palavra, São Basílio esboça uma notabilíssima pedagogia: lembramo-nos de que, uma vez assimilado o silabário, a criança aprendia a ler nomes isolados, depois máximas e em seguida pequenas anedotas: ao repertório mitológico da escola grega, a *Regra* substitui nomes de personagens bíblicos, versículos dos *Provérbios* e das histórias santas⁸.

É, em suma, o mesmo programa e o mesmo método que São Jerônimo, por sua vez, desenvolve no programa de educação cristã por ele redigido, por volta de 400-402,

5. JOÃO CASSIANO, *Conferências com os Padres do Deserto*, XIV, 12. — 6. *Evangelho segundo São Lucas* (Novo Testamento), 10, 21 = *Evangelho segundo São Mateus*. — 7. *Regra de São Pacômio* (ed. A. Boon, Th. Lefort, Pachomiana Latina), 139-140. — 8. SÃO BASÍLIO DE CESARÉIA, *Regras Longas*, 15.

para a pequena Paula, neta, filha e sobrinha dos seus caros discípulos romanos⁹, e, em 413, para outra menina, Pacátula¹⁰. Nos dois casos, trata-se de futuras freiras, consagradas desde seu nascimento ao serviço de Cristo¹¹: Paula será educada não em Roma, mas em Belém, no convento cuja superiora é sua tia Eustáquia e cujo diretor espiritual é o próprio São Jerônimo. Educação completamente ascética¹², da qual estão rigorosamente excluídas as letras¹³ e as artes¹⁴ profanas; está assentada na Santa Escritura, que deve ser aprendida inteiramente, segundo uma ordem sistemática¹⁵; fora dela, quase nada se estuda além dos Padres — Cipriano, Atanásio, Hilário¹⁶ — e ela fornecerá, como em São Basílio, inclusive os elementos dos primeiros exercícios: as listas de nomes em que a criança aprende a ler serão, por exemplo, tiradas das genealogias evangélicas de Cristo¹⁷.

Que tal método foi, de fato, praticado pela pedagogia monástica, mostram-no *ostraka* egípcias, notáveis por sua data tardia (séculos VII-VIII): aí encontramos listas de palavras em que figuram termos cristãos¹⁸, por exemplo, toda a série de nomes próprios que se lê na narração do Pentecostes no livro dos *Atos*¹⁹, fragmentos de salmos servindo de tema para exercícios de escrita²⁰, às vezes, o que é muito mais curioso, um ensaio de "narração" sobre um assunto legendário, "contar o milagre de Cristo e da vinha²¹"*.

SUA DÉBIL IRRADIAÇÃO

Trata-se, porém, da educação ministrada aos jovens monges. Pensou-se por vezes em fazê-la beneficiar outras crianças. São Basílio, em outra de suas *Regras*, propõe-

(*) Cf., melhor ainda, um caderninho escolar contendo, entre outros exercícios de escrita, versículos do salmo 32 (33), achado no Fayium e remontando ao século IV-V: P. SANZ, *Griechische literarische Papyri christlichen Inhaltes*, I (*Biblica, Väterschriften und Verwandtes*) n.º XXIV (29274), em *Mitteilungen aus der Papyrussammlung der Nationalbibliothek in Wien*, N. S., IV, Baden bei Wien, 1946.

9. São Jerônimo, *Correspondência*, 107. — 10. Idem, 128. — 11. Idem, 107, 5, 1; 128, 2, 1. — 12. Idem, 107, 7, 1; 128, 4, 1. — 13. Idem, 107, 4, 1. — 14. Idem, 4, 3. — 15. Idem, 107, 12; 128, 4, 2. — 16. Idem, 107, 12, 3. — 17. Idem, 4, 4. — 18. H. R. HALL, *Coptic and Greek Texts of the Christian Period from Ostraka, Stelae, etc. in the British Museum*, 21579. — 19. Idem, 26210. — 20. Idem, 27426. — 21. Idem, p. 148-9.

-se a questão e permite, não sem alguma reticência, entreabrir a porta do convento às “crianças do século” (παῖδες βιωτικοί) cujos pais lhas quisessem confiar²². Por volta de 375, São João Crisóstomo, então em pleno fervor de sua vida ascética, tentou persuadir os pais cristãos a confiar a educação de seus filhos, a partir dos dez anos de idade, aos monges dos “desertos” vizinhos de Antioquia, longe do século e dos seus perigos²³.

Mas nada disso teve grande repercussão. Vê-se, claramente, que o apêlo de Crisóstomo é de uma alma exaltada, inteiramente voltada para a perfeição e convencida de que todos são tão sensíveis quanto êle. Nada menos prático que isso que êle imagina: os rapazes permanecerão dez anos, vinte anos, caso necessário, no mosteiro para consolidar-se na virtude²⁴; mas qual se torna então sua carreira no século? Ele tem muito cuidado, sem dúvida, em esclarecer que não deseja que estas crianças fiquem sem instrução²⁵, mas nada indica que houvesse meios para que se lhas outorgasse no deserto²⁶. Se êle nos mostra, uma vez, um monge servindo de preceptor a um rapaz iniciado nos estudos profanos²⁷, êste é, segundo êle mesmo diz, um caso absolutamente excepcional: é até pelo fato de não se poder generalizá-lo que êle propõe a solução de uma permanência no deserto.

Pode-se suspeitar de que esta solução jamais prevaleceu: vinte anos mais tarde, o próprio São João Crisóstomo, mais esclarecido e instruído pela experiência, espontaneamente a ela renunciou de maneira expressa²⁸. Se êle insiste, mais que nunca, sôbre o dever que têm os pais de educar cristãmente seus filhos, é que a êles compete a missão, da qual êle estava tão disposto outrora a dispensá-los, confiando-a aos monges, de assegurar a formação da consciência cristã: como se viu, é no seio da família que a criança receberá esta educação religiosa, prosseguindo embora, por outro lado, os estudos literários nas escolas profanas²⁹.

22. SÃO BASÍLIO DE CESARÉIA, *Regras Breves*, 292. — 23. SÃO JOÃO CRISÓSTOMO, *Contra os Detratores da Vida Monástica* (Migne, *Patrologie Grecque*, t. 47), III, 17, 378. — 24. Idem, III, 18, 380. — 25. Idem, III, 12, 368. — 26. Idem, III, 8, 363; 11, 366; 13, 371. — 27. Idem, III, 12, 369-70. — 28. SÃO JOÃO CRISÓSTOMO, *Da Vanglória e de como os Pais devem educar os Filhos* (Migne, *Patrologie Grecque*, t. 47), 19, 2-3. — 29. Idem, 19, 1 s.; 73, 2-3.

Quanto a São Jerônimo, longe de pensar em generalizar o plano de educação imaginado para Paula (esta, com efeito, parece haver correspondido muito mal às esperanças do seu mestre ³⁰), não parece tampouco que ele mesmo o tenha aplicado de maneira sistemática: como sabemos, dirigia ele a educação de certo número de jovens latinos que lhe haviam sido confiados no seu mosteiro de Belém, mas o ensino que lhes ministrava seguia os programas clássicos: a gramática, Virgílio, os poetas cômicos e líricos, os historiadores... ³¹ (2).

São Basílio, como vimos, não manifestava grande entusiasmo em admitir no claustro crianças cuja vocação religiosa não fôsse certa; à medida que se avança, mais os meios monásticos mostram desconfiança contra esta intrusão, que só pode comprometer a paz e o recolhimento, e afinal, em 451, o Concílio de Calcedônia interditou formalmente a educação, nos conventos, de crianças destinadas a voltar ao século, παῖδες κοσμικοί ³². Essa interdição será sempre mantida: a escola monástica, em país grego, é, se podemos dizê-lo, para uso interno.

Tocamos aí um dos traços mais característicos do monaquismo oriental: imerso num meio cultural que permanece quase sempre no mesmo nível, o convento não se vê obrigado a assumir na sociedade um papel para o qual não foi concebido; preocupa-se mais com permanecer um ascetério do que com tornar-se um centro de estudos; antes de difundir-se pelo mundo, procura isolar-se dele.

A ESCOLA MONÁSTICA NO OCIDENTE

No Ocidente as invasões germânicas e o declínio geral da cultura acarretaram, com o tempo, uma situação completamente diferente.

No início, as coisas se apresentam como no Oriente; exceto um matiz, que interessa assinalar. O monaquismo latino é uma importação relativamente tardia, um empréstimo, tomado a um organismo já bem desenvolvido.

30. SÃO JERÔNIMO, *Correspondência*, 153, 3. — 31. RUFINO DE AQUILÉIA, *Apoloogia*, II, 8, 592 A. — 32. *Revue de Philologie, d'histoire et de littérature anciennes*, 21 (1941), 63.

O cenobitismo e as letras são de rigor. Não encontramos aí, como no Oriente, a lembrança, como que nostálgica, dos heróis da primeira geração, os anacoretas sem cultura, em que o exemplo de Santo Antônio tem mais peso que as prescrições da regra de São Pacômio: de fato, não se achará nunca surpreendente, no Oriente, que um santo monge seja iletrado (3).

Nada disso no Ocidente: a *lectio divina*, a leitura dos Livros santos e antes de tudo do ofício, parece inseparável do pleno exercício da vida monástica. Este caráter letrado é bem manifesto nas origens: Santo Agostinho, que introduziu o monaquismo na África, dera à sua primeira comunidade, que, ainda leiga, ele agrupara em torno de si em Tagasta, o caráter de um mosteiro erudito (4); sua *Regra* prevê, como normal, a existência de uma biblioteca³³; em Marmoutier, os monges de São Martinho, o iniciador do monaquismo na Gália, copiam manuscritos³⁴. Uma espécie de reflexo imediato liga o estado de monge ao estudo das letras: coloquemo-nos num contexto completamente estranho à cultura clássica e vejamos São Patricio evangelizar a Irlanda; cada vez que ele escolhe, ou que lhe trazem um jovem para fazer dele um monge, o reflexo aparece: "Ele o batiza e lhe dá um alfabeto"³⁵.

Quando no século VI as trevas da barbárie se estendem, quando a cultura esmorece no Ocidente e ameaça desaparecer, vemos os legisladores do monaquismo redobrar em insistência, proclamar a necessidade, para todo monge, para toda freira, de saber ler, de entregar-se à leitura sagrada. Famosa entre todas as regras para mulheres, eis a *Regra* de São Cesário de Arles (534): só serão recebidas crianças a partir da idade (seis ou sete anos) em que sejam capazes de aprender as letras³⁶; todas as religiosas deverão aprender a ler, *omnes litteras discant*³⁷; consagrarão duas horas diariamente à leitura³⁸; copiarão manuscritos³⁹.

33. SANTO AGOSTINHO, *Cartas*, 211, 3. — 34. SULPÍCIO SEVERO, *Vida de São Martinho de Tours*, 10, 6. — 35. W. STOKES, *The Tripartite Life of Patrick, with other documents relating to that saint* (Rerum Britannicarum medii aevi Scriptores, t. 89), Londres, 1887, II, 326, 29; 328, 27; 497, 24. — 36. SÃO CESÁRIO DE ARLES (ed. Morin, t. II), *Regra dos Monges*, 7, 104. — 37. *Idem*, 18, 105. — 38. *Idem*, 19, 105; *Cartas*, II, 7, 140. — 39. *Idem*, *Vida de São Cesário* (escrita por seus discípulos), I, 58, 320.

O mesmo interesse quanto à *lectio divina* num grande número de outras regras: não apenas em Santa Radegunda, que adotara pura e simplesmente a de Cesário ⁴⁰, mas em São Leandro de Sevilha († 601) ⁴¹, São Donato de Besançon († 650) ⁴². Se o estudo das letras é tão recomendado entre as mulheres (entre elas, como podemos supor, a cultura estava menos difundida), ela o é, *a fortiori*, tanto quanto para os monges ⁴³: a *Regra* de Tarnat (por volta de 570) não dispensa da *lectio* nem mesmo aquêle que está atreito ao trabalho dos campos ⁴⁴; a de Santo Ferreol de Uzia († 581) também prevê o estudo das letras ⁴⁵ e a leitura meditada ⁴⁶; do mesmo modo (mas qual é sua data?). a *Regula Magistri* ⁴⁷. O movimento culmina, sem dúvida, com a *Regra* de São Bento (por volta de 525), cuja autoridade se tornará, como se sabe, soberana no Ocidente: regulamenta por longo tempo a leitura sagrada ⁴⁸, prevê a admissão de crianças pequenas no mosteiro ⁴⁹ e sua educação ⁵⁰; livros, tabuletas e estilos aí aparecem mui naturalmente como parte do mobiliário, e quase da decoração da vida monástica ⁵¹: mesmo nos dias mais sombrios o mosteiro ocidental permaneceu como um foco de cultura.

A ESCOLA EPISCOPAL

O infortúnio dos tempos fêz aparecer um segundo tipo de escola cristã: a escola episcopal (não é muito diferente, pelo menos na origem, do precedente: sabe-se que muitos entre os grandes bispos do Ocidente, monges por formação e por ideal, organizaram em torno ou junto à sede de seu episcopado comunidades monásticas: lembremo-nos de Santo Eusébio em Verceil, Santo Agostinho em Hipona, São Martinho de Tours em Marmoutier...).

Sempre houve, agrupado em torno do bispo, todo um corpo eclesiástico: compreendia em particular o gru-

40. SÃO GREGÓRIO DE TOURS, *História dos Francos*, IX, 39 s. — 41. SÃO LEANDRO DE SEVILHA, *Regra Monástica*, 6-7; Migne, *Patrologie Latine*, 72, 882-4. — 42. SÃO DONATO DE BESANÇON, *Regra Monástica*, 20; Migne, *Patrologie Latine*, 87, 281-2. — 43. SÃO CESÁRIO DE ARLES (ed. Morin, t. II), *Regra dos Monges*, 151, 25. — 44. TARNAT, *Regra Monástica*, 9; Migne, *Patrologie Latine*, 66, 981. — 45. SÃO FERREOL DE UZES, *Regra Monástica*, 11; Migne, *Patrologie Latine*, 66, 963-4. — 46. Migne, *Patrologie Latine*, 26, 968. — 47. *A Regra do Mestre*, 50; Migne, *Patrologie Latine*, t. 88, 1010 D. — 48. SÃO BENTO DE NÚRSIA, *Regra dos Monges*, 48. — 49. Idem, 59. — 50. Idem, 30; 37; 39; 45; 63; 70. — 51. Idem, 33.

po dos jovens que, investidos das funções de *leitores*, se iniciavam na vida clerical (5). Neste meio normalmente se recrutavam e se formavam os diáconos, os padres e os futuros sucessores do bispo: como indiquei de passagem no capítulo anterior, por esta formação, de caráter absolutamente prático e familiar, os membros do clero recebiam, na falta de seminários e de escolas de teologia, sua instrução dogmática, litúrgica e canônica. Quanto ao mínimo de cultura profana, e, se posso dizê-lo, humanista que supunha este ensino, era assegurado pelas escolas do tipo habitual, como o vimos na anedota relativa à juventude de Santo Atanásio ⁵².

Tudo muda, no Ocidente, quando, com o conjunto da estrutura política e social da romanidade, desaparece o sistema escolar clássico. Quanto mais se acentua a decadência, mais difícil se torna encontrar jovens que hajam recebido esse mínimo de cultura literária sem o qual a formação clerical e o exercício do ministério eclesiástico são impossíveis. Por esta razão, vemos, por exemplo na França, nos tempos merovíngios, os bispos ocupando-se pessoalmente da instrução elementar de certas crianças (6).

O testemunho de Gregório de Tours (nascido em 538) a esse respeito é bem significativo: ele não recebeu senão a educação, absolutamente clerical, que lhe deu seu tio (-avô) São Nizier, bispo de Lyon, o qual, instruído "nas letras eclesiásticas", se empenhara em assegurar a instrução das crianças de sua família: o jovem Gregório, acolhido por ele desde a idade de sete anos, foi introduzido no estudo das letras e, em seguida, nos dos salmos ⁵³.

A premente necessidade de promover a formação do clero, ameaçada pela crescente barbárie, determinou a generalização deste tipo de educação: sem dúvida, podia-se recorrer, dentro de certa medida, ao meio monástico; é assim que Lérins foi como que um alfofre de bispos para todo o sudoeste da Gália nos séculos V e VI; do mesmo modo, Marmoutier para a Gália central ⁵⁴. Para citar um exemplo menos conhecido, tomarei o de outro tio de Gregório de Tours, São Galo, que, conduzido crian-

52. RUFINO DE AQUILÉIA, *História Eclesiástica*, X, 15. — 53. SÃO GREGÓRIO DE TOURS, *Vida dos Padres*, 8. 2. — 54. SULPÍCIO SEVERO, *Vida de São Martinho de Tours*, 10, 9.

ça por seu pai ao mosteiro de Cournon (perto de Clermont-Ferrand), e, uma vez tonsurado, introduzido pelos monges no estudo das letras e do canto sagrado, sua bela voz foi notada, ocasionalmente, pelo bispo, que o ligou a seu clero, e a quem mais tarde êle sucederia⁵⁵.

Mas isto era apenas um recurso excepcional: para assegurar o recrutamento normal do seu clero, tornou-se realmente necessário que os próprios bispos tomassem a responsabilidade não apenas de sua formação técnica, mas também de sua instrução literária elementar: foi assim que nasceu e se generalizou a escola episcopal, semente de nossas futuras Universidades medievais.

Estamos ainda em um estágio bastante incipiente: trata-se de conseguir ensiná-los a ler. São Cesário é uma preciosa testemunha dêsse alteamento: muito atento à formação do seu clero, com o qual vive, por assim dizer, em comunidade, edificando-o com seu exemplo e suas palavras, empenha-se em que todos os seus clérigos tenham uma cultura suficiente: só ordena diácono àquele que tiver lido quatro vezes o conjunto do Antigo e do Novo Testamento⁵⁶.

É, pois, antes sob o aspecto de simples escola de canto litúrgico e profano que se deve imaginar esta escola episcopal do século VI, esta "turma", *schola*, de jovens leitores sob a direção de seu *primicerius*, como em Mouzon, no tempo de São Remígio († 533)⁵⁷, como em Lyon em 551-552⁵⁸, ou sob a férula de seu *magister* como já em Cartago, por volta de 480⁵⁹.

O sistema difunde-se, de fato, por toda parte aonde se estende a barbárie: encontramos-lo igualmente na Espanha visigótica, onde o segundo Concílio de Toledo (527) prescreve que as crianças destinadas ao clero deverão, a partir do momento em que sejam tonsuradas, ser instruídas na "casa da igreja", sob a vigilância direta do bispo⁶⁰. Regra reeditada um século mais tarde pelo IV Concílio de Toledo (633)⁶¹. Sabemos que ela foi apli-

55. SÃO GREGÓRIO DE TOURS, *Vida dos Padres*, 6, 1-2. — 56. SÃO CESÁRIO DE ARLES (ed. MORIN, t. II), *Vida de São Cesário* (escrita por seus discípulos), I, 56, 320. — 57. SÃO REMY DE REIMS, *Cartas* (ed. dos Monumenta Germaniae Historica, Epistulae, III, Epistulae merovingici aevi), IV, 115. — 58. E. DIEHL, *Inscriptiones Latinae Christianae Veteres*, 1287. — 59. VICT. VIR. /sic pro ed. franc./, V, 9. — 60. *Cânone do segundo Concílio de Toledo*, I (Migne, Patrologie Latine, 84, 335). — 61. *Cânone do quarto Concílio de Toledo*, 24 (Migne, Patrologie Latine, 374).

cada: as *Vitas* dos bispos de Mérida no século VII mostram-nos crianças, no serviço da basílica de Santa Eulália, estudando as letras sob a direção de um mestre⁶², enquanto um bispo forma seu futuro sucessor ensinando-lhe *officium ecclesiasticum omnemque bibliothecam scripturarum divinarum*⁶³.

A ESCOLA PRESBITERIAL

No século VI, enfim, acaba-se de organizar ou de reconstituir, após a tormenta das invasões, a rede das paróquias rurais (7). O sucesso da evangelização das massas fez surgir a estrutura estritamente urbana da antiga Igreja, agrupada em torno da sede episcopal. Mas o número de padres é bruscamente multiplicado: como, neste contexto bárbaro, assegurar a formação do clero rural?

A solução consistiu em generalizar o sistema já em vigor na escola episcopal: em 529, o II Concílio de Vaison, sem dúvida por iniciativa de São Cesário, prescreveu "a todos os padres encarregados da paróquia receber em suas casas jovens na qualidade de leitores, a fim de educá-los cristãmente, de ensinar-lhes os salmos e as lições da Escritura, e toda a lei do Senhor, de maneira a poderem preparar para si, entre eles, dignos sucessores"⁶⁴.

É um acontecimento memorável esta decisão: trata-se do ato de fundação de nossa escola moderna, desta escola rural, popular, que a própria Antiguidade não conhecera sob esta forma regular, sistematicamente generalizada.

A iniciativa do Concílio de Vaison não é isolada: invoca, como precedente, "o costume, parece, já normalmente em uso em toda a Itália"; a Espanha visigótica a seguirá, com um século de atraso, no Concílio de Mérida em 666⁶⁵. Na própria Gália, temos prova de que foi seguida de fato (*): vemos, na vida do futuro Santo

(*) Como o mostram os cânones de concílios que proíbem a ordenação de iletrados: Orléans, 533 (*Concilios merovingios*, p. 63, c. 16), Narbonne, 589 (MANSI, *Amplissima Collectio*, tomo IX, columnas 1016 E — 1017 A, cânone 11).

62. *Vidas dos Padres de Mérida*, II, 14; I, 1. — 63. Idem, IV, 4. — 64. *Concilia merovingici aevi* (ed. Maassen dos Monumenta Germaniae Historica, Leges, III, Concilia, I), 56, c. 1. — 65. *Cânones do Concílio de Mérida*, 18 (Migne, Patrologie Latine, 84, 623).

Géry de Cambrai († 623-626), um bispo em visita pastoral preocupar-se em saber se em determinada cidade há crianças que estejam sendo preparadas para o sacerdócio⁶⁶. Mul naturalmente, o ermitão São Pátroclo († 576), que acaba de instalar-se no *vicus* de Nérís (perto de Montluçon, Allier), aí construiu uma capela, que consagra após haver trazido para ela relíquias de São Martinho, e põe-se a ensinar as letras às crianças, *pueros erudire coepit in studiis litterarum*⁶⁷: as duas funções, de cura da cidade e de instrutor, estão, doravante, unidas.

O INÍCIO DAS ESCOLAS MEDIEVAIS

Acabamos assim de ver tôdas as instituições que servirão de ponto de partida para o desenvolvimento do sistema da educação medieval. Nos séculos VI-VII, a que chegamos, êste sistema está apenas esboçado: sejam monásticas, sejam seculares, estas escolas têm ainda um horizonte muito limitado: são, se posso dizer, escolas técnicas, que pretendem formar sômente monges e clérigos.

Entretanto, por força das circunstâncias, a partir do momento em que as escolas profanas, herdadas da Antiguidade, acabaram de desaparecer, essas escolas religiosas tornam-se o único instrumento através do qual se adquire e transmite a cultura. Todos os seus beneficiários são, em principio, pessoas da Igreja: mas não é um traço característico de nossa idade média latina que a ciência seja, antes de tudo, mister do clero? E, entretanto, já desde o século VI sua clientela começa a ampliar-se.

Os monastérios, pelo menos no continente, buscam, sem dúvida, como os do Oriente, defender-se contra a invasão de elementos mundanos: o cânone de Calcedônia encontra seu equivalente na *Regra* de São Cesário, que recusa rigorosamente, *penitus non accipiantur*, o acesso dos conventos às meninas nobres ou humildes, que pretendem introduzir ali para receber educação e ins-

66. *Passiones Vitaeque sanctorum merovingici aevi* (nos Monumenta Germaniae Historica, Scriptores rerum merovingicarum, t. III-V), I, 652, c. 2. — 67. São Gregório de Tours, *Vida dos Padres*, 9, 2.

trução⁶⁸. Lendo-se a *Regra beneditina*, percebe-se que as crianças a que alude são necessariamente jovens oblatos. De fato, as crianças que vemos serem educadas no claustro são tôdas destinadas a tornar-se monges, quer se trate dos filhos de Santo Euchério, Salônia e Véran, que vemos acolhidos, muito jovens, em Lérins, quando seu pai aí vem fazer carreira (por volta de 420)⁶⁹, ou de jovens discípulos de São Bento, como Mauro e Plácido, cujos pais lhes enviam a fim de que êle os eduque para o serviço de Deus⁷⁰. Entretanto, na Irlanda pelo menos (onde, podemos supô-lo, uma velha tradição druidica abri- ra caminho, desde o paganismo) (8), vemos já filhos de reis ou de chefes normalmente confiados a um mosteiro, ao tempo de sua educação: aí conservam seu estatuto laico e, concluída sua formação, voltam ao mundo e re- tomam a posição a que pelo nascimento se destinavam⁷¹.

Mas quando a criação das escolas presbiteriais ofe- receu a todos a possibilidade de instruírem-se, apareceram alunos que nem sempre tinham consciência de uma voca- ção eclesiástica⁷²; simples meninos camponeses apro- veitaram-se disso⁷³, mas, em número bem maior, filhos de nobres, pois entre os grandes permanecia o costume (as *Vidas* de São Seine⁷⁴ ou de São Leger⁷⁵ afirmam-nos em termos próprios) de mandar ensinar as letras a seus filhos: sobrevivência da época romana, quando a cultura era um dos elementos do prestígio da classe dominante; exigências práticas também: por mais baixo que hou- vesse caído o nível técnico da administração, subsistia ainda algum elemento de burocracia na monarquia me- rovíngia, e é em tais escolas; e não alhures (9), que se puderam formar os servidores leigos empregados pelos reis.

O nível dêste ensino continua, no mais das vezes, bem modesto: é realmente um ensino técnico, que visa a satisfazer necessidades imediatas: ler, escrever, conhecer a Bíblia, se possível de cor, ou pelo menos os Salmos⁷⁶,

68. SÃO CESÁRIO DE ARLES (ed. Morin, t. II), *Regra das Monjas*, 7, 104. — 69. SANTO EUCHÉRIO DE LYON, *Instrução*, pr. 773. — 70. SÃO GREGÓRIO O GRANDE, *Diálogos*, II, 3. — 71. C. PLUMMER, *Vitae Sanctorum Hiberniae partim hactenus ineditae* (Oxford, 1910), I, 250; 252; II, 180-1. — 72. SÃO GREGÓRIO DE TOURS, *Vida dos Padres*, 20, 1. — 73. Idem, 9, 2. — 74. MABILLON, *Acta Sanctorum Ordinis sancti Benedicti*, I, 263. — 75. Idem, III, 283. — 76. C. DE SMEDT e J. DE BACKER, *Acta Sanctorum Hiberniae ex codice Salmanticensi* (Bruges-Edimbourg, 1888), 166; SÃO FERREOL DE UZES, *Regra Monástica*, 11 (Migne, *Patrologie Latine*, t. 66, 963).

um mínimo de erudição doutrinal, canônica ⁷⁷ e litúrgica: nada mais. A cultura ocidental atinge sua estiagem.

Seria um anacronismo projetar sobre estas primeiras escolas religiosas dos séculos V, VI e VII as ricas aspirações humanistas que alimentarão a Renascença carolíngia ou a do século XII (10). Longe de tirar todo o partido possível dos poucos conhecimentos que lhes são ainda acessíveis, os mestres destas Idades Obscuras buscam afastar seus discípulos de uma cultura demasiado aquiescente à tradição profana. O monaquismo ocidental desenvolve-se ainda na mesma atmosfera de ascetismo cultural do monaquismo do Oriente: o monge deve subtrair-se ao mundo, sua vaidade, suas riquezas — entre as quais se acha a cultura. Invocarei, mais uma vez, o precioso testemunho de São Cesário: egresso, por motivos de saúde, do claustro de Lérins, encontra em Arles o sábio africano Juliano Pomério e começa, sob sua direção, a estudar a gramática e a filosofia; mas, bem depressa, separa-se d'êle, interrompe êsses estudos profanos para permanecer fiel à "simplicidade monástica ⁷⁸". E, no entanto, Pomério não era um mestre de inspiração tão profana, como podemos constatar lendo seu *De Vita contemplativa*! A atmosfera é a mesma nas escolas episcopais: quando um bispo se atreve a dar demasiada atenção ao ensino da gramática, provoca escândalo e é duramente chamado à ordem, como São Gregório o Grande o fez ver a Didier de Viena ⁷⁹ (11).

E êste obscurantismo é também uma consequência do desmoronamento geral da cultura no Ocidente: a decadência não é causada apenas pela ignorância e pelo esquecimento, mas também pela degenerescência interna. A atitude de um Cesário ou de um Gregório só se compreende inteiramente quando se a confronta com a imagem real que, no quadro do tempo d'êles, êles podiam fazer-se desta cultura profana, que repudiam com tanto horror. Não são os valores eternos do humanismo que êles recusam, mas sim os jogos, de uma puerilidade aberrante, em que se comprazem os últimos letrados de seu tempo: reenvio o leitor à estranha obra de Virgílio, o

77. *Concilia merovingici aevi* (ed. Maassen dos Monumenta Germaniae Historica, Leges, III, Concilia, I), 88, c. 6. — 78. SÃO CESÁRIO DE ARLES, *Vida de São Cesário* (escrita por seus discípulos), 9, 299. — 79. SÃO GREGÓRIO O GRANDE, *Cartas* (classificação da ed. Ewald-Hartmann, Monumenta Germaniae Historica, Epistolae, I-II), XI, 34.

Gramático (12), a suas pedantes mistificações, em que uma pretensa aspiração à ciência superior leva apenas ao logogrifo:

Cicero dicit RRR-SS-PP-MM-N-T-EE-OO-A-V-I, quod sic solvendum est: Spes Romanorum perit...⁸⁰

Sim, a escola cristã ainda não passa de uma semente, apenas entreaberta; uma semente entretanto, e não um simples resíduo. Esta pedagogia, ainda balbuciante, é, contudo, muito original por seu espírito e seus métodos: abre caminho a um novo tipo de educação, que não poderia ser assimilado ao da Antiguidade clássica.

O ensino começa sempre, evidentemente, pelo alfabeto⁸¹, mas, enquanto o escolar antigo aprendia lentamente, segundo a gradação sãbiamente arranjada de uma análise abstrata, todos os elementos sucessivos da leitura, aqui, muito cedo, a criança é posta diretamente em contato com um texto, o Texto — sagrado. O mestre toma uma tabuleta e nela escreve o texto que vai servir de tema à lição: mais freqüentemente, inicia com um Salmo⁸², porque dominar o saltério, base do ofício, é o primeiro objetivo do ensino. A criança aprende este texto de cor, enquanto o diz: eis aí como que um grosseiro equivalente do nosso método global⁸³; pelo menos no início, o escolar lê menos do que reconhece, do que relembra o texto. Ele não aprende a ler simplesmente, como o escolar antigo, mas a ler o texto, o Saltério, o Novo Testamento. E o texto que conhece é a palavra de Deus, a Escritura revelada, o único livro que merece ser conhecido. Quão longe está tudo isso da escola clássica: ocorrem-nos, antes, os métodos, em vigor ainda hoje no mundo muçulmano, nas escolas alcorâmicas. É mais justo, mais congruente com a história ver nisso o equivalente cristão da escola rabínica.

Nada lhe falta, nem o matiz especial da veneração, de respeito religioso ao mestre: quão longe estamos do

80. VMOUTILLO DE TOULOUSE, *Epitomas*, 13, 77. — 81. *Passiones Vitaeque sanctorum merovingici aevi* (nos Monumenta Germaniae Historica, Scriptores rerum merovingicarum, t. III-V), II, 161; W. SROKES, *The Tripartite Life of Patrick, with other documents relating to that saint* (Rerum Britannicarum medi aevi Scriptores, t. 89, Londres, 1887), I, ciii; II, 328; C. PLUMMER, *Vitae Sanctorum Hiberniae partim hactenus ineditae* (Oxford, 1910), I, 67; II, 210. — 82. C. PLUMMER, *Vitae Sanctorum Hiberniae partim hactenus ineditae* (Oxford, 1910), I, 165; II, 156-7. — 83. *Passiones Vitaeque sanctorum merovingici aevi* (nos Monumenta Germaniae Historica, Scriptores rerum merovingicarum, t. III-V), II, 342, c. 6.

mestre-escola grego ou latino, o pobre-diabo universalmente menosprezado! Agora, como nos meios semíticos, é "com a mais profunda veneração e por uma humilde prece" que se lhe pedem as lições: *cum summa veneratione humilique prece*... ⁸⁴

Não há dúvida que êste sentimento se explica, em parte, como efeito da decadência e da barbárie ambiente: o mestre é o homem, difícil de encontrar, capaz de revelar o segredo, tornado misterioso, da escrita; testemunha-o êste episódio que lemos em Gregório de Tours: um dia, um clérigo giróvago, e que logo se revelaria indigno, apresenta-se ao bispo Etério de Lisieux (por volta de 584) como mestre-escola, *litterarum doctorem*. Alegria do prelado, isto é tão raro! Apressa-se êle em reunir as crianças da cidade e em confiar-lhas para que as instrua: o clérigo granjeia a estima de todos, cumulado de obséquios por parte dos pais. E quando o inevitável escândalo irrompe, apressam-se em abafá-lo ⁸⁵.

Muito mais ainda: o mestre é aquêle que revela não apenas a escritura, mas a Sagrada Escritura. Monástica, episcopal ou presbiterial, a escola não separa a instrução da educação religiosa, da formação dogmática e moral; religião ao mesmo tempo douta e popular, o cristianismo concede ao mais humilde dos seus fiéis, por mais incipiente que seja seu desenvolvimento intelectual, o equivalente àquilo que a altiva cultura antiga reservava à elite de seus filósofos: uma doutrina sôbre o ser e sôbre a vida, uma la interior submetida a uma direção espiritual. Segundo a fórmula estereotipada de nossos velhos hagiógrafos, a escola cristã forma a um só tempo *litteris et bonis moribus*, "nas letras e nas virtudes ⁸⁶". Nesta estreita associação, mesmo no escalão mais elementar, da instrução literária e da educação religiosa, na síntese, na pessoa de um mestre, do instrutor (ou do professor) e do pai espiritual, é que me parece residir a essência mesma da escola cristã, da pedagogia medieval por oposição à antiga. É necessário, desde então, fazer remontar sua aparição aos mosteiros egípcios do século IV.

84. Idem, 161, c. 1. — 85. SÃO GREGÓRIO DE TOURS, *História dos Francos*, VI, 36. — 86. *Acta Sanctorum Feb.*.... /sic pro ed. franc/, III, 11; C. PLUMMER, *Vitae Sanctorum Hiberniae partim hactenus ineditae* (Oxford, 1910), I, 99; 153; 269; II, 77; 107; etc.

EPÍLOGO

O FIM DA ESCOLA ANTIGA

Tôda investigação histórica, conquanto possa não conduzir o leitor "até nossos dias", deve, para terminar, responder à pergunta: "Que aconteceu em seguida?" Esta história da educação na Antigüidade encerrar-se-á, naturalmente, na momento em que soubermos quando e como se operou a substituição das escolas de tipo clássico por esta educação religiosa de tipo medieval que acabei de definir.

A EDUCAÇÃO BIZANTINA

Por mais espantoso que possa parecer, existe, desde logo, todo um setor em que, para falar com propriedade, a escola antiga jamais teve fim: no Oriente grego, a educação bizantina prolonga, sem solução de continuidade, a educação clássica (1). Isto não passa, aliás, de um aspecto particular do fato fundamental: não há hiato, nem mesmo diferenciação, entre a civilização do Baixo Império romano e a alta Idade Média bizantina.

Nada o mostra melhor que a história do ensino superior, aliás o que mais estudamos até aqui e, de resto, o mais bem documentado. A Universidade de Constantinopla, de 425 a 1453, foi sempre um centro de estudos fecundos e, por assim dizer, a viga mestra da tradição clássica. Não há dúvida que, no curso desse milenário, passou por muitas vicissitudes, por períodos de declínio e mesmo de desaparecimento momentânea, resgatados por brilhantes empreendimentos: foi, principalmente, reorganizada por César Barda em 863, por Constantino IX Monômaco em 1045, muito provavelmente no século XIII e, no início do XIV, pelos Paleólogos.

Viveu, modificou-se, mas sempre permaneceu fiel ao espírito que havia inspirado sua fundação, ao tempo de Teodósio II. Seu ensino permanece fixado pelas normas clássicas: na base, as artes liberais; no cume, a retórica, a filosofia e o direito. Seu papel na sociedade permanece o mesmo: formar uma elite na qual o Império possa recrutar seu corpo de funcionários. Ignorará ela sempre os estudos eclesiásticos: o fechamento da escola neoplatônica de Atenas por Justiniano em 529¹ prende-se à luta contra o paganismo agonizante, mas não expressou, da parte do Império cristão, vontade de imprimir um sentido mais religioso ao ensino superior.

Conhecemos muito menos os graus inferiores do ensino, mas não podemos duvidar de que a tradição antiga haja também sobrevivido: veremos que certos aspectos da pedagogia helenística persistiram, no escalão primário, ao longo de todo o período turco, até os tempos modernos; quanto ao ensino secundário, permanece baseado na gramática e no comentário dos clássicos: os manuais e comentários helenísticos são sempre utilizados ou imitados.

O modelo ideal do homem culto remanesce clássico: Miguel Pselo (nascido em 1018), ao evocar, na oração fúnebre consagrada a sua mãe, as recordações de sua infância de estudante², informa-nos que havia decorado a *Iliada* inteira, reeditando assim, depois de catorze séculos, a façanha do Nicorato de Xenofonte. Ana Comnena, aproximadamente um século mais tarde, recebeu, ela também, uma cultura cujo horizonte é o de um humanismo bem antigo: os clássicos, o grego, a retórica, Aristóteles e Platão, as quatro disciplinas matemáticas...³

Uma tradição contínua liga assim os letrados helenísticos aos humanistas, aliás bem "modernos", do tempo dos Paleólogos, como, entre tantos outros, Nicéforo Gregora († por volta de 1360) (2).

Com surpresa descobrimos que esta sociedade bizantina, tão profundamente cristã, que dá tanta impor-

1. MALALAS, *Crônica* (ed. Dindorf, t. XV da Bizantina de Bonn), XVIII, 151. — 2. MIGUEL PSELO, *Discursos Fúnebres* (ed. K. N. Sathas, Bibliotheca Graeca medii aevi, t. V), I, 14. — 3. ANA COMNENE, *Alexiada* (ed. Leib), I, p. 3.

tância às questões propriamente religiosas e especialmente à teologia, continuou obstinadamente fiel às tradições do humanismo antigo: tal adesão não era isenta de perigo, uma vez que a escola bizantina é tão fiel a seus mestres pagãos que periodicamente (no século IX com Leão, o matemático, no século XI com João Ítalo, ... no século XV com Gemístio Pléton) vemos esboçar-se Renascenças mais ou menos paganizantes, tão suspeitas à ortodoxia cristã quanto o pôde ser a nossa própria Renascença ocidental dos séculos XV e XVI, que, aliás, como se sabe, nutriu-se abundantemente da contribuição bizantina.

Face à escola de tipo clássico existe, sem dúvida, outro foco de cultura, êste de inspiração plenamente cristã: a escola monástica. Ela permanece, no decorrer da Idade Média, tal como a conhecemos em suas origens, hostil ao humanismo, ao "século" (as *Vidas* de santos bizantinos cuidam sempre de reduzir ao mínimo a cultura profana dos seus heróis), dominada por preocupações espirituais e primacialmente ascéticas. Em princípio ela permanece fechada, reservada aos jovens aspirantes à vida religiosa: a proibição, imposta pelo Concílio de Calcedônia, de receber, para educá-las, crianças "do mundo", continua em vigor.

Inquieto-me apenas por constatar que foi necessário por várias vezes, em 806, em 1205 (3), renová-la: pois tinham tendência a infringi-la! De fato, seria fácil mostrar que isto realmente se verificou: assim, em 1238, vemos o imperador João III Vatatzés confiar ao arquimandrita de São Gregório de Éfeso, Nicéforo Blêmides, a educação de cinco jovens, entre os quais o futuro historiador Jorge Acrópolita, que viria a fazer uma brilhante carreira de alto funcionário laico.

Entretanto, se procuramos um centro de educação religiosa que contrabalance a educação tão profana da Universidade imperial, faz-se mister procurá-lo menos nos conventos que na instituição muito original que foi a escola patriarcal. Suas origens, ainda pouco esclarecidas, remontam talvez (4) ao século VII; ela aparece, em todos os casos, em plena luz e perfeitamente constituída no século XI. É normal nessa época opor-se aos "filósofos do senado" (porque, como no século IV, é o

senado quem nomeia os professores do Estado) os “dâscalos da Grande Igreja” (ensinam à sombra da Santa Sofia) ou “do catálogo episcopal”. Nomeados pelo patriarca, constituem uma verdadeira faculdade de teologia, de cunho escriturário: encontramos professores especializados na exegese do Evangelho, do Apóstolo, do Saltério.

À diferença do ascetismo puritano dos claustros, a escola patriarcal também sofreu, profundamente, a influência do humanismo tradicional. Seu ensino não se limita apenas ao programa religioso: quer também assegurar tódá uma formação de base: sua faculdade de teologia justapõe-se a uma faculdade de artes, dirigida por um “mestre (μαίστωρ) dos retóricos” (que tem também, sob suas ordens, gramáticos) e um “mestre dos filósofos” (que não negligencia o ensino propedêutico das matemáticas). Diante do humanismo clássico da Universidade, a escola patriarcal representa um esforço em favor de um humanismo cristão, esforço muitas vêzes original e assí saboroso, mas que continua sendo, apesar de tudo, profundamente influenciado pelos modelos antigos.

Assim, em meados do século XII, vemos Nicéforo Basilaques (que se tornará professor de exegese evangélica) compor um manual de *Progymnasmata*, inteiramente conforme à mais pura tradição helenística. Quando muito, vemo-lo, no capítulo da etopéia, unir aos assuntos costumeiros sôbre Atalanta, Dânae ou Xerxes, certo número de temas hauridos na história santa: “Palavras de Sansão quando foi cegado pelos filisteus...; de Davi encontrando seu inimigo Saúl adormecido numa caverna...; da mãe de Deus quando Cristo mudou a água em vinho nas bodas de Caná⁴”. Eustácio de Tessalônica, o grande comentador de Homero e de outros clássicos, é para os modernos uma das figuras mais representativas do humanismo bizantino: no entanto, tinha sido educado num mosteiro e foi “mestre dos retores” da escola patriarcal...

Sòmente com a conquista turca se configurou uma situação comparável à que conhecera, mil anos antes, o mundo ocidental. Depois de 1453, a tradição inter-

4. *Rhetorés Graeci* (ed. Spengel), I, 566 s.; 480; 517; 499.

rompeu-se: o mundo grego encontra-se colocado na mesma situação que a Gália merovíngia; por faltar escolas, o recrutamento do clero e, por isso, até a continuidade da vida cristã, acham-se em perigo. É notável que a Igreja grega tenha reagido exatamente do mesmo modo que o Concílio de Vaison, na Gália, em 529: em cada aldeia, à sombra da igreja, o padre reúne as crianças e empenha-se, o mais possível, em ensiná-las a ler — o saltério e os demais livros litúrgicos —, de modo a “preparar para si um sucessor competente” (5).

Mas, fato extraordinário, e que mostra a profundidade das raízes mergulhadas no Oriente pela tradição antiga, em pleno século XVIII ouviam-se as criancinhas gregas cantarolar o alfabeto, tomando-o simultaneamente pelas duas extremidades; como ao tempo de Quintiliano ou de São Jerônimo; ou então a se exercitar repetindo fórmulas dêste gênero:

Ἐκκλησία μολυβδοκαντηλοελεκμένη...

Ó minha igreja cinzelada e esculpida em chumbo,
que cinzelou e esculpiu em chumbo,
o filho do cinzelador e escultor em chumbo,
se eu tivesse também o filho do cinzelador e escultor em chumbo,
eu a cinzelaria e esculpiria em chumbo, mais belamente
que o filho do cinzelador e escultor em chumbo,

síntese bem reconhecível de dois exercícios característicos da escola grega clássica: o “freio de língua” e a “declinação”.

A ESCOLA MONÁSTICA DA IRLANDA

Na outra extremidade do mundo cristão, contrastando absolutamente com Bizâncio, a Irlanda apresentava-nos a situação inversa: mantendo-se fora do Império, a Irlanda céltica não chegara a conhecer a cultura clássica; por mais notável e, sob certos aspectos, evoluída que fosse sua civilização própria, a Irlanda pagã permanecera um país “bárbaro”, ignorando a civilização escrita: foi o cristianismo, pregado principalmente por São Patrício († 460-470), que lhe levou o Livro, e,

dessarte, a escola. Diferentemente das demais partes do Ocidente, a Irlanda nunca conheceu outra tradição letrada a não ser a de suas escolas cristãs.

Escolas cristãs, ou, melhor dizendo, escolas monásticas, pois, como se sabe, as cristandades célticas desenvolveram-se inteiramente enquadradas pelas instituições monásticas. Como as do Egito e de alhures, são escolas estritamente religiosas, cujo ensino se dirige essencialmente a futuros monges (embora filhos de chefes fôssem nelas admitidos por tolerância); funda-se, como texto de base, sobre a Sagrada Escritura, e precipuamente, sobre o Saltério. Não me compete descrever (6) aqui a vida destas escolas. (Aliás muito curiosa: as crianças, muitas vezes, eram levadas ao convento desde o nascimento; havia ali verdadeiras creches monásticas: tudo é excessivo nesse ambiente ferozmente ascético.) Bastar-me-á constatar que a história da cultura irlandesa pertence inteiramente à Idade Média: da "ilha dos Santos", onde ela progrediu firmemente se firmou e se enriqueceu, esta cultura vai-se irradiar, enxamear e fecundar, aos poucos, o Ocidente; começa desde o século VI, pela Grã-Bretanha, onde coloniza primeiro as regiões setentrionais, a parte da Escócia que, também, se mantivera estranha à dominação romana, antes de descer, pouco a pouco, rumo ao sul, para reerguer as ruínas acumuladas pelas invasões germânicas.

AS INVASÕES DESTRUÍRAM A ESCOLA ANTIGA

Isto se deu porque na Bretanha romana, as escolas e a cultura clássica não conseguiram sobreviver às devastações causadas pela chegada dos anglo-saxões, que subverteram tão profundamente a estrutura, não só política mas também etnográfica, da ilha: toda a primeira metade do século V é, para a Grã-Bretanha, um período de violências no qual a barbárie adensa velozmente suas trevas.

O mesmo passou-se no continente: em toda parte, foi a efetivação da conquista do solo do Império pelos povos germânicos que provocou, com a ruína da vida romana, o desaparecimento das escolas antigas.

É na Gália que melhor se pode estudar o acontecimento (7). Muito antes da data fatal de 31 de dezembro de 406, data da grande invasão, a partir da qual o Império nunca mais conseguirá restabelecer seu poder sobre o conjunto da Gália, a estrutura do sistema clássico já se achava abalada. A partir de 276, quando a fronteira do Reno foi violada pela primeira vez, as incursões dos bárbaros multiplicaram-se, devastando a Gália inteira e fazendo-a viver longos períodos de insegurança: as cidades condensam-se e fecham-se no estreito recinto de suas novas muralhas, os ricos latifundiários fortificam-se em suas *villae*, que se convertem em *burgi*.

Sem dúvida, estas provações e transformações não bastaram para interromper a tradição cultural, mas minam a vitalidade das instituições escolares, que não podem, sem prejuízo, suportar o desaparecimento da vida brilhante das cidades, a cujo crescimento elas haviam estado tão intimamente ligadas. De outro lado, na medida em que estas instituições e, com elas, toda a educação clássica, haviam passado gradativamente do setor privado ao domínio público, elas dependiam, para seu bom funcionamento, da intervenção e dos subsídios do Estado e das municipalidades: elas estavam portanto unidas à sorte da estrutura política do Império.

Não puderam elas sobreviver ao desmoronamento de seu poder. Pode-se dizer, com bastante certeza, que a geração educada por Ausônio († 395) foi a última que ainda chegou a conhecer o sistema normal das escolas romanas com seus três graus: o *magister ludi*, o gramático, o retor. Este sistema desapareceu na geração seguinte, devido à grande invasão e às catástrofes que assinalaram o início do século V: o neto de Ausônio, Paulino de Pela, dá testemunho disso, pelo menos no que concerne à região de Marselha, onde se refugiou por volta de 422⁵.

Todavia, embora as escolas oficiais, regularmente organizadas sob a égide das municipalidades, tenham desaparecido, a educação clássica subsiste ainda durante um século, pois a classe "senatorial" dos grandes lati-

5. PAULINO DE PELA, *Eucharisticon*, 68-69.

fundiários permanece profundamente apegada a ela; na falta de escolas públicas, há sempre mestres que ensinam particularmente, reunindo alguns alunos em sua própria casa: é assim que Sidônio Apolinário (nascido em Lyon por volta de 430) recorda a seu antigo condiscípulo Probo seus estudos comuns, possivelmente em Arles, na casa de seu mestre Eusébio, *inter eusebianos lares*⁶. Pouco a pouco, porém, a clientela torna-se mais rara: o historiador é levado a se perguntar se tais “professôres”, que aparecem cá e lá na obra do mesmo Sidônio, não são sobretudo preceptores ligados ao serviço de uma grande família (8).

A sorte do ensino de tipo clássico acha-se doravante ligada à existência de um modo de vida ainda antigo, no seio da aristocracia galo-romana. Mas esta, pelo contato com seus novos mestres germânicos, barbariza-se rapidamente: quando ainda vivia Sidônio, já existiam “colaboradore” que admiravam os bárbaros e até mesmo passavam a falar germânico...⁷ Talvez a vida romana se tenha mantido por mais tempo em certas regiões como a Auvérnia de Sidônio e sobretudo a Aquitânia, menos convulsionada pelas invasões e menos diretamente submetida aos reis bárbaros. Pouco a pouco, porém, também os últimos focos da cultura antiga se extinguem e, no século VI, não existe nenhum outro ensino a não ser aquele que doravante a Igreja se esforça por patrocinar.

As coisas passaram-se de modo muito semelhante alhures: as províncias que margeiam o Danúbio e as do interior, abandonadas desde o fim do século IV à ocupação dos “federados” germânicos, e nas quais tantas raças e tribos diferentes se sucedem, ficaram profundamente desorganizadas a partir do início do século V, e a vida romana foi ali, como na Gália, sufocada pela barbárie, consoante nos damos conta, por exemplo, graças à *Vida de São Severino* († 482), de Eugípio. Igualmente na Espanha, a invasão e ocupação germânica, que começam com a chegada dos suevos, álanos e vândalos, em 409, abatem a romanidade e a escola: a cultura intelectual da Espanha visigótica será inteiramente eclesiástica (9).

6. SIDÔNIO APOLINÁRIO, *Cartas*, IV, 1, 3. — 7. Idem, V, 5; IV, 20.

RESSALVADA A ÁFRICA

A educação antiga sobreviveu ainda, por certo tempo, unicamente em duas regiões: na África vândala e na Itália. Quaisquer que tenham sido as violências da conquista, é certo que o reino africano, organizado por Genserico, não merece a má reputação que lhe acarretou, junto a cronistas eclesiásticos, sua política de perseguição ariana contra os católicos (10). Em particular, do ponto de vista intelectual, temos a certeza de que Cartago, pelo menos, conheceu, sob a "paz vândala", uma atividade intensa, testemunhada principalmente pela compilação da *Antologia latina*: por ela conhecemos a existência de um meio professoral inteiramente conforme à tradição clássica. Logo depois das vitórias de Belisário, o imperador Justiniano preocupa-se em desenvolver a êste ensino seu caráter oficial: uma constituição de 533-534 prevê a manutenção, em Cartago, de dois gramáticos e de dois retores⁸.

Pode-se, entretanto, notar que êsse corpo docente é por demais reduzido, e observar, por outro lado, que Justiniano nada faz fora de Cartago. A ocupação do solo africano na época bizantina foi, comparativamente à do Alto Império, bem mais lenta; já a dominação vândala tivera de contemporizar-se com o surto de independência das populações berberes do interior. Sem dúvida, alguns vestígios da romanidade (o cristianismo, o uso do latim, certas tradições municipais) parecem ter sobrevivido em Marrocos e Orã, até o momento da invasão árabe (11). Contudo, é visível que a existência da tradição escolar clássica tornou-se bastante precária, e só se manteve verdadeiramente em tórno da capital, Cartago. Pelo menos aí, ela se conservou até a queda do domínio bizantino: a tomada de Cartago (695-697) assinala seu fim; se até em pleno século XI o cristianismo e, com êle, o uso do latim, seu uso escrito, e portanto também o seu ensino, lograram manter-se em África, a cultura dêstes últimos "Roumi" terá, porém, essência estritamente religiosa (12).

8. *Código Justiniano*, I, 27, 1, 42.

Esta relativamente prolongada sobrevivência do classicismo africano não deixa de ter importância para a história da cultura no Ocidente: do século V ao século VII, a África pôde exportar, e de fato exportou, muitos letrados, e com eles preciosos manuscritos, para a Gália do sul, e mais ainda para a Espanha ou para a Itália meridional, e assim contribuiu para preparar as reservas de que devia nutrir-se mais tarde o humanismo medieval.

E SOBRETUDO A ITÁLIA

Muito mais importante ainda foi o papel desempenhado pela Itália: foi sobretudo neste país que a escola antiga teve seu crepúsculo mais prolongado e onde pôde melhor preparar — inconscientemente, o caminho para o futuro. Foi na Itália, com efeito, que a tradição clássica desenvolvera raízes mais profundas: estas puderam resistir aos danos das invasões que, a partir de 401, não lhe foram poupadas. Ali, porém, a ocupação germânica não acarretou o desaparecimento da vida antiga: ainda mais que a África vândala, a Itália pôde continuar vivendo segundo suas normas tradicionais, sob a dominação dos ostrogodos e, em particular, durante o longo reinado de seu primeiro rei, o grande Teodorico (493-526): êste reinou verdadeiramente “para o bem de Roma” (*bono Romae*)⁹, conforme a legenda dos sinêtes dos tijolos com que fizera restaurar os monumentos da velha capital.

Letrado embora, Teodorico compreendeu a grandeza da cultura clássica: como Estilício, quis que sua própria filha, Amalaswinthe, recebesse a mais completa educação. Data de seu tempo o último grande reflorescer das letras e do pensamento latinos, que conheceram então um verdadeiro renascimento — cujos frutos serão devidamente explorados pela Idade Média —, graças aos grandes trabalhadores (cujos serviços, aliás, Teodorico bem soube utilizar) que foram Boécio e Cassiodoro.

9. E. DIEHL, *Inscriptiones Latinae Christianae Veteres*, ca.

Graças a êste último, nomeado *magister officiorum*, chefe da chancelaria, em 523, Teodorico favoreceu os estudos¹⁰, manteve em função as cátedras do Estado, que atraíam a Roma os estudantes provinciais; nomeado prefeito do pretório em 533, após a morte do grande rei, pela regente Amalaswinthe, Cassiodoro fêz com que o subsídio dos professores, por um momento negligenciado, fôsse assegurado com regularidade¹¹ e o imperador Justiniano, com sua *Pragmatica Sanction*, reorganizando a Itália após a reconquista (535), não pôde senão determinar que se adotasse o dos tempos de Teodorico¹².

Constatamos assim que a vida escolar antiga perpetuou-se em Roma até meados do século VI: há sempre, remunerados pelo Estado, professores de gramática, de retórica, de direito e de medicina¹³. Conhecemos ainda o nome de um dos últimos titulares da cátedra de eloquência, inaugurada outrora por Quintiliano, um certo Félix, que vemos, em 534, resenhar o texto de Marciano Capela (13). Ensinam sempre em salas dispostas em torno do forum de Trajano¹⁴, que são também sede de recitações públicas¹⁵, pois os costumes literários da Roma imperial sobreviveram tanto quanto suas escolas.

Roma conserva sempre seu primado no tocante ao ensino universitário¹⁶, mas a vida escolar não é menos ativa nas demais grandes cidades da Itália. Em Milão, o arlesiano Enódio, futuro bispo de Pavia (473/4 — 521), faz-nos conhecer a escola, *auditorium*, do gramático e retor Deutério¹⁷; seus alunos perlustram o programa habitual dos estudos clássicos: latim, grego, gramática e retórica¹⁸ e “declamam” como nos belos dias de Sêneca o Pai, sobre os mesmos eternos assuntos de controvérsias e suasórias: o filho ingrato, o tiranicídio, Diomedes ou Tétis¹⁹. O próprio Enódio, apesar de ter-se tornado advogado²⁰, não desdenha de compor modelos corrigidos, suas *Dictiones*, para a edificação dos jovens amigos cujos estudos orienta.

10. CASSIODORO, *Cartas Variadas*, I, 39. — 11. Idem, IX, 21. — 12. JUSTINIANO, *Novelas*, Ap. 7, 22. — 13. Ibidem. — 14. SÃO VENÂNCIO FORTUNATO, *Poemas*, VIII, 8, 26. — 15. Idem, III, 18, 8. — 16. ENÓDIO DE PAVIA, *Cartas*, V, 9; VIII, 33; IX, 2. — 17. *Declamações*, VII; IX-X; *Poemas*, I, 2; II, 104. — 18. *Cartas*, I, 5, 10. — 19. *Declamações*, XVII-XVIII; XXIV-XXV. — 20. *Cartas*, II, 27, 4.

Como Milão, Ravena, onde um dos discípulos de Enódio, o futuro poeta Arator, fará seus estudos de direito²¹: as escolas aí são sempre florescentes, até uns trinta anos mais tarde, como podemos julgar pela cultura de Fortunato, que também aí vem estudar, pouco depois de 552 (14).

A INVASÃO LOMBARDA

Todavia, a prosperidade da Itália havia sido abalada pela longa e áspera resistência gótica à reconquista bizantina (535-555): foi definitivamente destruída pela invasão do mais tardio dentre os povos germânicos, os lombardos; estes entram na Itália em 568, conquistam a planície do , infiltram-se ao longo da cordilheira apenina, atingindo Benevente em 572. Com eles, a península conheceu horrores análogos aos que a Gália e o resto do Ocidente padeceram 150 anos mais cedo. E então que a barbárie se estende sobre a Itália; durante quase mais de um século, do fim do século VI ao fim do século VII, este país, por tanto tempo guardião da tradição clássica, vê o nível intelectual da cultura degradar-se até um nível quase que merovíngio. Este corte tão nitido marca o momento em que se efetuou a substituição e em que a educação se torna, ali onde dela subsiste algo, fundamentalmente religiosa.

Por todo tempo em que tinha persistido a tradição clássica, a Itália do século VI tinha apresentado o mesmo dualismo rigoroso que o Baixo Império ou Bizâncio, entre uma educação profana, fiel ao humanismo herdado do paganismo e uma educação religiosa, ascética, em violenta ruptura com a precedente, e ministrada, não ainda em verdadeiras escolas, mas no seio do clero ou dos mosteiros.

Enódio, Cassiodoro, São Gregório Magno, por sua dupla carreira, primeiramente profana, depois eclesiástica, ilustram este antagonismo, cada um de seu modo. Desde que ingressa nas Ordens (é então um simples diácono do bispo Epifânio de Pavia, seu mestre espiri-

21. CASSIODORO, *Cartas Variadas*, VIII, 12.

tual, ao qual deverá suceder), Enódio rompe, solenemente, com as pompas da eloquência profana²²; recusa-se, com horror, a ocupar-se, como fizera com muitos outros, dos estudos literários de um de seus jovens sobrinhos, cuja mãe achara bom ordenar clérigo: "Envergonhar-me-ia, diz êle, de dar uma instrução secular a um homem da Igreja!"²³ (15)"

O próprio Cassiodoro, que vimos tão preocupado em manter a atividade regular das cátedras profanas de Roma, inquieta-se por ver os estudos sagrados carecerem tão completamente de instituições apropriadas. Em 534, êle se associa à curiosa tentativa do papa Agapito, de criar na própria Roma, à sombra de uma biblioteca erudita, algo análogo às escolas cristãs de Nisibe (16). Alguns anos mais tarde, afastado das ocupações e do mundo, funda em seu domínio de Vivário, no canto mais recôndito da Itália, sôbre a costa jônia da Calábria, um duplo mosteiro, onde instala a mais rica biblioteca, tôda uma equipe de tradutores e de copistas, tentando criar um centro de estudos prôpriamente religiosos, voltados ao estudo da Bíblia, que aproveitará a contribuição do humanismo tradicional numa síntese cristã: o plano de seus livros de *Institutiones* retrata o quadro desta notável tentativa de cultura monástica (17).

Mais radical, já menos estreitamente vinculado à cultura antiga, São Gregório o Grande, depois de ter-se convertido à vocação monástica, rompe com todos os elos com a cultura clássica: nascido por volta de 540, pôde êle ainda receber em Roma uma educação cujos quadros são ainda os do humanismo tradicional²⁴; mas sob uma forma já esvaziada de substância pela decadência... Dêste humanismo, São Gregório ignora, sem qualquer dúvida, os valores subjacentes: além disso, como já vimos, sua cultura religiosa está em violento conflito com êle. Aliás, foi em seu mosteiro do *Clivus Scauri* que se iniciou nesta cultura, pelos cuidados dos primeiros abades que colocou à frente de sua fundação — Hilário e Maximiano²⁵.

22. ENÓDIO DE PAVIA, *Cartas*, III, 24; IX, 1. — 23. Idem, IX, 9. — 24. SÃO GREGÓRIO DE TOURS, *História dos Francos*, X, 1; PAULO DIACRO, *Vida de São Gregório o Grande*, 2. — 25. JOÃO DIACRO, *Vida de São Gregório o Grande*, I, 6. —

Chegam os tenebrosos dias da conquista lombarda; a escola profana, e com ela a tradição antiga, desmorrna-se. A Igreja, única força organizada, sobrevive à tormenta, salvando consigo a educação religiosa. Os centros de ensino que subsistem são, primeira e essencialmente, os conventos: na Calábria, Vivário (apesar de que, morto Cassiodoro, seu papel pareça ter sido bastante passivo: conservou e depois transmitiu seus tesouros — o que já é muito), em Nápoles o mosteiro de Pizzofalcone, ilustrado outrora por Eugípio, mais ao norte, São Vicente do Volturno, Monte Cassino, o convento de Bobbio, que, em 612, São Colombano, procedente da Grã-Bretanha, viera fundar, uma vez que a irradiação do monaquismo céltico desdobra-se doravante sobre o continente

Com as escolas monásticas, como já anteriormente na Gália, desenvolvem-se as escolas episcopais: apenas um ensino mostra-se vivo na Roma decadente do tempo de São Gregório, a saber, aquêle que, como na Gália, se deve ministrar ao coral dos jovens clérigos, a esta *schola cantorum*, por cuja reorganização a tradição glorifica o grande papa. Na Itália, por tôda parte encontramos vestígios de tal ensino eclesiástico, inspirado pelo bispo, ministrado à sombra mesma de sua catedral e evidentemente destinado a promover, antes de tudo, o recrutamento e a formação imediata do clero: em 678-679, um bispo de Fiesole informa ter sido assim educado na igreja de Arezzo: *per plures annos in ecclesia Sancti Donati nutritus et litteras edoctus sum*²⁶.

Importa, porém, advertir que a passagem da Itália antiga à Itália medieval não se efetuou de modo tão flagrante quanto a mudança que observamos alhures. Por mais atroz que tenha sido a barbárie lombarda, ela jamais interrompeu inteiramente a tradição literária. Primeiro, porque nunca recobriu tôda a península: protegidas pela frota bizantina, as regiões costeiras resistiram durante muito tempo: Ravena até 751; Nápoles, Salerno, o extremo sul e, sobretudo, Roma, jamais foram verdadeiramente barbarizadas: algo da continuidade bizantina se pode observar nestes centros privilegiados.

26. C. TROVA, *Codice diplomatico longobardo* (ed. Schiaparelli, t. I, p. 71, 1, 29-30, Fonti per la storia d'Italia, t. 62), III, 201-2.

Quando a situação se estabiliza, no fim de um século, quando, timidamente, a Corte lombarda de Pavia tenta restabelecer a tradição letrada deixada por Teodorico, o rei Cunincperto (678-700) arranja um "magister", Estevão, para exercitar-se, canhestramente sem dúvida, no papel de poeta áulico²⁷; em 680, o mesmo rei oferece uma bengala tauxiada de ouro e prata ao gramático Félix²⁸. Esboça-se já uma renascença lombarda (18).

Para que ela se tornasse possível, não é sequer necessário supor que uma tênue corrente de tradição escolar se haja perpetuado através do século de ferro: a educação doméstica, familiar, bastou para transmitir através de algumas gerações um mínimo de conhecimentos e de amor às letras. Assim, é-nos revelado que antes de ter sido levado à vida religiosa, Atálio de Bobbio, o sucessor de São Columbano, tinha sido instruído nas letras profanas pelos cuidados de seu próprio pai, na Borgonha, é verdade, e não na Itália²⁹. Algo desta transmissão no interior da família perpetuar-se-á ainda: o próprio gramático Félix de Pavia formou nas letras seu sobrinho, Flaviano, que viria a ser mais tarde o mestre do grande Paulo Diácono³⁰.

PRELÚDIOS DO RENASCIMENTO CAROLÍNGIO

Mas estas circunstâncias que colocam a Itália numa situação particular em relação ao resto do Ocidente, não somente tornaram possível o renascimento lombardo mas facilitaram também o desenvolvimento, o progresso contínuo e tão notável da cultura e do ensino das escolas britânicas.

Desde as primeiras escolas da Irlanda até as dos *Scoti* e dos anglo-saxões do tempo de Carlos Magno, o progresso é contínuo. Não é devido unicamente a uma elaboração original. Esse progresso foi nutrido por uma contribuição, quase contínua, vinda das regiões outrora

27. Monumenta Germaniae Historica, Antiquitates, Poetae Latini medii aevi, IV, 731. — 28. PAULO DIACRO, *História dos Lombardos*, VI, 7. — 29. *Acta Sanctorum Mart.*.../sic pri ed. franc./, II, 42. — 30. PAULO DIACRO, *História dos Lombardos*, loc. cit.

romanas, onde algo ainda subsistia dos tesouros acumulados pelo classicismo.

As primeiras gerações de clérigos irlandeses receberam assim, indubitavelmente, a princípio reforço da Bretanha e da Gália; mais tarde, sobretudo — a coisa foi curiosamente observada — da Espanha. Mas o papel da Itália na elaboração desta primeira cultura medieval, pré-carolíngia, foi capital: aparece em primeiro plano desde a célebre missão enviada por São Gregório Magno aos ingleses, em 597, e chefiada por Santo Agostinho, primeiro arcebispo de Cantuária, que teve, entre seus sucessores, Teodoro de Tarso (669-690), um grego. Nesta data, Roma é uma província bizantina. Pode-se imaginar sem dificuldades qual campo de influências, qual contribuição de cultura, um tal fato representa. Desde então um contato direto estabelece-se entre a Itália e a Grã-Bretanha; peregrinos circulam incessantemente de uma a outra e carregam consigo, muitas vezes, livros, manuscritos antigos ou recentes (penso nos livros litúrgicos) que as bibliotecas da velha Roma, apesar de tantas pilhagens, conservavam em abundância. Assim, Benedito Biscop, fundador das abadias de Wearmouth e de Jarrow, visitou Roma nada menos de seis vezes na segunda metade do século VII, dali levando, em cada viagem, numerosos volumes ³¹.

O longo crepúsculo italiano ligou-se, pois, à prematura aurora que se dealbara além-Mancha. O futuro da civilização ocidental foi determinado por esta conjunção: os *Scoti* e seus alunos ou êmulos anglo-saxões não foram abandonados apenas às suas forças; não tiveram de reinventar a gramática, as ciências, de redescobrir o grego: tudo isto, e mais ainda, o tesouro maravilhoso dos clássicos, puderam recebê-lo desde que sua curiosidade e sua maturidade os tornaram disso dignos, das mãos dos mediterrâneos.

Por esta dupla via, as benesses da tradição clássica puderam assim sobreviver à destruição de sua Forma e ser reinvestidas na nova síntese que representa a cultura medieval de inspiração cristã. Esta começa a esbo-

31. SÃO BEDA O VENERÁVEL, *História dos Abades de Wearmouth e Jarrow* (Migne, *Patrologie Latine*, t. 94), 716 A; 717 B, 720 B, 721 C.

çar sua Forma original a partir da renascença carolíngia, e foi realmente da confluência das contribuições lombardas e insulares que esta renascença surgiu: o encontro, na cõrte de Carlos Magno, do inglês Alcuino e do lombardo Paulo Diácono (e, com o primeiro, os *Scoti* Clemente, José, Dungal; com o segundo, Pedro de Pisa, Paulino de Aquiléia) assume, a êste respeito, o valor de um símbolo.

Disto decorre um dos traços dominantes da cristandade medieval, diríamos melhor, de tãda a civilização ocidental: por mais original que ela seja por sua primitiva inspiração, por mais estranha que ela se suponha, ou se julgue, ao espírito do humanismo antigo, ela não lhe é radicalmente heterogênea. Ela não representa, na história das civilizações, um recomêço absoluto, uma nova partida do zero. Ela foi, desde sua origem, e, depois, tão continuamente alimentada por suas fontes antigas que nos aparece, antes de tudo, como uma Renascença. Assim se reatou, para além da ruptura bárbara, uma certa continuidade, na matéria, senão na forma, que faz do homem ocidental um herdeiro dos Clássicos.

NOTAS COMPLEMENTARES

INTRODUÇÃO

1. *Bibliografia*: Sobre a educação antiga, considerada em geral, o livro básico ainda é:

L. GRASBERGER, *Erziehung und Unterricht im klassischen Altertum, mit besonderer Rücksicht auf die Bedürfnisse der Gegenwart, nach den Quellen dargestellt*; t. I, *Die leibliche Erziehung bei den Griechen und Römern*, I, *Die Knabenspiele*, Wurzburg, 1864; II, *Die Turnschule der Knaben*, 1866; t. II, *Die musische Unterricht oder die elementarschule bei den Griechen und Römern*, 1875; t. III, *Die Ephebenbildung oder die musische und militärische Ausbildung der Griechischen und Römischen Jünglinge*, 1880.

Obra já antiga, e que bem exprime sua época: volumosa, espessa e incômoda; sobretudo, como Fustel de Coulanges em *La Cité Antique*, Grasberger justapõe os testemunhos das mais diversas proveniências e datas: estuda a educação antiga como um todo, sem lhe decompor as fases históricas. Por outro lado, a despeito das promessas do título, nem sempre cita, para apoiar suas opiniões, fontes antigas, mas envia a eruditos anteriores a ele, hoje esquecidos e tornados pouco acessíveis.

Tal como é, esta pesada obra dispensa praticamente remontar aos trabalhos mais antigos de F. H. C. Schwarz (Leipzig, 1829), J. Naudet (Paris, 1831), F. Cramer (Elberfeld, 1833), J. H. Krause (Halle, 1851); ler-se-á entretanto com proveito ainda o pequeno livro de:

J. L. USSING, *Erziehung und Jugendunterricht bei den Griechen und Römern*², Berlim, 1885, tradução alemã de dois programas de Copenhague (a primeira edição, Altona, 1870, aparecerá sob o título: *Darstellung der Erziehung-und Unterrichtswesen bei den Griechen und Römern*).

Conheço o grosso volume apenas de referências (530 ps.) de:

P. MONROE, *Source-book of the history of education for the Greek and Roman period*, Londres, 1902.

O DAREMBERG e SAGLIO, *Dictionnaire des Antiquités grecques et romaines*, contém um belo artigo, *Educatio*, brilhante, nem sempre muito seguro, de E. POTTIER: t. II, I (1892), p. 462a-490b. Pelo contrário, o PAULY WISSOWA, *Realencyclopädie des Altertumswissenschaft*, tem apenas um breve artigo *Schulen*, de E. ZIEBARTH: II R., III (1923), v. 763-768; a matéria está sem dúvida reservada para o artigo *Unterricht*, a aparecer. Igualmente um tanto quanto rápidas, as páginas consagradas ao assunto nos manuais da série:

I. VON MÜLLER, *Handbuch der (klassischen) Altertumswissenschaft*: t. IV, 1, 2, I. VON MÜLLER-A. BAUER, *Die Griechischen*

Privat- und Kriegeralttümer, Munique, 1893 (a refundição esperada de E. PERNICE não apareceu), ps. 312-342; II, 2, H. BLÜMNER, *Die Römischen Privataltertümer* (1911), ps. 312-342.

A necessidade duma atualização, à luz das pesquisas recentes, fez-se sentir igualmente no estrangeiro:

J. F. DOBSON, *Ancient Education and its meaning to us, our debt to Greece and Rome*, Londres, 1932.

M. LECHNER, *Erziehung und Bildung in der Griechische-römischen Antike*, Munique, 1933.

H. FRANZ, *Die Erziehung bei den Griechen und Römern*, ap. J. SCHROETELER, *Die Pädagogiker nichtchristlichen Kulturvölker*, Munique, 1934.

Sobre a educação grega, um livro excelente:

P. GIRARD, *L'Éducation athénienne*², Paris, 1891.

Ver também (mas depende muito de Grasberger e Girard):

K. J. FREEMAN, *Schools of Hellas, an essay on the practice and theory of ancient Greek education from 600 to 300 B. C.*², Londres, 1912. E:

J. DREVER, *Greek Education, its practice and principles*, Cambridge, 1912.

As quais é necessário anexar, pela visão que abre em profundidade sobre o ideal da cultura grega, e por conseguinte da educação, a obra-prima de:

W. JÄGER, *Paideia, die Formung der griechischen Menschen*, I² Berlin, 1936 (cito a tradução italiana, Florença, s. d., [1936]); II, Oxford, 1944; III, Oxford, 1945 (somente em inglês).

Nossa documentação é completada pela contribuição dos monumentos figurados e, notadamente, das pinturas de vasos:

F. WINTER, *Schulunterricht auf griechischen Vasenbildern*, *Bonner Jahrbücher*, CXXIII (1916), ps. 275-285; e para a educação física:

E. NORMAN GARDINER, *Greek athletic Sports and Festivals*, Londres, 1910, ps. 511-517 (bibliografia) e a ilustração de seus:

Athletics of the ancient world, Oxford, 1930. Cf. também:

C. A. FORBES, *Greek physical education*, Nova Iorque, 1929.

Sobre a educação romana, dois livros básicos:

E. JULIEN, *Les Professeurs de littérature dans l'ancienne Rome*, Paris, 1885.

A. GWYNN, *Roman Education from Cicero to Quintilian*, Oxford, 1926.

Exposição breve em:

J. MARQUARDT, *La Vie privée des Romains* (ap. T. H. MOMMSEN e J. MARQUARDT, *Manuel des Antiquités romaines*, tradução francesa, XIV, 1), Paris, 1892, ps. 96-157.

L. FRIEDLÄNDER, 10.^a edição, a cargo de G. WISSOWA, de *Darstellungen aus der Sittengeschichte Roms in der Zeit von August bis zum Ausgang der Antonine*, Leipzig, 1921 s., t. I, ps. 175-188; II, ps. 191-214.

Para a documentação arqueológica:

H. I. MARROU, Μουσικὸς ἀνθρ, *Étude sur les Scènes de la Vie intellectuelle figurant sur les Monuments funéraires romains*, Grenoble, 1937.

As escolas do Baixo Império foram objeto de estudos particulares:

G. RAUSCHEN, *Das griechische-römische Schulwesen zur Zeit des ausgehenden Heidentums*, programa de Bonn, 1900.

P. R. COLE, *Later Roman Education in Ausonius, Capella, and the Theodosian Code*, Nova Iorque, 1902.

T. HAARHOFF, *Schools of Gaul, a study of pagan and christian education in the last century of the Western Empire*, Oxford, 1920.

Abundante material no artigo *Escolas* de H. Leclercq, ap. F. CABROL-H. LECLERCQ, *Dictionnaire d'Archéologie chrétienne et de Liturgie*, t. IV, 2 (1921), c. 1730-1883.

Poucas coisas a reter de: M. PAVAN, *La crisi della scuola nel IV secolo d. C.*, Bari, 1952.

2. Sobre a história da educação da Idade Média ocidental, basta-me remeter a:

M. ROGER, *L'Enseignement des Lettres classiques d'Ausone à Alcuin, introduction à l'Histoire des écoles carolingiennes*, Paris, 1905.

L. MAITRE, *Les Écoles épiscopales et monastiques en Occident avant les Universités (768-1180)*, Paris, 1924 (2.^a edição de *Les Écoles épiscopales et monastiques de l'Occident depuis Charlemagne jusqu'à Philippe Auguste*, Paris, 1866).

E. LESNE, *Histoire de la propriété ecclésiastique en France*, t. V, *Les Écoles de la fin du VIIIe. siècle à la fin du XIIe.*, Lille, 1940.

G. PARÉ, A. BRUNET, P. TREMBLAY: *La Renaissance du XIIe. siècle, les Écoles et l'Enseignement*, refonte complète de l'ouvrage de G. Robert (1909), Paris-Ottawa, 1933.

L. J. PAETOW, *The Arts course at mediaeval universities, with special reference to grammar and rhetoric*, Champaign, 1910.

M. GRABMANN, *Geschichte der scholastischen Methode*, Freiburg-em-Brisgau, 1909-1911.

S. d'IRSAÏ, *Histoire des Universités françaises et étrangères depuis les origines jusqu'à 1860*, t. I, *Moyen-Age et Renaissance*, Paris, 1933.

3. O caráter néo-clássico da pedagogia francesa:

F. DE DAINVILLE, *Les Jésuites et l'éducation de la Société française, la naissance de l'humanisme moderne*, T. I, Paris, 1942.

P. D. BOURCHENIN, *Étude sur les académies protestantes en France au XVIe. et au XVIIe. siècle*, Paris, 1882.

4. A palavra cultura: deve-se conservar-lhe o sentido, especificamente francês, de "forma pessoal da vida do espírito", evitando torná-la, como o fazem abusivamente os etnógrafos franceses, no sentido do alemão *Kultur*, que significa civilização:

cf. meu artigo *Culture, Civilisation, Décadence, Revue de Synthèse*, XV (= *Revue de Synthèse Historique*, LVII), 1938, ps. 133-160.

5. Sobre o *Livro dos Provérbios* como "Espelho dos Escribas", contento-me em remeter às breves indicações de A. MORET, *Histoire de l'Orient* (= G. GLOTZ, *Histoire Générale*, I), II, Paris, 1936, p. 786, antes que à obra, fatigantemente prolixa, de Dom H. DUESBERG, *Les Scribes inscrites* [I], *le Livre des Proverbes*, Paris, 1938.

6. Sobre as mais antigas tabuinhas sumérias que se conhecem (nível IV das escavações de Uruk): J. JORDAN, *Abhandlungen* da Academia de Ciências de Berlim, *Phil. — hist. Kl.*, 1932, 2, ps. 11-12; A. FALKENSTEIN, *Archaische Texte aus Uruk*, Berlim, 1936; V. GORDON CHILDE, *L'Orient préhistorique*, tradução francesa, Paris, 1935, p. 150: parecem, realmente, referentes à administração do templo.

7. Os *Ensinaamentos de Akhtoy* (título convencional: o mesmo texto é designado, desde J. MASPÉRO, *Du Genre épistolaire chez les Égyptiens de l'époque pharaonique*, Paris, 1872, pelo nome de *Sátira dos Ofícios*), foram traduzidos por A. ERMAN, *Die Literatur der Aegypter*, Leipzig, 1923, ps. 100-105 (tradução inglesa de A. H. BLACKMAN, Londres, 1927) sob o título *Die Lehre des Duauf*: o nome completo do autor foi lido ora Duauf filho de Kheti (ou Akhti, Akhtoy), ora Akhtoy filho de Duauf.

O texto do escriba Amenemope, a *Sátira do Lavrador*, foi também traduzida por ERMAN, *ibid.*, ps. 246-247.

8. Sobre os deuses protetores dos escribas: G. CONTENAU, *Manuel d'Archéologie orientale*, I, Paris, 1927, p. 232; A. ERMAN, *La Religion des Égyptiens*, tradução francesa, Paris, 1937, p. 81. A Tot associa-se a deusa Seshat. A veneração dos escribas inclinar-se-á também para "heróis", escribas divinizados, como o célebre Imhotep, ministro e arquiteto do velho rei Djezer, construtor da pirâmide escalonada de Sacarah (séc. XXVIII), ou, mais tarde, Amenhotep, filho de Hapu, escriba de Amenhotep III (1405-1370): ERMAN, *ibid.*, ps. 372-373; P. GILBERT, *La Naissance et la carrière du dieu Asclépios-Imouthès*, tese de Bruxelas, 1929; W. R. DAWSON, *Amenophis, the son of Hapu, Aegyptus*, VII (1926), ps. 122-138.

R. LABAT ressalta-me o interesse de um texto cuneiforme (*Vorderasiatische Bibliothek*, VII, 256, 18) em que Assurbanipal se gaba de sua habilidade de escriba tanto quanto de suas conquistas. Pretende ele "superar neste particular todos os reis que o precederam e poder ler as pedras do tempo do dilúvio e entender as tabletas em obscuro sumério e no acádio difícil de dominar". A dar-lhe crédito, ele próprio teria escrito os textos reunidos em sua biblioteca; em baixos-relevos, fez-se ele representar com um estilógrafo na cintura.

9. Sobre a escola do palácio de Mari: A. PARROT, *Syria*, XVII (1936), p. 21; pl. III, 3-4.

10. Sobre a educação na Mesopotâmia antiga: B. MEISSNER, *Babylonien und Assyrien (Kulturgeschichtliche Bibliothek pu-*

blicado por W. Foy), Heidelberg, 1925, II, ps. 324 segs.; S. LANDES DORFER, *Schule und Unterricht in alten Babylonien*, *Blätter f. d. Gym.-Schulwesen*, XLV, ps. 577-624.

Relativamente a seu paralelismo com os judeus: L. DÜRR, *Das Erziehungswesen im Alten Testament und in antiken Orient*, Leipzig, 1932.

No que tange ao Egito, o trabalho clássico é o de A. ERMAN, *Die Aegyptischen Schulerhandschriften, Abhandlungen* da Academia de Ciências de Berlim, *Phil.-hist. Kl.* 1925, 2; cf. B. VAN DE WALLE, *Les Exercices d'écoliers dans l'ancienne Égypte*, *Revue des Questions scientifiques* (Louvain), 4, XXIV (1933), ps. 219-247.

11. Sobre a rígida pedagogia dos egípcios, os textos citados (*Papyrus Anastasi V*, 3, 9 e IV, 8, 7) foram traduzidos por A. ERMAN, *Literatur der Aegypter*, ps. 243 e 267.

12. A respeito do ensino oral que na Mesopotâmia se reflete nos textos denominados *Comentários* (cf. R. LABAT, *Commentaires assyro-babyloniens sur les présages*, Bordeaux, 1933, ps. 9 segs.), ver um belo exemplo na conversação literária entre um mestre e seu discípulo, ap. *Keilschrifttexte aus Assur religiösen Inhalts*, n.º 111 (parcialmente traduzido por B. MEISSNER, *Babylonien und Assyrien*, II, ps. 326-327).

13. Acerca da literatura sapiencial dos egípcios, frequentemente analisada a partir de A. ERMAN, *Literatur der Aegypter*, ver, por exemplo, a obra, citada, de H. DUESBERG, *Les Scribes inspirés*, I, ps. 59-68.

14. Quanto à sua influência sobre a sabedoria judaica: A. ERMAN, *Sitzungsberichte* da Academia de Ciências de Berlim, 1924, ps. 86-93; P. HUMBERT, *Recherches sur les sources égyptiennes de la littérature sapientiale des Hébreux*, Neuchâtel, 1929.

15. Sobre a sabedoria mesopotâmica: B. MEISSNER, *Babylonien und Assyrien*, II, ps. 419 segs.; S. LANGDON, *Babylonian Wisdom, Babyloniaca*, VII (1923), ps. 137 segs.; E. EBELING, *Reste akkadischen Weisheitsliteratur, Mitteilungen altorient Gesellschaft*, IV, ps. 21-29; uma breve evocação ap. E. DHORME, *La Littérature babylonienne et assyrienne*, Paris, 1937, ps. 85-90.

16. A cultura dos escribas é, sob as duas primeiras dinastias egípcias, atestada por selos de funcionários apresentando títulos tão característicos como "chanceler de todas as escrituras do Sul" ou "chefe do sêlo de todos os escritos" (J. PIRENNE, *Histoire des Institutions et du Droit privé de l'ancienne Égypte*, I, Bruxelas, 1932, ps. 121-125, 301-304). Naturalmente, à medida que se avança no tempo, os documentos vão-se mostrando mais explícitos: desde a dinastia III (século XXVIII) encontramos inscrições biográficas que permitem reconstituir a tramitação administrativa e a hierarquia dos funcionários (J. PIRENNE, *ibid.*, ps. 139-144).

17. Para as tabuletas de Jemdet-nasr, S. LANGDON, *Oxford editions of cuneiform texts*, VII (1928), *Pictographic inscriptions from Jemdet-nasr*. Para as de Uruk III, cf. as publicações cita-

das acima, n. 6, e GORDON CHILDE, *L'Orient préhistorique*, ps. 145, 148-150.

18. Sobre a administração da monarquia minóica, no tempo da hegemonia de Cnossos: G. GLOTZ, *La Civilisation égéenne*, Paris, 1923, ps. 174-182. Sobre as escritas hieroglíficas e lineares cretenses, *ibid.*, ps. 421-438, e os numerosos artigos de J. SUNDWALL, sobretudo ap. M. EBERT, *F. lexikon der Vorgeschichte*, t. VIII, ps. 95a-101a, s. v. *Kretisc. Schrift*, anexando F. CHAPOUTHIER, *Les Écritures minoennes au palais de Mallia, Études Crétoises*, II, Paris, 1930; e G.-P. CARATELLI, *Le Iscrizioni preelleniche di Haghia Triada*, nos *Monumenti Antichi* da Academia da Italia, t. XL, 4, Milão, 1945, 421-610. Sobre as tentativas de decifração, frequentemente argutas, que se vão multiplicando, cf. o boletim crítico de P. DEMARGNE, *REG.*, t. 61, 1948, ps. 458-462. Sobre a escrita cipriota: S. CASSON, *Chypre dans l'antiquité*, Paris, 1939, ps. 89-119; *Iraq*. VI (1939), ps. 39-44; J. F. DANIEL, ap. *Amer. Journal of Arch.*, XLV (1941), ps. 249-282; J. FEVRIER, *Histoire de l'écriture*, Paris, 1948, ps. 164-170.

19. Até agora nada sabemos, de certo, sobre as escolas minóicas: a "sala de aula" do palácio de Cnossos não passa de uma denominação publicitária outorgada por Evans a uma sala (uma loja?) da ala nordeste (*The Palace of Minos*, I, ps. 365-366). F. CHAPOUTHIER achou em Mallia uma tableta com um grafito de criança: a presença dêste informe "singelo" não basta para dêle fazer *Une Ardoise d'écolier à l'époque minoenne*, *Revue des Études Grecques*, XXXIII (1925), ps. 427-432.

20. As escavações de Kourouniotis e de Blegen em Pilos trouxeram à luz, em 1939, diversas centenas de tabuinhas com textos em escrita do tipo minóico "linear B", num palácio incendiado por volta de 1200, em plena época micênica, portanto: ver C. W. KOUROUNIOTIS, *Excavations at Pylos, American Journal of Archaeology*, XLIII, 1939, ps. 564-570; P. M. MERIGGI, *Zu den neuentdecker minoischen Inschriften aus Pylos, Die Antike*, XVII, 1941, ps. 170-176; G. P. CARATELLI, *op. cit.*, n. 18.

PRIMEIRA PARTE

CAPÍTULO I

1. A educação homérica: não há dúvida que sobre êste tema se encontra, como sobre todos os temas possíveis, a *Dissertação inaugural* alemã de tipo clássico: R. F. KLÖTZER, *Die Griechische Erziehung. Erziehung in Homers Iliad und Odyssee, ein Beitrag zur Geschichte der Erziehung im Altertum*, diss. Leipzig, 1911; as páginas mais sugestivas que encontrei são, porém, as de W. JAEGER, *Paideia*, I, ps. 46-105 (ital.). V. BENETTI-BRUNELLI, *L'Educazione in Grecia*, I. *L'Educazione della Grecia eroica. Il problema (Pubblicazioni della Scuola di filosofia della R. Università di Roma, XIII)*, Florença, 1939, contém apenas prolegômenos e não versa a matéria anunciada.

2. A questão homérica: seria abusivo, aqui, pretender orientar o leitor no dedalo da bibliografia; limito-me a remetê-lo a P. MAZON, *Introduction à l'Iliade*, Paris, 1942: obra recente, bem informada, bastante equilibrada e bem repousante, após as orgias conjecturais da erudição romântica, alemã sobretudo — da qual a *Odyssée* de V. BÉRARD, Paris, 1924, é ainda, de algum modo, uma bem curiosa herança.

3. Jamais haverá *consensus omnium* em filologia: sempre haverá espíritos aventureiros a proporem hipóteses ousadas (equivalentes àquilo que os químicos chamam “experiências para ver”): mas não é necessário registrá-las, como tampouco refutá-las pormenorizadamente. Aqui, alude-se a Ed. SCHWARTZ (1924) e a U. VON WILAMOWITZ (1927), que pretendiam situar por volta de 550 as partes recentes da *Odisséia*: contrariamente, JAEGER, *Paideia*, I, p. 48.

4. Sigo, citando-o, P. MAZON, *Introduction à l'Iliade*, p. 266.

5. Relativamente à fixação desta data, os antigos hesitavam entre 1159 a.C. (Helanico) e 686 (Teopompo): PAULY-WISSOWA, VIII, c. 2207-2210, s. v. *Homeros*.

6. Valor histórico do testemunho de Homero: ver um resumo das discussões a este respeito, ap. H. JEANMAIRE, *Couroi et Courètes, essai sur l'Éducation spartiate et sur les Rites d'adolescence dans l'Antiquité hellénique, Travaux et Mémoires de l'Université de Lille*, n.º 21, Lille, 1939, p. 12, n. 1; acrescentar MAZON, *Introduction*, ps. 288-292.

7. *Cavalaria homérica*: adoto aqui as conclusões do primeiro capítulo (que tem este título) da tese, já citada, de H. JEANMAIRE, *Couroi et Courètes*, ps. 11-111.

8. O esporte nos lazeres homéricos: cf. ainda B 773-775 (quando em inatividade, os guerreiros de Aquiles entretêm-se, na praia, no arremesso do disco ou do dardo, ou no exercício do arco).

9. Torneios de eloquência? Pelo menos a aceitar-se (hesito, porém, em fazê-lo) a interpretação de H. JEANMAIRE, que toma em sentido forte os versos O 283-284, onde o poeta diz, de Thoas:

ἀγορῇ δὲ ἑ παῖδες Ἀχαιῶν
νίκων, ὅππότε κοῦροι ἐρίσσειαν περὶ μῦθον

“e na ágora poucos aqueus o sobrepujam quando os jovens guerreiros debateram sobre os mitos”, — e não: “...discutem as opiniões na assembléia” (tese citada, p. 42).

10. Pugilismo minoano: E. N. GARDNER, *Athletics of the ancient world*, ps. 11-14. Não posso senão levantar aqui o árduo problema das sobrevivências creto-micênicas nos jogos gregos clássicos, esportivos ou musicais: cf. PAUS., XVIII, 4, 1; 23, 2; Hes. *Op.*, 655 (GARDNER, *ibid.*, p. 30; W. D. RIDINGTON, *The Minoan-Mycaenian background of Greek athletics*, dissert. de Filadélfia, 1935).

11. Quirão, educador de Aquiles: cf. V. SYBEL, s. v. *Cheiron*, ap. W. H. ROSCHER, *Ausf. Lexikon der gr. u. röm. Mythologie*, I, c. 888-892; DE RONCHAUD, s. v. *Chiron*, ap. DAREMBERG-SAGLIO, I, 2, ps. 1105a-1106a. Os textos mais interessantes são os de PÍNDARO, privilegiada testemunha da tradição aristocrática: *Pyth.*, III, 1-5 (cf. IV, 101-115); VI, 20-27; *Nem.*, III, 43-58. Entre os monumentos figurados, notar-se-ão um vaso de figuras vermelhas no Louvre, em que se vê Peleu conduzindo Aquiles pequeno até Quirão (*C.V.A., Louvre*, fasc. 2, III, 1 c, pl. 20, fig. I), uma pintura frequentemente reproduzida de Herculaneum, no museu de Nápoles, Quirão ensinando a lira a Aquiles (O. ELIA, *Pitture murali e mosaici nel Museo Nazionale di Napoli*, Roma, 1932, n.º 25 (9019), fig. 5, p. 25) e os relevos da *tenza capitolina*, Quirão ensina a caça e o dardo (S. REINACH, *R.R.G.R.*, I, 377, II, a).

Existiu um poema arcaico, os *Ensinamentos de Quirão* (Χίρωνος Ὑποθήκαι), do qual nos restam alguns fragmentos gnômicos, transmitidos sob o nome de Hesíodo (ver, por exemplo, na edição Didot deste, ps. 61-69).

12. Conjugar os papéis respectivos de Fênix e Quirão é tarefa que oferece algumas dificuldades. Os antigos (a julgar por LUCIANO, *Dial. Mort.*, XV, 1) não viam malícia nisto, e falavam, simplesmente, "dos dois mestres" de Aquiles (τοῖν διδασκάλων ἀμφὸν). J. A. SCOTT, *American Journal of Philology*, XXXIII (1912), p. 76, esforça-se por mostrar que Aquiles teria tido Fênix por tutor durante sua primeira infância, antes de estudar com Quirão: mas Homero não reduz Fênix ao simples papel de "ama seca" (cf. 438 segs., 485). Para W. JAEGER, *Paideia*, I, ps. 60-65, Fênix é um correspondente humanizado do personagem mítico de Quirão, que o poeta não podia trazer judiciosamente à cena, em virtude do realismo de sua epopéia: o canto I pode ter sido composto à parte e acrescentado depois, mais ou menos tardiamente, e não sem certa discrepância, ao resto da *Ilíada* (cf. no mesmo sentido MAZON, *Introduction*, p. 178).

13. Homero, como poeta não religioso, de espírito nobre, laico, anti-sacerdotal: cf. as fecundas observações de O. SPENGLER, *Le Déclin de l'Occident*, tradução francesa, II, II, p. 418 — este monumento de tenebrosos erros, entremeados de brilhantes lampejos. Em sentido contrário, a hipótese, bastante aventurosa e mal assentada, de C. AUTRAN, *Homère et les Origines sacerdotales de l'Épopée grecque*, t. I-III, Paris, 1938-1944; cf. também M. P. NILSSON e, contra, E. EHNMARK; ap. A. PASSERINI, *IXe Congrès intern. des Sciences historiques*, Paris, 1950, t. I, p. 125, n. 28; p. 126, a opinião do próprio Passerini.

14. *A tristeza de Aquiles*: cf. o artigo, bastante falacioso, de resto, publicado sob este título por G. MÉAUTIS, ap. *Revue des Études Grecques*, XLIII (1930), ps. 9-20.

15. *A ética homérica*: é aqui, principalmente, que faço eco do substancioso pensamento de W. JAEGER, *Paideia*, I, ps. 76 segs. Cf. também, secundariamente, P. MAZON, *Introduction*,

ps. 296 segs.: "La morale de l'Iliade", e uma bela página do padre A.-J. FESTUGIÈRE, *L'Enfant d'Agrigente*, ps. 13-14.

16. O ideal agonístico: J. BURCKHARDT, *Griechische Kulturgeschichte*, pass. (assim II, ps. 365 segs.; IV, ps. 89 segs.) e, para uma sumária recapitulação, C. ANDLER, *Nietzsche*, I, ps. 299 segs.

CAPÍTULO II

1. Esparta, cidade semiletrada: E. BOURGUET, *Le Dialecte laconien*, *Collection linguistique publiée par la Société linguistique de Paris*, XXIII, Paris, 1927, ps. 13 segs. (estudo notável: a observação dos fatos lingüísticos conduz a uma história da civilização).

2. A educação cretense e suas analogias com a educação espartana: Leis de Gortínia, ap. DARESTE-HAUSSOULIER-TH. REINACH, *Inscriptions juridiques grecques*, I,3, ps. 406-408; ESTRABÃO, X, 483; JEANMAIRE, *Couroi et Courètes*, ps. 421-444.

3. Cronologia da civilização arcaica de Esparta: R. M. DAWKINS, *The Sanctuary of Artemis Orthia at Sparta*, *Journal of Hellenic Studies, Supplementary Paper*, n.º 5, Londres, 1929, particularmente p. 49, fig. 28.

4. A originalidade de Esparta prende-se a seu arcaísmo conservador: a hipótese racista que a explica, ao contrário, pelo caráter dórico, foi formulada por K. O. MÜLLER em sua célebre obra *Die Dorier* (1.ª edição, Breslau, 1824) e encontrou, sempre, na Alemanha, um tratamento de favor: cf. V. EHRENBURG, *Spartiaten und Lakedaemonien*, *Hermes*, LIX (1924), ps. 23-72; H. BERVE, *Sparta*, Leipzig, 1939; TH. MEIER, *Wesen der Spartanischen Staatsordnung*, *Klio*, Beiheft XLII (1939). E, contudo, fortemente combatida, mesmo na Alemanha; K. J. BELOCH chega a negar o próprio fato de uma invasão dórica: *Griechische Geschichte*, I, II, Berlim-Leipzig, 1926, ps. 76-93; U. KAHRESTEDT, *Griechisches Staatsrecht*, I, *Sparta und seine Symmachie*, Göttingen, 1922, ps. 369 segs.; e, na França: P. ROUSSEL, *Sparte*, Paris, 1939, ps. 19-22; H. JEANMAIRE, *Couroi et Courètes*, ps. 422, 474 segs.

5. Renascimento do nacionalismo espartano na época romana: cf. ainda BOURGUET, *Le Dialecte laconien*, ps. 20 segs.

6. O hoplita espartano na arte arcaica: cena de combate num magnífico *pithos* (datando de 600-550), ornado de relevos que imitam o estilo dos vasos de metal: DAWKINS, *Artemis Orthia*, pr. XV-XVI, p. 92; estatueta de bronze do hoplita Carinos: CH. PICARD, *Manuel d'Archéologie grecque*, I, p. 464, fig. 136, esq. Mais próximo da arte clássica: belo busto, com capacete, de "Leônidas" (pouco depois de 480): *Id.*, II, I, ps. 163-164, fig. 75.

7. Consequências políticas da nova tática da infantaria pesada: J. HASEBROEK, *Griechische Wirtschafts- und Gesellschafts-*

geschichte bis zur Perserzeit, Tübingen, 1931, p. 158; H. JEANMAIRE, *Couroi et Courètes*, ps. 130-131.

8. Tirteu como testemunha do novo ideal da cidade: cf. o fundamental estudo de W. JAEGER, *Tyrtaios, ueber die wahre Arete*, *Sitzungsberichte* da Academia de Ciências de Berlim, *Phil.-hist. Klasse*, 1932, ps. 537-568; *Paideia*, I, ps. 146-164.

9. A ética patriótica e guerreira de Tirteu parece-me refletir um momento característico da evolução da consciência política grega, antes que um temperamento específico da raça dórica: reencontramos a mesma inspiração, em plena Jônia, num Calino de Éfeso, no momento da invasão cimeriana, ou seja, pouco tempo antes de Tirteu (primeira metade do sétimo século).

10. Campeões espartanos nos jogos olímpicos: E. NORMAN GARDINER, ap. G. DICKINS, *Journal of Hellenic Studies*, XXXII (1912), p. 19, n. 106; *Athletics of the ancient world*, p. 34.

11. Desportistas espartanas: pequenos bronzes arcaicos (600-530): CH. PICARD, *Manuel d'Archéologie grecque*, I, fig. 135, p. 460, protótipos longínquos da célebre *Coureuse Barberini*, de um encanto equivoco tão atraente, cópia romana de um bronze de 460 aproximadamente: *Id.*, II, I; ps. 161-162.

12. Os primeiros textos espartanos que se conhecem são breves inscrições votivas, em vasos, do final do sétimo século: DAWKINS, *Artemis Orthia*, p. 76, fig. 54; p. 111, fig. 86, 3.

13. Glauco de Régio (segunda metade do quinto século) como fonte da história musical de Plutarco: TH. REINACH, ap. WEIL-REINACH, edição de PLUTARCO, *De Musica*, introdução, ps. XI-XII, 37, ad. § 89.

14. Calendário das festas espartanas: ZIEHEN, ap. PAULY-WISSOWA, II R, III, 2, c. 1508-1520, s. v. *Sparta*.

15. Sobre as máscaras votivas encontradas, em grande número (mais de seiscentas), nas escavações do santuário de Artemis Ortia: DAWKINS, *Artemis Orthia*, ps. 163-185, pr. 47-52 (as mais antigas remontam ao começo do sétimo século, *akmê*, por volta de 600).

16. Sobre a interpretação, difícil, do *Partheneion* de Alcman, cf. a bibliografia reunida por E. DIEHL, *Anthologia lyrica Graeca* 2, II, 1942, ps. 7-8, e, particularmente, B. A. VAN GRONINGEN, *The Enigma of Alcman's Partheneion*, *Mnemosyne*, 3, III (1936), ps. 241-261.

17. A revolução reacionária dos meados do sexto século: G. GLOTZ, *Histoire grecque*, I, ps. 349, 372-373; EHRENBERG, ap. PAULY-WISSOWA, s. v. *Sparta*, c. 1381; H. JEANMAIRE, *Couroi et Courètes*, p. 548.

18. Depois de 576, as vitórias espartanas nos jogos olímpicos esvanecem-se bruscamente: registra-se apenas uma, em 552, e, posteriormente, esparsas, doze, escalonadas entre 548 e 400; finalmente, uma em 316; trata-se, em sua maioria, de vitórias alcançadas pelos carros das coudearias reais, como a do rei

Demaratos ou a de Cinisca, a filha de Arquidamos: cf. GARDINER e DICKINS, acima citados, n. 10.

19. Panorama da educação espartana clássica: W. KNAUTH, *Die spartanische Knabenerziehung im Lichte der Völkerkunde, Zeitschrift für Geschichte der Erziehung und des Unterricht*, XXIII (1933), ps. 151-185; T. R. HARLEY, *The Public schools of Sparta*, ap. *Greece and Rome*, 1934, III, ps. 124-139; P. ROUSSEL, *Sparté*, ps. 59-65. Nada, porém, dispensa a releitura de XENOFONTE, *Lac.*, 2; PLUTARCO, *Lyc.*, 16-17; PLATÃO, *Leg.*, I, 633 ac.

20. Inovações táticas de Ificrates: R. COHEN, *La Grèce et l'hellénisation du Monde antique* (coleção *Clio*), ps. 309-310; — de Górgias, Epaminondas e Pelópidas, cf. s. vv. PAULY-WISSOWA, VIII, c. 1619-1620; V, c. 2678-2679, 2683-2684 (SWOBODA); XIX, I, c. 380 (G. REINCKE).

21. Receber a educação de Estado era, sem dúvida, uma condição necessária para o exercício do direito de cidadania em Esparta: XEN., *Lac.*, 10, 7; PLUT., *Inst. Lac.*, 238 F, 21. Seria condição suficiente? Jeanmaire o supõe (*Couroi et Courètes*, p. 490), mas não fornece provas suficientes: PLUT., *ibid.*, 22.

22. Ver o clássico artigo de M. P. NILSSON, *Grundlagen des spartanischen Lebens*, *Klio*, 1912, ps. 308-340, e, sob o título *Les classes d'âge de la jeunesse spartiate*, meu trabalho ap. *Revue des Études anciennes*, XLVIII, 1946, ps. 216-230.

23. Βοϋαγός, chefe de patrulha; as inscrições votivas memorativas das vitórias dos rapazes nos jogos de Artemis Orthia mencionam, invariavelmente, esse grau, seja porque o vencedor o tivesse, seja porque pudesse êle invocar um vínculo de parentesco (ou, talvez — é esta uma sugestão minha — de amizade, no sentido mais "grego" da palavra) com um Βοϋαγός: A. M. WOODWARD, ap. Dawkins, *Artemis Orthia*, ps. 290-291.

24. Os éforos condenaram os músicos que haviam juntado cordas suplementares à lira clássica de Terpandro, que era heptacórdia: C. DEL GRANDE, *Espressioni musicali dei poeti greci*, Nápoles, 1932, ps. 89-100; K. SCHLESINGER, *The Greek aulos*, Londres, 1939, p. 143; I. DÜRING, *Studies in musical terminology in 5th century literature*, *Eranos*, XLIII (1945), 176 segs., sobretudo 190-192. A aventura teria ocorrido a Frinis de Mitilene, segundo PLUTARCO, *Prof. in virt.*, 84 A; *Agis*, 10; a TIMÓTEO de Mileto, segundo PAUSÂNIAS, III, XII, 10; CÍCERO, *De Leg.*, II, 39, e BOÉCIO, *De Mus.*, I, I; êste conservou-nos o texto grego do decreto que teria sido exarado contra o malfadado músico. Todavia, um exame atento da linguagem dêste documento parece mostrar que se trata de uma falsificação, devida a algum gramático do tempo de Trajano ou de Adriano: BOURGUET, *Dialecte laconien*, ps. 154-159.

25. O aulos ritmava os movimentos de conjunto não apenas no exército espartano, mas também na marinha de guerra ateniense, onde os forçados das galés remavam ao som do instrumento do τριηραύλης (PAULY-WISSOWA, s. v. *Nautae*, XVI, 2, c. 2031).

26. Maquiavelismo espartano no quarto século: pensar-se-á em Foibidas raptando de Surpresa a Cadméia, em 382, por ocasião de uma festa; na incursão de Sfodrias no Pireu, em plena paz, em 378: XEN. *Hell.*, V, 2, 25-36; / 30-33.

27. Sôbre a criptia: H. JEANMAIRE, em último lugar, ap. *Couroi et Courètes*, ps. 550-588.

28. Dançarinas espartanas: relêvos do museu de Berlim, representando uma criação do escultor Calímaco (fim do quinto século): C. H. PICARD, *Manuel d'Archéologie grecque*, II, II, ps. 624-626, fig. 252, 253.

29. Filolaconismo na tradição grega: F. OLLIER, *Le Mirage spartiate*, 2 vol., Paris, 1932-1943.

30. Timéia, mulher de Ágis II: EHRENBURG, ap. PAULY-WISSOWA, II R, VI, I, c. 1074-1075. Mulheres comerciantes de Esparta, no terceiro século: penso na mãe de Ágis, Agesicrata, em sua ancestral Arquidamia, "que possuíam, sôzinhas, mais riquezas que todo o resto dos lacedemônios", em sua mulher Agiátis, em Cratesiléia, mãe de Cleômenes: PLUT., *Agis*, 5, 23, 29.

31. Sôbre as gymnopedias, o texto clássico é o de PLATÃO, *Leg.*, I, 633 c; cf. BÖLTE e ZIEHEN, ap. PAULY-WISSOWA, II R, III, 2, c. 1372, 1510. Que a flagelação diante do altar de Ortia não seja o rito "primitivo" com que sonhou a imaginação mórbida dos sociólogos modernos, é êste, hoje, um fato bem comprovado: JEANMAIRE, *Couroi et Courètes*, ps. 513-523. Insisto nisso apesar da impertinente crítica de W. DEN BOER, *Laconian Studies*, Amsterdã, 1954, p. 269-270: assimila-me "To the clique of younger too self-confident historians". Minha convicção baseia-se nas precisões cronológicas de Jeanmaire, negligenciadas por W. den Boer.

Sôbre tudo o que precede, ver, além dêste livro (p. 233-298, "*Aspects of the Spartan Agoge*", principalmente 248-261, onde vai contra minha interpretação das *classes de idade*) o livro de K. M. T. CHRIMES, *Ancient Sparta, a re-examination of the evidence*, Publications of the University of Manchester, Historical Series, 84, Manchester, 1949. A "prova do queijo" cede lugar à flagelação sômente a partir do testemunho de CÍCERO, *Tusc.*, II, 34. A cerimônia atrai, ainda, os turistas em pleno século IV depois de Jesus Cristo: LIBÂNIO, *Or.*, I, 23.

CAPÍTULO III

1. O amor grego: os estudos fundamentais continuam sendo os de K. O. MÜLLER, *Die Dorier*², Breslau, 1844, ps. 289-298, e de M. H. E. MEIER, ap. J. S. ERSCH, J. G. GRUBER, *Encyclopädie der Wissenschaften und Künsten*, IX, Leipzig, 1837, que convém ler na tradução francesa de L. R. DE POGY-CASTRIES, *Histoire de l'Amour grec dans l'Antiquité*, par M. H. E. Meier, augmentée d'un choix de documents originaux (preciosa antologia de textos históricos e literários) et de plusieurs dissertations complémentaires, Paris, 1930. O tema foi, obviamente, retomado várias

vêzes: L. DUGAS, *L'Amitié antique d'après les Mœurs populaires et les Théories des Philosophes*, Paris, 1894; H. HOESSLI, *Eros, die Männerliebe der Griechen*, Munster-Berlin, 1924; D. H. ROBINSON, E. J. FLUCK, *A Study of Greek love-names, including a discussion of paederasty*, Johns Hopkins University Studies in Archaeology, XXIII, Baltimore, 1937; S. WIKANDER, *Der arische Männerbund*, Lund, 1938. Todavia, sobre este assunto não li nada que me tivesse sido tão instrutivo como o que aprendi em L. MASSIGNON.

2. A língua grega manifesta formal repúdio à inversão; ela é designada por termos que significam: desonrar, ultrajar, ação vergonhosa, conduta infame, impureza, hábitos ignóbeis; o desprezo é mais explícito em relação ao passivo: aquele que sofre coisas vergonhosas, abomináveis: DE POGÉY-CASTRIES, ps. 176, 307-311.

3. O homossexualismo e as leis: parece ter sido admitido legalmente apenas na Elida: XEN., *Lac.*, 2, 12; PLUT., *Pel.*, 19. Alhures, mesmo em Creta ou em Esparta, onde no entanto era bem comum, a violação do efebo e as relações carnaís são interditas e, teoricamente, objeto de sanções: STRAB., X, 483; DARESTE, HAUSSOULIER, REINACH, *Inscriptions juridiques grecques*, I, ps. 358-359, 451; XEN., *Lac.*, 2, 13; *Conv.*, 8, 35; EL., V. H., III, 12. Em Atenas, a lei pune o escravo pederasta e, entre os cidadãos, a prostituição, o proxenetismo e a violação de um adolescente. As disposições policiais atribuídas a Sólon interdita aos adultos o acesso às escolas (de letras ou de ginástica?) frequentadas pelos jovens: cf. os textos reunidos por DE POGÉY-CASTRIES, ps. 284-290.

4. Pederastia pura: já os antigos quiseram, por exemplo, justificar os costumes de Creta ou de Esparta, salientando que tais costumes permitiam apenas as relações castas (textos citados na nota anterior); mas os limites permitidos estendiam-se até bem longe e essa "pureza" parece-nos tão equívoca e estranha como a do amor cortês, codificado por André le Chapelain no século XIII: o amor prudente (σώφρων) permitia muitas concessões: beijos, apalpadelas, numa palavra — segundo esclarece CÍCERO — *Omnia praeter stuprum... complexus enim concubitusque permittunt palliis interjectis* (*De Rep.*, IV, 4). Não é preciso ter uma concepção jansenista da natureza humana para perceber que estas frágeis barreiras não deviam resistir muito à eclosão da concupiscência carnal. A tradição antiga é bem rica em anedotas que invalidam tal tentativa de apologia: assim a história de Aristodemo, "harmostes" de Oréos, raptando à força um adolescente (PLUT., *Amat. narr.*, 773-774).

5. A pederastia parece ausente da obra de Homero: Ganimedes é, aí, apenas o serviçal, não o favorito de Zeus; entre Aquiles e Pátroclo há apenas uma amizade de infância e uma fraternidade de combate. Pode-se perguntar se essa amizade não dissimula uma paixão mais carnal: os modernos inclinam-se, por vêzes, a admiti-lo (assim J. A. SYMONS, *The Greek poets*, III, p. 80, citado por A. GIDE, *Corydon*, *Œ. C.*, IX, p. 299); os

antigos não hesitaram em fazê-lo, como já, aparentemente, Esquilo em seus *Mirmidons* (fr. 128; cf. J... , *Am.*, 54).

É possível que Homero tenha querido ignorar uma instituição conhecida em seu tempo: o quadro, que ele esboça, da vida heroica, não carece de omissões (isto foi notado, particularmente, em relação à religião e ao culto). Mas tal silêncio, intencional ou não, dá margem a duas interpretações opostas: uma sobrevivência da civilização minóica que teria repudiado, com horror, a selvageria destes costumes guerreiros importados no Egeu pelos invasores nórdicos; ou, então, ao contrário, o efeito de um desenvolvimento mais precoce da consciência moral nesta Grécia asiática em que, na época clássica, a pederastia será julgada mais severamente que no resto do mundo helênico (cf. PLAT., *Conv.*, 182 bc). Em apoio da primeira hipótese, cf. S. WIKANDER, *Der arische Männerbund*, Lund, 1938, que situa a origem das nossas tradições de fraternidade guerreira no longínquo passado europeu.

6. A inversão canonizada por mitos: amores de Zeus e Ganimedes, Héracles e Iolaos (ou Hilas), Apolo e Jacinto, etc. Mas é difícil estabelecer a data de sua aparição. A epopéia de Héracles, atribuída a Pisandro, e que evocava a violação do jovem Crisipo por Laios, não poderia, como o pretendia certa tradição antiga, ser anterior a Hesíodo (KEYDELL, ap. PAULY-WISSOWA, XIX, I, c. 144, s. v. PEISANDROS). A pederastia é celebrada, normalmente, pelos grandes líricos, desde o fim do sétimo século, de Alceu a Píndaro.

7. A pederastia como fenómeno especificamente dório: cf. K. O. MÜLLER, *Die Dorier* (ver nota 1, mais acima); E. BETHE, *Die dorishe Knabenliebe, ihre Ethik, ihre Idee*, *Rheinisches Museum*, LXII (1907), ps. 438-475.

8. A pederastia como iniciação mágica: o estudo que, neste curioso terreno, franqueou o caminho é o de E. CARPENTER, *Beziehungen zwischen Homosexualität und Prophetentum*, ap. *Jahrbuch für sexuelle Zwischenstufen unter besonderer Berücksichtigung der Homosexualität*, Suppl., 1911.

9. A cidade grega, clube de homens: BARKER, *Greek political theory*, p. 218. Pederastia e fraternidade guerreira: L. DUGAS, *l'Amitié antique*, p. 87; em Creta (ESTRAB., X, 483) e em Tebas (PLUT., *Amat.*, 930) era costume o amante oferecer a seu jovem amado uma armadura, seu equipamento completo de combatente.

10. A pederastia como rito de transição: o trabalho fundamental é o de BETHE (citado na nota 7), cuja tese, embora duramente combatida desde sua apresentação: A. SEMENOV, *Zur dorischen Knabenliebe*, *Philologus*, N. F., XXIV (1911), ps. 146-150; A. RUPPERSBERG, *Ελευσίνας*, *ibid.*, ps. 151-154, acaba de ser retomada na França por H. JEANMAIRE, *Couroi et Courètes*, especialmente ps. 456-460, "os antecedentes da teoria platônica do Amor".

Bethe e Jaenmaire dão grande destaque às inscrições rupestres arcaicas (sétimo século) descobertas em Tera por HILLER

VON GÄRTHRINGEN: I. G., XII, 3, 536 segs.; por último, ap. PAULY-WISSOWA, II R, V, 2, c. 2289. Lêem-se aí fórmulas como esta: "Krimon copulou aqui com Amotion" (I. G., XII, 3, 538). "Por Apolo, sem dúvida, foi realmente aqui que Krimon copulou com (seu) mancebo, o irmão de Baticles (*ibid.*, 537; para a reconstrução e a pontuação, ver HILLER VON GÄRTHRINGEN, PAULY-WISSOWA, *loc. cit.*). Para mim, trata-se apenas de grafitos obscenos, análogos aos que lemos em Pompéia: *Hic ego cum veni futui; fututa sum hic...* (cf. n.º 536: mais recentemente, uma mão acrescentou: *πόνος*). Nenhum dos argumentos invocados parece-me suficiente para que se transformem êstes atos sexuais em cerimônias religiosas que marquem, solenemente, o ingresso do efebo na confraternidade masculina: as grandes dimensões dos caracteres não bastam para que tais grafitos sejam interpretados como inscrições votivas. O rochedo sôbre o qual figuram fica, de qualquer modo, pelo menos a sessenta metros a oeste do santuário de Apoio Carneios e a sudoeste do local das devoções religiosas (I. G., XII, 3, 351-373) dos quais Jeanmaire os aproxima arbitrariamente; e, dominando embora o local o sítio do ginásio dos efecos, êste lhe é quinhentos ou seiscentos anos posterior!

11. A pederastia e os atentados contra os tiranos: ver o conjunto dos fatos reunidos por MEIER-DE POGÉY-CASTRIES, *Histoire de l'Amour grec*, ps. 160-168.

12. A significação cultural de Teógnis de Mégara foi notavelmente dilucidada por W. JAEGER, *Poésia*, I, ps. 291-317; J. CARRIÈRE, *Théognis de Mégare*, tese de Paris, Gap., 1948, ps. 155-162.

13. Sôbre o romance dos amores de Teógnis por Cirno, ver os excertos das *Elegias* compilados por DE POGÉY-CASTRIES, *Histoire de l'Amour grec*, ps. 235-237.

14. Pederastia "filosófica" ou liame passional entre mestre e discípulo: testemunhos ap. MEIER-DE POGÉY-CASTRIES, *ibid.*, p. 84.

15. Sôbre as lésbicas de Baudelaire, seus predecessores românticos e seus contemporâneos (Th. Gautier de Banville, etc.), cf. a edição crítica das *Fleurs du Mal* de J. CRÉPET-G. BLIN, Paris, 1942, ps. 271-275.

16. Defesa e ilustração de Safo: U. VON WILAMOWITZ-MÖLLENDORF, *Sappho und Simonides*, Berlim, 1913; TH. REINACH, edição (póstuma, elaborada por A. Puech) de *Alcée et Sappho*, Paris, 1937, ps. 168-176; e, obviamente, a obra de Renée VIVIEN.

CAPÍTULO IV

1. Quando foi instituída a efebia ática? A questão é bastante controvertida. Como o veremos mais adiante (2.ª parte, cap. II), a efebia, em sua forma clássica de serviço militar obrigatório por dois anos, só nos é bem conhecida a partir de 337-335. U. VON WILAMOWITZ-MÖLLENDORF, *Aristoteles und Athen*, I, Berlim, 1893,

ps. 193-194, e, depois dêle, A. BRENOT, *Recherches sur l'Éphébie attique et en particulier sur la date de l'institution*, BEHE, 229, Paris, 1920, pretenderam que ela não existia anteriormente. Hipótese inadmissível, que faz um uso ilegítimo do argumento a *silentio* e quase anula, por hipercrítica, o alcance de um testemunho como o de ESQUINES, *Amb.*, 167, que nos diz que, emergindo da infância, por volta de 370, serviu como "miliciano" durante dois anos: cf. V. CHAPOT, *Quand fut instituée l'Éphébie attique*, *Revue de Synthèse historique*, 34 (1922), ps. 105-111; J. O. LOFBERG, *The Date of Athenian ephebia*, *Classical Philology*, 20 (1925), ps. 330-335. A questão avivou-se quando L. ROBERT publicou um texto epigráfico do juramento efébio, que até então só conhecíamos através de Estobeu e Pólux: *Études épigraphiques et archéologiques*, mesma BEHE, 272, Paris, 1938, ps. 296-307. Esse juramento é prestado em nome de uma série de divindades de caráter arcaico, o que parece conduzir-nos a um passado bem remoto. H. JEANMAIRE, *Couroi et Courètes*, ps. 464-507, considera que tal juramento é bastante antigo, e, conseqüentemente, também a efébia, apesar de que esta, a princípio mero "rito de transição", só teria assumido seu caráter definitivo durante a guerra do Peloponesso, à imitação da ἀγῶν espartana. Juramento arcaizante, antes que arcaico, retoma A. FIGANIOL, *Les Origines de l'Éphébie attique*, *Annales d'Histoire (économique et) sociale*, XI, 1939, ps. 212-213, criticando G. MATHIEU, *Remarques sur l'Éphébie attique*, *Mélanges Desrousseaux*, Paris, 1937, ps. 311-318, para quem a efébia seria uma generalização resultante do regime estabelecido, desde o quinto século, para os órfãos de guerra "pupilos da nação": a instituição teria realmente nascido de imitação a Esparta, mas somente depois da derrota de 404, tornando-se obrigatória apenas depois de 338.

2. Teógnis e Píndaro como expressões do ideal aristocrático: continuo seguindo W. JAEGER, *Paideia*, I, ps. 291-342, e J. CARRIÈRE, *Théognis*, ps. 177-240.

3. Competições esportivas entre crianças: o ponto crucial é a determinação da idade dessas "crianças": seriam adolescentes de mais de dezessete anos ou "juniors" entre doze e dezesseis? Norman GARDINER inclina-se para a primeira hipótese em relação a Olímpia, para a segunda, no caso dos jogos nemeanos, istmicos e panatenaicos: *Athletics of the ancient world*, p. 41. Deve-se notar que as expressões ἰσθμιαὶ ou Πυθιαὶ παῖδες são comumente empregadas, na época helenística e romana, para designar categorias de idade em catálogos ou listas de vitórias, agonísticas: cf. por exemplo, os textos reunidos por L. ROBERT, ap. *Revue de Philologie*, 1930, p. 46, n.º 1; BEHE, 272, p. 24.

4. O "escólio" como gênero literário característico da antiga cultura aristocrática: W. JAEGER, *Paideia*, I, ps. 294 segs., após R. REITZENSTEIN, *Epigramm und Skolion, ein Beitrag zur Geschichte der alexandrinischen Dichtung*, Giessen, 1893, e F. JACOBY, *Theognis, Sitzungsberichte* da Academia de Ciências de Berlim, *Phil.-hist. Klasse*, 1931, ps. 90-180.

5. Significado educativo das legias de Sólon: o trabalho fundamental é, também neste setor, de W. JAEGER, *Solons Eunomie*, mesmas *Sitzungsberichte*, 1926, ps. 69-94.

6. Ostracoforia por escrito: J. CARCOPINO, *L'Ostracisme athénien*², Paris 1935, ps. 78-87; pr. I-III.

7. Data do aparecimento da escola: fora de Atenas, encontram-se os testemunhos seguintes: em Quios, pouco antes da batalha de Lades, em 496, o teto de uma escola, tendo ruído, sepultou 119 crianças (HDT., VI, 27); em Astipalaia, em 492, o pugilista Cleômedes, num acesso de loucura, exterminou sessenta crianças numa escola (PAUS., VI, 9, 6).

8. Acêrca do mito anticristão da Hélade com sua cultura espiritual alicerçada na exaltação das virtudes corporais, que me seja suficiente remeter o leitor a um dèsses vulgarizadores do "pensamento" nazista na França: J.-E. SPENLÉ, *Nietzsche et le problème européen*, Paris, 1943, p. 239.



CAPÍTULO V

1. Caráter elementar da educação ática no tempo de Péricles: O. NAVARRE, *Essai sur la rhétorique grecque avant Aristote*, Paris, 1900, ps. 25-26; M. DELCOURT, *Périclès*, Paris, 1939, ps. 65-69.

2. As mais antigas escolas de medicina: R. FUCHS, ap. TH. PUSCHMANN, M. NEUNBURGER, J. PAGEL, *Handbuch der Geschichte der Medizin*, I, Iena, 1902, ps. 191-193.

3. Não há "escola", propriamente dita, entre os velhos físicos de Mileto: A. J. FESTUGIÈRE, *Contemplation et vie contemplative selon Platon*, Paris, 1936, ps. 32-33, e App. I, ps. 461-463.

A escola filosófica como confraria religiosa: tal fato, assinalado primeiramente por G. LUMBROSO, *Ricerche alessandrine*, ap. *Memorie* da Academia de Turim, 1873, p. 268, foi objeto de um estudo penetrante da parte de P. BOYANCÉ, *Le culte des muses chez les philosophes grecs, Études d'histoire et de psychologie religieuses*, Paris, 1936, ps. 232-241 (escola pitagórica), 261-267 (Academia), 299-300, 310-322 (Liceu), 322-327 (escola epicúrea).

4. Não prejuízo da identidade de Antifon de Ramnunte, autor de quinze discursos judiciários e político direito, com Antifon o sofista, do qual nos restam importantes fragmentos de filosofia política (DIELS, *Vorsokratiker*, § 80, ou melhor, GERNET, à luz dos Discursos do primeiro, coleção "Budé", Paris, 1923): para dar, aqui, um lugar ao primeiro, basta-me o fato de ter sido êle um técnico da retórica. Deve-se identificar ou distinguir os dois personagens? Querela vã, por falta de elementos suficientes que a alimentem: os adeptos de uma e de outra hipótese consignam a seus adversários o *onus probandi*.

5. Cronologia e carreira dos sofistas: ver os dados correspondentes, por exemplo, em K. PRÄCHTER, ap. F. UEBERWEG, *Grundriss der Geschichte der Philosophie*, II², ps. 112-129.

→ Protágoras, nascido em Abdera, na Trácia, por volta de 485, acmé por volta de 446-440; varias temporadas em Atenas; morto aproximadamente em 411.

Górgias de Leontinos, na Sicília, nascido por volta de 483; estêve pela primeira vez em Atenas em 427, na qualidade de embaixador; morreu em 376 (na côrte do tirano Jason de Feres?), na Tessália.

Antifon, filho de Sofilos, do demo de Ramnunte, nasceu aproximadamente em 480, logógrafo e retórico, condenado à morte em 411, por sua política de extremismo oligárquico e de traição, no governo reacionário dos Quatrocentos.

Pródico de Céos, nas Cíclades, nasceu por volta de 465; Sócrates teria sido aluno seu, a crer-se em Platão: *Men.* 96 d; *Prot.* 341 a; *Carm.* 163 d.

Hípias de Elida, no Peloponeso, parece ter sido da mesma idade de Pródicos.

6. Sobre os sofistas, cf. nas histórias gerais do pensamento grego: E. ZELLER, W. NESTLE, *Die Philosophie der Griechen in ihre geschichtliche Entwicklung dargestellt*, I, II⁶, Leipzig, 1920, ps. 1278-1441; TH. GOMPERZ, *Les Penseurs de la Grèce* (tradução francesa)³, I, Paris, 1928, ps. 452-536. Com relação a nosso presente estudo, o trabalho fundamental é o de H. GOMPERZ, *Sophistik und Rhetorik, das Bildungsideal des EY AET'EIN in seinem Verhältnis zur Philosophie des V. Jahrhunderts*, Leipzig-Berlin, 1912, com as primeiras páginas de H. VON ARNIM, *Sophistik, Rhetorik, Philosophie in ihrem Kampf um die Jugendbildung*, introdução de seu livro *Leben und Werke des Dio von Prusa*, Berlin, 1898, ps. 4 segs.

Do ponto de vista da história das ciências: A. REY, *La Science dans l'Antiquité* (III), *la Maturité de la pensée scientifique en Grèce*, Paris, 1939, ps. 46-67; e da educação: W. JAEGER, *Paideia*, I, ps. 425-489.

7. Sobre o relativismo fenomenista de Protágoras: P. NATORP, *Forschungen zur Geschichte der Erkenntnisprobleme im Altertum: Protagoras...*, Berlin, 1884, e, em parte (relativismo objetivo e não mais subjetivismo), V. BROCHARD, *Études de Philosophie ancienne et de Philosophie moderne*, Paris, 1912, ps. 23-29, apesar de TH. GOMPERZ, *Penseurs de la Grèce*, ps. 494-505.

Sobre o nilismo filosófico de Górgias, UEBERWEG-PRAECHTER, p. 89, e a crítica de H. GOMPERZ, *Sophistik und Rhetorik*, ps. 1-35.

Para uma valorização análoga do pensamento de Hípias, cf. mais adiante nota 11.

8. A tese de O. NAVARRE, *Essai sur la Rhétorique grecque avant Aristote*, Paris, 1900, continua sendo necessária para completar, no plano técnico, a análise de H. GOMPERZ, *Sophistik und Rhetorik*.

9. Dependência de Górgias em relação a Empédocles: H. DIELS, *Gorgias und Empedokles, Sitzungsberichte der Akademie der Wissenschaften von Berlin, Phil.-hist. Kl.*, 1884, ps. 343-368; E. GRIMAL, *A propos d'un passage du Ménon: une définition tragique de la couleur*, *Revue des Études grecques*, LV (1942), ps. 1-13.

10. As figuras gorgiânicas puderam ser estudadas, por exemplo, em Santo Agostinho ou Sidônio Apolinário: M. COMEAU, *La*

Rhétorique de saint Augustin d'après les Tractatus in Iohannem, Paris, 1930, ps. 46-70; A. LOYEN, *Sidoine Apollinaire et l'esprit précieux en Gaule aux derniers jours de l'Empire*, Paris, 1943, ps. VIII, 133-134.

11. O aspecto mais sério de Hípias: é geralmente contestado; assim L. ROBIN, *La Pensée grecque et les Origines de l'Esprit scientifique*, Paris, 1923, p. 172. De qualquer modo, o esforço de E. DUPRÉEL, *La Légende socratique et les sources de Platon*, Bruxelas, 1922, para exaltar-lhe os méritos e apresentá-lo como um espírito grandioso, equivalente a um Pico de Mirândola, senão de um Leibniz, parece injustificado: cf. por exemplo as severas críticas de A. DIÈS, *Autour de Platon*, Paris, 1927, I, ps. 229-237.

12. Acústica: assim traduzo eu, por concisão, o μουσικήν de Prot. 318 e. Reportado aos λογισμοί (os problemas de aritmética), à astronomia e à geometria, o vocábulo não mais designa a "coisa das Musas", a cultura intelectual considerada em seu conjunto, mas sim a ciência matemática inaugurada por Pitágoras, o estudo da estrutura numérica dos intervalos e do ritmo: cf. meu *Saint Augustin et la Fin de la Culture antique*, Paris, 1937, ps. 40-44.

13. Sobre os estudos literários dos Sofistas, sempre cf. NAVARRE, *Essai sur la Rhétorique grecque*, ps. 40-44.

14. Investigação científica e educação: com relação ao estado atual do problema, ver o livro de J. STRZYGOWSKI, publicado em francês sob o título *Les Documents bleus*, 5, Paris, 1932, e minha nota *Manque de tradition et erreur de méthode*, ap. *Foyers de notre Culture*, Rencontres, 9, Paris, 1942, ps. 134-140.

15. Testemunhos dos cômicos a respeito de Sócrates: E. CAVAINAC, *Musée Belge*, XXVII (1923), ps. 157-167.

16. A questão socrática: uma discussão cerrada de seus avatares, desde J. JOËLL (1893) a E. DUPRÉEL (1922), H. VON ARNIM (1923) e H. GOMPERZ (1924) no trabalho de A. DIÈS já citado, *Autour de Platon, Essais de critique et d'histoire*, Paris, 1927, I, ps. 127-143. Não deixou ela de ser renovada: ver sobretudo W. D. ROSS, *The Problem of Socrates*, *Proceedings of the Classical Association*, Londres, 1933, ps. 7-24; A. E. TAYLOR, *Socrates*, Londres 1932; H. KUHN, *Sokrates, ein Versuch über den Ursprung der Metaphysik*, Berlim, 1934; G. BASTIDE, *Le Moment historique de Socrate*, Paris, 1939; TH. DEMAN, *Le Témoignage d'Aristote sur Socrate*, Paris, 1943; W. JAEGER, *Paideia*, II, Londres, 1945, ps. 13-76.

Cito, de passagem, uma fórmula de A. E. TAYLOR, *Varia Socratica*, Oxford, 1911, p. 30.

17. A escola de Sócrates como comunidade ascética e especulativa: H. GOMPERZ, *Die Sokratische Frage als geschichtliches Problem*, *Historisches Zeitschrift*, CXXIX, 3 (1924), ps. 377-423, resenhado por A. DIÈS, *Autour de Platon*, I, ps. 229-237.

18. Desenvolvimento do esporte profissional: NORMAN GARDINER, *Athletics of the ancient world*, ps. 99-106; A. H. GILBERT, *Olympic decadence*, *Classical Journal*, XXI (1925-1926), ps. 587-598.

CAPÍTULO VI

1. Significação dos Socráticos Menores do ponto de vista da história da pedagogia: resumo, aqui, a contribuição trazida pelas substanciais páginas dedicadas a este assunto por H. VON ARNIM na já citada introdução de seu *Dio von Prusa*: ps. 21 (Ésquines), 21-25 (escolas de Mégara e de Élide-Erétria), 25-32 (essenciais: Aristipo), 32-43 (Antistenes e os cínicos).

2. Conferências de propaganda: Aristipo publicara seis livros de *Conferências*, Διατριβαί (DL., II, 84-85); VON ARNIM (*ibid.*, p. 30) mostra que elas marcam a transição entre as exibições de reclame dos primeiros sofistas e as alocações populares dos cirenaicos e cínicos do terceiro século: Teodoro, Bion, etc., que terão tantos imitadores.

3. Preço das lições de Aristipo: os textos hesitam entre 1000 (PLUT., *Lib. educ.*, 4 F) e 500 dracmas (DL., II, 72); o cômico Aléxis falava em 6000, o que constitui um exagero burlesco (ATH., XII, 544 E): VON ARNIM, *ibid.*, p. 25.

4. Platão como educador: J. A. ADAMSON, *The Theory of Education in Plato's Republic*, Londres, 1903; R. L. NETTLESHIP, *The Theory of Education in the Republic of Plato*, Chicago, 1906; P. FRIEDLANDER, *Plato, I. Eidos, Paideia, Dialogos*, Leipzig, 1928; II. *Die Platonischen Schriften*, Leipzig, 1930, ps. 363 segs.; 670 segs.; J. STENZEL, *Plato der Erzieher*, Leipzig, 1928; W. JAEGER, *Paideia*, II-III, Londres, 1945.

5. Aceito a autenticidade das *Cartas VII e VIII* de Platão: cf. as notícias da ed. SOUILHÉ, coleção "Budé", Paris, 1926, onde se encontrará o histórico da questão, tão discutida: cf. a bibliografia apresentada por G. GLOTZ (— R. COHEN), *Histoire Grecque*, III, Paris, 1936, p. 409, n. 102; acrescentar: G. R. MORROW, *Studies in the Platonic epistles*, Illinois *Studies in Language and Literature*, XVIII, Universidade de Illinois, 1935; G. PASQUALI, *Le Lettere di Platone*, Florença, 1938; E. DES PLACES, *Un Livre nouveau sur les Lettres de Platon*, *Revue de Philologie*, 1940, ps. 127-135.

6. Platão contra Tirteu (*Leg.*, I, 628e-630e): este texto foi bem valorizado e finalmente comentado por E. DES PLACES, *Platon et Tyrtée*, *Revue des Études grecques*, LV (1942), ps. 14-24.

7. O quarto século, século dos mercenários: H. W. PARKE, *Greek mercenary soldiers from the earliest times to the battle of Ipsos*, Oxford, 1933.

8. O que era a Academia: P. BOYANCÉ, *Le Culte des Muses chez les Philosophes grecs*, p. 261, resume o debate: uma associação de sábios (U. VON WILAMOWITZ-MÖLLENDORF, *Platon*², Berlin, 1920, ps. 270 segs.; *Antigonos von Karystos*, *Philologische*

Untersuchungen, IV, Berlim, 1881, ps. 279 segs.; H. USENER, *Organisation der Wissenschaftlichen Arbeit, Vorträge und Aufsätze*, Leipzig-Berlim, 1907, ps. 67 segs.), ou uma Universidade (E. HOWALD, *Die Platonische Akademie und die moderne Universitas litterarum*, Berna, 1921)?

9. A Academia como tiase das musas: P. BOYANCÉ, *ibid.*, ps. 261-267; sôbre a heroificação de Platão, *ibid.*, ps. 259-261, 267-275, e O. REVERDIN, *La Religion de la Cité platonicienne*, Paris. 1945

10. Sôbre *Les Procès d'impiété intentés aux Philosophes à Athènes aux Ve.-IVe. siècles*, cf. o trabalho, publicado sob este título, de E. DERENNE, ap. *Bibliothèque de la Faculté de Philosophie et Lettres de l'Université de Liège*, XLV, Liège, 1930.

11. Caráter sagrado do sítio da Academia: CH. PICARD, *Dans les Jardins du héros Académus*, Institut de France, Séance publique annuelle des cinq Académies du jeudi 25 octobre 1934, Discours, Paris, 1934. Por iniciativa, e com o patrocínio de P. ARISTOPHRON (*L'Académie de Platon*, Paris, 1933), a Academia de Atenas empreendeu, no sítio, escavações que, infelizmente, foram interrompidas no momento em que começavam a tornar-se frutíferas: ver-lhe a crônica ap. *Bulletin de Correspondance hellénique*, de 1930 (t. LIV, ps. 459-460) a 1937 (t. LXII, ps. 458-459), ou *Jahrbuch des Deutschen archäologischen Instituts*, *Archäologischer Anzeiger*, notadamente 1934, c. 137-140 (plano: Abb. 8).

12. A êxedra de Platão: para ajudar o leitor moderno na "composição de lugar", lembrarei os mosaicos (que embora romanos reproduzem um original helenístico) do museu de Nápoles e da cidade Torlonia-Albani, representando uma assembléia de filósofos (os Sete Sábios?): G. W. ELDERKIN, *American Journal of Archaeology*, XXXIX (1935), ps. 92-111; O. BRENDDEL, *Römische Mitteilungen*, LI (1936), ps. 1-22 e ainda ELDERKIN *ibid.* LII (1937), ps. 223-226.

13. Quadros murais usados na Academia para os exercícios práticos de classificação (cf. ARISTOT., *P. A.*, I, 639 a): A. DIËS, *Notice* em sua edição do *Politique*, coleção "Budé", Paris, 1935, p. XXVII.

14. Influência da medicina e, notadamente, da ciência higiênica sôbre o pensamento de Platão: cf. W. JAEGER, no admirável capítulo que abre o tomo III de sua *Paideia*, ps. 3-45, "a medicina grega como paideia".

15. Os problemas de aritmética elementar: Platão apenas os assinala numa palavra: το λογισόν (*Rsp.*, VII, 522 c), λογιστική (525 a), λογισμοί (*Leg.*, VII, 809 c, 817 e). De maneira um pouco mais precisa, nas *Leg.*, VII, 819 c, descreve êle os jogos aritméticos que afirma em uso nas escolas egípcias e que, dirigindo-se no sentido da aritmética pura, exigem as "aplicações das operações aritméticas indispensáveis", τὰς τῶν ἀναγκαίων ἀριθμῶν χρήσεις.

Nas *Leg.*, VII, 809 c, associa êle o estudo do cálculo ao conjunto dos conhecimentos cuja aquisição é necessária com vistas

à guerra, aos negócios domésticos, à administração da cidade. Este caráter prático e concreto aparece mais nitidamente e *contrário* nas passagens em que Platão, definindo a orientação abstrata, científica e desinteressada, que convém dar à sua propedêutica matemática, a opõe ao uso exotérico geralmente aceito (e que ele próprio admite no primeiro grau, elementar, para a massa: *Leg.*, VII, 818 a): entre os aprendizes-filósofos, a aritmética pura não servirá, como entre os negociantes e comerciantes, para cálculo de venda e compra (*Resp.*, VII, 525 c), não introduzirá, em seus raciocínios, números representativos dos objetos visíveis ou materiais (525 e), eliminará o que há de iliberal e de cúpido nestas aplicações (*Leg.*, VII, 147 b).

16. Papiros matemáticos egípcios: A. REY, *La Science dans l'antiquité* (I), *la Science orientale avant les Grecs*, Paris, 1930, ps. 201, 287.

17. Conceção racional, geométrica, da astronomia platônica: cf. com as páginas clássicas de P. DUHEM, *Le Système du monde, Histoire des doctrines cosmologiques de Platon à Copernic*, t. I, Paris, 1913, ps. 94-95; t. II, ps. 59 segs. (bibliografia anterior, p. 67, n. 1), A. RIVAUD, *Le Système astronomique de Platon, Revue d'Histoire de la Philosophie*, II (1928), ps. 1-26. Pode-se aproximar-lhe, útilmente, a concepção, não menos apriorística, da acústica: A. RIVAUD, *Platon et la Musique*, mesma *Revue*, III (1929), ps. 1-30.

18. O curso platônico dos estudos. Devo justificar, brevemente, a solução aceita, que pode, a princípio, parecer ultrapassar, em precisão, o que o testemunho dos textos autoriza.

Há, com efeito, alguma dificuldade em conciliar os dois quadros da educação que nos apresentam, de um lado *A República* (II-III e VII) e, de outro, *As Leis* (II e VII). Bem sei a desconfiança que se deve observar com relação a toda inclinação para estabelecer, artificialmente, uma harmonização entre as diferentes obras de Platão: cada uma destas, em certo sentido, constitui um todo irredutível às outras; não obstante, parece-me que, malgrado sua diferença de perspectiva, estes dois quadros são, todavia, complementares. *As Leis* especificam e precisam a educação mais elementar, num sentido mais "popular", que os livros II-III da *República* apenas sumariamente esboçavam e destinavam ao conjunto da classe nobre dos φύλακες: esta "pequena educação" (σμικρὴ παιδεία) (*Leg.*, V, 735 a), o próprio texto de *As Leis* a opõe a uma "educação mais cuidada", ἀκριβεστέρα παιδεία, (*Leg.*, XII, 965 b), prevista unicamente para os membros do Conselho Noturno (*Leg.*, XII, 961 a segs.), os chefes do Estado, que equivalem pois aos governantes-filósofos de *A República*, a qual descreve seus altos estudos precisamente sob o nome de παιδεία ἡ ἀκριβεστάτη (*Resp.*, VII, 503 d). Se este ciclo superior de estudos não é explicitamente analisado em *As Leis*, estas prevêem sua existência, ressaltando que o estudo aprofundado do conjunto das ciências matemáticas deve ser reservado somente a um pequeno número de espíritos de escol (τινες ὀλίγοι), o que nos transporta à seleção prevista em *Resp.*, VII, 537 a c; este estudo conduz, sempre de acordo com *As Leis* (*Leg.*, VII, 818 d),

à mesma visão de conjunto, ao mesmo estudo comparativo que aquêle que prevê *A República* (VII, 537bc).

Uma vez estabelecida a equivalência (educação de *As Leis* = educação dos φύλακες em *A República*), restam a superar certas discordâncias aparentes e, a precisar, as etapas cronológicas. De acordo com *Rsp.*, II, 376e-377a, a educação começa pela μουσική (incluindo as γράμματα), antes da ginástica. A esta última são reservados dois ou três anos de serviço obrigatório, que terminam aos vinte anos (VIII, 537b). *As Leis* (VII, 795d) apresentam, inversamente, a ginástica antes da música. Como, de uma parte, haviam feito elas saírem as crianças do "Kindergarten" aos seis anos completos (VII, 794c) e como elas prescrevem, de outra parte (890 e), iniciá-las nos estudos literários aos dez, poder-se-ia ser levado a concluir que, contrariamente a *A República*, *As Leis* situam o período reservado à ginástica, dos sete aos nove anos completos, no comêço, e não mais no final, do ciclo escolar.

Eis por que tal conclusão não é válida: (1) a exposição de *Leg.*, VII, 795d segs., consagrada à ginástica, é apresentada em seguida (797e) como continuação daquela que os livros I-II (641c-673e) atribuíram já (a propósito da regulamentação dos banquetes) ao papel da μουσική na educação.

(2) Após haver retomado o estudo das γράμματα (809e segs.) e da música (812b segs.), Platão, em *As Leis*, volta a tratar da educação física (813a segs.), restabelecendo assim a ordem seguida em *A República*.

(3) Na primeira exposição acêrca da ginástica, *As Leis* (VII, 795d segs.) incluem (796e) desfiles armados e a cavalo, por ocasião das procissões solenes que certamente figuram, no pensamento de Platão como no costume ateniense de seu tempo, entre as atribuições dos efebos maiores, e não dos meninos de sete a nove anos.

(4) É bem verossímil que se nas *Leg.*, como na *Rsp.*, é antes de tudo na efebia que Platão pensa ao tratar da ginástica (já assinala a ênfase dada à preparação militar: assim *Leg.*, VII, 794c, 804c...), esta, entendida no sentido de educação física, devia prevalecer em toda educação, a começar pela infância, sem situar-se exclusivamente dentro de um período próprio, a não ser uma vez, em dois ou três anos de serviço militar. Prova-o o fato de o programa dos jogos atléticos (*Leg.*, VIII, 832d segs.) prever três categorias de concorrentes masculinos (833 segs.): os meninos, os rapazes impúberes e os homens feitos, duas para o atletismo feminino (833cd): menos de treze anos, mais de treze anos (excluídas as mulheres casadas).

Deve-se pois admitir como certo que *As Leis* preconizam que o atletismo seja praticado tanto na idade "secundária" (dos dez aos dezessete anos) como na "primária". Mas êste, de seis a nove anos completos, era inteiramente consagrado apenas à educação física? Se *As Leis* consagram expressamente três anos, dos dez aos treze, ao estudo das γράμματα, designando êste nome a explicação dos autores (a polémica de *Leg.*, VII, 810c segs., retoma, como vimos no texto, a de *Rsp.*, II, 377a segs.; X, 595a

segs.), domínio reservado ao ensino secundário, estes estudos supõem já adquirido o aprendizado da leitura e da escrita.

Para isso, três anos (dos sete aos dez) não são tempo demasiado, a considerar-se o estado incipiente da técnica pedagógica da escola primária antiga: Platão alude a essa técnica: primeiramente se aprendem as letras, depois as sílabas, esgotando-se todas as combinações (*Rsp.*, III, 402ab; *Pol.*, 227e-278b).

No texto principal, explico-me sobre a repartição dos estudos secundários em três ciclos: (1) dos dez aos treze anos, dominante literária; (2) dos treze aos dezesseis, dominante artística; (3) dos dezesseis aos dezessete ou dezoito, dominante matemática. Entretanto, como se viu, Platão pretende que a criança seja iniciada nas matemáticas desde a infância (*Rsp.*, VII, 536d; 537a; *Leg.*, VII, 819b); o papel que ele atribui a estas, na seleção, importa em que o estudo das matemáticas não deve interromper-se depois desses primeiros rudimentos fornecidos na escola primária. E, pois, provável, conforme supus, que a separação entre os três ciclos não seja tão rígida como a princípio parece: trata-se principalmente de uma questão de maior ou menor grau, de repartição entre três ordens de disciplinas sempre mais ou menos estudadas lado a lado.

19. Μακροτέρα ὁδός: ver a nota de WILAMOWITZ: *Platon*², II, ps. 218-220.

20. Mostrando que a filosofia platônica culmina, finalmente, numa Sabedoria contemplativa de ordem pessoal e não mais coletiva, não faço mais que subscrever as agudas observações de W. JAEGER, *Paideia*, II, ps. 271-278, 353-357; cf. III, ps. 197-212.

CAPÍTULO VII

1. Sobre Isócrates: F. BLASS, *Die attische Beredsamkeit*², II, Leipzig, 1892; MÜNSCHNER, ap. PAULY-WISSOWA, IX, 2, c. 2146-2227, s. v. *Isokrates*, 2; G. MATHIEU, *Les Idées politiques d'Isocrate*, Paris, 1925; A. BURK (aluno de E. DRERUP), *Die Pädagogie des Isokrates, als Grundlegung des humanistischen Bildungsideals im Vergleich mit den zeitgenössischen und den modernen Theorien*, ap. *Studien zur Geschichte und Kultur des Altertums*, XIV, 3/4, Wurtzbourg, 1932; W. JAEGER, *Paideia*, III, ps. 46-155.

2. Isócrates sacrificado a Platão: eis o que censuro a W. Jaeger em minha nota *Le Siècle de Platon, à propos d'un livre récent*, *Revue Historique*, CXCVI (1946), ps. 142-149.

3. Isócrates como pai do humanismo: ver os autores citados, e criticados, por W. JAEGER, *Paideia*, III, p. 300, n. 2.

4. Φιλοσοφία e φιλοσοφείν em Isócrates: cf. os textos reunidos por S. PREUSS, *Index Isocrateus*, Leipzig, 1904, p. 104.

5. Composição do *Panegirico*: testemunhos ap. G. MATHIEU, E. BREMOND, *Notice* à sua edição, t. II, p. 5, n. 7.

6. Isócrates e Sócrates: H. GOMPERZ, *Isokrates und Sokratis*, *Wiener Studien*, XXVII (1905), ps. 163 segs.; XXVIII (1906), p. 1 segs.

7. Datas da permanência de Isócrates junto a Górgias, na Tessália: por último, G. MATHIEU, *Introduction* à edição "Budé" de *Isocrate*, t. I, p. 11, n. 1.

8. A *Vida de Isócrates* do Pseudo-Plutarco (837B) refere "que, no dizer de alguns, ele abriu inicialmente uma escola ἐν Χίῳ"; traduz-se, ordinariamente, "em Quíos" (cf. *ibid.*, 837C: ele teria composto uma constituição para esta ilha); mas a expressão ἐν Χίῳ é estranha (por ἐν Χίῳ?): não esconderia ela uma data, fornecida através do nome de algum arconte, lamentavelmente alterado? Cf. W. JAEGER, *Paideia*, III, p. 302, n. 32.

9. Isócrates teria redigido um tratado teórico de arte oratória? Parece que não: o que na Antiguidade circulou sob seu nome provavelmente não era autêntico: [PLUT.] *Isoc.* 838E; V. *Isoc.* 148, 151; Cic. *Inv.* II, 7; QUINT. II, 15, 4; O. NAVARRE, *Essai sur la Rhétorique grecque avant Aristote*, p. 117.

10. Alcídamas: J. VAHLEN, *Der Rhetor Alkidamas*, *Gesammelte Schriften*, I, ps. 117 segs. (= *Sitzungsberichte* da Academia de Ciências de Viena, *Phil.-Hist. Cl.*, XLIII (1863), ps. 491-528); C. REINHARDT, *De Isocratis aemulis*, dissertação de Bonn, 1873, ps. 6-24.

11. Número médio dos alunos presentes na escola de Isócrates: houve ao todo uma centena de alunos ([PLUT.] *Isoc.*, 837C); a duração dos estudos podia estender-se até três ou quatro anos (*Isoc.*, *Ant.*, 87: "Entre tantos alunos, há alguns que passaram comigo três anos, outros quatro"): tomemos por base três anos, duração que supera, sem dúvida, a média; Isócrates tendo lecionado durante cinquenta e cinco anos (393-338), obtém-se a média seguinte: $100 \times 3 : 55 = 5,45$ alunos por ano.

O índice máximo de nove é fornecido a propósito de sua primeira tentativa de ensino ἐν Χίῳ [PLUT.] *Isoc.* 837B. O próprio Isócrates menciona "três ou quatro" alunos escolhidos, associados ao trabalho de "seminário" (*Panath.*, 200).

12. Idéias políticas de Isócrates: ver a tese de G. MATHIEU, citada mais acima, na nota 1, e W. JAEGER, *Paideia*, III, ps. 46-155.

13. Isócrates troca Atenas, onde a democracia arruína a cultura, por Filipe, líder do helenismo: resumo o parecer, um tanto otimista, de W. JAEGER, *ibid.*, ps. 152-155.

14. As relações entre Isócrates e Platão foram objeto de inúmeros e contraditórios estudos: a lista dêles pode ser encontrada ap. A. DIÈS, *Autour de Platon*, II, p. 407, n. 1; MATHIEU, BREMOND, *Introduction* à sua edição de *Isocrate*, t. I, p. IX, n. 3 (cf. ps. 155-157); G. MÉRIDIÈRE, em sua edição do *Euthydème*, ps. 133 segs., p. 137, n. 1; DIÈS, *Introduction* à *La République*, ps. LVI segs.; L. ROBIN, em sua edição do *Phèdre*, p. XXII segs., CLXI segs.; acrescentar: R. FLACELIÈRE, *L'Éloge d'Isocrate à la fin du Phèdre*, *Revue des Études Grecques*, XLVI (1933), ps. 224-232; G. MATHIEU, *Les Premiers Conflits entre Platon et Iso-*

crate et la date de l'Euthydème, *Mélanges G. Glotz*, Paris, 1932, II, ps. 555-564; *Notice* à sua edição de *Antidosis*, edição "Budé" de *Isocrate*, III, Paris, 1942, ps. 90-94; e, por último, W. JAEGER, *Paideia*, III, Londres, 1945, pass. (cf. p. 364, s. v. *Isocrates and Plato*).

Não ousou considerar incorporadas à ciência as conclusões de nenhum destes eruditos. Notem-se as razões por que tal pesquisa, aventureira, está, até nova ordem, condenada ao fracasso: (1) Imprecisão da cronologia respectiva das obras dos dois autores; quaisquer que sejam os progressos realizados, particularmente no que tange aos *Diálogos* platônicos, desde Campbell e Lutoslawski, muitas incertezas subsistem: o *Busiris* é anterior ou posterior a *A República*? Cf. A. DIÈS, *Autour de Platon*, II, p. 247.

(2) Imprecisão das alusões de Isócrates: um dos traços característicos de sua estética (e ele será largamente imitado por seus sucessores!) é evitar as designações precisas: ele fala de seus adversários, empregando fórmulas vagas, tais como "aqueles que se dedicam a discussões" ou "à filosofia". Tratar-se-á de Platão? De Antístenes? De ambos simultaneamente? Estão abertas as apostas. Também é possível que Isócrates esboce um retrato compositivo, cujos traços sejam tirados ora a um certo grupo de filósofos, ora a outro, quando não a sofistas do tipo de Alcídamas.

(3) Finalmente, incerteza quanto ao valor que se deva atribuir aos juízos de Platão. Assim, no fim do *Fedro* (278d-279b), ele faz Sócrates pronunciar um elogio de Isócrates: cabe tomá-lo a sério (FLACELIÈRE, e já o próprio Isócrates, *Ep.*, V)? Mas, não se trataria de ironia (ROBIN)? E mesmo a tomá-lo literalmente, que significa ele exatamente? Tratar-se-ia de um elogio ao Isócrates da data em que Platão escreve (WILAMOWITZ, *Platon*², II, p. 212), ou de uma nostálgica alusão às belas promessas que Isócrates justificava em sua juventude, no momento em que Sócrates falava (suponhamos que por volta de 410) e que teriam falido (TH. GOMPERZ, *Penseurs de la Grèce*, II, p. 438)?

15. Aristóteles e o ensino da retórica no seio da Academia: cf. por último W. JAEGER, *Paideia*, III, ps. 147, 185-186, que remete ao trabalho de seu discípulo F. SOLMSEN, *Die Entwicklung der aristotelischen Logik und Rhetorik*, *Neue Philologische Untersuchungen*, IV, Berlin, 1929.

SEGUNDA PARTE

CAPÍTULO I

1. Sobre a educação helenística, o trabalho fundamental é ainda o livrinho de E. ZIEBARTH, *Aus dem griechischen Schulwesen, Eudemos von Milet und Verwandtes*², Leipzig, 1914; cf. também as páginas, substanciais, mas sem dúvida sumárias de P. WENDLAND, *Die hellenistisch-römische Kultur in ihren*

*Beziehungen zu Iudentum Christentum*²⁻³, *Handbuch zum Neuen Testament*, I, 2, Tübingen, 1912, e de A.-J. FESTUGIÈRE, *Le Monde gréco-romain au temps de Notre-Seigneur*, I. *Le cadre temporel*, Paris, 1935, ps. 64-94. As indicações mais precisas e mais em dia são as que se podem colher na obra de M. ROSTOVTSSEFF citada mais adiante, na nota 4.

2. Documentos escolares de origem egípcia (a maioria dêles é datada da época imperial romana, mas os há, e muitos, da época ptolemaica, em número suficiente para que se possa verificar o princípio, aqui assentado, de uma perfeita homogeneidade da tradição pedagógica, desde a conquista de Alexandre até os tempos bizantinos): uma coletânea, bastante cômoda, de tais documentos, foi preparada por E. ZIEBARTH, *Aus der antiken Schule, Sammlung griechischer Texte auf Papyrus, Holztafeln, Ostraka*, *Kleine Texte für Vorlesungen und Übungen herausgegeben von H. Lietzmann*, n.º 65, Bonn, 1913; para uma primeira elaboração: P. BEUDEL, *Qua ratione Graeci liberos docuerint, papyris, ostracis, tabulis in Aegypto inventis, illustrantur*, dissertação de Münster, 1911. Cumpre estar em dia com êstes achados: um catálogo completo, até a data de sua publicação (peça, antes, por excesso, pois recenseia como escolares documentos de caráter mais científico que pedagógico, sobretudo no tocante às matemáticas), foi compilado por P. COLLART, *Les Papyrus scolaires, Mélanges Desrousseaux*, Paris, 1937, ps. 69-80. Acrescentar-lhe as descobertas recentes: O. GUÉRAUD-P. JOUGUET, *Un livre d'écolier du III siècle avant Jésus-Christ, Publications de la Société Royale Égyptienne de Papyrologie, Textes et Documents*, II, Cairo, 1938, cujo rico comentário remete a muitos textos importantes (atender às precisões reportadas na resenha de A. KÖRTE, *Archiv für Papyrusforschung*, XIII (1938-1939), ps. 104-109, notadamente para a data: depois de 217, antes de 200).

3. Dirijo êste voto e estas escusas a L. ROBERT, mais qualificado do que ninguém para oferecer-nos o estudo de primeira mão, que ainda nos falta, sobre a educação grega na época helenística e romana: cf. entrementes as investigações que êle já nos deu a conhecer sobre o domínio conexo dos concursos, particularmente ap. *Études épigraphiques et philologiques, Bibliothèque de l'École pratique des Hautes-Études (Sciences historiques et philologiques)*, t. 272, ps. 7-112: *Fêtes, musiciens et athlètes*.

Entrementes, Martin NILSSON, êste excelente especialista, ofereceu-nos uma breve e brilhante síntese: *Die hellenistische Schule*, Munique, 1955. Sobre as questões em que divergimos, e notadamente sobre o regime da efebria (aqui, ps. 154-158), ver minha discussão em *L'Antiquité Classique*, 1956, ps. 235-240.

4. Sínteses recentes sobre a civilização helenística: penso menos na compilação, medíocre, de A. H. M. JONES, *The Greek city from Alexander to Justinian*, Oxford, 1940 (sobre a educação, ver, entre outras, as ps. 220-225, 285, e as notas correspondentes: ps. 351-353, 365), que no magnífico livro de M. ROSTOVTSSEFF, *The Social and economic history of the Hellenistic world*, 3 vols., Oxford, 1942 (para nós: cf. ps. 1084-1095, 1058-1060, e *pass.*; as notas: ps. 1588-1590, 1596-1600). Os livros de que dispúnhamos

até agora eram demasiado superficiais, sobretudo no que diz respeito à educação, e não estavam mais em dia: F. BAUMGARTEN, F. POLAND, R. WAGNER, *Die hellenistisch-römische Kultur*, Leipzig-Berlin, 1913 (cf. ps. 57-63); W. TARN, *La Civilisation hellénistique*, trad. fr., Paris, 1936, ps. 94-95.

Sobre a helenização do Oriente, cf. a nota de E. BIKERMAN, *Sur une Inscription grecque de Sidon* (em honra do filho de um sufeta, vencedor da corrida de carros nos Jogos Nemésios, por volta de 200 antes de Cristo), ap. *Mélanges syriens offerts à M. R. Dussaud*, Paris, 1939, I, ps. 91-99.

5. A noção de "cidadão do mundo", fadada a tão notável destino, sobretudo no pensamento estóico, surge no limiar dos tempos helenísticos em Diógenes de Sinope, tendo sido preparada por Antífon e Teofrasto: cf. J. MEWALDT, *Das Weltbürgertum in der Antike*, *Die Antike*, II (1926), ps. 177-190.

6. Παιδεία = *humanitas* = cultura: cf. minha nota ap. *Saint Augustin et la Fin de la Culture antique*, Paris, 1938, ps. 552-554, citando P. DE LABRIOLLE, *Pour l'Histoire du mot Humanitas*, *Les Humanités, Classes de Lettres*, VIII (1931-1932), ps. 427, 478-479.

7. A παιδεία e a vida de além-túmulo: resumo aqui a tese estabelecida (com algumas nuances)* pelas pesquisas vigorosamente encetadas por P. BOYANCÉ, *Le Culte des Muses chez les Philosophes grecs, Études d'Histoire et de Psychologie religieuses*, Paris, 1936; F. CUMONT, *Recherches sur le Symbolisme funéraire des Romains*, Paris, 1942; e por mim mesmo, Μουσικός Ἀνὴρ, *Étude sur les scènes de la Vie intellectuelle figurant sur les Monuments funéraires romains*, Grenoble, 1938 (levar em conta as úteis achegas proporcionadas por A.-J. FESTUGIÈRE em sua reseña, *Revue des Études grecques*, LII (1939), ps. 241-243); *Le Symbolisme funéraire des Romains*, *Journal des Savants*, 1944, ps. 23-37, 77-86. Nossa documentação enriquece-se constantemente: ver, por exemplo, a inscrição do Fitzwilliam Museum recentemente publicada por F. M. HEICHELHEIM, *Journal of Hellenic Studies*, LXII (1942), p. 30, n.º XIII.

CAPÍTULO II

1. A educação dos escravos gregos, ao que eu saiba, não constituiu objeto de levantamento sistemático: cf. as várias indicações fornecidas por E. ZIEBARTH, *Aus dem griechischen Schul-*

* Esta tese parece não ter abalado a sugestão de CH. PICARD, para quem "o *musikos aner* não era um simples leitor terrestre, curioso de ciências, como se acreditou, mas a imagem imortal e benévola de um daqueles que eram lidos" (Le Pindare de l'exèdre des poètes et des sages au Serapeion de Memphis. em *Monuments Piot*, tomo 46, 1952, p. 24; cf. *Revue Archéologique*, 1954, I, p. 103); porque parece certo que o mais das vezes, sobre os monumentos funerários (o que não é a éxedra de Mênfis), o personagem principal representado como "doutor", leitor, orador, musicista, é, de fato, o defunto mesmo e não seu mestre ou inspirador como o provam inscrições, retratos, tipos de penteado, rostos inacabados (cf. minha nota em *Revue Archéologique*, tomo XIV, 1939, p. 200-202).

wesen², p. 39, n. 1; M. ROSTOVTSSEFF, *The Social and economic history of the hellenistic world* (II), p. 1106; (III), p. 1600, n. 51.

Já ARISTÓTELES aconselha os senhores a promoverem a educação dos escravos de que desejem obter um serviço igual ao dos homens livres (*OEc.*, A, 1344, a 23 segs.); êle sabe que existem em Siracusa verdadeiras escolas "preparatórias" para escravos (*Pol.*, A, 1255, b 22 segs.): uma comédia de FERECRATO (segunda metade do quinto século) levava o título *Δουλοδιδασκαλος*, "o professor de escravos" (*ATH.*, VI, 262 B).

Pela correspondência de Zenão (terceiro século antes de Jesus Cristo), parece que os jovens escravos recebiam, nas palestras, uma educação esportiva destinada a torná-los capazes de converterem-se em campeões profissionais: *PSI.*, 418, 340, e a este respeito: M. ROSTOVTSSEFF, *A Large estate in Egypt, in the third century B. C.*, Madison, 1922, ps. 60, 172-173; C. PRÉAUX, *Lettres privées grecques relatives à l'Éducation*, ap. *Revue belge de Philologie et d'Histoire*, VIII (1929), ps. 757-800. Em Doriléia, na época imperial romana, encontramos um "ginasiarca dos homens livres e dos escravos" (*DITT.*, Or. 479, 9), o que prova que êstes últimos freqüentavam o ginásio e tomavam parte nas distribuições gratuitas de óleo. Um rescrito de Vespasiano (*SPAW.*, 1935, p. 968, l. 25) parece interditar o ensino da medicina aos escravos (cf. R. HERZOG, *ibid.*, p. 1013): isto indica, pois, que até então lhes era franqueado.

Pode-se, todavia, fazer algo mais do que coligir inferências indiretas: reunir os testemunhos positivos. Existem: cf. a memória consagrada, ap. *AEgyptus*, XV (1935), ps. 1-66 por A. Zambon às *Διδασκαλικαί*, aos "contratos de aprendizado" do Egito grego, que nos foram conservados em papiros: alguns são contratados por senhores, em benefício de algum de seus jovens escravos, e não se trata unicamente de ensinar-lhes um ofício "servil": assim n.º 29 (*BGU.*, 1125), um ano de instrução para ensinar a tocar o diaulo, *διαυλεῖν* (13 antes de Cristo), n.º 30 (*P. Oxy.*, 724), dois anos para ensinar estenografia (155 depois de Cristo).

2. Aristóteles e a educação: o leitor poderá admirar-se de que esta *História* se limite a reportar assim, de passagem, o testemunho do grande filósofo, sem dedicar-lhe um estudo especial. É que a obra pedagógica de Aristóteles não me parece apresentar o mesmo caráter de originalidade criadora que as de Platão ou de Isócrates. Suas idéias, sua ação (como fundador do Liceu, uma confraria filosófica sustentada financeiramente pelas liberdades de Filipe e de Alexandre) apenas refletem as de seu tempo e se, mais de uma vez, parecem prefigurar as da era helenística, isto se deve, precisamente, ao fato de situar-se a carreira de Aristóteles no umbral cronológico das duas fases da história grega.

O melhor estudo ainda é: M. DEFOURNY, *Aristote et l'Éducation*, *Annales de l'Institut supérieur de Philosophie* (de Louvain), IV (1920), ps. 1-176.

3. Legislação relativa à escolaridade obrigatória. O que Aristóteles (*loc. cit.*) considera como característica das cidades

aristocráticas é a existência da magistratura denominada *παίδωνομία*, que ele só encontrava em Esparta e em Creta; todavia, ela simboliza e envolve toda a organização estatizada da educação. A ausência dessa magistratura especializada, nas outras cidades gregas e em Atenas particularmente, acarretava, como consequência (por privar o Estado de todo instrumento regular de controle e, pois, de coerção), a liberdade total da educação.

Considero, com cepticismo, os esforços envidados no sentido de estabelecer a existência de uma legislação ateniense acêrca da escolaridade obrigatória (por exemplo: P. GIRARD, *L'Éducation athénienne*, ps. 39-41): o texto fundamental que se invoca é o da Prosopopeia das Leis, no *Críton*, onde Platão os faz dizer (50 d): "Diga, tens algumas críticas a fazer às nossas... que concernem à criação da infância e à educação? Acaso não eram boas aquelas, nossas, que se haviam estabelecido a este respeito, e que obrigavam teu pai a educar-te em música e em ginástica?" Mas, sem falar no caráter oratório deste texto, basta, para levá-lo em conta, considerar que Platão pensa, aqui, nas Leis não escritas, no Costume, sem que seja necessário imaginar a existência de uma lei estabelecendo (contra que sanção?) a obrigação, para o pai de família, de enviar o filho às escolas de letras e de ginástica.

A força do costume basta também para explicar que se pudesse, como DEMÓSTENES, *Aph.*, I, 46, censurar a um tutor negligente o ter privado de seus honorários os professores de seu pupilo.

Quanto às leis de Sólon sobre as escolas, citadas por ESQUINES (*Tim.*, 9-12), se elas não são totalmente imaginárias, concernem apenas à polícia dos costumes e visam tão só à repressão do desenvolvimento da pederastia, sem cuidar de regulamentar, positivamente, a educação.

No que diz respeito às magistraturas, somente a estratégia pôde desempenhar um papel na fiscalização da educação, mas somente em função da efebia, na medida em que esta era uma instituição militar. A famosa inscrição DITT., *Syll.*, 956, em que o demo de Elêusis homenageia o estratega Dérquilos pela "generosidade manifestada na educação das crianças do demo", não prova que a instrução primária fizesse parte das atribuições normais da estratégia: Dérquilos é talvez felicitado por um ato de evergetismo que tenha praticado para com o demo, não na qualidade de magistrado, mas a título pessoal (data: 350? 320? Cf. DITT., *ad. loc.*; P. GIRARD, *L'Éducation athénienne*, 51-53). O único ato legislativo que em Atenas teria tido uma relação direta com a pedagogia é o decreto, célebre nos anais da epigrafia, exarado por iniciativa de Arquinos, durante o arcontado de Euclides (403/2), prescrevendo a adoção do alfabeto jônio (EPHORE, fr. 169 *Didot*): a prescrição estendia-se ao ensino, segundo nos revela um escoliasta de Dionísio o Trácio (E. BEKKER, *Anecdota Graeca*, II, p. 783, onde se deve ler, em vez de *παρὰ ῥηθαιῖς*, *παρὰ Ἀθηναίῖς*).

4. Sobre os ginásios no Egito helenístico: P. JOUGUET, *La Vie municipale dans l'Égypte romaine*, Paris, 1911, ps. 67-68; Th. A. BRADY, *The Gymnasium in Ptolemaic Egypt*, *Philological*

Studies in honor of Walter Miller (= *The University of Missouri Studies*, XI, 3), Columbia (Miss.), 1936, ps. 9-20; M. ROSTOVTSSEFF, *The Social and Economic history of the Hellenistic world* (III), ps. 1395, 1588, n. 23.

5. Sobre a efébia ática, o trabalho fundamental continua sendo o de A. DUMONT, *Essai sur l'Éphébie attique*, 2 vols., Paris, 1875-1876, muito embora, com o tempo, sua utilização se torne cada vez mais difícil: nem sua documentação, nem seu sistema de referências, nem sua cronologia estão mais em dia. O artigo de THALHEIM, no PAULY-WISSOWA, demasiado breve, também envelheceu. Consultar: P. GRAINDOR, *Études sur l'Éphébie attique sous l'Empire*, ap. *Musée Belge*, XXVI (1912), ps. 165-208; M. ROSTOVTSSEFF, *Hellenistic World* (III), p. 1505, n. 12.

Sobre *Les Chlamydes noires des Éphèbes athéniens*, cf. a nota de P. ROUSSEL, ap. *Revue des Études anciennes*, XLIII (1941), ps. 163-165.

6. Totalidade da efébia ática: estimo, para o período 334-326, em quinhentos a seiscentos, de acordo com A. W. GOMME, *The Population of Athens in the Fifth and Fourth centuries* (Glasgow University Publications, XXVIII), Oxford, 1933, ps. 8-10, 67-70. Da inscrição IG², II, 1156, conclui-se frequentemente para 800, ou 1000 em números redondos (assim P. GIRARD, *L'Éducation athénienne*, p. 288; W. S. FERGUSON, *Hellenistic Athens*, Londres, 1911, p. 128, referindo-se a SUNDWALL, ap. *Acta da Sociedade finlandesa das Ciências*, XXXIV, 2, ps. 24 segs.), mas se apoiando neste raciocínio imperfeito. O mármore, mutilado, permite-nos conjecturar que seis demos da tribo Cecropis haviam fornecido 44 efebos; como a tribo tem doze anos e a Ática tem dez tribos, calcula-se que a classe dos efebos do ano 334/3 devia abranger: $44 \times 2 \times 10 = 880$ conscritos.

Tal cálculo esquece que a importância dos demos era bastante desigual: os cinco que foram bem conservados na pedra forneceram, respectivamente, 5, 12, 7, 2 e 2 efebos. Foi levando em conta a repartição geográfica dos demos da Cecropis que A. W. Gomme chegou a atribuir 43 ou 45 efebos ao conjunto da tribo.

Para o ano 327/6, a inscrição 'Εφημερίς 'Αρχαιολογική, 1918, p. 75, n.º 95, arrola 65 efebos na tribo Leontis; para 305/4, IG², 478, permite atribuir cerca de 33 efebos à tribo Ereteis.

Cumpra passar da tribo à cidade: somos quase obrigados a multiplicar por dez, e isto não deixa de ser bastante hipotético, pois não há nada que assegure que as 10 tribos fossem igualmente povoadas. Obtemos o número 450 para 334, 630 para 327, 400 para 305. C. A. FORBES, *Greek physical education*, Nova Iorque-Londres, 1929, p. 152, obtém, para 334, o índice análogo 450-500, mas, curiosamente, por um raciocínio duplamente imperfeito, em que os dois erros se compensam (o de Girard, que fixa 900-1000, número que Forbes divide por dois, supondo que se trate das duas classes de efebos que serviam em tal ano: novo erro, pois o texto precisa, 1. 37, 46, que se trata dos efebos acantonados em Eléusis, isto é, efebos de 2.º ano).

No que tange ao período seguinte, possuímos grande número de dados, graças aos catálogos nominativos que as inscrições apresentam; deixando-se de lado as muito mutiladas, obtém-se o quadro que se dará mais abaixo (cf. um quadro análogo ap. O. W. REINMUTH, *The Foreigners in the Athenian ephebia*, ap. *University of Nebraska Studies in Language, Literature and Criticism*, IX, Lincoln, 1929, p. 18, em que retifico as referências e a cronologia, umas, envelhecidas, e a outra, arbitrária). Para o período helenístico, sigo W. K. PRITCHETT — B. D. MERITT, *The Chronology of Hellenistic Athens*, Cambridge (Mass.), 1940, que atualizam W. B. DINSMOOR, *The Archons of Athens in the Hellenistic age*, *ibid.*, 1938, e alteram, conseqüentemente, as datas dos IG². Para o período imperial, estas (cf. sua tábua dos arcontes, IG², II, 2, Berlim, 1931, ps. 789-796), apoiadas em P. GRAINDOR, *Chronologie des Archontes athéniens sous l'Empire*, ap. *Mémoires de l'Académie de Belgique*, 2, VIII, 1921, não foram modificadas, para os anos que nos interessam, pelos trabalhos mais recentes de S. H. OLIVER, *Athenian archons under the Roman empire*, ap. *Hesperia*, 1942, ps. 81-89; NOTOPOULOS, *Ferguson's law in Athens under the Empire*, ap. *American Journal of Philology*, 1943, ps. 44-55; *The Method of choosing archons in Athens under the Empire*, *ibid.*, 1944, ps. 149-166.

IG ² II, n.º	Data	Efebos atenien- ses	Efebos estran- geiros	Total de efebos
665	269/8	33	0	33
681	249/8	29	0	29
766	244/3	23	0	23
(<i>Hesperia</i> , IV, p. 74)	128/7	107	0	107
1008	119/8	124	17	141
1009	117/6	162	12	174
1011	107/6	116	24	140
1028	102/1	102	36	138
1039	83-73	105	5+x	110+x
1043	39/8 a. C.	53	66	119
1996	84/5 - 92/3 d. C.	80	151	231
2024	111/2	21	79	100
2026	116/7	4	48	52
2065	150/1	70	7	77
2086	163/4	95	41	136
2097	169/70	80	154	234
2103	172/3+x	106	109	215
2130	192/3	85	39	124
2128	aprox. 190-200	94	104	198
2191	aprox. 200/1	70	61	131
2193	200+x	76	27	103
2199	200+y	61	32	93
2245	262/3 ou 266/7	313	52	365

7. Os estrangeiros na efébia ática: cf. nota acima e a brochura de REINMUTH; M. ROSTOVTSSEFF, ...*Hellenistic world* (III), p. 1505, n. 12, supõe que sua admissão tenha sido imposta ao nacionalismo estreito da aristocracia ateniense por pressão dos ricos mercadores sírios e italianos estabelecidos em Delos. Qualquer que seja sua origem, parece (cf. REINMUTH, ps. 46-48) que a grande maioria destes efebos estrangeiros não eram filhos de metecos instalados na Ática ou em lugares dependentes da Ática, mas estudantes vindos especialmente a Atenas para ali completar sua educação; a maioria provinha da Ásia Menor (os milesianos prevalecem nos anos 80-90 a 115 da nossa era), mas a Síria-Palestina também está representada; do Ocidente, a Sicília, Tarento, e, sobretudo, a Itália romana.

Estes efebos estrangeiros são inscritos à parte, em catálogos sob a rubrica ξένοι, "estrangeiros" (nas inscrições mais antigas), "milesios" (em 84/5 — 92/3, 111/2 e 115/6), ἐπὶ γυμνασίου, "inscritos depois" (a partir de 141/2). A respeito do problema que suscita este termo "milesianos", cf. por último L. ROBERT, *Hellenica*, II, p. 76, n. 6.

8. Obliteração dos instrutores militares: os monitores do dardo e do arco desapareceram desde 39/8 antes da nossa era (IG², II, 1043); o da catapulta, no fim desse mesmo primeiro século. O monitor de hoplomaquia persiste, mas seu prestígio decresce: a princípio aposto no terceiro lugar, cede êle lugar ao "hegemon", ao pedótriba e até ao secretário, por exemplo em IG², II, 1973 (40/1-53/4 d. C.).

9. Sobre o Paidotribes dos efebos atenienses, cf. J. JÜLICHER, PAULY-WISSOWA, s. v., XVIII, 2, 2390-2391. Aparece êle desde 269/8 antes de Cristo (IG², II, 665, 25): à diferença do "cosmeta", magistrado anual, escolhido principalmente por sua autoridade moral (cf. por exemplo IG², II, 1106, 25 segs.), é um profissional que permanece em serviço por vários anos depois (exemplo: IG², II, 1969, 4 : 45/6 depois de Cristo); a partir do segundo século, é êle confirmado em suas funções "por vida", διὰ βίου. Conhecemos, assim, a carreira de um certo Ariston, filho de Afrodísias, sem dúvida o caçula de um homônimo que tinha sido já pedótriba dos efebos em 61/2 (IG², II, 1990) : aparece êle em funções pouco depois de 102 (IG², II, 2017), nomeado "por vida" em 118/9 (IG², II, 2030), sempre em serviço em 125/6 (IG², II, 2037). Mais notável ainda é a carreira de Abascanto, filho de Eumólpio : a princípio simples "instrutor" (παιδευτής), sob o pedotribado do precedente, em 125/6 (IG², II, 2037), recebeu o título de pedótriba em 136/7 e só morreu depois de ter exercido seu cargo por 34 anos pelo menos (IG², II, 2097, 190; cf. seu epitáfio IG², II, 6397).

Um hipopedótriba aparece em 36/7 da nossa era (IG², II, 1967). Seu prestígio, a princípio modesto, irá crescendo; também este é nomeado por vida, a partir do fim do segundo século (IG², II, 2123, 30 : por volta de 183/4-191/2).

10. Este aprendizado da vida esportiva, mundana e cívica, continuava, após o transcurso da efébia, nos clubes dos moços (véoi), cuja instituição é seguramente atestada (não em Atenas, sobretudo na Ásia Menor: cf. F. POLAND, PAULY-WISSOWA, s. v.

Neoi, XVI, c. 2401-2409; C. A. FORBES, *Neoi, a contribution to the Study of Greek Associations, Philological Monographies published by the American Philological Association*, Middleton, 1933. Tinham êles, amiúde, um ginásio próprio, e desenvolviam bastante suas atividades de moldes parlamentares: assembléia, conselho, magistrados.

11. A efêbia fora da Ática: cf. a velha tese latina de M. COLLIGNON, *Quid de collegiis epheborum apud Graecos, excepta Attica...*, Paris, 1877; o artigo de OEHLER, PAULY-WISSOWA, V, 2741-2746, A. H. M. JONES, *The Greek City*, ps. 220-225, 351-353; C. A. FORBES, *Greek physical education*, ps. 179-257; em Chipre, T. B. MITTFORD, *Opuscula Archaeologica*, VI (Skrifter Svenska Institut Rom, XV, 1950), n.º 12; na Cirenaica, S. APPLEBAUM, *Journal of Roman Studies*, 1950, p. 90.

12. Participação dos efêbos nas festividades religiosas: A. H. M. JONES, *op. cit.*, p. 354, n. 35, não fez a seleção entre os documentos concernentes aos meninos das escolas primárias e os concernentes aos efêbos.

13. Nos reinos helenísticos era a efêbia organizada com vistas ao recrutamento militar? É o que sustenta, no caso do reino de Pérgamo, M. ROSTOVTSSEFF (*The Social economic history of the Hellenistic World*, ps. 809-810, 1524, n. 82), mas os textos que cita não são suficientes para estabelecer que a preparação militar era, ali, objeto de cuidado particular (cf., no mesmo sentido que nós, L. ROBERT, ap. *Revue des Etudes grecques*, 1935, p. 332) : notamos bem, como em Atenas, a persistência de exercícios guerreiros: dardo, arco (DITT., *Or.*, 339, 37; L. ROBERT, *Études anatoliennes*, Paris, 1937, ps. 201-102), mas não vejo que esta sobrevivência tenha tido maior significação em Pérgamo do que na Ática. Quanto aos οἱ διὰ τῶν πύλων ἀγῶνες de DITT., *Or.*, 764, 24, pode tratar-se apenas de uma corrida a pé, "com armas", antes que de combates de esgrima: cf. para Atenas P. GRAINDOR, *Musée Belge*, XXVI (1922), p. 166.

14. Nexos indiretos, mas estreitos, entre a efêbia e o exército tolemaico: cf. M. LAUNEX, *Recherches sur les armées hellénistiques*, tomo II, Paris, 1950; os fatos reunidos por TH. A. BRADY, *Mélanges Müller* (citados mais acima, nota 4), ps. 15-16, e M. ROSTOVTSSEFF, *Hellenistic world* (III), p. 1588, n. 23 : por exemplo: oficiais preenchem, de bom grado, as funções de ginasiarca, PREISIGKE, *S. B.*, 2264; 7456... Assim também em Cirene: *Africa Italiana*, III (1930), p. 189.

15. A efêbia egípcia: P. JOUGUET, *La Vie municipale dans l'Égypte romaine*, Paris, 1911, ps. 67-68, 150-160 (retomando *Revue de Philologie*, 1910, ps. 43-56); E. BICKERMANN, mesma *Revue*, 1927, ps. 367-368; TH. A. BRADY, art. citado, nota 4; M. ROSTOVTSSEFF..., *Hellenistic World* (III), p. 1395.

16. Escolhi intencionalmente, para traduzir o termo técnico ἀλφεις, o ambiguo vocábulo "classe": os papirólogos hesitam entre dois sentidos (cf. P. JOUGUET, *Vie municipale*, p. 155): "classe" em sentido militar, o contingente anual, "alumni of particular years" (assim: M. ROSTOVTSSEFF, *Hellenistic World*, p.

1059), ou, no sentido escolar, turma, "small groups in order to facilitate instruction" (TH. A. BRADY, *Mélanges Miller*, ps. 12-13). Os textos que manuseamos são obscuros: WILCKEN, *Chrest.*, I, 141, 142; *Bulletin de la Société Archéologique d'Alexandrie*, XXIV (1929), p. 277, n. 3.

17. Sobre os "ἀπὸ γυμνασίου" do Egito romano, cf. P. JOUGUET, *La Vie municipale*, ps. 79-86. Admito que, praticamente, esta expressão equivale a ἀπὸ ἐφηβείας (BGU., 1903, 2), se bem que P. Jouguet (p. 83) reserve a possibilidade de uma distinção (mas quem então freqüentava o ginásio, senão os efebos?), e, de outra parte, que é ela sinônima da expressão οἱ ἐκ τοῦ γυμνασίου (cf. ROSTOVTSSEFF, *Hellenistic world*, p. 1059): BRADY (*Mélanges Miller*, p. 11) hesitava em assimilá-las, mas a publicação recente de P. Oxy., 2186, remove a dificuldade; a expressão ἐκ τοῦ γ. parecia limitada à época lágida (APF., II, 548, 26; V, 415-416, 13, 17; SEG., VIII, 504, 531, 641, 694), e eis que P. Oxy., 2186, enumera, em 260 depois de Cristo, nove gerações de ἐκ τοῦ γυμνασίου; cf. P. Amh. 75; PSI. 457.

18. Efebos inscritos com bastante antecedência: não tratemos, logo, de comparar esta maneira de agir com a dos pais britânicos que reservam com antecedência um lugar para seu filho em alguma escola pública de renome; como o sugere P. JOUGUET, isto pode ser apenas uma generosidade, espontânea ou solicitada: os pais, participando dos gastos da efebia em nome de seu filhinho, efebo honorário (*Vie municipale*, p. 152). Cf. ainda PSI. 1223-1224.

19. Magistraturas helenísticas controlando a educação: ver os dados reunidos nos artigos dedicados por DAREMBERG-SAGLIO e por PAULY-WISSOWA às palavras: *gymnasiarchia* (G. GLOTZ, D. S., II, 2, ps. 1675 a-1684 b), *γυμνασίαρχος* (J. OEHLER, P. W., VII, c. 1969-2004), *kosmetes* (P. GIRARD, D. S., III, 2, p. 865 ab), *κοσμητής* (PREISIGKE, P. W., XI, c. 1490-1495), *sophronistes* (P. GIRARD, D. S., IV, 2, ps. 1399 b-1400 b), *σωφρονισταί* (J. OEHLER, P. W., II R., III, c. 1104-1106), *ἐφήβαρχος* (Id., P. W., V, 2, c. 2735-2736), *paidonomos* (P. GIRARD, D. S., IV, 1, ps. 276 b-227 a), *παιδονόμοι* (O. SCHULTHESS, P. W., XVIII, 2, c. 2387-2389), *γυναικονόμοι* (BOERNER, P. W., VII, 2, c. 2089-2090).

20. A ginasiarquia, magistratura suprema do Egito: cf. P. JOUGUET, *La Vie municipale*, p. 68, 83, 167. Nada de semelhante na Grécia: sem dúvida encontraram-se, em vinte nove cidades, inscrições datadas do nome do ginasiarca (J. OEHLER, ap. PAULY-WISSOWA, VII, 2, c. 1981), mas trata-se apenas de uma eponímia relacionada à esfera de atividade do magistrado; apesar do que pensou G. GLOTZ (ap. DAREMBERG-SAGLIO, II, 2, 1676 b), não há exemplo seguro de eponímia "absoluta" que fizesse do ginasiarca o epônimo dos atos oficiais da cidade toda: assim, em Larissa (IG, IX, 2, 517), em Krannon (*ibid.* 460-461), a ginasiarquia vem somente em segundo plano, depois dos *tagoi*, que são os verdadeiros epônimos.

21. Ginásios e ginasiarcas em pequenas cidades do Egito: F. ZUCKER, *Γυμνασίαρχος χώμης, Aegyptus*, XI (1930-1931), ps. 485-496.

22. Ginasiarca geral: portador de diversos títulos, tais como "ginasiarca dos quatro ginásios", isto é, certamente, das crianças, dos efebos, dos *véoi* e de adultos (em Iasos: *Revue des Études grecques*, VI (1893, p. 175, n.º 9), "ginasiarca de todos os ginásios" ou "de todos" (em Mileto *CIG*, 2885; *Ditt.*, *Or.*, 472, 6; em Pérgamo: *Athenische Mitteilungen*, XXXII, p. 330, n.º 61). É preciso notar que o título "ginasiarca da cidade" *τῆς πόλεως* (em Cos, por exemplo: *Paton-Hicks, Inscriptions of Cos*, n.º 108, 9), parece significar "ginasiarca *τῶν πολιτῶν*, dos adultos" por oposição a "ginasiarca dos efebos" ou "dos *véoi*", e não ginasiarca "geral".

23. O *ginecônomo* parece ter sido, sobretudo, encarregado de aplicar as leis suntuárias e velar pelo "bom aspecto" e, consequentemente, pelos bons costumes das mulheres adultas (cf. *Boerner, Pauly-Wissowa*, s. v.). Mas o regimento prescrito em Magnésia em 196 antes de Jesus Cristo para as festas de Zeus Sosipólis, atribui aos ginecônomos um papel tão estreitamente paralelo ao dos pedônomo que nos permite concluir que a sua autoridade era extensiva à direção da juventude feminina (uns designavam nove mocinhas, outros, nove rapazes, "com os dois pais vivos", para tomarem parte na cerimônia): *Ditt.*, *Syll.*, 589, 15-20.

24. A lei escolar de Carondas: *Diodoro da Sicília* (XII, 12 *fin*) afirma que os fundadores de Thourium escolheram como legislador de sua colônia Carondas de Locres (*sic*), que ele julga contemporâneo da fundação (445), quando, na verdade, Carondas e Zalenco viveram no século sétimo: "Ele decretou que todos os filhos dos cidadãos aprendessem as letras e que os salários dos mestres fossem pagos pela cidade." O objetivo da lei era estabelecer a igualdade entre os cidadãos, qualquer que fosse a sua fortuna, com vistas à aquisição da cultura literária, da qual *Diodoro* (c. 13) faz o panegirico. Os historiadores modernos parecem estar de acordo em ver nisto um anacronismo: se tal lei tivesse existido, seu caráter extraordinário para a época não teria deixado de atrair a atenção de *Aristóteles*; o silêncio da *Política* é inquietante (*G. Busolt, Griechische Staatskunde*, I³, ps. 378-379; *E. Ziebarth, Aus der griechischen Schulwesen*², p. 33).

25. Ginásios foram também fundados por mecenas, tanto por simples particulares como por soberanos: é pelo menos a interpretação que sugerem nomes como "ginásio de Filipe" em Halicarnasso (*E. Ziebarth, ibid.*, ps. 49-50).

26. Fundações em cidades helenísticas e romanas: cf. o estudo e a documentação, aliás bastante incompleta de *B. Laum, Stiftungen in der griechischen und römischen Antike, ein Beitrag zur antiken Kulturgeschichte*, 2 vol., Leipzig-Berlin, 1914; a este respeito, ver *F. Poland, Berliner Philologische Wochenschrift*, 1915, c. 427-435.

27. A data da doação de Eumeno foi precisada por *G. Daux, Craton, Eumène II et Attale II, Bulletin de Correspondance hellénique*, LIX (1935), ps. 222-224.

28. Sobre o "Diogeneion" de Atenas, cf. DITT., *Syll.*, 497, n. 5; WACHSMUTH, PAULY-WISSOWA, V, c. 734-735, e sobretudo, P. GRAINDOR, *Études sur l'Ephébie attique sous l'Empire*, II, ap. *Musée belge*, XXVI (1922), ps. 220-228. O nome de "Diogeneion" parece ter sido escolhido para honrar um personagem chamado Diógenes, sem dúvida o chefe da guarnição macedônia, de quem Arato obtivera, por 500 talentos, a evacuação amigável da Ática em 229 antes de Cristo, logo após a morte de Demétrio II.

29. A ginasiarquia como liturgia: G. GLOTZ quis (DAREMBERG-SAGLIO, II, 2, p. 1678 b) distinguir nitidamente duas espécies de ginasiarquias: a g. — magistratura (equivalente ao cosmetado ateniense) e a g. — liturgia. Mas eis aqui uma destas construções jurídicas tão caras aos sociólogos ávidos de "leis" rigorosas: a realidade histórica recusa tal distinção. J. OEHLER (PAULY-WISSOWA, VII, c. 1976) mostrou claramente como os dois aspectos são, de fato, inseparáveis. Sobre a ginasiarquia exercida por mulheres ou crianças, ou a título hereditário, cf. GLOTZ, *D. S.*, p. 1681 b; OEHLER, *P. W.*, c. 1983.

30. Fundações destinadas a financiar a ginasiarquia: B. LAUM, *Stiftungen*, t. I, p. 97; t. II, 1, n.º 49, 102, 114, 127, 162; ou distribuições de óleo para o atletismo: *ibid.*, I, ps. 88-90; II, 1, n.º 9, 16, 23, 25, 61, 68, 71-73 a, 121-125, 136, 177; II, 11, n.º 87, 94, 109; L. ROBERT, *Études Anatoliennes*, p. 317, 381; *Bull. Epigr., REG.*, 61 (1948), p. 169, n.º 112.

31. Participação da juventude nas festas religiosas: ver os dados coligidos por E. ZIEBARTH, *Aus der griechischen Schulwesen* 2, ps. 42 segs., 147 segs.; A.-J. FESTUGIÈRE, *Le Monde gréco-romain*, I, ps. 87-92; L. ROBERT, *Études anatoliennes*, ps. 9-20; A. H. M. JONES, *The Greek City*, p. 354, n. 35.

CAPÍTULO III

1. A educação física começava aos sete ou aos oito anos? Não foi sem haver hesitado que adotei esta opinião; aliás, não é ela, em geral, admitida: P. GIRARD, por exemplo (*L'Éducation athénienne*, ps. 127-128, 194), a faz começar por volta dos 12-14 anos e se poderiam encontrar muitos textos que lhe parecem dar razão (assim, GAL., *San. tu.*, II, 1, p. 81; II, 12, p. 162). O fato é que os costumes variaram segundo os lugares e, sobretudo, segundo os tempos; se — como me empenho em estabelecer-lo no final deste capítulo — a importância da ginástica na educação declinou lentamente no curso do período helenístico e romano, para anular-se, enfim, aí pelo século IV da nossa era, houve provavelmente um momento em que a idade inicial começou a elevar-se, em virtude da crescente indiferença que se manifestava por esta espécie de ensino.

2. Jogos esportivos dos *mikkikhizomènes* espartanos: A. M. WOODWARD, ap. R. M. DAWKINS, *The Sanctuary of Artemis Orthia*, p. 288; cf. p. 318, n.º 41.

3. Possuimos uma série de magníficos sarcófagos de crianças, da época romana, representando o pequeno morto (na idade de sete anos, no máximo, a julgar-se pela estatura) sob a apa-

rência de um atleta vencedor : F. CUMONT, *Recherches sur le Symbolisme funéraire des Romains*, Paris, 1942, ps. 469-473; pr. XLVI, 2-3. A interpretação de tais relevos é, sem dúvida, difícil, uma vez que o simbolismo pode ir muito longe : cf. os monumentos análogos que nos mostram, heroificados sob a aparência de um condutor de quádriga, crianças pequenas que, em vida, não poderiam ter conduzido, na hipótese mais favorável, senão um carrinho puxado por cabras! (F. CUMONT, *ibid.*, ps. 461-465).

4. Sobre a literatura dos higienistas e dos médicos referentes à ginástica, ver o estudo de J. JÜTHNER na introdução de sua edição de PHILOSTRATE, *Ueber Gymnastik*, Leipzig-Berlim, 1909, ps. 3-60.

5. Sobre o lugar da equitação na educação da juventude: G. LAFAYE, s. v. *Equitatio*, ap. DAREMBERG-SAGLIO, II, 1, ps. 750 b-751 a.

6. Esportes náuticos entre os gregos: em Hermione, cf. K. SCHUTZE, *Warum kannten die Griechen keine Schwimmwettkämpfe?* ap. *Hermes*, 73 (1938), ps. 355-357, corrigindo as aventurosas hipóteses de M. AURIGA, *Gedanken über das Fehlen des Schwimmwettkampfes bei den Griechen*, ap. *Leibesübungen und körperliche Erziehung*, 1938, 8, ps. 206-211; por minha vez, porém, objetarei a Schutze que a relação por ele estabelecida entre tais jogos e a pesca da púrpura não parece demonstrada, nem que no texto de Pausânias κόλυμβος signifique "mergulho" antes que "natação".

7. Em Corcira e alhures: P. GARDNER, *Boat-races among the Greeks*, ap. *Journal of Hellenic studies*, 2 (1881), ps. 90-97; cf. em geral MEHL, s. v. *Schwimmen*, ap. PAULY-WISSOWA, *Suppl.*, V, c. 847-864; M. A. SANDERS, *Swimming among the Greeks and the Romans*, ap. *Classical Journal*, 20 (1924-1925), ps. 566-568.

Em Atenas : P. GARDNER, *Boat-races at Athens*, ap. *Journal of Hellenic studies*, 2 (1881), ps. 315-317 e sobretudo P. GRAINDOR, ap. *Musée belge*, 26 (1922), ps. 217-219. As inscrições da época romana empregam, para designar estes jogos, o termo ναυμαχία: não me parece certo que se deva entender justas, ou combate naval simulado, no sentido romano da palavra *naumachia*; os baixos-relevos, lamentavelmente mutilados, dos quais muitos apresentam essas inscrições, não permitem, porém, que se estabeleça, com segurança, que se trate de regatas, como na época helenística : cf. E. NORMAN GARDINER, *Athletics of the ancient world*, fig. 66-69.

8. Hóquei: cf. um dos relevos descobertos em Atenas em 1922, por exemplo L. GRÜNDEL, *Griechische Ballspiele*, ap. *Archäologischer Anzeiger*, 1925, c. 80-95; por último, C. PICARD, *Manuel d'Archéologie grecque*, I, ps. 628-632. O tratado de Galeno "sobre a pelotilha" foi traduzido e comentado por F. A. WRIGHT, *Greek Athletics*, Londres, 1925, ps. 108-122.

9. O atletismo grego: escuso-me, junto ao leitor, por fornecer-lhe tão poucas referências em apóio do breve quadro que esboço dos diferentes esportes atléticos. Os textos, esparsos em toda a literatura antiga, são amiúde obscuros e pouco significa-

tivos em si mesmos: ganham, porém, seu pleno valor quando cotejados com os monumentos figurados (a maioria — das pinturas de vasos dos séculos VI e V — é bem anterior ao período helenístico; não obstante, a técnica esportiva parece ter evoluído muito pouco nesse interim). Coligir e confrontar estas duas ordens de documentos foi trabalho realizado pela erudição moderna; o trabalho, começado há muito (cf. J. H. KRAUSE, *Die Gymnastik und die Agonistik der Hellenen*, Leipzig, 1841), foi levado a bom termo, em nossos dias, por J. JÜTHNER e E. NORMAN GARDINER.

Do segundo dêesses estudiosos citei, já, dois livros de síntese, *Greek Athletic Sports and Festivals*, Londres, 1910; *Athletics of the ancient world*, Oxford, 1930 (na mesma direção, ver também: B. SCHRÖDER, *Der Sport in Altertum*, Berlim, 1927, e C. A. FORBES, *Greek physical education*, Nova York — Londres, 1929), mas, do ponto de vista da erudição, cumpre referir sobretudo a bela série de artigos que êle estampou no *Journal of Hellenic Studies*: 23 (1903), ps. 54-70, *The Method of deciding the Pentathlon*; *ibid.*, ps. 261-291, *Notes on the Greek foot-race*; 24 (1904), ps. 70-80, *Phayllus and his record jump*; *ibid.*, ps. 179-194, *Further notes on the Greek jump*; 25 (1905), ps. 14-31; 263-293, *Wrestling*; 26 (1906), ps. 4-22, *The Pancration* (cf. *ibid.*, K. T. FROST, *Greek boxing*); 27 (1907), ps. 1-36, *Throwing the disks*; *ibid.*, ps. 249-273, *Throwing the javelin*; 45 (1925), ps. 132-134 (com L. PIHKALA), *The System of the pentathlon*.

De J. JÜTHNER consultar-se-á, com *Ueber antike Turngeräte*, Viena, 1896, e sua bela edição, traduzida e comentada, de PHILOSTRATOS, *Ueber Gymnastik*, Leipzig-Berlim, 1909, os numerosos artigos que êle inseriu no PAULY-WISSOWA, notadamente *Diskobolia*, V, 1, 1187-1189; *Dolichos* (4), V, 1, 1282-1283; *Dromos* (2), V, 2, 1717-1720; *Gymnastik*, VII, 2, 2030-2085; *Gymnastes*, VII, 2, 2026-2030; *Halma*, VII, 2, 2273-2276; *Halter*, VII, 2, 2284-2285; *Hippios* (5), VIII, 2, 1719-1720; *Hoplites* (3), VIII, 2, 2297-2298; *Skamma*, II R., III, 1, 435-437; *Stadion* (3), II R., III, 2, 1963-1966, e ao t. XVIII, *Palè* e *Pankration*. Cf. também, sempre no PAULY-WISSOWA, os artigos de REISCH, nos primeiros tomos: *Akontion* (2), I, 1183-1185; *Balbis*, II, 2819, e, naturalmente, os artigos correspondentes do DAREMBERG-SAGLIO: assim A. DE RIDDER, III, 2, ps. 1340 a-1347 b, s. v. *Lucta*.

10. Interpretação do P. Oxy. (III), 466, século II depois de Cristo. Este texto emprega palavras (por exemplo compostos de βάλλω ou τίθημι) que, sendo ambíguas ou vagas na linguagem comum, haviam certamente assumido um valor técnico na linguagem esportiva. Beneficiei-me da paráfrase e do comentário de J. JÜTHNER, ap. PHILOSTRATOS, *Ueber Gymnastik*, ps. 26-30; a maioria dos termos técnicos em questão tinham já sido estudados, de outra parte, de maneira aprofundada, por E. NORMAN GARDINER, ap. *Journal of Hellenic studies*, 25 (1905), ps. 262 segs., particularmente ps. 244-246, 280, 287; cf. também *Classical Review*, 1929, ps. 210-212. Nas divergências das duas interpretações eu quase sempre dei razão, após apreciação, a Norman Gardiner, contra Jüthner. Assim, por exemplo, no que concerne à primeira ordem de comando: παράθες τὸ μέσον. Jüthner traduz:

Stemme die Mitte an, "retesar o meio do corpo", mas não se vê de que maneira isto se liga à continuação, ao passo que a tradução de Norman Gardiner: *Turn your body sideways*, "vire o corpo de lado" (scil.: direito) conduz, naturalmente, ao movimento seguinte: braço direito na cabeça; ademais, apoia-se ela num texto de PLUTARCO, *Quaest. Conv.*, 638 F, onde παραθέσεις parece realmente opôr-se a συστάσεις.

11. Papel do tocador de aulo nos exercícios ginásticos: cf. os textos e monumentos figurados reunidos por J. JÜTHNER, ap. PHILOSTRATOS, *Ueber Gymnastik*, p. 301, n. ad p. 180, 18. É de lembrar-se o papel análogo que desempenhava êle no exército e na marinha: *supra*, 1.ª parte, p. 49 e n. 25.

12. Absoluta nudez do atleta: os gregos não conheceram o uso do suspensório atlético; o costume conhecido pelo nome de κυνοδέσμη e que consistia em cingir a extremidade do prepúcio com um cordel ligado a um cinto atende a outras preocupações (de ordem higiênica e moral, ao mesmo tempo) e não favorecia o esforço atlético violento: cf. sôbre êste costume JÜTHNER, ap. PAULY-WISSOWA, IX, 2, c. 2545, s. v. *Infibulatio* (a κυνοδέσμη não é todavia a *infibulatio* — chamada em grego κρικωσις —, técnica muito mais brutal, que mantém o prepúcio fechado por meio de um broche de metal).

13. Sôbre o boné de cordões dos atletas, cf. P. GIRARD, *l'Éducation Athénienne*, p. 210-211; não se deve confundir, como parece que o faz (p. 211, n. 2), com os guarda-orelhas, ἀμφοτίδες ou ἐπωτίδες que se usavam nos exercícios de box (cf. E. SAGLIO ap. DAREMBERG-SAGLIO, I, 1, p. 521 a).

14. Castigos infligidos pelo pedótriba ao atleta: cf. por exemplo HDT., VIII, 59 (o corredor que sai antes de ter sido dado o sinal de partida é espancado); Luc., *Asin.*, 10 ("Sofrerás outros castigos, se não cumprires os movimentos prescritos"); e, sobretudo, os monumentos figurados, como êste belo vaso de figuras vermelhas do British Museum (E 78) onde o treinador vibra um golpe vigoroso, com seu chicote denteado, num lutador de pancrácio que tenta furar um ôlho de seu adversário, enfiando nêle o polegar e o indicador, golpe proibido!

15. Sôbre a querela verbal acêrca de γυμνάσιον e παλαίστρα cf. G. FOUGÈRES, ap. DAREMBERG-SAGLIO, s. v. *Gymnasium*, II, 2, ps. 1685 b-1686 a; J. OEHLER, ap. PAULY-WISSOWA, s. eod. v., VII, 2, c. 2009-2011; K. SCHNEIDER, *ibid.*, s. v. *Palaistra*, XVIII, 2, c. 2473, 2490-2492; J. JANNORAY, ap. *Bulletin de Correspondance hellénique*, 61 (1937), ps. 51-56. Outros têrmos, designando, propriamente, uma parte do ginásio, serviram também, em vários casos, por sinédoque, para designar o conjunto das instalações esportivas, como ἐυστός na Elida (PAUS., VI, 23, 1), δρόμος em Creta (SUID., s. v.).

16. Ginásio inferior de Priene (o "ginásio superior" é da época romana) : cf TH. WIEGAND H. SCHRADER, *Priene, Ergebnisse der Ausgrabungen und Untersuchungen in den Jahren 1895-1898*, Berlim, 1904, ps. 259-275; pr. XIX-XX; M. SCHEDE, *Die Ruinen*

von Priene, *kurze Beschreibung*, Berlim-Leipzig, 1934, ps. 80-90 (belas reconstituições: fig. 96-100).

Sôbre os diversos ginásios e palestras helenísticos encontrados no mundo grego, cf. os três artigos de FOUGÈRES, OEHLER e SCHNEIDER, citados na nota acima. Sôbre as palestras de Delos, ver (enquanto se esperam as publicações anunciadas por J. DE-LORME) R. VALLOIS, *L'Architecture hellénique et hellénistique à Délos jusqu'à l'éviction des Déliens* (166 avant Jésus-Christ), 1.^a parte, *Les Monuments*, Paris, 1944, ps. 176 segs. Sôbre as últimas pesquisas do ginásio de Delfos, devidas a J. JANNORAY, cf. *Bulletin de Correspondance hellénique*, 60 (1936), ps. 463-465, 64-65 (1940-1941), p. 288.

Como tipo de ginásio da época romana (com hipertrofia característica das termas e, de modo geral, o luxo do conjunto), considere-se sobretudo o testemunho dos ginásios suntuosos de Éfeso: ver os relatórios de S. KEIL nos *Jahreshefte* do Instituto Arqueológico Austriaco, *Beiblatt*, t. 24 (1929), c. 25 segs.; 25 (1929), c. 21 segs.; 26 (1930), c. 17 segs.; 27 (1932), c. 16 segs.; 28 (1933), c. 6 segs.; 29 (1934), c. 148; cf. também, embora se reporte essencialmente ao período helenístico, o grande ginásio de Pérgamo: P. SCHAZMANN, *Das Gymnasion* (*Altortümer von Pergamon*, VI), Berlim-Leipzig, 1923.

17. Hermas decorando os ginásios e palestras (trata-se sobretudo de bustos de Hermes e Hércules, divindades protetoras do esporte), cf. C. MICHALOWSKI, *Les Hermès du gymnase de Délos*, *Bulletin de Correspondance hellénique*, 54 (1930), ps. 131-146, e: H. SISKÁ, *De Mercurio ceterisque diis ad artem gymnasticam pertinentibus*, Diss. de Halle, 1933.

18. Concursos esportivos escolares da época imperial em Termessos: que me baste remeter a R. HEBERDEY, ap. PAULY-Wissowa, II R., V, 1, c. 767-768, s. v. *Termessos*, *Schulagone*.

19. Atletas homenageados na época imperial, atletas de origem aristocrática: cf. L. ROBERT, *Notes de Numismatique et d'Epigraphie grecques*, ap. *Revue archéologique*, 1934, I, ps. 55-56 (cf. 52-54), 56-58.

20. O. A. SAWHILL, *The Use of athletic metaphors in the biblical homilies of St. John Chrysostom*, dissert. Princeton, 1928; C. SPICQ, *L'Image sportive de II Cor.*, iv, 7-9, ap. *Ephemerides Theologicae Lovanienses*, 1937, ps. 209-229; *Gymnastique et Morale*, d'après I Tim., iv, 7-8, ap. *Revue biblique*, 1947, 229-242 (retornado em *Les Épîtres pastorales*, Paris, 1947, ps. 151-162).

CAPÍTULO IV

1. Sôbre o ensino do desenho, cf. os parcos dados coligidos por L. GRASBERGER, *Erziehung und Unterricht im klassischen Altertum*, t. II, ps. 343-350. Erradamente, parece-me, W. JÄGER, *Paideia*, t. II, p. 228, exclui as artes plásticas da paidéia grega: a interpretação tradicional do texto de Aristóteles, *Pol.*, Θ, 1337 b 25, que êle repudia, encontra seu natural comentário nos

palmares epigráficos de Teos e Magnésia, sem falar no testemunho de TEL., ap. STOB., 98, 72.

2. O ensino conjunto do aulo e da lira segundo os vasos pintados: cf. por exemplo P. GIRARD, *L'Éducation athénienne*, figs. 6, 8, 13, 14, 15, ps. 105, 111, 165, 169, 171.

3. Sobre o aulo, seu papel (que não foi suficientemente reconhecido) na música grega, cf. o livro, volumoso e bastante discutível de K. SCHLESINGER, *The Greek aulos, a study of its mechanism and of its relation to the modal system of ancient Greek music*, Londres, 1939 (e a resenha dêle que apresentei ap. *Revue des Études grecques*, LIII (1940), ps. 87-92); N. B. BODLEY, *The Auloi of Meroë*, ap. *American Journal of Archaeology*, L (1946), ps. 217-240, segue Schlesinger sem muita crítica.

4. Sobre o acorde, controvertido, da lira heptacórdia, cf. em último lugar I. DÜRING, *Studies in musical terminology in 5th century literature*, ap. *Eranos*, XLIII (1945), ps. 190-193. Os textos sobre a história das sucessivas cordas acrescentadas à lira são agrupados por (H. WEIL) — TH. REINACH, em sua edição de PLUTARQUE, *De la Musique*, Paris, 1900, ps. 119-129, ad § 303.

5. A teoria musical grega: o melhor livro continua sendo a bela tese de L. LALOY, *Aristoxène de Tarente et la Musique de l'Antiquité*, Paris, 1904; para uma rápida exposição, cf. a *Introduction* de J. F. MOUNTFORD ao livro citado, na n. 3, de K. SCHLESINGER, ps. VI-XXXVII.

6. Sobre o duplo significado da palavra *música*, que, alternadamente, na Antigüidade, designa arte musical e ciência matemática dos intervalos e do ritmo, cf. meu *Saint Augustin et la Fin du Monde antique*, Paris, 1937, ps. 197-210; geralmente, esta ciência, a harmônica, é da competência dos professores de matemática e, entre eles (se se especializam) de um ἀρμονικός; cf. TEL., ap. STOB., 98, 72) e não do citarista, que é um prático. Permanece entretanto uma dúvida no caso das escolas de Teos: seu regimento, DITT., *Syll.*, 578, l. 18-19, prevê que o citarista deve ensinar, além da execução da lira, "a música", τὰ μουσικά: como se trata de alunos de nível secundário ou superior, poderia tratar-se da teoria científica em questão; mas, neste caso, porque não se disse simplesmente τὴν μουσικὴν? Traduz-se às vezes τὰ μουσικά por "o solfêjo" (assim: Th. Reinach, *La Musique grecque*, Paris, 1926, p. 135), mas (cf. nota seguinte) seria preciso, primeiramente, estar-se seguro de que o ensino helenístico conhecia algo equivalente ao nosso solfêjo. Τὰ μουσικά designa talvez o aprendizado dos diversos cânticos que os alunos maiores de Teos teriam que executar nas festas e cerimônias cívicas.

7. Admite-se comumente que o ensino da música na época helenística compreende o do ditado musical, portanto, "a fortiori", o da notação; mas esta opinião repousa sobre uma interpretação, que julguei falha, dos termos μελογραφία e ὀρθμογραφία que aparecem nos palmares dos concursos escolares de Teos e Magnésia (MICHEL, 913, 12, 9; DITT., *Syll.*, 960, 4): cf. minha nota, sob o título ΜΕΛΟΓΡΑΦΙΑ, ap. *L'Antiquité classique*, XV, 1946, ps. 289-296.

8. Ensino *ad orecchio* da lira, segundo as pinturas dos vasos: P. GIRARD, *L'Éducation athénienne*, figs. 5, 7, 9, 16, ps. 103, 119, 120, 173.

9. Sobre o côro de dança, cf. por exemplo G. BUSOLT-H. SWOBODA, *Griechische Staatskunde*³, ps. 975 segs., 1086 segs., ou os artigos *ad hoc* do PAULY-WISSOWA e do DAREMBERG-SAGLIO (assim, neste último, s. v. *Cyclicus chorus*, t. II, 1, ps. 1691 a-1693 b, etc.); A. BRINCK, *Inscriptiones Graecae ad choregiam pertinentes*, ap. *Dissertationes philologicae Halenses*, VII (1886), ps. 71-274.

10. Sobre as "pitaidas", A. BOËTHIUS, *Die Pythais, Studien zur Geschichte der Verbindungen zwischen Athen und Delphi*, Dissert., Upsala, 1918; C. DAUX, *Delphes aux II^e e I^{er} siècles*, Paris, 1936, ps. 521-583, 708-729.

11. A inscrição *F. Eph.*, II, n.º 21, l. 53 segs., mostra-nos como no ano 44 depois de Cristo, por intervenção do proconsul Paulo Fábio Pérsico, os hinistas profissionais, até então em serviço, foram substituídos por um côro de efebos. O motivo invocado é uma razão de economia (a manutenção dêste côro teria absorvido a maior parte da receita da cidade!), mas também é possível que a medida tenha tido uma intenção política: cf. CH. PICARD, *Ephèse et Claros, Recherches sur les Sanctuaires et les Cultes de l'Ionie du Nord*, Paris, 1922, ps. 252-254; finalmente, F. K. DÖRNER, *Der Erlass des Statthalters von Asien Paullus Fabius Persicus*, diss. Greifswald, 1935, ps. 38-39.

12. Sobre a dança na educação grega, cf. a tese latina de M. EMMANUEL, *De Saltationis disciplina apud Graecos*, Paris, 1896, ps. 15, 73, n. 9, 74...

13. A educação do verdadeiro músico supõe a prática: retomei por minha conta e para o nosso tempo, esta doutrina aristotélica, ap. [H. DAVENSON], *Traité de la Musique selon l'esprit de saint Augustin*, Baudry, 1942, ps. 59-63.

14. Sobre o "etos" dos modos gregos, cf. o livro clássico de d'H. ABERT, *Die Lehre vom Ethos in der griechischen Musik*, Leipzig, 1899. Desenvolvera-se também uma doutrina paralela sobre o "etos" dos ritmos: cf. G. AMSEL, *De Vi atque indole rhythmorum quid veteres judicaverint*, *Breslauer philologische Abhandlungen*, I, 3, Breslau, 1887. Para algumas indicações rápidas sobre um e outro, cf. TH. REINACH, *La Musique grecque*, ps. 44-46, 113-114.

15. Sobre a significação profunda do "nomos" na época arcaica, cf. L. LALOY, *Aristoxène de Tarente*, ps. 104-105; a coisa se explicaria melhor se, como o deseja K. SCHLESINGER (*op. cit.* acima, n. 3), os modos gregos se definissem na origem por uma sucessão de intervalos *sempre diferentes*, facilmente realizados sobre tipos de *auloi* com orifícios equidistantes: sua originalidade deveria ser então flagrante; ela desaparece, entretanto, quando os diferentes modos são simplesmente divididos na escala padrão do "grande sistema perfeito".

CAPÍTULO V

1. Amas-de-leite e aias de crianças: G. HERZOG-HAUSER, ap. PAULY-WISSOWA, XVII, c. 1491-1500, s. v. *Nutrix*; A. WILHELM, ap. *Glotta*, XVI (1928), ps. 274-279; L. ROBERT, *Études épigraphiques* (BEHE, 272), p. 187.

2. Sobre a primeira educação até os sete anos, o bom capítulo de P. GIRARD, *L'Éducation athénienne aux V^e et IV^e siècles avant Jésus-Christ*, ps. 65-99, continua válido para a época helenística; cf. também L. GRASBERGER, *Erziehung und Unterricht*, I, ps. 221-235, sobretudo para os jogos infantis, todo o primeiro fascículo, I, ps. 1-163.

3. O termo *école maternelle* só foi adotado, na França, em 1881, para designar o que se chamava até aquela época de *salles d'asile*: estas apareceram em Paris em 1828 (cf. desde 1801 as dependências de albergue de Mme. de Pastoret), a exemplo das *Infant schools* que a Inglaterra industrial possuía desde 1819, pelo menos.

4. *Paidagogos*: cf. E. SCHUPPE, s. v., ap. PAULY-WISSOWA, XVIII, 2, c. 2375-2385. Pedagogo conduzindo seu jovem senhor nos ombros e tendo uma lanterna na mão: cf. por exemplo a terracota reproduzida por M. ROSTOVTSSEV, ...*Hellenistic world* (I), pr. XXX, 2.

5. Sobre a colonização militar no Fayyum, cf. M. ROSTOVTSSEFF, *The Social and economic history of the Hellenistic world*, pass. (cf. *Index*, I, s. v., p. 1691 a). Nos vilarejos deste "Nome Arsinoite", encontramos pedótriba (P. Zen. Cair., III, 59326, 28), ginásiarca (BGU., VI, 1256), ginásio (PSI., IV, 391 a), pequena palestra (PSI., IV, 418, 7) e papiros escolares (P. Guér. Joug., O. Michigan, 656, 657, 658, 661, 662, 693; P. Varsovie, 7; P. Grenf., II, 84; P. Fayûm, 19; WESSELY, *Stud.*, II, LVIII; P. Ianda, 83; ZIEBARTH, *Ant. Sch.*, 29).

6. O conhecimento da escrita nos papiros: E. MAJER-LEONHARD, ΑΓΓΑΜΜΑΤΟΙ, *In Ægypto qui litteras sciverint, qui nesciverint, ex papyris Graecis quantum potest exploratur*, Frankfurt, 1913, R. CALDERINI, *Gli ἀγγάμματοι nell'Egitto greco-romana*, em *Aegyptus*, t. 30, 1950, ps. 14-41.

7. Figuras em terracota representando escolares: E. POTIER-S. REINACH, *Myrina*, pr. 33, 4; P. GRAINDOR, *Terres cuites de l'Égypte gréco-romaine* (*Werken* da Faculdade de Letras da Universidade de Gand, 86), n.º 54, ps. 135-136, pr. 20; C. LÉCUYER, *Terres cuites antiques*, I, pr. II, 4, n.º 5; A. CARTAULT, *Deuxième collection Lécuyer*, pr. LIX, 11; F. WINTER, *Die antiken Terrakotten*, I, 11, p. 123, ns. 6-7; 124, n.º 1, etc.

8. Παιδαγωγεῖον (DEM., *Cor.*, 258): sala de espera para pedagogos (K. F. Hermann, Cramer)? Não: um simples sinônimo de διδασκαλεῖον, sala de aula cf. POLL., IX, 41): P. GIRARD, *L'Éducation athénienne*, p. 102.

9. Sobre o sub-mestre, ὑποδιδάσκαλος, cf. L. GRASBERGER, *Erziehung und Unterricht*, II, ps. 144-145.

10. Sobre o salário do mestre-escola, cf. C. A. FORBES, *Teachers' pay in ancient Greece*, Lincoln (Nebraska), 1942.

11. A fundação de Polítras (DITR., *Syll.*, 578) prevê três classes, cujos titulares receberão respectivamente 600, 550 e 500 dracmas por ano. Guardo esta última cifra como representando o salário previsto para o instrutor, as duas outras classes correspondendo, como veremos, ao ensino secundário.

12. Ao instrutor pede-se apenas uma qualificação moral, sem dar muita importância à competência pedagógica: no mesmo sentido, L. GRASBERGER, *Erziehung und Unterricht*, II, p. 162, 85; M. ROSTOVTSSEFF, *The Social and Economic history of the Hellenistic World*, ps. 1087-1088.

13. IG., XII, I, 141: nada permite identificar o mestre-escola em questão com o Hierônimo, filho de Similino, a quem é dedicado o belo baixo-relêvo funerário publicado por F. HILLER VON GAERTRINGEN, ap. *Bulletin de Correspondance hellénique*, 36 (1912), ps. 236-239, como pretenderia este.

14. Sobre o *De liberis educandis* de Plutarco, cf. F. GLAESER, *De Pseudo-Plutarchi libro περί παιδων ἀγωγῆς, Dissertationes philologicae Vindobonenses*, XII (Viena, Leipzig, 1918), 1. O caráter apócrifo dêste tratado, que ninguém contesta mais desde WYTTEBACH (1820), não me parece tão bem demonstrado.

15. Horário e calendário escolares: L. GRASBERGER, *Erziehung und Unterricht*, I, ps. 239-240, 242, 291-295; II, ps. 244-252; P. GIRARD, *L'Éducation athénienne*, ps. 249-250; E. ZIEBARTH, *Schulwesen*, ps. 153-155; K. FREEMAN, *Schools of Hellas*, ps. 80-81.

O ponto delicado é precisar a divisão, durante o dia, das horas passadas junto ao mestre-escola e junto ao professor de ginástica. A hipótese à qual se ateve finalmente Grasberger foi, em geral, retomada por seus sucessores, que confiavam em sua autoridade, mas não tiveram o cuidado de julgar que esta opinião, mesmo por Grasberger adotada com hesitação e reservas, não se apoiava em testemunhos suficientemente explícitos nem suficientemente homogêneos.

Qual é o problema? (1) Sob o Império Romano — a coisa é assegurada para o Oriente grego como para o Ocidente latino — o dia escolar era assim organizado: pela manhã, desde o raiar do dia, a criança ia ter com o mestre-escola (da escola literária): cf. a terracota mostrando uma criança conduzida aos ombros por um pedagogo trazendo uma lanterna na mão: M. ROSTOVTSSEV, *...Hellenistic World* (1) pr. XXX, 2. Ali onde a ginástica continua a fazer parte de seu programa, a criança vai *em seguida* à palestra para a lição de exercícios físicos; depois: banho, retorno à casa, refeição do meio-dia. À tarde, volta à escola para uma *segunda* lição de leitura-escritura: ver, por exemplo, os textos, bem explícitos, de LUCIANO, *Am.*, 44-45; *Paras.*, 61.

Mas este horário existiria já na época helenística propriamente dita (III-I séculos antes de Cristo)? Aparentemente não,

a julgar pelos versos dos *Báquidas* que introduzem, no debate, o testemunho de PLAUTO ou, melhor dizendo, de MENANDRO (morto em 292 a. C.) : os *Báquidas* parecem ter sido uma simples transposição do *Duplamente Enganador* deste, senão mesmo uma tradução (na medida em que se pode conjecturar a partir do verso citado por Estobeu, 120, 8, que se acha exatamente reproduzido em *Báquidas*, 816-817); de qualquer modo (cf. E. ERNOUT, *Notice* à sua edição, p. 11), a crítica não desvenda nenhum seguro indício de remanejamento nem de "contaminação".

Evocando sua estudiosa e virtuosa juventude, um dos personagens diz: "Se não tivesses chegado à palestra antes do nascer do sol, o mestre do ginásio aplicar-te-ia um bom corretivo":

*Ante solem exorientem nisi in palaestram veneras,
Gymnasi praefecto haud mediocris poenas penderes*

(v. 424-425)

E, após uma evocação dos exercícios gímnicos:

*Inde de hippodromo et palaestra ubi revenisses domum,
Cincticulo praecinctus in sella apud magistrum adsideres:
Cum librum legeres, si unam peccavisses syllabam
Fieret corium tam maculosum quam est nutricis pallium*

(431-434).

Assim, o dia começa pela palestra, e a lição de leitura sucede.

Como conciliar estas duas ordens de testemunhos? Não cabe considerar aqui a idéia de que Plauto (Menandro) descreve, neste passo, a vida dos maiores efebos, de dezoito ou vinte anos, que, mais esportistas que escolares, consagrariam a manhã inteira à ginástica e apenas uma lição, de duas, a da tarde, às letras: os versos 431-434, tão precisos em seu pitoresco, só podem referir-se à escola primária, onde a criança, vestida com sua túnica-zinha, sentada em seu tamborete aos pés do mestre, balbucia, silabando, sob a ameaça da férula.

Parece difícil contestar a autoridade do testemunho dos *Báquidas* (o texto de PLATÃO, *Prot.*, 326 b, não o contradiz: quando declara que a criança é enviada ao pedótriba após ter sido confiada aos mestres de letras e de música, é da data, talvez realmente mais tardia, em que começava a educação física, que se trata, e não da hora em que, a cada dia, a criança demandava um ou os outros). Desta maneira, somos conduzidos à solução proposta por mim no texto: no terceiro século a. C., a educação grega, fiel a suas origens guerreiras, concede ainda à ginástica o primeiro pôsto; é pela ginástica que se inicia o dia da criança; toda a manhã lhe é dedicada; as letras merecem tão só uma única lição, no período da tarde.

Posteriormente, à vista da crescente importância atribuída à instrução literária, uma aula suplementar introduz-se no começo da manhã. É possível que a transição tenha sido determinada, como o conjectura, não sem argúcia, GRASBERGER (II, p.

248), por uma repetição ministrada em casa pelo pedagogo: acaso não se trata da cena evocada por estas graciosas terracotas que exibem um personagem barbudo ministrando a uma criança uma lição de leitura ou de escrita? (Cf. por exemplo: E. POTTIER — S. REINACH, *La Nécropole de Myrina*, pr. XXIX, 3, n.º 287; A. CARTAULT, *Terres cuites antiques...*, 2e. collection *Lécuyer*, pr. XIX, n.º 12.) Mais tarde, essa lição suplementar, quase dilucular (cf. MART., XII, 57, 5; IX, 68; Juv., VII, 222-225), teria sido transferida para a própria escola e se convertido, pouco a pouco, na lição principal.

Seria de todo interesse situar, no tempo, essa inovação pedagógica, marco característico do progresso das letras e da retração da ginástica. Esta última só perderia terreno dali por diante: no século II da nossa era, ao menos no mundo grego, ela ainda ocupa a segunda parte da manhã: LUCIANO mostra-nos a criança exercitando-se ao ardente sol do meio-dia (*Am.*, 44-45); no século III, no mundo latino, a ginástica já havia desaparecido: a criança permanece em casa do mestre-escola até à refeição do meio-dia e ali retorna depois; o banho sendo relegado, de conformidade com o uso romano, ao final do dia de trabalho, antes da CENA (*Colloquia dos Hermeneumata Ps. Dositheana*, C. Gloss. Lat., III, ps. 378, 22 segs.).

16. Calendário escolar de Cós: a coluna reservada ao mês de Artamisios é encimada pela frase seguinte (DIRT., *Syll.*, 1028, 43-45):

π(ρ)ο(τριακάδι) ἀπόδειξι[ς] / διδασκάλων / καὶ κεφάλ(α)ι γ'.

O último elemento mostra-se sibilino. Traduzo, livremente, ἀπόδειξις διδασκάλων por "exame escolar": o sentido de ἀπόδειξις, exame que passam os alunos, é bem atestado: PLUT., *Quaest. Conv.*, IX, 376; DIRT., *Syll.*, 578, 32-34; 717, 41; cf. 1028, n. 16; *Ins. Priene*, 114, 20; 113, 30. O genitivo διδασκάλων não deve levar-nos a imaginar um exame a que os próprios mestres se submetessem: em Atenas, na época imperial, tais provas são passadas pelos alunos diante da βουλῇ: equivalem, pois, a uma inspeção, a uma verificação a que se sujeita o ensino dos mestres: daí, a expressão que aqui deparamos. Em vista do sentido especificamente intelectual que assume o termo διδάσκαλος no grego helenístico, considero que estas provas se opõem aos ἀγώνια previstos para os dias 5, 7, 11 e 25 do mesmo mês, e que se presume serem provas esportivas.

17. Ausência de quadro "negro" (a bem dizer, se se usasse tal peça, ter-se-ia usado um quadro "branco", λεύκωμα, *album*): ver os dados coligidos por GRASBERGER, *Erziehung und Unterricht*, II, ps. 223-224. Alguns eruditos mencionam, incidentemente, "quadrinhos perfurados para serem dependurados na parede" (assim P. BEUDEL, *Qua ratione Graeci...*, p. 40): será conveniente prevenir o leitor de que se trata de tabuinhas individuais de pequenas dimensões; o furo de fixação encontra-se num ponto tal que, dependurado, o quadrinho apresentaria as linhas de escrita verticalmente (ex. *Journal of Hellenic Studies*, 29 [1909], ps. 39 segs.).

CAPÍTULO VI

1. Métodos pedagógicos da escola primária: a análise mais exata é ainda a de P. BEUDEL, *Qua ratione Graeci liberos docuerint, papyrus, ostracis, tabulis in Aegypto inventis, illustretur*, diss., Munster, 1911, ps. 6-29.

2. Crenças astrológicas e mágicas relativas ao alfabeto: DIETERICH, *ABC Denkmaler, Rheinisches Museum*, LVI (1901), ps. 77 segs.; F. DORNSEIFF, *Das Alphabet in Mystik und Magik*², Leipzig, 1925. O alfabeto no rito da consagração das igrejas: H. LECLERCQ, ap. *Dictionnaire d'Archéologie chrétienne et de Liturgie*, I, 1, c. 56-58; IV, 1, c. 389-390.

3. História das antologias escolares helenísticas: O. GUÉRAUD — P. JOUGUET, *Un Livre d'écolier...*, ps. XXIV-XXXI.

4. Leitura em voz alta, leitura silenciosa: bibliografia da questão ap. H.-I. MARROU, *Saint Augustin et la Fin de la Culture antique*, p. 89, n. 3; juntar: G. L. HENDRICKSON, ap. *Classical Journal*, 23 (1929-1930), p. 182; W. J. CLARK, *ibid.*, 26 (1931), ps. 698-700.

5. *Codices et volumina dans les bibliothèques juives et chrétiennes*: ver sob este título as *Notes d'iconographie* de R. VIELLIARD, ap. *Rivista di Archeologia cristiana*, XVII (1940), ps. 143-148, e, de modo mais geral: F. G. KENYON, *Books and Readers in ancient Greece and Rome*, Oxford, 1932.

6. Extensão do *Papyrus Guéraud-Jouguet*: acha-se mutilado no começo e no meio (entre as linhas 57 e 58); os editores conseguiram, engenhosamente, calcular a extensão da segunda lacuna, avaliando-a em 6,5 centímetros, o que eleva a extensão do rôlo inteiro a 2,485 metros, sem contar a lacuna inicial. Mas também esta pode ser calculada: faltam 14 ou 15 colunas à esquerda, para completar-se o quadro das sílabas (conforme fôsse ou não precedido de uma coluna de vogais), ou sejam, 20 a 22 centímetros; mais, para o alfabeto sobre cuja existência eu conjecturo, 3 ou 4 colunas, 4 a 6 centímetros; enfim, um espaço em branco, destinado a facilitar a conexão com o bastonete terminal e o enrolamento, como o do fim do livro, onde mede 14 centímetros. A extensão faltante pode, assim, orçar-se entre um pouco mais de 25 centímetros (20+4+x) e 42 centímetros (22+6+14). O comprimento médio das folhas reunidas em justaposição (κολληματα) é de 15,5 centímetros; a primeira de que dispomos, mutilada, não mede mais de seis centímetros. Falta-nos, portanto, uma, ou, mais provavelmente, duas folhas (pois o acréscimo de uma única folha à extensão que falta, da primeira, soma um espaço um pouco acanhado demais: 15,5+9,5=25 cm), ou seja, uma dimensão de 9,5+15,5×2=40,5 centímetros para a lacuna inicial, e, para o rôlo completo, uma extensão total de 2,485+0,405=2,89 metros.

7. Preço do papiro: N. LEWIS, *L'Industrie du Papyrus dans l'Égypte gréco-romaine*, Paris, 1934, ps. 152-157, a quem imputo uma reação excessiva contra a opinião, demasiado pessimista

(preço aumentado vinte vezes, em consequência de uma confusão entre fôlha e rôlo-padrão de 20 fôlhas) de G. GLOTZ, *Le Prix du Papyrus dans l'Antiquité grecque*, *Bulletin de la Société Archéologique d'Alexandrie*, 25 (1930), ps. 83-96: a prática, bem estudada por OLDFATHER, consistente em utilizar-se, para a escrita de textos escolares, o verso de velhos documentos de arquivos, mostra, claramente, que se pensava duas vezes no preço, antes de comprar papel limpo!

8. Emprêgo escolar de máximas monólicas: repertórios de sentenças aparecem nos papiros desde a época tolemaica: P. Hibeh, vg (sentenças de Simonides, século III a. C.); WESSELY, ap. *Festschrift Gomperz*, ps. 67-74 ("cris" de Diógenes, primeiro século a. C.), mas o caráter escolar destes primeiros documentos não aparece com nitidez. Hesito, porém, em apoiá-lo na ambigüidade de seu testemunho para afirmar que o emprêgo dessas máximas seja devido a um progresso pedagógico realizado somente na época imperial.

9. O cômputo digital: Cf. D. E. SMITH, *History of Mathematics*, Boston, 1925, t. II, ps. 196-202; E. A. BECHTEL, *The Finger-counting among the Romans*, ap. *Classical Philology*, IV (1909), ps. 25 e segs.; FROEHNER, ap. *Annuaire de la Société Française de Numismatique et d'Archéologie*, VIII (1884), ps. 232-238; J.-G. LEMOINE, *Les Anciens procédés de calcul sur les doigts en Orient et en Occident*, ap. *Revue des Études islamiques*, VI (1932), ps. 1-60; A. CORDOLIANI, *Études de comput*, I, ap. *Bibliothèque de l'École des Chartes*, CIII (1942), ps. 62-65.

Apresentam-se dois problemas sôbre o assunto:

a) a data do seu aparecimento. As únicas exposições *ex professo* que possuímos são, para o Ocidente, o tratado de BEDA o Venerável (século VIII; P. L., t. 90, c. 685-693): os manuscritos são acompanhados de curiosas pranchas ilustradas e, para o Oriente, algumas páginas de RHABDAS (*alias* NICOLAS ARTAVASDOS de Esmirna, século XIV), texto e tradução ap. P. TANNERY, *Mémoires scientifiques*, IV, ps. 90-97. Mas algumas alusões, tecnicamente exatas, atestam-lhe o uso na Roma imperial, desde o século I:

PLÍNIO (N. H., XXXIV, 33) fala numa estátua de Jano, consagrada pelo rei Numa (?), cujos dedos representavam o número 365: sejam quais forem a data real da consagração e as intenções do escultor, êsse testemunho atesta que os contemporâneos de Plínio o Antigo interpretavam o gesto dêsse Jano em função das normas do cômputo. Ver ainda JUVENAL (X, 248: um centenário conta o número dos seus anos na mão direita) e principalmente APULEIO (*Apol.*, 89, 6-7), são JERÔNIMO (*Adv. Jovinian.*, I, 3), santo AGOSTINHO (*Serm.*, 175, 1), MARCIANO CAPELLA (VII, 746).

O sistema não era propriamente exclusivo dos meios latinos: um fato anedótico citado por PLUTARCO (*Reg. Imp. Apoph.*, 174 B); ÉLIO ARISTIDES (XLVI D., 257; cf. SUÍDAS, t. I, p. 339, 3752) indica que era conhecido pelo menos em sua época (século II depois de Jesus Cristo) e, se a anedota tem fundamento

histórico, já no século IV antes de Jesus Cristo: Orontes, genro do rei Artaxerxes II (404-358) comparava os amigos dos reis, sucessivamente poderosos ou miseráveis, segundo gozavam de simpatia ou caíam em desagrado, aos dedos da mão que, sucessivamente, representam as dezenas de milhar (mão esquerda apoiada sobre esta ou aquela parte do corpo) ou as simples unidades (mão esquerda estendida à frente do corpo); cf. ainda *Anth. Pal.*, XI, 72.

PLÍNIO (N. H., XXXIV, 88) descreve também uma estátua de homem (que seria talvez Crisipo) contando nos dedos, atribuída ao escultor Eubúlides (II: cf. C. ROBERT, ap. PAULY-WISSOWA, VI, c. 871-875, s. v. *Eubulidēs* n.º 10; poderíamos datá-la de aproximadamente 204 antes de Jesus Cristo). HERÓDOTO já se referia ao assunto (VI, 63; 65) mas não é certo de que se tratasse já, então, do sistema codificado por Beda. Na verdade, os vasos com figuras encarnadas, que parecem representar jogadores de *morra*, não nos apresentam uma mímica que possa ser interpretada em função dessas regras (G. LAFAYE, ap. DAREMBERG-SAGLIO, III, 2, ps. 1889 b-1890 b, s. v. *Micatio*; K. SCHNEIDER, ap. PAULY-WISSOWA, XV, 2, c. 1516-1517, s. v. *Micare*). Entretanto, cf. talvez uma das pinturas de vasos consagrados à *Représentation de la vente de l'huile à Athènes* (sob este título: F. J. M. DE WAELE, *Revue Archéologique*, 5, XXIII (1926), ps. 282-295): trata-se de uma "peliké" com desenhos negros (E. PERNICE, *ΣΙΦΩΝ*, ap. *Jahrbuch d. deutsch. archaelog. Instituts*, VIII (1893), p. 181), onde se vê uma comerciante cujos dedos da mão esquerda representariam o número 31; cf. ainda AR., *Vesp.*, 656.

Os únicos monumentos com figuras de origem antiga e que provam o uso do sistema Beda-Rhabdas são as singulares tabuinhas do Gabinete das Medalhas da Biblioteca Nacional, assinadas pela primeira vez por Froehner (*art. citado*, enquanto se espera o catálogo de J. Babelon, *Col. Froehner*, t. II, n.º 316-327, e a nossa prancha). Deve tratar-se de fichas de jogo; não se encontrou nenhuma indicando um número superior a 16. A técnica de sua fabricação permite relacioná-las à indústria de brinquedos alexandrina da época imperial (na verdade, a maioria dos exemplares conhecidos provém do Egito; alguns, de Roma). Lamentavelmente, é difícil determinar a data: há discordância entre os numismatas; consultei J. Babelon e P. Le Gentilhomme sobre o assunto: o primeiro inclina-se pelo Alto Império, o segundo para uma época mais recente, depois de Constantino.

b) Onde e quando se aprendia êsse cômputo? Os textos da época romana mostram-nos o seu uso inteiramente habitual (os advogados, por exemplo, servem-se dêle no tribunal: QUINT., XI, 3, 117; não vejo por que não teria sido ensinado na escola primária: devido ao seu caráter qualitativo (um símbolo para cada número inteiro), parece conciliar-se naturalmente com o ensino da numeração.

10. A aritmética na escola primária: a classificação dos papiros matemáticos deve ser feita com uma crítica severa. Importa não catalogar apressadamente como "papiros escolares" (como o faz P. COLLART, *Mélanges Desrousseaux*, ps. 79-80)

aquêles cujo caráter, para nós modernos, é elemental. É extremamente instrutivo constatar que, em pleno século IV depois de Jesus Cristo, um adulto instruído, um funcionário como o Hermesion dos *PSI*, 22, 958, 959, sentia a necessidade de copiar com sua própria mão uma tabela de multiplicação no mesmo caderno em que, ao mesmo tempo que redigia horóscopos, fazia as suas contas administrativas. Cf. também, no século VI, as grandes tabelas metrológicas do *P. London*, V, 1718, estabelecendo minuciosamente, por exemplo, as "conversões" da artaba e de cada um dos seus submúltiplos, em unidades inferiores: sentir-nos-lamos tentados a interpretá-las como um manual de ensino primário (entre nós, as "conversões" do sistema métrico representam um papel tão importante!); ora, essas tabelas foram feitas pelo próprio Fl. Dioscoro, singular personagem que conhecemos bem, "tipo perfeito do fidalgo camponês bizantino, grande proprietário em Afrodítô-Kôm Ishqâw, protocometa, advogado, poeta enfim nas horas vagas" (Assim o descrevo ap. *Mélanges d'Archéologie et d'Histoire*, LVII (1940), p. 129). Desde que homens instruídos, como êsses, sentiam a necessidade de organizar para si tais mementos, isso significa que êsses conhecimentos matemáticos elementares não eram realmente adquiridos na escola. Não há razão para se supor que seja isto efeito da "decadência": que o Sócrates de XENOFONTE (*Mem.* IV, 4, 7) pergunte a Hípias se $2 \times 2 = 5$ não nos prova nada sobre o ensino da aritmética na escola primária.

Voltando à questão dos papiros, se muitos dêles são difíceis de classificar e de testemunho ambíguo (tal como: *P. London*, III, 737, tabelas de somas; *P. Oxy.*, 9 (t. I, p. 77) verso; 669, tabelas metrológicas), alguns são bastante reveladores: PLAUMANN (*ABKK*, XXXIV [1913], c. 223) nota, a propósito de PREISIGKE, *Sammelbuch*, 6220-6222, que, desde que os exercícios aritméticos se elevam de um grau acima do muito elemental (como: tabelas de frações, $1/2$ ou $1/3$, da série dos números inteiros; multiplicação do tipo $19 \times 55 = 4055$; $78 \times 76 = 5928$; somas de números fracionários), a escrita, aqui do século VII, é a de um adulto e não mais de uma criança.

11. Cálculo pelo ábaco: cf. E. GUILLAUME, ap. DAREMBERG-SAGLIO, I, ps. 1 b-3 b, s. v. *Abacus*, II; HULTSCH, ap. PAULY-WISOWA, I, c. 5-10, s. v. *Abacus*, 9; A. NAGL, *ibid.*, *Suppl.*, III, c. 4-13; 1305.

12. Exercícios musicais para as crianças: citei os palmares epigráficos que os mencionam, mas não nos apressemos em supor que diziam respeito a crianças de curso primário. A prova de caligrafia em Pérgamo aparece num fragmento privado de contexto e permanece ambígua (*AM.*, 35, 1910, p. 436, n.º 20); a "leitura" é-nos apresentada numa outra inscrição em companhia da epopeia, da elegia e do μέλος (canto? poesia lírica? *AM.*, 37, 1912, p. 277, b, 1, 2-7): contexto secundário; a leitura em questão pode ser a leitura expressiva que, como veremos, fazia parte da arte ensinada pelo gramático, professor de ensino secundário. Mesma impressão para Quíos (DITT., *Syll.*, 959): a leitura (l. 8) precede aí imediatamente a "recitação de Homero",

'ραῦδιᾱ, exercício secundário, como provavelmente a música, que sucede; os παῖδες em questão podem ser uma vez que, o termo é elástico, crianças de 12-16 anos. É muito mais claro o caso dos concursos de Teos (MICHEL, 913): o catálogo, por mutilado que esteja, aparece-nos classificando os vencedores em três categorias de idade: a leitura figurava nas três, a caligrafia na dos mais jovens, mas êstes não são "primários", pois entre suas provas encontramos não apenas a poesia (trágica, cômica, lírica), mas também a música instrumental: ora, a carta epigráfica das escolas de Teos (DITT., *Syll.*, 578: fim do século III; o palmares MICHEL, 913, é do II) prevê explicitamente que o ensino da lira é limitado às crianças dos dois anos que precedem à efebia (1. 17-18): a "classe dos jovens" de nosso palmares ("jovens" relativamente à efebia) é portanto, na realidade, uma das duas classes superiores sobre as três previstas pela carta (1. 9).

Cf. entretanto *Anth.*, VI, 308: concurso de escrita, em que a recompensa do vencedor consiste em oitenta ossículos; mas as crianças não eram as únicas a se interessarem por êsse jogo: cf. as admiráveis Jogadoras de astrágalo de Herculano, pintura em tons escuros sobre mármore, no museu de Nápoles: O. ELLIA, *Pitture murali e mosaici nel Museo Nazionale di Napoli*, p. 40, n.º 49 (9562).

13. Os μῦθα de Esparta: A. M. WOODWARD, ap. R. M. DAWKINS, *The Sanctuary of Artemis Orthia at Sparta (Journal of Hellenic Studies, Supplementary Paper, n.º 5)*, Londres, 1929, p. 288: das vinte e duas inscrições que os mencionam, seis dão a idade dos vencedores e quatro dêles são "mikkikhizômenos": n.º 2, p. 297 (século II antes de Jesus Cristo); 43, p. 319; 67, p. 332; 68, p. 333.

CAPÍTULO VII

1. Carreira mista (gramática e retórica) dos mestres de Rodas: F. MARK, *Berliner Philologische Wochenschrift*, 1890, c. 1007.

2. Os cânones de escritores e artistas clássicos: em último lugar, J. COUSIN, *Études sur Quintilien*, t. I, *Contribution à la Recherche des Sources de l'Institution oratoire*, Paris, 1935, ps. 565-570, que resume a contribuição de numerosas obras dedicadas ao assunto pela erudição alemã e, particularmente, as dissertações de J. BRZOSKA, *De Canone decem oratorum atticorum quaestiones*, Breslau, 1883, e de O. KROEHNERT, *Canonesne poetarum, scriptorum, artificum per antiquitatem fuerunt*, Koenigsberg, 1897. Sobre os catálogos de inventores, cf. M. KREMNER, *De Catalogis heurematurum*, dissert., Leipzig, 1890.

3. Papel da seleção escolar sobre a transmissão manuscrita do teatro clássico grego: ver na *Introduction* das suas edições (coleção "Budé"): V. COULON sobre *Aristophane* (ps. x-xi), P. MAZON sobre *Eschyle* (ps. xiv-xv), P. MASQUERAY sobre *Sophocle* (p. xiii), L. MÉRIDIÉ sobre *Euripide* (p. xx: Eurípides foi mais favorecido: o "teatro escolhido" editado sob Adriano incluía ape-

nas dez peças; nossos manuscritos L e P dêle nos conservaram, aliás, outras nove).

4. Os Sete Sábios eram conhecidos desde o tempo de PLATÃO (*Prot.*, 343 a), mas tornaram-se populares na época helenística, particularmente por obra dos *Apotegmas* de DEMÉTRIO de Fálara (*H. Diels, Fragmente der Vorsokratiker*, § 73 a).

Sôbre a história e o papel das antologias, já remeti a O. GUÉRAUD — P. JOUGUET, *Un Livre d'Écolier* ..., ps. xxiv-xxxii.

5. Sôbre as edições "políticas" de Homero, cf. em último lugar P. CHANTRAINE, ap. P. MAZON, *Introduction à l'Iliade*, Paris, 1942, ps. 23-25: remontariam apenas ao ano 200 antes de Jesus Cristo, segundo BOLLING, *External evidence of interpolation in Homer*, p. 41. A mais conhecida (vinte e sete lições) é a de Marselha, estudada por S. GAMBER, *L'Édition massaliotique de l'Iliade d'Homère*, Paris, 1888.

6. Papiros escolares de Homero: C. H. OLDFATHER, *The Greek literary texts from Graeco-Roman Egypt, a study in the history of civilization, University of Wisconsin Studies in the social sciences and history*, 9, Madison, 1923, ps. 66-70; P. COLLART, ap. *Mélanges Desrousseaux*, ps. 76-79, ns. 141-143, 145-162 (o n.º 144 não é de origem escolar); e ap. P. MAZON, *Introduction à l'Iliade*, ps. 59-60; cf. J. SCHWARTZ, *Papyrus homériques*, em *BIFAO*, t. XLVI, ps. 29-71, especialmente os ns. 6, 8, 9.

7. Estatística dos papiros homéricos: P. COLLART, ap. *Introduction à l'Iliade*, p. 62 e n. 1: em 1941, haviam sido reunidos 372 papiros da *Iliada* contra 104 da *Odisséia*; representavam a quase totalidade do poema, 13.542 versos sôbre 15.693, enquanto que os papiros da *Odisséia* só continham 5.171 versos sôbre 12.110. J. SCHWARTZ, *art. citado*, publica 23 papiros inéditos, contendo 600 versos de Homero; cêrca de 500 "são versos da *Iliada*, dos oito primeiros cantos, em sua grande maioria".

8. Os autores do programa escolar: C. H. OLDFATHER, *The Greek literary texts from Graeco-Roman Egypt*, ps. 62 segs., e seu *Catalogue*, ps. 4 segs., em nome dos diversos autores. Mas os seus achados, já antigos (1923), precisariam ser atualizados, devido às descobertas que se multiplicam e já obrigam a modificar alguns dos seus critérios. [Ver também W. N. BATES, *The Euripides Papyri*, *American Journal of Philology*, t. 62 (1941) p. 469-475; P. COLLART, *Les fragments des tragiques grecs sur papyrus*, *Revue de Philologie*, t. 17 (1943), p. 5-36, sem falar das pesquisas mais ambiciosas, mas imperfeitamente realizadas de E. REGGERS e L. GIABBANI (cf. *Chronique d'Égypte*, t. 18 (1943), p. 312-315; t. 24 (1948), p. 211-212. Ver, sobretudo agora: R. A. PACK, *The Greek and Latin literary texts from Graeco-Roman Egypt*, Ann Arbor, 1952.], como para Ésquilo, mais bem representado do que êle imaginava, ou para os epigramas: O. GUÉRAUD — P. JOUGUET, *Un Livre d'Écolier*, p. xxiii, n. 1, n. 6. Por outro lado, o Egito não é todo o mundo grego, nem os papiros o único meio de penetrar nas bibliotecas escolares: é preciso considerar os catálogos epigráficos, como o de Atenas, *IG*², II, 2363, em que

figuram Sófocles (pouco representado na obra de Oldfather), Ésquilo, Ésquines, Helanico... O catálogo de Rodes (N. SEGRE, *Rivista di Filologia*, 1935, 214-222) concerne apenas aos estudos superiores.

9. A crítica alexandrina da vulgata de Homero: P. CHANTRAINE e P. COLLART, ap. P. MAZON, *Introduction à l'Iliade*, p. 13 (sobre 874 lições conhecidas da *Ilíada* de Aristarco, apenas 80 foram transcritas em todos os nossos manuscritos, 160 na maioria dêstes, 76 na metade, 181 numa minoria, 245 em menos de dez manuscritos, 132 não constam em nenhum dêles); 16, 73. Sobre os Escólios, P. CHANTRAINE e R. LANGUMIER, *ibid.*, ps. 15-16, 73-88.

10. A obra gramatical dos Estóicos: J. STERN, *Homerstudien der Stoiker*, Lonach, 1893; C. WACHSMUTH, *De Cratete Mallota*, Leipzig, 1860; J. HELCK, *De Cratetis Mallotae studiis criticis quae ad Odysseam spectant*, Dresde, 1914.

11. Cenas referentes à *Ilíada*: L. COUVE, ap. DAREMBERG-SAGLIO, III, 1, ps. 372 a-383 a, s. v. *Iliacae (tabulae)*; LIPPOLD, ap. PAULY-WISSOWA, II R., IV, 2, 1886-1896; K. BULAS, ap. *Eos*, Suppl., III (1929), ps. 124 e segs. Tôdas provêm da Itália; entretanto, nada indica que sejam uma criação da pedagogia romana, nem que tenham sido especialmente concebidas com o fim de iniciar as crianças latinas nas lendas gregas. Seu caráter escolar foi contestado, devido às suas reduzidas dimensões; mas a pedagogia antiga é mais individual do que a nossa: não era necessário que essas tabelas, como os nossos mapas de parede, fôssem contempladas de longe por toda uma classe. Esse caráter escolar parece-me estabelecido pela inscrição da célebre Tabela Capitolina (IG., XIV, 1284: Θεοδόωρον μάθε τάξιν Ὀμήρου, que permite atribuir-lhe a composição a um gramático, aliás desconhecido, de nome Teodoro. Se, como se pensou, os nossos relevos eram de caráter votivo ou decorativo, poderiam ainda reproduzir tabelas para uso escolar, de execução talvez menos luxuosa.

12. A crítica textual (διόρθωσις, *emendatio*) na escola antiga: H.-I. MARROU, *Saint Augustin et la Fin de la Culture antique*, ps. 21-23.

13. Texto preparado para a leitura: uma tabuleta de madeira (P. Berlin, 13839) mostra no dorso os versos B 146-162 da *Ilíada*, copiados pela mão de um aluno; os versos são separados por um óbelo, as palavras por um acento: fotogr. — ap. W. SCHUBART, *Einführung in die Papyruskunde*, pr. III, 3; transcrição ap. P. BEUDE, *Qua ratione Graeci liberos docuerint*, p. 41.

14. Exegese alegórica de Homero: P. DECHÂRME, *La Critique des Traditions religieuses chez les Grecs*, Paris, 1904, ps. 270-354; K. MUELLER, ap. PAULY-WISSOWA, Suppl., IV, c. 16-20, s. v. *Allegorische Dichtererklärung*.

15. Interpolação de sentenças moralizantes no texto recebido de Homero: ver pelo menos as hipóteses (pois nada mais são além de hipóteses) de V. BÉRARD, *Introduction à l'Odyssee*, II, ps. 237-291: "a sabedoria maior".

CAPÍTULO VIII

1. A que época se refere o depoimento de Plutarco sobre o ensino das ciências no "Diogeneion" (*Quaest. Conv.*, IX, 736 D)? Parece impossível determiná-la com segurança. Plutarco diz simplesmente: "Sendo estratega, Amônio instituirá um exame no "Diogeneion" para os efebos (sic: de fato, como vimos, esse colégio recebia os "melefebos", os jovens que, no ano seguinte, entrariam na efebia) que aprendiam as letras, a geometria, a retórica e a música". Muitos personagens tiveram o nome Amônio e não podemos afirmar que algum deles tenha sido estratega; como Plutarco não julga necessário esclarecer esse ponto, poder-se-ia supor que se trate do Amônio mais conhecido do nosso autor: o décimo-segundo referido no artigo dedicado aos *Ammonios* por PAULY-WISSOWA (I, c. 1862), ou seja, o filósofo platônico de quem Plutarco foi aluno em Atenas e do qual fala, ou faz falar, várias vezes em sua obra (cf. a *Introduction* de R. FLACELIÈRE à sua edição do tratado *Sur l'É de Delphes*, *Annales de l'Université de Lyon*, 3, Lettres, 11, ps. 8-10): remontaríamos assim à época de Nero. Mas essa é apenas uma hipótese.

2. Dediquei à história da *ἐγκύκλιος παιδεία* um capítulo de minha tese, *Saint Augustin et la Fin de la Culture antique*, Paris, 1937, ps. 211-235. Faço questão de sublinhar os dois pontos em que hoje me parece necessário corrigir a doutrina em que me havia detido naquela ocasião: a) o aparecimento desse ideal da formação do espírito não deve ser situado, como eu o afirmava, na geração que sucede a Aristóteles; como vimos, ele fôra, afinal, formulado, nitidamente, ao mesmo tempo por Platão e por Isócrates, concordes em juntar as matemáticas à instrução literária; pode-se, pois, evitar desacreditar (*op. cit.*, p. 221, n. 1) o testemunho de DIÓGENES LAÉRCIO (II, 79) sobre Aristipo que comparava os que negligenciam a filosofia depois de ter estudado os *ἐγκύκλια μαθήματα* aos amantes de Penélope; b) já não estou mais tão certo de que a concepção da *ἐγκύκλιος παιδεία* como "cultura geral" em oposição à "cultura propedêutica" seja o resultado de um "abastardamento", devido à decadência do ensino secundário na época romana (*op. cit.*, ps. 226-227). Integrando a retórica, o programa da *ἐγκύκλιος παιδεία* ultrapassava, desde a origem, o domínio do ensino secundário propriamente dito; podia satisfazer plenamente um discípulo de Isócrates; somente os filósofos, herdeiros de Platão, viam-se obrigados a lhe conferir um caráter estritamente propedêutico. Sustento, em compensação, apesar das críticas de A.-J. FESTUGIÈRE (ap. *Revue des Études grecques*, LII [1939], p. 239), que esse programa não define mais do que um ideal, muito raramente e muito imperfeitamente realizado na prática.

3. Enciclopédia é um conceito moderno: cf., ainda, meu *Saint Augustin*, ps. 228-229: o grego só conhece a *ἐγκύκλιος παιδεία*; a forma *ἐγκύκλιος παιδεία* só se encontra nos manuscritos de QUINTILIANO (I, 10, 1), e é sem dúvida uma corruptela devida aos copistas. O termo *enciclonédia* aparece no século XVI (em

inglês: Elyot, 1531; em francês: Rabelais, 1532) e foi recriado, ou pelo menos repensado, em função de uma etimologia radicando-o diretamente a κύκλος (o ciclo completo dos conhecimentos humanos), enquanto que no grego helenístico o adjetivo εγκύκλιος tinha um valor derivado muito menos forte: "em circulação", de onde "corrente", "vulgar", ou ainda "que volta periodicamente", ou seja, "quotidiano", "de cada dia".

4. Extensão variável do programa da εγκύκλιος παιδεία: ver os testemunhos por mim citados ap. *Saint Augustin*..., p. 227, n. 1: VITR., I, 1, 3-10; GAL., *Protrept.*, 14, ps. 38-39; MAR. VICTOR., ap. KEIL, *Grammatici Latini*, VI, p. 187; *Scsol.* em D. THR., ap. HILGARD, *Grammatici Graeci*, III, p. 112; PHILSTR., *Gym.*, 1.

5. O programa da εγκύκλιος παιδεία entre os filósofos helenísticos e romanos: ver o quadro descrito ap. *Saint Augustin*, ps. 216-217: Heraclides o Pôntico (DL., V, 86-88), Arcesilau (DL., IV, 29-33), Ps. Cebes (*Pinax*), Filão (*De Congr.*, pass.), Sêneca (*Ep.*, 88, 3-14), Sexto Empírico (plano do *Contra Mathematicos*), Orígenes (*Ep. ad Greg.* 1; cf. Eus., *H. E.*, VI, 18, 3-4), Anatólio de Laodicéia (Eus., *H. E.*, VII, 32, 6; HIER., *Vir. Ill.*, 73), Porfírio (*Tzetz. Chil.*, XI, 532), Lactâncio (*Inst.*, III, 25, 1); cf. *ibid.*, p. 189, para Santo Agostinho (*De Or.*, II, 12, 35 segs.; II, 4, 13 segs.; *De Quant. an.*, 23, 72; *Retract.*, I, 6; *Conf.*, IV, 16, 30).

Quanto à data do aparecimento do setenário das artes liberais, entre Dionísio o Trácio e Varrão, acompanho F. MARX, *Prolegomena* à sua edição de CELSO, ap. *Corpus Medicorum Latinorum*, I, Leipzig, 1915, p. x (cf. meu *Saint Augustin*, p. 220, n.º 2).

6. História da geometria e da aritmética gregas: existem vários livros elementares sobre o assunto (a meu ver, o melhor é: D. E. SMITH, *History of Mathematics*, 2 vols., Boston, 1925), mas convém reler: J. GOW, *A short history of Greek mathematics*, Cambridge, 1884, que diversas obras mais recentes se limitam a copiar. Sem dúvida, um estudo mais profundo não poderia ignorar os trabalhos clássicos de M. CANTOR, *Vorlesungen über Geschichte der Mathematik*, I⁴, Leipzig, 1922, e P. TANNERY, *La Géométrie grecque. Comment son histoire nous est parvenue, ce que nous en savons*, I, Paris, 1887, e os artigos reunidos na edição póstuma de suas *Mémoires scientifiques*, t. I-IV, Paris-Toulouse, 1912-1920.

7. Sobre a ciência musical grega, cf. além de L. LALOY, *Aristoxène de Tarente*, e Th. REINACH, *La Musique grecque*, aos quais já remeti o leitor: M. EMMANUEL, *Histoire de la Langue musicale*, I, Paris, 1911, ps. 61-165; *Grèce (Art gréco-romain)*, ap. H. LAVIGNAC, *Encyclopédie de la Musique*, 1, I, ps. 377-537.

8. R. G. H. WESTPHAL ligou o estudo da rítmica grega ao da rítmica de nossa música clássica: cf. suas conhecidas obras: *Die Fragmente und Lehrsätze der griechischen Rhythmiker* (1861) e *Allgemeine Theorie der musikalischen Rhythmik seit J. S. Bach* (1881).

9. Sobre a astronomia grega: é sempre interessante retomar: J.-B. DELAMBRE, *Histoire de l'Astronomie ancienne*, Paris,

1817; ver, em seguida: P. TANNERY, *Recherches sur l'Histoire de l'Astronomie ancienne*, Paris, 1893; J. HARTMANN, *Astronomie*, ap. *Die Kultur der Gegenwart*, III, 3, 3, Leipzig, 1921.

10. Sobre o ensino das ciências nas escolas neoplatônicas: F. SCHEMMEL, *Die Hochschule von Konstantinopel im IV. Jahrhundert*, ap. *Neue Jahrbücher des klassischen Altertumsgeschichte und deutsche Literatur*, 22 (1908), ps. 147-168; *Die Hochschule von Athen im IV. und V. Jahrhundert*, *ibid.*, ps. 494-513; *Die Hochschule von Alexandria im IV. und V. Jahrhundert*, *ibid.*, 24 (1909), ps. 438-457; O. SCHISSEL VON FLESCHENBERG, *Marinos von Neapolis und die neuplatonischen Tugendgrade*, Atenas, 1928 (e a resenha de E. BRÉHIER, ap. *Revue d'Histoire de la Philosophie*, 1929, ps. 226-227); C. LACOMBRADÉ, *Synesios de Cyrène, hellène et chrétien*, Paris, 1951, ps. 39-46, 64-71.

11. O ensino da astronomia: cf. H. WEINHOLD, *Die Astronomie in der antiken Schule*, dissertação de Munique, 1912: obra excelente, mas o autor não percebeu as conclusões que se tiram dos fatos que tão bem reuniu; acrescentar L. ROBERT, ap. *Études Épigraphiques et Philologiques* (BEHE, 272), Paris, 1938, p. 15.

12. Arato de Soles, representado em companhia da musa Urânia, como imagem típica da ciência astronômica: por exemplo, numa taça de prata do tesouro de Berthouville: Ch. PICARD, *Monuments Piot*, t. XLIV, 1950, ps. 55-60, pr. V., e em geral: K. SCHEFOLD, *Die Bildnisse der antiken Dichter, Redner und Denker*, Basileia, 1943. Sobre a vida e a obra de Arato, ver em último lugar V. BUESCU, edição de CÍCÉRON, *Les Aratea* (coleção de edições críticas do Instituto romeno de Estudos latinos, 1), Paris-Bucareste, 1941, ps. 15 segs.

CAPÍTULOS IX-XI

1. Σχολαί, ἐπιδειξεις, ἀκροάσεις: é difícil dar um valor próprio exato a cada uma dessas três palavras que servem alternadamente, ou ao mesmo tempo, para designar as conferências realizadas no ginásio. Ἐπίδειξις (cf. s. v. W. SCHMID, ap. PAULY-WISSOWA, VI, 1, c. 53-56) significa, de maneira muito geral, "conferência", em oposição a "concurso": na época helenística o termo já havia perdido há muito a acepção técnica de "demonstração, exibição, conferência-reclame" que lhe havíamos reconhecido, na época dos primeiros Sofistas; entre os retóricos, o gênero epidíctico opõe-se à eloquência política e judiciária. Cf. a evolução de ἀπαρχή (ἀπάρχεσθαι), a princípio conferência ou audição oferecida "em primícias" ao deus de um santuário como Delfos e, por fim, simplesmente conferência ou concerto (L. ROBERT, ap. *Bibliothèque de l'École pratique des Hautes-Études (Sciences historiques et philologiques)*, fasc. 272, ps. 38-45.

Ἀκροάσις é propriamente uma "audição", mas se aplica tanto a uma conferência como a um músico (ex. ap. L. ROBERT, *ibid.*, ps. 14-15; *Hellenica*, II, ps. 35-36). Σχολή teria talvez um matiz um tanto mais "escolar": cf. mais adiante, n. 5.

2. Salas de conferências nos ginásios da época romana: L. ROBERT, *Études anatoliennes (Études orientales publiées par l'Institut français d'Archéologie de Stamboul, V)*, ps. 79-81; P. SCHAZMANN, *Altertümer von Pergamon, VI, Das Gymnasium*, ps. 61-63; pr. IV-V; J. KEIL, *Ausgrabungen in Ephesos 1931*, ap. *Jahreshefte des österreichischen archäologischen Institutes, XXVIII* (1933), *Beiblatt*, 9-10; CAWADIAS, *Tò λεγόν τοῦ Ἀσκληπίου*, ps. 150-154; P. LEMERLE, *Palestre romaine à Philippiques*, ap. *Bulletin de Correspondance hellénique, LXI* (1937), ps. 86-102; pr. IX-XIII, e em último lugar ap. *Philippes et la Macédoine orientale à l'époque chrétienne et byzantine*, Paris, 1945, ps. 421-423.

3. Ensino "secundário" no ginásio: não convém insistir demasiadamente sobre a distinção que estabeleci entre o ensino "secundário" e o ensino "superior", distinção que facilita a classificação das matérias, mas que nem sempre correspondia, na prática, a uma divisão do trabalho entre estabelecimentos diferentes: vemos aqui o ensino "superior" da efébia assumir ainda o estudo "secundário" dos clássicos; ao contrário, Plutarco, se bem interpretei seu testemunho, mostrou-nos os alunos do "Diogeneion", que preparava para a efébia, já abordando o programa "superior" com a retórica (n. 1 do capítulo precedente).

Para estabelecer a existência de um ensino da matemática, invoca-se às vezes (como OEHLER, ap. PAULY-WISSOWA, VII, 2, c. 2014) uma inscrição copiada em Galipoli (ap. A. DUMONT, *Mélanges d'Épigraphie et d'Archéologie*, Paris, 1892, p. 435, n.º 100 a: sic, e não 100 a) em honra de um geômetra Asclepiades, coroado pelos efebos, pelas crianças e seus mestres "em virtude de seu valor e devotamento para com eles": esse texto não diz que Asclepiades lhes tenha ensinado geometria; êle é talvez simplesmente um benfeitor das escolas e do ginásio da cidade, como Politrás em Teos ou Eudemo em Mileto.

4. Conferencistas ambulantes: cf. o memorial clássico de GUARDUCCI, *Poeti vaganti e conferenzieri dell'età ellenistica, ricerche di epigrafia greca nel campo della letteratura e del costume*, ap. *Memorie da Accademia dei Lincei, Ciencias Morais*, 6, II, ix (Roma, 1929), ps. 629-665; naturalmente, convém completar seus documentos com aqueles publicados ou estudados posteriormente, por exemplo por L. ROBERT, ap. *Bibliothèque de l'École pratique des Hautes-Études*, 272, ps. 7 e segs.

5. Conferências isoladas ou cursos corridos? Com relação à Erétria a questão parece ser clara: DITT., *Syll*, 714, 8-10, congratula-se com o ginasiarca Elpinicos "por ter exercido efetivamente suas funções durante o ano inteiro, por ter fornecido às suas custas um retórico e um monitor de esgrima, que deram aulas no ginásio aos efebos e às crianças, sem falar nos outros cidadãos: ἐμμονεύσας ἐν τῷ γυμνασίῳ δι' ἐνιαυτοῦ καὶ παρέσχεον ἐκ τοῦ ἰδίου ῥητορὰ τε καὶ ὀπλομάχον, οἵτινες ἐσχόλῃον ἐν τῷ γυμνασίῳ τοῖς τε παῖσιν καὶ ἐφήβοις καὶ τοῖς ἄλλοις τοῖς βουλευμένοις...

Leio na inscrição IG², II, 1030, 31, que, em Atenas, o povo felicita os efebos por terem assistido durante todo o ano aos cursos dos filósofos, etc., mas se trata de uma reconstituição. A idéia de assiduidade, expressa de maneira mais vaga, é entretanto

formulada nitidamente nas inscrições que empreguei no texto. Poder-se-ia notar também que a expressão regularmente usada parece distinguir as "lições, *σολαί*, dos gramáticos, retóricos e filósofos" do "que se denomina os *ἀρχοδασεῖς*": eu interpretaria facilmente "cursos corridos", por um lado, "conferências" suplementares, mais ou menos isoladas, por outro.

6. Biblioteca dos ginásios helenísticos: cf. E. ZIEBARTH, *Aus dem griechischen Schulwesen*², ps. 131-132: Atenas, Halicarnasso, Corinto, Pérgamo; L. ROBERT, ap. *Bulletin de Correspondance hellénique*, XLIX (1935), p. 425; *Études anatoliennes*, p. 72, n. 7. ROSTOVTSSEFF reuniu os documentos relativos às bibliotecas existentes no Egito, ap. *Social and economic History of the hellenistic world*, p. 1589, n. 24, mas não me parece provado que se trate de bibliotecas escolares.

7. Concurso literário entre os efebos atenienses nos anos 180/181-191/192 de nossa era: cf. P. GRAINDOR, *Études sur l'Épèbie attique sous l'Empire*, I. *Les concours éphébiques*, ap. *Musée belge*, XXVI (1922), ps. 166-168. As inscrições também mencionam os efebos que se salientaram proferindo o "discurso de exortação", *λόγος προτροπικός*, dirigido aos candidatos no início do certame (IG², II, 2119, 231, 234; possuímos mesmo o texto de um desses discursos, considerado digno da honra da "impresão": IG², II, 2291a; cf. 1, 4). É esta, ainda, uma forma de atividade literária entre os efebos, mas não parece ter sido objeto de uma competição.

8. Concurso de moral: ver as inscrições reunidas por J. OEHLER, ap. PAULY-WISSOWA, VII, 2, c. 2014.

9. Sobre o assunto, tão estudado, do Museu de Alexandria, basta-me citar o artigo resumido de MÜLLER-GRAUPA, s. v. *Μουσείον*, ap. PAULY-WISSOWA, XVI, c. 801-821. Em último lugar, ROSTOVTSSEFF, *The Social and economic story of the hellenistic world*, ps. 1084-1085; 1596, n. 39. G. FAIDER-FEYTMANS, MOTSEION, *Musée*, em: *Hommages à Joseph Bidez et à Franz Cumont*, Bruxelas, s. d., ps. 97-106.

10. Sobre a sucessão dos bibliotecários do Museu e sua cronologia, cf. *P. Oxy.*, 1241, e o artigo de G. PERROTTA, ap. *Athenaeum*, 1928, ps. 125-156.

11. Estamos muito mal informados sobre o ensino dado no Museu: cf. as induções de MÜLLER-GRAUPA, art. citado acima, c. 809-810.

12. Sobre a carreira, a data e as obras do singular personagem que foi Anatólio da Laodicéia, cf. o conjunto de notas que reuni em meu *Saint Augustin et la Fin de la Culture antique*, p. 217, n. 8.

13. Destruição do "Serapeum": ver os textos reunidos ap. G. RAUSCHEN, *Jahrbücher der christlichen Kirche unter dem Kaiser Theodosius dem Grossen*, ps. 301-303; a data foi corrigida por O. SEECK, *Geschichte des Untergangs der antiken Welt*, V, p. 534.

14. Museus fora de Alexandria: R. HERZOG, ap. *Urkunden zur Hochschulpolitik der römischen Kaiser, Sitzungsberichte da Academia de Berlim, Phil.-hist. Klasse*, 1935, XXXII, ps. 1005-1006. Sobre o Museu de Efeso, cf. principalmente J. KEIL, *Aertzeinschriften aus Ephesos*, ap. *Jahreshefte do Instituto arqueológico austriaco*, VIII (1905), ps. 128 e segs. e P. WOLTERS, *ibid.*, IX (1906), ps. 295 e segs. Sobre o Museu de Esmirna, L. ROBERT, *Études anatoliennes*, ps. 146-148. Naturalmente, encontram-se também alhures inscrições relativas aos "membros do Museu", ἀπό Μουσείου (cf. o corpo desses textos ap. P. LEMERLE, *Inscriptions de Philippes, Bulletin de Correspondance hellénique*, XLIX (1935), ps. 131-140, corrigido e completado por L. ROBERT, *Études anatoliennes*, p. 146), mas não se trata de museus locais: são personagens ligados, a título efetivo ou honorário, ao grande Museu de Alexandria: é o caso, em particular, de diversas inscrições de Atenas. J. H. OLIVIER, que as publicou, julgou que elas nos revelavam o nome da "Universidade" de Atenas: *The Mouseion in late Attic Inscriptions*, ap. *HESPERIA*, III (1934), ps. 191-196; cf. *ibid.*, IV (1935), p. 63, n.º 26; mas foi refutado por P. GRAINDOR, *Le Nom de l'Université d'Athènes sous l'Empire*, ap. *Revue Belge de Philologie et d'Histoire*, 1938, ps. 207-212. Sobre o lugar e a arquitetura dos "museus", ver as preciosas indicações de G. ROUX, *Le Val des Muses et les Musées chez les auteurs anciens*, in *Bulletin de correspondance hellénique*, t. 78, 1954, I, p. 38-45.

15. Sobre os advogados helenísticos e a ausência total de ensino jurídico organizado, cf. ROSTOVTSSEFF, *The Social and economic history of the Hellenistic world*, p. 1095; 1600, n. 49 (que salienta a necessidade de um trabalho minucioso sobre a questão).

16. Sobre o lugar da medicina na civilização helenística, cf. ainda ROSTOVTSSEFF, *ibid.*, ps. 1088-1094, e o abundante material bibliográfico reunido, ps. 1597-1600, n. 45-48.

17. Sobre a história da escola de Cnidos: cf. J. ILBERG, *Die Aertzschnle von Knidos*, ap. *Berichte da Academia de Ciências de Leipzig, Philol.-hist. Kl.*, 76 (1924), 3. Sobre a de Cós, ver a nota de R. HERZOG no *Jahrbuch do Instituto arqueológico alemão*, 47 (1932), *Arch. Anz.*, c. 274-276, e seu livro antigo, *Koische Forschungen und Funde*, Leipzig, 1899, ps. 199-208.

18. A história da medicina grega foi bem estudada (aos trabalhos enumerados por ROSTOVTSSEFF (n. 16, acima), podem-se acrescentar, na França, A. CASTIGLIONI, *Histoire de la Médecine*, trad. fr., Paris, 1931, e, pela sua magnífica ilustração, [M.] LAIGNEL-LAVASTINE, *Histoire générale de la Médecine, de la Pharmacie, de l'Art dentaire et de l'Art vétérinaire*, I, Paris, s. d. (1936)). A do ensino médico propriamente dito o foi muito menos: há menos fatos precisos a assinalar na antiga obra de Th. PUSCHMANN, *Geschichte des medicinischen Unterrichts*, Leipzig, 1889, ps. 61-70, do que no artigo de S. REINACH, ap. *DAREMBERG-SAGLIO*, III, 2, c. 1673 a-1676 b, s. v. *Medicus*.

Sobre os pequenos tratados pedagógicos do *Corpus hipocrático* (que só teriam surgido nos séculos I-II depois de Jesus

Cristo, salvo o π . $\iota\eta\tau\omega\upsilon$, que remontaria ao século III a. C.), cf. U. FLEISCHER, *Untersuchungen zu den pseudohippokratischen Schriften*, Παράγγελλαι, περί $\iota\eta\tau\omega\upsilon$, und περί εδοχημοσύνης (*Neue deutsche Forschungen, Abt. klassische Philologie*, X), Berlin, 1939.

19. Os estudos de Galeno: encontram-se as passagens autobiográficas das obras de Galeno reunidas e ordenadas por R. FUCHS, ap. TH. PUSCHMANN, *Handbuch der Geschichte der Medizin*, I, Iena, 1902, ps. 374-378.

20. Escolha dos embaixadores: os oradores ou sofistas não são os únicos a exercerem esta função: as cidades delegam de bom grado também os seus filósofos: em 154, os atenienses enviaram a Roma os chefes de três das suas quatro escolas filosóficas, o estóico Diógenes, o peripatético Critolau e o acadêmico Carnéades. Constatam-se escolhas mais excepcionais: Tiatira envia ao imperador Heliogábalo um atleta (*IGR.*, IV, 1251); L. ROBERT conjectura, engenhosamente, que isto se deu, certamente, devido às relações que pudera encetar com o mundo da corte imperial em sua qualidade de alto dignitário do "xisto", ou seja, da associação geral dos atletas profissionais (ap. *Études anatoliennes*, ps. 119-123). Causas análogas produzem o mesmo efeito: Cós nomeará, com toda a naturalidade, para uma embaixada em Creta, aquêle, entre seus médicos, de renome bem estabelecido.

21. Retóricos enviados em embaixada: sob a ditadura de Sila, o célebre retor Mólón foi enviado por sua cidade, Rhodes, para acertar com o Senado romano a questão das recompensas devidas aos rodianos (Cíc., *Brut.*, 312); ainda sob a República, Xenocles foi defender perante o Senado a província asiática acusada de mitridatismo (STRAB., XIII, 614); sob Domiciano, Escopeliano é designado pela mesma província para protestar contra o edito imperial que proibia a cultura da vinha fora da Itália (PHILSTR., V. S., I, 21, 520); Élio Aristides obteve de Marco Aurélio uma ajuda eficaz para a reconstrução de Esmirna, que sofrera as conseqüências do terremoto de 178 (ARSTO., XIX-XX K.; cf. A. BOULANGER, *Aelius Aristide*, ps. 387-389). Esses, naturalmente, são apenas alguns exemplos. Também no século V, Sinésio de Cirene foi eleito bispo de Ptolemais (por volta de 410), embora nem mesmo fôsse cristão e, como bom aluno de Hipátia, êste neoplatônico convicto tivesse grandes objeções contra a fé; não se deveria isto, principalmente, ao fato de seus compatriotas contarem com o seu prestígio e o seu talento oratório, para que êle lhes servisse de intercessor junto aos governadores e ao imperador?

22. A eloquência grega na época helenística e romana: F. BLASS, *Die Griechische Beredsamkeit in dem Zeitraum von Alexander bis Augustus*, Berlin, 1865 (muito menos precisa do que a sua grande *Attische Beredsamkeit* ², 4 vol., Leipzig, 1887-1898); E. NORDEN, *Die Antike Kunstprosa* ³⁻⁴, Leipzig, 1915-1923; A. BOULANGER, *Aelius Aristide et la Sophistique dans la Province d'Asie au II^e siècle de notre ère*, Paris, 1923, ps. 37-108; W. KROLL, ap. PAULY-WISSOWA, *Suppl.*, VII, c. 1039-1138, s. v. Rhe-

torik; e os dois *Berichte* de E. RICHTSTEIG, ap. C. BURSIA, *Jahresbericht*, t. 234 (1932), p. 1-66; t. 238 (1933), ps. 1-104, completado pelo de K. Gerth, *ibid.*, t. 272 (1941), p. 72-252.

23. O caráter escolar da cultura helenística (e romana) é um fenômeno de decadência? Acreditei-o, como tantos outros: cf. meu *Saint Augustin et la Fin de la Culture antique*, ps. 89-94; já não estou mais tão certo disso (cf. *ibid.*, 2.^a ed., *Retractio*, ps. 672-674).

24. Os termos retórico e sofista não são, em princípio, intercambiáveis (embora, na realidade, tenham acabado por serem praticamente sinônimos): o *οῤῥωρ* é, de início (de Aristófanes a Estrabão) o orador, no pleno sentido da palavra, o que fala à assembléia do povo e ao tribunal; o *σοφιστής*, ao contrário, é o técnico, o professor cuja palavra não sai da escola; sob a influência da polêmica platônica, o título sofre, a princípio, uma certa desvalorização. Depois, na época imperial, a Segunda Sofística devolve-lhe, de certa forma, o valor, dá à eloquência epidictica do sofista um conteúdo e um alcance político; por sua vez, o retórico tende a ser, tão somente, o professor que é apenas professor, aquele que se adstringe exclusivamente às regras formais da arte: cf. sobre esta evolução complexa as indicações de LIDDELL-SCOTT-ST-JONES, s. vv.; A. BOULANGER, *Aelius Aristide*, p. 76, n.3; W. KROLL, ap. PAULY-WISSOWA, *Suppl.*, VII, c. 1040; H. VON ARNIM, *Leben und Werke des Dio von Prusa*, p. 67.

25. "Côro, Tiase, Fratria" aplicados ao círculo de alunos de um mesmo professor: cf. L. GRASBERGER, *Erziehung und Unterricht im klassischen Alterthum*, III, ps. 409-410.

26. Não tivemos, em francês, outras exposições das leis da retórica desde A.-E. CHAIGNET, *La Rhétorique et son Histoire*, Paris, 1888 (escrita logo após a reforma de 1885, que o autor deplora: cf. seu prefácio, p. vii); para maiores detalhes: R. VOLKMANN, *Die Rhetorik der Griechen und Römer im systematischer Uebersicht dargestellt* 2, Leipzig, 1885; W. KROLL, ap. PAULY-WISSOWA, *Suppl.*, VII, c. 1039-1138, s. v. *Rhetorik*.

27. O elogio nos concursos musicais: J. FREI, *De Certaminibus thymelicis*, dissertação de Basileia, 1900, ps. 34-41, completado por L. ROBERT, *Bibliothèque de l'École des Hautes-Études*, fasc. 272, ps. 17 segs., e particularmente 21-23.

28. Sobre a "quironomia" ou linguagem simbólica dos gestos da mão, cf. J. COUSIN, *Études sur Quintilien*, t. I, *Contribution à la recherche des sources de l'Institution oratoire*, Paris, 1935, ps. 625-627, e a obra clássica de C. SITTL, *Die Gebärden der Griechen und Römer*, Leipzig, 1890, *pass.*

29. Cānon dos oradores: cf. acima, p. 582, n. 2 do capítulo VII da segunda parte.

30. O aticismo: o trabalho básico continua sendo a vigorosa obra de W. SCHMID, *Der Atticismus in seinen Hauptvertretern*, 4 vol., Stuttgart, 1887-1896; a questão do aticismo, por sua natureza e sua história, nutriu na Alemanha erudita dos

anos de 1880-1900 uma dessas magníficas querelas que pesam na história da filologia: E. ROHDE, W. SCHMID, E. NORDEN, U. VON WILAMOWITZ-MÖLLENDORF, dela participaram, alternadamente; ver o resultado, ap. A. BOULANGER, *Aelius Aristide*, ps. 58-108; W. KROLL, ap. PAULY-WISSOWA, *Suppl.*, VII, c. 1105-1108: não é de todo positivo...

31. Sobre Demétrio de Fálara, cf. em último lugar E. BAYER, *Demetrios Phalereus der Athener*, *Tübinger Beiträge zur Altertumswissenschaft*, XXXVI, Tübingen, 1942.

32. Sobre as questões de "controvérsias" e de "suasórias", cf. a obra clássica de H. BORNECQUE, *Les Déclamations et les Déclamateurs d'après Sénèque le Père*, Lille, 1902; *Les Sujets de Suasoria chez les Romains*, ap. *Revue d'Histoire de la Philosophie et d'Histoire générale de la Civilisation*, 1934, ps. 1 segs.; W. MOREL, ap. PAULY-WISSOWA, XV, 1, c. 496-499, s. v. *Melete*; *ibid.*, II R., IV, 1, c. 469-471, s. v. *Suasoria*; W. KROLL, *ibid.*, *Suppl.*, VII, c. 1119-1124.

33. Estada de São Basílio e São Gregório de Nazianza em Atenas: cf. S. GIET, *Susimes, une méprise de saint Basile*, Paris, 1941, p. 31, n. 1 (para Basílio: 351-355; para Gregório: 351 [provavelmente] -356); P. GALLAY, *La Vie de saint Grégoire de Nazianze*, Lyon, 1943, ps. 36-37: "por volta de 350" — "cerca de 358-359". Dedicar oito anos a estudar a retórica parece normal a LIBÂNIO: *Or.*, I, 26.

34. Sobre estes elogios "paradoxais" (o termo técnico seria "adoxais", pois a teoria antiga distingue, com a sua habitual minúcia, os elogios ἐνδοξα, ἄδοξα, ἀμφίδοξα, παραδοξα: *Rhet. Gr.*, III, 346, 9-19, MEN.); cf. A. STANLEY-PEASE, *Things without honor*, ap. *Classical Philology*, XXI (1926), ps. 27-42, e daí: J. COUSIN, *Études sur Quintilien*, I, p. 192.

35. Beleza formal da retórica: já esbocei esse critério, ap. *Saint Augustin et la Fin de la Culture antique*, p. 83, após NIETZSCHE e vários outros, por exemplo, L. PETIT DE JULLEVILLE, *L'École d'Athènes au IV siècle après Jésus-Christ*, Paris, 1868 (não convém precipitar-se em menoscabar esses velhos livros), ps. 104-107.

36. Sobre os cínicos, ver D. R. DUDLEY, *A History of Cynicism from Diogenes to the sixth century a. d.*, Londres, 1937, particularmente ps. 26 segs., 59, 122.

37. Sobre a origem e os componentes deste ideal da "vida filosófica", cf. o memorial de W. JÄGER, *Ueber Ursprung und Kreislauf des philosophischen Lebensideals*, ap. *Sitzungsberichte der Academie de Ciências de Berlim, Phil.-hist. Klasse*, 1928, XXV, ps. 390-421.

38. Sobre as mulheres filósofas da antiguidade, sempre convém ler a velha obra de G. MÉNAGE, *Historia Mulierum philosopharum* (traduzido para o francês, ap. *Vie des plus illustres philosophes de l'Antiquité*, Paris, 1796, II, ps. 379-469); cf. M. MEUNIER, *Prolégomènes a suas Femmes pythagoriciennes, Fragments et Lettres*, Paris, 1932.

39. Conversão à filosofia: cf. as indicações de meu *Saint Augustin et la Fin de la Culture antique*, ps. 161 segs., e, principalmente, 169-173; A. D. Nock, *Conversion, the old new religion from Alexander the great to Augustine of Hippo*, Oxford, 1933, ps. 164-186.

40. Sobre a conversão de Dion de Prusa, ver o livro clássico de H. VON ARNIM, *Leben und Werke des Dio von Prusa*, Berlim, 1898, ps. 223 segs.; L. FRANÇOIS, *Essai sur Dion Chrysostome*, Paris, 1921, ps. 5 segs.

41. Sucessão dos escolarcas das escolas filosóficas de Atenas: cf. o quadro que apresenta K. PRÄCHTER, ap. F. UEBERWEG, *Grundriss der Geschichte der Philosophie*¹¹, I, ps. 663-666.

42. Epicteto em Nicópolis: ver, em último lugar, e perfunctivamente: J. SOULHÉ na *Introduction* à sua edição dos *Entretiens* (col. "Budé"), I, Paris, 1943, ps. viii e segs.

43. A erudição moderna muito trabalhou na diatribe, não sem correr o risco de determinar em excesso este gênero, de contornos esquivos: cf. P. WENDLAND, *Philo und die kynisch-stoische Diatribe, Beiträge zur Geschichte der griechischen Philosophie und Religion*, Berlim, 1895; R. BULTMANN, *Der Stil der Paulinischen Predigt und die kynisch-stoische Diatribe*, Goettingen, 1910; A. OLTRAMARE, *Les Origines de la Diatribe romaine*, tese de Genebra, 1926.

44. A história da tradição doxográfica helenística foi admiravelmente reconstituída por H. DIELS nos *Prolegomena* de sua edição dos *Doxographi Graeci*², Berlim, 1929.

45. Explicação de textos entre os filósofos, por exemplo, a propósito de Epicteto: cf. I. BRUNS, *De Schola Epicteti*, diss. de Kiel, 1897, ps. 3 segs.; J. SOULHÉ, *Introduction* citada, ps. xxxiii segs.

46. Conhecemos menos diretamente, de maneira menos precisa e menos concreta, a vida quotidiana de uma escola filosófica do que a das escolas do gramático ou do retor: cf. as interessantes induções de W. BOUSSET, *Jüdisch-christlicher Schulbetrieb in Alexandria und Rom*, ps. 1-7, e A.-J. FESTUGIÈRE, *Le Logos hermétique d'enseignement*, ap. *Revue des Études grecques*, LV (1942), ps. 77-108.

47. A luta entre filósofos e retóricos pela direção da educação da juventude foi analisada, com rara felicidade, por H. VON ARNIM, na introdução de *Leben und Werke des Dio von Prusa*, ps. 1-114: *Sophistik, Rhetorik, Philosophie, in ihrem Kampf um die Jugendbildung*; para a época que aqui nos interessa, ps. 37 segs.

48. Persistência da oposição entre cultura filosófica e cultura oratória na Idade Média, cf. as indicações que forneço ap. *Saint Augustin et la Fin de la Culture antique*, p. 173, e ap. *Revue du Moyen Age Latin*, I, 1945, p. 201, onde remeto o leitor, a propósito de Sidônio e de Cl. Mamert, de A. LOYEN, *Sidoine*

Apollinaire et l'Esprit précieux en Gaule. Paris, 1943; a P. COURCELLE, *Les Lettres grecques en Occident*, Paris, 1943, ps. 223 segs.

49. Sobre a posição interessante e peculiar de Dionísio de Halicarnasso, cf. por exemplo G. KAIBEL, *Dionysios von Halikarnassos und die Sophistik*, ap. *Hermès*, XX (1885), ps. 497-513; W. R. ROBERTS, edição comentada de *Dionysius of Halicarnassus, On literary Composition*, Londres, 1910.

50. O debate entre filósofos e retóricos a respeito das "teses" foi estudado por H. VON ARNIM, introdução citada de seu *Dio von Prusa*, ps. 93-96.

51. A retórica anexada pelos estoicos à filosofia: cf. ainda VON ARNIM, *ibid.*, ps. 78-79 (o texto mais claro é: D. L., VII, 41: "Os estoicos ensinam que a lógica se divide em duas disciplinas, a retórica e a dialética").

52. Sobre Filão de Larissa, cuja filosofia acolhe tão bem a retórica a ponto de surgir êle como um representante do velho ideal da Primeira Sofística, cf. sempre VON ARNIM, *ibid.*, ps. 97 segs.

53. Estabelecimento das escolas de filosofia em Atenas no fim do século IV: cf. as argutas observações de W. S. FERGUSON, *Hellenistic Athens, an historical essay*, Londres, 1911, ps. 60-61, 104-107, 129, 214-216.

54. Sobre Herodes Ático, P. GRAINDOR, *Un Milliardaire antique, Hérode Atticus et sa Famille, Recueil des Travaux de l'Université égyptienne*, VII, Cairo, 1930.

55. Na maior parte dos casos, o asianismo foi estudado em conexão com o aticismo (cf. os trabalhos aos quais remete a n. 30): a crítica, por vêzes, cristalizou êstes conceitos, que aliás não convêm manipular como se fôsssem substâncias químicas de propriedades definidas!

56. Os reis de Pérgamo protetores dos estudos fora de seu reino: estudamos, no capítulo II (2.^a parte), suas liberalidades em benefício das escolas de Delfos ou de Rodes; W. S. FERGUSON, *Hellenistic Athens*, ps. 234-236, mostra-nos que os Atálidas acumulam os filósofos atenienses de benefícios, sem procurar atraí-los para a sua própria capital, como o fazem, na mesma época, os outros reis helenísticos.

57. Sobre as escolas de Rodes e sua ramificação: F. DELLA CORTE, *Rodi e l'istituzione dei pubblici studi nell II secolo a. C.*, ap. *Atti da Academia di Turim*, 74, 2 (1939), ps. 255-272.

A respeito de Possidônio (endeusado por K. GRONAU, *Poseidonios*, Leipzig, 1914; K. REINHARDT, *Poseidonios*, Munique, 1921; J. HEINEMANN, *Poseidonios*, Breslau, 1921-1928), mostrei, referindo-me à origem do programa das sete artes liberais, como o fascínio que, sobre os eruditos contemporâneos, exercia o nome do grande filósofo ródio, podia levar à aberração, ap. *Saint Augustin et la Fin de la Culture antique*, p. 215; não sou o único a reagir contra o "mito de Possidônio": cf. J. F. DOBSON, *The Poseidonius myth*, ap. *Classical Quarterly*, 1918, ps. 179

segs., e, principalmente, 181; P. BOYANCÉ, *Études sur le Songe de Scipion*, Paris, 1936, p. 87; K. PRÜMM, *Religionsgeschichtliches Handbuch für den Raum der altchristlichen Umwelt*, Friburgo-em-Brisgau, 1943, ps. 158-159; e já M. CROISSET, em sua apreciação de Reinhardt, ap. *Journal des Savants*, 1922, ps. 145-152.

58. Posição média da eloquência ródia, entre asianismo e aticismo: cf. A. BOULANGER, *Aelius Aristide*, p. 61.

Como lembrete, mencionemos também, no outro extremo do mundo grego, as escolas de Marselha: sua ação, revestindo um caráter muito mais limitado, estendeu-se até Roma: no primeiro século antes de Jesus Cristo, várias famílias romanas enviavam para ali seus filhos, a fim de se iniciarem na cultura grega, por ser um centro mais tranqüilo, menos dispendioso, moralmente mais seguro que o das grandes escolas do Egeu: cf. M. CLERC, *Massalia, Histoire de Marseille dans l'Antiquité*, II, Marselha, 1929, ps. 314 segs., I, 1927, p. 463.

59. Sobre *La Sophistique dans la Province d'Asie au I^{er} siècle de notre ère*, remeto uma vez mais à excelente tese de A. BOULANGER, *Aelius Aristide*, Paris, 1923, que leva tal subtítulo; cf., particularmente, ps. 74-108, 16-19, 37-57.

60. Sobre a vida dos estudantes nas "universidades" do Baixo Império, ver A. MÜLLER, *Studentenleben im 4. Jahrhundert n. Chr.*, ap. *Philologus*, LXIX (1910), ps. 292-317; convém sempre consultar L. PETIT DE JULLEVILLE, *L'École d'Athènes au I^{er} siècle*, Paris, 1868: através da amplificação oratória, corrente nessa época, distingue-se um esforço real para pensar o assunto, para elaborar a matéria. Ao contrário, sob pretexto de objetividade, F. SCHEMMEL, limita-se a um tedioso desfile de fichas na série de artigos aos quais já remeti mais acima, cap. VIII, n. 10).

TERCEIRA PARTE

CAPÍTULO I

1. Sobre a antiga educação romana, os fatos essenciais são reunidos por E. JULLIEN, *Les Professeurs de Littérature dans l'ancienne Rome*, ps. 11-33, e A. GWYNN, *Roman education from Cicero to Quintilian*, ps. 11-33 (sic).

2. A uma história da educação romana, portanto, não compete aventurar-se no terreno incerto da proto-história: sabe-se que, para G. DUMÉZIL por exemplo (como *Naissance de Rome* (Jupiter, Mars, Quirinus, II), Paris, 1944, ps. 47-48), Roma não teria sido, em sua origem, uma sociedade de pastores e camponeses, mas uma comunidade tripartida dominada, no estilo indo-europeu, por uma dupla aristocracia guerreira e sacerdotal, os camponeses relegados a um terceiro grupo. Mas essa hipótese leva-nos muito além do terreno próprio da história, numa espécie de prólogo fabuloso que aqui nos é permitido ignorar.

3. A expulsão dos reis vista como um desfôrço da aristocracia latina sôbre os "tiranos" etruscos: adoto a interpretação hoje aceita dessa revolução: cf. por exemplo E. PAIS-J. BAYET, *Histoire Romaine* (ap. G. GLOTZ, *Histoire générale*, III), I², ps. 54-55, e, em último lugar, S. MAZZARINO, *Dalla Monarchia allo stato Repubblicano*, Catânia, 1945.

4. *Le Latin, langue de Paysans*: ver, sob êsse título, o sugestivo memorial de J. MAROUZEAU, ap. *Mélanges linguistiques offerts à M. J. Vendryès, Collection Linguistique publiée par la Société linguistique de Paris*, 17, Paris, 1925, ps. 251-264), que se refere ao trabalho clássico de A. ERNOUT, *Les Éléments dialectaux du Vocabulaire latin*, mesma coleção, 3, Paris, 1909, bem como as páginas tão ricas de A. MEILLET, *Esquisse d'une Histoire de la Langue latine*⁴, ps. 94-118, e os acertos cronológicos de G. DEVOTO, *Storia della lingua di Roma* (*Storia di Roma*, XXIII), Roma, 1940, ps. 101-103.

5. Desenvolvimento da casa romana: adoto a teoria sustentada, com algumas modificações, por G. PATRONI, A. BOETHIUS e P. GRIMAL: ver êste, em último lugar, *Les Jardins romains à la fin de la République et aux deux premiers siècles de l'Empire, Essai sur le Naturalisme romain*, Paris, 1943, ps. 216 e segs.

6. *Tirocinium fori*: acrescentar a JULLIEN e GWYNN o breve artigo, s. v., § a, de J. REGNER, ap. PAULY-WISSOWA, II R., VI, 2, c. 1450. Quanto à data, que pôde variar, da adoção da toga viril, *id.*, b, c. 1452.

7. Existem, com efeito, duas categorias de *tribuni militum*: os *t. m. comitiiati* eleitos anualmente pelo povo e os *t. m. rufuli* escolhidos pelos generais comandantes-chefes: FEST, p. 260; mas cf. LENGLE, ap. PAULY-WISSOWA, II R., VI, 2, c. 2439-2442, s. v. *Tribunus*, 9.

8. Influência das tradições familiares sôbre a historiografia romana: ver principalmente E. PAIS em sua primeira *Storia di Roma, Critica della tradizione...*, I, 1, Turim, 1898, ps. 117-128, e, em último lugar, E. PAIS-J. BAYET, *Histoire Romaine*, I², ps. 25-26; F. MÜNZER, *Römische Adelsparteien und Adelsfamilien*, Stuttgart, 1920, ps. 4 e pass. (cf. p. 432, s. v. *Familienüberlieferung und Fälschungen der Ueberlieferung*).

9. Sôbre a *deuotio*, cf. s. v. o artigo, um tanto antiquado, de A. BOCHÉ-LECLERCQ, ap. DAREMBERG-SAGLIO, II, 1, ps. 113 a-119 b; G. STÜBLER, *Die Religiosität des Livius* (*Tübinger Beiträge zur Altertumswissenschaft*, XXXV), Tübingue, 1941, ps. 173-204, e principalmente a discussão de J. HEURGON, *Recherches sur l'Histoire, la Religion et la Civilisation de Capoue préromaine*, ps. 260-270. Para a identificação dos três Décios, cf. MÜNZER, ap. PAULY-WISSOWA, IV, 2, c. 2279-2285, s. v. *Decius*, ns. 15-17.

10. Sôbre a anedota de Régulo, prisioneiro dos cartagineses e por êstes enviado a Roma levando propostas de paz, cf. o conjunto dos textos examinados por E. PAIS, *Ricerche sulla storia e sul diritto pubblico de Roma*, IV, ps. 411 e segs.

11. O sentimento religioso no ideal político romano: con-
denso a excelente análise de F. ALTHEIM, *A History of Roman
religion*, Londres, 1938, ps. 411-432 ("As causas da grandeza de
Roma").

12. O luxo e a "languidez" como sintomas clássicos de
decadência: cf. A. PASSERINI, *La τρυφή nella storiografia elle-
nistica*, ap. *Studi italiani di filologia classica*, 1934, ps. 3-56;
J. PERRET, *Siris*, Paris, 1941, p. 267; J. TONDRIAU, *La Tryphè
philosophie royale ptolémaïque*, na *Revue des Et. Anc.*, t. 50
(1948), ps. 49-54.

13. Sobre a educação física romana contraposta à dos
gregos, cf. E. NORMAN GARDNER, *Athletics of the ancient world*,
ps. 117-119, e E. MEHL, *Die Ueberlieferung über das Turn im
römischen Heere* (a respeito de Végèce, I, 6-18), ap. *Mitteilungen
des Vereins klassischer Philologen in Wien*, 1923, ps. 21-27. Sobre
o *Iudus Troiae*, cf. s. v. J. TOUTAIN, ap. DAREMBERG-SAGLIO, t. V,
ps. 493 a-496 b; K. SCHNEIDER, ap. PAULY-WISSOWA, t. XIII, 2,
c. 2059-2067 e E. GIGLIOLI, *L'oinochoe di Tragliatella*, ap. *Studi
Etruschi*, t. III (1929), ps. 121-134, pr. XXIV.

14. Sobre o enciclopedismo romano, cf. O. JAHN, *Ueber
römische Encyclopidien*, ap. *Berichte da Academia de Ciências
de Leipzig, Ph.-hist. Classe*, III, 4 (1850), ps. 263-287; F. DELLA
CORTE, *Enciclopedisti Latini*, Gênova, 1946.

15. Sobre a enciclopédia de Celso, cf. os prolegômenos de
F. MARX à sua edição ap. *Corpus medicorum latinorum*, I, Leipzig,
1915, ps. v-cxiv.

16. Plínio afirma que Q. Metelo Macedônico era filho de
Lúcio: era apenas seu neto: cf. MÜNZER, ap. PAULY-WISSOWA,
III, 1, c. 1203, s. v. *Caeciliius*, n.º 72 (com relação a Lúcio), e
c. 1213, n.º 94 (com relação a Macedônico).

CAPÍTULO II

1. Introdução da educação grega em Roma: sigo sempre
E. JULLIEN, *Les Professeurs de Littérature* (ps. 34-111), e A.
GWYNN, *Roman education* (ps. 34-69), mas o assunto tem uma
importância tão evidente que foi abordado por todos os histo-
riadores da cultura romana, qualquer que tenha sido o ponto
de vista em que se colocaram: cf. assim A. GRENIER, *Le Génie
romain dans la Religion, la Pensée et l'Art* (das origens a Au-
gusto), Paris, 1925, ps. 136-185, 199-320; J. CARCOPINO, *Histoire
romaine* (ap. G. GLOTZ, *Histoire générale*, III), II, 1, ps. 47-58;
P. GRIMAL, *Les Jardins romains à la Fin de la République et aux
deux premiers siècles de l'Empire*, Paris, 1943, ps. 23-26, a quem
tomo a expressão "revolução espiritual do século segundo".

2. A data da fundação de Cumas foi claramente precisada
por J. BÉRARD, *La Colonisation grecque de l'Italie méridionale
et de la Sicile dans l'Antiquité: l'Histoire et la Légende*, Paris,
1941, p. 62.

3. Sustento a possibilidade de um período de educação etrusca anterior à influência grega, em Roma, não obstante as objeções de JULLIEN, *Les Professeurs de Littérature*, ps. 29-33: Jullien escrevia em 1885, mas hoje conhecemos melhor a fecundidade e o reflexo da civilização etrusca sobre a Itália dos séculos V e IV: cf. as sugestões de A. Piganiol, *Clio*, III, *Histoire de Rome*², Paris, 1946, ps. 58, 70, e, em geral, sobre a questão etrusca, a notável síntese de J. BÉRARD, *La Colonisation grecque*, ps. 492-524.

4. Influência da civilização campaniana antes da conquista romana: cf. a influência da arte decorativa de Capua em Roma, Satricum, Veii, Caere: J. HEURGON, *Recherches sur l'Histoire, la Religion et la Civilisation de Capoue préromaine des origines à la deuxième guerre punique*, Paris, 1942, p. 351.

5. Influência grega sobre a religião romana: aqui também todos os historiadores de Roma tiveram de considerar esse fenómeno; como trabalhos especiais, cf. por exemplo J. BAYET, *Les origines de l'Hercule romain*, Paris, 1926; F. ALTHEIM, *Griechische Götter im alten Rom*, ap. *Religionsgeschichtliche Versuche und Vorarbeiten*, XXII, 1, Giessen, 1930.

6. Influência siracusana sobre a construção do muro dito "de Sérvio": G. SAEFLUND, *Le Mura di Roma repubblicana* (*Skrifter* do Instituto sueco de Roma, I), Lund, 1932, ps. 169-174 (porém G. LUGLI sustenta a data tradicional: século VI, cf. *I monumenti antichi di Roma*, t. II, Roma, 1934, ps. 99-138); sobre as relações amistosas entre Roma e Siracusa na época de Dionísio o Antigo, cf. *ibid.*, p. 172, n. 3, e de maneira mais geral E. PAIS, *Italia antica*, I, Bolonha, 1922, ps. 61-132. Sobre as antigas relações entre Roma e Marselha, cf. M. CLERC, *Massalia*, I, Marselha, 1927, ps. 178-184.

7. Sobre a civilização "helenística" da Campânia pré-romana (civilização que tem, sem dúvida, um sabor próprio: é uma variedade da civilização helenística, mas uma variedade peculiar), cf. o livro tão revelador de J. HEURGON, citado na n. 4: cf. em particular a análise estilística, bem penetrante, das terracotas arquitetônicas, ps. 337-352, e a conclusão, p. 443; quanto à influência sobre Roma, cf. E. PAIS, *Gli Elementi italici, sannitici e campani nella più antica civiltà romana*, ap. *Italia antica*, I, ps. 133-177. Sobre Pompéia, cf. o título característico do livro de F. VON DUHN, *Pompeii, eine hellenistische Stadt in Italien* (*Aus Natur und Geisteswelt*, 114)³, Leipzig, 1918.

8. Sobre a VEREIIA PUMPAIIANA e a palestra helenística de Pompéia, cf. M. DELLA CORTE, *Iuventus*, Arpino, 1924, ps. 44-60.

9. O vocabulário latino, sobrecarregado de helenismos, atesta quanto a influência grega penetrara no meio popular: cf. A. MEILLET, *Esquisse d'une Histoire de la Langue latine*⁴, ps. 106-117; cf. 87-94. G. DEVOTO, *Storia della lingua di Roma*, ps. 88-91, 127-131.

10. Para a identificação do Crasso citado por VALÉRIO MÁXIMO, VIII, 7, 6, e QUINTILIANO, XI, 2, 50, cf. MÜNZER, ap. PAULY-WISSOWA, XIII, 1, c. 334-338, s. v. *Licinius*, n.º 72.

11. A aristocracia romana aberta à influência grega: é preciso reagir contra o juízo estreito e demasiado severo de M. HOLLEAUX, *Rome, la Grèce et les Monarchies hellénistiques au IIIe siècle avant Jésus-Christ*, Paris, 1921, ps. 170-171: cf. as críticas, tão enérgicas sob a discrição, deliberada, da forma, que lhe são feitas por J. CARCOPINO, *Points de vue sur l'Impérialisme romain*, Paris, 1934, ps. 58 segs.

Há muito mais compreensão histórica no livro, hoje um tanto obsoleto e redundante, mas sempre útil, de G. COLIN, *Rome et la Grèce de 200 à 146 avant Jésus-Christ*, Paris, 1905, ps. 97-171, 242-372 (principalmente 348 segs.), 524-606 (principalmente 540 segs.).

12. O "meio" circundante de Cipião Emiliano: cf. A. GRENIER, *Le Génie romain*, ps. 199-214; I. LANA, ap. *RF.* 75 (1947), ps. 44-80, 155-175.

13. Data da embaixada de Crates de Maios em Roma: adoto a conclusão de JULLIEN, *Les Professeurs de Littérature*, ps. 369-371. O texto de Suetônio (*Gram.*, 2, 1) encerra duas indicações incompatíveis: Crates teria ido a Roma enviado pelo rei Atala (II, 159-138) *sub ipsam Ennii mortem* (169). Cumpre, pois, sacrificar uma delas: a segunda, expressa em termos bastante vagos, de preferência à primeira. Em sentido inverso, cf. por exemplo H. FUNAIOLI, *Grammaticae Romanae fragmenta*, I, Leipzig, 1907, p. xi.

14. A música nos costumes e na educação romanos: cf. L. FRIEDLAENDER-G. WISSOWA, *Darstellungen aus der Sittengeschichte Roms in der Zeit von Augustus bis zum Ausgang der Antonine* ¹⁰, II, ps. 163-190, e, na educação das môças, I, ps. 271-272.

15. Sobre o Imperador, tipo ideal de humanidade, cf. em último lugar A. PIGANIOL, *L'Empire chrétien* (ap. G. GLOTZ, *Histoire générale*, III, *Histoire romaine*, IV, 2), Paris, 1947, ps. 309-310, e os autores aos quais remete. Nem tudo foi dito a respeito dêste assunto tão interessante: poder-se-ia, creio eu, anexar à documentação o título de uma obra perdida de Orígenes, *Que le Roi seul est poète* (PORPH. *Vit. Plot.*, 3), apesar da opinião de R. CADOU, *La Jeunesse d'Origène*, Paris, 1926, ps. 253-255, que, com outros autores, compreende "que o Rei [do céu] é o único Criador [do mundo]". Quanto ao Alto Império, cf. também H. BARDON, *Les Empereurs romains et les Lettres latines, d'Auguste à Hadrien*, Paris, 1940.

16. Jogos do estádio em Roma: L. FRIEDLAENDER-G. WISSOWA, *Sittengeschichte Roms* ¹⁰, II, ps. 147-162.

17. Palestras e ginásios degenerados entre os romanos: cf. em último lugar P. GRIMAL, *Les Jardins romains*, ps. 262 segs. Palestras anexadas às termas: cf. os exemplos clássicos das termas "de Estábias" em Pompéia (H. THÉDENAT-A. PIGANIOL,

Pompei³, Paris, 1928, II, p. 109) e os de Herculano (A. MAURI, *Ercolano*, Roma, 1936, ps. 30-33).

18. Sobre *L'Alphabet de Marsiliana et les origines de l'écriture à Rome*, cf. o excelente trabalho de A. GRENIER, sob esse título, ap. *Mélanges d'Archéologie et d'Histoire* da Escola francesa de Roma, XLI (1924), ps. 1-42. A questão foi, naturalmente, retomada com frequência desde então: cf. D. DIRINGER, *L'Alfabeto nella storia della civiltà*, Florença, 1937, ps. 371-400; J. FEVRIER, *Histoire de l'écriture*, ps. 438-445; 471-476.

19. Silabário etrusco: D. ANZIANI, *Le Vase Galassi*, ap. *Mélanges Cagnat*, Paris, 1912, ps. 17-30, e, em seguida, também para os outros "alfabetos-modelos", D. DIRINGER, *L'Alfabeto*, ps. 378-379.

20. Lúcio Andrônico criou não apenas a epopéia romana com fins pedagógicos, mas também a poesia lírica e dramática dos latinos: trata-se de obras compostas a pedido do Senado para cerimônias religiosas copiadas da Grécia (estava-se em plena crise, durante a segunda guerra púnica, e o Senado preocupava-se em assegurar-se, por todos os meios, a proteção dos deuses): representações cênicas (a primeira tragédia de Andrônico foi representada em 240: Cic., *Br.*, 72), hinos cantados por ocasião das súplicas solenes (como o que êle compôs em 207, na ocasião em que Asdrubal penetrava na Itália: Liv., XXVII, 37, 7).

21. História dos gramáticos latinos: cf. SUET., *Gram.*, 5 segs., e os textos reunidos por H. FUNAIOLI, *Grammaticae Romanae Fragmenta*, I, Leipzig, 1907.

Sobre o *De Grammatica* de Varrão, cf. *ibid.*, ps. 205-206. Sobre um tratado, em dois livros, *De litteris syllabisque, item de metris* atribuído a um ÊNIO, distinto do poeta de Rúdias e a êle posterior, cf. SUET., *Gram.*, 1, 2, e FUNAIOLI, *op. cit.*, ps. 101-102.

22. Sobre a interpretação do edito de 92 contra os retores latinos, acompanho J. CARCOPINO, *Histoire romaine*, II, 1, p. 347; cf., ainda, também sobre a retórica *Ad Herennium*, F. MARX, *Prolegomena* à sua edição, Leipzig, 1894, ps. 141-156, e A. GWYNN, *Roman education*, ps. 59-69.

23. Sobre a formação, de inspiração aristocrática, do jovem Cícero, cf. minha *Défense de Cicéron, Revue historique*, CLXXVII (1936), ps. 58-59, que segue GWYNN, *op. cit.*, ps. 69 segs.

24. No texto do *De Grammaticis et Rhetoribus* (16, 2), já citado a propósito da introdução de Virgílio no programa das escolas, SUETÔNIO diz-nos de Q. Cecílio Epirota: *Primus dicitur Latine ex tempore disputasse*, "passa por haver sido o primeiro a ter feito declamações improvisadas em latim".

25. Formação grega dos filósofos latinos: cf. meu *Saint Augustin et la Fin de la Culture antique*, p. 42, e: E. ALBERTINI, *La Composition dans les ouvrages philosophiques de Sénèque*, Paris, 1923, ps. 206-215.

26. Sobre o lugar da arquitetura na cultura romana, cf. os tratados dedicados a esta ciência por VARRÃO (F. W. RITSCHL,

De *M. Varronis disciplinarum libris*, ap. *Opuscula philologica*, III, Leipzig, 1877, ps. 352 e segs.) e VITRÚVIO.

Sôbre os *Agrimensores*, cf. M. SCHANZ, *Geschichte der römischen Literatur* (ap. I. VON MUELLER, *Handbuch der klassischen Altertumswissenschaft*, VIII), II, 2, § 501-502; IV, 2, § 1138, 1141; M. CANTOR, *Die römische Agrimensoren*, Leipzig, 1875, e a síntese sumária de R. DE CATERINI, "*Gromatici veteres*", ap. *Rivista del Catasto e dei servizi tecnici erariali*, II (1935), ps. 261-358.

27. Sôbre os *archiatri* em países latinos, cf. S. REINACH, ap. DAREMBERG-SAGLIO, III, 2, p. 1674 b, s. v. *Medicus*; WELLMANN, ap. PAULY-WISSOWA, II, 1, c. 464-466, s. v., e de maneira geral sôbre a medicina em Roma: T. Clifford ALLBUTT, *Greek Medicine in Rome*, Londres, 1921.

28. Literatura médica e veterinária romana nos séculos IV e V, cf. SCHANZ, *Geschichte der Römischen Literatur*, IV, 1, § 845, 847-849; 2, § 1126-1137.

CAPÍTULO III

1. Sôbre a expressão *utraque lingua*, cf. as autoridades reportadas por L. LAFOSCADE, *Influence du latin sur le grec*, ap. J. PSICHARI, *Études de philologie néo-grecque*, *Bibliothèque de l'École des Hautes-Études*, "Sciences philologiques et historiques" 92.º fasc., Paris, 1892, ps. 117-118. Antes de Horácio, cf. já Cícero, *De Off.*, I, 1, 1: *ut par sis in utriusque orationis facultate*.

2. Estudo comparado do latim e do grego: é esta, realmente, uma originalidade da cultura romana. Não há dúvida que vemos, entre os que se lhe dedicam, gramáticos gregos, mas ensinando em Roma e em relação com sua clientela latina: assim Cláudio Didimo, autor de um *περὶ τῆς παρὰ Ῥωμαίους ἀναλογίας* (cf. COHN, ap. PAULY-WISSOWA, V, 1, c. 473, s. v. *Didymos*, n.º 10) e, sem dúvida, também autor de um comentário da *República* de Cícero, que Amiano Marcelino atribui, por equívoco, ao ilustre Didimo Calcêntero (COHN, *ibid.*, c. 471, 2, *Didymos*, n.º 8); cf. todavia ATH., XV, 680 D: um *περὶ Ῥωματικῆς διαλέκτου* de Ápio: trata-se do gramático alexandrino Ápio Plistonices?

Comparações entre autores gregos e latinos: cf. W. KROLL, *Studien zum Verständnis der römischen Literatur*, Stuttgart, 1924, ps. 14-16.

3. O ódio de Roma na literatura de língua grega: G. SCHNAYDER, *De Infenso alienigenarum in Romanos animo*, ap. *Eos*, XXX (1927), ps. 113-149; acrescentar, entre outros testemunhos, HIPÓLITO de Roma, *In Danielelem*, IV, 8, 7; 9, 2.

4. Fronteira lingüística do grego e do latim: o mapa anexo ao texto foi elaborado por meu aluno C. R. AGERON, que utilizou e completou os trabalhos de: A. BUDINSKY, *Die Ausbreitung der lateinische Sprache über Italien und die Provinzen des römischen Reiches*, Berlim, 1881; C. JIRECEK, *Die Romanem in den Städten*

Dalmatiens, ap. *Denkschriften* da Academia de Viena, *Phil.-hist.* Kl., 1902; G. SEURE, *Nicopolis ad Istrum*, ap. *Revue archéologique*, 1907, II, ps. 266-271, 414; D. P. DIMITROV, *Ueber die römischen Grabsteine in Bulgarien*, ap. *Jahrbuch* do Instituto arqueológico alemão, *Arch. Anzeiger*, 1937, c. 511-526 (que estabelece que o grego retrogradou em benefício do latim na parte da Trácia incorporada em 275 na Dácia mediterrânea, R. VULPE, *Histoire ancienne de la Dobroudja*, ap. Academia romena, *Connaissance de la Terre et de la Pensée roumaines*, IV, *La Dobroudja*, Bucarest, 1938, ps. 35-454; D. TSONTCHEV, *Annales du Musée de Plovdiv*, t. I, ps. 69-83; I. STEFANOVA, *ibid.*, ps. 85-92.

5. P. COLLAET investigou a sorte do latim nas colônias romanas da Macedônia: *Philippe, Ville de Macédoine, depuis ses origines jusqu'à la fin de l'Époque romaine* (trabalhos e memórias publicados pelos membros estrangeiros da Escola francesa de Atenas, V), Paris, 1937, ps. 300-316, 522-523; *Serta Kazaroviana* (*Bulletin de l'Institut archéologique bulgare*, XVI, 1950), ps. 7-16.

6. Tradução oficial em grego dos atos governamentais: Th. MOMMSEN, *Le Droit public romain* (ap. MOMMSEN-MARQUARDT, *Manuel des Antiquités romaines*), VII, trad. fr., Paris, 1891, ps. 201-202; LAFOSCADE, memória citada ap. n. 1, ps. 96-97; G. COLIN, *Rome et la Grèce de 200 à 146 avant Jésus-Christ*, Paris, 1905, ps. 142-143; L. HAHN, *Rom und Romanismus im griechisch-römischen Osten*, Leipzig, 1906, ps. 37-40, 82-85, 111-119, 211-213, 223-232.

7. *De l'Étude de la Langue latine chez les Grecs dans l'Antiquité*: ver, sob este título, a memória de E. EGGER, ap. *Mémoires d'Histoire ancienne et de Philologie*, Paris, 1863, ps. 259-276; o de LAFOSCADE, já citado, ap. J. PSICHARI, *Études de Philologie néo-grecque*, ps. 83-158; W. KROLL, *Studien zum Verständnis der römischen Literatur*, I, *Römer und Griechen*, ps. 1-23, e particularmente ps. 8-10. Com L. HAHN, *Zum Sprachenkampf im römischen Reich*, em *Philologus*, Suppl. X, 4, 1907, ps. 675-718; H. ZILLIACUS, *Zum Kampf der Weltsprachen im oströmischen Reich*, Helsinque, 1935, e a resenha de Dölger, *Byzantinische Zeitschrift*, t. 36, 1936, ps. 108-117.

Sobre a carreira dos funcionários de origem grega: H. G. PFLAUM, *Essai sur les Procurateurs équestres sous le haut-empire romain*, Paris, 1950; *Corpus des cursus procuratoriens équestres*, Paris, s. p.

8. O latim em Constantinopla: a alta sociedade e, particularmente, a corte, permaneceram ali, por muito tempo, latinas. Será preciso aguardar o advento de Tibério II (578) para ver ascender, ao trono de Bizâncio, um imperador de origem grega.

O cerimonial, tão conservantista, da corte bizantina, guardou, por longo tempo, sinais de latinidade: ainda no tempo de Constantino VII Porfirogeneta (944-959), como se vê por seu *Livro das Cerimônias*, cantam-se motetes em latim, quando o imperador, nas festas maiores, entra na Santa Sofia (II, 83 [74]); aclamações latinas saúdam, nos festins, cada gesto do impera-

dor, aclamações que o Porfirogeneta transcreve foneticamente: κωνσταντίνος Δεός ἡμετέρου βέστρον e verte em grego (II, 84 [75]), ao menos quando ainda lhes compreende o sentido, o que nem sempre acontece: êle não reconhece, na aclamação militar τούμηνας, o *Tu uincas!* "A ti a vitória!" original.

No fim do século VI, ainda, no exército bizantino, as vozes de comando "Marcha!", "Alto!" e "Alinhar-se!" são sempre dadas em latim: *moue! sta! aequaliter ambula!* como o atesta o *Strategicon* atribuído ao imperador Maurício: cf. F. LOT, *La Langue de commandement dans les Armées romaines*, ap. *Mélanges Félix Grat*, t. I, Paris, 1946, ps. 203-209.

9. O helenismo de Sídônio Apolinário e de seu meio: cf. A. LOYEN, *Sidoine Apollinaire et l'Esprit précieux en Gaule aux derniers jours de l'Empire*, Paris, 1943, ps. 26-30; P. COURCELLE, *Les Lettres grecques en Occident de Macrobie à Cassiodore*, Paris, 1943, ps. 221-246.

10. O olvido do grego no Ocidente: retomei, em certos aspectos, a tese que sustentara em meu *Saint Augustin et la Fin de la Culture antique*, Paris, 1937, ps. 38-46 (cf. 631-637), a despeito das críticas de que fôra alvo da parte de meu mestre J. CARCOPINO, *La Vie quotidienne à Rome à l'Apogée de l'Empire*, Paris, 1939, ps. 135-136 (o testemunho invocado à pág. 327, n. 32, relativo às "belas" helenizantes ridicularizadas por JUVENAL, VI, 186-196, e MARCIAL, X, 68, 10-12, não me parece de grande importância: não se trata de mulheres doutas, mas de mulheres galantes, e o grego — eis um dos seus aspectos "técnicos", como a medicina ou a filosofia — era a língua da galanteria: cf. já E. JULLIEN, *Les Professeurs de Littérature dans l'ancienne Rome*, p. 102); apesar, também, das críticas de P. BOYANCÉ, num curso inédito de 1945-1946, cuja documentação me foi por êle franqueada. A seus argumentos eu contraponho, com GWYNN (mais abaixo, n. 13), o testemunho de QUINTILIANO, que a meu ver é decisivo. Nossa discordância concerne apenas, de resto, a um ponto secundário: estamos de acordo em considerar que a educação romana jamais renunciou a "apoiar o ensino da literatura latina sobre o da literatura grega", que o declínio do grego só se precipitou depois do século III; trata-se, apenas, da determinação da data dos primeiros sintomas dessa evolução, e sabe-se quão espinhoso é fixar, na história, um começo absoluto.

Ao contrário, rejeitarei as conclusões que se extraem do livro de H. BARDON, *Les Empereurs et les Lettres latines d'Auguste à Hadrien*, Paris, 1940, que crê rastrear (p. 127) um "movimento que, de Augusto a Adriano, dispôs os imperadores a preferirem, cada vez mais, o grego ao latim": perspectiva ilusória, pois que se não deve considerar o caso pessoal dos imperadores isolando-o do fluxo inteiro da história cultural de Roma, como tampouco a sequência Augusto-Adriano à parte daquilo que precede e daquilo que segue. Cf. ainda ps. 196, 266, 394, 427, 452. Ademais, tal livro é, no que tange à história da educação e, particularmente, à questão das línguas, incipientemente crítico e mal informado: êle utiliza "Espartiano" sem justificar sua confiança num texto tão tardio e embaraçoso; considera êle (ps. 127, 196) que, com Cláudio, o grego se torna *língua oficial*: e no entanto

foi o próprio Cláudio quem denegou o direito de cidadania a um lício pela única razão de que ignorava o latim, língua que todo cidadão devia falar: DÍON CÁSSIO, LX, 17, 4; SÜETÔNIO, *Cl.*, 16, 2.

11. O grego de Cícero: H. S. SCRIBNER, *Cicero as a hellenist*, ap. *Classical Journal*, XVI (1920), ps. 81-92 (superficial); H.-J. ROSE, *The Greek of Cicero*, ap. *Journal of Hellenic Studies*, 41 (1921), ps. 91-146 (valioso léxico; foi Rose quem advertiu que muitos vocábulos gregos empregados por Cícero só nos eram conhecidos por intermédio dêle). Sobre suas traduções: B. FARINGTON, *Primum Graius Homo, an anthology of Latin translations from the Greek*, Cambridge, 1927, ps. 27-32, 41-46, 51-59; G. CUENDET, *Cicéron et saint Jérôme traducteurs*, ap. *Revue des Études latines*, XI (1933), ps. 380-400; V. BUESCU, edição de *Aratea* (coleção de edições críticas do Instituto romano de Estudos latinos, 1), Paris-Bucareste, 1941; MAROUZEAU, *Stylistique*, ps. 161-162.

W. KROLL, *Die griechische Bildung im ciceronischen Rom*, ap. *Forschungen und Forschrítte*, 1933, ps. 200 b-201 b (ou ap. *Investigación y Progreso*, VII (1933), ps. 212-215), reduziu, curiosamente, o alcance dos fatos que, por outro lado, tão bem reportou em *Die Kultur der ciceronischen Zeit*, t. II, Leipzig, 1933, ps. 117-134: *Die griechische Bildung*. A seu ver, Cícero seria apenas uma exceção; para a maioria dos contemporâneos dêle, a cultura grega, mal assimilada, seria apenas um verniz superficial. Admitamos, não só porém a cultura grega, mas a cultura, em geral, em suas formas superiores, representava uma exceção na sociedade romana; em qualquer sociedade, a alta cultura é privilégio somente de uma elite; e em tôdas as sociedades antigas, tão aristocráticas, tal elite foi sempre pouco numerosa. Isto, porém, não altera a identidade fundamental que estabeleci entre cultura grega e cultura "tout court" na Roma ciceroniana.

12. Um erudito sul-africano, Th. HAARHOFF, aproximou, com aguda inteligência, o problema do grego da época romana do problema da "segunda língua" nos países modernos que, como o seu próprio, vivem sob um regime bilingüe sancionado oficialmente: *Schools of Gaul, a study of pagan and christian education in the last century of the Western Empire*, Oxford, 1920, ps. 230-231.

13. O grego de Quintiliano foi bem estudado, com apoio da estatística, por A. GWYNN, *Roman education from Cicero to Quintilian*, ps. 226-230; é bem verdade que lhe interessam somente os clássicos; para o conhecimento da técnica oratória grega, cf. os dois volumes de J. COUSIN, *Études sur Quintilien*, I. *Contribution à la Recherche des Sources de l'institution oratoire*, Paris, 1935, II. *Vocabulaire grec de la Terminologie rhétorique dans l'institution oratoire*, Paris, 1936.

14. Testemunho de Plínio o Jovem: foi P. Boyancé quem me atraiu a atenção para êstes importantes textos; cf. por outro lado (e no mesmo sentido que nós) A. GUILLEMIN, *La Culture de Pline le Jeune*, ap. *Mélanges Félix Grat*, Paris, 1946, ps. 78-79, 86.

15. O grego do Baixo Império: ver, especialmente, a exaustiva investigação de P. COURCELLE, *Les Lettres grecques en Occident, de Macrobe à Cassiodore*², Paris, 1948, cujas conclusões faço minhas (ressalvadas algumas particularidades, que aqui não importam), alçando-as, obviamente, na perspectiva mais geral, em que me situo aqui: as supervivências ou renascenças do helenismo ocidental, que ele aponta, são meramente relativas: trata-se de oscilações de diminuta amplitude, na curva da decadência geral, como já, no século III, a "renascença" do helenismo sob Galeno, tão bem estudada por A. ALFÖLDI, ap. *Fünfundzwanzig Jahre römische-germanische Kommission*, Berlim, 1930, ps. 11-51.

Cf. também G. BARDY, *La Culture grecque dans l'Occident chrétien au IV^e siècle*, ap. *Recherches de Science religieuse*, XXIX (1939), ps. 5-58, mostra antecipada de um trabalho de conjunto sobre *La question des langues dans l'Eglise ancienne*, cujo tomo I, Paris, 1948, apareceu durante a impressão de nossa obra.

16. A questão das línguas no tempo de São Basílio e de São Damásio: G. BARDY, *La question des langues dans l'Eglise ancienne*, t. I, Paris, 1948, ps. 123 e segs. Sobre o vocabulário trinitário: G. L. PRESTIGE, *God in Patristic Thought*, Londres, 1936.

17. Qualidade mediocre do helenismo na Roma do século IV: cf. P. COURCELLE, *Les Lettres grecques en Occident*, ps. 4-5 (Simaco não é um especialista notável no grego), 37-115 (São Jerônimo só aprendeu realmente o grego após sua conversão, no Oriente; sua cultura grega sempre revelará "graves lacunas").

18. Sobre os *Hermeneumata Pseudodositheana* (a atribuição ao gramático DOSITEU, devida a CUJAS, está hoje fora de cogitação), cf. principalmente o tomo I do *Corpus Glossariorum latinorum* de G. GOETZ, Leipzig-Berlin, 1923, ps. 17-23; os *Hermeneumata* foram insertos no tomo III, 1892.

As resenhas editadas por Goetz, aditar o manual trilingüe, latino-grego-copta, publicado por W. SCHUBART (ap. *Klio*, XIII (1913), ps. 27-38) com base num papiro do V ou talvez do VI século, que nos oferece um fragmento de diálogo familiar, bem vizinho ao da resenha de Montpellier (cf. G. ESAU, ap. *Philologus*, 73, 1914-1916, ps. 157-158).

A sexta seção destes *Hermeneumata*, a "genealogia de Higinio", é datada por sua indicação de 11 de setembro de 207 (III, 56, 30-34); pode-se admitir (cf. Goetz, I, 18) que o conjunto data, aproximadamente, da mesma época. O problema é saber se estes manuais foram compostos em países gregos ou latinos (os autores que os citaram freqüentemente resolveram este problema, num ou noutro sentido, sem todavia examiná-lo verdadeiramente): Goetz (cf. I, 18) adota a primeira hipótese (*in usum Graecorum qui Latine scire vellent compositus*) e eu me inclinaria a dar-lhe razão: a elocução reveste uma forma mais natural no texto grego, o texto latino parecendo tradução; a presença de um pequeno tratado jurídico, *De manumissionibus*, de um vocabulário jurídico (recensão de Montpellier: III, 336, 29 segs.) explicam-se melhor desta maneira.

KRUMBACHER (*De codicibus quibus Interpretamenta Pseudo-dositheana nobis tradita sunt*, Munique, 1883) supõe que a recensão de Munique poderia ter sido redigida em Antioquia, ou por Antioco (em virtude da lista dos nomes de meses antioquianos que ela apresenta).

Mas somente a recensão de Leyde se apresenta como destinada apenas à clientela grega (III, 30, 31 segs.: "útil aos amantes da língua latina..."), ao passo que as outras são oferecidas, indiferentemente, a ambos os fins: elas se dirigem a "todos os que queiram falar grego e latim" (III, 94, 21; 223, 5; 644, § 1; 654, § 1; a recensão vaticana só menciona um aluno que aspira ao aprendizado do grego, III, 421, 11, mas L. TRAUBE mostrou, ap. *Byzantinische Zeitschrift*, III, p. 605, que ela é obra tardia de um monge irlandês) e a presença, em nossas bibliotecas, de numerosos manuscritos, os mais antigos dos quais remontam aos séculos IX e X, atesta que êstes manuais circularam no Ocidente.

19. Estudo dos clássicos latinos nas escolas do Egito nos séculos IV-V: C. H. MOORE, *Latin Exercises from a Greek School-room*, ap. *Classical Philology*, XIX (1924), ps. 317-328; H. GERTINGER, ap. *Wiener Studien*, LV (1937), ps. 95-106, e a nota da *Chronique d'Égypte*, 27 (1939), ps. 181-182; juntar O. GUÉRAUD — P. JOUGUET, *Papyrus Fouad I*, 5. E de modo geral: P. COLLART, *Les papyrus littéraires latins*, em R. Ph., t. 15; 1941, ps. 112-128. R. REMONDON, *A propos d'un papyrus de l'Énéide*, ap. *The Journal of Juristic Papyrology*, IV, 1950, ps. 239-251.

20. Assinalo, por lembrar, e na expectativa de melhores estudos sobre este assunto (bastante negligenciado até hoje), uma outra técnica, fadada também a um belo futuro na Idade Média: Dositeu traduziu, sem dúvida para servir de texto básico a latinos desejosos de aprender o grego, linha por linha, uma gramática latina em grego (por volta de 300): KEIL, *Grammatici Latini*, t. VII, ps. 95 segs.; cf. SCHANZ, *Geschichte der römische Literatur*, t. IV, 1, § 836. O fato de se terem efetivamente utilizado no ensino tais gramáticas bilingues, é atestado pela existência de papiros, como o *Papiro Louvre Eg.* 7332: ver E. A. LOWE, *Codices Latini Antiquiores*, V, n.º 697; C. WESSELY, *Wiener Studien*, 8, 1886, 218-221. Seria necessário investigar se tal prática não contribuiu para fazer baixar a gramática do empireo teórico onde a havia instalado seu fundador, Dionísio o Trácio, para condicioná-la a uma exposição mais concreta do exercício da língua: mas eu laborava em erro quando julguei notar tal influência no ensino de Prisciano; consagrando dois livros (L. 17-18) de sua grande gramática ao estudo da sintaxe, êle não faz senão imitar seus mestres gregos Apolônio Discolo e Herodiano (cf. meu *Saint Augustin*, 2.ª ed., p. 703, ad., p. 14).

CAPÍTULOS IV-VI

1. Na prática, a distinção entre os três graus do ensino nem sempre se definiu de maneira rigorosa: a) originariamente (SUET., *Gram.*, 4, 3), e mesmo ainda no tempo de Cícero (*ibid.*,

7, 2), os graus superiores são ainda mal diferenciados e, como nas escolas helenísticas de Rodes, o mesmo professor ensina gramática e retórica; b) a mesma confusão parece ocorrer na Gália, em fins do século IV, quando começa a desmoronar-se a estrutura social do Império: o necrológio dos professores bordaleses de Ausônio revela-nos, com bastante precisão, o conjunto do pessoal docente na época da juventude do poeta; entre eles se encontra um Nepociano que foi, ao mesmo tempo, gramático e retor (Aus., *Prof.*, 15). Às vezes, há confusão até entre o ofício de preceptor e o de gramático (*ibid.*, 21, 4-6). O próprio Ausônio diz-nos ter exercido sucessivamente os três graus, primário (*Protrept.*, 67-69), secundário (*ibid.*, 70-72) e superior (*ibid.*, 73 segs.).

2. O estilo de vida da nobreza romana imita o dos príncipes helenísticos: cf. P. GRIMAL, *Les Jardins romains*, ps. 226-229, comentando Vitr., VI, 7, 10: os amplos peristilos, os parques, copiados dos jardins reais do Oriente, integram-se nos ambientes da aristocracia romana.

3. Número de escravos nas grandes casas romanas: ver as induções de J. CARCOPINO, *La Vie quotidienne à Rome à l'apogée de l'Empire*, ps. 89-93, 323 (n. 23-26): já no século I a. C. cita-se o caso de um nôvo rico (um liberto) que possuía 4116 escravos (PL., *N. H.*, XXXIII, 135); o imperador pode ter possuído até 20.000 (cifra fornecida por ATH., VI, 104, e aplicada por J. Carcopino à casa imperial); cf. ainda L. FRIEDLÄNDER, *Sittengeschichte Roms*¹⁰, II, ps. 369-372; IV, ps. 16-17.

4. A educação dos escravos romanos: S. L. MOHLER, *Slave Education in the Roman empire, Transactions of the American Philological Association*, 1930, ps. 262-280; o essencial já está no artigo *Paedagogium* de O. NAVARRE, ap. DAREMBERG-SAGLIO, IV, 1, ps. 271 b-272 a; cf. também W. ENSSLIN, ap. PAULY-WISSOWA, XVIII, 2, c. 2204-2205, s. v. *Paedagogiani*, e para a interpretação dos achados do *Paedagogium Palatini*, mais complexo do que supunha Navarre, cf. *ibid.*, s. v., c. 2205-2224 (H. RIEMANN).

5. O pedagogo em Roma, cf. s. v. os artigos de O. NAVARRE, ap. DAREMBERG-SAGLIO, IV, 1, p. 273 ab, s. v. *Paedagogus*, e de E. SCHUPPE, ap. PAULY-WISSOWA, XVIII, 2, c. 2380-2385, s. v. *Paidagogos*. R. BOULOGNE, *De plaats van de paedagogus in de romeinse cultuur*, Dissert. Groningen, 1951, e minhas observações ap. *Gnomon*, 1951, ps. 460-461.

6. *A propos du latin Ludus*: ver, sob êste título, a nota de A. YON, *Mélanges Alfred Ernout* (Paris, 1940), ps. 389-395: não é certo que a palavra tenha sido, como afirma Festus, escolhida, por antífrase, "para não fazer medo às crianças": *ludus* significaria originariamente "atividade concebida sem qualquer fim prático", fôsse ela livre (= jôgo) ou dirigida (= exercício, escolar ou não).

7. Escolas nos alpendres do Forum: em Roma, basilica dos *Argentarii* no forum de César: cf. M. DELLA CORTE, *Le Iscrizioni graffitte della basilica degli Argentari sul foro di Giulio Cesare*, *Bullentino della Commissione Archeologica Comunale*

di Roma, LXI (1933), ps. 111-130 (cuja hipótese, cada vez mais arriscadas, eu não poderia acompanhar até o fim: os *graf-fitti*, principalmente virgilianos, permitem supor que a dependência onde se encontram tenha servido de sala de aula, mas não permitem identificar o mestre que ali ensinava).

Em Pompéia: a bem conhecida pintura do Museu de Nápoles (REINACH, *R. P. G. R.*, 255, 3), representando uma cena de fustigação numa escola, faz parte de toda uma série (*ibid.*, 249, 253, 255, 5) consagrada a cenas do fórum: o pórtico d'este aparece em segundo plano (O. ELIA, *Pitture murali e mosaici nel Museo Nazionale di Napoli*, n.ºs 282-286, 291).

8. A cadeira do mestre fica em cima de um estrado: cf. a linda estela do *magister ludi litterari* Filocalo (DESSAU, 7763), no museu de Nápoles, que publiquei em minha pequena tese, Μουσικός Ἀντίκ, *Étude sur les Scènes de la Vie intellectuelle figurant sur les Monuments funéraires romains*, Grenoble, 1937, pr. II (no texto, p. 47, situei esse monumento no século II: erroneamente, como me fez notar A. Piganiol: o penteado da figura feminina da direita, que lembra a de certos retratos de Júlia, transporta-nos com certeza à época de Augusto).

9. Salário do mestre-escola: o artigo de R. P. ROBINSON, *The Roman schoolteacher and his reward*, *Classical Weekly*, XV (1921), ps. 57-61, trata principalmente da situação dos gramáticos e dos retóricos. No que concerne ao *ludi magister*, os antigos testemunhos de certa precisão revelam-se de interpretação delicada. A remuneração escolar teria sido, na época da juventude de Horácio, de 8 asses por aluno e por mês (S. I., 6, 75), pelo menos se lê *octonos referentes Idibus aeris*, "pagando nos Idos oito moedas de bronze", segundo os manuscritos DERAY. Outros manuscritos (MFLou) trazem: *octonis referentes Idibus aera*, "pagando nos Idos, oito vezes por ano, um asse" (cf. MART., X, 61, 6-11: o ano escolar romano compreendia, de fato, oito meses). Este número é o que nos fornece, no século II, Juvenal: *Uno parcam colit asse Mineruam* (X, 116). Mas não há nisso uma exageração cômica? O salário normal de um operário romano era de um denário (10 asses) por dia. Mesmo a 8 asses por aluno e por mês, o preceptor precisa de uma classe de mais de trinta crianças para obter um salário satisfatório (T. FRANK, erroneamente, diz 80, ap. *An Economic survey of ancient Rome*, t. I, *Rome and Italy of the Republic*, Baltimore, 1933, p. 382): talvez seja demais para a pedagogia antiga; uma importância oito vezes superior ultrapassa os limites da verossimilhança.

10. L. HALKIN, *Le Congé des Nundines dans les Écoles romaines*, *Revue belge de Philologie et d'Histoire*, 1932, ps. 121-130, acredita que as *nundinae* não eram feriados e, conseqüentemente, não implicavam em folga para as escolas.

11. Traduzi por xale as palavras *palla*, ἀναβάλαιον: se o nosso texto pertencesse aos séculos I-II, e não ao III, seria mais normal compreender: "enrolo meu manto ao redor do pescoço". mas como aqui a criança veste em seguida uma outra roupa de cima, a *paenula*, pergunto-me se nessa época a *palla* já não se

terá reduzido, como o *pallium* dos bispos cristãos do século VI, a um "longo cachênê" (cf. minha nota sobre *Les Deux Palliums de saint Césaire*, *Revue archéologique*, 1946, I, ps. 231-233).

12. Sobre os *Disticha* do pseudo-Catão, cf. SCHANZ, *Geschichte der römische Literatur* (t. III), § 519-520 e os recentes trabalhos de BOAS, que se encontrarão mencionados no *Année philologique*; sobre sua popularidade na Idade Média, *ibid.*, § 521; as antigas traduções francesas foram publicadas por ULRICH, ap. *Romanische Forschungen*, XV (1903).

13. É difícil fazer uma idéia precisa do que era o *calculator* e a sua clientela. O texto mais minucioso que possuímos a seu respeito é o *elogium* fúnebre do *calculator* Melior, morto em Ostia em 144 depois de Jesus Cristo, do qual nos são exaltados a memória e a ciência, e que escrevera manuais, *commentarios*, de sua arte (DESSAU, 7755): tudo isso é bastante vago. Os textos legislativos (*C. Just.*, X, 53, 4; *Dig.*, XXVII, 1, 15, 5; XXXVIII, 1, 7, 5; L, 13, 1, 6) só se referem ao *calculator* para privá-lo das imunidades concedidas aos professores do ensino secundário e superior; o rol delas o aproxima do mestre-escola, porém, mais estreitamente ainda, dos simples técnicos: *librarii* (copistas de livros), *notarii* (estenógrafos). Assim também MART., X, 62, 4; DIOCL., VII, 66-69; ISID., *Etym.*, I, 3, 1 (=AUG., *Ord.*, II, 12, (35), cujos manuscritos trazem *calculorum* ou *calclorum*). Em RUFINO (tradução de ORIGENES, *In Num.*, 27, 13, p. 279, Baehrens), *calculatores* designa não os mestres, mas os alunos do ensino primário que chegaram ao estudo dos números.

14. *Catomidiare*: já aludi (acima, n. 7) ao afresco de Pompéia, representando a punição de um escolar: a técnica mantivera-se talvez através dos séculos, a julgar pelo afresco de Benozzo Gozzoli, em Sant'Agostino de São Geminiano, ilustrando a infância de Santo Agostinho.

15. Sobre as letras-modelo em buxo cf. F. S. DÖLGER, ap. *Antike und Christentum*, t. III (1932), ps. 62-72.

Sobre os bólos alfabéticos, cf. a nota de H. GAIMOZ, ap. *Mélanges Rénier (Bibliothèque de l'École pratique des Hautes-Études*, fasc. 73), ps. 1-8; a respeito deste costume nas escolas talmúdicas da França na Idade Média, T. PERLOW, *L'Éducation et l'Enseignement chez les Juifs*, Paris, 1931, p. 47, n. 3.

16. Relaxamento — ou humanização — da disciplina na educação romana sob o Império: O. E. NYBAKKEN, *Progressive education in the Roman empire*, *Classical Journal*, 34 (1938-1939), ps. 38-42, que reproduz, em suma, os mesmos fatos que H. E. BURTON, *The Elective system in the Roman schools*, mesma revista, 16 (1920-1921), ps. 532-535.

17. Mulheres letradas e mulheres dotas na sociedade romana: L. FRIEDLÄNDER, *Darstellungen aus der Sittengeschichte Roms*¹⁰, I, ps. 270-271, 296-302.

18. Salário do gramático: cf. o artigo de ROBINSON *supra* citado, n. 9 e as induções algo laboriosas de E. JULLIEN, *Les*

Professeurs de Littérature dans l'ancienne Rome, p. 178. SUE-TÔNIO, além dos 400.000 sestércios de renda anual que atribui a Rêmio Palémon e L. Apuleio (*Gram.*, 23, 2; 3, 4), diz-nos que Augusto pagava 100.000 sestércios por ano a M. Vêrrio Flaco pelas lições dadas por êste a seus netos, mas êle tinha outros alunos, porquanto *transit in Palatium cum tota schola* (*Id.*, 17, 1). JUVENAL (VII, 243, documentado pelas *Scholies* ad loc.) indica, para a sua época, a cifra de 500 sestércios por aluno e por ano.

19. 400.000 sestércios, censo eqüestre, representa capital suficiente para viver de suas rendas: cf. a brilhante discussão de J. CARCOPINO, *La Vie quotidienne à Rome*, p. 87, baseada em JUV., XIV, 322-329; IX, 140.

20. Sôbre Rêmio Palémon, cf. a obra, um tanto ousada, de K. BARWICK, *Remmius Palaemon und die römische Ars grammatica* (*Philologus, Suppl.*, XV, 2), Leipzig, 1922.

21. C. LAMBERT, *La Grammaire latine selon les Grammaires latins du IV^e siècle*, *Revue bourguignonne publiée par l'Université de Dijon*, XVIII (1908), 1-2, e o esboço resumido, que aqui reproduzo modificando-o em mais de um ponto, apresentado em meu *Saint Augustin et la Fin de la Culture antique*, ps. 11-17.

22. Optativo e subjuntivo só eram diferenciados no "futuro": futuro do optativo, *utinam legam*, futuro do subjuntivo (nosso futuro composto), *cum legero* (LAMBERT, *op. cit.* ps. 130, 138-139).

23. A sintaxe entre os gramáticos latinos anteriores a Prisciano: LAMBERT, ps. 181 segs.; MARROU, *Saint Augustin*, p. 14, n. 3.

24. Sôbre o estudo dos idiotismos, ver sempre LAMBERT, ps. 189-192; sôbre o da ortografia, *ibid.*, ps. 222-226 (e já QUINTILIANO, I, 7; J. COUSIN, *Études sur Quintilien*, I, *Sources*, ps. 65-69); sôbre os tropos e figuras de palavras, LAMBERT, ps. 216-219.

25. Sôbre o estudo dos *vitia*, LAMBERT, ps. 205-214.

26. Não se deve porém concluir (como havia feito eu, muito unilateralmente, em meu *Saint Augustin*, ps. 13-14) que o estudo dos *vitia* se reduz ao das licenças poéticas: o gramático realmente ensinava a seu aluno a "correção" da linguagem e apresentava o solecismo ou o barbarismo como coisa abominável, *foeditas*, a ser evitada (QUINTILIANO, I, 5, 5 segs.; COUSIN, *Études sur Quintilien*, I, ps. 60-65).

27. * Comentários de Virgílio: cf. o trabalho já antigo de E. THOMAS, *Scolastes de Virgile, essai sur Servius et son Commentaire*, Paris, 1879, e o conjunto da literatura a que N. I. HERESCU, *Bibliographie de la Littérature latine*, Paris, 1943, ps. 141-142 (acrescentar FILARGÍRIO e, a respeito dêste: G. FUNAIOLI, *Esegesi virgiliana antica, prolegomeni all'edizione del commento di G. Filargirio e di T. Gallo*, Milão, 1930). Os clássicos: A. VERGEEST, *Poetarum enarratio, Lerarem en schoolauteurs te Rome van Cicero tot Quintilianus*, Dissert. de Nijmegen, 1950 e minha resenha, *Revue des Études latines*, 1951, ps. 445-448.

28. Comentário de Terêncio: cf. as indicações reunidas por J. MAROUZEAU na *Introduction* à sua edição de Terêncio (col. "Budé"), t. I, ps. 19-20.

29. O retor ARUSIANO MESSIO dedicou aos cônsules do ano 395 sua compilação de *Exempla elocutionum* (= construções gramaticais) ex Virgilio, Sallustio, Terentio, Cicerone digesta per litteras (KEIL, *Grammatici Latini*, t. VII, ps. 449 segs.): CASSIODORO cita-o sob o título de *Quadrige Messii* (*Inst.*, I, 15, 7).

30. Sinais utilizados para a preparação da leitura: LAMBERT, *Grammaire...*, ps. 42-44: acentos, quantidade, ligação (*hiphen*) ou separação (*diastole*) entre as sílabas que se poderia ser tentado a cortar ou ligar indevidamente, pontuação (*positurae*: ponto em cima, ponto embaixo, ponto no meio, marcando três graus, decrescentes, de pausa).

Os modernos muito discutiram sobre o uso que os romanos teriam feito da pontuação: cf. por último J. ANDRIEU, *Problèmes d'Histoire des Textes*, III, ap. *Revue des Études latines*, XXIV (1946), ps. 295-305. O autor conclui, reclamando, sobre o assunto, novos estudos; creio poder pelo menos formular uma hipótese precisa, a título de ponto de partida: o uso da pontuação (e dos outros sinais diacríticos) decorre, não da edição, mas do preparo, dentro da escola, do texto para a leitura. Sobrecarregar um texto com êsses sinais chamava-se *codicem distinguere* (KEIL, *Gram. Lat.*, V, 132, 1, POMP.); um manuscrito assim "preparado" chamava-se *codex distinctus* (*Id.*, IV, 484, 26-27: *cum sit codex emendatus distinctione, media distinctione, subdistinctione, dicitur tamen codex esse distinctus*: SER[V]IUS. Não creio, porém, que existissem tais *codices distincti* em livraria: na verdade, não os conservamos (a pontuação dos nossos manuscritos é, de fato, recente e não responde a um uso antigo: é, quando muito, carolíngia: J. ANDRIEU, *art. cit.*, p. 296, ad. n. 1). Recordar-se que encontramos no Egito pelo menos um papiro "preparado" por um escolar, cortando as palavras e separando os versos (II parte, cap. vii, n. 13).

Ao lado da pontuação, os latinos conhecem também o uso (de origem etrusca: G. NICOLAU, *Revue des Études indo-européennes*, Bucarest, 1938, ps. 85-88) do *interpunctio*, do ponto separando as palavras (nas inscrições mais artísticas, o ponto desenvolve-se em *hedera distinguens*); mas o seu uso nunca se generalizou, nem na escrita corrente (como se vê pelos papiros, dos quais apenas um determinado número é *interpuncti*), nem na epigrafia, e, segundo parece, jamais se estendeu à edição literária propriamente dita que, como o atestam os nossos manuscritos, sempre empregou a *scriptio continua*.

31. A erudição na cultura romana, diferenciada a partir da explicação gramatical: ver os dois capítulos de meu *Saint Augustin et la Fin de la Culture antique*, ps. 105-157.

32. Os *geômetras*, cuja existência é atestada pelos textos legislativos (válidos para todo o Império, grego e latino) podem ter sido tanto professores de matemáticas puras, dirigindo-se a esta minoria de espíritos de escol que não cessou de se interes-

sar pelas ciências, seja por si mesmas, seja como preparação à filosofia, como mestres de ensino técnico, preparando particularmente para a profissão de agrimensor (corrigir, neste sentido, minha nota, *Saint Augustin*..., p. 111, n. 1).

33. ARATO na cultura romana: cf. as *Aratea* de CÍCERO, GERMÂNICO, AVIENO, sem falar de outras traduções anônimas: cf. SCHANZ, *Geschichte der römischen Literatur*, IV, 1, p. 302; V. BUESCU, ed. de CÍCERON, *Aratea* (*Collection d'éditions critiques de l'Institut roumain d'Études latines*, 1), Paris-Bucareste, 1941, enquanto se aguarda o estudo geral, anunciado pelo mesmo autor, sobre *La Fortune d'Aratos à Rome*.

A educação liberal normal (o caso dos futuros sábios ou filósofos pôsto de parte) não conhece ensino científico especializado (cf. sempre meu *Saint Augustin*, ps. 109-113, 226-227, 232). Os únicos testemunhos em sentido contrário são os das biografias da *História Augusta*, que nos revelam, por exemplo, que o jovem Marco Aurélio recebeu as lições de Andron em "música" e geometria (*M. Aur.*, 2, 2: são-nos dados também o nome de seus outros professores: *litterator*, mestre de dicção, gramáticos latinos e gregos, retóricos...), que Adriano era muito competente em aritmética e geometria, Severo Alexandre em geometria (*SHA.*, *Hadr.*, 14, 8; *Alex. Sev.*, 27, 7). Supondo que se possa confiar nesses testemunhos, a educação de um príncipe (Marco Aurélio, muito cedo distinguido por Adriano, que o faz entrar, aos sete anos, no colégio dos Sálíos, foi criado como príncipe herdeiro) tem algo de excepcional: entende-se que o imperador, homem perfeito, deve realizar, em sua plenitude, o ideal da cultura (acima, cap. II, n. 15).

Por outro lado, a ter existido, êsse ensino só pôde ser ministrado em grego: a ciência, como já disse, permaneceu, sob o Império, totalmente grega. Quanto a manuais científicos latinos, só encontramos, para as matemáticas, os de Varrão, Apuleio, Marciano Capela, Boécio e Cassiodoro.

34. Salas de conferência em êxedra nos foros romanos: cf. meu artigo sobre *La Vie intellectuelle au Forum de Trajan et au Forum d'Auguste*, ap. *Mélanges d'Archéologie et d'Histoire*, t. XLIX (1932), ps. 93-110. A utilização escolar dessas salas é atestada em Roma entre os séculos IV e VI. Poder-se-ia fazê-la remontar a Adriano identificando, na *Schola fori Traiani*, o *Athenaeum*, *ludus ingenuarum artium*, que Aurélio Vitor nos diz ter sido fundado por êste imperador (xiv, 3), e sobre o qual quase não temos informações precisas: ver os textos reunidos por F. SCHEMMEL, ap. *Wochenschrift für klassische Philologie* (de Viena), 1919, c. 91 e segs.; *Philologische Wochenschrift* (de Berlim), 1921, c. 982 e segs.; A. PAZZINI, *L'Atheneum di Adriano e il "Capitolii Auditorium"* (*L'Università romana de l'Impero*), ap. *Capitolium*, IX, 1933, ps. 137-149.

35. O ideal da alta cultura do orador na época de Cícero: A. GWYNN, *Roman education from Cicero to Quintilian*, ps. 79-122; H. K. SCHULTE, *Orator, Untersuchungen über das Ciceronianische Bildungsideal*, *Frankfurter Studien zur Religion und Kultur der Antike* herausgegeben von W. F. OTTO, t. XI, Frank-

furt, 1935; sobre a influência de Filão de Larissa, que procurava diluir numa síntese a distinção cultural filosófica — cultura oratória, cf. H. VON ARNIM, *Leben und Werke des Dio von Prusa*, ps. 97 e segs.

36. Perfilhamento, por Quintiliano, do ideal ciceroniano: cf. ainda GWYNN, *Roman education*, ps. 185-200; J. COUSIN, *Études sur Quintilien*, I, *Contribution à la Recherche des Sources de l'Institution oratoire*, ps. 685 e segs.

37. A retórica latina como simples decalque da retórica grega: ver a demonstração detalhada desta tese no grosso volume, acima citado, de J. COUSIN; um bom exemplo: ps. 191-195, o tratamento do tema do elogio, que estudamos nos retóricos gregos.

38. A terminologia de Quintiliano mais grega que a da *Retórica a Herênio* de Cícero: cf., sempre, de J. COUSIN, o tomo II dos seus *Études sur Quintilien: Vocabulaire grec de la Terminologie rhétorique dans l'Institution oratoire*, Paris, 1936, s. vv.

39. Os mesmos assuntos passam das escolas gregas para as latinas: cf. J. COUSIN, *Études sur Quintilien*, I, *Sources*, p. 727, n. 1 (assuntos comuns a Quintiliano e a Hermógenes: fonte? Termágoras); *ibid.*, ps. 709-713 (assuntos inspirados no direito grego); H. BORNECQUE, *Les Déclamations et les Déclamateurs d'après Sénèque le Père (Travaux et Mémoires de l'Université de Lille, N. S., I, 1, Lille, 1902, ps. 75-76* (em vinte e quatro de suas *Controversias*, Sêneca o Pai conservou-nos *sententiae* ou *colores* de retóricos gregos que se haviam aplicado aos mesmos assuntos); S. F. BONNER, *Roman Declamations*, Liverpool, 1945.

40. Já defendi a pedagogia antiga ap. *Saint Augustin et la Fin de la Culture antique*, Paris, 1937, ps. 53-54, 83, reagindo contra o critério tradicional, sempre mui severo (assim: G. BOISSIER, *La Fin du Paganisme, Études sur les dernières Luites en Occident au IV^e siècle*³, Paris, 1896, ps. 213-231); meus argumentos não conseguiram convencer J. CARCOPINO, *La Vie quotidienne à Rome à l'Apogée de l'Empire*, Paris, 1939, ps. 145-146: *perseverare diabolicum*...: eu os reiteraria, contudo!

41. Temas de declamação inspirados no direito romano real: J. COUSIN, *Études sur Quintilien*, I, *Sources*, ps. 685-709; SUET., *Gram.*, 25, 6-7. Da história romana: SEN., *Contr.*, IV, 2; VII, 2; *Suas.*, 6-7; citei no texto Juv., VII, 160-164. Sem dúvida, mesmo em tais temas, há com frequência algo de imaginário (cf. J. CARCOPINO, *La Vie quotidienne*, ps. 143-144), mas isso não exclui as segundas intenções reais: declamar pró ou contra Cícero ou Antônio (assim [SALL.], *Inv.*) foi amiúde um meio de expressão da *Opposition sous les Césars* (cf. o velho livro de G. BOISSIER [Paris, 1875], repleto da experiência do nosso Segundo Império: trata-se de uma coletânea de artigos publicados na *Revue des Deux Mondes* de 1867 a 1871); a polícia imperial nisto não se iludia: cf. o destino de Secundo Carrinas, exilado por Calígula, por ter declamado contra os tiranos: DC., LIX, 20; Juv., VII, 204-205. Ver, entretanto, também N. DERETANI, *Le*

Réalisme dans les Déclamations, Revue de Philologie, LV (1929), ps. 184-189.

42. H. BORNECQUE (*Les Déclamations et les Déclamateurs d'après Sénèque le Père*, Lille, 1902, p. 32) reencontrou o tema de quinze declamações de Séneca citado na coletânea dos *Gesta Romanorum* (século XIV).

43. A retórica conduz à carreira de advogado: cf. a tese (legítima, conquanto tôdas as demonstrações propostas não sejam probantes) de E. J. PARKS, *The Roman rhetorical schools as a preparation for the courts under the early empire* (*The Johns Hopkins University Studies in historical and practical science*, 62, 2), Baltimore, 1945, ou, melhor ainda, P. LANFRANCHI, *Il Diritto nei Retori Romani*, Milão, 1938.

44. O ensino do direito: F. P. BREMER, *Rechtslehrer und Rechtsschulen*, 1868; P. COLLINET, *Études historiques sur le Droit de Justinien*, II, *Histoire de l'École de Droit de Beyrouth*, Paris, 1925; M. VILLEY, *Recherches sur la Littérature didactique du Droit romain*, Paris, 1945.

45. *Beyrouth, centre d'Afflichage et de Dépôt des Constitutions impériales*: cf. sob êsse título o memorial de P. COLLINET, ap. *Syria*, 1924, ps. 359-372.

CAPÍTULO VII

1. Depreciação da obra realizada pela Roma imperial: cf. por exemplo S. PÉTREMENT, *Essai sur le Dualisme chez Platon, les Gnostiques et les Manichéens*, Paris, 1947, p. 158: "...tendo o poderio romano dominado definitivamente as nações, submetendo-as a um jugo inquebrantável, a uma administração impassível, o mundo encontrava-se sem saída, sem esperança... O Império era como um vasto extintor pairando sobre o mundo; e, de fato, êle acabou por extinguir tudo... O Império romano foi como uma enfermidade que se abateu sobre o mundo, e foi preciso mais de mil anos para se recuperar." Não cito êste autor por sua autoridade, que no plano propriamente histórico não é considerável, mas como testemunho característico de um estado de espírito muito difundido, particularmente na França, onde se exerceu profundamente a influência das atitudes anti-romanas de C. JULLIAN (cujas raízes foram muito bem desentranhadas por A. GRENIER em seu livro *Camille Jullian, un demi-siècle de science historique et de progrès français*, Paris, 1944).

O ponto de vista que aqui apresento é, aa. contrário, defendido, pertinentemente, com apoio, sobretudo, no pensamento dos clássicos latinos do século de Augusto, por C. N. COCHRANE, *Christianity and classical culture*², Londres, 1944, ps. 1-176.

2. A apologia de Roma no discurso XXVI (Keil) de Élio Aristides: cf. a excelente análise de A. BOULANGER, *Aelius Aristide et la Sophistique dans la Province d'Asie au IIe siècle de notre ère*, Paris, 1923, ps. 347-362; 1-2. Outros testemunhos apoiando o de Aristides, *ibid.*, p. 262.

3. Latinização das províncias do Ocidente: para a Espanha, cf. M. TORRES, em R. MENÉNDEZ PIDAL, *História de España*, t. II, *España Romana*, ps. 287 e segs.; R. THOUVENOT, *Essai sur la Province romaine de Bettique*, Paris, 1940, ps. 188, 667-686.

Para a África: S. GSELL, *Histoire ancienne de l'Afrique du Nord*, t. VI, Paris, 1927, ps. 117-118; VII, 1928, ps. 115-116; VIII, 1928, ps. 239-241.

Para a Gália: C. JULLIAN, *Histoire de la Gaule*, t. VI, Paris, 1928, ps. 104-115, 123-128; VIII, 1926, ps. 246-264.

Para a Récia: F. STAEHELIN, *Die Schweiz in römischer Zeit*, 3.^a ed. em impressão.

Para o Panônia: as obras analisadas por A. ALFÖLDI, *Studi Ungheresi sulla Romanizzazione della Pannonia*, em *Gli Studi Romani nel mondo* (publ. pelo Istituto di Studi Romani), Bolonha, 1935, t. II, ps. 265-283, e a breve síntese do mesmo, ap. *Cambridge Ancient History*, t. XI, ps. 540-554.

4. Latinidade da Cítia menor: R. VULPE, *Histoire ancienne de la Dobroudja*, ap. ACADÉMIE ROUMAINE, *Connaissance de la Terre et de la Pensée roumaines*, t. IV, *La Dobroudja*, Bucareste, 1938, pass.; H.-I. MARROU, ap. *Revue du Moyen-Âge latin*, t. I (1945), ps. 11-12, e especialmente sobre os monges citas, E. SCHWARTZ, *Acta conciliorum oecumenicorum*, t. IV, vol. 2, ps. v-xii.

5. Sobre a cultura clássica na Grã-Bretanha, cf. R. G. COLLINGWOOD, ap. T. FRANK, *An Economical survey of ancient Rome*, t. III, ps. 65-70; H. DESSAU, *Ein Freund Plutarchs in England*, ap. *Hermès*, 1011, ps. 156-160. (Cf. R. FLACELIÈRE, em sua ed. de PLUTARQUE, *Sur la Disparition des Oracles*, Paris, 1947, ps. 26-30, 268: o gramático Demétrio era ali encarregado de uma missão de pesquisa científica).

6. Sobrevivência do "púnico" (é este sempre bem diferenciado do bérbere em nossas fontes antigas?) Cf. C. FRENZ, *A note on the Berber background in the life of Augustine*, em *Journal of Theological Studies*, tomo 43, 1942, ps. 188-191. C. COURTOIS, *Saint Augustin et la survivance du punique*, em *Revue Africaine*, XCIV, 1950, p. 259-282; J. LECERF, *Notule sur Saint Augustin* (mesmo título), em *Augustinus Magister*, tomo I, Paris, 1954, ps. 31-33. Na África romana: S. GSELL, *Histoire ancienne de l'Afrique du Nord*, t. VI, ps. 108-117; E. GAUTIER, *Le Passé de l'Afrique du Nord, les siècles obscurs*², Paris, 1937, ps. 123-157.

7. Latinização das classes populares formadas na Gália sob a influência cristã: C. JULLIAN, *Histoire de la Gaule*, t. VIII, p. 267.

Um interessante ponto de comparação é oferecido pela história da divulgação do francês de "oil" nos países de "oc" (C. Jullian sugere o paralelo: em sua opinião, a situação do celta no fim do Império seria análoga à do gascão no século XVII): a propaganda protestante que, na maioria dos países, apoiava-se na língua comum, no sul da França serviu-se do francês, servindo, indiretamente, ao progresso deste idioma: cf. A. BRUN,

Recherches historiques sur l'Introduction du français dans les Provinces du Midi, Paris, 1923, p. 426.

8. Estudos de Virgílio, cf. por exemplo E. DE SAINT-DENIS, *Vie de Virgile*, no preâmbulo da sua edição das *Bucoliques* 2, Paris, 1942, ps. vii-xii, que entretanto negligencia os dados fornecidos pelos papiros de Herculano sobre as relações entre Virgílio e a escola epicurêia de Campânia: cf. G. DELLA VALLE, *Tito Lucrezio Caro e l'epicureismo campano*, I², Nápoles, 1935, ps. 185 e segs., 254 e segs.

9. Cartago, centro de estudos: cf. a breve nota de F. SCHEMMEL, *Die Schule von Karthago*, ap. *Philologische Wochehschrift*, t. 47 (1927), c. 1342-1344, e principalmente A. AUDOLLENT, *Carthage romaine*, Paris, 1901, ps. 692-700; LAPEYRE-FERRON, art. *Carthage* do *Dictionn. d'Hist. et de Géogr. eccl.*

10. C. JULLIAN, movido por êsse sentimento, perigoso para o historiador, que é o patriotismo de aldeia (foi professor em Bordéus de 1883 a 1905), exagerou a importância das escolas de Bordéus no século IV: cf., além de sua *Histoire de la Gaule*, t. VIII, ps. 260-263, seu memorial sobre *Les Premières Universités françaises, l'École de Bordeaux au IV^e siècle*, ap. *Revue Internationale de l'Enseignement*, t. XXV (1893), ps. 21-50, ou *Ausone et Bordeaux, Étude sur les derniers temps de la Gaule romaine*, Bordéus, 1893.

Na verdade, o quadro pintado por AUSÔNIO (Prof.) dá a impressão de uma propagação principalmente regional: que Bordéus tenha exportado professores até para Constantinopla (Prof., 1, 4) ou atraído a si um mestre siciliano (*ibid.*, 13) nada tem de excepcional: como no Alto Império, o corpo docente circula muito entre os dois extremos do Mediterrâneo. Além de Ausônio, cf. SÍMACO, *Ep.*, XI, 88, que teve por mestre (em Roma, sem dúvida) um *senex olim Garumnæ alumnus*, IV, 34.

11. Sobre Nápoles: M. DI MARTINO FUSCO, *Le Scuole e l'istruzione in Napoli dall'epoca greco-romana al Generale Studium*, MOYSEION (Nápoles), II (1924), ps. 65-99, 155-171; estudo infeliz e pouco crítico: aceita, sem discutir-lhe a autenticidade nem a restauração, a extraordinária inscrição do Lago Fusaro: *Aép.* 1925, 119 (= *RIGI*, 1924, 152 e segs.), *Eruditioni publicæ, religionum contemptrici, gymnasia, collegia* (uma falsificação do século XVIII?).

CAPÍTULO VIII

1. As formações juvenis no Ocidente latino na época imperial: ver principalmente M. ROSTOWZEW, *Römische Bleitesserae, ein Beitrag zur Sozial- und Wirtschaftsgeschichte der römischen Kaiserzeit*, ap. *Klio, Beiheft*, III, 1905, ps. 59-93; *Storia economica et sociale dell'impero romano*, ps. 54, n. 4; 120, 125, 148, 268, 52; 379, n. 11; 501, e os trabalhos que êle inspirou: L. R. TAYLOR, *Seviri equitum Romanorum and municipal seviri*,

a study in pre-military training among the Romans, ap. *Journal of Roman Studies*, t. 14 (1924), ps. 158-171; S. L. MOHLER, *The Juvenes and Roman education*, ap. *Transactions of the American philological society*, t. 68 (1937), ps. 442-479, e, por outro lado, M. DELLA CORTE, *Iuventus, un nuovo aspetto della vita pubblica di Pompei finora inesplorato, studiato e ricostruito con la scorta dei relativi documenti epigrafici, topografici, demografici, artistici e religiosi*, Arpino, 1924; [H. G. PFLAUM], *Essai sur le Coursus Publicus sous le Haut-Empire romain*, ap. *Mémoires présentés par divers Savants à l'Académie des Inscriptions et Belles-Lettres*, t. XIV, Paris, 1940, ps. 214-217. Foi-me possível, por outro lado, aproveitar um estudo ainda inédito de meu aluno P. GINETET, que me incitou a atenuar, não obstante a opinião contrária de Rostovtsev e de della Corte, o caráter pré-militar da instituição, pelo menos quanto aos *collegia* italianos. Para a história da *Iuventus* na África, cf. L. LESCHI, *Les "Juvenes" de Saldæ d'après une inscription métrique*, na *Revue Africaine*, 1927, n.º 333, e as recentes descobertas de Maktar, cuja publicação, para breve, nos é anunciada por G. PICARD.

2. Origem indo-européia da categoria romana de *iuvenes*: G. DUMÉZIL, *Jeunesse, Éternité, Aube: Linguistique comparée et Mythologie comparée indo-européenne*, ap. *Annales d'Histoire économique et sociale*, t. X (1938), ps. 289 e segs., e principalmente 290-298.

3. Sobre a *sodalitas* das jovens de Tusculum, cf. a polêmica entre A. ROSEMBERG, *Nochmals Aedilis Lustralis und die Sacra von Tusculum*, ap. *Hermès*, t. 49 (1914), ps. 253-272, e O. LEUZE, *ibid.*, ps. 116-118.

4. *Dig.*, XLVIII, 19, 28, 3 (Calistrato): este texto tem em mira reprimir a agitação provocada pelos jogos dos *iuvenes*. Sem dúvida, sabemos a que excessos se podiam entregar as turbas italianas por ocasião das festas: lembramos a rixa sangrenta que ocorreu, em 59, no anfiteatro de Pompéia, entre pompeianos e nucerianos (*Tac., Ann.*, XIV, 17). Não obstante, aqui, a extrema severidade das penas previstas (pena de morte, em caso de reincidência), uma alusão à "busca da popularidade" parece indicar que os Severos tinham outro objetivo que não a simples manutenção da ordem; essa lei deve ter tido um caráter, não simplesmente policial, mas antes político.

5. Sobre a *schola* da *Iuventus* pompeiana (Pompéia, Reg. III, ins. 3, n.º 6), cf. DELLA CORTE, *Iuventus*, ps. 60-71. Um baixo-relêvo do museu de Klagenfurt conservou-nos a representação de um desfile equestre da *Iuventus* de *Virunum*: R. EGGER, *Eine Darstellung des Lusus iuuenalis*, ap. *Jahreshefte* do Instituto arqueológico austríaco, t. XVIII (1915), ps. 115-119.

6. Sobre a política escolar do império romano, o livro básico (bastante superado, aliás) continua sendo o de C. BARBAGALLO, *Lo Stato e l'istruzione pubblica nell'impero romano*, Catania, 1911; cf. também: H. S. HADLEY, *Ueber das Verhältnis von Staat und Schule in der römischen Kaiserzeit*, ap. *Philologus*, 1920, ps. 176-191; R. HERZOG, *Urkunden zur Hochschulpo-*

litik der römischen Kaiser, ap. *Sitzungsberichte* da Academia de Ciências de Berlim, *Phil.-Hist. Klasse*, 1935, ps. 967-1019 (sua interpretação de uma inscrição de Pérgamo, *ibid.*, p. 968, que serve de fulcro a este estudo, foi contestada por H. BARDON, *Les Empereurs et les Lettres latines d'Auguste à Hadrien*, Paris, 1940, p. 301; cf. ainda M. A. LEVI, *Gli Studi Superiori nella politica di Vespasiano*, em *Romana* (*Rivista dell'Istituto Interuniversitario Italiano*), t. I, 1937, ps. 361-367).

7. Ausência de magistratura especial para a inspeção das escolas: o imperador, quando muito, agindo em virtude do poder censório, toma às vezes medidas policiais com relação aos professores: assim, Vespasiano em 72 (Dc., LXVI, 13), Domiciano em 93-95 (SUET., *Dom.*, 10, 5; TAC., *Agr.*, 2) expulsam de Roma os filósofos suspeitos de propaganda subversiva (o que não era imaginário, dado o papel que desempenhavam as idéias cínico-estóicas na inspiração da oposição senatorial), mas se trata menos do ensino da filosofia que do papel de diretor de consciência e de conselheiro privado, exercido pelos filósofos domésticos junto aos otimatos.

Por outro lado, é inútil determo-nos para corrigir os contrasensos de BARGALLO (*Lo Stato e l'istruzione pubblica*, p. 32) que via no procurador *a studiis* uma espécie de ministro da educação nacional: O. HIRSCHFELD (*Verwaltungsbeamten bis auf Diokletian*², Berlim, 1905, ps. 332-334) demonstrou que o *a studiis* dirige o departamento dos estudos preliminares da administração central. O erro de Barbagallo explica-se, se não se justifica, por uma dupla série de fatos: a) o título *a studiis* é vertido em grego por ἐπὶ παιδείας IGR., I, 136; IG., XIV, 1085; Aép., 1915, 51; b) antes de receber a procuração *a studiis*, o mesmo funcionário teve com frequência de administrar as das bibliotecas: IGR., I, 136; IG., XIV, 1085.

8. Além das imunidades municipais, os professores desfrutaram de outros privilégios, como o de ver seus processos de reivindicação de honorários propostos diretamente aos governadores de província: Dig, L, 13, 1.

9. Número de cadeiras criadas por Vespasiano em Roma: Filostrato menciona várias vezes a cátedra de retórica grega, sempre no singular, "a cátedra de Roma", ἡ κατὰ Ῥώμην θρόνος (V. S., II, 8, 580; II, 33, 627); "a cátedra superior", ὁ ἄνω θρόνος (*ibid.*, II, 10, 589).

Esta expressão parece-me elucidar a de *procurator centenarius primae cathedrae* que lemos numa inscrição latina (DESSAU, 9020): *prima cathedra* opõe-se, em minha opinião, às cadeiras do resto do império, não a outras cadeiras romanas n.º 2, 3..., que nunca são referidas. A inscrição é dedicada pelo conselho municipal de Sicca Veneria na África; parece datar do início do século III: fato interessante que mostra que os subsídios não variaram desde Vespasiano; não sei o que pensar do título *trecenarius a declamationibus Latinis* que recebe, em fim de carreira, um jurista, também africano, contemporâneo de Papiniano: *Année épigraphique*, 1932, 34: não creio que se possa tratar de um professor de retórica.

10. Quantas cadeiras de filosofia fundou Marco Aurélio em Atenas? Oito, diz-se com frequência (desde H. AHRENS, *De Atheniensium statu político*, p. 70), dois por seita, com base num texto de LUCIANO que fala do "segundo" professor de filosofia peripatética (*Eun.*, 3, 8), mas não é isto concluir demais de um texto isolado, e que pode ter outro sentido (o "segundo" em data?): inferir-se-ia de um texto de EUNÁPIO (*Proh.*, p. 487), aplicando o mesmo raciocínio, a hipótese de que existiam seis cadeiras oficiais de retórica em Atenas no século IV, o que certamente não é verdade.

11. Sobre as instituições alimentares, F. DE PACHTÈRE, *La Table hypothécaire de Veleia, Bibliothèque de l'École des Hautes-Études*, fasc. 228, Paris, 1920 (e, com relação a êle, J. CARCOPINO, *Revue des Études anciennes*, t. 23, 1921, ps. 287 e segs.; M. BESNIER, *ibid.*, t. 24, 1922, ps. 118 e segs.); M. ROSTOVZEV, *Storia economica e sociale dell'impero romano*, ps. 412-413; pr. LXVIII, 3; LXX (segundo W. SESTON, *Les Anaglypha Traiani du Forum romain et la politique d'Hadrien en 118*, ap. *Mélanges d'Archéologie et d'Histoire*, t. 44, 1927, ps. 154-183).

12. Teria havido em Atenas, a partir de Marco Aurélio, duas cadeiras oficiais de retórica, uma de fundação municipal (primeiro titular, Loliano: PHR^{STR.}, V. S., I, 23, 526), outra imperial (primeiro titular, Teodoto)? Não creio; a hipótese mais simples é que somente a origem dos fundos, e talvez a importância dos subsídios, mudou (Filostrato diz simplesmente, a propósito de Teodoto, V. S., II, 2, 566, que este foi "o primeiro a tocar as 10.000 dracmas do imperador"); a forma de nomeação deixava a cadeira à disposição da cidade e explica-se que o próprio Filostrato tenha falado, a propósito de Apolônio, que vivia na época de Sétimo Severo, de "a cadeira municipal" ὁ πολιτικὸς θρόνος (V. S., II, 20, 600), sem que se tenha de imaginar que êle a opõe a uma cadeira "imperial", cuja existência autônoma, aliás, nada confirma.

13. Em Antioquia, LIBÂNIO começou, em 354, ensinando em aulas particulares (*Or.*, I, 101), e depois, após a morte de seu confrade Zenóbio (354-355), a este sucedeu numa das cinco cátedras municipais de eloquência (*Or.*, I, 104-105; *Ep.*, 847; *Or.*, XXXI, 14; 19). Todo o texto de seu *Discurso XXXI, Pro rhetoribus*, lança luz sobre as relações, por vezes difíceis, entre êsses professores e a cidade.

Sobre a carreira professoral de Libânio, tão movimentada e, conseqüentemente, tão instrutiva para nós, que me baste remeter ao artigo de FÖRSTER e MÜNSCHER, ap. PAULY-WISSOWA, t. XII, 2, c. 2485 e segs., e especialmente 2489-2498; a fonte básica é representada pela autobiografia do próprio Libânio (*Or.*, I), traduzida para o francês por L. PETIT, *Essai sur la Vie et la Correspondance du sophiste Libanios*, Paris, 1886, ps. 171-273.

14. C. Theod., XIII, 3, 5: a medida prescrita por Juliano parece ter um alcance muito geral: não apenas os titulares de cadeiras municipais, mas todos os professores deverão ser aprovados por um decreto da cúria local: para esta, portanto, é

menos o caso de proceder a nomeações do que o de conceder uma verdadeira *licentia docendi*.

15. Lei de Graciano sobre os subsídios dos professores gaulenses (*C. Theod.*, XIII, 3, 11): poderia ter sido inspirada por Ausônio, muito embora este ainda não tivesse nessa ocasião tomado posse da prefeitura do pretório: A. PIGANOL, ap. G. GLOTZ, *Histoire générale*, 3, *Histoire romaine*, t. IV, 2, Paris, 1947, p. 325, n. 156, acha "temerária" a conjectura de SCALIGER e de J.-R. PALANQUE (*Essai sur la Préfecture du Prétoire du Bas-Empire*, Paris, 1933, p. 49), que corrige em Ausônio a destinação Antonio *ppo. Galliarum* dessa lei.

O texto prevê que os emolumentos serão pagos e fisco: a continuação (*nec uero iudicemus liberum ut sit cuique ciuitati suos doctores et magistro placito sibi nuare compendio*) mostra que a expressão deve referir-se ao orçamento comunal e não ao tesouro imperial, como poderia parecer à primeira vista (cf., no mesmo sentido, C. JULLIAN, *Histoire de la Gaule*, t. VIII, p. 249, n. 1, e, em seguida, GODEFROY, *ad loc.*).

16. A constituição de 27 de fevereiro de 425 criou uma Universidade de Estado em Roma ao mesmo tempo que em Constantinopla? Não me parece: que tenha sido assinada pelos dois imperadores, Teodósio II e Valentiniano III, isto apenas responde à ficção legal da unidade do colégio imperial e absolutamente não significa que Valentiniano III, que governa o Ocidente, pretenda aplicá-la de seu lado; que figure no *Código Justiniano* (XI, 19) sob a rubrica *De studiis liberalibus urbis Romae et Constantinopolis*, isto se explica por uma sobrevivência do *Código Teodosiano*, cujo título XIV, 9, que traz a mesma rubrica, reúne na verdade essa constituição de 427 (XIV, 9, 2) à lei de Valentiniano I de 370 (XIV, 9, 1) sobre a polícia dos estudantes de Roma. O texto da lei de 427 só alude à universidade de Constantinopla, designada pela indicação topográfica precisa *Capitolii auditorium*, que só tem sentido para Constantinopla (cf. *C. Theod.*, XV, 1, 53).

A *Pragmática Sanção* mostra-nos, por outro lado, que, pelo menos sob Justiniano, o ensino superior oficial, em Roma, tem uma composição diferente do de Constantinopla (compreende professores de medicina e, em compensação, não os tem de filosofia: JUST., *Nov.*, App. 7, 22).

É a medida relativa ao título de dignitário outorgado aos professores eméritos (lei de 15 de março de 425: *C. Theod.*, VI, 21, 1 = *C. Just.*, XII, 15, 1) que foi aplicada em Roma a igual título que no Oriente, como o mostra a inscrição do sarcófago do *rhetor urbis aeternae* Fl. Magnus (DESSAU, 2951) *cui tantum ob meritum suum detulit senatus amplissimus ut sat idoneum iudicaret a quo lex dignitatis inciperet*, se pelo menos se aceita dêsse texto vago a interpretação proposta por DE ROSSI, ap. *Bulletino di archeologia cristiana*, t. I (1863), p. 15.

17. Interêsse crescente manifestado pelos imperadores do Baixo Império pelas questões da educação, cf. por exemplo as observações de A. ALFRÖLDI sobre a política de Valentinien Ier, *le dernier des grands Pannoniens*, ap. *Revue d'histoire comparée*

(Budapeste), t. III, 1946 (na expectativa de sua grande obra anunciada sobre *La Rome païenne sous les Empereurs chrétiens*, cujo tomo I, *The Conversion of Constantine and pagan Rome*, se acha presentemente no prelo).

18. Sobre os castelos dos nobres do Baixo Império, cf. R. PARIBENI, *Le Dimore dei Potentiores nel Basso Impero*, ap. *Römische Mitteilungen*, 1940, ps. 131-148. A continuidade das tradições aristocráticas é, em particular, bem visível na África onde magníficos mosaicos nos ilustram sobre a vida, nos campos, dos grandes proprietários, do século II à época vandálica: cf. por exemplo as gravuras de M. ROSTOVZEV, *Storia... dell'impero romano*, pr. LXII, 1; LXXVIII, 1; LXXX.

19. A sociedade letrada da Gália do século V: cf. A. LOYEN, *Sidoine Apollinaire et l'esprit précieux en Gaule aux derniers jours de l'Empire*, Paris, 1943, e minhas observações ap. *Revue du moyen âge latin*, t. I (1945), ps. 198-204.

20. Virgílio no Baixo Império, e, especialmente, no círculo de Macróbio: D. COMPARETTI, *Virgílio nel medio evo*, I², Florença, 1937, ps. 66 (da primeira edição) e segs., e, principalmente, 84-93.

21. Humanismo contra tecnicismo: existe, realmente, no Baixo Império, certa aspiração por uma cultura mais técnica, que é, porém, sufocada pelo humanismo tradicional dominante: cf. a curiosa testemunha que é o *Anonymus de rebus bellicis*: S. REINACH, *Un Homme à projets du Bas-Empire*, ap. *Revue archéologique*, 1922, II, ps. 205 e segs., que lembra por instantes Leonardo da Vinci; e, de maneira geral, os fatos sublinhados, talvez, com um pouco de complacência, por A. FIGANIOL, *Histoire romaine*, t. IV, 2, p. 390: "Progrès des techniques".

22. A história da estenografia antiga não foi ainda totalmente esclarecida: cf. WEINBERGER, ap. PAULY-WISSOWA, XI, 2, c. 2217-2231; s. v. *Kurzschrift*; os outros artigos do Pauly-Wissowa que se referem ao assunto são muito incompletos: s. vv. *Exceptor* (VI, 2, 1565-1566, FIEBERGER), *Ταχυγραφία*, II R., VI, 2, c. 1926; WEINBERGER, *Tribunus* n.º 11 (*tribunus et notarius*, II R., VI, 2, c. 2453-2455; LENGLE, *Notarius*, *Suppl.*, VII, c. 586, W. MOREL), assim como o artigo *Notarius* do DAREMBERG-SAGLIO, IV, 1, ps. 105 b-106 a (C. LÉCRIVAIN).

Sobre a estenografia grega, H. I. M. MILNE, *Greek Shorthand Manuals, Syllabary and Commentary, edited from papyri and waxed tablets in the British Museum and from the Antinoë papyri in the possession of the Egypt Exploration Society*, Londres, 1934.

A estenografia latina (notas tironianas) é, tecnicamente, mais bem conhecida: W. SCHMITZ, *Commentarii Notarum Tironianarum*, 1893; E. CHATELAIN, *Introduction à la lecture des Notes tironiennes*, Paris, 1900. A. MENTZ, *Die Entstehungsgeschichte der römischen Stenographie*, ap. *Hermès*, t. LXVI (1936), ps. 369-386; *Drei Homilien aus der Karolingerzeit in tironischen Noten (Quellen zur Geschichte der Kurzschrift, II)*, Bayreuth, 1942.

Mas o que nos falta, principalmente, é uma história do papel representado pela estenografia e pelos estenógrafos na vida administrativa, literária e eclesiástica do império romano: seria apaixonante retratar essa história: entretantes, encontrar-se-ão muitos estímulos para a pesquisa, a ser empreendida, em numerosas notas do *Archiv für Stenographie*, como: em particular para o papel da estenografia na igreja, D. OHLMANN, *Die Stenographie im Leben des hl. Augustin*, t. 56 (1905), ps. 273-279, 312-319; E. PREUSCHEN, *Die Stenographie im Leben des Origenes*, *ibid.*, ps. 6-14; A. WICKENHAUSER, *Beiträge zur Geschichte der Stenographie auf den Synoden des vierten Jahrhunderts n. Chr.*, t. 59 (1908), ps. 4-9, 33-39; *Kleine Beiträge zur Geschichte der antiken Stenographie*, t. 62 (1911), ps. 1-6, 57-64; cf. também R. DEFERRARI, *The Presence of notarii in the Churches to take down sermons when they were being delivered*, ap. *American Journal of Philology*, 1922, ps. 106-110; A. COMEAU, *Sur la transmission des Sermons de saint Augustin*, ap. *Revue des Etudes latines*, t. X (1932), p. 422; A. MENTZ, *Ein Schülerschrift mit altgriechischen Kurzschrift: neuen Wachstafeln des Instituts für Altertumswissenschaft Robertinum zu Halle (Saale)* (*Quellen zur Geschichte der Kurzschrift*, I), Bayreuth, 1940 (Egito, séculos VI e VII; contém uma transcrição de vários textos de São Paulo); A. MENTZ, *Zwei tachygraphische Papyri der Sammlung Ibscher*, em *Byzantinische Zeitschrift*, t. XLIII, 1950.

CAPÍTULO IX

1. São João Crisóstomo, *Da vanglória e de como os pais devem educar os filhos*: a autenticidade deste tratado, contestada sem boas razões por C. OUDIN (*Commentarius de scriptoribus ecclesiae antiquis*, Leipzig, 1722, I, 740), foi reivindicada por S. HAIDACHER, *Des heiligen Johannes Chrysostomus Büchlein über Hoffart und Kindererziehung...*, Friburgo, 1907, e parece-me estabelecida por J. HILLARD, numa tese de Paris, que a morte do autor não permitiu fôsse sustentada e que, até o momento, não foi publicada; cf., entretantes, a edição F. SCHULTE, Münster, 1914.

2. O cristianismo como religião de mistérios: seria preciso falar aqui na disciplina do arcano (as verdades da fé não devem ser divulgadas sem precauções, a participação nas cerimônias é reservada aos iniciados), mas êsse assunto delicado ainda não foi totalmente esclarecido: ver as notas de E. VACANDARD, ap. *Dictionnaire d'Histoire et de Géographie ecclésiastique*, III, c. 1497-1513, e G. BARDY, *Dictionnaire de Droit canon*, I, c. 913-922; O. PERLER — TH. KLAUSER, *Reallexikon für Antike und Christentum*, t. I, col. 667-676. Como sugere M. G. HOCQUARD, num trabalho ainda inédito que gentilmente me comunicou, trata-se menos de uma "disciplina" de ordem pedagógica ou prudencial do que de uma prática fundada em doutrina: "Só a iluminação batismal iniciava nos mistérios assim reservados, inacessíveis (de fato, realmente) sem serem, entretanto, secretos".

3. Sobre as "didascálias" da igreja primitiva, cf. A. HARNACK, *Die Mission und Ausbreitung des Christentums in den ersten drei Jahrhunderten*, I4, Leipzig, 1923, ps. 332-377.

4. Sobre o desenvolvimento da instituição do catecumenato, cf., particularmente, B. CAPELLE, *L'Introduction du catéchuménat à Rome*, ap. *Recherches de Théologie ancienne et médiévale*, V (1933), ps. 129-154; J. LEBRETON, *Le Développement des Institutions ecclésiastiques à la fin du IIe et au début du IIIe siècle*, ap. *Recherches de Science religieuse*, XXIV (1934), ps. 129-164.

5. Sobre a noção de "tradição" na igreja antiga, cf. D. VAN DEN EYNDE, *Les Normes de l'Enseignement chrétien dans la Littérature chrétienne des trois premiers siècles*, tese de Louvain, 1933.

6. Os judeus de Alexandria, no tempo de Filão, celebravam uma festa para comemorar a tradução dos Setenta (PHIL., V, *Moys.*, II, 7, 41); mais tarde (*Tosephta*, glosa a Megillat Ta'anith, 50), esse dia tornou-se um dia de jejum e de luto, "em expiação do pecado cometido quando a Torá(h) foi divulgada na língua dos Goyim"; cf. outros testemunhos análogos ap. M. SIMON, *Verus Israel*, Paris, 1948, p. 348, n. 4; acrescentar: HERBAN, P. G., t. 86, c. 623 C.

Todavia, a remodelação, esboçada bem cedo (JUST., *Tryph.*, 68, 71) não se efetuou tão rapidamente como se disse amiúde: M. SIMON (*ibid.*, ps. 350-351) reuniu diversos indícios que mostram a sobrevivência de traduções gregas da Bíblia entre os judeus dos primeiros séculos do Império.

7. Sobre a educação rabínica, cf. T. PERLOW, *L'Éducation et l'Enseignement chez les Juifs à l'époque talmudique*, tese de Paris, 1931, à qual quase nada é acrescentado por: N. DRAZIN, *History of Jewish education from 515 B. C. E. to 220 C. E. (during the periods of the second Commonwealth and the Tannaim)*, The Johns Hopkins University Studies in Education, 29), Baltimore, 1940.

8. Sobre as Escolas siriacas: J. B. CHABOT, *L'École de Nisibe, son Histoire, ses Statuts*, ap. *Journal Asiatique*, 9, VIII (1896), ps. 43-93; *Narsai le Docteur et les Origines de l'École de Nisibe*, *ibid.*, 10, VI (1905), ps. 157-177; E. R. HAYES, *L'École d'Édesse*, tese de Paris, 1930 (mediocre); H. KIHN, *Theodor von Mopsuestia und Junilius Africanus als Exegeten*, Friburgo, 1880.

9. A osmose cultural: H. DAVENSON, *Fondements d'une Culture chrétienne*, Paris, 1934, ps. 82-83, 57-68.

10. Estou perfeitamente consciente do anacronismo: a distinção natural — sobrenatural não pertence ao pensamento cristão antigo e só foi elaborada muito tardiamente pela teologia medieval: cf. H. DE LUBAC, *Surnaturel, Études historiques*, Paris, 1946.

11. Oposição dos Padres da Igreja à cultura clássica: a análise foi tentada com frequência; ver particularmente: P. DE LABRIOLLE, *Histoire de la Littérature latine chrétienne*³, 1947, ps.

14 e segs.; F. BOULENGER, *Introd. à sua ed. de São Basílio, Aux Jeunes Gens...*, Paris, 1935, ps. 16-23; H. I. MARROU, *Saint Augustin et la Fin de la Culture antique*, ps. 339-356; H. FUCHS, *Die frühe Kirche und die antike Bildung*, em *Die Antike*, V, 1929, p. 107 s.; L. ELLSPERMANN, *The attitude of the early Christian Fathers toward pagan Literature and Learning*, Washington, *Patristic Studies*, 82, 1949.

12. Interdição para o bispo (e também para os outros membros do clero) de se entregarem a leituras profanas: Mantenho esta opinião apesar das críticas de DOM B. BOUTE, em *Bulletin de Théologie ancienne et médiévale*, tomo VI (1950-1953), n.º 283; cf. B. DOLHAGARAY, ap. VACANT-MANGENOT-AMANN, *Dictionnaire de Théologie catholique*, t. III, I, c. 607-608, s. v. *Compétente (Science)*.

13. Para a distinção entre cultura no sentido geral e cultura preparatória (esta, por sua vez, subdividida em cultura perfeita e cultura formal), cf. meu *Saint Augustin et la Fin de la Culture antique*, ps. vi-viii.

14. Sobre o verdadeiro alcance da *Hom. XXII* de São Basílio, cf. sempre meu *Saint Augustin*, p. 396, n. 2, e depois: S. GIER *Les Idées et les Doctrines sociales de saint Basile*, Paris, 1941, ps. 217-232.

15. Um comovente texto de São Basílio mostra-nos as crianças de Cesaréia, felizes de deixarem "por um dia" as suas pranchetas e a escola para participarem, transformando, em sua inocência, a tristeza geral em uma festa, das orações ordenadas pelo bispo por ocasião de uma fome em época de seca (*Hom. VIII*, 72, P. G., 31, 309) em 368: fato que supõe, entre os pais, os mestres e a igreja, uma atmosfera de confiança e de cooperação.

16. O texto árabe dos *Cânones de Hipólito*, publicado por D. B. VON HANEBERG, Munique, 1870 (e quanto ao c. 12 que nos interessa, também ap. *Sitzungsberichte* da Acad. de Ciências de Munique, 1869, 2, ps. 43-44), segundo dois manuscritos romanos, é muito corrompido; a tradução latina seguida por H. ACHELIS, ap. HARNACK-GEHARDT, *Texte und Untersuchungen*, VI, 4, ps. 80-81, não é satisfatória; M. L. MASSIGNON gentilmente ajudou-me a assimilar esta passagem difícil; levamos em conta a tradução alemã dada por W. RIEDEL, *Die Kirchenrechtsquellen des Patriarchats Alexandrien*, Leipzig, 1900, p. 206, recorrendo a uma resenha, que ele infelizmente não publicou, de manuscritos de Berlim.

17. Na época turca, as crianças gregas pronunciavam a invocação Σταυρέ, βοήθει μοι "lendo" a cruz inscrita à face do seu alfabeto; G. CHASSIOTIS, *L'Instruction publique chez les Grecs depuis la prise de Constantinople par les Turcs*, Paris, 1881, p. 16.

18. Sobre os *lectores infantuli*, ver os materiais reunidos por J. QUASTEN, *Musik und Gesang in den Kulturen der heidnischen Antiken und christlichen Frühzeit (Liturgie-geschichtliche Quellen und Forschungen, XXV)*, 1930, ps. 133-141.

19. RUFINO; *H. E.*, X, 15: esclareçamos que se trata de um episódio talvez lendário: a cronologia apresenta dificuldades (o

bispo seria Alexandre, que só subiu ao trono de Alexandria em 312: Atanásio, nascido por volta de 293-295, estaria já idoso demais); isto, porém, pouco importa: o que nos interessa é a moral da narrativa, não a historicidade do fato.

20. Sobre as Escolas teológicas dos séculos II-III, cf. particularmente os artigos de G. BARDY, *Les Écoles romaines au II^e siècle*, ap. *Revue d'Histoire ecclésiastique*, XXVIII (1932), ps. 501-532; *Aux origines de l'école d'Alexandrie*, ap. *Recherches de Science religieuse*, XXVII (1937), ps. 65-90; *Pour l'Histoire de l'École d'Alexandrie*, ap. *Vivre et Penser*, II (1942), ps. 80-109.

21. Sobre a estátua romana de Hipólito, cf. H. LECLERCQ, ap. *Dictionnaire d'Archéologie chrétienne et de Liturgie*, t. VI, 2, c. 2419-2460; G. DE JERPHANION, *La Voix des Monuments*, p. 303, n. 1; sobre os monumentos funerários cristãos em que o defunto é representado como "filósofo", cf. meu Μουσικός Ἀνὴρ, Grenoble, 1937, ps. 269-289.

22. F. SCHEMMEL, *Die Schule von Caesarea in Palaestina*, ap. *Philologische Wochenschrift*, 1925, c. 1277-1280.

23. Santo Agostinho como teórico de uma cultura cristã: cf. meu *Saint Augustin et la Fin de la Culture antique*, ps. 331 e segs.

CAPÍTULO X

1. Sobre o nome de "abade" entre os solitários do Egito, cf. o artigo de J. DUPONT, ap. *La Vie Spirituelle*, 1947, n.º 321, ps. 216-230.

2. RUFINO, *Apol.*, II, 8; Rufino acusa São Jerônimo de trair o seu juramento do *Sonho*, ensinando os clássicos pagãos a seus alunos de Belém. Mas, como argutamente observa F. CAVALLERA, *Saint Jérôme*, t. I, p. 202, n. 1, em sua réplica, São Jerônimo, contrariando seus hábitos, não rebate a acusação: êsse silêncio pode ser interpretado como um assenso.

3. Monges iletrados em Bizâncio: ver os fatos reunidos por L. BRÉHIER, ap. *Revue d'Histoire et de Philosophie religieuses*, t. XXI (1941), p. 60, n. 86.

4. O douto mosteiro de Santo Agostinho em Tagasta: M. MELLET, *L'Itinéraire et l'idéal monastiques de saint Augustin*, Paris, 1934, ps. 19-29; P. MONCEAUX, ap. *Miscellanea Agostiniana*, II, Roma, 1931, ps. 70-75.

5. O leitorado das crianças: cf. capítulo precedente, n. 18; sobre seu lugar na carreira eclesiástica, cf. L. DUCHESNE, *Origines du Culte chrétien*, ps. 366-367: "A maior parte das carreiras eclesiásticas cujos detalhes são conhecidos começaram pelo leitorado. É o caso de São Félix de Nola, de Santo Eusébio de Vercell, do pai do papa Damásio, dos papas Libério e Sirício, do diácono de Fiesole Rômulo, de Santo Epifânio de Pavia e de muitos outros..." As inscrições citadas são: DIEHL, 967, 970, 972.

6. Origens da escola episcopal. É difícil determinar a data de seu aparecimento: as fontes de que dispomos, antes de tudo *Vidas de Santos*, devem ser usadas com precaução. A julgar por uma vida dos santos Victor e Victeur do Mans, desde o século IV, São Martinho de Tours ter-se-ia encarregado da tarefa de ensinar, tendo em vista o sacerdócio, uma criança de dez anos: AA. SS., Jul. V, 146 C, F. Mas êsse texto não tem valor histórico e a própria existência de um de seus dois heróis é fabulosa: cf. H. LECLERCQ, ap. *Dictionnaire d'Archéologie chrétienne et de Liturgie*, t. X, 2, c. 1478-1480.

7. Sobre a história das paróquias rurais na Gália, cf. o livro clássico de P. IMBART DE LA ROUR, *Les Paroisses rurales du IV^e au X^eve siècle*, Paris, 1900, e as correções ou adições com que contribui para a sua doutrina: W. SESTON, *Note sur les origines religieuses des Paroisses rurales*, ap. *Revue d'Histoire et de Philosophie religieuses*, 1935, ps. 243-254; os dois pontos de vista são menos contraditórios do que complementares: cf. F. CHATILLON, *Locus cui nomen Theopoli est*, Gap. 1943, ps. 125-126, 135, n. 57.

8. Os drúidas como educadores da Irlanda pagã: H. HUBERT, *Les Celtes depuis l'époque de La Tène*, Paris, 1932, ps. 279-281, e já da antiga Gália, CAES., G., VI, 14, 2-6: C. JULLIAN, *Histoire de la Gaule*, t. II, p. 106.

9. A escola merovíngia é uma escola religiosa: H. PIRENNE sustentou um ponto de vista exatamente oposto em seu memorial *De l'état de l'Instruction des Laïques à l'époque mérovingienne*, ap. *Revue bénédictine*, XLVI (1934), ps. 165-177: baseio-me confiante no critério do leitor imparcial que queira confrontar as nossas duas opiniões. Pirenne exagera e desvirtua sistematicamente o alcance dos textos: não vejo em parte alguma razão para a existência, como êle pretende, de *escolas* laicas na Gália merovíngia: tôdas as *escolas* cuja existência constatamos são escolas religiosas, monásticas, episcopais e (na maioria) presbiterais. Descobrimos, sem dúvida, alguns indícios de um ensino leigo (tendo por objeto as letras, a gramática, a retórica, o direito), mas sempre se trata de ensino doméstico, particular, administrado, como já na época de Sidônio Apolinário, sob a forma de preceptorado.

10. Foi cometido o anacronismo: a apologética romântica, habituada, a exemplo de Chateaubriand, a celebrar o papel da Igreja como fator positivo de cultura, exagerou sistematicamente o valor dos testemunhos relativos às escolas cristãs dos séculos V e VI: ver, por exemplo, A. F. OZANAM, *La civilisation chrétienne chez les Francs*, Paris, 1849; a M. ROGER cabe o mérito de ter resolvido a questão em sua tese, fundamental para o nosso assunto: *L'Enseignement des lettres classiques d'Ausone à Alcuin*, Paris, 1905.

11. GREG. MAGN., *Reg.*, XI, 34: a interpretação desta carta deu margem a muitas discussões: cf. a antiga tese de H.-J. LEBLANC, *Utrum B. Gregorius Magnus litteras humaniores et ingenuas artes odio persecutus sit*, Paris, 1852; aqui também se seguirá o prudente critério de M. ROGER, *op. cit.*, ps. 156-157.

12. Atenção, porém: a obra de Virgílio o Gramático (aliás, não será ele antes da Irlanda que de Toulouse?) não passa, talvez, de uma paródia destinada a pôr em ridículo as proezas verbais das *Hisperica Famina*. Tais textos, indubitavelmente irlandeses, foram escritos a sério e não são muito menos abracadâbricos!

EPILOGO

1. Sobre a educação bizantina e, particularmente, o ensino superior: F. FUCHS, *Die höheren Schulen von Konstantinopel im Mittelalter*, *Byzantinisches Archiv* (supl. da *Byzantinische Zeitschrift*), VIII, Leipzig, 1926; J. M. HUSSEY, *Church and learning in the byzantine Empire, 867-1185*, Oxford-Londres, 1937; L. BRÉHIER, *L'Enseignement classique et l'Enseignement religieux à Byzance*, ap. *Revue d'Histoire et de Philosophie religieuses*, XXI (1941), ps. 34-69 (enquanto se espera a publicação dos tomos II-III de seu *Monde Byzantin*, na coleção "L'Évolution de l'Humanité").

Há um ponto sobre o qual convém chamar a atenção dos bizantinistas: êstes salientam de bom grado o paralelismo entre o programa dos altos estudos bizantinos e o da escola filosófica neo-platônica (cf.: O. SCHISSEL VON FLESCHENBERG, *Marinos von Neapolis und die neuplatonischen Tugendgrade*, Atenas, 1928). Isto significa que a cultura filosófica se tornou, daí por diante, a regra, ou melhor, que Platão, tenha, tardiamente, vencido Isócrates? Ou a filosofia continua sendo um corcamento reservado à elite? Seria preciso examinar como se tornou, na época bizantina, a tensão dialética que mostrei tão profunda na época helenística e romana, entre os dois pólos da cultura clássica.

Sobre o ensino elementar, ainda mal conhecido, cf. algumas indicações ap. F. DVORNIK, *Les Légendes de Constantin et de Méthode vues de Byzance*, *Byzantinoslavica*, Supl., I, Praga, 1933, ps. 25-33. Excelente exposição de G. BUCKLER, *Byzantine Education*, em N. H. BAYNES e H. ST. L. B. MOSS, *Byzantium, an Introduction to East Roman Civilization*, Oxford, 1948, p. 200-220; pelo contrário, deve ser utilizado com precaução, o livro pouco crítico de PH. KOUKOULÉS, *Vie et civilisation byzantines* (em grego), tomo I, fascículo 1, Atenas, 1948 (*Collection de l'Institut français d'Athènes*), tomo 10, ps. 35-137.

2. Sobre o humanismo na época dos Paleólogos, cf. R. GUILLAND, *Essai sur Nicéphore Grégoras, l'Homme et l'Oeuvre*, Paris, 1926, ps. 55 e segs., 111 e segs.

3. Proibição de receber "crianças do século" nos mosteiros de Bizâncio: cf. os fatos apresentados por L. BRÉHIER, art. citado, ap. *Revue d'Histoire et de Philosophie religieuses*, 1941, ps. 63-64.

4. Origens da escola patriarcal de Constantinopla: cf. sempre BRÉHIER, *ibid.*, ps. 42-44, que remete ao testemunho de ANANIAS DE SCHIRAG (cêrca de 600-650), *Autobiographie*, trad. CONYBEARE, ap. *Byzantinische Zeitschrift*, VI (1897), ps. 572-573.

5. Sobre a escola grega depois de 1493: G. CHASSIOTIS, *L'Instruction publique chez les Grecs depuis la prise de Constantinople*

par les Turcs jusqu'à nos jours, Paris, 1881, ps. 14 e segs. Notar-se-á que, ao contrário do Ocidente, o ensino superior jamais desapareceu no Oriente, porquanto, logo após a tomada de Constantinopla, Maomé II restabelecia o patriarcado em benefício de Genádio Escolário, o qual se apressava em reconstituir, no Phanar, a escola patriarcal: CHASSIOTIS, *op. cit.*, p. 4; 34-42. Sobre os exercícios escolares de tipo sempre antigo, o mesmo remete a F. POUQUEVILLE, *Voyage de Morée*, Paris, 1805, ps. 267-270.

6. Sobre *La Vie scolaire dans les monastères d'Irlande aux V-VIIe siècles*, que me baste citar o memorial de meu aluno A. LORCIN, ap. *Revue du Moyen-Âge latin*, t. I, 1945, ps. 221-236, não obstante as críticas que lhe foram dirigidas por P. GROSJEAN, ap. *Analecta Bollandiana*, t. LXIV (1946), p. 323 (a exposição de J. RYAN, *Irish Monasticism, Origins and early development*, Dublin, 1931, ps. 200-216, 360-383, à qual nos remete o P. Grosjean, é bastante falaciosa).

7. O fim das escolas antigas na Gália: o trabalho básico continua sendo a tese, já citada no capítulo precedente (n. 10) de M. ROGER, *L'Enseignement des Lettres classiques d'Ausone à Alcuin, introduction à l'Histoire des écoles carolingiennes*, Paris, 1905.

8. Os professores contemporâneos de Sidônio Apolinário seriam algo mais do que preceptores privados? Cf. A. LOYEN, *Sidone Apollinaire et l'esprit précieux en Gaule*, Paris, 1943, p. 93.

9. Sobre o fim da romanidade nas províncias danubianas, cf. A. ALFÖLDI, *Der Untergang der Römerherrschaft in Pannonien*, II (Ungarische Bibliothek, I R., 12), Berlim, 1926, p. 575.

Sobre as escolas na Espanha visigótica: R. MENÉNDEZ PIDAL, *Historia de España*, t. III, *España Visigoda*, Madrid, 1940, ps. 343 (M. TORRES), 391, 397 (n. 88), 398, 416, 418-423 (J. PÉREZ DE URBEL).

10. Sobre *la Paix Vandale*, cf. o artigo, animado sem dúvida por algum exagêro polêmico, de C. SAUMAGNE, ap. *Revue Tunisienne*, 1930, e o livro, êste também em certos pontos levado até o paradoxo, de E. GAUTIER, *Genséric, roi des Vandales*, Paris, 1932.

Sobre o meio intelectual e universitário de Cartago na época dos vândalos, cf. os materiais recolhidos por A. AUDOLLENT, *Cartage romaine*, Paris, 1901, ps. 749-766.

11. Sobrevivências do cristianismo e da latinidade em Marrocos e em Orã: J. CARCOPINO, *Le Maroc antique*, Paris, 1943, ps. 288-301.

12. *Sur les derniers temps du christianisme en Afrique*, cf. sob êste título o excelente memorial de W. SESTON, ap. *Mélanges d'Archéologie et d'Histoire*, LIII (1936), ps. 101-124, bem como: C. COURTOIS, *Grégoire VII et l'Afrique du Nord, remarques sur les communautés chrétiennes d'Afrique au XIe siècle*, ap. *Revue historique*, CXCIV (1943), ps. 97-122, 193-226.

13. As últimas escolas clássicas de Roma: sobre Félix, cronologicamente o último dos titulares conhecidos da cadeia oficial de retórica em Roma, cf. meu artigo *Autour de la Bibliothèque du pape Agapit*, ap. *Mélanges d'Archéologie et d'Histoire*, XLVIII (1931), ps. 157-165; já o encontramos em recesso no ano de 534; e, de maneira geral, F. ERMINI, *La Scuola in Roma nel VI secolo*, ap. *Archivum Romanicum*, 1934, ps. 143-154.

14. Estudos de Fortunato em Ravena: of. D. TARDI, *Fortunatus*, Paris, 1928, p. 62.

15. A mesma oposição entre cultura clássica e cultura cristã subsiste igualmente na Gália pelo tempo em que ali sobrevive algo da tradição antiga: cf., por volta de 408, a sátira de São PAULINO (de Béziers?), *Ad Salmonem* (CSEL., XVI, 1), v. 76-79.

16. Sobre o centro de altos estudos religiosos que o papa Agapito e Cassiodoro tentaram instaurar em Roma, cf. ainda o memorial citado acima, n. 13, ps. 124 e segs.

17. Sobre a obra de Cassiodoro, cf., em primeiro lugar, P. COURCELLE, *Les Lettres grecques en Occident, de Macrobie à Cassiodore*, Paris, 1943, ps. 313-388; cf. também A. VAN DE VYVER, *Cassiodore et son oeuvre*, ap. *Speculum*, VI (1931), ps. 244-292; *Les Institutions de Cassiodore et sa fondation à Vivarium*, ap. *Revue Bénédictine*, LXIII (1941), ps. 59-88.

18. Sobre a "renascença" lombarda, cf. A. VISCARDI, na *Storia Letteraria d'Italia* do editor VALLARDI, t. I, *Le Origini*, Milão, 1939, pass., e, principalmente: R. BEZZOLA, *Les origines et la Formation de la littérature courtoise en Occident (500-1200)*, I, *La Tradition impériale de la fin de l'antiquité au XIe siècle* (BEHE., fasc. 286), ps. 24-33. O autor só descreve um aspecto dela, mas o mais curioso: mostra-nos êle que um tênue fio de tradição escolar *profana* se manteve, em suma, ao longo das idades obscuras, ligando assim a cultura antiga ao setor laico da cultura medieval, que se não poderia, sem excesso, limitar apenas ao veio religioso.

37 32 0 3

BIBLIOTECA SETORIAL DE CIÊNCIAS
SOCIAIS E HUMANIDADES

ÍNDICE ONOMASTICO E TOPOGRÁFICO

ACÁDEMOS — 113.

África — 450, 454, 455, 465, 525.

AGOSTINHO (Santo) — 127, 406, 408, 420, 421, 423, 454, 476, 481, 507, 508.

ALCIBÍADES — 49, 79, 84, 99.

Alcídamas — 139, 148.

ALCMAN — 34, 38.

ALEXANDRE, o Grande — 27, 32, 156.

Alexandria — 297, 298, 301, 335, 337, 498.

ANTÍSTENES — 85, 99, 104, 139, 148.

AQUILES — 21, 72.

ARATO — 288, 401, 435.

ARISTIDES — 58, 76.

ARISTO — 104, 108, 556, (VI, 2).

ARISTÓTELES — 36, 62, 72, 82, 90, 112, 149, 166, 220, 226, 331.

Artemis Ortia — 34, 39, 46, 49.

Atenas — 25, 33, 47, 49, 66, 320, 334, 383, 463, 466, 468.

Autun — 455, 469, 474.

Bárbaros — 4, 52, 160, 385, 396, 472, 484, 522, 528.

BARRÉS — 48.

BASÍLIO DE CESARÉIA (São) — 320, 338, 491, 503, 504, 631 (15).

BAUDELAIRE — 62.

Beirute — 337, 400, 446, 462.

BENTO (São) — 508, 513.

Bordéus — 454, 455, 471.

BURCKHARDT — 30, 79.

CALINO DE ÉFESO — 67, 546 (9).

Campânia — 376, 384, 458.

CARONDAS (lei escolar de) — 178.

Cartago — 455, 510, 525.

CATÃO, Dísticos de — 418.

CATÃO, o Censor — 363, 372, 380, 381.

CECÍLIO EPIROTA — 389, 428.

CESÁRIO DE ARLES (São) — 507, 510, 511, 512, 514.

China — 61.

Chipre — 13.

CÍCERO — 334, 364, 369, 381, 391, 401, 402, 429, 437, 443, 444.

CIPÍÃO EMILIANO — 379, 385, 401.

CLAUDIANO MAMERT — 330, 406.

CÓDRIDAS — 20.

Constantinopla — 400, 446, 456, 467, 470, 471, 609 (8).

Coptas — 175.

- Creta — 12, 33, 53, 54, 166.
 CRISIPO — 224, 226, 250, 258, 266.
 CRISÓSTOMO (São João) — 480, 493, 505, 577 (20).
 DEMÉTRIO DE FÁLERA — 318, 441, 589 (4).
 DEMÓSTENES — 75, 257, 295.
 DÉRQUILOS — 566.
 DIOCLESIANO — 400, 415, 436.
 DIOGENEION — 219, 275.
 DIÓGENES — 245.
 DIONÍSIO, o Trácio — 259, 267, 336, 390, 425, 486.
 DOBROGÉIA — 451.
 Dórica — 34, 53.
 DUMÉZIL — 602 (2), 624 (2).
 Egito — 8, 121, 155, 164, 167, 175, 176, 208, 255, 272, 291, 410, 418, 426, 478, 484, 485, 495, 504.
 ENÓDIO — 439, 441.
 EROS — 57, 63, 64.
 Espanha — 450, 452, 465, 510, 511, 524.
 Esparta — 26, 33, 51, 53, 59, 67, 166, 186, 217, 249.
 Etruscos — 376, 387.
 EUSTÁCIO DE TESSALÔNICA — 26, 28, 520.
 FAYUM — 160, 185, 227, 291, 495.
 FILÃO DE LARISSA — 332, 437.
 GALENO — 188, 199, 287, 302, 305, 326, 327, 332, 348, 612 (15).
 Gália — 436, 451, 454, 456, 523, 532.
 GLÜCK — 38.
 Górgias — 84, 88, 91, 92, 93, 97, 134.
 Grã-Bretanha — 452, 522, 532.
 GRACIANO — 436, 469, 471.
 GREGÓRIO DE NAZIANZA (São) — 320, 338.
 GREGÓRIO, o Grande (São) — 514.
 GREGÓRIO, o Taumaturgo (São) — 399.
 HAENDEL — 38.
 HERÊNIO (Retórica dedicada a) — 390, 439.
 Hermeneumata Pseudodosi-theana — 408, 416, 419, 422.
 HERODES ÁTICO — 169, 238, 335, 399, 463, 471.
 HESÍODO — 26, 31, 75, 493.
 HÍPIAS — 84, 87, 93, 95, 120.
 HOMERO — 8, 14, 17, 96, 119, 254, 258, 293, 349, 350, 407, 493.
 HORÁCIO — 389, 424, 429.
 IFÍCRADES — 41.
 Islão — 61.
 ISÓCRATES — 6, 86, 130, 310.
 JAEGER — 36, 47, 538, 542 (1), 546 (8), 560 (2), 562 (15), 599 (37).
 JERÔNIMO (São) — 406, 488, 503, 506.
 JULIANO, o Apóstata — 332, 348, 468, 469, 492, 495.
 JULLIAN, C. — 621 (1), 622 (3, 7), 623 (10).
 LA FONTAINE — 25.
 LESBOS — 62, 65.

LÍVIO ANDRÔNICO — 381, 388, 428.

Macabeus — 52, 185.

Marselha — 174, 185, 255, 296, 455, 523, 589 (5), 602 (58).

MENANDRO — 245, 256, 271, 295, 407, 428.

Milão — 455, 466, 468, 527.

MÜLLER, K. O. — 34, 47.

Nápoles — 454, 530.

NIETZSCHE — 28, 79, 553 (8), 599 (35).

ORÍGENES — 498.

PACÔMIO (São) — 502.

PARAIN, B. — 145.

PASCAL — 145.

PAULHAN, J. — 145.

PÊGUY — 80.

Pérgamo — 64, 178, 180, 254, 258, 302, 336, 337.

Philippes — 609 (5).

PÍNDARO — 70, 99, 256.

PIRRO — 32.

Pitaída — 215.

PLATÃO — 6, 25, 34, 56, 57, 61, 64, 73, 77, 78, 79, 82, 84, 92, 94, 98, 103 — 129, 349, 518.

PLÍNIO, o Jovem — 404, 412, 465.

PLÓCIO GALO, L. — 390, 402.

PÓLEMON — 320, 321.

POLÍBIO — 378, 379, 385.

Pompéia — 377, 458.

Port-Royal — 408.

POSSIDÔNIO — 331, 379.

Pródicos — 84, 95, 96, 97.

PROHERÉSIO — 463, 492, 493.

PROTÁGORAS — 84, 85, 86, 87, 97.

QUÍLON — 75.

QUINTILIANO — 72, 403, 412, 420, 428, 438, 443.

QUIRÃO — 23, 72.

RÊMIO PALÉMOM, Q. — 424.

RODES — 251, 258, 267, 336, 383.

Roma — 52, 154, 355, 516.

ROUSSEAU — 120, 342.

SIDÔNIO APOLINÁRIO — 330, 401, 524.

SÓCRATES — 54, 57, 58, 61, 78, 79, 84, 107, 134, 141.

SÓLON (lei escolar de) — 566.

SPENGLER, O. — 544 (13).

TEÓGNIS — 60, 71, 74, 99.

TERÊNCIO — 389, 429.

TERPANDRO — 38, 44, 48.

TERTULIANO — 488, 490, 491.

TIRTEU — 34, 35, 36, 38, 44, 71, 75, 109.

ULISSES — 28, 90, 265.

VERLAINE — 53.

VIRGÍLIO — 389, 403, 424, 428, 453, 473.

WESTPHAL — 284.

XENÓFANES — 71, 109.

XENOFONTE — 27, 34, 40, 51, 57, 70, 92, 166, 386.



Minha Impalpável Biblioteca



impresso em offset

artegráfica rua ana neri, 466
são paulo 1973